

---

---

**ESTADOS UNIDOS**  
**SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION (Comissão de Valores Mobiliários e Câmbio dos**  
**Estados Unidos)**  
**Washington, D.C. 20549**

---

**FORMULÁRIO 20-F**

---

(Assinalar um)

☐ **TERMO DE REGISTRO NOS TERMOS DA SEÇÃO 12(b) OU (g) DA LEI DE MERCADO DE**  
**CAPITAIS DE 1934**

**OU**

☒ **RELATÓRIO ANUAL NOS TERMOS DA SEÇÃO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADO DE**  
**CAPITAIS DE 1934**

**Do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017**

**OU**

☐ **RELATÓRIO DE TRANSIÇÃO NOS TERMOS DA SEÇÃO 13 OU 15(d) DA LEI DE MERCADO**  
**DE CAPITAIS DE 1934**

**OU**

☐ **RELATÓRIO DE "SHELL COMPANY" NOS TERMOS DA SEÇÃO 13 OU 15(d) DA LEI DE**  
**MERCADOS DE CAPITAIS DE 1934**

**Para o período de transição de** **a**

**Número de Registro junto à Comissão: 001-14950**

---

**ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.**

**(Denominação exata do Requerente conforme especificado em seu ato constitutivo)**

**ULTRAPAR HOLDINGS INC.**

**(Tradução da denominação do Requerente para o inglês)**

**República Federativa do Brasil**

**(Jurisdição de constituição ou formação)**

**Av. Brigadeiro Luis Antônio, 1343, 9º Andar**

**São Paulo, SP, Brasil 01317-910**

**Telefone: 55 11 3177 3820**

**(Endereço dos principais executivos)**

---

**Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados nos termos do art. 12(b) da Lei:**

**Titularidade de cada classe**

Ações ordinárias, sem valor nominal (representadas por, e negociadas apenas na forma de *American Depositary Shares* (conforme evidenciado por *American Depositary Receipts*), sendo cada *American Depositary Share* representativa de 1 ação ordinária)

**Nome de cada bolsa de valores em que estão registrados**

Bolsa de Valores de Nova York

**Valores Mobiliários registrados ou a serem registrados nos termos do art. 12(g) da Lei:**

Nenhuma

**Valores mobiliários com relação aos quais há obrigação de apresentação de informações nos termos do art. 15(d) da Lei:**

Nenhuma

Indicar o número de ações em circulação de cada uma das classes de capital ou ações ordinárias da emissora no encerramento do período coberto pelo relatório anual.

Número de ações em circulação de cada classe em 31 de dezembro de 2017.

Titularidade da Classe	Quantidade de Ações em Circulação
<b>Ações Ordinárias</b>	<b>556.405.096</b>

Assinalar com um X se o requerente é um reconhecido emissor sazonal, conforme definido na Regra 405 da *Securities Act*. ☒ Sim ☐ Não

Se este relatório é um relatório anual ou de transição, assinalar com um X se o requerente não é obrigado a arquivar relatórios nos termos do artigo 13 ou 15(d) do *Securities Exchange Act* de 1934. ☐ Sim ☒ Não

Nota: — Assinalar acima não desobriga o requerente a arquivar relatórios nos termos do artigo 13 ou 15(d) do *Securities Exchange Act* de 1934 de suas obrigações contidas nestes artigos.

Assinalar com um X se o requerente (1) arquivou todos os relatórios que devam ser arquivados nos termos do artigo 13 ou 15(d) do *Securities Exchange Act* de 1934 durante os 12 meses anteriores (ou período mais curto em que o requerente estava obrigado a arquivar tais relatórios) e (2) estava sujeito às exigências de arquivamento nos últimos 90 dias. ☒ Sim ☐ Não

Assinalar com um X se o requerente submeteu eletronicamente e disponibilizou em seu site corporativo, se for o caso, todos os arquivos de dados interativos a serem submetidos e disponibilizados de acordo com a regra 405 da Regulamentação S-T (§232.405 desse capítulo) durante os 12 meses anteriores (ou período mais curto em que o requerente estava obrigado a arquivar tais relatórios). ☐ Sim ☒ Não

Assinalar com um X se o requerente é um "*large accelerated filer*", "*accelerated filer*", "*non-accelerated filer*" ou "*emerging growth company*". Ver definição de "*large accelerated filer*", "*accelerated filer*" e "*emerging growth company*" na regra 12b-2 da Lei. (Assinalar um):

*Large Accelerated Filer* ☒ *Accelerated Filer* ☐ *Non-accelerated Filer* ☐ *Emerging growth company* ☐

Caso um "*emerging growth company*" elabore suas demonstrações contábeis de acordo com PCGAs dos EUA, assinalar com um X se o requerente optou por não utilizar o período de transição prorrogado para cumprir quaisquer normas contábeis novas ou revisadas† nos termos do artigo 13(a) do *Securities Exchange Act* de 1934. ☐

† O termo "norma contábil nova ou revisada" refere-se a qualquer atualização publicada pelo Conselho de Normas Contábeis à sua Codificação de Normas Contábeis após 05 de abril de 2012.

Assinalar com um X qual padrão contábil o requerente usou na preparação das demonstrações contábeis incluídas neste formulário:

PCGAs dos  
EUA ☐

Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRSs*) conforme emitidas  
pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*IASB*) ☒

outro ☐

Assinalar com um X o Item de demonstração financeira que o requerente optou por seguir: Item 17 ☐ Item 18 ☒

Caso este relatório seja um relatório anual, assinalar com um X se o requerente é "*Shell Company*" (conforme definido na regra 12b -2 da Lei). ☐ Sim ☒ Não

---

---

## ÍNDICE

	Página
TÍTULO I.....	7
ITEM 1. IDENTIDADE DE CONSELHEIROS, ADMINISTRADORES E CONSULTORES	7
ITEM 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO	7
ITEM 3. INFORMAÇÕES-CHAVE	7
ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA	28
ITEM 4A. COMENTÁRIOS NÃO RESOLVIDOS	95
ITEM 5. ANÁLISE FINANCEIRA E OPERACIONAL E PERSPECTIVAS	95
ITEM 6. CONSELHEIROS, ALTA ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS	128
ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	148
ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	144
ITEM 9. A OFERTA E LISTAGEM	152
ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	153
ITEM 11. INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO	167
ITEM 12. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES	175
TÍTULO II.....	177
ITEM 13. INADIMPLÊNCIA, DIVIDENDOS EM ATRASO E MORA	177
ITEM 14. MODIFICAÇÕES RELEVANTES DOS DIREITOS DOS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS	177
ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS	177
ITEM 16. [Reservado]	179
ITEM 16A. ESPECIALISTA EM FINANÇAS DO COMITÊ DE AUDITORIA	179
ITEM 16B. CÓDIGO DE ÉTICA	180
ITEM 16C. REMUNERAÇÃO E SERVIÇOS DA PRINCIPAL EMPRESA DE AUDITORIA	181
ITEM 16D. ISENÇÃO DAS NORMAS DE REGISTRO PARA COMITÊS DE AUDITORIA	182
ITEM 16E. COMPRA DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS PELO EMITENTE E COMPRADOR AFILIADO	183
ITEM 16F. MUDANÇA NA AUDITORIA INDEPENDENTE DA COMPANHIA	183
ITEM 16G. GOVERNANÇA CORPORATIVA	183
ITEM 16H. DIVULGAÇÃO SOBRE SEGURANÇA DE MINAS	186
TÍTULO III.....	186
ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	186
ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	186
ITEM 19. ANEXOS	187
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	F-1

## INTRODUÇÃO

A Ultrapar é um grupo empresarial brasileiro com 80 anos de história, que possui posição de liderança em seus mercados de atuação: varejo e distribuição especializada, através da Ultragaz, da Ipiranga e da Extrafarma, produção de especialidades químicas, através da Oxiten, e serviços de armazenagem para graneis líquidos, através da Ultracargo.

- A Ultragaz é a maior distribuidora de GLP no Brasil, o qual é um dos maiores mercados do mundo. A Ultragaz possuía 23,6% de participação no mercado em 2017, de acordo com a ANP, e foi uma das maiores distribuidoras independentes do mundo em termos de volume vendido. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Ultragaz — Competição." Em 31 de dezembro de 2017, distribuímos GLP a cerca de 11 milhões de domicílios através da nossa rede de aproximadamente 5.800 revendedores independentes no segmento envasado e aproximadamente 54 mil consumidores no segmento granel.
- A Ipiranga é uma das maiores distribuidoras de combustíveis do Brasil, servindo uma rede de 8.005 postos em 31 de dezembro de 2017, e 20,3% de participação no mercado brasileiro em 2017, de acordo com o ANP. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Ipiranga — Competição."
- A Oxiten é uma das maiores produtoras de óxido de eteno e de seus principais derivados na América Latina, grande produtora de especialidades químicas e a única produtora de álcoois graxos e coprodutos na América Latina, de acordo com o IHS Chemical. A Oxiten possui doze unidades industriais: seis no Brasil, três no México, uma nos Estados Unidos, uma no Uruguai e uma na Venezuela e escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia.
- A Ultracargo possui posição de liderança em seu setor, sendo a maior provedora de armazenagem para graneis líquidos do Brasil em termos de números de terminais e capacidade de armazenagem de acordo com a ABTL, com seis terminais e capacidade de armazenagem de 696 mil metros cúbicos em 31 de dezembro de 2017.
- A Extrafarma é uma das maiores redes de drogarias no Norte e Nordeste do Brasil de acordo com a ABRAFARMA, com 394 drogarias e 2 centros de distribuição operando em 31 dezembro de 2017.

As referências contidas nesse relatório anual a "Ultrapar," "nós," "nosso (a)(s)" e a "Companhia" são à Ultrapar Participações S.A. e suas subsidiárias (observado o contexto em que se insere a informação). Adicionalmente, todas as referências nesse relatório anual a:

- "ABIHPEC" são para Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos;
- "ABIQUIM" são para Associação Brasileira da Indústria Química;
- "ABRAFARMA" são para Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias;
- "ABTL" são para Associação Brasileira de Terminais de Líquidos;
- "Acordo de Acionistas de Ultra S.A. de 2014" tem o significado atribuído no "Item 4.A. Informações sobre a Sociedade — História e Desenvolvimento da Sociedade", no "Item 7.A. Principais Acionistas e Operações com Partes Relacionadas — Principais Acionistas" e no "Item 10. Informações Adicionais — Contratos Relevantes";
- "Acordos para Aquisição do Grupo Ipiranga" são para acordos referentes à aquisição do Grupo Ipiranga pela Ultrapar, Petrobras e Braskem. Cada Acordo para Aquisição do Grupo Ipiranga é incorporado mediante referência aos Anexos 2.5, 2.6, 2.7, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 7 de junho de 2007;
- "ADSs" são para *American Depositary Shares*, cada um representando (i) uma ação ordinária de nossa emissão para qualquer período a partir de 17 de agosto de 2011; ou (ii) uma ação preferencial para qualquer período anterior a 17 de agosto de 2011;
- "Ale" são para Alesat Combustíveis S.A.;
- "am/pm" são para as lojas de conveniência am/pm da Ipiranga, que operam sob a marca am/pm e são administradas pela am/pm Comestíveis Ltda.;
- "American Chemical" são para American Chemical I.C.S.A., empresa que foi adquirida pela Oxiten em novembro de 2012, atual Oxiten Uruguai;
- "ANFAVEA" são para Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores;
- "ANP" são para Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
- "ANVISA" são para Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- "Aqces" são para Aqces Logística Internacional Ltda.;

- "Arch Andina" são para Arch Química Andina, C.A., empresa adquirida pela Oxitenno em setembro de 2007, atual Oxitenno Andina;
- "ARLA" são para agente redutor líquido de óxido de nitrogênio automotivo;
- "América Latina" são para os países da América que não sejam os Estados Unidos e o Canadá;
- "Banco Central" são para o Banco Central do Brasil;
- "B3" são para a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a bolsa de valores de São Paulo;
- "Braskem" são para a Braskem S.A.;
- "Brasil" são para a República Federativa do Brasil;
- "CADE" são para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica;
- "Canamex" são para o negócio de especialidades químicas anteriormente pertencente ao Berci Group, empresa adquirida pela Oxitenno em dezembro de 2003, atual Oxitenno México;
- "CBL" são para a Chevron Brasil Ltda. (atualmente denominada IPP), uma antiga subsidiária da Chevron que, junto com a Galena, detinha a Texaco;
- "CBLSA" são para a Chevron Brasil Lubrificantes S.A.;
- "CBPI" são para a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, empresa incorporada pela IPP em novembro de 2009;
- "CCVA do Grupo Ipiranga" são para o Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Ultrapar, com o consentimento da Petrobras e da Braskem, e os Principais Acionistas em 18 de março de 2007;
- "CDI" são para o Certificado de Depósito Interbancário;
- "Cia. Ultragaz" são para a Companhia Ultragaz S.A.;
- "CIEP" ("PFIC") são para a Companhia de Investimento Estrangeiro Passivo;
- "Chevron" são para a Chevron Latin America Marketing LLC e Chevron Amazonas LLC;
- "ConectCar" são para a ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., uma *joint venture* inicialmente constituída pela IPP e pela OTP (Odebrecht Transport S.A.) em novembro de 2012. Em janeiro de 2016, a Redecard S.A. adquiriu da OTP a participação em ConectCar;
- "Contrato de Depósito" são para o Contrato de Depósito entre a Ultrapar Participações S.A. e o Bank of New York Mellon, datado de 16 de setembro de 1999, e todas as suas alterações subsequentes;
- "Conversão" são para a conversão de todas as ações preferenciais emitidas pela Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma (1) ação preferencial para uma (1) ação ordinária, conforme aprovado em assembleia geral extraordinária e em assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais, ambas realizadas em 28 de junho de 2011;
- "CVM" são para a Comissão de Valores Mobiliários;
- "Detentores dos EUA" tem o significado atribuído no "Item 10. Informações Adicionais – E. Tributação – Considerações sobre Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos";
- "DNP" são para a Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda., empresa adquirida pela Ipiranga em outubro de 2010 e incorporada pela IPP em fevereiro de 2011;
- "DPPI" são para a Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A., empresa incorporada pela CBPI em dezembro de 2008;
- "EMCA" são para a Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.;
- "Extrafarma" são para a Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.;
- "FGTS" são para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- "Galena" são para a Sociedade Anônima de Óleo Galena Signal, uma antiga subsidiária da Chevron que junto com a CBL, detinha a Texaco;
- "Governo Brasileiro" são para o governo federal da República Federativa do Brasil;
- "Grupo Ipiranga" são para RPR, DPPI, CBPI, Ipiranga Química S.A., Ipiranga Petroquímica S.A., Companhia Petroquímica do Sul S.A. e suas subsidiárias antes da venda para Ultrapar, Petrobras e Braskem;

- "IAS" são para *International Accounting Standard*;
- "IASB" são para *International Accounting Standards Board*;
- "ICVM 527/12" são para a Instrução CVM nº 527/12, emitida pela CVM em 4 de outubro de 2012, que rege a divulgação voluntária pelas companhias abertas de informações denominadas LAJIDA (EBITDA) — Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; e LAJIR (EBIT) — Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para as divulgações de resultados a partir do dia 1º de janeiro de 2013;
- "IFRS" são para *International Financial Reporting Standards*, emitido pelo IASB;
- "IGP-M" são para o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas;
- "Incorporação de Ações" são para as incorporações de ações preferenciais e quaisquer ações ordinárias remanescentes da RPR, da DPPI e da CBPI por ações preferenciais da Ultrapar em conexão com a aquisição do Grupo Ipiranga;
- "IMS Health" são para IMS Health Holdings, Inc.;
- "IpiLubs" são para a Ipiranga Lubrificantes S.A.;
- "Ipiranga" são para as subsidiárias da Ultrapar que atuam na distribuição de combustíveis e lubrificantes e atividades correlatas;
- "IPP" são para a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., antiga CBL;
- "IRS" são para *U.S. Internal Revenue Service*;
- "ITL" são para a Ipiranga Trading Limited;
- "GLP" são para gás liquefeito de petróleo;
- "Lei das Sociedades por Ações" são para a Lei nº 6.404 promulgada em dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 9.457 promulgada em maio de 1997, pela Lei nº 10.303 promulgada em outubro de 2001, pela Lei nº 11.638 promulgada em dezembro de 2007, pela Lei nº 11.941 promulgada em maio de 2009, e pela Lei nº 12.431 promulgada em junho de 2011;
- "Liquigás" são para a Liquigás Distribuidora S.A.;
- "LPG International" são para a LPG International Inc.;
- "Negócios de Distribuição Norte" são para os antigos negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes do CBPI, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil;
- "Negócios de Distribuição Sul" são para os negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes do Grupo Ipiranga e atividades correlatas localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil;
- "Negócios Petroquímicos" são para a participação da IQ, IPQ e IPQ na Copesul;
- "Novo Mercado" são para o segmento de listagem da B3;
- "NYSE" são para *New York Stock Exchange*, a bolsa de valores de Nova Iorque;
- "Oleoquímica" são para a Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.;
- "Oxitenos" são para a Oxitenos S.A. – Indústria e Comércio, nossa subsidiária integral e suas subsidiárias que produzem óxido de eteno e seus principais derivados, álcoois graxos e outras especialidades químicas;
- "Oxitenos Andina" são para o negócio da Oxitenos conduzido na Venezuela;
- "Oxitenos México" são para o negócio da Oxitenos conduzido no México;
- "Oxitenos Nordeste" são para a Oxitenos Nordeste S.A. Indústria e Comércio;
- "Oxitenos Overseas" são para a Oxitenos Overseas Corporation;
- "Oxitenos USA" são para o negócio da Oxitenos conduzido nos Estados Unidos;
- "Oxitenos Uruguay" são para o negócio da Oxitenos conduzido no Uruguai;
- "Petrobras" são para a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.;
- "PIS e COFINS" são para o Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, respectivamente;
- "Plural" antigo Sindicom, são para a Associação Nacional dos Distribuidores de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência;

- "Principais Acionistas" são para os antigos acionistas controladores do Grupo Ipiranga antes do encerramento do CCVA do Grupo Ipiranga;
- "Real", "Reais" ou "R\$" são para a moeda oficial do Brasil;
- "Repsol" são para Repsol Gás Brasil S.A., empresa adquirida pela Ultragaz em outubro de 2011 e incorporada pela Cia. Ultragaz em dezembro de 2012;
- "RPR" são para a Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (antiga Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), uma *joint venture* de propriedade da Petrobras, Braskem e Ultrapar;
- "SBP" são para Sociedade Brasileira de Participações Ltda., empresa incorporada à IPP em agosto de 2009;
- "SEC" são para a *U.S. Securities and Exchange Commission*, regulador do mercado de capitais norte-americano;
- "*Securities Act*" são para o *United States Securities Act* de 1933, com alterações
- "Serma" são para a Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos, associação totalmente detida pelas empresas do grupo, responsável pelos serviços de informática para a Ultrapar e suas subsidiárias;
- "Sindigás" são para o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP;
- "Sindusfarma" são para o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo;
- "STF" são para o Supremo Tribunal Federal;
- "SUDENE" são para a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;
- "Temmar" são para o Terminal Marítimo do Maranhão S.A., empresa adquirida pela Ultracargo em agosto de 2012 e incorporada pelo Tequimar em dezembro de 2013;
- "Tequimar" são para o Terminal Químico de Aratu S.A., subsidiária da Ultrapar que atua no segmento de armazenagem de granéis líquidos;
- "Texaco" são para o negócio de distribuição de combustíveis Texaco no Brasil, anteriormente conduzido pela CBL e Galena, empresas adquiridas pela Ipiranga em março de 2009;
- "Transação da Extrafarma" são para a fusão da Extrafarma com a Ultrapar em 31 de janeiro de 2014, conforme descrito no "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Transação da Extrafarma."
- "Tropical" são para a Tropical Transportes Ipiranga Ltda.;
- "TRR" são para Transportadores Revendedores Retalhistas, revendedores de combustíveis especializados;
- "Ultra S.A." são para Ultra S.A. Participações, empresa de participações pertencente a certos membros da família fundadora da companhia e da alta administração da Ultrapar. A Ultra S.A. é atualmente a maior acionista individual da Ultrapar, com 22% do seu capital total. Antes da Conversão, a Ultra S.A. detinha 66% do capital votante da Ultrapar;
- "Ultracargo" são para a Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda., nossa subsidiária e suas subsidiárias que prestam serviços de armazenagem, manuseio e logística para granéis líquidos;
- "Ultragaz" são para as subsidiárias da Ultrapar que atuam na distribuição de GLP;
- "Ultrapar International" são para a Ultrapar International S.A.;
- "União Terminais" são para a União Terminais e Armazéns Gerais Ltda., empresa incorporada no Tequimar em dezembro de 2008;
- "União/Vopak" são para a União Vopak Armazéns Gerais Ltda., *joint venture* na qual a Ultracargo detém 50% do capital social;
- "Unipar" são para a União das Indústrias Petroquímicas S.A.; e
- "US\$, "dólar," "dólares" ou "dólares norte-americanos" são para a moeda oficial dos Estados Unidos da América.

Caso não tenha sido especificado, as informações relativas (i) à indústria petroquímica brasileira incluídas nesse relatório anual foram obtidas através da ABIQUIM, (ii) à distribuição de GLP foram obtidas através do Sindigás e ANP, (iii) à distribuição de combustíveis foram obtidas através do Plural e ANP, (iv) ao negócio de armazenagem para granéis líquidos foram obtidas através da ABTL, e (v) ao negócio de varejo farmacêutico foram obtidas a partir ABRAFARMA, IMS Health, ABIHPEC e Sindusfarma.



## APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas incluídas no Item 18 foram preparadas de acordo com as *IFRSs* emitidas pela IABS e incluem nossos balanços patrimoniais consolidados referentes a 31 de dezembro de 2017 e de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relacionadas para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, incluindo suas notas explicativas.

As informações financeiras apresentadas neste relatório anual devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de janeiro de 2014, a Ultrapar adquiriu a Extrafarma, uma das dez maiores redes de farmácias do Brasil, marcando a entrada no setor de varejo farmacêutico. Os resultados das operações dos negócios adquiridos passaram a constar nas demonstrações financeiras da Ultrapar a partir de 1º de fevereiro de 2014. As demonstrações financeiras da Ultrapar em períodos anteriores a 1º de fevereiro de 2014 não incluem os resultados dos negócios adquiridos. Consequentemente, salvo se de outro modo indicado, as informações financeiras e operacionais da Extrafarma de 2014 apresentadas neste relatório anual referem-se somente ao período de 11 meses de 1º de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014. Veja o “Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Transação da Extrafarma”.

Em 31 de março de 2018, a taxa de câmbio foi de R\$ 3,324 por US\$ 1,00, baseada na taxa de venda do câmbio comercial reportada pelo Banco Central. A taxa de venda do câmbio comercial foi de R\$ 3,308 para US \$1,00 em 31 de dezembro de 2017, e R\$ 3,259 para US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016. A taxa cambial flutua consideravelmente e a taxa de câmbio atual pode não ser indicação de taxas cambiais futuras. Veja o "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Selecionados — Taxas de Câmbio" para mais informações sobre as taxas cambiais brasileiras. Apenas para conveniência do leitor, convertemos alguns valores incluídos no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Selecionados" e em outros lugares deste documento, de Reais para dólar, utilizando a taxa de venda do câmbio comercial reportada pelo Banco Central de 31 de dezembro de 2017 de R\$ 3,308 para US\$ 1,00. Estas conversões não devem ser consideradas representações de que tais valores foram convertidos, poderiam ser convertidos ou poderiam ter sido convertidos para dólar a essa ou qualquer outra taxa de câmbio. Tais conversões não devem ser consideradas representações de que os valores em Reais representem, tenham sido representados ou possam ser convertidos em dólares para esta ou qualquer outra data.

As informações para cada um de nossos segmentos de negócios são apresentadas de forma não consolidada. Veja a Nota 30 às nossas demonstrações financeiras consolidadas para mais informações dos segmentos de negócios. Consequentemente, operações entre a companhia e suas subsidiárias ou entre subsidiárias não foram eliminadas nas informações relativas aos nossos segmentos de negócios e tais informações podem divergir das informações financeiras consolidadas fornecidas em outros lugares deste documento. Veja o "Item 7.B. Principais Acionistas e Operações com Partes Relacionadas — Operações com Sociedades Relacionadas" para informações de transações entre a companhia e suas subsidiárias ou entre subsidiárias.

Alguns números incluídos neste relatório anual estão sujeitos a arredondamentos. Desta maneira, números totalizadores em algumas tabelas e gráficos podem não corresponder à agregação numérica dos que os precedem.

### Informações de participação de mercado e econômicas

Exceto quando indicado de outra forma, todas as informações sobre participação de mercado relacionadas (i) à distribuição de GLP foram obtidas junto à ANP, (ii) à distribuição de combustíveis foram obtidas junto Plural e ANP, (iii) à armazenagem para graneis líquidos foram obtidas junto à ABTL e (iv) ao setor de varejo farmacêutico, foram obtidas da ABRAFARMA. Exceto quando indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, à Fundação Getúlio Vargas – FGV e ao Banco Central. Embora não tenhamos razões para acreditar que essas informações sejam materialmente imprecisas, tais informações não foram verificadas de forma independente.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DE EVENTOS FUTUROS

Este relatório contém previsões de acordo com a Seção 27A do *Securities Act* sujeitas a riscos e incertezas, incluindo nossas estimativas, planos de nossa empresa, estimativas sobre eventos futuros, estratégias e projeções. As considerações sobre estimativas e declarações futuras referem-se somente à data deste relatório e não somos obrigados a atualizar publicamente ou revisar tais estimativas após a distribuição do mesmo, em função de novas informações, eventos futuros e outros fatores. Palavras como "acredita", "espera", "planeja", "estratégia", "prospecta", "prevê", "estima", "projeta", "antecipa", "pode", "pretende" e outras palavras com significado semelhante são entendidas como declarações preliminares sobre dados aproximados e expectativas e projeções futuras. Fizemos declarações de projeções a respeito, dentre outras coisas, de nossa:

- estratégia de marketing e expansão operacional;
- projeções de investimento de capital; e
- desenvolvimento de fontes adicionais de receita.

Os riscos e incertezas descritos acima incluem, dentre outros:

- o efeito da situação econômica global na condição econômica do Brasil e da América Latina;
- condições econômicas e empresariais gerais, incluindo preços de petróleo bruto e de outras commodities químicas, margens de refino e taxas de câmbio;
- concorrência;
- nossa capacidade de produzir e entregar os produtos regularmente;
- nossa capacidade de antecipar tendências no setor de GLP, combustíveis, químico, logística e varejo farmacêutico, incluindo mudanças estruturais do setor e nos movimentos dos preços;
- regulamentação atual e futura;
- obtenção de autorizações e licenças governamentais;
- acontecimentos políticos, econômicos e sociais no Brasil;
- acesso a fontes de financiamento e nosso nível de endividamento;
- nossa capacidade de integrar aquisições;
- questões regulatórias relacionadas a aquisições;
- instabilidade e volatilidade nos mercados financeiros;
- disponibilidade de benefícios fiscais; e
- outros fatores apresentados no Formulário 20-F no "Item 3.D. Informações-Chave — Fatores de Risco".

As declarações sobre projeções envolvem riscos e incertezas e não são garantia de resultados futuros. Observados os riscos e incertezas descritos acima, os eventos futuros e circunstâncias discutidas neste relatório anual podem não ocorrer e nossos resultados podem diferir substancialmente daqueles apresentados ou sugeridos por tais declarações.

## TÍTULO I

### ITEM 1. IDENTIDADE DE CONSELHEIROS, ADMINISTRADORES E CONSULTORES

Não aplicável.

### ITEM 2. ESTATÍSTICAS DA OFERTA E CRONOGRAMA PREVISTO

Não aplicável.

### ITEM 3. INFORMAÇÕES-CHAVE

#### A. Dados Financeiros Consolidados Selecionados

Extraímos as informações financeiras consolidadas a seguir de nossas demonstrações financeiras consolidadas anuais, para os períodos indicados. As informações financeiras consolidadas selecionadas devem ser lidas em conjunto com o "Item 5. Análise e Perspectivas Financeiras e Operacionais" e com nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e notas explicativas incluídas neste relatório. Nossas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em Reais, e de acordo com as IFRSs. As informações do balanço patrimonial consolidado para os anos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 derivam de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas incluídas neste relatório anual. Veja "Apresentação das Informações Financeiras" e "Item 5.A. Análise Operacional e Financeira e Perspectivas — Resultados Operacionais — Políticas contábeis críticas." A tabela a seguir apresenta nossas informações financeiras selecionadas de acordo com as IFRSs referentes às datas e períodos indicados:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de					
	2017 <sup>(1)</sup>	2017	2016	2015	2014	2013
	(em milhões, exceto informações por ação)					
<b>Demonstrações de resultados:</b>	<b>US\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>
<b>Receita líquida das vendas e serviços .....</b>	<b>24.186,0</b>	<b>80.007,4</b>	<b>77.353,0</b>	<b>75.655,3</b>	<b>67.736,3</b>	<b>60.940,2</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados .....	(21.987,8)	(72.735,8)	(70.342,7)	(68.933,7)	(62.304,6)	(56.165,4)
<b>Lucro bruto .....</b>	<b>2.198,2</b>	<b>7.271,6</b>	<b>7.010,2</b>	<b>6.721,6</b>	<b>5.431,7</b>	<b>4.774,9</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>						
Vendas e marketing.....	(872,2)	(2.885,3)	(2.651,5)	(2.516,6)	(2.158,7)	(1.756,4)
Administrativas e gerais.....	(476,6)	(1.576,5)	(1.445,9)	(1.321,3)	(1.130,3)	(1.012,3)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangíveis .....	(0,7)	(2,2)	(6,1)	27,3	37,0	40,3
Outros operacionais líquidas .....	17,9	59,4	199,0	50,6	106,9	97,6
<b>Lucro operacional antes de resultado financeiro e divisão de lucro (prejuízos) de joint ventures e das empresas associadas .....</b>	<b>866,7</b>	<b>2.866,9</b>	<b>3.105,7</b>	<b>2.961,5</b>	<b>2.286,6</b>	<b>2.144,0</b>
Resultado financeiro .....	(143,4)	(474,3)	(842,6)	(703,3)	(445,4)	(337,6)
Divisão de lucro (prejuízos) de joint ventures e de empresas associadas .....	6,2	20,7	7,5	(10,9)	(16,5)	(5,0)
<b>Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda .....</b>	<b>729,5</b>	<b>2.413,3</b>	<b>2.270,6</b>	<b>2.247,3</b>	<b>1.824,7</b>	<b>1.801,4</b>
Imposto de renda e contribuição social Circulante.....	(278,9)	(922,5)	(800,5)	(719,5)	(551,7)	(481,7)
Diferido.....	25,1	83,0	100,5	(14,8)	(21,7)	(91,0)
	<b>(253,8)</b>	<b>(839,4)</b>	<b>(700,0)</b>	<b>(734,3)</b>	<b>(573,5)</b>	<b>(572,7)</b>
<b>Lucro líquido para o exercício .....</b>	<b>475,8</b>	<b>1.573,9</b>	<b>1.570,6</b>	<b>1.513,0</b>	<b>1.251,2</b>	<b>1.228,7</b>
Lucro líquido para o ano atribuível a:						
Acionistas da companhia .....	475,9	1.574,3	1.561,6	1.503,5	1.241,6	1.225,1
Participação de acionistas não controladores.....	(0,1)	(0,4)	9,0	9,5	9,7	3,6

Lucro por ação <sup>(2)</sup>						
Básico .....	0,88	2,91	2,88	2,76	2,28	2,29
Diluído .....	0,87	2,88	2,86	2,74	2,26	2,28
Dividendos por ação ordinária .....	0,53	1,75	1,67	1,60	1,42	1,37
<b>Outros dados financeiros</b>						
Fluxo de caixa de atividades operacionais ...	689,1	2.279,4	2.513,7	3.201,7	2.650,7	2.120,7
Fluxo de caixa de atividades de investimento .....	(578,0)	(1.912,1)	(1.848,8)	(801,8)	(1.540,2)	(1.287,9)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento .....	102,9	340,3	928,4	(2.520,7)	(539,3)	(578,9)
Depreciação e amortização <sup>(3)</sup> .....	355,5	1.176,0	1.103,5	1.002,6	887,8	778,9
<b>EBITDA<sup>(4)</sup> .....</b>	<b>1.228,4</b>	<b>4.063,5</b>	<b>4.216,7</b>	<b>3.953,3</b>	<b>3.157,9</b>	<b>2.918,0</b>
Caixa (endividamento) líquido <sup>(5)</sup> .....	(2.182,8)	(7.220,7)	(5.715,3)	(4.928,4)	(3.975,1)	(3.425,9)
Número de ações ordinárias (milhares) <sup>(6)</sup> .....	556.405,1	556.405,1	556.405,1	556.405,1	556.405,1	544.384,0

(1) Os valores em Reais de 31 de dezembro de 2017 foram convertidos com a utilização da taxa de câmbio de US\$ 1,00 = R\$ 3,308, que é a taxa de mercado para venda do dólar comercial reportada pelo Banco Central nessa data. Esta informação é somente para a conveniência do leitor. Não se deve interpretar as conversões de moedas contidas neste relatório como declarações de que os valores em Reais representam de fato tais valores em dólares. Adicionalmente, não se deve interpretar tais conversões como declarações de que os valores em Reais foram, poderiam ter sido ou poderão ser convertidos em dólares a esta ou quaisquer outras taxas de câmbio. Veja o "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados — Taxas de Câmbio".

(2) O lucro por ação é calculado com base no lucro líquido atribuível aos acionistas da Ultrapar e na média ponderada de ações existentes em cada um dos anos indicados. Veja a Nota 29 às nossas demonstrações financeiras consolidadas para mais informações do lucro por ação.

(3) Representa despesas com depreciação e amortização no custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados, marketing, e nas despesas gerais, administrativas e de vendas.

(4) LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, ou EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa (receita) financeira líquida e (iii) da depreciação e amortização, apresentado de acordo com a ICVM 527/12. A divulgação de informações sobre o LAJIDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de vincularmos esta medida a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o LAJIDA como referência em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme descrito na Nota Explicativa 14 de nossas demonstrações financeiras consolidadas. Acreditamos que o LAJIDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de LAJIDA pode diferir de, e, conseqüentemente, não ser comparável com nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o LAJIDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as IFRSs, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O LAJIDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização. As tabelas a seguir apresentam a reconciliação do lucro líquido e lucro operacional para o EBITDA da Ultrapar e uma reconciliação do lucro operacional para o EBITDA da Ultraz, Ipiranga, Oxiteno e Ultracargo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013, e a reconciliação do lucro operacional para o EBITDA da Extrafarma para 2017, 2016, 2015 e 2014, sendo este último relativo ao período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2014:

	Ultrapar				
	Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA				
	Exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015	2014	2013
	(em milhões de Reais)				
Lucro líquido.....	1.573,9	1.570,6	1.513,0	1.251,2	1.228,7
Depreciação e amortização .....	1.176,0	1.103,5	1.002,6	887,8	778,9
Despesas financeiras líquidas.....	474,3	842,6	703,3	445,4	337,6
Imposto de renda e contribuição social .....	839,4	700,0	734,3	573,5	572,7
<b>EBITDA<sup>(4)</sup> .....</b>	<b>4.063,5</b>	<b>4.216,7</b>	<b>3.953,3</b>	<b>3.157,9</b>	<b>2.918,0</b>

Lucro líquido antes de resultado (despesa) financeira e participação de lucro (prejuízo) de joint-ventures e de empresas associadas .....

Depreciação e amortização .....

Participação de lucro (prejuízo) de joint-ventures e de empresas associadas .....

**EBITDA <sup>(4)</sup> .....**

Ultrapar				
Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de				
2017	2016	2015	2014	2013
(em milhões de Reais)				
2.866,9	3.105,7	2.961,5	2.286,6	2.144,0
1.176,0	1.103,5	1.002,6	887,8	778,9
20,7	7,5	(10,9)	(16,5)	(5,0)
<b>4.063,5</b>	<b>4.216,7</b>	<b>3.953,3</b>	<b>3.157,9</b>	<b>2.918,0</b>

Lucro líquido antes de resultado (despesa) financeira e participação de lucro (prejuízo) de empresas associadas .....

Depreciação e amortização .....

Participação de lucro (prejuízo) de empresas associadas .....

**EBITDA <sup>(4)</sup> .....**

Ultragaz				
Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de				
2017	2016	2015	2014	2013
(em milhões de Reais)				
269,1	288,4	213,9	169,0	147,0
182,8	158,2	143,2	136,4	133,5
1,2	(0,0)	(0,1)	0,2	0,0
<b>453,2</b>	<b>446,6</b>	<b>357,0</b>	<b>305,5</b>	<b>280,5</b>

Lucro líquido antes de resultado (despesa) financeira e participação de lucro (prejuízo) de empresas associadas .....

Depreciação e amortização .....

Participação de lucro (prejuízo) de empresas associadas .....

**EBITDA <sup>(4)</sup> .....**

Oxiten				
Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de				
2017	2016	2015	2014	2013
(em milhões de Reais)				
140,3	308,2	579,5	264,2	308,6
153,1	149,7	158,3	138,5	131,9
1,4	1,0	2,0	1,0	0,1
<b>294,8</b>	<b>458,9</b>	<b>739,8</b>	<b>403,7</b>	<b>440,6</b>

Ultracargo				
Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de				
2017	2016	2015	2014	2013
(em milhões de Reais)				
74,9	127,9	(16,1)	117,3	108,9
47,7	43,4	41,7	49,4	47,3
1,6	(0,0)	0,7	0,2	1,3
124,1	171,2	26,3	166,9	157,5

Lucro líquido antes de resultado (despesa) financeira e participação de lucro (prejuízo) de joint-ventures e de empresas associadas .....

Depreciação e amortização .....

Participação de lucro (prejuízo) de joint-ventures e de empresas associadas .....

**EBITDA <sup>(4)</sup> .....**

Ipiranga				
Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de				
2017	2016	2015	2014	2013
(em milhões de Reais)				
2.418,5	2.383,6	2.154,6	1.758,1	1.574,7
716,8	695,7	612,7	529,0	454,2
1,2	1,2	1,5	1,0	0,8
<b>3.136,5</b>	<b>3.080,5</b>	<b>2.768,8</b>	<b>2.288,0</b>	<b>2.029,6</b>

Lucro líquido antes de resultado (despesa) financeira e participação de lucro (prejuízo) de empresas associadas .....

Depreciação e amortização .....

Participação de lucro (prejuízo) de empresas associadas .....

**EBITDA <sup>(4)(8)</sup> .....**

Extrafarma				
Reconciliação do lucro líquido para o EBITDA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de				
2017	2016	2015	2014 <sup>(7)</sup>	2013
(em milhões de Reais)				
(36,9)	(5,6)	5,0	16,9	
60,8	42,7	23,7	12,8	
24,0	37,1	28,7	29,8	—

Lucro líquido antes de resultado (despesa) financeira .....

Depreciação e amortização .....

**EBITDA <sup>(4)</sup> .....**

A reconciliação do EBITDA para os fluxos de caixa de atividades operacionais para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013 é apresentada na tabela abaixo.

	2017	2016	2015	2014	2013
	(em milhões de Reais)				
<b>Lucro líquido para o exercício .....</b>	<b>1.573,9</b>	<b>1.570,6</b>	<b>1.513,0</b>	<b>1.251,2</b>	<b>1.228,7</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao EBITDA:</b>					
Depreciação e amortização .....	1.176,0	1.103,5	1.002,6	887,8	778,9
Despesas financeiras líquidas .....	474,3	842,6	703,3	445,4	337,6
Imposto de renda e contribuição social .....	839,4	700,0	734,3	573,5	572,7
<b>EBITDA <sup>(4)</sup> .....</b>	<b>4.063,5</b>	<b>4.216,7</b>	<b>3.953,3</b>	<b>3.157,9</b>	<b>2.918,0</b>
<b>Ajustes para reconciliar o EBITDA para o caixa gerado por atividades operacionais:</b>					
Resultado financeiro que afetou o caixa gerado por atividades operacionais .....	380,4	(78,8)	879,2	519,4	274,5
Imposto de renda e contribuição social correntes .....	(922,5)	(800,5)	(719,5)	(551,7)	(481,7)
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação .....	13,1	12,6	12,1	12,7	12,4
Obrigação com retirada de tanques .....	(15,4)	(2,8)	(3,9)	(4,0)	(5,4)
Outros .....	10,1	0,1	0,3	(14,5)	(31,1)
<b>(Aumento) redução no ativo circulante</b>					
Contas a receber de clientes .....	(665,1)	(326,7)	(615,4)	(212,3)	(8,4)
Estoques .....	(605,8)	(263,0)	(615,4)	(184,3)	(298,9)
Créditos tributários .....	(334,2)	87,0	(60,1)	(106,8)	(2,0)
Seguros e outras contas a receber .....	358,7	(309,7)	13,6	(8,2)	1,1
Despesas antecipadas .....	(23,0)	(40,0)	(14,2)	8,1	(11,4)
<b>Aumento (redução) no passivo circulante</b>					
Fornecedores .....	412,4	249,1	181,0	192,1	(328,8)
Salários e encargos sociais .....	7,1	(41,6)	109,7	(19,6)	45,1
Obrigações tributárias .....	34,7	2,2	30,0	19,1	8,6
Imposto de renda e contribuição social .....	783,7	567,3	504,5	437,1	350,8
Benefícios pós-emprego .....	5,1	11,2	—	(0,5)	1,9
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas .....	11,9	7,4	(18,8)	(5,1)	19,8
Seguros e outras contas a pagar .....	(34,0)	56,8	29,2	(21,0)	36,6
Receita diferida .....	(3,9)	(2,1)	1,0	0,6	(0,3)
<b>(Aumento) diminuição do ativo não circulante</b>					
Contas a receber de clientes .....	(102,9)	(74,8)	(8,4)	(19,3)	13,0
Impostos a recuperar .....	(130,2)	(47,2)	(60,0)	(38,0)	11,7
Depósitos judiciais .....	(39,8)	(37,9)	(44,0)	(80,6)	(81,2)
Demais contas a receber .....	(4,4)	13,8	(10,7)	0,8	2,2
Despesas antecipadas .....	(116,7)	(65,8)	(15,4)	0,5	(18,2)
<b>Aumento (diminuição) do passivo não circulante</b>					
Benefícios pós-emprego .....	13,2	(0,0)	10,9	9,5	8,3
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas .....	(68,2)	42,4	61,4	(12,0)	18,8
Demais contas a pagar .....	88,0	(19,3)	20,1	(10,8)	(21,8)
Receitas antecipadas .....	0,4	1,5	3,3	(1,4)	(0,7)
Imposto de renda e contribuição social pagos .....	(836,8)	(644,2)	(422,0)	(416,6)	(312,1)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais .....</b>	<b>2.279,4</b>	<b>2.513,7</b>	<b>3.201,7</b>	<b>2.650,7</b>	<b>2.120,7</b>

- (5) O endividamento líquido está incluso neste documento com o fim de apresentar ao leitor informações relativas ao nosso endividamento e à nossa posição financeira. O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as *IFRSs*. Em nossos negócios, utilizamos o caixa (endividamento) líquido como forma de avaliar nossa posição financeira. Acreditamos que essa medida funciona como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da companhia, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais. Adicionalmente, utilizamos o endividamento líquido em obrigações (*covenants*) relacionadas com alguns de nossos compromissos financeiros. A tabela a seguir apresenta a reconciliação do nosso balanço patrimonial para o caixa (endividamento) líquido em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013:

Ultrapar					
Reconciliação do balanço patrimonial para o caixa (endividamento) líquido					
Em 31 de dezembro de					
	2017	2016	2015	2014	2013
(em milhões de Reais)					
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro circulantes	(1.822,5)	(1.824,0)	(1.050,5)	(2.557,5)	(1.769,6)
Debêntures circulantes .....	(1.681,2)	(651,6)	(47,4)	(884,9)	(60,4)
Financiamentos e arrendamento mercantil financeiro não circulantes .....	(6.159,4)	(6.846,2)	(5.604,9)	(3.533,9)	(3.740,6)
Debêntures não circulantes .....	(3.927,6)	(2.095,3)	(2.198,8)	(1.399,0)	(1.399,0)
Dívida bruta .....	(13.590,6)	(11.417,1)	(8.901,6)	(8.375,2)	(6.969,6)
Caixa e equivalentes de caixa .....	5.002,0	4.274,2	2.702,9	2.827,4	2.276,1
Aplicações financeiras circulantes .....	1.283,5	1.412,6	803,3	1.441,8	1.149,1
Aplicações financeiras não circulantes .....	84,4	15,1	467,0	130,9	118,5
Caixa (endividamento) líquido.....	(7.220,7)	(5.715,3)	(4.928,4)	(3.975,1)	(3.425,9)

(6) O número de ações corresponde à totalidade de ações do capital social da Companhia, inclusive as ações em tesouraria.

(7) Reflete os resultados das operações para o período de 11 meses de 1º de fevereiro de 2014, a data em que os resultados das operações da Extrafarma foram consolidados em nossas demonstrações financeiras, até 31 de dezembro de 2014. Para maiores informações, veja “Apresentação das Demonstrações Financeiras.”

(8) EBITDA não inclui perdas relacionadas à ConectCar no valor de R\$ 21,0 milhões, R\$ 24,4 milhões e R\$ 23,2 milhões, R\$ 18,7 milhões e R\$ 12,0 milhões em 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

As tabelas abaixo apresentam o balanço patrimonial consolidado de acordo com as *IFRSs* a partir das datas indicadas.

Em 31 de dezembro de						
	2017 <sup>(1)</sup>	2017	2016	2015	2014	2013
(em milhões)						
Dados do Balanço Consolidado:	US\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa .....	1.512,1	5.002,0	4.274,2	2.702,9	2.827,4	2.276,1
Aplicações financeiras .....	388,0	1.283,5	1.412,6	803,3	1.441,8	1.149,1
Contas a receber de clientes .....	1.311,1	4.337,1	3.502,3	3.167,2	2.604,1	2.321,5
Estoques .....	1.055,6	3.491,9	2.761,2	2.495,2	1.925,0	1.592,5
Impostos a recuperar .....	266,5	881,6	541,8	628,8	593,5	480,0
Demais contas a receber.....	16,7	55,2	395,9	32,5	43,3	19,5
Despesas antecipadas .....	45,4	150,0	123,9	81,5	67,3	65,2
<b>Total do ativo circulante.....</b>	<b>4.595,3</b>	<b>15.201,3</b>	<b>13.011,8</b>	<b>9.911,4</b>	<b>9.502,4</b>	<b>7.903,9</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Investimentos financeiros .....	25,5	84,4	15,1	467,0	130,9	118,5
Contas a receber de clientes .....	99,8	330,0	227,1	152,2	143,8	124,5
Partes relacionadas .....	0,1	0,5	0,5	0,5	10,9	10,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	164,9	545,6	417,3	306,0	311,8	275,5
Impostos a recuperar .....	94,7	313,2	182,6	135,4	75,4	37,4
Depósitos judiciais .....	248,7	822,7	778,8	740,8	696,8	614,9
Demais contas a receber.....	63,6	210,3	2,7	16,5	5,8	6,6
Despesas antecipadas .....	104,9	346,9	222,5	146,7	131,2	97,8
	<b>802,2</b>	<b>2.653,6</b>	<b>1.846,6</b>	<b>1.965,2</b>	<b>1.506,7</b>	<b>1.286,0</b>



Em 31 de dezembro de						
	2017 <sup>(1)</sup>	2017	2016	2015	2014	2013
	(em milhões)					
	US\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Investimentos						
<i>joint-ventures</i> .....	36,9	122,1	116,1	79,4	54,5	44,4
Coligadas .....	7,7	25,3	22,7	21,5	13,1	11,7
Outro .....	0,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Imobilizado líquido .....	1.997,5	6.607,8	5.788,0	5.438,9	5.092,0	4.860,2
Intangível, líquido .....	1.126,8	3.727,5	3.371,6	3.293,9	3.158,1	2.168,8
	3.169,7	10.485,5	9.301,3	8.836,6	8.320,5	7.087,9
<b>Total do ativo não circulante.....</b>	<b>3.971,9</b>	<b>13.139,0</b>	<b>11.147,9</b>	<b>10.801,7</b>	<b>9.827,3</b>	<b>8.374,0</b>
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>	<b>8.567,2</b>	<b>28.340,3</b>	<b>24.159,7</b>	<b>20.713,1</b>	<b>19.329,6</b>	<b>16.277,9</b>

Em 31 de dezembro de						
	2017 <sup>(1)</sup>	2017	2016	2015	2014	2013
	(em milhões)					
	US\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<b>Dados do Balanço Consolidado:</b>						
<b>Passivo circulante</b>						
Financiamentos .....	550,1	1.819,8	1.821,4	1.048,1	2.554,7	1.767,8
Debêntures .....	508,2	1.681,2	651,6	47,4	884,9	60,4
Arrendamento mercantil financeiro .....	0,8	2,7	2,6	2,4	2,7	1,8
Fornecedores .....	651,6	2.155,5	1.709,7	1.460,5	1.279,5	969,0
Salários e encargos sociais .....	117,3	388,1	362,7	404,3	294,6	297,7
Obrigações tributárias .....	68,3	225,8	171,0	168,8	138,8	116,3
Dividendos propostos a pagar .....	102,4	338,8	320,9	298,8	218,4	242,2
Imposto de renda e contribuição social a pagar .....	26,3	86,8	140,0	216,9	134,4	113,9
Benefícios pós-emprego.....	9,1	30,1	24,9	13,7	11,4	11,9
Provisões para retirada de tanques .....	1,5	4,8	4,6	5,2	4,6	3,4
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas .....	19,5	64,6	52,7	45,3	64,2	69,3
Demais contas a pagar .....	59,7	197,4	202,6	97,5	80,4	93,0
Receita diferida .....	5,6	18,4	22,3	24,4	23,5	17,7
<b>Total do passivo circulante.....</b>	<b>2.120,3</b>	<b>7.014,0</b>	<b>5.486,9</b>	<b>3.833,4</b>	<b>5.692,1</b>	<b>3.764,5</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Empréstimos .....	1.848,1	6.113,5	6.800,1	5.561,4	3.489,6	3.698,0
Debêntures .....	1.187,3	3.927,6	2.095,3	2.198,8	1.399,0	1.399,0
Arrendamento mercantil financeiro .....	13,8	45,8	46,1	43,5	44,3	42,6
Partes relacionadas.....	1,3	4,2	4,3	4,4	4,4	3,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11,6	38,5	7,6	13,0	2,1	0,9
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas .....	260,4	861,2	727,1	684,7	623,3	569,7
Benefícios pós-emprego.....	62,7	207,5	119,8	112,8	108,4	99,4
Provisões para retirada de tanques .....	18,1	60,0	73,0	69,5	66,2	66,2
Bônus de subscrição—indenização.....	51,8	171,5	153,4	112,2	92,1	—
Demais contas a pagar .....	49,2	162,8	74,9	94,1	74,0	77,7
Receita diferida .....	3,9	12,9	12,5	11,0	7,7	9,1
<b>Total do passivo não circulante.....</b>	<b>3.508,3</b>	<b>11.605,5</b>	<b>10.114,2</b>	<b>8.905,5</b>	<b>5.910,9</b>	<b>5.966,5</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO .....</b>	<b>5.628,6</b>	<b>18.619,5</b>	<b>15.601,1</b>	<b>12.738,9</b>	<b>11.603,0</b>	<b>9.731,0</b>

	Em 31 de dezembro de					
	2017 <sup>(1)</sup>	2017	2016	2015	2014	2013
	US\$	R\$	(em milhões) R\$	R\$	R\$	R\$
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social.....	1.563,4	5.171,8	3.838,7	3.838,7	3.838,7	3.696,8
Instrumentos de capital próprio concedidos.....	0,2	0,5	—	—	—	—
Reserva de capital .....	166,2	549,8	552,0	546,6	547,5	20,2
Ações em tesouraria.....	(145,8)	(482,3)	(483,9)	(490,9)	(103,0)	(114,9)
Reserva de reavaliação.....	1,5	4,9	5,3	5,6	5,8	6,1
Reserva de lucro.....	1.136,7	3.760,1	4.466,4	3.802,0	3.169,7	2.706,6
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios .....	48,3	159,6	165,5	157,2	189,0	161,6
Ajustes decorrente de avaliação .....	16,0	53,1	(24,0)	19,0	7,1	5,4
Ajustes acumulados de conversão.....	49,5	163,7	7,5	66,9	43,2	38,1
<b>Patrimônio líquido atribuível a:</b>						
Acionistas da Companhia .....	2.835,9	9.381,3	8.527,6	7.945,0	7.698,0	6.520,0
Acionistas não controladores de controladas .....	102,7	339,6	30,9	29,1	28,6	26,9
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>2.938,6</b>	<b>9.720,8</b>	<b>8.558,6</b>	<b>7.974,1</b>	<b>7.726,6</b>	<b>6.546,9</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....</b>	<b>8.567,2</b>	<b>28.340,3</b>	<b>24.159,7</b>	<b>20.713,1</b>	<b>19.329,6</b>	<b>16.277,9</b>

<sup>(1)</sup> Os valores em Reais de 31 de dezembro de 2017 foram convertidos com a utilização da taxa de câmbio de US\$ 1,00 = R\$ 3,308, que é a taxa de mercado para venda do dólar comercial reportada pelo Banco Central nessa data. Esta informação é somente para a conveniência do leitor. Não se deve interpretar as conversões de moedas contidas neste relatório como declarações de que os valores em Reais representam de fato tais valores em dólares. Adicionalmente, não se deve interpretar tais conversões como declarações de que os valores em Reais foram, poderiam ter sido ou poderão ser convertidos em dólares a esta ou quaisquer outras taxas de câmbio. Veja o "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados — Taxas de Câmbio".

### ***Taxas de Câmbio***

Em 2013, o Real apresentou desvalorização de 15% frente ao dólar influenciado pelo desempenho da economia brasileira, pela recuperação da economia dos Estados Unidos e pela instabilidade econômica no mercado internacional. Em 2014, apesar do fraco desempenho da economia brasileira e da recuperação da economia norte-americana, o real se manteve relativamente estável em relação ao dólar até setembro, quando começou a desvalorizar, encerrando o ano com uma desvalorização de 13% em relação ao dólar americano. Em 2015, a instabilidade política, o rebaixamento da nota de crédito soberano do Brasil e a expectativa de um aumento da taxa de juros pelo *Federal Reserve System* contribuíram para uma desvalorização de 47% do Real frente ao dólar. Em 2016, o Real valorizou 17% frente ao dólar, marcando o primeiro ano em que o Real se valorizou frente ao dólar desde 2011, apesar da instabilidade política remanescente e dos contínuos sinais de retração da economia brasileira. Isso deveu-se principalmente à melhora do ambiente político brasileiro, seguido do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e de certas medidas de estabilização propostas pelo atual Presidente Michel Temer, bem como os esforços contínuos da equipe econômica do governo em controlar a dívida e o gasto público. Em 2017, o Real desvalorizou 2% frente ao dólar, refletindo a contínua instabilidade política e as menores expectativas de aprovação da reforma previdenciária, apesar de uma levemente melhora no cenário econômico brasileiro.

Não podemos prever se o Real permanecerá no nível em que se encontra atualmente e quais impactos o cenário macroeconômico brasileiro e as políticas cambiais brasileiras podem gerar sobre nossos negócios.

Em 31 de março de 2018, a taxa de câmbio foi de R\$ 3,324 por US\$ 1,00, baseada na taxa de venda do câmbio comercial reportada pelo Banco Central. A taxa de câmbio mensal média em 2017 foi de R\$ 3,192 por US\$ 1,00 em comparação com R\$ 3,490 por US\$ 1,00 em 2016, uma valorização de 9%. A tabela seguinte apresenta a taxa de venda do câmbio comercial vigente nos períodos e nas datas indicados, publicadas pelo Banco Central através do seu sistema eletrônico SISBACEN, utilizando a PTAX 800, Opção 5.

	Taxas de câmbio nominais Reais por US\$1,00			
	Máxima	Mínima	Média	Final do Período
<b>Ano findo em</b>				
31 de dezembro de 2013 .....	2,446	1,953	2,174 <sup>(1)</sup>	2,343
31 de dezembro de 2014 .....	2,740	2,197	2,360 <sup>(1)</sup>	2,656
31 de dezembro de 2015 .....	4,195	2,575	3,388 <sup>(1)</sup>	3,905
31 de dezembro de 2016 .....	4,156	3,119	3,450 <sup>(1)</sup>	3,259
31 de dezembro de 2017 .....	3,381	3,051	3,203 <sup>(1)</sup>	3,308
<b>Mês findo em</b>				
30 de novembro de 2017 .....	3,292	3,214	3,253 <sup>(2)</sup>	3,262
31 de dezembro de 2017 .....	3,333	3,232	3,283 <sup>(2)</sup>	3,308
31 de janeiro de 2018 .....	3,270	3,139	3,204 <sup>(2)</sup>	3,162
28 de fevereiro de 2018 .....	3,282	3,173	3,228 <sup>(2)</sup>	3,245
31 de março de 2018 .....	3,338	3,225	3,281 <sup>(2)</sup>	3,324

(1) Média das taxas no último dia de cada mês do período.

(2) Média das taxas máximas e mínimas de cada mês.

## B. Capitalização e Dívida

Não aplicável.

## C. Razões para a Oferta e Utilização de Recursos

Não aplicável.

## D. Fatores de Risco

*Investir em nossas ações e ADSs envolve um elevado grau de risco. Os detentores e/ou potenciais compradores das ações ou dos ADSs da Ultrapar devem dar a devida atenção às ressalvas sobre os riscos descritos a seguir, bem como às demais informações contidas neste relatório. Nossos negócios, resultados das operações, fluxos de caixa, liquidez e condição financeira podem ser materialmente impactados caso os riscos e incertezas descritos a seguir se materializem, como consequência os preços de nossas ações e ADSs podem reduzir e implicar em perda substancial de seu investimento.*

*Incluimos informações sobre os riscos relativos ao Brasil baseados nas informações públicas disponíveis.*

### Riscos Relativos à Ultrapar e seus segmentos de atuação

***A Petrobras é a principal fornecedora de GLP e combustíveis derivados de petróleo no Brasil. As distribuidoras de GLP e combustíveis, incluindo a Ultragaz e a Ipiranga, possuem contrato formal com a Petrobras para o fornecimento de GLP e combustíveis derivados de petróleo. Qualquer interrupção no suprimento de GLP ou combustíveis derivados de petróleo pela Petrobras afetará imediatamente a capacidade da Ultragaz de distribuir GLP ou da Ipiranga de distribuir combustíveis derivados de petróleo aos seus clientes.***

Até 1995, a Petrobras detinha, constitucionalmente, o monopólio sobre a produção e importação de derivados de petróleo no Brasil. Apesar de ter sido retirado este monopólio da Constituição Federal, a Petrobras permanece como a principal fornecedora de GLP e combustíveis derivados de petróleo no Brasil. Atualmente, todas as distribuidoras de GLP do Brasil adquirem todo ou quase todo GLP da Petrobras. As receitas líquidas das vendas e dos serviços prestados pela Ultragaz representaram 8% de nossas receitas líquidas consolidadas de vendas e serviços no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os procedimentos para pedido e compra de GLP da Petrobras geralmente são comuns a todos os distribuidores de GLP — incluindo a Ultragaz. Para maiores detalhes, veja o “Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Ultragaz — Fornecimento de GLP”.

Com relação à distribuição de combustíveis, a Petrobras também forneceu em 2017 a maior parte do volume de combustíveis derivados de petróleo necessário para a Ipiranga e outros distribuidores. O fornecimento da Petrobras à Ipiranga é regido por um contrato anual, no qual o volume fornecido é estabelecido com base no volume adquirido no ano anterior. As receitas líquidas das vendas e dos serviços prestados pela Ipiranga representaram 85% de nossas receitas líquidas consolidadas de vendas e serviços no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

A última interrupção significativa no fornecimento de derivados de petróleo pela Petrobras às distribuidoras de GLP e combustíveis ocorreu durante o ano de 1995, em virtude de uma greve trabalhista de 15 dias realizada pelos funcionários da Petrobras. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis" e "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis."

A Petrobras está sendo atualmente investigada pela CVM, pela SEC, pelo Departamento de Justiça dos EUA (DoJ), pela Polícia Federal e por outras autoridades públicas brasileiras sobre denúncias de corrupção (a chamada *Operação Lava Jato*), que consistem, entre outras coisas, em pagamentos ilegais realizados a executivos, diretores e outros funcionários da Petrobras com o intuito de influenciar decisões comerciais. Além disso, a Petrobras está enfrentando litígios envolvendo valores mobiliários (incluindo ações coletivas) nos Estados Unidos. Essas investigações e litígios tiveram um efeito desestabilizador para a Petrobras, e é difícil determinar qual impacto as investigações e os litígios produzirão sobre o fornecimento de GLP e de combustíveis derivados de petróleo por parte da Petrobras aos operadores do mercado.

Interrupções significativas de fornecimento de GLP e combustíveis derivados de petróleo podem ocorrer no futuro. Qualquer interrupção no suprimento de GLP ou combustíveis derivados de petróleo pela Petrobras afetará imediatamente a capacidade da Ultragaz e da Ipiranga de distribuir GLP e combustíveis derivados de petróleo aos seus consumidores. Se não formos capazes de obter um suprimento adequado de GLP ou de combustíveis derivados de petróleo da Petrobras em condições aceitáveis, teremos que satisfazer as nossas necessidades de GLP ou combustíveis derivados de petróleo no mercado internacional. A infraestrutura logística brasileira para importação do GLP e combustíveis derivados de petróleo é limitada, e é em grande parte controlada pela Petrobras. Qualquer interrupção de fornecimento poderia aumentar nossos custos e reduzir nosso volume de vendas, consequentemente, afetando adversamente nossas margens operacionais.

A Petrobras realizou diversas mudanças na composição de sua administração e tem realizado um plano de desinvestimento de longo prazo que pode alterar a estrutura e a perspectiva de longo prazo do mercado de combustíveis. Não podemos prever o resultado que as investigações da Lava Jato terão sobre o mercado de combustíveis e, especificamente, sobre a disponibilidade e nossa capacidade de acesso ao fornecimento de combustíveis derivados de petróleo e GLP pela Petrobras.

***A concorrência intensa geralmente é inerente aos mercados de distribuição, incluindo os mercados de GLP, de distribuição de combustíveis e de varejo farmacêutico, e pode afetar nossas margens operacionais.***

O mercado brasileiro de GLP apresenta elevada competição em todos os seus segmentos — residencial, comercial e industrial. A Petrobras, nosso fornecedor de GLP, e outras grandes empresas participam do mercado brasileiro de distribuição de GLP. A intensa concorrência no mercado de distribuição de GLP poderá reduzir o volume de vendas do GLP e aumentar as nossas despesas com marketing e, consequentemente, afetar adversamente nossas margens operacionais. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Visão geral do Setor e das Normas Aplicáveis — O Papel da Petrobras" e "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Ultragaz — Concorrência."

O mercado brasileiro de distribuição de combustíveis é altamente competitivo nos segmentos atacado e varejo. A Petrobras, nossa fornecedora de combustíveis derivados de petróleo, e outras grandes empresas com recursos significativos participam do mercado brasileiro de distribuição de combustíveis. A intensa concorrência no mercado de distribuição de combustíveis poderá reduzir o volume de vendas e aumentar as nossas despesas com marketing e, consequentemente, afetar adversamente nossas margens operacionais. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — O Papel da Petrobras" e "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Ipiranga — Concorrência." Adicionalmente, alguns pequenos distribuidores locais e regionais entraram no mercado de distribuição no final dos anos 90, após a desregulamentação do mercado, o que aumentou a concorrência nesse mercado.

O mercado brasileiro de farmácias também é altamente competitivo. A Extrafarma compete em âmbito nacional, regional e local com redes de farmácias, drogarias independentes, serviços de televidas, empresas de marketing direto, farmácias exclusivas de medicamentos com receita, fornecedores online de produtos farmacêuticos e de beleza, e outros varejistas como supermercados, lojas de produtos de beleza e lojas de conveniência. Além disso, novos revendedores podem entrar no mercado e competir conosco. A concorrência no mercado de farmácias é moldada por diversos fatores, como localização, gama de produtos, propaganda, práticas comerciais, preço, qualidade dos serviços e força da marca, entre outros. Se não formos capazes de antecipar, prever e atender às preferências de nossos clientes, corremos o risco de perder receitas e a participação de mercado para nossos concorrentes.

***Práticas anticompetitivas no setor de distribuição de combustíveis podem distorcer os preços de mercado.***

Recentemente, práticas anticompetitivas têm sido um dos principais problemas para os distribuidores de combustíveis no Brasil, incluindo a Ipiranga. Geralmente essas práticas envolvem uma combinação de evasão fiscal e adulteração de combustíveis, tais como

a diluição de gasolina pela mistura de solventes ou pela adição de etanol anidro em proporções superiores às permitidas pela lei vigente.

Impostos constituem uma parcela significativa dos custos de combustíveis vendidos no Brasil. Por esta razão, evasão fiscal tem sido uma prática recorrente de alguns distribuidores, permitindo-os cobrar preços menores, comparados com os preços praticados por grandes distribuidores como a Ipiranga. Como os preços finais para os produtos vendidos por distribuidores, incluindo a Ipiranga, são calculados com base nos impostos incidentes na compra e venda de combustíveis, entre outros fatores, práticas anticompetitivas como a evasão fiscal podem afetar o volume de vendas e afetar adversamente nossas margens operacionais. Caso haja aumento nos impostos incidentes em combustíveis, a evasão fiscal poderá aumentar, resultando em uma maior distorção nos preços dos combustíveis vendidos e afetando adversamente nossos resultados operacionais.

***O GLP e os combustíveis derivados de petróleo concorrem com fontes alternativas de energia. A competição com fontes alternativas de energia e o desenvolvimento de novas fontes no futuro poderão afetar adversamente o mercado de GLP e de combustíveis derivados de petróleo.***

O GLP concorre com fontes alternativas de energia, como o gás natural, a lenha, o óleo diesel, o óleo combustível e a energia elétrica. Atualmente o gás natural é a principal fonte de energia com a qual competimos. O gás natural é atualmente mais barato que o GLP para consumidores industriais, porém mais caro para a grande maioria dos consumidores residenciais. Variações no preço relativo ou o desenvolvimento de fontes alternativas de energia podem afetar o mercado de distribuição de GLP e, conseqüentemente, nossos negócios, situação financeira e resultado das operações. Os combustíveis derivados de petróleo também competem com fontes alternativas de energia, tais como a energia elétrica. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Ultragaz — Concorrência."

***O eteno, uma das principais matérias-primas utilizada em nossas operações petroquímicas, provém de fontes de fornecimento limitadas. Qualquer redução no fornecimento de eteno teria um impacto imediato na produção da Oxiten e nos resultados de suas operações.***

Todas as empresas brasileiras de segunda geração que utilizam o eteno como principal matéria-prima, inclusive a Oxiten, compram eteno de fornecedores brasileiros. Aproximadamente 3% de nossas receitas líquidas decorreram da venda de produtos químicos derivados do eteno manufaturados no Brasil em 2017. A Oxiten compra eteno de duas das três unidades craqueadoras de nafta do Brasil, que representam as únicas fontes de eteno no Brasil. Em conformidade com contratos de longo prazo, a Braskem é a única fornecedora de toda a nossa demanda de eteno das nossas unidades localizadas em Camaçari e Mauá. Para informações mais detalhadas sobre esses contratos, veja o "Item 5.F. Análise Financeira e Operacional e Perspectivas — Divulgação Tabular das Obrigações Contratuais". Em virtude de suas características químicas, o armazenamento e o transporte do eteno são difíceis e dispendiosos, o que desestimula a sua importação. Conseqüentemente, a Oxiten depende quase que exclusivamente do eteno produzido pela Braskem para o abastecimento das suas plantas. No ano encerrado em 31 de dezembro de 2017, as importações brasileiras de eteno totalizaram aproximadamente 17 toneladas, representando menos de 0,01% da capacidade instalada no Brasil.

Em virtude das características químicas do eteno, a Oxiten não mantém estoques deste produto. Por essa razão, reduções ou interrupções de fornecimento pela Braskem, único fornecedor de eteno da Oxiten no Brasil, afetariam imediatamente nossa produção e os resultados de nossas operações. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Investimentos". No caso de ampliação futura da nossa capacidade de produção, não podemos assegurar que conseguiremos suprir nossas necessidades adicionais de eteno por meio da Braskem. Adicionalmente, a Petrobras é a principal fornecedora de nafta às craqueadoras brasileiras, de modo que qualquer interrupção no fornecimento de nafta pela Petrobras às craqueadoras pode prejudicar a capacidade de fornecimento de eteno à Oxiten.

Além disso, os mercados brasileiros estão passando por uma maior volatilidade devido às incertezas decorrentes das investigações da Operação Lava Jato e de outras investigações, que estão sendo conduzidas pela Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal, e seus impactos na economia brasileira e no ambiente político. Membros do governo federal brasileiro e do poder legislativo, bem como ex-diretores da Petrobras, têm enfrentado alegações de corrupção. Esses membros do governo e diretores da Petrobras supostamente aceitaram subornos através de propina em contratos negociados pela Petrobras a diversas empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construtoras, incluindo a Odebrecht S.A., acionista controladora da Braskem. Não podemos prever como as investigações e quaisquer ações e decisões futuras das autoridades em relação aos acionistas da Braskem podem impactar a Braskem ou, conseqüentemente, o fornecimento de eteno da Oxiten.

***Os preços do eteno e do óleo de palmiste, principais matérias-primas da Oxiten, estão sujeitos a flutuações no mercado internacional.***

O preço do eteno, que é o principal componente do custo dos produtos vendidos da Oxiten, está diretamente relacionado ao preço da nafta, que, por sua vez, está em grande parte relacionado ao preço do petróleo. Por conseguinte, o preço do eteno está sujeito às variações do preço internacional do petróleo. Um aumento significativo no preço do petróleo, e, em conseqüência, da nafta e do

eteno, poderá aumentar os nossos custos e, conseqüentemente, afetar adversamente os resultados de nossas operações, particularmente no Brasil.

O óleo de palmiste é uma das principais matérias-primas da Oxiten, utilizado na produção de álcoois graxos e seus coprodutos na unidade oleoquímica. A Oxiten importa o óleo de palmiste dos principais países produtores, especialmente Malásia e Indonésia, logo, os preços do óleo de palmiste estão sujeitos aos efeitos causados pela variação cambial. O óleo de palmiste é um óleo vegetal, também comumente utilizado pela indústria alimentícia. Conseqüentemente, os preços do óleo de palmiste estão sujeitos a variações ambientais e climáticas que afetam as plantações de palma, a variações do período de colheita, ao ambiente econômico dos principais países produtores e a variações em sua demanda pela indústria alimentícia. O aumento significativo do preço do óleo de palmiste combinado com uma variação cambial do Real pode aumentar nossos custos, podendo afetar materialmente o resultado operacional da Oxiten.

***Novas reservas de gás natural, principalmente na América do Norte, podem reduzir o preço global do eteno derivado de gás natural, o que pode afetar a competitividade da Oxiten com relação a produtos petroquímicos importados.***

O eteno utilizado na indústria química e petroquímica pode ser obtido através de etano, que é derivado do gás natural, ou de nafta, que é derivada do petróleo. Durante os últimos anos, o eteno derivado de nafta tem sido mais caro que o eteno derivado de gás natural, uma vez que o preço do petróleo tem sido maior que o do gás natural. A descoberta de novas reservas de gás de xisto na América do Norte e os avanços na tecnologia de extração de gás natural do gás de xisto tem intensificado a diferença de preços entre o eteno derivado de gás natural e o derivado de nafta. A maioria do eteno produzido no Brasil é derivado de nafta. Como a Oxiten compete no mercado brasileiro principalmente com produtos importados, custos mais baixos de matéria-prima dos competidores internacionais podem afetar a competitividade da Oxiten, podendo afetar materialmente o resultado da Oxiten.

***A indústria petroquímica brasileira é influenciada pelo desempenho da indústria petroquímica internacional e pela sua ciclicidade.***

O mercado petroquímico internacional tem natureza cíclica, alternando períodos tipicamente caracterizados por oferta restrita, aumento de preços e margens altas, ou por períodos de excesso de capacidade, preços em declínio e margens baixas. A diminuição das alíquotas brasileiras para importação de produtos petroquímicos, o aumento da demanda destes produtos no Brasil e a contínua integração dos mercados regionais e mundiais de commodities químicas contribuíram para a inserção da indústria petroquímica brasileira no mercado petroquímico internacional. Conseqüentemente, eventos que afetam a indústria petroquímica mundialmente podem afetar de maneira relevante a Oxiten, nossa situação financeira e o resultado das operações.

***A diminuição dos impostos de importação sobre os produtos petroquímicos pode reduzir nossa competitividade perante os produtos importados.***

Os preços finais pagos pelos importadores de produtos petroquímicos incluem os impostos de importação. Conseqüentemente, os impostos de importação definidos pelo Governo Brasileiro afetam os preços que podemos cobrar por nossos produtos. A negociação de acordos comerciais conduzida pelo Governo Brasileiro poderá resultar em diminuições nos impostos brasileiros incidentes sobre as importações de produtos petroquímicos, que geralmente variam entre 12% e 14%, e reduzir a competitividade de nossos produtos em relação aos produtos petroquímicos importados. Adicionalmente, a competitividade da Oxiten pode ser reduzida caso haja aumento dos impostos de importação nos países para os quais a empresa exporta seus produtos.

***A condição regulatória, política, econômica e social nos países em que temos operações ou projetos pode impactar negativamente nossos negócios e os preços das nossas ações no mercado.***

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser afetado negativamente pela condição regulatória, política, econômica e social dos países em que temos operações ou projetos. Em algumas dessas jurisdições, nós estamos expostos a vários riscos como potencial renegociação, anulação ou modificação forçada de contratos existentes, expropriação e nacionalização de propriedades, controles cambiais estrangeiros, mudanças nas leis, regulações e políticas locais, controle do comércio exterior e tarifas e instabilidade política. Também enfrentamos o risco de ter de nos submeter à jurisdição de um tribunal ou painel de arbitragem estrangeiro ou de ter de executar uma sentença contra uma nação soberana dentro de seu próprio território. Além disso, atuamos em setores com uso intensivo de mão de obra sujeitos aos efeitos de instabilidades no mercado de trabalho, incluindo greves, paralisações trabalhistas, protestos e mudanças regulatórias trabalhistas, aumentos de salários e as condições de acordos coletivos que, individualmente ou coletivamente, que podem afetar substancialmente nossos resultados de forma adversa. Os setores em que atuamos já passaram por tais instabilidades no passado e não podemos garantir que essas instabilidades não ocorrerão novamente.

Mudanças políticas e sociais efetivas ou potenciais e mudanças na política econômica podem prejudicar a confiança do investidor, o que pode dificultar o investimento e, assim, reduzir o crescimento econômico, ou pode afetar negativamente as condições econômicas e outras condições sob as quais operamos, de forma a causar um efeito material negativo sobre o nosso negócio.

***Podemos ser adversamente afetados por alterações em leis e regulamentos específicos em nossos setores de atuação.***

Estamos sujeitos a uma extensa legislação federal, estadual e municipal, e regulação de agências governamentais e associações setoriais dentro das indústrias em que atuamos. As normas referentes à qualidade de produtos, dias de armazenagem de produtos, regime de trabalho, entre outros, podem tornar-se mais rígidas ou serem alteradas ao longo do tempo, e exigirem novos investimentos ou o aumento das despesas para adequar nossas operações. As alterações em leis e regulamentos específicos nos setores em que atuamos podem afetar negativamente as condições sob as quais atuamos de tal forma que podem trazer um efeito substancialmente negativo aos nossos negócios e nossos resultados.

***Podemos ser afetados adversamente pela imposição de leis e regulamentos ambientais mais severos.***

Estamos sujeitos a uma extensa legislação federal e estadual e regulação por agências governamentais responsáveis pela implementação de leis e políticas ambientais e de saúde no Brasil, no México, nos Estados Unidos, no Uruguai e na Venezuela. Assim como outras empresas similares, devemos obter licenças para as nossas unidades industriais junto aos órgãos ambientais competentes, que podem, adicionalmente, prescrever condutas específicas como condição para regular a execução de nossas atividades. Os regulamentos ambientais aplicam-se, em particular, à emissão, ejeção e emanção de produtos e subprodutos de sua atividade industrial, sob a forma sólida, líquida ou gasosa.

Mudanças nestas leis e regulamentos ou em sua execução, com o fim de torná-los mais severos, podem nos afetar adversamente, aumentando nossos custos de adequação e operações. Adicionalmente, é possível que novas leis e alterações na legislação ambiental, bem como interpretação mais rígida das autoridades competentes sobre as leis e regulamentos existentes, exijam investimentos adicionais relativos a questões ambientais, para a manutenção de nossas plantas e operações de acordo com a legislação vigente, aumentando nossos custos e afetando adversamente nossos resultados. Veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — Padrões ambientais, de saúde e de segurança do trabalho", "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — Normas ambientais, de saúde e de segurança do trabalho" e "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Indústria Química e Petroquímica — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — Padrões ambientais, de saúde e de segurança do trabalho."

***A produção, o armazenamento e o transporte de GLP, combustíveis e produtos petroquímicos são atividades inerentemente perigosas.***

As operações que realizamos em nossas plantas envolvem riscos de segurança e outros riscos operacionais, incluindo o manuseio, a produção e o transporte de materiais altamente inflamáveis, explosivos e tóxicos. Estes riscos podem resultar em lesão corporal ou morte, danificação ou destruição de instalações ou equipamentos, e danos ambientais. Um acidente suficientemente grande em uma de nossas plantas, postos de serviços ou instalações de armazenagem poderá nos forçar a suspender temporariamente nossas atividades no local, resultando em custos de remediação significativos, perda de receitas e passivos contingentes. Em adição, nossa cobertura de seguro pode não ser disponibilizada tempestivamente ou ser insuficiente para cobrir todas as nossas perdas. A quebra de equipamentos, desastres naturais e atrasos na obtenção de produtos importados ou de peças de reposição ou de equipamentos também poderão afetar nosso processo produtivo e, consequentemente, o resultado de nossas operações.

Por exemplo, no dia 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenagem operada pela Ultracargo em Santos, no estado de São Paulo, sofreu um incêndio de nove dias que atingiu seis tanques de gasolina e etanol. Não houve vítimas nesse acidente e, após as investigações pelas Polícias Civil e Federal sobre o acidente e seus impactos na região, a causa do acidente foi determinada como inconclusiva. Veja "Item 4.A. Informações sobre a Empresa — História e Desenvolvimento da Empresa — Ultracargo — Incêndio em Santos."

***Nosso nível de endividamento pode exigir de nós o uso de uma parcela significativa de nosso fluxo de caixa para cobrir a dívida.***

Em 31 de dezembro de 2017, nossa dívida bruta consolidada (composta por empréstimos, debêntures e arrendamentos financeiros circulantes e não circulantes) totalizou R\$ 13.590,6 milhões (US\$ 4.108,4 milhões), e nossa dívida líquida consolidada era de R\$ 7.220,7 milhões (US\$ 2.182,8 milhões). Veja "Dados Financeiros Seleccionados e Outras Informações — Medidas financeiras fora dos PCGAs e conciliação". O nível e a composição de nosso endividamento podem nos trazer consequências significativas, inclusive exigindo que uma parte de nosso fluxo de caixa operacional seja comprometida para o pagamento de principal e juros de nosso endividamento, reduzindo assim nosso caixa disponível para financiar nosso capital de giro e investimentos.

***Nossas apólices de seguros podem ser insuficientes para cobrir potenciais despesas que podemos incorrer.***

A operação de qualquer planta química e o varejo e distribuição de produtos petroquímicos, bem como operações de logística de petróleo, produtos químicos, GLP, combustíveis e produtos farmacêuticos, envolvem riscos substanciais de danos ambientais e pessoais, e, consequentemente, podem resultar em custos e obrigações materiais. Apesar de mantermos políticas de seguros, a

ocorrência de danos que não estejam cobertos por nossas apólices ou que excedam a sua cobertura pode resultar em custos adicionais inesperados significativos.

***A suspensão, o cancelamento ou a não renovação de incentivos fiscais podem afetar adversamente nossos resultados.***

Somos titulares de incentivos fiscais federais que nos garantem redução do imposto de renda em nossas operações na região nordeste do Brasil. Tais incentivos possuem prazo definido e podem ser cancelados ou suspensos a qualquer momento, caso os valores do imposto que deixou de ser pago em virtude do benefício fiscal sejam distribuídos aos nossos acionistas, ou as autoridades fiscais competentes resolvam não mais conceder estes incentivos. Como consequência, poderemos ser obrigados a pagar o valor dos tributos à alíquota integral de imposto. Em caso de suspensão ou cancelamento desses benefícios, ou caso não consigamos renová-los, ou apenas renová-los em condições substancialmente menos favoráveis que as esperadas, nossos resultados poderão ser adversamente afetados. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esses incentivos fiscais totalizaram R\$ 48,6 milhões e R\$ 98,9 milhões, respectivamente. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo — Ultragaz — Benefícios fiscais de imposto de renda", "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Indústria Química e Petroquímica — Oxiteno — Benefícios fiscais de imposto de renda" e "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Serviços de armazenagem para graneis líquidos — Ultracargo — Benefícios fiscais de imposto de renda."

***A família fundadora e parte de nossa alta administração, através de sua participação na Ultra S.A., detêm parte significativa das ações da companhia e podem influenciar a gestão, a direção e as políticas da Ultrapar, incluindo o resultado de qualquer assunto submetido ao voto dos acionistas.***

Embora não haja um acionista controlador da Ultrapar, a família fundadora e certos membros de nossa alta administração, através de sua participação na Ultra S.A., detinham ações representando 22% do total de ações ordinárias em circulação. Tais membros fazem parte do acordo de acionistas da Ultra S.A. datado de 24 de fevereiro de 2014. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia" e o "Item 7.A. Principais Acionistas e Operações com Partes Relacionadas — Principais Acionistas — Acordo de Acionistas." Assim, esses acionistas, atuando em conjunto através de Ultra S.A., podem exercer influência significativa sobre todos os assuntos que requerem a aprovação dos acionistas, incluindo a eleição dos membros do nosso Conselho de Administração. Apesar de nosso Conselho de Administração ser responsável pela nomeação da chapa de conselheiros a serem eleitos pelos nossos acionistas em nossas assembleias gerais, cinco dos atuais membros do nosso Conselho de Administração, que foram eleitos em nossa assembleia em 19 de abril de 2017, são os mesmos que anteriormente atuaram como membros de nosso Conselho de Administração eleitos pela Ultra S.A. em 27 de abril de 2011, que, à época, detinha aproximadamente 66% das nossas ações ordinárias.

***Nenhum acionista ou grupo de acionista detém mais de 50% do nosso capital social, o que pode aumentar a possibilidade de alianças entre acionistas e de outros eventos que possam ocorrer como resultado das mesmas.***

Nenhum acionista ou grupo de acionistas detém mais de 50% do nosso capital social. Devido à inexistência de acionista controlador, podemos estar sujeitos a futuras alianças ou acordos entre nossos acionistas, que podem resultar no exercício de influência significativa sobre a Companhia. Caso um grupo de controle seja formado e decida exercer sua influência sobre a Companhia, estaremos sujeitos a mudanças inesperadas em nossa governança corporativa e estratégias, incluindo a substituição de executivos importantes. Qualquer mudança inesperada em nossa equipe de gestão, política de negócios e estratégia, qualquer disputa entre nossos acionistas, ou qualquer tentativa de aquisição de controle da Companhia pode gerar impacto adverso sobre nós. O prazo de mandato dos atuais membros do Conselho de Administração da Ultrapar, que foram eleitos na assembleia geral de acionistas de 19 de abril de 2017, irá expirar na assembleia geral de acionistas que ocorrerá em 2019.

***Somos uma companhia holding e dependemos do resultado das nossas subsidiárias.***

Somos uma *holding* operacional e nossa capacidade de honrar nossas obrigações financeiras depende do fluxo de caixa e dos ganhos das nossas subsidiárias e da distribuição destes ganhos para nós na forma de dividendos e juros sobre capital próprio. Consequentemente, a capacidade da Ultrapar em cumprir com as suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende da distribuição do fluxo de caixa e dos lucros de suas subsidiárias.

***Como resultado das aquisições relevantes da Ipiranga, União Terminais, Texaco, associação com a Extrafarma, assim como outras aquisições menores e possíveis futuras aquisições, a Ultrapar assumiu e poderá assumir no futuro certas obrigações relacionadas aos negócios adquiridos ou a serem adquiridos e os riscos associados às transações, incluindo os riscos regulatórios.***

A Ultrapar assumiu certas obrigações dos negócios adquiridos nos últimos anos. Portanto, algumas obrigações financeiras existentes, obrigações legais ou outras contingências ou riscos conhecidos ou desconhecidos dos negócios adquiridos passaram a ser de responsabilidade da Ultrapar. A Ultrapar poderá adquirir novos negócios no futuro e, consequentemente, estará sujeita a obrigações e riscos adicionais. Veja "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia" para mais informações relacionadas a essas aquisições.



Além disso, a Ultrapar está sujeita a riscos relativos às aquisições que realiza de tempos em tempos. Esses riscos incluem que a aprovação dessas transações pode ser, em última instância, negada pelos órgãos regulatórios pertinentes, incluindo o CADE. Veja o "Item 8.A. Informações Financeiras — Demonstrações Consolidadas e demais Informações Financeiras — Processos judiciais."

Essas obrigações podem fazer com que a Ultrapar tenha que fazer pagamentos, incorrer em despesas ou tomar decisões que podem afetar negativamente a posição financeira, os resultados e o preço das ações de emissão da Ultrapar.

***Se não formos bem-sucedidos na implantação de nossa estratégia de crescimento orgânico na Extrafarma, os resultados operacionais futuros da Ultrapar poderão não corresponder às expectativas dos investidores, o que poderia afetar negativamente o preço das nossas ações e ADSs.***

Nossa principal estratégia de crescimento para a Extrafarma consiste na abertura acelerada de novas farmácias no Brasil, o que inclui a abertura de novas lojas alavancada pelo nosso acesso aos pontos de revendas da Ipiranga e da Ultragaz (postos de combustíveis e revendas de GLP). Nossa capacidade de abrir novas farmácias pode ser afetada se não conseguirmos encontrar locais apropriados suficientes para abertura das novas farmácias, ou se os investimentos necessários para adaptar a propriedade às nossas necessidades forem muito altos. Regulamentações mais rígidas, incluindo as relativas ao uso do terreno e leis de zoneamento nas regiões em que atuamos podem também resultar em um aumento nas despesas e assim tornar mais difícil de encontrar locais adequados para abrimos nossas farmácias.

Em adição, farmácias novas ou abertas recentemente podem não atingir a maturidade de suas vendas no período que estimamos. Adicionalmente, nossas farmácias novas ou abertas recentemente podem afetar negativamente nossa rentabilidade, o que pode afetar nosso negócio e nossos resultados consolidados.

Além disso, pessoas são fator-chave para o sucesso no negócio de varejo farmacêutico, e nós podemos ser negativamente afetados se não conseguirmos contratar, treinar e reter nossos funcionários. Nossa estratégia de negócio requer a abertura de novas farmácias, aumentando a necessidade de contratar, treinar e reter funcionários. Se não o conseguirmos fazer, o processo de abertura de novas lojas e nossos resultados operacionais e financeiros podem ser impactados. Adicionalmente, a escassez de farmacêuticos no Brasil em decorrência de contínuo crescimento robusto do mercado pode gerar aumentos salariais ou limitar nossa capacidade de manter ou recrutar novos farmacêuticos e, conseqüentemente, limitar nossa capacidade de abrir novas farmácias no longo prazo.

Outros riscos associados à abertura de novas farmácias incluem (i) a entrada de novos competidores no negócio de varejo farmacêutico, (ii) o conhecimento limitado sobre novas regiões nas quais podemos abrir novas farmácias e (iii) a queda da demanda por nossos produtos como resultado de restrições no gasto com consumo ou outros fatores. Qualquer desses riscos pode afetar negativamente nossa capacidade de implantação da nossa estratégia orgânica de crescimento para a Extrafarma e, portanto, nosso negócio e nossos resultados operacionais e financeiros. Isso pode levar ao não atingimento das expectativas dos investidores e de nossas metas de resultados operacionais e financeiros para o negócio de farmácia.

***Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em aumento de custos operacionais e de custos para cumprimento destas regulações, bem como em menor demanda por nossos produtos.***

Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando a adoção de marcos regulatórios que, entre outras regras, visam reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Isso inclui a adoção de limites e regimes de comércio, impostos sobre a emissão de gás carbônico, aumento nos padrões de eficiência, proibição de veículos movidos a combustíveis derivados de petróleo e incentivos ou obrigações do uso de energias renováveis. Tais exigências podem reduzir a demanda por hidrocarbonetos, assim como levar a uma substituição da sua demanda por fontes com menor teor de carbono. Adicionalmente, muitos governos têm proporcionado vantagens tarifárias e outros subsídios, além da exigência de regras obrigatórias, para tornar as fontes alternativas de energia mais competitivas que o petróleo ou gás. Os governos também vêm promovendo pesquisas na busca por novas tecnologias para reduzir o custo e aumentar a escala de produção de fontes alternativas de energia, o que poderia implicar em redução da demanda por nossos produtos. Ainda, a atual regulamentação sobre gases de efeito estufa, ou ainda a regulamentação que eventualmente venha a ser aprovada, poderá aumentar substancialmente nossos custos para estarmos em conformidade e, conseqüentemente, aumentar os preços dos produtos que produzimos ou distribuímos.

***Nossos processos de governança e compliance podem ser insuficientes para impedir penalidades regulatórias e prejuízos à nossa reputação.***

Estamos comprometidos em conduzir nossos negócios de forma ética e lícita em conformidade com os requisitos legais internacionais e locais e com as normas aplicáveis a nossas atividades. Contudo, nossos processos de governança e compliance, que incluem a revisão de controles internos nas informações financeiras, podem falhar na prevenção futuras violações de normas legais, regulatórias (incluindo leis aplicáveis antitruste e anticorrupção), contábeis e de governança. Apesar de termos programas de compliance e anticorrupção para detectar e impedir violações de leis anticorrupção e antitruste, podemos estar sujeitos a violações de nosso Código de Ética e Conduta, de políticas anticorrupção e das normas de conduta dos nossos negócios, além de casos de

comportamentos fraudulentos, prática de corrupção ou anticompetitivas e desonestidade por parte de nossos funcionários, prestadores de serviços e outros agentes. No passado recente, práticas anticompetitivas têm sido um dos principais problemas para os distribuidores de combustíveis e GLP no Brasil, incluindo a Ipiranga e a Ultragaz. Existem alegações de cartéis envolvendo acordos de preços nos setores de GLP e de distribuição de combustíveis, e o CADE tem acompanhado os participantes desses setores em diferentes regiões do Brasil. O CADE recentemente tem investigado esses setores e o resultado das contínuas investigações, procedimentos administrativos e ações judiciais podem impactar significativamente e de forma adversa a Ipiranga e a Ultragaz. O descumprimento das leis aplicáveis e outras normas poderia sujeitar-nos a, entre outras coisas, litígios, investigações, despesas, multas, perda de licenças operacionais e prejuízos à reputação.

***Falhas na tecnologia da informação podem causar uma ruptura nossas operações.***

Dependemos cada vez mais dos sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações eletrônicas. Uma parcela significativa da comunicação entre nossos funcionários, clientes e fornecedores depende da tecnologia da informação. Além disso, nossos sistemas de faturamento dependem muito da infraestrutura de tecnologia. Como em todos os grandes sistemas, nossos sistemas de informação podem ser vulneráveis a uma variedade de interrupções devido a eventos além do nosso controle, incluindo, mas não limitados a desastres naturais, ataques terroristas, falhas de telecomunicações, vírus de computador, ataques de hackers ou outros problemas de segurança. Essas ou outras interrupções similares podem ter um efeito adverso em nossos negócios, resultados, fluxos de caixa ou condição financeira.

**Riscos Relativos ao Brasil**

***O Governo Federal exerceu, e continua a exercer, significativa influência sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas no Brasil, incluindo a atual instabilidade política e a percepção destas condições no mercado internacional, podem influenciar adversamente nossas atividades e o preço de nossas ações.***

O Governo Brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira e, ocasionalmente, implementa mudanças substanciais na política e regulamentação econômica. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentações incluem controle sobre preços e salários, desvalorizações da moeda, controles sobre o fluxo de capital, fortes ajustes fiscais e limitações à importação, entre outras. Nossos negócios, situação financeira e resultado de nossas operações poderão ser adversamente afetados por mudanças de políticas públicas ou regulamentação, referentes a tarifas públicas e controles sobre o câmbio, bem como por outros fatores, tais como:

- variações cambiais;
- inflação;
- taxas de juros;
- políticas cambiais;
- liquidez disponível nos mercados internos de capital, crédito e financeiro;
- regulamentos do setor de petróleo e gás, incluindo políticas de preço;
- instabilidade de preços;
- instabilidade social e política;
- escassez e racionamento de energia e água;
- liquidez do mercado doméstico financeiro e de capitais;
- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, econômicos, sociais, comerciais e diplomáticos e que ocorram no Brasil ou que afetem o Brasil.

A incerteza acerca das possíveis alterações políticas e regulatórias que o Governo Brasileiro poderá implementar no futuro, alterando estes ou outros fatores, podem contribuir para a incerteza do cenário econômico do Brasil e para uma maior volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por empresas brasileiras, bem como a maior volatilidade do Real. Estes e outros futuros acontecimentos na economia brasileira e na política governamental podem afetar adversamente nossos negócios, o resultado de nossas operações e o valor de mercado das nossas ações. Adicionalmente, o Governo Brasileiro poderá aprovar novas regulamentações que eventualmente poderão afetar adversamente nossos negócios.

A instabilidade política no Brasil vem crescendo nos últimos anos e pode afetar adversamente a economia.

A presidente do Brasil Dilma Rousseff foi reeleita para um segundo mandato de quatro anos em outubro de 2014, com início em janeiro de 2015. Após a reeleição, protestos em larga escala ocorridos em todo o país pediam o impeachment de Dilma Rousseff. Em 17 de abril de 2016, o Congresso Nacional votou a favor da abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff e seu consequente encaminhamento ao Senado. Em maio de 2016, o Senado votou para aprovar o início de um processo de impeachment, que foi concluído em 31 de agosto de 2016, com a aprovação pelo Senado do impeachment da Sra. Rousseff. Como resultado, Michel Temer, Vice-Presidente do Brasil, assumiu a presidência permanentemente até a próxima eleição, que está programada para ocorrer em outubro de 2018. Não temos o controle e não podemos prever quais serão as medidas ou políticas adotadas pelo Governo Brasileiro. Qualquer um desses fatores pode ter um impacto adverso sobre a economia brasileira, nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais e o preço de nossas ADSs e ações.

Atualmente, o mercado brasileiro vem enfrentando maior volatilidade devido às incertezas decorrentes da Operação Lava Jato e de operações similares, que está sendo conduzida pelo Tribunal Federal do Paraná e pelo Ministério Público Federal, e seus impactos na economia brasileira e no ambiente político. Membros do Governo Federal (incluindo o Sr. Temer e outros membros da cúpula do Poder Executivo) e do legislativo, bem como os principais executivos de grandes empresas estatais e privadas estão enfrentando acusações de corrupção, incluindo suposto recebimento de subornos através de propinas em contratos fechados pelo governo com empresas de infraestrutura, óleo e gás e construção civil. O resultado potencial dessas investigações é incerto, mas elas já causaram um impacto negativo sobre a imagem e a reputação das empresas envolvidas, e sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não podemos prever se essas alegações podem levar a uma maior instabilidade política e econômica ou se podem surgir novas alegações contra membros do governo no futuro. Adicionalmente, não podemos prever os resultados de quaisquer dessas alegações nem seus efeitos sobre a economia brasileira. A evolução destes casos antiéticos pode afetar negativamente nossos negócios, as condições financeiras e os resultados das nossas operações.

O Governo Brasileiro poderá sofrer pressão interna para mudar suas atuais políticas macroeconômicas a fim de alcançar taxas maiores de crescimento econômico e historicamente tem mantido uma política monetária contracionista com taxas de juros elevadas, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Não conseguimos prever quais políticas serão adotadas pelo Governo Brasileiro. Além disso, no passado, a economia brasileira foi afetada pelos eventos políticos do país, que também afetaram a confiança de investidores e da população em geral, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira. Adicionalmente, qualquer indecisão do Governo Brasileiro em implantar mudanças a determinadas políticas ou regulamentos pode contribuir para a incerteza do cenário econômico do Brasil e para uma maior volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por empresas brasileiras.

Não somos capazes de estimar com precisão o impacto e os desdobramentos macroeconômicos e políticos brasileiros em nossos negócios. Além disso, devido à atual instabilidade política, existe uma grande incerteza relacionada às futuras políticas econômicas e não podemos prever quais políticas serão adotadas pelo Governo Brasileiro e se essas políticas afetarão negativamente a economia ou nossos negócios ou desempenho financeiro. As recentes instabilidades política e econômica têm levado a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiro, o que também pode afetar negativamente nossos valores mobiliários e nós. Qualquer incerteza política e instabilidade econômica contínua que resulte em menor disponibilidade de crédito e menor crescimento econômico pode afetar negativamente e de forma significativa os nossos negócios.

***A inflação e determinadas medidas governamentais para combatê-la podem contribuir para a incerteza econômica no Brasil e afetar de maneira adversa nossos negócios e o valor de mercado das nossas ações e ADSs.***

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. Determinadas medidas adotadas pelo Governo Brasileiro para combatê-la tiveram um impacto negativo e significativo sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Real, em julho de 1994, a inflação no Brasil foi substancialmente menor do que em períodos anteriores. Entretanto, durante os últimos anos, a economia passou por períodos de aumento das taxas de inflação e medidas para contê-la que, combinadas com a especulação sobre possíveis intervenções governamentais no futuro, têm contribuído com a incerteza econômica no Brasil e com a alta volatilidade do mercado de capitais brasileiro. A inflação apurada pelo IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado) foi de -0,5% em 2017, 7,2% em 2016, 10,5% em 2015, 3,7% em 2014 e 5,5% em 2013. De janeiro a março de 2018, a inflação apurada pelo IGP-M foi de 1,5%. A inflação apurada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial do Governo Brasileiro para estabelecer metas inflacionárias, foi de 2,9% em 2017, 6,3% em 2016, 10,7% em 2015, 6,4% em 2014 e 5,9% em 2013.

O Brasil poderá apresentar altas taxas de inflação no futuro. Nossas despesas operacionais são basicamente denominadas em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira. Pressões inflacionárias também podem afetar nossa habilidade de acessar mercados financeiros estrangeiros ou resultar em maior intervenção governamental na economia, incluindo a adoção de políticas governamentais que podem causar danos aos nossos negócios ou afetar adversamente o valor de mercado de nossas ações.

***A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar de maneira adversa nossa situação financeira, o resultado de nossas operações e o preço de mercado de nossas ações e ADSs.***

Durante as últimas décadas, o Governo Brasileiro implementou vários planos econômicos e diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária

para mensal, sistemas de flutuação de câmbio, controle de câmbio e mercados de câmbio paralelos. Embora a desvalorização da moeda brasileira a longo prazo seja geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, verificou-se, historicamente, curtos períodos de oscilações significativas nas taxas de câmbio, particularmente nos últimos 10 anos.

Em 2013, o Real apresentou desvalorização de 15% frente ao dólar influenciado pelo desempenho da economia brasileira, pela recuperação da economia dos Estados Unidos e pela instabilidade econômica no mercado internacional. Em 2014, apesar do fraco desempenho da economia brasileira e da recuperação da economia norte-americana, o Real se manteve relativamente estável em relação ao dólar até setembro, quando começou a desvalorizar, encerrando o ano com uma desvalorização de 13%. Em 2015, a instabilidade política, o rebaixamento da nota de crédito soberano do Brasil e a expectativa de um aumento da taxa de juros pelo *Federal Reserve System* contribuíram para uma desvalorização de 47% do Real frente ao dólar. Em 2016, o Real valorizou 17% frente ao dólar, marcando o primeiro ano em que o Real se valorizou frente ao dólar desde 2011, apesar da instabilidade política remanescente e dos contínuos sinais de retração da economia brasileira. Isso deveu-se principalmente à melhora do ambiente político brasileiro, seguido do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e de certas medidas de estabilização propostas pelo atual Presidente Michel Temer, bem como os esforços contínuos da equipe econômica do governo em controlar a dívida e o gasto público. Em 2017, o Real desvalorizou 2% frente ao dólar, refletindo a contínua instabilidade política e as menores expectativas de aprovação da reforma previdenciária, apesar de uma leve melhora no cenário econômico brasileiro. De 31 de dezembro de 2017 a 31 de março de 2018 o Real depreciou 0,5% frente ao dólar. Veja o "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados — Taxas de Câmbio."

Não há garantias de que a taxa de câmbio se estabilize nos níveis atuais. Embora tenhamos contratado instrumentos de cobertura (*hedge*) relativos ao nosso endividamento em dólar, com o objetivo de diminuir nossa exposição a flutuações da taxa de câmbio, não podemos garantir que esses instrumentos serão adequados para nos proteger totalmente contra maiores desvalorizações do Real, e, como resultado, poderemos experimentar perdas monetárias. Veja o "Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado — Risco de Moedas" para informações sobre nossa política de *hedge* cambial.

As desvalorizações do Real em relação ao dólar também criam pressão inflacionária no Brasil, o que pode nos prejudicar. Essas desvalorizações geralmente restringem nosso acesso aos mercados financeiros internacionais e podem levar a intervenção governamental, incluindo a implantação de políticas recessivas. As desvalorizações também reduzem os valores em dólares das distribuições e dividendos e do valor de mercado equivalente em dólares de nossas ações. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao dólar pode deteriorar as contas públicas e o balanço de pagamentos brasileiro, prejudicando um crescimento sustentado das exportações.

Apesar de grande parte de nossa receita ser denominada em Reais, os preços e alguns custos praticados pelo segmento químico (incluindo, mas não limitado ao eteno e ao óleo de palmiste, adquiridos pela nossa subsidiária Oxiteno) acompanham os preços praticados nos mercados internacionais. Portanto, estamos expostos a riscos cambiais que podem afetar negativamente nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados das nossas operações, bem como nossa capacidade de pagar as dívidas existentes.

Veja "Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado."

***As condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos e países emergentes, podem afetar de forma significativa e adversamente a economia brasileira e, portanto, nossa condição financeira e o valor de nossas ações e ADSs.***

O mercado de valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras é influenciado por condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, pelas condições de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos e outros países da América Latina e mercados emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação de investidores aos desdobramentos em um desses países pode causar flutuações dos mercados financeiros de outros países. Os desdobramentos ou as condições em outros países, incluindo os Estados Unidos e outros países emergentes, já afetam significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultando em saídas consideráveis de recursos e reduções na quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil, bem como acesso limitado a mercados financeiros internacionais, sendo que tudo isso pode afetar de forma significativa e adversamente nossa capacidade de emprestar recursos a uma taxa de juros aceitável ou de obter capital próprio quando e se tivermos essa necessidade.

Em 2015, 2016 e 2017, houve um aumento na volatilidade em todos os mercados brasileiros devido a, entre outros fatores, incertezas sobre como os ajustes de política monetária dos Estados Unidos afetariam os mercados financeiros internacionais, a maior aversão ao risco em relação aos países emergentes, e as incertezas referentes às condições políticas e macroeconômicas do Brasil. Essas incertezas nos afetaram negativamente e o valor de mercado de nossos valores mobiliários.

Além disso, continuamos expostos a distúrbios e volatilidades nos mercados financeiros globais devido a seus efeitos no ambiente econômico e financeiro, especialmente no Brasil, como, por exemplo, desaceleração da economia, aumento na taxa de desemprego, redução do poder de compra dos consumidores e menor disponibilidade de crédito.

Distúrbios ou volatilidades nos mercados financeiros globais podem aumentar ainda mais os efeitos negativos no ambiente econômico e financeiro no Brasil, o que poderia ter um efeito negativo sobre os nossos negócios, os resultados de nossas operações e a nossa condição financeira.

***Nossos negócios, a condição financeira e os resultados de operações podem ser materialmente afetados pela desaceleração da economia mundial e pela instabilidade e volatilidade nos mercados financeiros.***

A crise nos mercados financeiros globais e a escassez de crédito em 2008 e 2009 e, em menor extensão, a crise europeia deteriorada em 2011, resultaram em perda na confiança dos consumidores, aumento na volatilidade dos mercados financeiros e em redução generalizada da atividade econômica. Uma desaceleração econômica poderá afetar materialmente a liquidez, o desempenho dos negócios e/ou a condição financeira de nossos clientes, que por sua vez poderá resultar não apenas em menor demanda por nossos produtos, mas também em maior inadimplência. Adicionalmente, uma eventual nova crise financeira mundial pode afetar negativamente nosso custo de captação e nossa capacidade de captar recursos futuramente. As crises nos mercados financeiros também podem levar a uma redução na disponibilidade de crédito comercial em função de preocupações relacionadas à liquidez das contrapartes. Se nossos produtos tiverem sua demanda reduzida ou se houver aumento na inadimplência de nossos recebíveis, ou ainda se não conseguirmos realizar empréstimos para nossos negócios, nossa condição financeira e o resultado de nossas operações podem ser materialmente afetados.

***Detentores de ADSs poderão enfrentar dificuldades nas citações ou execuções de sentenças judiciais contra nós.***

Nós somos uma companhia constituída sob as leis brasileiras. Todos os nossos conselheiros, diretores executivos e especialistas citados neste relatório anual são residentes ou possuem seus endereços comerciais no Brasil. Todos ou parte substancial dos ativos pertencentes a estas pessoas e à Ultramar são localizados fora dos Estados Unidos. Como resultado, é possível que os investidores americanos não consigam implementar processos contra estes indivíduos ou contra nós nos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil, ou executar sentenças proferidas nos Estados Unidos ou em outras jurisdições fora do Brasil contra nós ou contra essas outras pessoas, inclusive aquelas de responsabilidade civil embasadas em leis federais de valores mobiliários dos Estados Unidos ou outras matérias. Além disso, como as sentenças de tribunais dos Estados Unidos referentes à responsabilidade civil com base nas leis federais de valores mobiliários dos Estados Unidos só poderão ser executadas no Brasil se determinadas condições forem atendidas, os detentores de ADRs poderão enfrentar maiores dificuldades para proteger seus interesses no caso de ações contra nós ou nosso Conselho de Administração ou diretores executivos do que os acionistas de uma empresa localizada nos Estados Unidos.

#### **Riscos relativos às ações e às American Depositary Shares – ADSs**

***Assegurar direitos limitados de voto para um detentor de ADSs pode se mostrar mais complicado do que para os detentores de nossas ações ordinárias.***

De acordo com a Lei das S.A., apenas acionistas registrados em nossos livros corporativos podem participar de assembleias de acionistas. Todas as ações ordinárias em forma de ADSs são registradas em nome do banco depositário. Um detentor de ADSs, portanto, não possui o direito de participar das assembleias de acionistas. Um detentor de ADSs tem o direito de instruir o banco depositário sobre como exercer os direitos de voto de suas ações ordinárias em forma de ADSs, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Depósito, mas um detentor de ADSs não será capaz de votar diretamente para a assembleia de acionistas, nem nomear um procurador para fazê-lo. Adicionalmente, um detentor de ADSs pode não ter tempo suficiente ou razoável para providenciar tais instruções de voto ao banco depositário, de acordo com os mecanismos estabelecidos no Contrato de Depósito e no acordo de custódia, não sendo o banco depositário responsável pela falha na entrega de quaisquer instruções de voto desses acionistas.

***Detentores de ações de emissão da companhia e ADSs podem não receber dividendo.***

De acordo com nosso estatuto social, exceto se houver proposta em contrário do nosso Conselho de Administração e aprovação pela assembleia geral de acionistas, devemos distribuir aos nossos acionistas dividendo obrigatório equivalente a 50% de nosso lucro líquido. No entanto, nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e/ou então alocado em reservas, conforme previsto na Lei das S.A., e pode não ser disponibilizado para distribuição de dividendos, inclusive na forma de juros sobre capital próprio. Dessa forma, o recebimento ou não do dividendo depende da distribuição obrigatória ou da suspensão dos mesmos pelo Conselho de Administração e acionistas. Veja o "Item 8.A. Informações Financeiras — Demonstrações Consolidadas e demais Informações Financeiras — Dividendos e Política de Distribuição — Distribuição de Dividendos" para detalhes sobre a distribuição obrigatória de dividendos.

***Nossos acionistas poderão ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência com relação às ações.***

No caso em que nós emitirmos novas ações em razão de aumento do capital social ou direitos de compra de nossas ações, os acionistas terão direito de preferência para subscrição das ações recém-emitidas ou de tal direito, conforme o caso, correspondente à respectiva participação no nosso capital social, permitindo-lhes manter seu percentual de participação acionária.

No entanto, nosso estatuto social determina que nosso Conselho de Administração poderá excluir os direitos de preferência dos atuais acionistas ou reduzir o prazo de seu exercício, no caso de uma oferta de novas ações a serem negociadas em bolsa de valores ou por outra forma de oferta pública.

Os detentores de nossas ações ou ADSs poderão ficar impossibilitados de exercer direitos de preferência em relação às ações representadas pelas ADSs, a menos que nós apresentemos um *registration statement* para a oferta de direitos de preferência ou de ações perante a SEC conforme disposto no *United States Securities Act*, a não ser que haja isenção da exigência de apresentação do *registration statement*. Não somos obrigados a apresentar o *registration statements* para facilitar o exercício dos direitos de preferência, e, portanto, não podemos assegurar aos detentores de ADSs que o referido *registration statement* será apresentado. Como resultado, a participação acionária de tais detentores de ADSs de nossa Companhia poderá ser diluída. No entanto, se os direitos ou ações, conforme o caso, não estiverem registrados conforme requerido, o banco depositário tentará vender os direitos de preferência de titularidade dos detentores de ADSs e vocês terão o direito de receber o valor líquido de venda, se houver. Porém, os direitos de preferência expirarão sem direito a compensação caso o banco depositário não obtenha sucesso em sua venda.

***Se os detentores de ADSs trocarem as ADSs por ações, poderão perder certas vantagens quanto à remessa de moeda estrangeira e impostos brasileiros.***

As ADSs beneficiam-se do certificado de registro de capital estrangeiro do banco depositário, que permite ao banco depositário converter dividendos e demais distribuições referentes às ações em moeda estrangeira e remeter os recursos ao exterior. Caso os detentores de ADSs permutem suas ADSs por ações, terão apenas o direito de se valer, durante cinco dias úteis a contar da data da troca, do certificado de registro de capital estrangeiro do depositário. Subsequentemente, os detentores de ADSs não serão capazes de remeter ao exterior moeda estrangeira a menos que os detentores de ADSs obtenham seu próprio certificado de registro de capital estrangeiro, ou sejam classificados na Resolução nº 4.373 do Conselho Monetário Nacional, de 29 de setembro de 2014 (em substituição a Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000), que autoriza os investidores a comprar e vender ações em bolsas de valores brasileiras independentemente da obtenção de certificados de registro em separado. Caso os detentores de ADSs não se classifiquem sob a Resolução nº 4.373 (em substituição a Resolução nº 2.689), os detentores de ADSs estarão sujeitos a pagamento de impostos sobre distribuições relacionadas às ações. O certificado de registro do depositário ou qualquer certificado de registro de capital estrangeiro obtido por detentores de ADSs poderá ser afetado por alterações futuras em lei e regulamento, e poderão ser impostas aos detentores de ADSs no futuro restrições brasileiras adicionais aplicáveis aos seus investimentos. Para uma explanação mais completa sobre a tributação no Brasil, veja "Item 10.E. Informações Adicionais — Tributação — Considerações Fiscais no Brasil."

***Controles e restrições à remessa de moeda estrangeira poderão prejudicar a capacidade de investidores estrangeiros da Ultrapar de converter e remeter dividendos, distribuições ou recursos provenientes da venda de ações de emissão da Ultrapar, nossa habilidade de fazer pagamentos de dividendos a investidores estrangeiros e o valor de mercado de nossas ações e ADSs.***

A legislação brasileira determina que sempre que houver um sério desequilíbrio no balanço de pagamentos brasileiro, ou razões para prever um sério desequilíbrio, o Governo Brasileiro poderá impor restrições temporárias às remessas para os investidores estrangeiros das receitas de seus investimentos no Brasil. A probabilidade de que o Governo Brasileiro venha a impor tais restrições pode ser determinada pelo volume das reservas cambiais brasileiras em moeda estrangeira, pela disponibilidade de moeda estrangeira nos mercados cambiais na data de vencimento de um pagamento, pelo tamanho do ônus do serviço da dívida brasileira em relação à economia como um todo e pela política brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional, entre outros fatores. Não podemos assegurar que o Banco Central não irá modificar suas políticas ou que o Governo Brasileiro não irá instituir restrições ou atrasos nos pagamentos, por emissores brasileiros, de dividendos relativos aos títulos emitidos nos mercados de capitais estrangeiros até o momento. Tais restrições ou atrasos podem impactar negativamente sua habilidade de converter e remeter dividendos, distribuições ou recursos provenientes da venda de ações e nossa habilidade em pagar dividendos a titulares não residentes no Brasil, afetando o preço das nossas ações e ADSs.

***Mudanças nas leis tributárias brasileiras podem ter um impacto adverso nos impostos aplicáveis à alienação dos ADSs.***

De acordo com a Lei nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003, a alienação de ativos localizados no Brasil de um detentor não residente para um detentor residente ou não residente no Brasil, está sujeita à tributação no Brasil, independentemente se tal alienação ocorra dentro ou fora do Brasil. No caso de tal alienação de ativos ser interpretada também como alienação de ADSs, tal lei poderia resultar na imposição de impostos sobre a alienação dos nossos ADSs entre não residentes no Brasil. Veja o "Item 10.E. Informações Adicionais — Tributação — Considerações fiscais no Brasil — Tributação de ganhos".

***A venda de quantidades significativas de nossas ações pode fazer com que o valor de mercado nossas ações ou ADSs diminua.***

Os acionistas da Ultra S.A., que detinham 22% de nossas ações em circulação, têm o direito de converter suas ações de Ultra S.A. em ações da Ultrapar e livremente negociá-las no mercado, como descrito no "Item 7.A. Principais Acionistas e Operações com Partes Relacionadas — Principais Acionistas — Acordo de Acionistas da Ultra S.A." Outros acionistas, que podem negociar livremente as suas ações ordinárias, detêm parcela significativa de nossas ações remanescentes. A venda de um número significativo de ações de nossa emissão pode afetar negativamente o valor de mercado das ações e dos nossos ADSs. O valor de mercado de nossas

ações e nossos ADSs pode reduzir significativamente se os detentores de ações ou ADSs venderem suas participações ou se o mercado perceber alguma intenção de venda.

*Pode haver divergências no imposto de renda federal americano para Detentores dos EUA caso sejamos ou nos tornemos a ser tratados como PFIC sob o Código de Receita Interna (U.S. Internal Revenue Code).*

Caso sejamos considerados como PFIC, em algum ano durante o qual os Detentores dos EUA possuam nossas ações ou ADSs, eles podem estar sujeitos a certas consequências adversas de imposto de renda federal americano. Baseado na forma como atualmente operamos nossos negócios, na composição projetada de nossas receitas e valorização de nossos ativos, e atual interpretação das regras de PFIC, não acreditamos que tenhamos sido uma PFIC em 2017 e não esperamos ser futuramente. Contudo, como o cálculo para a determinação da condição de PFIC de uma empresa é efetuado ano a ano, e está sujeito a alterações e a diferentes interpretações, não podemos garantir que não seremos tratados como PFIC no ano fiscal corrente ou em qualquer ano fiscal subsequente. Detentores dos EUA devem ler com atenção o "Item 10.E. Informações Adicionais — Tributação — Considerações sobre Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos" para uma descrição das regras de PFIC e consultar seus próprios consultores tributários sobre a probabilidade e as consequências de sermos tratados como uma PFIC para fins de imposto de renda federal americano.

## **ITEM 4. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA**

### **A. História e Desenvolvimento da Companhia**

Fomos constituídos em 20 de dezembro de 1953, e nossas origens remontam a 1937, quando Ernesto Igel fundou a Ultragaz e foi pioneiro no uso de GLP como gás de cozinha no Brasil, utilizando vasilhames de gás adquiridos da companhia Zeppelin. O fogão a gás passou a substituir os tradicionais fogões à lenha e, em menor escala, querosene e carvão mineral, que dominavam as cozinhas brasileiras naquela época.

Em 1966, a demanda no mercado por serviços de transporte de alta qualidade e segurança levou ao ingresso no segmento de transporte e armazenamento de produtos químicos, petroquímicos e GLP. Em 1978, foi fundado o Tequimar, que passou a responder pelo negócio de armazenamento.

Também fomos pioneiros no desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira, o que levou à constituição da Oxitenos em 1970, cuja primeira planta localizava-se no polo petroquímico de Mauá, na região metropolitana de São Paulo. Em 1974, a Oxitenos inaugurou sua segunda unidade industrial, no polo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Em 1986, para atender às necessidades específicas de seus clientes, a Oxitenos criou seu centro de pesquisa e desenvolvimento.

Em 1995, através da Ultragaz, introduzimos o UltraSystem — sistema de abastecimento a granel de pequeno porte — para os segmentos residencial, comercial e industrial. No mesmo período, iniciamos o processo de expansão geográfica da Ultragaz através da construção de novas bases de engarrafamento de GLP e bases satélites.

Em 1997, nós concretizamos a expansão da planta da Oxitenos no polo petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia.

Em 6 de outubro de 1999, concluímos a oferta pública inicial ("IPO") e nossas ações preferenciais passaram a ser negociadas simultaneamente na B3 e na NYSE.

Em 2000, a Ultragaz deu início à construção de quatro novas bases de engarrafamento, passando assim a abranger grande parte do território nacional. Ainda em 2000, entrou em operação a primeira das quatro novas bases, localizada na cidade de Goiânia, estado de Goiás. Em 2001, a Ultragaz inaugurou duas novas bases de engarrafamento de GLP: uma na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, e outra na cidade de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro. Em 2002, a Ultragaz iniciou operações em uma nova base de engarrafamento na cidade de Betim, estado de Minas Gerais.

Em março de 2000, os acionistas da Ultra S.A., então companhia controladora da Ultrapar, assinaram um acordo garantindo tratamento igualitário para todos os acionistas da Ultrapar (detentores de ações ordinárias e preferenciais) no caso de mudança de controle — direito de *tag along*. O acordo previa que qualquer transferência de controle, direta ou indiretamente, somente poderia ser executada mediante uma oferta pública de ações pela entidade adquirente para aquisição das ações de todos os acionistas e pelo mesmo preço e condições de pagamento oferecidas aos acionistas controladores.

Em abril de 2002, a Oxitenos completou uma oferta pública para aquisição de ações de sua subsidiária Oxitenos Nordeste, com a aquisição de, aproximadamente, 73,3% das ações detidas por acionistas minoritários. Como resultado, a Oxitenos aumentou sua participação no capital total da Oxitenos Nordeste de 97% para 98,9%, desembolsando R\$ 4,4 milhões.

Em dezembro de 2002, concluímos um processo de reorganização societária, que teve início em outubro de 2002. Esta reorganização societária consistiu basicamente na: (i) a incorporação da Gipóia Ltda., uma companhia que detinha, diretamente, 23%

do capital social da Ultragaz e era controlada pela Ultra S.A., pela Ultrapar, aumentando nossa participação no capital da Cia. Ultragaz para 100% e (ii) a troca de ações de emissão da Oxitenos por ações de emissão da Ultrapar.

Em agosto de 2003, adquirimos a operação de distribuição de GLP da Royal Dutch/Shell N.V. no Brasil - Shell Gás, pelo montante total de R\$ 170,6 milhões. Com esta aquisição, a Ultragaz se tornou a líder de mercado neste segmento, com 24% de participação naquela data.

Em dezembro de 2003, concluímos a compra da Canamex, empresa mexicana de especialidades químicas. Em junho de 2004, adquirimos os ativos operacionais da Rhodia Especialidades S.A. de C.V. no México. As aquisições tiveram como objetivo estabelecer uma maior presença no mercado petroquímico mexicano e criar uma plataforma de produção e distribuição para atender o mercado dos Estados Unidos. Desde julho de 2007, a Canamex passou a ser denominada Oxitenos Mexico, S.A., de C.V. ("Oxitenos Mexico").

Em abril de 2005, concluímos a oferta primária e secundária de ações preferenciais e em julho de 2005, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Ultrapar.

Em julho de 2005, a Ultracargo inaugurou o terminal intermodal de Santos, sua segunda instalação portuária que integra os modais de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo, com capacidade de armazenagem de 33,5 mil m<sup>3</sup> para produtos químicos, 40 mil m<sup>3</sup> para álcool e 38 mil m<sup>3</sup> para óleos vegetais.

Em agosto de 2006, anunciamos a assinatura de um acordo entre a Oxitenos Nordeste e a Braskem, para fornecimento de eteno, por um prazo de 15 anos.

Também em agosto de 2006, a Oxitenos inaugurou seu primeiro escritório comercial no exterior, em Buenos Aires, na Argentina – a Oxitenos Argentina S.R.L.

Em março de 2007, Ultrapar, Petrobras e Braskem anunciaram a sua intenção de adquirir o Grupo Ipiranga e a Ultrapar, com interveniência da Petrobras e Braskem, e os principais acionistas das principais empresas que constituíam o Grupo Ipiranga. Em abril de 2007, a Ultrapar adquiriu o controle de certas empresas do Grupo Ipiranga, passando a deter os Negócios de Distribuição Sul, a EMCA e um terço das operações de refino. Após a aquisição do Grupo Ipiranga, a Ultrapar, maior distribuidora de GLP do Brasil, tornou-se a segunda maior distribuidora de combustíveis do país, detendo 14% do mercado em 2007, de acordo com a ANP. Após a conclusão de todas as etapas da aquisição do Grupo Ipiranga, seus negócios foram divididos entre a Petrobras, a Ultrapar e a Braskem. A Ultrapar reteve os negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil; a Petrobras recebeu os negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil; a Petrobras e a Braskem receberam os Negócios Petroquímicos, na proporção de 60% para a Braskem e 40% para a Petrobras. Para uma discussão mais detalhada sobre a aquisição do Grupo Ipiranga, veja nosso Formulário F-4 arquivado na SEC em 17 de dezembro de 2007.

Em abril de 2007, a Ultrapar adquiriu os ativos de sulfatados/sulfonados da Unión Química S.A. de C.V. em San Juan del Río no México através de sua subsidiária Oxitenos México.

Em setembro de 2007, a Oxitenos adquiriu a Arch Andina, uma subsidiária da americana Arch Chemicals, Inc. Na data da aquisição, a Arch Andina era a única empresa produtora de etoxilados da Venezuela, o único país da América Latina produtor de óxido de eteno onde a Oxitenos não possuía operações. O valor pago pela aquisição foi de US\$ 7,6 milhões. A companhia passou a se chamar Oxitenos Andina. Em setembro de 2007, a Oxitenos também anunciou a abertura de um escritório comercial nos Estados Unidos.

Em janeiro de 2008, a Ultrapar aumentou significativamente a liquidez de suas ações através da emissão de 55 milhões de ações preferenciais como consequência do processo de Incorporação de Ações. A Incorporação de Ações elevou o *free float* da Ultrapar de 32 milhões de ações para 87 milhões de ações, sendo que o *free float* passou para 64% do capital total da Companhia. Este significativo aumento no tamanho do *free float* possibilitou a entrada das ações da Ultrapar no índice Ibovespa, o índice da B3.

Em junho de 2008, a Ultrapar, através da Ultracargo, anunciou o acordo de compra e venda das quotas correspondentes a 100% do capital total da União Terminais detido pela Unipar. Em outubro de 2008, a Ultrapar concluiu a aquisição correspondente aos terminais nos portos de Santos e Rio de Janeiro. Em novembro de 2008, concluiu a aquisição de 50% do capital social detido pela Unipar na União/Vopak, que possui um terminal no porto de Paranaguá. A combinação de suas operações com a União Terminais dobrou o tamanho da Ultracargo em termos de EBITDA, tornando-a a maior empresa de armazenagem para grãos líquidos do Brasil, reforçando sua escala de operação. Com esta aquisição, a Ultracargo aumentou sua presença no porto de Santos, principal porto do país, e passou a estar estrategicamente posicionada nos portos do Rio de Janeiro e de Paranaguá, onde não possuía operações.



Em julho de 2008, a Oxitenos inaugurou seu primeiro escritório comercial na Europa e o terceiro fora do Brasil em Bruxelas, na Bélgica como parte da sua estratégia de internacionalização.

Em agosto de 2008, a Ultrapar anunciou que sua subsidiária SBP assinou contrato de compra e venda com a Chevron para a aquisição de 100% das quotas da CBL e Galena. Antes da liquidação financeira, a CBL e a Galena tiveram as atividades de lubrificantes e exploração de petróleo no Brasil segregadas e transferidas para outras pessoas jurídicas da Chevron. Em março de 2009, a Ultrapar concluiu a aquisição e pagou R\$ 1.106 milhões à Chevron, em adição ao depósito de US\$ 38 milhões feito à Chevron em agosto de 2008. Em agosto de 2009, a Ultrapar também desembolsou R\$ 162 milhões relativos ao ajuste previsto de capital de giro, refletindo o maior capital de giro efetivamente recebido pela Ultrapar na data da liquidação financeira da aquisição (conforme previsto no contrato de compra e venda). A combinação com a Texaco criou um negócio de distribuição de combustíveis nacional, possibilitando melhor posicionamento da empresa para o crescimento e maior competitividade através da maior escala de operações. Após a conclusão desta aquisição, a Ipiranga implementou seu plano de negócios, que consistiu em duas frentes de trabalho principais: (i) integração operacional, administrativa e financeira da Texaco e (ii) implementação do modelo de negócios da Ipiranga na rede ampliada, com uma vasta gama de produtos e serviços e uma abordagem diferenciada com seus revendedores. Em 31 de dezembro de 2012, a Ultrapar também realizou toda a conversão dos postos adquiridos da marca Texaco da rede adquirida para a marca Ipiranga. Nos termos dos Acordos para Aquisição do Grupo Ipiranga, a Petrobras tinha o direito exclusivo de usar a marca Ipiranga nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por cinco anos, a contar da data da aquisição, expirado em março de 2012. Até este período, a Ipiranga operou nessas regiões com a marca Texaco.

Também em agosto de 2008, a Ultrapar anunciou a assinatura de um contrato de fornecimento de eteno entre a Oxitenos e a Braskem para o fornecimento de eteno para a unidade de Mauá no estado de São Paulo, em vigor até 2023. Ao mesmo tempo, a Oxitenos vendeu a participação acionária que possuía na Quattor, equivalente a 2.803.365 ações, por R\$ 46 milhões.

Em outubro de 2008, algumas expansões de capacidade da Oxitenos foram concluídas, incluindo (i) o início da operação da unidade oleoquímica, com capacidade anual de produção de aproximadamente 100 mil toneladas de álcoois graxos e coprodutos; (ii) a expansão da unidade de óxido de eteno em Mauá, acrescentando 38 mil toneladas à capacidade anual de produção desse produto; e (iii) a expansão das unidades de etoxilados e etanolaminas em Camaçari, que adiciona 120 mil toneladas à capacidade anual de produção desses produtos.

Em fevereiro de 2009, foi aprovado, em assembleia geral extraordinária da RPR, o aumento de capital em R\$ 15 milhões, mediante a emissão de 15 milhões de novas ações ordinárias e preferenciais e a admissão de novos acionistas no seu capital social, como parte do processo de aquisição do Grupo Ipiranga. Como consequência, a RPR alterou sua condição de subsidiária integral da Ultrapar para sociedade pluripessoal. A Ultrapar possui atualmente participação de 33% na RPR.

Em dezembro de 2009, a Ultrapar, através da Ultracargo, pagou R\$ 44 milhões pela aquisição da Puma Storage do Brasil Ltda., um terminal para armazenagem para grãos líquidos com capacidade de 83 mil metros cúbicos localizado no porto de Suape, Pernambuco.

Em março de 2010, a Ultrapar celebrou um contrato para a venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário da Ultracargo por R\$ 82 milhões. A venda foi concluída em julho de 2010.

Em agosto de 2010, a Oxitenos concluiu a expansão da unidade de etoxilação de Camaçari, adicionando 70 mil toneladas à capacidade anual de produção.

Em outubro de 2010, a Ultrapar anunciou a assinatura do contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da DNP. O valor total da aquisição foi de US\$ 73 milhões. DNP distribuía combustíveis nos estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Pará e Mato Grosso através de uma rede de 110 postos, com 4% de participação de mercado em 2009 na região Norte do Brasil, sendo a quarta maior distribuidora de combustíveis desta área geográfica.

Em fevereiro de 2011, foi aprovado em assembleia geral extraordinária o desdobramento das ações de emissão da Ultrapar, de forma que cada ação passou a ser representada por 4 ações, sem qualquer alteração do montante financeiro e da participação do acionista no capital da Companhia. Com o desdobramento, a relação existente entre as ações emitidas e os ADRs foi mantida à razão de 1/1, ou seja, cada ADR continuou a ser representado por uma ação de emissão da Ultrapar.

Em abril de 2011, o Conselho de Administração da Ultrapar, em reunião realizada, aprovou a submissão a nossos acionistas de uma proposta de (a) conversão da totalidade das ações preferenciais de sua emissão em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária; (b) nova redação do estatuto social, prevendo diversas alterações em relação ao estatuto anteriormente vigente, visando ao fortalecimento de sua governança corporativa e a adequação às normas constantes do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; e (c) adesão da Ultrapar ao segmento de listagem Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Em agosto de 2011, as ações da Ultrapar passaram a ser negociadas no *Novo Mercado* sob o símbolo UGPA3. Nesta mesma data, os ADRs da Ultrapar, anteriormente lastreados em ações preferenciais, passaram a ser lastreados em ações ordinárias de emissão de Ultrapar e passaram a ser negociadas na NYSE sob esse novo formato.

Em agosto de 2011, concluímos a expansão da unidade de óxido de eteno em Camaçari, adicionando 90 mil toneladas por ano a sua capacidade produtiva.

Em agosto de 2011, a Oxitenos abriu um escritório comercial em Bogotá, Colômbia – Oxitenos Colombia S.A.S.

Em setembro de 2011, a expansão do terminal de Suape da Ultracargo entrou em operação, aumentando a capacidade de armazenagem da Ultracargo em 26 mil metros cúbicos. Este projeto era parte do plano de expansão da Ultracargo iniciado em 2010.

Em outubro de 2011, a Ultragas adquiriu o negócio de distribuição de GLP da Repsol no Brasil por R\$ 50 milhões, incluindo R\$ 2 milhões relativos ao caixa líquido da empresa adquirida.

Em abril de 2012, a Oxitenos adquiriu uma planta de especialidades químicas por US\$ 15 milhões, sem assunção de dívida. A planta está localizada em Pasadena, Texas, um dos mais importantes centros mundiais de produção de químicos, beneficiando-se de condições atrativas de matérias-primas, incluindo matérias-primas competitivas derivadas de gás natural, além de infraestrutura logística altamente eficiente. A Oxitenos investiu, em 2012 e 2013, R\$ 42 milhões para modernização da planta para sua linha de produtos de tensoativos. A capacidade total de produção é de 32 mil toneladas por ano e o início das operações ocorreu no fim de 2012.

Em maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a nomeação de Thilo Mannhardt para a sucessão de Pedro Wongschowski como Diretor Presidente da Companhia, com mandato a partir de 1º de janeiro de 2013. Pedro Wongschowski substituiu Thilo Mannhardt no Conselho de Administração, seguindo a filosofia da Ultrapar de planejar adequadamente as mudanças em sua administração.

Em maio 2012, Oxitenos abriu um escritório comercial em Xangai, na China – Oxitenos Shanghai Trading LTD.

Em julho de 2012, a Ultracargo adquiriu a Temmar da Temmar Netherlands B.V. e a Noble Netherlands B.V., subsidiárias do Noble Group Limited, por R\$ 68 milhões, além de ter assumido uma dívida líquida no valor de R\$ 91 milhões. Em dezembro de 2013, visando à simplificação da estrutura societária, a subsidiária Temmar foi incorporada pela Tequimar. A Temmar possuía um terminal no porto de Itaquí, o que aumentava em 55 mil metros cúbicos a capacidade da Ultracargo.

Em setembro de 2012, concluímos expansão do terminal de Santos, aumentando em 30 mil metros cúbicos a capacidade de armazenagem da Ultracargo. Essa expansão, juntamente com a expansão no mesmo terminal concluída em janeiro de 2012, que aumentou sua capacidade em 12 mil metros cúbicos, e com a expansão no terminal de Aratu concluída em junho de 2012, que aumentou sua capacidade em aproximadamente 4 mil metros cúbicos, representou uma capacidade combinada adicional de 46 mil metros cúbicos para a Ultracargo. O projeto foi parte do plano de expansão da Ultracargo iniciado em 2010, para aumentar sua capacidade de armazenagem total em 15%.

Em novembro de 2012, a Oxitenos adquiriu a American Chemical (atual Oxitenos Uruguay), uma empresa uruguaia de especialidades químicas, pelo valor de R\$ 107 milhões, com assunção de dívida líquida de R\$ 33 milhões. A Oxitenos Uruguai tem capacidade de produção de 81 mil toneladas por ano, principalmente tensoativos sulfonados e sulfatados para os mercados de cosméticos e detergentes e produtos para a indústria de couro. Com a aquisição da Oxitenos Uruguay, a Oxitenos deu continuidade à expansão das suas atividades internacionais, iniciada em 2003 e fundamentada em seu profundo conhecimento da tecnologia para a produção e aplicação de tensoativos e especialidades químicas e no forte relacionamento com seus clientes.

Em novembro de 2012, a Ipiranga entrou no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis, por meio da ConectCar. Essa iniciativa foi motivada pelas novas regras implementadas em 2012 para incentivar a concorrência nesse segmento e reúne a experiência e a complementaridade de seus sócios, cada um deles com participação de 50% na sociedade. A ConectCar se encaixa na estratégia de diferenciação da Ipiranga, oferecendo mais produtos e serviços em sua rede de postos, com foco em conveniência e praticidade, gerando benefícios aos seus consumidores, revendedores e à companhia. As operações da ConectCar tiveram início em abril de 2013 e a empresa atua em mercados com grandes perspectivas de crescimento.

Em maio de 2013, a Ultracargo concluiu a expansão no terminal de Aratu, adicionando 22 mil metros cúbicos e no terminal de Santos adicionou 4 mil metros cúbicos, totalizando 26 mil metros cúbicos de capacidade de armazenagem adicional.

Em setembro de 2013, a Ultrapar anunciou a associação com a Extrafarma, uma das dez maiores redes de farmácias do Brasil, marcando a entrada no negócio de varejo farmacêutico. Veja "—Transação da Extrafarma" abaixo.

Em fevereiro de 2014, os acionistas de Ultra S.A. assinaram um novo acordo de acionistas que substituiu o acordo de acionistas de Ultra de S.A. de 2011. Os principais termos do acordo de acionistas da Ultra S.A. versam principalmente sobre (i) o processo de decisão do voto da Ultra S.A. nas assembleias gerais da Ultrapar; e (ii) os procedimentos para a realização de permuta, por parte de qualquer acionista membro do acordo de acionistas, de ações de Ultra S.A. por ações da Ultrapar. Os termos e as condições do novo acordo de acionistas são substancialmente os mesmos que os do acordo de acionistas anterior, datado de 2011, exceto, principalmente, a substituição das reuniões prévias dos acordantes por assembleias gerais de Ultra S.A. para determinar o voto da Ultra S.A. em certas matérias das assembleias gerais de Ultrapar. Veja "Item 7.A. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas — Principais Acionistas — Acordo de Acionistas".

Em junho de 2015, a Ultrapar anunciou mudanças em sua diretoria aprovadas pelo Conselho de Administração. Após oito anos como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Ultrapar, André Covre assumiu o cargo de Diretor Superintendente da Extrafarma. André Covre sucedeu Paulo Lazera, que continuará envolvido com a Ultrapar como acionista e como consultor especial para Extrafarma. A posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores foi assumida por André Pires de Oliveira Dias.

Em outubro de 2015, a Redecard S.A. firmou um acordo com a OTP para adquirir 50% ConectCar, por R\$ 170 milhões. O novo acionista proporcionou oportunidades para a ConectCar ampliar seus serviços para novos mercados, continuando com a sua finalidade de oferecer aos clientes mobilidade, conveniência, flexibilidade e, sobretudo, benefícios diferenciados.

Em 12 de junho de 2016, a Ipiranga assinou um contrato de compra e venda para a aquisição, direta ou indireta, de 100% do capital social da Ale e dos ativos que abrangem suas operações. O valor total da aquisição foi de R\$ 2.168 milhões. Em 02 de agosto de 2017, o CADE rejeitou a transação referente à aquisição da Ale e dos ativos que abrangem suas operações apesar de todos os esforços feitos pelas partes. O contrato foi automaticamente resolvido, sem qualquer penalidade das partes.

Em 04 de agosto de 2016, nossa subsidiária IPP celebrou um acordo de associação com a Chevron para criar uma nova empresa: ICONIC, no negócio de lubrificantes; dos quais a Ipiranga e a Chevron detêm 56% e 44%, respectivamente. As operações iniciaram em 1º de dezembro de 2017 e o CADE aprovou a transação em 09 de fevereiro de 2017.

Em 17 de novembro de 2016, a Ultragas celebrou um contrato de compra e venda para a aquisição de 100% do capital social da Liquigás. O valor de empresa da aquisição foi de R\$ 2,8 bilhões. Em 28 de fevereiro de 2018, o CADE rejeitou a operação relativa à aquisição da Liquigás, apesar de todos os esforços feitos pelas partes. O contrato foi automaticamente rescindido, aplicando-se à Ultragas multa paga em 13 de março de 2018, em favor da Petrobras, no valor de R\$ 286 milhões, conforme os termos do contrato de compra e venda.

Em junho de 2017, a Ultrapar anunciou mudanças na Diretoria Executiva aprovadas pelo seu Conselho de Administração. Após cinco anos como Diretor Presidente da Ultrapar, Thilo Mannhardt decidiu não renovar seu contrato com a Companhia. A partir de outubro de 2017, Frederico Curado assumiu o cargo de Diretor Presidente.

### ***Transação da Extrafarma***

**Sumário.** Em 30 de setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Extrafarma, uma das dez maiores redes de drogarias do Brasil. Nos termos do acordo, a Ultrapar e a Extrafarma realizaram uma incorporação de ações, através da qual ocorreu a incorporação pela Ultrapar de 100% das ações de emissão da Extrafarma em troca de até 2,9% de novas ações de emissão da Ultrapar aos acionistas da Extrafarma. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da associação pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma e, consequentemente, a Extrafarma se tornou uma subsidiária integral da Ultrapar a partir de 01 de fevereiro de 2014. O valor da associação foi representado pela emissão de até 16.028.131 ações da Ultrapar e assunção de endividamento líquido da Extrafarma no valor de R\$ 106 milhões em 31 de dezembro de 2012.

**Estrutura da Transação da Extrafarma.** A Ultrapar recebeu dos antigos sete acionistas da Extrafarma (que são os herdeiros do fundador da Extrafarma) a totalidade das ações da Extrafarma em troca de 12.021.100 novas ações emitidas da Ultrapar, nos termos do art. 252 da Lei das Sociedades por Ações, aumentando o nosso capital social emitido para 556.405.096 ações. Além disso, como um mecanismo para eventuais ajustes relacionados a contingências cujo fato gerador ocorreu antes da conclusão da transação, emitimos bônus de subscrição aos antigos acionistas da Extrafarma que, se exercidos, poderiam levar à potencial emissão de 4.007.031 ações no futuro, sujeitos a ajustes com base em diversos fatores. Do total das potenciais ações que poderiam ser emitidas aos antigos acionistas da Extrafarma no exercício dos bônus de subscrição, os acionistas da Extrafarma poderiam receber até 801.409 ações adicionais com base em ajustes no capital de giro, e 3.205.622 ações com base na ausência de obrigações de indenização.

Em 31 de janeiro de 2014, a Extrafarma se tornou uma subsidiária integral da Ultrapar, e os antigos acionistas da Extrafarma tornaram-se acionistas de longo prazo da Ultrapar, que acreditamos que evidencia a sua confiança no potencial de crescimento do setor e no projeto a ser desenvolvido pela Ultrapar e Extrafarma.

Em 30 de junho de 2014, após avaliar o endividamento e o capital de giro da Extrafarma, determinamos que os bônus de subscrição relacionados ao capital de giro não serão exercidos pelos antigos acionistas da Extrafarma e, consequentemente, revertemos a provisão integral relativa à emissão de 801.409 ações correspondentes a esses bônus, correspondentes a R\$ 42,1 milhões. Além disso, também registramos R\$ 12,2 milhões em contas a receber em “demais contas a receber” no ativo circulante de 31 de dezembro de 2014 para refletir valores a pagar adicionais a nós pelos antigos acionistas da Extrafarma. Em 22 de junho de 2015, foi formalizado entre as partes o acordo referente ao ajuste final de capital de giro e endividamento da transação no montante de R\$ 26,0 milhões, que foi recebido pela Ultrapar no 3º trimestre de 2015. Os bônus de subscrição – indenização podem ainda ser exercidos a partir de 2020, cujos valores serão determinados com base nas variações das provisões para passivos contingentes e riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Vide Nota 3.a às nossas demonstrações financeiras consolidadas para maiores informações com relação à Transação da Extrafarma, incluindo informações sobre combinação de negócios e ágio, e "Anexo 4.18. — Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações (incorporação de ações)."

As 12.021.100 ações da Ultrapar recebidas pelos antigos acionistas da Extrafarma estão sujeitas a acordos de *lock-up* e se tornarão disponíveis para negociação em fases. Do total de ações, 33,5% estavam imediatamente disponíveis para negociação após o fechamento, 8,3% tornam-se disponíveis em fevereiro de 2015, 2016, 2017 e 2018, e uma parcela de 8,3% a ser liberada em 2019, com uma parcela final de 25% a ser liberada do *lock-up* em 2020, no sexto ano após o encerramento.

### ***Ultracargo – Incêndio em Santos***

Em abril de 2015, ocorreu um incêndio em seis tanques de etanol e gasolina operados pela Ultracargo em Santos, o que representava 4% da capacidade geral da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, em 21 de fevereiro de 2018, a Justiça Federal acolheu uma denúncia criminal oferecida pelo Ministério Público contra Tequimar, que aguardará citação da demanda para tomar todas as medidas cabíveis à sua defesa. Tequimar pretende defender-se vigorosamente contra essas acusações, uma vez que receber a intimação oficial do tribunal, que até a data deste relatório anual ainda não foi recebida.

Em junho de 2017, a Ultracargo obteve as licenças necessárias para o retorno das operações de 67,5 mil metros cúbicos de um total de 150 mil metros cúbicos. A tancagem remanescente permanece paralisada e o processo de obtenção das licenças para reiniciar as operações está em andamento, até a data deste relatório anual.

Como resultado da evolução do processo de regulação com as seguradoras, em 31 de dezembro de 2016, a companhia reconheceu seguros a receber no valor de R\$ 366,7 milhões e indenizações a clientes e terceiros no valor de R\$ 99,9 milhões em seu balanço patrimonial. No primeiro trimestre de 2017, a Ultracargo recebeu integralmente das seguradoras o valor das indenizações. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros é de R\$ 72,2 milhões. Além disso, também foram lançados passivos contingentes não reconhecidos relacionados a ações judiciais e extrajudiciais no valor de R\$ 88,1 milhões e R\$ 25,9 milhões (R\$ 96,4 milhões e R\$ 16,6 milhões em dezembro de 2016), respectivamente.

Veja "Item 8.A. Demonstrações Consolidadas e demais Informações Financeiras — Processos judiciais."

### ***Desenvolvimentos Recentes***

#### ***Aquisição***

Em 30 de janeiro de 2018, a Companhia por meio da controlada Tequimar, assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda. ("TEAS"), de propriedade da Raízen Energia S.A. e Raízen Araraquara Açúcar e Alcool Ltda., que já era operado pela Tequimar no Porto de Santos. O valor da aquisição foi de R\$ 103 milhões. A consumação da operação está sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. Em 09 de fevereiro de 2018, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido em 10 de fevereiro de 2018. Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída.

#### ***Debêntures***

Em fevereiro de 2018, foi aprovada a sexta emissão de debêntures da Ultrapar em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, prazo de 5 anos (pagamento do valor nominal em parcela única no vencimento final) e remuneração de 105,25% do CDI. As principais características destas debêntures são as seguintes:

Valor principal: .....	R\$1.725.000.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$1.000,00
Vencimento: .....	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal: .....	Parcela única no vencimento final
Remuneração: .....	105,25% of CDI
Pagamento da remuneração: .....	Semestralmente

## Investimentos

Temos realizado substanciais investimentos em nossas operações nos últimos três exercícios sociais. Na Ultragaz, investimos na (i) na distribuição de GLP para o segmento granel de pequeno porte (UltraSystem); (ii) na aquisição e renovação de vasilhames e tanques de GLP; e (iii) no fortalecimento e reestruturação de nossa logística de distribuição. Ao longo dos últimos três anos também investimos na consolidação da nossa cobertura geográfica nacional. Os investimentos na Ipiranga foram direcionados para (i) expansão da rede de postos Ipiranga, lojas de conveniência e pontos de venda de lubrificantes, (ii) expansão da sua infraestrutura de logística para atender a crescente demanda e (iii) manutenção das suas operações. A Oxitenio investiu na manutenção das suas unidades de produção, principalmente para especialidades químicas no Brasil, México e Estados Unidos, bem como na expansão das operações nos Estados Unidos, e na modernização das suas plantas industriais. A Ultracargo investiu principalmente na manutenção de suas instalações de armazenamento em resposta à maior demanda por infraestrutura logística no Brasil, incluindo a modernização dos sistemas de segurança dos seus terminais. A Extrafarma investiu principalmente na abertura e manutenção das suas lojas. Veja o “Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia.” Em todos os negócios temos investido em tecnologia da informação, visando à integração dos processos, à melhoria da qualidade da informação, à redução no tempo de resposta na tomada de decisões e ao aprimoramento de nossos serviços.

A tabela a seguir mostra nossas adições ao imobilizado, equipamentos e ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(em milhões de Reais)		
Ipiranga .....	1.059,9	892,3	853,9
Oxitenio .....	463,1	288,4	131,4
Ultragaz .....	214,9	225,5	219,9
Ultracargo .....	86,4	78,9	23,9
Extrafarma .....	170,5	142,8	80,8
Outros <sup>(1)</sup> .....	22,6	9,9	24,2
<b>Total – adições ao imobilizado, plantas, equipamentos e ativos intangíveis .....</b>	<b>2.017,3</b>	<b>1.637,9</b>	<b>1.334,2</b>

<sup>(1)</sup> Inclui principalmente gastos de capital relacionados à tecnologia da informação corporativa.

Em 2017, o total das adições ao imobilizado, equipamentos e ativos intangíveis da Ultrapar totalizou R\$ 2.017 milhões. Na Ipiranga, foram investidos R\$ 1.336 milhões, sendo praticamente 50% na expansão de sua rede (através do embaixamento de postos bandeira branca e abertura de novos postos) e de franquias am/pm e Jet Oil, e os demais 50% em bases logísticas e renovação e manutenção da rede (principalmente bonificações para nossos revendedores) e manutenções, que aumentam a vida útil do bem. Do total dos investimentos realizados pela Ipiranga, R\$ 1.060 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, enquanto R\$ 277 milhões são referentes a liberações de financiamentos a clientes, líquidos de repagamentos (financiamentos a clientes são fornecidos geralmente para renovação e modernização em suas instalações, compra de produtos e no desenvolvimento de combustíveis e lubrificantes no mercado de distribuição). Na Oxitenio, o total dos investimentos em 2017 foi de R\$ 463 milhões, principalmente direcionado na construção da nova planta nos Estados Unidos e na manutenção de suas unidades produtivas, que aumentam a vida útil do bem. A Ultragaz, investiu R\$ 215 milhões, direcionados principalmente para o segmento granel, reposição e aquisição de vasilhames e manutenção das bases de engarrafamento, que aumentam a vida útil do bem. Em 2017, a Ultracargo investiu R\$ 86 milhões, principalmente à modernização dos sistemas de segurança dos terminais e à adequação e manutenção da infraestrutura existente, que aumentam a vida útil do bem. A Extrafarma investiu R\$ 170 milhões, principalmente na construção de novas lojas, sistema de informações e renovação das lojas existentes.

O plano de investimentos da Ultrapar para 2018 totaliza R\$ 2.676 milhões, demonstrando a continuidade de boas oportunidades para crescimento orgânico e ganhos de produtividade, assim como a modernização das operações existentes. O valor abaixo não contempla eventuais aquisições. Na Ipiranga, o limite aprovado é de R\$ 1.545 milhões, sendo aproximadamente 50% para incrementar o ritmo de expansão da sua rede de revendedores, através da adição de postos e franquias am/pm e Jet Oil à sua rede, além de novos clientes no segmento empresarial, e os outros 50% na ampliação da sua infraestrutura logística para suportar seu crescimento e aumentar produtividade, e na manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos com clientes

e sistemas de informação para apoiar suas operações. O investimento aprovado para Oxitenos será direcionado principalmente à modernização e manutenção de suas unidades visando maior produtividade, a sistemas de informação, e inclui US\$ 34 milhões destinados à finalização da nova unidade de etoxilação em Pasadena, Texas (EUA), que planejamos concluir no primeiro semestre de 2018. A nova unidade terá capacidade para produção de 120 mil toneladas ao ano. Na Ultragaz, os investimentos contemplam R\$ 284 milhões, sendo R\$ 190 milhões em manutenção e modernização das operações, tecnologia com foco em novos sistemas para apoiar o crescimento e a qualidade suas operações e R\$ 94 milhões alocados na expansão da rede de revendedores e de clientes granel. A Ultracargo deverá investir R\$ 115 milhões nas expansões dos terminais de Itaqui e Suape, com conclusões previstas para 2019 e 2020 respectivamente, e na melhoria contínua da segurança e da infraestrutura dos terminais, um total de R\$ 247 milhões. Na Extrafarma, planejamos investir R\$ 232 milhões, principalmente na abertura de lojas e infraestrutura logística associada, concentradas nas regiões norte e nordeste e no estado de São Paulo, e em tecnologia da informação.

O plano contempla também a continuidade da modernização do parque tecnológico em todos os negócios para permitir servir cada vez melhor nossos clientes, aumentar eficiência logística, desenvolver novas formas de venda e ampliar relacionamento com nossos revendedores e parceiros.

### **Aquisição de participações societárias**

Realizamos também uma série de aquisições e investimentos relacionados para manter e criar novas oportunidades de crescimento e consolidar nossa presença nos mercados em que atuamos.

Os investimentos em participação societária consistem em investimentos na aquisição de subsidiárias e no aumento de capital em *joint ventures* e associadas. A tabela a seguir mostra nossos investimentos em participações societárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(em milhões de Reais)		
Ipiranga <sup>(1)</sup> .....	16,0	47,3	41,1
Oxitenos .....	—	—	—
Ultragaz.....	—	—	—
Ultracargo .....	—	—	—
Extrafarma .....	—	—	—
Outros .....	—	—	—
<b>Total de investimentos em participação societária.....</b>	<b>16,0</b>	<b>47,3</b>	<b>41,1</b>

<sup>(1)</sup> Aporte de capital na ConectCar.

Nós somos uma companhia constituída sob as leis brasileiras. Nossa sede localiza-se na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1343, 9º andar, 01317-910, São Paulo, SP, Brasil. Nosso telefone é 55 (11) 3177 7014. Nosso endereço na Internet é <http://ri.ultra.com.br>. Nosso representante para recebimento de citação nos Estados Unidos é C.T. Corporation System, localizada em 111 Eight Avenue, Nova York, Nova York, 10011.

### **B. Visão do Negócio**

A Ultrapar é um grupo empresarial brasileiro com 80 anos de história, que possui posição de liderança em seus mercados de atuação: varejo e distribuição especializada, através da Ultragaz, da Ipiranga e da Extrafarma, produção de especialidades químicas, através da Oxitenos, e serviços de armazenagem para graneis líquidos, através da Ultracargo.

- A Ultragaz é a maior distribuidora de GLP no Brasil, o qual é um dos maiores mercados do mundo. A Ultragaz possuía 23,6% de participação no mercado em 2017, de acordo com a ANP, e foi uma das maiores distribuidoras independentes do mundo em termos de volume vendido. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Ultragaz — Competição." Em 31 de dezembro de 2017, distribuimos GLP a cerca de 11 milhões de domicílios através da nossa rede de aproximadamente 5.800 revendedores independentes no segmento envasado e aproximadamente 54 mil consumidores no segmento granel.
- A Ipiranga é uma das maiores distribuidoras de combustíveis do Brasil, servindo uma rede de 8.005 postos em 31 de dezembro de 2017, e 20,3% de participação no mercado brasileiro em 2017, de acordo com o ANP. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Ipiranga — Competição."

- A Oxiten é uma das maiores produtoras de óxido de eteno e de seus principais derivados na América Latina, grande produtora de especialidades químicas e a única produtora de álcoois graxos e coprodutos na América Latina, de acordo com o IHS Chemical. A Oxiten possui doze unidades industriais: seis no Brasil, três no México, uma nos Estados Unidos, uma no Uruguai e uma na Venezuela e escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia.
- A Ultracargo possui posição de liderança em seu setor, sendo a maior provedora de armazenagem para graneis líquidos do Brasil em termos de números de terminais e capacidade de armazenagem de acordo com a ABTL, com seis terminais e capacidade de armazenagem de 696 mil metros cúbicos em 31 de dezembro de 2017.
- A Extrafarma é uma das maiores redes de drogarias no Norte e Nordeste do Brasil de acordo com a ABRAFARMA, com 394 drogarias e 2 centros de distribuição operando em 31 de dezembro de 2017.

O gráfico a seguir simplifica a nossa estrutura organizacional na data deste documento, demonstrando nossas principais unidades de negócio. Para informações mais detalhadas sobre nossa estrutura organizacional atual, veja "Item 4.C. Informações sobre a Companhia — Estrutura Organizacional".



## Nossas Vantagens Competitivas

### *Liderança nos mercados em que atuamos*

A Ultragaz é a maior distribuidora de GLP do Brasil. Em 2017, a Ultragaz possuía 23,6% de participação no mercado brasileiro, de acordo com a ANP, atendendo aproximadamente 11 milhões de domicílios no segmento envasado e 54 mil clientes no segmento granel. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o volume total de GLP vendido pela Ultragaz foi de 1,7 milhão de toneladas.

A Ipiranga é um dos maiores distribuidores de combustíveis no Brasil com 20,3% de participação de mercado em 2017, de acordo com a ANP, veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Ipiranga — Competição" e uma rede de 8.005 postos em 31 de dezembro de 2017. Além dos postos, a rede da Ipiranga possui aproximadamente 2,4 mil lojas de conveniência am/pm e 1,7 mil franquias da Jet Oil. Em 2017, a Ipiranga concentrou-se em sua estratégia de expansão da sua rede (através do embandeiramento de postos bandeira branca, abertura de novos postos e novos clientes). A implementação do modelo de negócio da Ipiranga — incluindo sua rede de lojas de conveniência e seus programas de fidelidade — em sua rede de postos permite a oferta de uma vasta gama de produtos e serviços, beneficiando consumidores e revendedores. O volume vendido pela Ipiranga foi de 23,5 mil metros cúbicos em 2017.

A Oxiten é uma grande produtora de especialidades químicas e é uma das maiores produtoras de óxido de eteno e de seus principais derivados na América Latina, de acordo com o IHS Chemical. Nosso negócio químico atende diversos segmentos de mercado, particularmente os segmentos de agroquímicos, alimentos, cosméticos, detergentes, embalagens para bebidas, fios e filamentos de poliéster, fluidos para freios, petróleo, tintas e vernizes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Oxiten vendeu 790 mil toneladas de produtos químicos. A Oxiten compete principalmente com produtos importados.

A Ultracargo é a maior provedora de armazenagem para graneis líquidos do Brasil, com seis terminais e capacidade de armazenagem de 696 mil metros cúbicos em 31 de dezembro de 2017, com posição de liderança nos principais portos no Brasil em que opera.

A Extrafarma é a sexta maior rede de drogarias no Brasil, de acordo com o ranking da ABRAFARMA, com 394 drogarias e dois centros de distribuição em 31 de dezembro de 2017.

### ***Portfólio robusto de negócios***

Nossas atividades compreendem a distribuição de GLP e combustíveis, a operação de uma rede de farmácias, a produção de óxido de eteno e derivados, bem como serviços de armazenagem para graneis líquidos. Acreditamos que nossa composição de negócios aumenta nossa capacidade financeira e nossa flexibilidade. O balanceamento de nosso mix de negócios nos torna menos vulneráveis a variações econômicas e nos permite buscar oportunidades de crescimento em cada um dos segmentos nos quais atuamos.

Os negócios da Ultrapar são simultaneamente resilientes e alavancados no crescimento da economia brasileira. Alguns dos negócios da Ultrapar, como as vendas de GLP para uso residencial e combustíveis para veículos leves, são resiliente, devido ao seu perfil de demanda inelástica, e, portanto, são menos voláteis em momentos de crise econômica. Outros negócios da Ultrapar, como as vendas de diesel, especialidades químicas e de GLP a granel estão ligadas ao desempenho econômico e tendem a aumentar volumes durante os períodos de forte crescimento econômico.

O GPL envasado é um bem essencial, uma vez que é usado principalmente para cozinhar, e, portanto, não é tão correlação com o desempenho da economia. O volume de combustíveis para veículos leves tende a crescer de maneira relacionada ao número de veículos leves no Brasil. A frota brasileira de veículos leves cresceu a taxas que variaram de 3% a 8% ao ano nos últimos cinco anos, apesar da volatilidade do crescimento econômico durante este período, resultando em um nível semelhante de crescimento no volume de combustíveis para veículos leves. Por outro lado, as vendas de diesel, especialidades químicas GLP a granel têm sido historicamente correlacionadas com o desempenho da economia brasileira.

### ***Rede de distribuição de GLP altamente eficiente***

A Ultragaz mantém uma rede exclusiva de revendedores autônomos. Essa rede constituída por aproximadamente 5.800 mil revendedores autônomos, que vendem os vasilhames de GLP da Ultragaz. Em 2017, isto permitiu que a Ultragaz controle a qualidade e a produtividade de seus revendedores, levando ao fortalecimento de sua marca, que acreditamos estar associada à qualidade, segurança e eficiência, bem como permite a manutenção de contato frequente com seus consumidores de GLP. Adicionalmente, em abril de 1995, a Ultragaz foi a primeira empresa a introduzir no Brasil o serviço de entrega de GLP a granel de pequeno porte, que apresenta custos de distribuição inferiores em relação à distribuição de GLP envasado, construindo uma sólida base de consumidores ao longo dos anos nesse segmento.

### ***Eficiência logística na rede postos, em adição ao "know-how" na gestão da revenda***

Acreditamos que nossa *expertise* em logística e na gestão da revenda que obtivemos com a Ultragaz seja complementada pelo *know-how* da Ipiranga nas mesmas áreas de atuação, maximizando a eficiência e rentabilidade das duas companhias.

### ***Posicionamento diferenciado no setor de distribuição de combustíveis***

Nós acreditamos que a Ipiranga se diferencia de sua concorrência no setor por ter uma maior diversidade de produtos e serviços e, dessa forma, ser uma escolha mais conveniente para os clientes. Tais produtos e serviços incluem lojas de conveniência, lojas de troca de óleos, pagamento eletrônico, padarias, programa de fidelidade, cartões de crédito Ipiranga e uma série de iniciativas que visam aumentar a comodidade e a fidelidade do consumidor.

### ***Flexibilidade em relação aos ciclos petroquímicos***

A Oxitenó é uma das maiores produtoras de óxido de eteno e de seus principais derivados na América Latina. Em 2017, 99% de sua produção de óxido de eteno foi utilizada internamente para produção de derivados de óxido de eteno, sendo estes classificados basicamente em dois grupos: especialidades e commodities químicas. A Oxitenó é uma grande produtora de especialidades químicas - tradicionalmente produtos com maiores margens e menor exposição à ciclicidade do setor petroquímico do que as commodities químicas. A Oxitenó também vem investindo fortemente no desenvolvimento de produtos derivados de matérias-primas renováveis, visando reduzir sua dependência de matérias-primas derivadas do petróleo e expandindo seu portfólio de produtos.

### ***Eficiência operacional***

A Oxitenó apresenta padrões internacionais de eficiência operacional, resultante de economias de escala, que acreditamos ser similares aos maiores produtores do mundo. A Ultragaz tem presença significativa em áreas densamente populosas, o que lhe permite operar suas unidades de envasamento e seu sistema de distribuição com altas taxas de utilização e eficiência com profundidade e capilaridade. A Ipiranga também possui presença significativa no Sul e Sudeste do Brasil, que a permite operar sua extensa rede de bases primárias e secundárias e seu sistema de distribuição de maneira eficiente. Após a consolidação da Texaco e da DNP e a expansão da rede por meio da abertura de novos postos e embandeiramentos, o aumento na escala das operações da Ipiranga permitiu maior eficiência e competitividade nos processos de distribuição e venda, diluição das despesas de propaganda, marketing e desenvolvimento de novos produtos e economias de escala em funções administrativas. A Extrafarma também possui uma presença de mercado significativa nas regiões em que atua (Norte e Nordeste do Brasil), o que lhe permite distribuir de forma mais eficiente seus



produtos a suas drogarias. A Ultracargo é a maior companhia de armazenagem para graneis líquidos independente no Brasil e o único player no setor de armazenagem para graneis líquidos presente em mais de três importantes portos. Essa posição proporciona à Ultracargo uma maior flexibilidade operacional, eficiência operacional e economia de escala.

### ***Forte histórico de desempenho operacional***

Nossa companhia apresenta um forte histórico de desempenho operacional. Nosso EBITDA apresentou um crescimento médio anual de 18% entre 1998 e 2017, apesar da volatilidade da economia brasileira e mundial durante esse período. Veja o "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados" para maiores informações sobre o EBITDA. Nosso lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia apresentou um crescimento médio anual de 21% entre 1998 e 2017.

### ***Administração experiente***

Somos liderados por uma equipe de executivos experientes, com histórico comprovado nos setores de distribuição de GLP e combustíveis, de químicos e de logística especializada. Nossos principais executivos possuem, em média, quase 20 anos de experiência na Companhia. Adicionalmente, entre os nove membros do nosso Conselho de Administração, cinco têm mais de 15 anos de Companhia.

### ***Alinhamento com os interesses de nossos acionistas***

Os membros da administração da Ultrapar são importantes acionistas da Ultrapar e recebem remuneração variável atrelada a critérios de desempenho e geração de valor aos acionistas conforme metas de crescimento do Valor Econômico Adicionado (EVA®). Além disso, a Ultrapar vem consistentemente implementando melhorias em governança corporativa, tais como ser a primeira empresa brasileira a garantir o direito de 100% de *tag along* a todos seus acionistas, a segregação dos papéis de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração e sua ênfase na manutenção da transparência e da consistência nas suas interações com os investidores. A Ultrapar é também membro fundador do *Latin American Corporate Governance Roundtable Companies Circle*, um grupo dedicado a promover a governança corporativa na América Latina.

Em 2011, a Ultrapar concluiu a implementação de uma nova estrutura de governança corporativa, alinhando ainda mais aos interesses dos acionistas através da conversão de todas as ações preferenciais em ordinárias, com direito a voto. A conversão resultou na igualdade de todas as ações quanto ao voto, o que permite aos nossos acionistas uma participação ativa nas decisões das assembleias dos acionistas, sem (i) qualquer limitação de direito de voto, (ii) tratamento especial de acionistas atuais, (iii) realização obrigatória de OPA com um prêmio em relação aos preços de mercado uma vez que certos limites de requisitos de detenção da ação são ultrapassados ou (iv) qualquer outra modalidade de *poison pill*.

## **Nossas Estratégias**

### ***Reforçar nossas marcas***

A Ultrapar é uma companhia multinegócios com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para graneis líquidos. Acreditamos que nossos negócios possuem marcas fortemente reconhecidas e associadas a qualidade, segurança e eficiência que buscamos continuamente em entregar. Pretendemos reforçar esta percepção do mercado através do fornecimento contínuo de produtos e serviços de alta qualidade e da introdução de novos serviços e canais de distribuição.

### ***Manter um forte relacionamento com nossos revendedores nos negócios de distribuição de GLP e de combustíveis***

Pretendemos preservar a forte relação com nossos revendedores, mantendo sua exclusividade na distribuição e continuando a implementar nossos programas diferenciados de incentivo na Ultragaz e na Ipiranga. Planejamos continuar investindo no treinamento de nossos revendedores para maximizar sua eficiência, em fortalecer ainda mais nosso relacionamento e em promover os altos padrões de nossa rede distribuição. Em paralelo, planejamos aumentar a eficiência operacional e a produtividade da Ultragaz e da Ipiranga.

### ***Melhoria contínua dos custos e do aproveitamento do capital aplicado na distribuição de GLP e combustíveis***

Pretendemos continuar investindo na eficiência dos custos e do capital aplicado em nossos sistemas de distribuição. As iniciativas atuais incluem disciplina redobrada em alocação de capital e outros programas projetados para controlar nossos custos nas unidades de negócio de GPL e distribuição de combustíveis.

### ***Aumentar market share em distribuição de combustíveis***

Nossa estratégia é aumentar a participação de mercado da Ipiranga através de embandeiramentos de postos sem bandeira para a marca Ipiranga e da abertura de novos postos. Nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil, temos menor participação de mercado e o crescimento de consumo é acima da média nacional, dada a baixa penetração de veículos e o crescimento acelerado da renda nestas regiões que acreditamos apresentar oportunidades de crescimento. A estratégia da Ipiranga também inclui expandir sua

infraestrutura logística para dar suporte à crescente demanda por combustíveis no Brasil, e iniciativas visando a diferenciação de seus produtos e serviços.

### ***Promover e se beneficiar da formalização do mercado de distribuição de combustíveis***

Planejamos seguir colaborando com as autoridades competentes, promovendo melhorias à legislação e fiscalização no segmento de distribuição de combustíveis de modo a criar um ambiente competitivo equilibrado, aumentando as vendas no mercado formal e melhorando nossa margem bruta, reduzindo, portanto, a competitividade de competidores que se beneficiam de vantagens de custo derivadas de práticas desleais de concorrência.

### ***Criar valor em nossa rede de postos***

A estratégia da Ultrapar para suas operações de varejo está fortemente focada na diferenciação e inovação. Na Ipiranga, este foco tem se traduzido na criação de novos nichos de mercado por meio de sua rede de revendedores caracterizada pelo atendimento ao cliente e conveniência, contribuindo para altos níveis de fidelização de clientes. Acreditamos que essas iniciativas resultam em um valor melhor proposta para clientes e revendedores, criando benefícios para a cadeia toda – o cliente tem acesso a produtos diferenciados, mais convenientes; o revendedor tem um negócio mais atraente; e o posto de serviço tem posicionamento diferenciado, contribuindo para a evolução dos resultados da empresa.

O projeto Posto Ecoeficiente da Ipiranga é uma das iniciativas de diferenciação que refletem a filosofia de inovação da Ultrapar. Ele reúne, em um mesmo projeto, soluções inovadoras e tecnologias sustentáveis, em harmonia com a rentabilidade do posto para o revendedor. Este projeto envolve soluções na construção e operação dos postos que resultam em melhor aproveitamento de recursos, tais como água e energia elétrica, e redução de desperdícios e resíduos. Os Postos Ecoeficientes atingiram, em 2017, a marca de 1.240 unidades.

Em 2009, a Ipiranga lançou o Km de Vantagens, um programa de fidelidade através do qual os clientes e revendedores podem resgatar prêmios e benefícios. Com mais de 26 milhões de participantes, o Km de Vantagens tem atuado como uma importante plataforma, fortalecendo o relacionamento com os clientes da Ipiranga. Também como parte da sua estratégia de diferenciação, a Ipiranga abriu padarias em suas lojas "am/pm" em 2010 e se tornou a maior cadeia de franquia de padarias do Brasil. Em dezembro de 2017, havia 863 padarias.

Em 2012, dentre as iniciativas da Ipiranga, destacamos a entrada no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis, por meio da ConectCar. Uma vez instalado nos para-brisas dos veículos, o *tag* da ConectCar abre automaticamente cancelas de pedágios a preços mais baixos por meio de um sistema pré-pago. O cliente pode comprar o *tag* online ou em postos de serviço da Ipiranga. No fim de 2017, o ConectCar atingiu 870 mil *tags* ativos, e está disponível em quase todas as estradas com pedágios no Brasil.

Em 2014, a Ipiranga lançou uma solução de fornecimento integrada e verticalizada, concentrando logística, vendas e atendimento às lojas de conveniência am/pm sob uma única estrutura do tipo "guarda-chuva" (umbrella): am/pm Suprimentos. Essa iniciativa tem como objetivo otimizar as operações da am/pm, aumentar a competitividade dos franqueados e garantir uma gama de produtos de maior qualidade, criando valor para clientes e franqueados. Em 31 de dezembro de 2017, a am/pm Suprimentos operava 4 centros de distribuição localizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, que abasteciam as lojas de conveniência am/pm nesses estados com as principais categorias de produtos, exceto tabaco e sorvete.

Também em 2014, a Ipiranga lançou a *Beer Cave*, uma nova experiência de compra de cerveja nas suas lojas de conveniência am/pm. A *Beer Cave* é um contêiner refrigerado destinados aos consumidores de varejo que armazena mais de 100 marcas nacionais e internacionais de cerveja gelada, pronta para consumo. Em 31 de dezembro de 2017, havia 491 *Beer Caves* instaladas nas lojas de seus franqueados.

Além disso, em 2015, a Ipiranga inaugurou uma nova configuração de am/pm em São Paulo: um conceito expandido de conveniência comparável a pequenos supermercados para postos urbanos, com oferta de produtos frescos – como frutas, vegetais, carnes, flores e uma ampla variedade de *fast food*. Também foi lançada em São Paulo a "am/pm Estação", um modelo desenvolvido para postos de rodovia, com uma ampla oferta de conveniência e cuidados pessoais para motoristas de longas distâncias e viajantes.

Em 2016, a Ipiranga desenvolveu e lançou no mercado o Abastece Aí, uma iniciativa que busca maximizar as vantagens da integração de plataformas para oferecer maior conveniência e benefícios aos clientes. Através do aplicativo móvel Abastece Aí, o cliente pode obter descontos e programar previamente uma opção de abastecimento que é reconhecida pelo atendente do posto Ipiranga através de um número gerado automaticamente pelo aplicativo. Através do aplicativo, o cliente também escolhe os prêmios que prefere receber e finaliza o processo de abastecimento utilizando uma senha exclusiva do Km de Vantagens em um método de pagamento seguro.

A Ipiranga lançou uma nova gasolina chamada DT Clean em 2016, utilizando uma das mais modernas tecnologias de aditivo de combustível que visa restaurar o desempenho do motor ao seu estado original, ao mesmo tempo em que aumenta a vida útil e a eficiência do veículo. Além disso, em 2007, a Ipiranga lançou a Octapro, uma gasolina de alta octanagem, que conta com uma combinação de aditivos com tecnologia de ponta e que, entre outros benefícios, contribui para o motor atingir a sua máxima potência e melhora a dirigibilidade do veículo.

Em 2017, a Ipiranga reforçou ainda mais a oferta de produtos em suas lojas am/pm com o lançamento da *Wine Cave*. Em uma adega climatizada, os clientes podem encontrar uma grande variedade de vinhos, de 60 a 80 rótulos diferentes, e na temperatura certa. Em 31 de dezembro de 2017, havia quatro unidades da *Wine Cave* instaladas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

#### ***Aproveitar as oportunidades no negócio de varejo farmacêutico para expandir nosso crescimento***

Em 31 de janeiro de 2014, concluímos a Transação da Extrafarma, que marcou nossa entrada no negócio de varejo farmacêutico do Brasil. Acreditamos que o panorama do negócio de varejo farmacêutico do Brasil continua favorável, apesar do cenário mais desafiador nos últimos anos, principalmente devido: (i) ao envelhecimento da população; (ii) maior acesso a medicamentos, em especial decorrente da crescente participação de genéricos; (iii) a resiliência do mercado de varejo farmacêutico comparada a outros mercados de varejo no Brasil; e (iv) crescente demanda por produtos de higiene, bem-estar e beleza. Em adição, a consolidação do setor, impulsionada pela crescente formalização e consequentes investimentos, encontra-se em estágio inicial, e pretendemos fazer parte desse processo.

Temos a intenção de acelerar o plano de expansão da Extrafarma através (i) de uma maior capacidade de investimento, (ii) do acesso para a abertura de drogarias nos postos Ipiranga e revendas Ultragaz, que totalizam mais de 12 mil pontos de varejo; e (iii) do fortalecimento estrutura de gestão em varejo farmacêutico da Extrafarma com a implementação dos reconhecidos mecanismos de governança da Ultrapar e um modelo de gestão baseado em incentivos ao desempenho. Através da integração de pontos de vendas e produtos, serviços e oferta de conveniência, pretendemos desenvolver modelos de negócios que são continuamente mais atraentes para clientes da Extrafarma, da Ipiranga e da Ultragaz, aumentando assim a competitividade de diferenciação em cada um desses negócios e permitindo oportunidades de vendas cruzadas.

#### ***Investir em nichos de mercado na distribuição de GLP***

A Ultragaz está fortalecendo sua presença nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, focando na expansão para estados onde anteriormente não possuía uma participação relevante e onde o consumo de GLP historicamente tem crescido acima da média nacional brasileira.

Para o segmento granel, a estratégia da Ultragaz está focada em duas áreas. A primeira é oferecer aos seus clientes principalmente nos segmentos industrial e de agronegócio novas aplicações para GLP. Como resultado, a Ultragaz visa expandir sua participação no uso de GLP para aquecimento localizado, como o pré-aquecimento de fornos industriais, especialmente em aço, chumbo, fabricas de asfaltos de e fábricas metalúrgicas, e em novas aplicações no agronegócio, como grãos de secagem e sementes, com maior eficiência operacional e econômica.

A segunda é investir na expansão da distribuição de GLP a granel para pequenas e médias empresas, tais como lojas de roupa, restaurantes, padarias, condomínios residenciais, e lavagens de carro a vapor, com base em serviços ágeis e de conveniência.

#### ***Expandir a capacidade de produção da Oxitenos para manter nossa capacidade acima da demanda doméstica***

Pretendemos manter a capacidade de produção da Oxitenos acima da demanda brasileira. Entre 2008 e 2011, a Oxitenos investiu fortemente para aumentar significativamente sua capacidade de produção, permitindo assim manter a capacidade de produção acima da demanda doméstica. Veja "— História e Desenvolvimento da Companhia." Em paralelo, planejamos dar continuidade aos nossos esforços para aplicar as melhores práticas internacionais nas plantas e no processo de produção da Oxitenos, com vistas a manter sua competitividade tecnológica.

Em 4 novembro de 2015, o Conselho de Administração da Ultrapar aprovou a expansão de capacidade de especialidades químicas da Oxitenos em Pasadena, Texas, nos Estados Unidos, através da construção de uma unidade de etoxilação em seu site atual, com previsão de conclusão em 2018. A planta está localizada em um dos mais importantes centros químicos do mundo, beneficiando-se de condições atrativas de matéria-prima, além de infraestrutura logística altamente eficiente. O investimento ampliará a presença da Oxitenos nos Estados Unidos, com foco nos mercados locais de agroquímicos, cuidados pessoais, limpeza doméstica e industrial, tintas e vernizes e petróleo e gás. Esperamos uma capacidade da nova unidade de 120.000 toneladas ao ano no seu estágio inicial. Até dezembro de 2017, o total de investimentos nesta planta foi de US\$ 118 milhões.

### **Expandir a oferta de produtos de maior valor agregado na Oxiten**

Aumentamos a capacidade da Oxiten para produzir uma variedade de produtos de maior valor agregado, derivados de óxido de eteno e outras especialidades químicas, de modo a otimizar sua oferta de produtos ao longo do ciclo petroquímico. Os investimentos da Oxiten em pesquisa e desenvolvimento resultaram na introdução de 86 novos produtos nos últimos três anos. A Oxiten continuará a investir em pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver novos produtos que satisfaçam as necessidades de seus clientes. Adicionalmente, pretendemos focar as vendas da Oxiten no mercado brasileiro, o que nos permite continuamente agregar valor aos nossos produtos. Em 2017, os gastos da Oxiten com pesquisa e desenvolvimento foram de R\$ 53 milhões.

### **Manter nossa sólida situação financeira**

Pretendemos manter uma sólida situação financeira, que nos permita buscar oportunidades de investimento e incrementar o retorno de capital de nossos acionistas. Nossa dívida líquida (que consiste em empréstimos, debêntures e arrendamentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 7.220,7 milhões, representando 1,78 vezes a dívida líquida (consistindo de empréstimos, debêntures e arrendamentos financeiros registrados no passivo circulante e não circulante, líquido de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA. Temos consistentemente distribuído dividendos a nossos acionistas. Nos últimos cinco anos até 31 de dezembro de 2017, pagamos dividendos anuais a nossos acionistas correspondentes, em média, a 60% de nosso lucro líquido.

### **Informações Financeiras Chave**

A tabela abaixo demonstra algumas de nossas informações financeiras:

	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015	2014	2013
	(em milhões de Reais)				
Receita líquida das vendas e dos serviços .....	80.007,4	77.353,0	75.655,3	67.736,3	60.940,2
Lucro líquido atribuível a acionistas da Ultrapar .....	1.574,3	1.561,6	1.503,5	1.241,6	1.225,1
Caixa (endividamento) líquido <sup>(1)</sup> .....	(7.220,7)	(5.715,3)	(4.928,4)	(3.975,1)	(3.425,9)

<sup>(1)</sup> Veja a nota de rodapé 5 no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados" para uma definição mais completa de caixa (endividamento) líquido e sua reconciliação a informações em nossas demonstrações financeiras.

A tabela abaixo demonstra as receitas líquidas dos nossos principais negócios:

	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015	2014	2013
	(em milhões de Reais)				
Receita líquida das vendas e dos serviços <sup>(1)</sup> .....					
Ultraz ..... 6.069,3	6.069,3	5.365,5	4.621,2	4.091,3	3.982,3
Ipiranga ..... 67.730,9	67.730,9	66.407,3	65.349,8	58.830,1	53.384,1
Oxiten ..... 3.957,6	3.957,6	3.700,7	4.082,5	3.413,6	3.277,8
Ultracargo ..... 438,4	438,4	355,4	315,5	346,5	332,1
Extrafarma <sup>(2)</sup> ..... 1.869,5	1.869,5	1.578,2	1.336,3	1.101,3	—

<sup>(1)</sup> As informações financeiras da Ultraz, Ipiranga, Oxiten, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas de forma não consolidada. Para maiores informações consulte a Seção "Apresentação de Informações Financeiras."

<sup>(2)</sup> Em 2014, reflete a receita líquida para o período de 11 meses de 1º de fevereiro de 2014, a data em que os resultados das operações da Extrafarma foram consolidados em nossas demonstrações financeiras, até 31 de dezembro de 2014. Para maiores informações, veja "Apresentação das Demonstrações Financeiras."

A tabela abaixo demonstra o EBITDA dos nossos principais negócios e nosso:

	Exercício findo em 31 de dezembro de				
	2017	2016	2015	2014	2013
	(em milhões de Reais)				
EBITDA <sup>(1)</sup>					
Ultrapar .....	4.063,5	4.216,7	3.953,3	3.157,9	2.918,0
Ultragaz .....	453,2	446,6	357,0	305,5	280,5
Ipiranga .....	3.136,5	3.080,5	2.768,8	2.288,0	2.029,6
Oxíteno .....	294,8	458,9	739,8	403,7	440,6
Ultracargo .....	124,1	171,2	26,3	166,9	157,5
Extrafarma <sup>(2)</sup> .....	24,0	37,1	28,7	29,8	—

<sup>(1)</sup> Veja a nota de rodapé 4 no “Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados” para uma definição mais completa de EBITDA e sua reconciliação a informações em nossas demonstrações financeiras.

<sup>(2)</sup> Em 2014, reflete o EBITDA para o período de 11 meses de 1º de fevereiro de 2014, a data em que os resultados das operações da Extrafarma foram consolidados em nossas demonstrações financeiras, até 31 de dezembro de 2014. Para maiores informações, veja “Apresentação das Demonstrações Financeiras.”

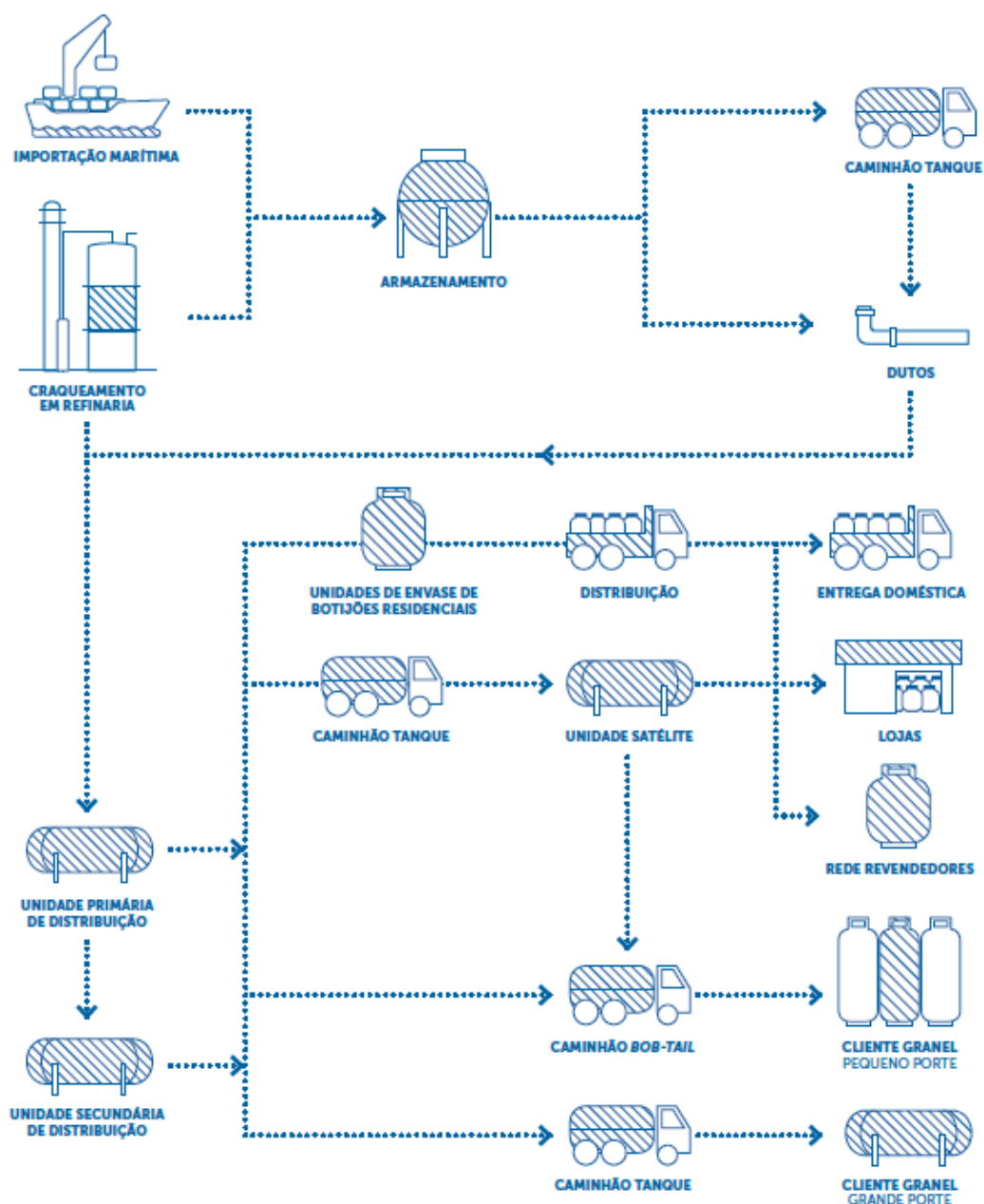
## Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

### Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis

O gás liquefeito de petróleo (GLP) é um combustível derivado do processo de refino do petróleo e do gás natural. No Brasil, as refinarias locais produziram aproximadamente 74% da demanda local em 2017, sendo os 26% restantes importados. O GLP tem os seguintes principais usos:

- Segmento envasado – utilizado principalmente em residências como gás de cozinha; e
- Segmento granel – utilizado no setor comercial como gás de cozinha e para aquecimento de água em *shopping centers*, hotéis, condomínios, restaurantes, lavanderias, hospitais e indústrias, com várias outras aplicações para cada processo industrial, tais como aquecimento de fornos, produção de asfalto, entre outros.

O diagrama a seguir indica o processo de distribuição de GLP:



Historicamente, o GLP envasado, utilizado principalmente como gás de cozinha, tem representado uma parcela substancial de todo GLP distribuído no Brasil. A utilização de GLP para aquecimento de ambientes no Brasil é irrelevante em comparação a outros países, principalmente em razão do clima tipicamente quente do Brasil. Consequentemente, a sazonalidade da demanda ao longo do ano é relativamente baixa. Além disso, devido ao fato de o GLP não ser utilizado de forma significativa para aquecimento de ambientes no Brasil, o consumo geral per capita de GLP é mais baixo em comparação a países nos quais o aquecimento de ambientes constitui um elemento importante da demanda de GLP, tornando os baixos custos de distribuição um diferencial relevante no mercado brasileiro de GLP.

Antes de 1990, a ampla regulamentação governamental do setor de GLP limitava substancialmente a utilização do produto à cocção doméstica de alimentos. A partir da década de 90, o Governo Brasileiro liberou a utilização de GLP para determinados fins comerciais e industriais. Como consequência, a utilização do GLP aumentou significativamente.

Os principais fornecedores internacionais de GLP são as grandes empresas de petróleo e produtores independentes de fluidos de gás natural liquefeito e petróleo. Contudo, devido ao domínio de mercado da Petrobras sobre a produção e importação de petróleo e

derivados de petróleo, resultado de seu monopólio legal que foi revogado somente em 1997, após a Emenda Constitucional nº 09/1995 e a promulgação da Lei Federal nº 9.478/97, a Petrobras é, atual e efetivamente, a única fornecedora de GLP no Brasil.

O setor de distribuição de GLP no Brasil é atualmente composto por 16 distribuidoras ou grupos de distribuidoras de GLP que são reguladas pela ANP. As operações do setor de distribuição de GLP compreendem a aquisição de praticamente todo o GLP da Petrobras, o envasamento de vasilhames de GLP, o abastecimento de caminhões de distribuição a granel nas unidades de engarrafamento, a venda de GLP a revendedores e a consumidores finais, o controle da qualidade do produto e a prestação de assistência técnica aos consumidores de GLP. Veja o "— Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — O Papel da ANP." O GLP produzido pela Petrobras, que representou 74% do total de GLP no Brasil em 2017, é transportado por gasodutos e caminhões das refinarias e dos tanques de armazenamento da Petrobras até unidades de engarrafamento mantidas pelas distribuidoras de GLP. A quantidade remanescente é importada pela Petrobras, sendo estocada em instalações de armazenamento de grande porte mantidas principalmente pela mesma. O GLP importado é então transportado às unidades de engarrafamento das distribuidoras de GLP por gasodutos e caminhões.

O GLP pode ser entregue aos consumidores finais em vasilhames ou a granel. Os vasilhames são envasados nas unidades de engarrafamento das distribuidoras de GLP. A distribuição de GLP envasado é efetuada através do uso de vasilhames por meio de dois principais canais:

- entrega em domicílio dos vasilhames de GLP; e
- venda dos vasilhames de GLP em lojas de varejo e em unidades de engarrafamento.

Em ambos os casos, os vasilhames são entregues pelas próprias distribuidoras de GLP ou por revendedores autônomos.

A distribuição a granel é o principal método de entrega aos consumidores de grandes volumes, tais como condomínios, hospitais, pequenos e médios estabelecimentos comerciais e indústrias. No caso da distribuição a granel, o GLP é bombeado diretamente para caminhões-tanque nas unidades de engarrafamento, transportado aos consumidores pelos caminhões, e, por fim, bombeado a um tanque de estocagem a granel localizado nos estabelecimentos dos consumidores.

**O papel do Governo Brasileiro.** A venda e a distribuição de GLP no Brasil eram regulamentadas pelo Governo Brasileiro. O período compreendido entre 1960 e 1990 foi caracterizado por intensa regulamentação governamental, incluindo controle de preços, regulamentação das áreas nas quais cada distribuidora de GLP estava autorizada a operar, regulamentação dos serviços oferecidos pelas distribuidoras e cotas governamentais para o GLP vendido pelas distribuidoras. Desta forma, restringia-se o crescimento das grandes distribuidoras de GLP. Em 1990, o Governo Brasileiro deu início a um processo de desregulamentação do mercado de GLP. Este processo incluiu o abrandamento das exigências para entrada no mercado de novas empresas de distribuição, a redução de certos encargos administrativos, a remoção das restrições referentes às áreas nas quais as distribuidoras poderiam conduzir seus negócios e às cotas de venda. Não existe atualmente nenhuma restrição à propriedade de empresas de GLP por parte de estrangeiros no Brasil.

Desde 2001, as distribuidoras estão autorizadas a fixar livremente os preços de varejo, até então determinado pelo Governo Brasileiro. Até o final de 2001, o preço do GLP ex-refinaria, cobrado pela Petrobras das distribuidoras de GLP, também era fixado pelo Governo Brasileiro, que o aplicava uniformemente a todas as distribuidoras de GLP em todas as regiões do Brasil. No passado, este preço foi subsidiado pelo Governo Brasileiro. Em janeiro de 2002, o Governo Brasileiro deu fim ao subsídio dos preços ex-refinaria e, a Petrobras passou a ter liberdade para precificar o GLP no mercado nacional, adotando como referência o preço internacional acrescido de sobretaxas. No entanto, o preço ex-refinaria do GLP cobrado pela Petrobras permanece sujeito à influência do Governo Brasileiro, quando este entender conveniente. Entre 2003 e 2007, os preços do GLP cobrados de distribuidores de GLP no Brasil permaneceram estáveis, apesar do aumento nos preços do petróleo e de GLP nos mercados internacionais, que foram parcialmente compensados pela valorização do Real frente ao dólar, reduzindo a diferença entre os preços de GLP praticados no Brasil e no mercado internacional. Desde 2008 a Petrobras tem aumentado o preço ex-refinaria do GLP para uso comercial e industrial esporadicamente. Em 2017, o preço ex-refinaria do GLP foram ajustados com maior frequência, conforme tabela abaixo:

(% de aumento)	Jan-08	Abr-08	Jul-08	Jan-10	Dez-14	Set-15	Dez-15	Dez-16
<b>GLP para uso comercial e industrial.....</b>	15%	10%	6%	6%	15%	11%	4%	12%

(% de aumento)	Abr-17	Jul-17	Ago-17	Set-17	Nov-17	Dez-17
<b>GLP para uso comercial e industrial.....</b>	-4,0%	-5,2% and 8,0%	7,2%	2,3% and 7,9%	6,5%	5,3%

Os preços do GLP para uso residencial permaneceram inalterado de maio de 2003 a setembro de 2015, quando houve um aumento de 15% pela Petrobras. Nos últimos anos, a Petrobras teve como prática não refletir imediatamente no mercado interno as

oscilações nos preços internacionais de petróleo e seus derivados. No entanto, em junho de 2017, a dinâmica dos preços de GLP fornecidos para as distribuidoras foi modificada para refletir a volatilidade dos preços internacionais e a variação cambial, conforme demonstrado abaixo:

(% de aumento)	Mar-17	Jun-17	Jul-17	Ago-17	Set-17	Out-17	Nov-17	Dez-17
<b>GLP para uso comercial e industrial</b> .....	9,8%	6,7%	-4,5%	6,9%	10,7% and 6,9%	12,9%	4,5%	8,9%

Para uso residencial, a dinâmica de preço para a aquisição de GLP foi ajustada nas refinarias em janeiro de 2018 para suavizar a transferência de volatilidade de preços no mercado internacional para o preço doméstico. O período de apuração das cotações internacionais e do câmbio que definem os percentuais de ajuste será a média dos doze meses anteriores e não mais a variação mensal e as movimentações de preços passam a ser trimestrais ao invés de mensais.

Em 2015 e em 2016, o preço de refino médio da Petrobras era de US\$ 331 e US\$ 356 por tonelada, respectivamente, comparado ao preço médio internacional de US\$ 254 e US\$ 270 por tonelada, respectivamente. Em 2017, o preço ex-refinaria médio da Petrobras foi de US\$ 484 por tonelada, em comparação ao preço internacional médio de US\$ 401 por tonelada.

**O papel da Petrobras.** Desde a sua constituição em 1953, a Petrobras, empresa brasileira de petróleo e derivados, deteve o monopólio legal sobre a exploração, produção, refino, importação e transporte de petróleo e derivados de petróleo no Brasil e em suas águas continentais. Este monopólio foi confirmado na Constituição Federal promulgada em 1988. Como resultado, a Petrobras foi historicamente a única fornecedora de petróleo e derivados no Brasil, incluindo GLP.

Em novembro de 1995, o monopólio da Petrobras foi retirado da Constituição Federal pela Emenda Constitucional Nº 09/1995 acima mencionada, aprovada pelo Congresso Nacional. De acordo com essa emenda, outras empresas estatais e privadas poderiam concorrer com a Petrobras, praticamente, em todos os campos nos quais esta atuava. A emenda foi implementada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que garantiu a continuidade do monopólio da Petrobras sobre os preços de petróleos, gás e derivados de petróleo por um prazo máximo de três anos. A Lei nº 9.478, também conhecida como a Lei do Petróleo, determinou que o término do monopólio da Petrobras fosse acompanhado pela desregulamentação dos preços do petróleo, gás e derivados de petróleo, bem como criou uma nova agência normativa, a ANP, destinada a supervisionar as atividades relacionadas ao petróleo. Atualmente a Petrobras permanece, na prática, como a única fornecedora de GLP no Brasil, apesar de não haver restrições legais para outros fornecedores operarem ou importarem.

Em 25 de junho de 2004, a Petrobras ingressou no mercado de distribuição de GLP no Brasil por meio da aquisição da Liquegás um dos principais distribuidores do mercado.

Com a descoberta das reservas do pré-sal, o governo brasileiro criou um comitê interministerial para analisar as diversas alternativas e sugerir modificações ao regime de concessão para exploração e produção no Brasil, que está vigente desde a promulgação da Lei do Petróleo. O governo brasileiro decidiu desenvolver os depósitos de petróleo e gás natural na região do pré-sal através de contratos de partilha de produção (“CPP”), resultando no novo regime regulatório para as reservas do pré-sal, que foi definitivamente implantado através da Lei Federal Nº 12.351/2010 (a “Lei do Pré-Sal”).

**O papel da ANP.** A ANP é responsável pelo controle, supervisão e implementação das políticas do Governo Brasileiro no setor de petróleo, gás e biocombustíveis. A ANP regula todos os aspectos da produção, distribuição e venda de petróleo e derivados de petróleo no Brasil, estabelecendo padrões de qualidade dos produtos e capacidades de armazenamento mínimas a serem mantidas pelas distribuidoras.

Para operar regularmente no Brasil, uma distribuidora de GLP deve ser credenciada pela ANP e observar certas exigências operacionais mínimas, dentre elas:

- manutenção de capacidade suficiente de armazenamento de GLP;
- manutenção de quantidade adequada de vasilhames de GLP;
- utilização de vasilhames gravados com a marca própria da distribuidora;
- posse de base de engarrafamento própria;
- manutenção de unidades de engarrafamento de GLP apropriadas;
- distribuição de GLP exclusivamente em áreas autorizadas à prestação de assistência técnica ao consumidor, diretamente ou através de revendedor autorizado; e
- conformidade perante o SICAF (Sistema Único de Cadastramento Unificado de Fornecedores).



As distribuidoras de GLP são obrigadas a fornecer à ANP relatórios mensais apresentando as vendas realizadas no mês imediatamente anterior, bem como o volume de GLP encomendado à Petrobras para os quatro meses seguintes. A ANP limita o volume de GLP que pode ser encomendado por cada distribuidora em conformidade com o número de vasilhames disponíveis e de sua infraestrutura de distribuição. Com base nas informações fornecidas pelas distribuidoras brasileiras, a Petrobras fornece o volume de GLP encomendado, desde que sua produção e importações de GLP sejam suficientes para atender a demanda.

A distribuição de GLP ao consumidor final pode ser realizada por revendedores autônomos ou por revendedores exclusivos, de acordo com a Resolução ANP 49/2016 e 51/2016. Cada distribuidor de GLP deve fornecer à ANP informações mensais de seus revendedores independentes. A construção e operação de unidades de engarrafamento e de instalações de armazenamento de GLP estão sujeitas à aprovação prévia da ANP e unidades de engarrafamento e de instalações de armazenamento só podem iniciar a operação após a inspeção da ANP.

**O código de auto-regulamentação/Resolução ANP 49/2016 e 51/2016.** Em agosto de 1996, sob a supervisão do Governo Brasileiro, a maioria das distribuidoras brasileiras de GLP representando mais de 90% do mercado, os fabricantes de vasilhames, as empresas de transporte de GLP e certas lojas de varejo do setor firmaram um convênio com o fim de instituir o programa de requalificação de vasilhames de GLP (um processo no qual os vasilhames passam por inspeções de segurança e qualidade) e outros procedimentos de segurança, denominado Código de Auto-Regulamentação. Veja o "— Ultragaz — Centros de troca de vasilhames" e "— Ultragaz — Requalificação de vasilhames." Anteriormente à entrada em vigor do Código de Auto-Regulamentação, certas distribuidoras de GLP (que não incluíam a Ultragaz) envasavam vasilhames gravados com a marca das demais distribuidoras. Esta prática resultou em um baixo nível de investimento em vasilhames novos, comprometendo a segurança dos vasilhames mais antigos. O Código de Auto-Regulamentação estabelece, dentre outras coisas, que:

- cada distribuidora somente pode envasar e vender vasilhames gravados com sua própria marca;
- cada distribuidora é responsável pela qualidade e pelo controle de segurança de seus vasilhames; e
- cada distribuidora deve manter quantidade suficiente de vasilhames para atender ao seu volume de vendas.

Nos termos da Portaria nº 334 do Ministério das Minas e Energia, de 1º de novembro de 1996 ("Portaria nº 334"), qualquer parte que descumprir as obrigações previstas no Código de Auto-Regulamentação ficará sujeita às penalidades previstas em lei, que incluem desde o pagamento de multa e a interrupção do fornecimento de GLP à parte inadimplente, até a suspensão de suas operações de distribuição de GLP.

A Portaria nº 334 estipula o seguinte cronograma para a implementação das medidas aprovadas pelo Código de Auto-Regulamentação:

- construção de, pelo menos, 15 centros de troca de vasilhame, a partir de novembro de 1996 (veja "— Ultragaz — Centros de troca de vasilhames" e "— Ultragaz — Requalificação de vasilhames");
- suspensão do envasamento de vasilhames de terceiros a partir de outubro de 1997;
- requalificação de 68,8 milhões de vasilhames fabricados até 1991, a partir de novembro de 1996; e
- requalificação de 12,8 milhões de vasilhames fabricados entre 1992 e 1996, a partir de novembro de 1996.

O Código de Auto-Regulamentação foi substituído pela Resolução da ANP 49/2016 e 51/2016, que regulamenta a distribuição de atividades de GLP.

A Ultragaz tinha a obrigação de requalificar 13,8 milhões de vasilhames até novembro de 2006 e mais 10,7 milhões de vasilhames até novembro de 2011. A Ultragaz requalificou 3,0 milhões de vasilhames, 2,5 milhões de vasilhames e 2,6 milhões de vasilhames em 2015, 2016 e 2017, respectivamente. Em 2017, a Ultragaz espera requalificar aproximadamente 2,4 milhões de vasilhames.

**Padrões ambientais, de saúde pública e de segurança do trabalho.** As distribuidoras de GLP são reguladas pela ANP e estão sujeitas às leis e aos regulamentos brasileiros federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente, saúde pública e segurança do trabalho. Os principais órgãos regulatórios de distribuição de GLP, em âmbito federal, são o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério dos Transportes.

As legislações brasileiras exigem que as distribuidoras de GLP obtenham licenças junto aos órgãos ambientais competentes, às autoridades municipais e ao corpo de bombeiros. A fim de obter e manter a validade dessas licenças, as distribuidoras devem comprovar às autoridades reguladoras que a operação de seus estabelecimentos está de acordo com os regulamentos e não são prejudiciais ao meio ambiente e à comunidade. Ademais, existem regulamentos que prescrevem padrões de procedimento para transporte, entrega e armazenamento de GLP, bem como para teste e requalificação dos vasilhames de GLP. Sanções de natureza civil,

administrativa e penal, incluindo multas e revogação de licenças, poderão ser aplicadas aos infratores dos regulamentos. De acordo com a lei aplicável, as distribuidoras de GLP têm responsabilidade civil objetiva e danos originados na esfera ambiental.

A indústria e o mercado de GLP também estão sujeitos às normas de segurança e saúde no trabalho, incluindo leis trabalhistas, previdenciárias e de proteção ao consumidor. Além disso, a companhia também tem uma política de sustentabilidade que descreve as boas práticas de administração para saúde, segurança e meio ambiente ("HSE"). A Ultragaz anualmente conduz auditorias em seus processos relacionados a saúde, segurança e meio ambiente para verificar o desempenho e o cumprimento da legislação sobre HSE, as normas internas de HSE e a política de sustentabilidade.

### ***Ultragaz***

Distribuímos GLP por intermédio da Ultragaz. Com a constituição da Ultragaz, em 1937, tornamo-nos a primeira distribuidora de GLP no Brasil. Nessa época, utilizava-se, amplamente, fogões a lenha e, em menor escala, fogões a álcool, querosene e carvão mineral. Em 31 de dezembro de 2017, a Ultragaz era a maior distribuidora de GLP no Brasil, em volume de vendas.

A Ultragaz opera nos mercados envasado e a granel de GLP em âmbito nacional, incluindo os Estados mais populosos do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e distribui GLP envasado por meio de revendedores independentes. Em relação ao mercado a granel de GLP, atende seus consumidores por meio da sua própria infraestrutura.

Em agosto de 2003, a Ultragaz adquiriu a Shell Gás, distribuidora de GLP, no Brasil, da Royal Dutch Shell, pelo valor total de R\$ 171 milhões. A Shell Gás detinha cerca de 4,5% da participação do mercado brasileiro de distribuição de GLP, de acordo com a ANP, comercializando de 287,4 mil toneladas de GLP em 2002. Com essa aquisição, a Ultragaz se tornou a líder de mercado neste segmento, com 24% de participação no mercado brasileiro em 2003. Em outubro de 2011, a Ultragaz adquiriu a Repsol, que vendeu aproximadamente 22 mil toneladas de GLP em 2011.

A Ultragaz possui as seguintes subsidiárias operacionais:

- Cia. Ultragaz, empresa com a qual iniciamos nossas operações de GLP;
- Bahiana, que principalmente opera na região nordeste do Brasil; e
- Utingás, uma prestadora de serviços de armazenagem que opera duas unidades em São Paulo e no Paraná. A Utingás foi incorporada em 1967, quando a Ultragaz e outras distribuidoras de GLP se uniram para a construção de bases de armazenamento de GLP, nos estados de São Paulo e Paraná. A Ultragaz detém atualmente 57% da Utingás. Veja "— Armazenamento de GLP".

***Mercados e marketing.*** Quando iniciou suas atividades, a Ultragaz operava apenas na região sudeste do Brasil. Atualmente, a Ultragaz está presente em praticamente todos os centros urbanos mais populosos. Nos últimos anos, a Ultragaz fortaleceu sua presença no Norte e Nordeste do Brasil, onde não possuía operações relevantes e onde o consumo de GLP historicamente tem crescido acima da média nacional. A distribuição de GLP envasado inclui principalmente vendas por meio de lojas de varejo, através de revendedores autônomos, utilizando principalmente vasilhames de 13 kg padronizados pela ANP. Os vasilhames da Ultragaz são pintados na cor azul. As margens operacionais da Ultragaz, com relação ao GLP envasado, variam de acordo com a região, refletindo o canal de distribuição local.

Antes da aquisição da Shell Gás a estratégia de comercialização da Ultragaz para GLP envasado consistia em aumentar sua participação de mercado, por meio da expansão de seu alcance geográfico, e proteção e incremento de sua participação nas regiões em que já mantinha atividades. Com a aquisição da Shell Gás, a Ultragaz alcançou a liderança no mercado de GLP brasileiro e sua estratégia de mercado evoluiu para a proteção de sua participação de mercado e fortalecimento de sua posição em certas regiões onde não possuía participação significativa. O mercado envasado de GLP no Brasil é um mercado maduro e a Ultragaz acredita que o crescimento da demanda no longo prazo neste mercado resultará do aumento de domicílios consumidores de GLP e do crescimento da renda da população.

A distribuição de GLP a granel é feita com tanques de aproximadamente 190 kg instalados nos estabelecimentos dos clientes. Desde 1997, a Ultragaz opera instalações a granel de pequeno e médio porte com caminhões de tecnologia *bob-tail*, que entregam GLP a granel principalmente para segmentos residencial, comercial e industrial que compõem o sistema de distribuição denominado UltraSystem. Os consumidores da Ultragaz no setor comercial consistem em shopping centers, hotéis, condomínios, restaurantes, lavanderias e hospitais. Os caminhões da Ultragaz abastecem diretamente recipientes instalados nos estabelecimentos destes consumidores, em um processo ágil, seguro e econômico.

As vendas no segmento granel da Ultragaz incluem grandes clientes industriais, principalmente empresas dos setores alimentício, metalúrgico e siderúrgico e cosmético, que possuem grandes tanques instalados em suas plantas industriais. No caso de

consumidores de grande volume, a Ultragaz está concorrendo com outras fontes energéticas altamente competitivas, como o gás natural, diesel, madeira, óleo combustível e eletricidade.

A Ultragaz atende seus consumidores a granel por meio de contratos de fornecimento com prazos que normalmente variam de dois a cinco anos. Este tipo de contrato limita a volatilidade das vendas da Ultragaz, na medida em que, ao realizar a instalação dos tanques nos estabelecimentos de seus consumidores, a mudança de fornecedor de GLP importaria ao respectivo consumidor o ressarcimento à Ultragaz desses investimentos. O contrato também prevê que o tanque fornecido pela Ultragaz somente poderá ser abastecido com GLP entregue pela Ultragaz. Por ocasião do vencimento do contrato a granel, este poderá ser renegociado ou o tanque removido pela Ultragaz. Considerando que a instalação do tanque representa investimento significativo, a Ultragaz procura assegurar que o retorno de seu investimento seja realizado no prazo do respectivo contrato.

A estratégia da Ultragaz para a distribuição de GLP a granel reside na inovação de produtos e serviços. A Ultragaz conta com uma equipe de profissionais para identificar as necessidades de cada consumidor de GLP a granel e desenvolver soluções técnicas para utilização do GLP como fonte de energia. Além disso, em 2015 a Ultragaz passou a operar sob um novo conceito para pequenas e médias empresas, denominado Ultrapronto. Como um conceito inovador na indústria de GLP, o Ultrapronto representa um atendimento mais ágil e completo para o cliente, incluindo prospecção de clientes, equipamentos, logística e serviços pós-venda, e permeia toda a cadeia do segmento granel, baseado em: (i) valor agregado diferente para o cliente, (ii) padronização do processo, a fim de facilitar o serviço, e (iii) racionalização do processo de instalação (redução de 30%, em média, do tempo de execução do projeto no cliente).

O quadro a seguir indica o volume de vendas de GLP da Ultragaz a consumidores dos mercados envasado e a granel, nos períodos indicados:

Categoria de consumidores	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(em milhares de toneladas)		
Segmento envasado			
Entregas em residências pela Ultragaz/ Lojas de varejo da Ultragaz .....	61,1	60,4	63,2
Revendedores autônomos <sup>(1)</sup> .....	1.139,8	1.137,0	1.104,5
Total de vendas envasado .....	1.201,0	1.197,5	1.167,8
Total de vendas granel .....	544,8	562,8	528,8
<b>Total de toneladas entregues.....</b>	<b>1.745,7</b>	<b>1.760,3</b>	<b>1.696,6</b>

<sup>(1)</sup> Inclui entregas em residências e distribuições através de lojas de revendedores.

A entrega residencial evoluiu ao longo dos últimos anos, de entrega porta a porta para principalmente entrega programada, mediante pedido telefônico ou por aplicativo.

A distribuição de GLP é um mercado de varejo muito dinâmico, no qual os hábitos dos consumidores mudam constantemente, gerando oportunidades para a empresa. Visando acompanhar mais de perto a evolução do mercado e diferenciar-se da concorrência, a Ultragaz desenvolveu e ampliou novos canais de venda e meios de pagamentos. Na última década, a empresa expandiu a participação do *Disk Gás* (venda de botijões de GLP por telefone) e, mais recentemente, introduziu pedidos através de aplicativo para smartphones (*Ultragaz Connect*) e através de website (*Pedido Online*). Estas iniciativas oferecem maior comodidade para os clientes e geram maior valor agregado e otimização logística à Ultragaz. Esses mesmos princípios foram estendidos para o segmento granel, em que a Ultragaz é pioneira e líder destacada, e no qual vem desenvolvendo novos usos para os seus produtos, como o aquecimento localizado para inicializar o funcionamento de fornos industriais, principalmente de siderúrgicas e metalúrgicas, e um sistema automotivo de lavagem a vapor para revendedores da Ipiranga e outros empreendedores, que utiliza vapor para substituir a tradicional lavagem de carros, reduzindo substancialmente o uso de água. A Ultragaz também passou a oferecer novas soluções que a tornam uma alternativa ou complemento para empresas localizadas em áreas atendidas pelo gás natural. Recentemente, acompanhando as tendências dos hábitos de consumo no segmento granel, a Ultragaz passou a intensificar o serviço de conta única em condomínios residenciais, através do qual fornece a conta de gás individual aos moradores de condomínios.

Dada a rede da Ultragaz e seu alcance de comunidades remotas em todo o Brasil, a Ultragaz desenvolve uma série de iniciativas e parcerias a fim de promover a inclusão social, educação e cultura. A tabela abaixo traz as mais relevantes:

Projeto	Ano de lançamento	Descrição
Ultraz Cultural	2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O projeto oferece uma série de apresentações, filmes, teatro, literatura e oficinas educacionais</li> <li>✓ 2008 – 2017: beneficiou mais de 199 mil crianças em 22 estados brasileiros</li> </ul>
Parceria com o Ministério da Saúde	2008	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Campanhas educacionais e de conscientização que abordam a prevenção de doenças, tais como a dengue, o Zika vírus, a H1N1 e a febre amarela bem como outras questões básicas de saúde</li> <li>✓ 2009 – 2017: atingiu mais de 120 milhões de pessoas</li> </ul>
Parceria com as Nações Unidas (ONU)	2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Signatária do Pacto Global das Nações Unidas (ONU)</li> <li>✓ Em 2016, a Ultraz se juntou 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável</li> </ul>
<i>Junior Achievement</i>	2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Maior e mais antiga organização no Brasil dedicada a ensinar empreendedorismo aos jovens</li> <li>✓ 2017: 265 voluntários se envolveram em 13 estados brasileiros, beneficiando mais de 2.800 estudantes</li> </ul>
Pega Pilhas, Baterias e Celulares	2012	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Coleta e descarte de baterias usadas nas residências dos consumidores da Ultraz</li> <li>✓ 2017: aproximadamente uma tonelada de baterias foram coletadas em 10 estados</li> </ul>
Junte Óleo: Ultraz e Soya Recicla Coleta – Parceria com a Bunge e a ONG Instituto Triângulo	2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Campanha de reciclagem de óleo de cozinha para evitar seu descarte em fontes de água potável</li> <li>✓ 2015: projeto foi vencedor da 14ª edição do Prêmio Marketing Best Sustentabilidade</li> <li>✓ 2017: mais de 800 mil litros de óleo coletados, alcançando 450 mil domicílios brasileiros com aproximadamente 400 revendas envolvidas</li> </ul>
Parceria com o BNDES	2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhoria na infraestrutura de cooperativas brasileiras de material reciclável e treinamentos para os membros de ferramentas básicas de administração</li> <li>✓ 2014 – 2015: desenvolvido em 6 cidades no Brasil</li> </ul>
Somar Sustentabilidade	2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O projeto visa promover as melhores práticas e conceitos de sustentabilidade entre os revendedores</li> <li>✓ Ao final de 2017, mais de 400 revendedores tinham participado</li> </ul>
Revenda Ultraz sustentável	2014	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Revenda de GLP construída de acordo com os critérios estabelecidos pela USGBC (<i>United States Green Building Council</i>), em busca de certificações da LEED (<i>Leadership in Energy and Environmental Design</i>) e da AQUA (<i>High Environmental Quality</i>)</li> <li>✓ A primeira revenda foi inaugurada em 2014 em São Paulo, e a segunda em 2016 no Ceará</li> </ul>
Parceria com CDP	2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Com o apoio da CDP, a Ultraz promove treinamentos com seus fornecedores críticos sobre emissões de CO<sub>2</sub>, incentivando-os a desenvolver estoques de gases do efeito estufa</li> <li>✓ 2017: 43 fornecedores foram envolvidos</li> </ul>

**Infraestrutura de distribuição.** A estratégia de distribuição da Ultraz inclui a propriedade de sua própria infraestrutura de distribuição para o GLP granel, uma vez que a proximidade com seus consumidores representa vantagem significativa na formulação de suas estratégias de distribuição e de comercialização. A Ultraz também mantém uma grande rede de revendedores independentes para o GLP envasado. Veja "— Revendedores autônomos." A entrega de GLP envasado e a granel é realizada por pessoal trajando uniformes da Ultraz e utilizando veículos que exibem o seu logotipo. A Ultraz também tem investido em tecnologia da informação para melhorar seu processo, como por exemplo otimização logística e eficiência de produção.

A Ultraz distribui GLP envasado por meio de uma rede de distribuição, que em 31 de dezembro de 2017 incluía aproximadamente 5.800 revendedores autônomos. Em 31 de dezembro de 2017, a Ultraz possuía uma frota composta de 38 veículos para a entrega de vasilhames em residências e 306 veículos para a entrega em estabelecimentos comerciais.

A capacidade de vendas de GLP envasado decorre do número de vasilhames em posse da Ultragaz e dos seus revendedores autônomos. A Ultragaz estima que, em 31 de dezembro de 2017, havia no mercado, aproximadamente, 25,4 milhões de vasilhames de 13 kg com a sua marca.

**Revendedores autônomos.** A rede de revendedores autônomos da Ultragaz inclui desde empresas de distribuição, que realizam entregas em domicílio em uma área ampla, até lojas de varejo, que vendem pequenas quantidades de vasilhames de GLP. Até a publicação da Portaria nº 297 da ANP, de 18 de novembro de 2003 ("Portaria nº 297"), para a venda de vasilhames de GLP, os revendedores autônomos precisavam apenas de cadastro junto à ANP, e de usuais licenças de funcionamento municipais e do corpo de bombeiros. Com a Portaria nº 297, os revendedores autônomos, além da manutenção de seus cadastros junto à ANP, passaram a ter a obrigação de atender a uma série de requisitos previstos na Portaria nº 297 e a condições exigidas por lei para armazenamento de recipientes transportáveis de até 90 kg de GLP. Cada município estabelece normas de segurança aplicáveis às respectivas lojas que vendem GLP, incluindo restrições quanto à proximidade com determinados locais, tais como escolas. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, 95% do volume de vendas residenciais da Ultragaz foi feito por meio de revendedores autônomos. Os contratos firmados entre a Ultragaz e os revendedores autônomos preveem a utilização do logotipo da Ultragaz, tanto nos veículos destinados às entregas como nos uniformes dos entregadores. Neste caso, todos os direitos sobre a marca e o logotipo, devidamente registrados no INPI — Instituto Nacional de Propriedade Industrial, são de titularidade da Ultragaz. Os revendedores autônomos contratados são representantes exclusivos da Ultragaz. Nos termos dos respectivos contratos, cada revendedor concorda em não entregar vasilhames que não sejam da Ultragaz.

A Ultragaz entende que o investimento na eficiência da sua rede de revendedores é essencial para estar à frente na competição e ao mesmo tempo alinhada com as demandas do mercado de GLP. A Ultragaz desenvolve diversos programas para promover a qualificação e padronização da gestão dos revendedores.

A principal ferramenta é o "*Programa de Qualificação de Revendas*", que tem como objetivo padronizar as boas práticas de gestão das revendas da Ultragaz, que incluem padronização da marca, qualidade de gestão e conhecimento da legislação do setor. Através de um processo de avaliação, as revendas são classificadas em categorias (diamante azul, diamante, ouro, bronze e oportunidade), o que permite ao participante verificar o seu nível de desempenho em relação ao padrão de excelência de gestão Ultragaz e serve como estímulo para o constante aprimoramento. Em 2017, aproximadamente 4,7 mil revendas participaram do programa – um crescimento expressivo em relação a 2008, início do programa, quando cerca de 750 revendas foram avaliadas. Das revendas que participaram do programa em 2017, 72% (ou 3,4 mil) foram qualificadas como bronze ou superior, em linha com 2016 (73%) e 2015 (73%), atestando a conformidade das revendas com a maioria dos requisitos de qualidade da Ultragaz. Adicionalmente ao *Programa de Qualificação de Revendas*, a Ultragaz vem desenvolvendo novas iniciativas para melhorar a eficiência dos seus revendedores, como por exemplo treinamentos pré-operacionais, destinados a acelerar o processo de maturação e antecipar os resultados financeiros, aumentando a taxa de sucesso em novas revendas, composto por cursos focados nos aspectos-chave da operação do GLP, marketing e fluxo de caixa, entre outros.

A Ultragaz também investiu no desenvolvimento de programas de treinamento oferecidos aos seus revendedores. O primeiro deles foi o projeto SOMAR – Soluções de Marketing aplicadas à Revenda, um programa que inclui a replicação das melhores práticas e recomendações para mudança da operação dos revendedores, com o objetivo de impulsionar a eficiência nas suas operações.

A principal iniciativa, em prática desde 2007, é a Academia Revenda, que inclui os programas Formação em Gestão de Revendas, O Especialista Em Atendimento e Disk Especialista. Além disso, em 2016, a Ultragaz lançou o Ultratop, um programa para os funcionários dos revendedores, incluindo treinamentos online e campanhas focados no atendimento ao cliente. Esses programas visam promover nos revendedores e nos empregados importantes competências para assegurar uma gestão eficiente no mercado de varejo de GLP e aumentar a qualificação da rede de revendedores.

**Canais de distribuição a consumidores a granel.** A distribuição a granel de grande porte consiste, em grande parte, de usuários industriais, é realizada por caminhões-tanque. O GLP é entregue diretamente aos tanques de armazenamento localizados nos estabelecimentos dos consumidores. A distribuição a granel de pequeno porte compreende usuários residenciais, comerciais e pequenos usuários industriais, é realizada principalmente por caminhões bob-tail. A Ultragaz utiliza o nome comercial UltraSystem para sua distribuição a granel de pequeno porte por meio de caminhões *bob-tail*. A Ultragaz realiza vendas a granel diretamente a seus consumidores utilizando sua infraestrutura própria e transporte fornecido por terceiros.

**Condições de pagamento.** As vendas da Ultragaz por meio de lojas de varejo, bem como por entrega em domicílio, são efetuadas predominantemente à vista. As vendas da Ultragaz aos seus revendedores autônomos e usuários industriais e comerciais são feitas a prazo e contam com prazos de pagamento de 22 dias em média.

**Centros de destroca de vasilhames.** Em conformidade com o Código de Auto-Regulamentação, estabelecido em 1996 e homologado pela ANP, as distribuidoras brasileiras de GLP instituíram nove centros operacionais de destroca para facilitar a devolução de vasilhames à respectiva distribuidora. De acordo com o Código de Auto-Regulamentação, apesar de uma distribuidora poder coletar qualquer vasilhame de GLP vazio de seus consumidores em troca de um vasilhame cheio, a partir de outubro de 1997 as

distribuidoras de GLP não têm mais permissão para envasar vasilhame de terceiros. Consequentemente, as distribuidoras de GLP podem entregar o vasilhame de terceiros a um centro de destroca, no qual será trocado por um de seus vasilhames. Os centros de destroca atualmente cobram uma taxa média de R\$ 0,56 por vasilhame de GLP trocado.

**Requalificação de vasilhames.** A vida útil de um vasilhame depende de uma série de fatores, dentre os quais os mais importantes são a exposição do vasilhame à corrosão atmosférica e os eventuais danos por ele sofridos. A regulamentação da ANP e do Código de Auto-Regulamentação prevê que todos os vasilhames devam ser requalificados após seus primeiros 15 anos de uso e, subsequentemente, a cada 10 anos. Cada cilindro é inspecionado visualmente para aferição de dano e corrosão, determinando-se, deste modo, se possui qualidade suficiente para ser requalificado ou se deve ser descartado como sucata. Caso o vasilhame apresente condição suficiente para requalificação, diversos procedimentos são seguidos antes de ser gravado com o ano de requalificação e o novo prazo para retornar à requalificação.

**Fornecimento de GLP.** Atualmente, todas as distribuidoras de GLP do Brasil adquirem todo ou quase todo GLP da Petrobras. A Ultragaz possui um contrato formal com a Petrobras para fornecimento de GLP. Os procedimentos para aquisição de GLP costumam ser os mesmos para todas as distribuidoras de GLP, incluindo a Ultragaz, e consistem basicamente de ordens de compra de GLP apresentadas à Petrobras com antecedência de quatro meses, e uma estimativa mais precisa de nossas ordens com um mês de antecedência. Não ocorreram interrupções significativas no fornecimento às distribuidoras de GLP pela Petrobras, desde a interrupção ocorrida em 1995, em virtude de uma greve trabalhista dos empregados da Petrobras que durou 15 dias.

Desde 2001, as distribuidoras estão autorizadas a fixar livremente os preços de varejo, até então determinado pelo Governo Brasileiro. Até o final de 2001, o preço do GLP ex-refinaria, cobrado pela Petrobras das distribuidoras de GLP, também era fixado pelo Governo Brasileiro, que o aplicava uniformemente a todas as distribuidoras de GLP em todas as regiões do Brasil. No passado, este preço foi subsidiado pelo Governo Brasileiro. Em janeiro de 2002, o Governo Brasileiro deu fim ao subsídio dos preços ex-refinaria e, a Petrobras passou a ter liberdade para precificar o GLP no mercado nacional, adotando como referência o preço internacional acrescido de sobretaxas. No entanto, o preço ex-refinaria do GLP cobrado pela Petrobras permanece sujeito à influência do Governo Brasileiro, quando este entender conveniente. Entre maio de 2003 e final de 2007, os preços do GLP cobrados de distribuidores de GLP no Brasil permaneceram estáveis, apesar do aumento nos preços do petróleo e de GLP nos mercados internacionais, que foram parcialmente compensados pela valorização do Real frente ao dólar, reduzindo a diferença entre os preços de GLP praticados no Brasil e no mercado internacional. Desde 2008 a Petrobras tem aumentado o preço ex-refinaria do GLP para uso comercial e industrial esporadicamente. Em 2017, o preço ex-refinaria do GLP foram ajustados com maior frequência, conforme tabela abaixo:

(% de aumento)	Jan-08	Abr-08	Jul-08	Jan-10	Dez-14	Set-15	Dez-15	Dez-16
<b>GLP para uso comercial e industrial</b> .....	15%	10%	6%	6%	15%	11%	4%	12%

(% de aumento)	Abr-17	Jul-17	Ago-17	Set-17	Nov-17	Dez-17
<b>GLP para uso comercial e industrial</b> .....	-4,0%	-5,2% and 8,0%	7,2%	2,3% and 7,9%	6,5%	5,3%

Os preços do GLP para uso residencial permaneceram inalterado de maio de 2003 a setembro de 2015, quando houve um aumento de 15% pela Petrobras. Nos últimos anos, a Petrobras teve como prática não refletir imediatamente no mercado interno as oscilações nos preços internacionais de petróleo e seus derivados. No entanto, em junho de 2017, a dinâmica dos preços de GLP fornecidos para as distribuidoras foi modificada para refletir a volatilidade dos preços internacionais e a variação cambial, conforme demonstrado abaixo:

(% de aumento)	Mar-17	Jun-17	Jul-17	Ago-17	Set-17	Out-17	Nov-17	Dez-17
<b>GLP para uso comercial e industrial</b> .....	9,8%	6,7%	-4,5%	6,9%	10,7% and 6,9%	12,9%	4,5%	8,9%

Para uso residencial, a dinâmica de preço para a aquisição de GLP foi ajustada nas refinarias em janeiro de 2018 para suavizar a transferência de volatilidade de preços no mercado internacional para o preço doméstico. O período de apuração das cotações internacionais e do câmbio que definem os percentuais de ajuste será a média dos doze meses anteriores e não mais a variação mensal e as movimentações de preços passam a ser trimestrais ao invés de mensais.

Em 2015 e em 2016, o preço de refino médio da Petrobras era de US\$ 331 e US\$ 356 por tonelada, respectivamente, comparado ao preço médio internacional de US\$ 254 e US\$ 270 por tonelada, respectivamente. Em 2017, o preço ex-refinaria médio da Petrobras foi de US\$ 484 por tonelada, em comparação ao preço internacional médio de US\$ 401 por tonelada. Veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — O papel do Governo Brasileiro."

**Armazenamento de GLP.** Em 31 de dezembro de 2017, a Ultragaz possuía capacidade de armazenamento de GLP de aproximadamente 19,7 mil toneladas, incluindo a capacidade de armazenagem da Utingás. Com base em suas vendas médias de 2017, a Ultragaz apresentava capacidade de armazenamento para, aproximadamente, 3,4 dias de venda de GLP. Consequentemente, uma interrupção na produção de GLP poderá resultar em escassez de GLP, tal como ocorreu durante a greve da Petrobras em 1995.

O armazenamento de GLP na Ultragaz é realizado em grandes tanques instalados em cada uma de suas bases de engarrafamento, localizadas nas regiões em que mantém atividades. As unidades de envasamento primárias recebem GLP diretamente da Petrobras via gasoduto enquanto as unidades de envasamento secundárias são abastecidas por caminhões. A Ultragaz mantém, ainda, bases satélites que basicamente armazenam o GLP que é utilizado para abastecer caminhões *bob-tail* para atender a distribuição a granel a consumidores de pequeno porte que não estejam localizados perto de uma unidade de envasamento primária ou secundária. Veja o “Item 4.D. Informações sobre a Companhia — Unidades Industriais e Equipamentos”.

**Concorrência.** Os principais concorrentes da Ultragaz são:

- Liquigás, foi adquirida pela Petrobras em junho de 2004 do grupo ENI e mantém atividades no setor de distribuição de GLP no Brasil há mais de 60 anos;
- Supergasbras, decorrente da fusão da Minasgás S.A., fundada em 1955, e da Supergasbrás S.A., fundada em 1946, e controlada pela SHV Energy, a maior distribuidora multinacional de GLP. A SHV Gas realiza suas atividades por meio de duas diferentes marcas: Supergasbras e Minasgás; e
- Nacional Gás Butano, uma distribuidora brasileira, que atua no setor de distribuição de GLP há mais de 60 anos.

O quadro a seguir mostra a participação de mercado da Ultragaz e de seus concorrentes, de acordo com a ANP:

<b>Distribuidor GLP</b>	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Ultragaz.....	23,6%	23,8%	23,2%
Liquigás .....	21,6%	21,7%	22,6%
Supergasbras .....	20,1%	20,5%	20,4%
Nacional Gás Butano .....	19,5%	19,3%	19,2%
Outros .....	15,1%	14,7%	14,6%
<b>Total .....</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Antes de 1990, o Governo Brasileiro especificava as áreas em que as distribuidoras de GLP estavam autorizadas a operar, bem como determinava limites de suas vendas de GLP em cada área de atuação. Estes limites restringiam o crescimento das maiores distribuidoras de GLP e a concorrência no mercado. Estas restrições foram removidas como parte do processo de desregulamentação, resultando em substancial aumento da concorrência entre as distribuidoras brasileiras de GLP.

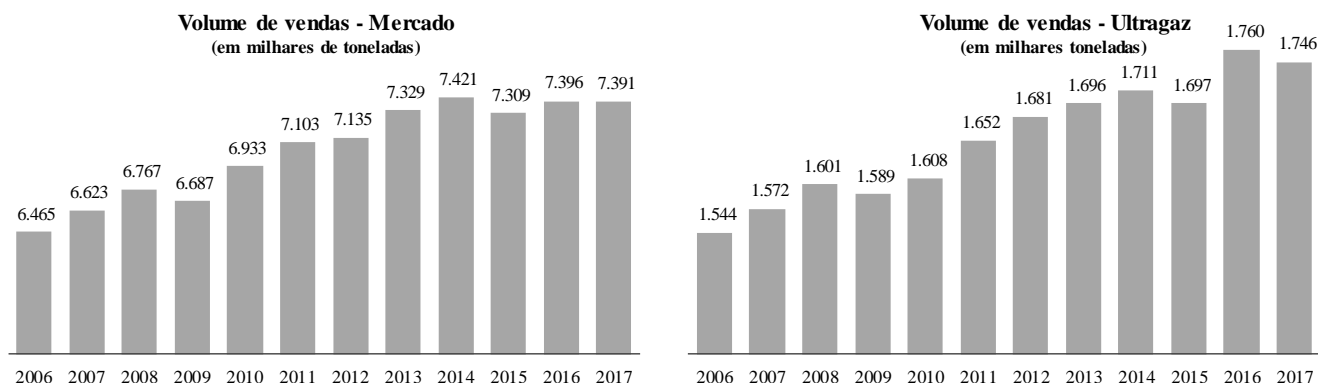
Considerando que o mercado envasado de GLP é um mercado maduro, com crescimento de consumo relativamente baixo, a concorrência baseia-se, em sua maior parte, em tentativas das distribuidoras de GLP de aumentar sua participação de mercado em detrimento dos concorrentes. Como o consumo per capita é pequeno, o baixo custo de distribuição e entrega é fator crítico de rentabilidade. As distribuidoras, portanto, concorrem significativamente, em termos de eficiência, na distribuição e entrega de GLP, uma vez que todas adquirem praticamente a totalidade de suas necessidades de GLP da Petrobras, a preços uniformes. Como os principais mercados da Ultragaz, incluindo as cidades de São Paulo, Salvador e Recife, áreas de grande concentração populacional, a distribuição neste segmento pode ser realizada com maiores economias de escala, resultando em custos de distribuição mais baixos para a Ultragaz. Adicionalmente, a Ultragaz apresenta baixos custos de distribuição de GLP a granel, em função do sistema UltraSystem.

Além de concorrer com as demais distribuidoras de GLP, a Ultragaz concorre também com empresas que oferecem outras fontes de energia, com destaque para o gás natural, e também a lenha, o óleo diesel, o óleo combustível e a energia elétrica. Atualmente o gás natural é a principal fonte de energia com a qual competimos. Adicionalmente, o suprimento de gás natural requer altos investimentos em redes de gasodutos. Embora o óleo combustível seja mais barato que o GLP, o GLP apresenta vantagens em termos de desempenho e vantagens ambientais, na maioria dos casos.

Em 2015, o mercado brasileiro de GLP apresentou queda de 1,5% comparado a 2014, devido principalmente à queda de 5,4% no segmento de granel, efeito da piora do cenário econômico no Brasil. Em 2016, o mercado brasileiro de GLP apresentou aumento de 1,2% em relação a 2015, conduzido por um aumento em ambos os segmentos. O segmento envasado cresceu 1,2% ao longo de 2015, devido à sua natureza resiliente por ser um bem de primeira necessidade, e o segmento granel cresceu 1,1% em comparação a 2015,

devido aos novos clientes que entraram nesse mercado em 2016. Em 2017, o mercado brasileiro de GLP permaneceu estável comparado a 2016. O segmento envasado cresceu 0,6%, e o segmento granel reduziu 1,8%.

O gráfico a seguir mostra o volume de vendas de GLP no mercado brasileiro e da Ultragaz, para os períodos indicados:



Fonte: ANP (volume para 2006 conforme Sindigás).

**Incentivo fiscal.** A legislação brasileira oferece uma redução de 75% no imposto de renda para as indústrias localizadas na região nordeste do Brasil, que depende de uma aprovação prévia e formal da SUDENE. O incentivo fiscal da base de engarrafamento da Bahiana de Caucaia (CE) vence em 2025. A base de engarrafamento de Mataripe (BA) obteve a renovação de incentivo fiscal até 2024, com base em investimentos feitos para aumentar a capacidade de produção e a modernização das instalações. Também obteve a renovação a base de Suape (PE) até 2018. O benefício fiscal para a planta de Aracajú (CE) expirou em 2017 e a subsidiária arquivará um pedido de prorrogação do benefício da SUDENE por um período adicional de 10 anos. Em junho de 2017, um novo pedido foi protocolado e o benefício foi concedido pela SUDENE até 2026, devido à implantação da unidade produtiva da planta de Juazeiro. Em março de 2018, a aprovação da SUDENE foi autorizada pela Secretaria da Receita Federal. O valor total do benefício fiscal de imposto de renda da SUDENE para a Bahiana para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$ 3,0 milhões e R\$ 28,5 milhões, respectivamente. Para mais informações, vide Nota 9(c) às nossas demonstrações financeiras consolidadas de 2017.

**Qualidade.** A Ultragaz foi a primeira distribuidora de GLP do Brasil certificada pela norma ISO (*International Standards Organization*) de excelência em gestão de qualidade. A Ultragaz foi também a primeira distribuidora de GLP no Brasil a receber o Prêmio Paulista de Qualidade, uma reconhecida premiação no Brasil. A Ultragaz está implementando o Modelo de Excelência da Gestão® – MEG, da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Este sistema padroniza e certifica os principais processos de trabalho em quatro áreas: Gestão da Qualidade (ISO 9001), Gestão Ambiental (ISO 14001), Saúde Ocupacional e Segurança (OHSAS 18001) e Responsabilidade Social Gestão (SA 8000). Além disso, nos últimos 3 anos, a Ultragaz recebeu diversos prêmios relacionados a qualidade e gestão em diferentes estados em que opera.

## Distribuição de Combustíveis

### Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis

O mercado brasileiro de combustíveis compreende a distribuição e comercialização de gasolina, etanol, óleo diesel, óleo combustível, querosene e gás natural veicular (GNV). Em 2017, o diesel representava 46% dos combustíveis distribuídos no Brasil, seguido por gasolina, etanol, óleos combustíveis, GNV e querosene, cada um deles representando 37%, 12%, 3%, 2% e menos de 0,01%, respectivamente.

O crescimento no setor de distribuição de combustíveis tem sido diretamente influenciado pela taxa de crescimento do PIB e pelo tamanho da frota de veículos leves. O crescimento do PIB é o principal determinante para o volume de diesel, dado que no Brasil o diesel é muito usado em ônibus, caminhões e máquinas agrícolas. O tamanho da frota de veículos leves influencia o volume combinado de gasolina, etanol e GNV, que são usados basicamente para veículos leves. O crescimento da frota de veículos, por sua vez, é altamente correlacionado à disponibilidade de crédito e renda disponível. Desde 2015, a economia brasileira vem passando por uma mudança estrutural com a criação de um mercado de crédito mais amplo para bens de consumo. Contudo, nos últimos anos, a recessão econômica afetou a disponibilidade de crédito e os níveis de renda no Brasil.

Em dezembro de 2017, o crédito no Brasil atingiu 47% do PIB, em comparação com 50% em dezembro de 2016, 54% em dezembro de 2015, 59% em dezembro de 2014 e 56% em dezembro de 2013. Em 2017, a dinâmica doméstica recuperou-se



gradualmente ao longo do ano, com uma melhora na renda disponível média, embora as taxas de desemprego continuem elevadas. As vendas de veículos foram positivamente impactadas registrando um aumento de 9,4% após quatro anos de declínio. De acordo com a ANFAVEA, aproximadamente 2,2 milhões de novos veículos leves foram registrados no Brasil em 2017 (2,0 milhões em 2016). A frota média de veículos leves cresceu 1,3% em 2017, atingindo mais de 41 milhões no final do ano. Entre o total de veículos vendidos em 2017, 89% foram veículos bicompostíveis, que rodam com motores adaptados para funcionar usando tanto gasolina quanto etanol, ou qualquer combinação de ambos, 3% foram veículos movidos somente à gasolina, 8% foram veículos movidos a diesel e 0,2% foram veículos elétricos. Desde o lançamento dos veículos bicompostíveis no Brasil em 2003, 30,5 milhões de veículos bicompostíveis foram vendidos no Brasil.

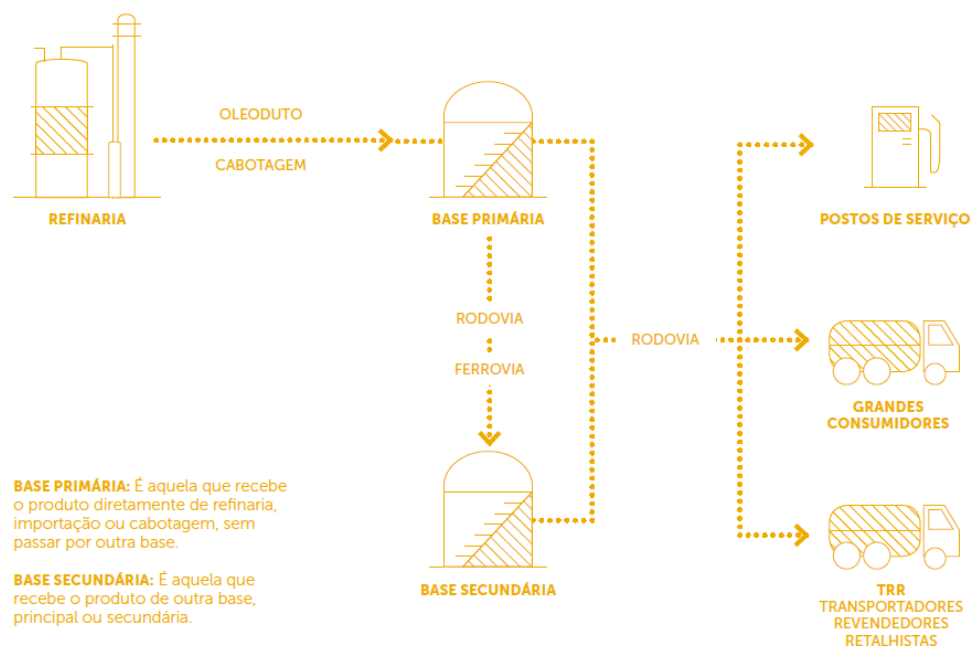
Adicionalmente, mudanças recentes na legislação e fiscalização no segmento de distribuição de combustíveis têm ajudado a coibir progressivamente práticas anticompetitivas, criando um ambiente competitivo equilibrado. Tais melhorias devem beneficiar o mercado formal através da captura de volume do mercado informal.

De acordo com dados do ANP, a distribuição de combustíveis (gasolina, etanol e diesel) é feita basicamente através de três canais, conforme a seguir:

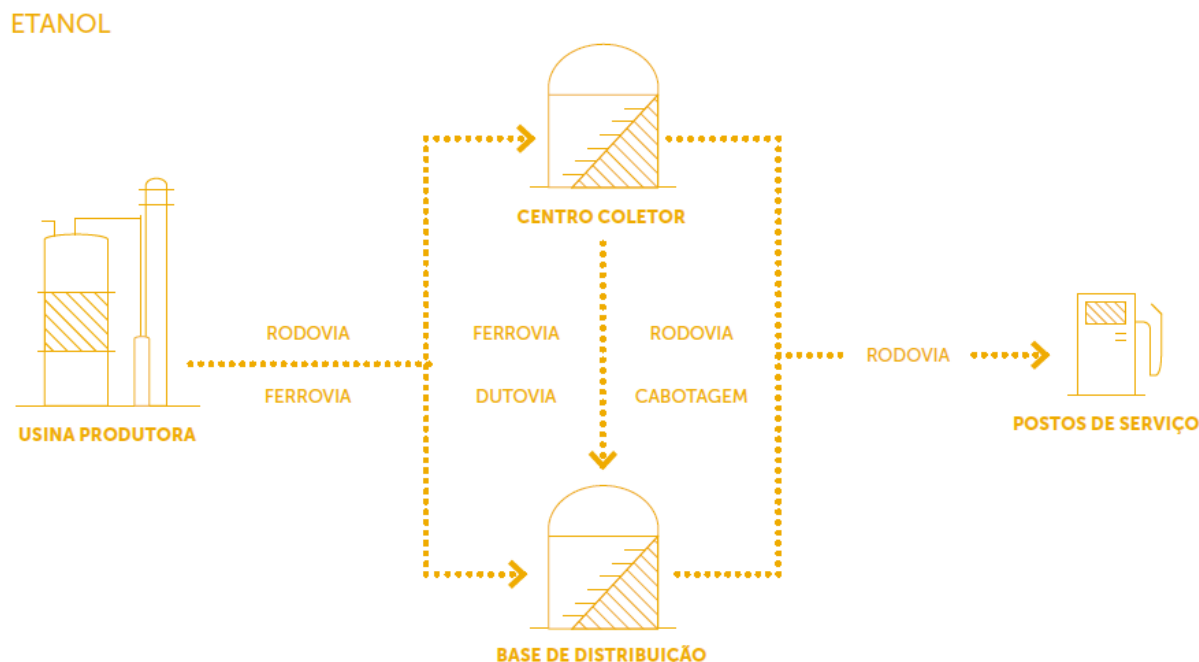
- Postos de serviço (86% do mercado em termos de volume em 2016, última data disponível), que atendem os consumidores finais no varejo;
- Grandes consumidores (9% do mercado em termos de volume em 2016, última data disponível), principalmente indústrias e frotas; e
- Transportadores Revendedores — Retalhistas — TRRs (4% do mercado em termos de volume em 2016, última data disponível) revendedores especializados, que distribuem diesel para clientes finais de pequeno e médio porte.

O quadro a seguir apresenta o processo de distribuição de combustíveis derivados de petróleo no Brasil:

#### DERIVADOS DE PETRÓLEO



O quadro a seguir apresenta o processo de distribuição de etanol no Brasil:



A distribuição de produtos derivados de petróleo é realizada através de uma extensa rede de terminais primários e secundários de armazenagem. Os terminais primários de armazenagem localizam-se geralmente próximos a refinarias e são utilizados para armazenar produtos que serão vendidos para clientes (postos de venda, grandes consumidores e TRRs) e para serem transportados para bases secundárias.

Os produtos derivados de petróleo são transportados de refinarias e terminais portuários para os terminais de armazenagem através de dutos, transporte via cabotagem ou fluvial e caminhões. O transporte de produtos derivados de petróleo entre bases primárias e secundárias é feito por dutos, ferrovias, caminhões e embarcações de cabotagem ou fluviais. O etanol é transportado das diversas usinas até as bases primárias e secundárias através de caminhões e ferrovias. A entrega aos postos, grandes consumidores e TRRs é feita exclusivamente por caminhões.

Todo volume de gasolina vendido no Brasil deve conter certa proporção de etanol anidro, que pode variar entre 18% e 27%. Em maio de 2013, o Ministério de Minas e Energia aumentou a proporção requerida de etanol anidro na gasolina novamente para 25%. Em março de 2015, o Ministério da Agricultura aumentou a proporção requerida de etanol anidro na gasolina de 25% para 27%. Atualmente, o percentual de etanol anidro misturado com gasolina é de 27%. O Conselho Interministerial do Açúcar e Alcool estabelece o percentual de etanol anidro que deve ser utilizado como aditivo na gasolina (atualmente, 27% na gasolina comum e 25% na gasolina aditivada/premium).

A gasolina "A", como é conhecida em sua forma não misturada, é misturada ao etanol anidro nas bases primárias ou secundárias. A gasolina "A" misturada com o etanol anidro forma a gasolina "C", que é então entregue diretamente aos postos e grandes consumidores por caminhões.

Desde janeiro de 2008, está vigente o Programa Biodiesel, obrigando os distribuidores a incluir determinado percentual de biodiesel no volume de diesel a ser vendido, a fim de reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Em adição o programa também tem um propósito social de incentivar e desenvolver pequenos produtores de matérias-primas base para o biodiesel. De janeiro a junho de 2008, a participação de biodiesel requerida era de 2%. Em 1º de julho de 2008 e 2009, a participação de biodiesel requerida foi elevada para 3% e posteriormente para 4%, respectivamente. Em 1º de janeiro de 2010, a participação de biodiesel requerida foi elevada para 5%, em 1º de julho de 2014, para 6% e em 1º de novembro de 2014 para 7%. Em março de 2016, o governo sancionou a Lei nº 13.263 que aumenta o percentual necessário de mistura de biodiesel ao diesel a 8% começando em março de 2017, com a expectativa de alcançar 10% em 2019 (ou 15%, sujeito a testes técnicos nos motores). Em 1º de março de 2017, o mix de biodiesel foi ampliado para 8%, e em 09 de novembro de 2017, o Conselho Nacional de Política Energética publicou a Resolução CNPE 23/2017 elevando a exigência do mix de biodiesel para 10% a partir de 1º de março de 2018.

Em 31 de janeiro de 2018, havia 153 distribuidores autorizados pela ANP a operar no Brasil.

**Fornecimento.** A Petrobras é atualmente a única fornecedora doméstica relevante de derivados de petróleo, responsável por 99% da produção brasileira. Há atualmente 17 refinarias de petróleo no Brasil, 13 das quais pertencem à Petrobras. Em 2017, a capacidade total de refino da Petrobras era de 372 mil m<sup>3</sup> por dia. As refinarias brasileiras localizam-se predominantemente nas regiões sul e sudeste. A produção total dessas refinarias em 2017 consistiu em 38% de diesel, 25% de gasolina, 11% de óleo combustível, 7% de GLP e 19% de outros produtos, incluindo nafta. Em 2017, 79% dos derivados de petróleo foram fornecidos por refinarias domésticas e os 21% restantes foram importados.

O etanol é adquirido de diversos produtores. Em 2017, havia 365 usinas no Brasil, que produziram aproximadamente 28 milhões de metros cúbicos de etanol, sendo 42% de etanol anidro e o restante de etanol hidratado. O fornecimento de etanol anidro e hidratado é sazonal e depende principalmente da colheita da cana-de-açúcar. Desde julho de 2017, quatro usinas de etanol à base de milho estão operando na região Centro-Oeste do Brasil. Em 2017, 94% desse fornecimento foi proveniente das regiões Central e Sul do Brasil e a parcela remanescente do Nordeste.

O biodiesel é adquirido de inúmeros produtores de biocombustíveis no Brasil e suas principais matérias-primas são o sebo e a soja. Em 31 de dezembro de 2017, existiam 48 produtores de biodiesel, localizados predominantemente na região Centro-Oeste. Em 2017, a produção brasileira de biodiesel alcançou 55% de sua capacidade produtiva. Desde janeiro de 2008, o primeiro ano do programa de biodiesel, a Petrobras tem sido responsável pela compra de biocombustíveis nos leilões promovidos pela ANP, para posterior fornecimento aos distribuidores em volumes proporcionais à respectiva quantidade de diesel adquirida. Essa medida visa evitar que distribuidores vendam diesel sem a inclusão do mínimo exigido de biodiesel.

**O papel do Governo Brasileiro.** O Governo Brasileiro tem historicamente regulado os preços do petróleo e de seus derivados, do etanol, do gás natural e da energia elétrica. A partir de 1990, o setor de óleo e gás no Brasil foi significativamente desregulamentado. Até a adoção da Lei do Petróleo, o Governo Brasileiro tinha um controle estrito sobre os preços que poderiam ser cobrados: (i) pelas refinarias aos distribuidores, (ii) pelos distribuidores aos postos e outros canais e (iii) pelos postos aos clientes finais.

Atualmente não existe nenhuma legislação ou regulamentação vigente autorizando o Governo Brasileiro a determinar os preços de derivados de petróleo e etanol. No entanto, considerando que a Petrobras é uma empresa de controle estatal e a maior fornecedora neste mercado, os preços dos derivados de petróleo ainda estão sujeitos a influência governamental, resultando em potenciais diferenças entre os preços internacionais e os preços domésticos de derivados de petróleo. Até 2005, os preços de certos derivados de petróleo, especialmente gasolina e diesel, eram periodicamente atualizados pela Petrobras para minimizar as diferenças de preços praticados no Brasil e nos mercados internacionais. De setembro de 2005 a maio de 2008, os preços da gasolina e diesel permaneceram inalterados.

De 2008 a 2010, a Petrobras alterou somente duas vezes os preços ex-refinaria da gasolina e do óleo diesel, e o Governo Brasileiro alterou simultaneamente a CIDE de modo a compensar total ou parcialmente o efeito da alteração nos preços para o consumidor.

Em outubro de 2011, o Governo Brasileiro reduziu a proporção de etanol anidro misturado à gasolina de 25% para 20%, devido à queda da produção de etanol. Para evitar aumento do preço da gasolina para o consumidor final, o Governo Brasileiro decidiu reduzir simultaneamente CIDE sobre a gasolina A de R\$ 230/m<sup>3</sup> para R\$ 193/m<sup>3</sup>. Em novembro de 2011, a Petrobras aumentou os preços ex-refinaria da gasolina e do diesel em 10% e 2%, respectivamente, e o Governo Brasileiro reduziu simultaneamente, mais uma vez, a CIDE da gasolina A para R\$ 91/m<sup>3</sup> e do diesel de R\$ 70/m<sup>3</sup> para R\$ 47/m<sup>3</sup>, sem afetar, portanto, os preços ao consumidor final.

Em junho de 2012, como consequência do aumento das exigências para a importação de produtos derivados de petróleo a preços acima dos praticados no Brasil, a Petrobras aumentou os preços da gasolina e do óleo diesel em 3,9% e 7,8% respectivamente, e a CIDE desses produtos foi simultaneamente reduzida a zero pelo Governo Brasileiro, compensando o efeito do aumento de preços. Em julho de 2012, a Petrobras aumentou ainda mais seu preço de venda para o óleo diesel em 6,2%.

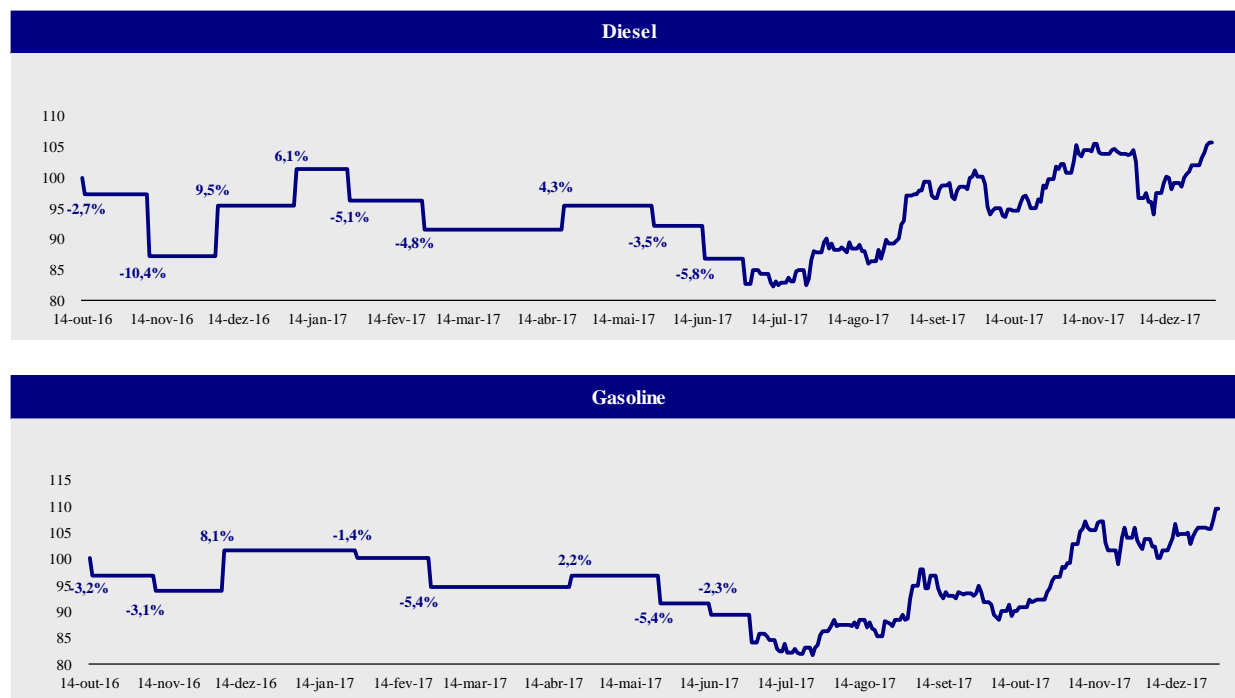
Em função da depreciação do Real e do fato dos preços dos derivados de petróleo no mercado internacional estarem acima dos preços praticados pela Petrobras no mercado interno, (i) em janeiro de 2013, a Petrobras aumentou os preços da gasolina e do diesel em 6,6% e 5,4%, respectivamente; (ii) em março de 2013, Petrobras anunciou um novo ajuste no preço do diesel, de 4,9%; e (iii) em novembro de 2013, a Petrobras aumentou os preços da gasolina e do diesel em 4,0% e 8,0%, respectivamente. Em novembro de 2014, a Petrobras anunciou outro aumento nos preços da gasolina e do diesel de 3,0% e 5,0% respectivamente.

Em janeiro de 2015, o Governo Federal anunciou o retorno da CIDE e o aumento do PIS e COFINS sobre combustíveis, com um impacto de R\$ 220 por metro cúbico para a gasolina, e de R\$ 150 por metro cúbico para o diesel, em vigor a partir de 1º de fevereiro de 2015. Em 30 de setembro de 2015, a Petrobras anunciou um novo aumento de preços de gasolina e diesel em 6,0% e 4,0%, respectivamente.

Em outubro de 2016, uma nova dinâmica de preços de gasolina e diesel foi estabelecida com o objetivo de, entre outros aspectos, flutuar os preços de acordo com as referências internacionais por meio de revisão mensal dos mesmos. Portanto, os preços da gasolina e do diesel passaram a ser diretamente influenciados pelos preços internacionais e pela taxa de câmbio real/dólar. De acordo com a nova dinâmica de preços, os preços da gasolina foram reduzidos em 3,2% e 3,1% e aumentaram 8,1% respectivamente em outubro, novembro e dezembro de 2016. Nas mesmas ocasiões, os preços do diesel foram reduzidos em 2,7% e 10,4% e aumentaram 9,5%.

Em julho de 2017, a nova dinâmica de preços foi atualizada para ajustes de preço diários com base em referências internacionais e na taxa de câmbio real/dólar. Além disso, em julho de 2017, o governo brasileiro anunciou aumento nos impostos de PIS e COFINS para gasolina e diesel. Na gasolina, os impostos cobrados aumentaram de R\$ 381,6 para R\$ 792,5 por metro cúbico, enquanto para o diesel saltou de R\$ 248,0 para R\$ 461,5 por metro cúbico.

O gráfico abaixo mostra a variação nos preços de aquisição, pelas distribuidoras, nas refinarias:



Os preços de etanol não estão sujeitos a regulação, sendo livremente estabelecidos pelos produtores de etanol. A fim de coibir práticas de concorrência desleal na venda de etanol, o governo anunciou algumas medidas, apoiadas pelas empresas que compõem o Plural. Em abril de 2008, tornou-se obrigatório a produtores e distribuidores de combustíveis, assim como para TRRs, a emissão de nota fiscal eletrônica em todos os estados do Brasil. Adicionalmente, em junho de 2008 o governo aprovou no Congresso Nacional a Lei 11.727/08, baseada na Medida Provisória 425, que entrou em vigor em outubro de 2008. Essa lei instituiu duas iniciativas para evitar a evasão fiscal: (i) aumentar a proporção de tributação de PIS e COFINS nas usinas de 25% para 40% e (ii) a exigência de instalação de medidores de vazão nas usinas para controle do fluxo de etanol, no entanto esta iniciativa não foi implementada por questões técnicas. Em 2009, a ANP passou a rastrear as vendas de metanol. A mistura de metanol e etanol é um exemplo de adulteração de produto praticada por alguns distribuidores ou donos de postos, principalmente no estado de São Paulo. Em 7 de maio de 2013, o Governo Brasileiro adotou a Medida Provisória 613, que, entre outras resoluções, concedeu incentivo fiscal para os produtores de etanol e de produtos químicos através de créditos e reduções do PIS e COFINS. Como resultado, todo o PIS e COFINS incidentes sobre o etanol, que correspondiam a R\$ 120/m³ em 31 de dezembro de 2013, foram coletados no produtor, que recebiam, por sua vez, um crédito de R\$ 120/m³. No entanto, em janeiro de 2017, os impostos de PIS e COFINS para produtores de etanol foram restabelecidos em R\$ 120/m³, sem qualquer crédito correspondente.

Em julho de 2017, o governo brasileiro anunciou um aumento nos impostos de PIS e COFINS para o etanol. Para os produtores de etanol, os impostos incidentes aumentaram de R\$ 120,0 para R\$ 130,9 por metro cúbico e para as distribuidoras de etanol, de zero para R\$ 110,9 por metro cúbico.

Com a publicação da Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005, foi criado o Programa Nacional de Biodiesel. Desde 2008, tornou-se obrigatória a adição de uma quantidade específica deste combustível ao diesel. Foram determinadas também algumas mudanças nas instalações dos distribuidores, bem como reestruturação da logística. Em março de 2016, o governo promulgou a Lei nº 13.263, que

alterou a Lei nº 11.097 e aumentou o percentual exigido de participação de biodiesel no diesel para 8% até 2017, alcançando 10% até 2019, ou 15%, sujeito a testes técnicos nos motores. Em 1º de março de 2017, o mix de biodiesel foi ampliado para 8%, e em 09 de novembro de 2017, o Conselho Nacional de Política Energética publicou a Resolução CNPE 23/2017 elevando a exigência do mix de biodiesel para 10% a partir de 1º de março de 2018.

***O papel da Petrobras.*** Desde a sua constituição em 1953, a Petrobras deteve o monopólio legal sobre a exploração, produção, refino, importação e transporte de petróleo e derivados de petróleo no Brasil e em suas águas continentais. Este monopólio foi confirmado na Constituição Federal promulgada em 1988. Como consequência, a Petrobras permaneceu como a única fornecedora no Brasil de derivados de petróleo.

Em novembro de 1995, o monopólio da Petrobras foi retirado da Constituição Federal por uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional. De acordo com esta emenda, outras empresas estatais e privadas poderiam concorrer com a Petrobras, praticamente em todos os segmentos nos quais a mesma atua presentemente. A emenda foi implementada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que garantiu a continuidade do monopólio da Petrobras por um prazo máximo de três anos. A Lei nº 9.478 determinou que o término do monopólio da Petrobras fosse acompanhado pela desregulamentação dos preços do petróleo, gás e derivados de petróleo, bem como criou uma nova agência normativa, a ANP, destinada a supervisionar as atividades relacionadas ao petróleo. Apesar da inexistência de restrições legais para a atuação de outras fornecedoras de petróleo e de derivados de petróleo, atualmente a Petrobras permanece, na prática, basicamente a maior fornecedora doméstica de derivados de petróleo no Brasil, incluindo a nafta, GLP e combustíveis derivados de petróleo, apesar de não haver restrições legais para outros fornecedores ou para importações.

Desde 1971, a Petrobras atua no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis através de sua subsidiária BR. A BR é líder no mercado de distribuição de combustíveis, com participação no mercado de 26,6% em 2017, segundo dados da ANP.

Com a descoberta das áreas do pré-sal, o Governo Brasileiro adotou uma série de medidas no ambiente regulatório, estabelecendo um novo quadro legal para a indústria do petróleo, que deverá resultar em uma série de regulamentações para a indústria petrolífera, tais como contratos de partilha de produção e contratos de concessão, entre outros. Essa descoberta deverá trazer um novo cenário para o setor, gerando grandes investimentos e adaptações na infraestrutura, tais como novas refinarias, transporte rodoviário, oleodutos, plataformas, portos e navios, entre outros.

***O papel da ANP.*** A ANP é responsável pelo controle, supervisão e implementação das políticas do Governo Brasileiro sobre as atividades relacionadas a petróleo, gás natural e biocombustível. A ANP regula todos os aspectos da indústria, desde a exploração e/ou produção, transporte até a venda desses produtos, inclusive normas de qualidade de produto e capacidades mínimas de armazenagem a serem mantidas pelos distribuidores. Antes de 1999, não havia exigências formais impostas pelo Governo Brasileiro para a atuação no setor de distribuição de combustíveis. Os distribuidores estavam apenas obrigados a se registrar no Departamento Nacional de Combustíveis ou na Agência Nacional do Petróleo antes de iniciar suas operações. Em 30 de dezembro de 1999, a ANP estabeleceu, por meio da Resolução nº 202, uma série de exigências a serem cumpridas. Em outubro de 2014 a Resolução da ANP nº 202 foi substituída pela Resolução da ANP nº 58/2014. De acordo com as novas regras, um distribuidor de combustíveis, para atuar no Brasil, deve obter uma autorização de funcionamento e cumprir alguns requisitos operacionais mínimos, incluindo:

- capital integralizado mínimo de R\$ 4.500.000; e
- comprovação de capacidade financeira equivalente aos volumes de vendas esperados (essa comprovação pode ser feita por meio de comprovação de posse de ativos, seguro ou fiança bancária).

A ANP é também responsável por estabelecer os volumes adquiridos pelos distribuidores com base na capacidade de armazenagem. Os distribuidores de combustíveis são obrigados a fornecer à ANP relatórios mensais apresentando as vendas do mês.

A distribuição de combustíveis para os postos e grandes consumidores pode ser realizada apenas por um distribuidor registrado. Aos TRRs, é permitida a comercialização de diesel, lubrificantes e graxas a pequenos consumidores finais. Cada distribuidor deve fornecer mensalmente à ANP informações relativas aos seus revendedores independentes. A construção de bases e a aprovação para novos revendedores estão sujeitas à prévia aprovação da ANP. Postos de serviços e instalações de armazenagem só podem começar a operar após inspeção da ANP.

***Regulamentação.*** Os distribuidores de combustíveis são proibidos de operar postos, exceto para fins de treinamento ou para o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços. Os postos de combustíveis são, portanto, operados por revendedores independentes das distribuidoras. Três tipos de acordos entre distribuidores e revendedores são geralmente utilizados no setor de combustíveis: (i) o distribuidor é proprietário do terreno, dos equipamentos e dos prédios para um posto de serviço e os aluga a um revendedor, (ii) um terceiro é proprietário do terreno e o aluga a um distribuidor, que constrói um posto ou promove melhorias em um posto existente e o aluga a um operador, e (iii) o revendedor ou um terceiro é proprietário do terreno e constrói um posto ou promove melhorias em um posto existente, que é geralmente financiado pelo distribuidor (sendo esta última a prática mais comum no Brasil). Os contratos entre os distribuidores e os operadores de postos de serviços geralmente são exclusivos por um determinado período. Em

contrapartida de possuir um revendedor exclusivo, o operador tem o direito de operar sob a marca do distribuidor. O contrato pode incluir ainda disposições relativas ao empréstimo em comodato de bombas e tanques, padrões de layout, treinamento, controle de qualidade, suporte técnico e financeiro, suporte de marketing e publicidade e franquias para serviços suplementares, tais como lojas de conveniência (am/pm) e franquias de troca de óleo (Jet Oil).

A Plural (antigo Sindicom) é a associação que representa os interesses dos maiores distribuidores de combustíveis no Brasil, que controlavam 67,7% do mercado brasileiro de combustíveis em 2017. A associação foi fundada em 1941, cujos objetivos principais são criar normas uniformes para a regulamentação do setor e oferecer um fórum para que os associados possam discutir assuntos que afetem o setor. A Plural representa seus associados em discussões perante órgãos federais e estaduais e apresenta a seus membros perspectivas relacionadas a leis e normas relevantes, incluindo aquelas referentes a tributação, operações, segurança e proteção ambiental.

Durante os anos 90, quando se iniciou o processo de desregulamentação do setor de combustíveis no Brasil, um grande número de competidores entrou no mercado com um modelo de negócios baseado em vantagens de custo derivadas de práticas anticompetitivas através de adulteração de combustíveis e evasão fiscal, incluindo; (i) a diluição da gasolina pela mistura de solventes ou pela adição de etanol anidro em um percentual acima do permitido pela lei aplicável (o etanol anidro tem sua tributação incorporada na gasolina A e é historicamente mais barato que a gasolina), (ii) não pagamento dos impostos federais sobre combustíveis, impostos sobre o faturamento e ICMS e (iii) venda de etanol anidro misturado com água como se fosse etanol hidratado. Essas práticas contribuíram para esses competidores, todos não membros da Plural, aumentarem sua participação de mercado cobrando preços artificialmente mais baixos baseados em custos também artificialmente mais baixos. Os distribuidores da Plural, incluindo a Ipiranga, tomaram, individual e coletivamente, uma série de medidas com vistas a reduzir ou eliminar os efeitos dessas práticas anticompetitivas e ilegais.

Tais medidas incluem:

(i) interação significativa com o poder judiciário, incluindo o patrocínio de seminários para juízes e promotores relativos aos problemas enfrentados no setor e o envolvimento direto em ações fiscais envolvendo distribuidores que não são membros da Plural; (ii) patrocínio ao desenvolvimento de um corante químico que, deve ser adicionado ao etanol anidro para evitar a adição de água (para posteriormente ser vendido como etanol hidratado); (iii) apoio à Resolução da ANP que restringe a venda de etanol hidratado de produtores a distribuidores, proibindo a venda por produtores a revendedores ou consumidores finais; (iv) apoio à Resolução da ANP que proíbe que os distribuidores vendam combustíveis a revendedores que operam sob outra marca, exceto os revendedores bandeira branca, que operam sem marca; (v) contribuição ao desenvolvimento do CODIF, sistema dedicado ao controle eletrônico da cobrança de impostos incidentes nas vendas de combustíveis; (vi) apoio à implementação da nota fiscal eletrônica em âmbito federal, concluída em 2008; (vii) apoio à Resolução da ANP, que estabeleceu a definição de marca e a obrigação de divulgar a origem dos combustíveis, a fim de inibir determinados distribuidores de utilizar uma falsa marca (conhecidos como postos clonados), e (viii) a sugestão de diversas outras medidas, apoiadas pela ANP, particularmente a concentração da cobrança do PIS e COFINS— nas usinas produtoras de etanol e a instalação de medidores de vazão, que foram incluídas na lei 11.727/2008. Como resultados destes esforços, o mercado mais regulamentado está levando ao enfraquecimento do modelo de negócios baseado em custos artificialmente mais baixos e práticas desleais, criando um ambiente competitivo equilibrado e aumentando as vendas no mercado formal.

***Padrões ambientais, de saúde pública e de segurança do trabalho.*** Os distribuidores de combustíveis estão sujeitos às leis e normas federais, estaduais e municipais relativas a proteção do meio ambiente, segurança e saúde ocupacional, e estão sujeitas a alvará do corpo de bombeiros com relação a segurança e transporte. O Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA — é o principal responsável pela regulamentação e deliberação sobre questões ambientais. Além disso, agências ambientais estaduais e departamentos municipais são também responsáveis por estabelecer e supervisionar leis e normas complementares dentro de suas áreas de operação.

Os distribuidores de combustíveis devem obter autorizações e/ou licenças de agências ambientais federais, estaduais e/ou municipais regionais e do corpo de bombeiros para implementar e operar suas instalações. Devem ainda desenvolver programas para controle da poluição do ar e da água e de resíduos perigosos. Também devem ser implementados planos de emergência para plantas operacionais e sedes, envolvendo a comunidade, empresas públicas e outras empresas privadas. Adicionalmente, os distribuidores de combustíveis devem cumprir também as leis do Ministério do Trabalho, que prescrevem normas de saúde e segurança ocupacional. Para manter um ambiente de trabalho seguro e saudável, as empresas devem implementar programas abrangentes de saúde ocupacional e segurança.

Combustíveis devem ser transportados somente sob condições especiais. No Brasil, o transporte de produtos perigosos é regulamentado e as normas destinam-se a todos os meios de transporte.

## ***Ipiranga***

Ipiranga foi fundada em 1937 e é uma das maiores empresas privadas no mercado de distribuição de combustíveis no Brasil, com participação de mercado de 20,3% em termos de volume de vendas em 2017 e 8.005 postos de serviço em 31 de dezembro de 2017.

A Ipiranga distribui diesel, gasolina, etanol, GNV, óleo combustível, querosene, ARLA (agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio de veículos pesados), lubrificantes e graxas em todo o país. Além de um negócio tradicional de distribuição de combustíveis, a Ipiranga tem implementado uma estratégia de diferenciação, através da oferta de outros produtos e serviços em toda a sua rede de postos de serviço. Essa estratégia levou a uma significativa e crescente negócio loja de conveniência, de marca "am/pm", incluindo a expansão da rede de padaria e outros produtos de marca própria sob a mesma marca, bem como empresas de substituição de lubrificantes, "Jet Oil" e "Jet Oil Motos", e a consolidação de outros produtos e serviços relacionados. Em 2014, a Ipiranga lançou sua própria solução de abastecimento para suas lojas de conveniência am/pm, o am/pm *Suprimentos*. No fim de 2017, a am/pm Suprimentos operava quatro centros de distribuição no país (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo). Em 2017, a Ipiranga inaugurou a terceira loja am/pm com o conceito expandido para posto urbano, uma nova configuração da loja am/pm, e terminou o ano com uma "am/pm Estação", um modelo desenvolvido para postos de rodovias. Estes novos modelos aumentaram a oferta de conveniência adicionando novos produtos e serviços aos já tradicionais: espaço de saúde e beleza, mercearia, refeições completas e um novo conceito de *fast food* adequado para cada tipo de clientes. Para maiores informações, veja o "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Nossa Estratégia — Reforçar a rede de varejo."

A Ipiranga possui um programa de fidelidade, *Km de Vantagens*, que atingiu 26 milhões de participantes em 31 de dezembro de 2017, e do posto de serviço on-line, "*Posto Ipiranga na Web*", através do qual os clientes podem adquirir créditos de combustível online e usá-los para comprar combustível em nossos postos de combustíveis credenciados.

***Mercados e marketing.*** Até março de 2009, a Ipiranga atuava somente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Após a aquisição da Texaco, a Ipiranga tornou-se uma distribuidora de abrangência nacional passando a operar no Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil, regiões em que o consumo cresce acima da taxa média do país, dada a baixa penetração de veículos e o crescimento acelerado da renda comparado às outras regiões do país. Nos termos dos acordos da aquisição do Grupo Ipiranga a Petrobras tinha o direito de usar a marca Ipiranga nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por 5 anos a contar da data da aquisição, direito que expirou em março de 2012. Até este período, a Ipiranga operou nessas regiões com a marca Texaco. Em novembro de 2010, a Ultrapar concluiu a aquisição da DNP, que distribui combustíveis nos estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Pará e Mato Grosso através de uma rede de 110 postos, com 4% de participação de mercado na região Norte do Brasil, sendo a quarta maior distribuidora de combustíveis desta área geográfica. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia." Em 2017, a Ipiranga deu continuidade a sua estratégia de aumento de sua escala operacional, adicionando 442 postos através do embaixamento de revendedores bandeira branca e a abertura de novos postos. Além disso, a Ipiranga encerrou 2017 com 1.240 postos ecoeficientes (postos com um conjunto de soluções que reduzem o consumo de materiais, recursos naturais e energia desses postos, incluindo a redução de resíduo gerado durante a construção). A Ipiranga também está focada na expansão das franquias Jet Oil e am/pm para aumentar o serviço e a conveniência para os consumidores nos postos de sua rede.

O crescimento do setor de combustíveis é diretamente influenciado pelas taxas de crescimento do PIB e pelo tamanho da frota de veículos. Veja "Item 5.D. Análise Financeira e Operacional e Perspectivas — Informações de Tendências." Mudanças na legislação e na fiscalização no setor de distribuição de combustíveis nos últimos anos têm gradualmente coibido práticas de concorrência desleal, criando um ambiente competitivo equilibrado no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis. Ao longo do tempo, tais melhorias têm beneficiado o mercado formal através da captura de volume do mercado informal. Veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis."

Em 2017, 2,2 milhões de novos veículos leves foram registrados de acordo com a ANFAVEA, um aumento de 9,4% em relação a 2016, sendo 89% a participação dos veículos bicomcombustíveis no total de veículos licenciados em 2017.

De acordo com a ANFAVEA, a frota média de veículos leves total no Brasil em 31 de dezembro de 2017 era de mais de 41 milhões, um aumento de 1,3% em relação a 2016, em função do licenciamento de 2,2 milhões de novos veículos e um descarte de 1,7 milhão de veículos leves em 2017.

Em 2017, o volume de combustíveis vendido da Ipiranga permaneceu estável em relação a 2016. O volume de vendas de gasolina, etanol e GNV apresentou um crescimento de 1,4%, conduzido pelo aumento de 1,3% na frota média de veículos leves. Acompanhando a gradual melhora do cenário macroeconômico, o volume do diesel voltou a apresentar crescimento somente a partir do segundo semestre, resultando em uma redução total de 1,6% apesar da melhora no segundo semestre do ano.

O volume vendido pela Ipiranga na sua rede de postos representou 76% de suas vendas totais em 2017. Em 31 de dezembro de 2017, havia 8.005 postos de serviços operando sob a marca Ipiranga, dos quais 917 encontram-se em terrenos nossos ou sob

contrato de arrendamento de longo prazo e 7.088 em terrenos pertencentes a terceiros. Em 2017, 89% destes postos estavam localizados em áreas urbanas e os 11% restantes em rodovias.

A distribuição para grandes consumidores representou 17% das vendas da Ipiranga em 2017. A Ipiranga vendeu diretamente a aproximadamente 5.208 clientes em 2017, incluindo governos estaduais e municipais, indústrias e proprietários de frotas de transporte de carga e passageiros.

A Ipiranga também vende diesel, óleo combustível e querosene para aproximadamente 293 TRRs independentes, que redistribuem estes produtos a empresas de pequeno e médio porte em todo o Brasil. A maioria dos clientes TRRs da Ipiranga consiste em empresas que possuem grandes tanques fixos em suas instalações. Esses clientes representaram 7% do volume de vendas da Ipiranga em 2017.

O relacionamento entre a Ipiranga e seus clientes é regido por contratos de fornecimento com prazos que variam de 1 a 10 anos. Os tipos de contratos mudam de acordo com o canal de distribuição. Para postos, os contratos geralmente são válidos por prazos mais longos (5 a 10 anos) e incluem a instalação de bombas e tanques nas dependências dos clientes e a concessão de financiamentos e bônus. O fornecimento a grandes clientes e TRRs raramente é feito com base em contratos. Quando existem contratos, os prazos variam de 1 a 3 anos.

A tabela abaixo mostra as vendas de combustíveis da Ipiranga por produto:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(em milhares de metros cúbicos)		
<b>Diesel (por categoria de cliente)</b>			
Postos de combustíveis.....	6.322,0	6.330,0	6.983,0
Grandes consumidores .....	3.897,8	4.065,9	4.379,5
TRR .....	1.523,6	1.536,3	1.733,8
<b>Total de Diesel .....</b>	<b>11.743,4</b>	<b>11.932,2</b>	<b>13.096,2</b>
<b>Gasolina .....</b>	<b>8.791,6</b>	<b>8.493,3</b>	<b>8.554,4</b>
<b>Etanol .....</b>	<b>2.321,6</b>	<b>2.453,8</b>	<b>3.444,8</b>
<b>Outros<sup>(1)</sup> .....</b>	<b>601,9</b>	<b>627,5</b>	<b>629,5</b>
<b>Total de volume vendido .....</b>	<b>23.458,5</b>	<b>23.506,9</b>	<b>25.724,8</b>

<sup>(1)</sup> Inclui GNV, óleo combustível, querosene, arla e lubrificantes.

**Infraestrutura de distribuição** A Ipiranga operava através de 84 bases de armazenagem em 31 de dezembro de 2017, as quais estão estrategicamente localizadas para proporcionar uma entrega rápida e econômica de seus produtos. Existem dois tipos de bases: primárias, geralmente localizadas próximas ao litoral e a grandes cidades, que são abastecidas por refinarias através de oleodutos, e bases secundárias, principalmente localizadas no interior e abastecidas pelas bases primárias através de transporte ferroviário ou transporte rodoviário nos locais não atendidos por sistemas ferroviários. O etanol é fornecido aos terminais através de transporte rodoviário.

A Ipiranga possui sua própria frota de caminhões, através de sua empresa de transportes Tropical, que foi responsável pelo transporte de 27% do volume de combustíveis vendido pela Ipiranga em 2017, sendo a parcela remanescente de transporte atendida por terceiros.

**Revendedores independentes.** A Ipiranga geralmente pratica três tipos de acordos com os revendedores: (i) acordos em que é proprietária do terreno, dos equipamentos e dos prédios de um posto de serviço e os aluga a um revendedor, (ii) um terceiro é proprietário do terreno e o aluga à Ipiranga, que constrói um posto ou promove melhorias em um posto existente e aluga a um operador e (iii) o revendedor ou um terceiro é proprietário do terreno e constrói um posto ou promove melhorias em um posto existente, que geralmente é financiado pela Ipiranga. De acordo com os termos dos contratos e em conformidade com a lei aplicável, cada revendedor em operação sob a marca Ipiranga deve comprar exclusivamente nossos combustíveis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 76% do volume vendido pela Ipiranga ocorreu através de postos.

A fim de fortalecer o relacionamento com a rede de revendedores, diferenciar-se dos concorrentes e fortalecer a fidelidade à marca, a Ipiranga criou alguns programas de incentivo. Como parte destes incentivos, a Ipiranga anualmente recompensa os revendedores com viagens internacionais através do programa de relacionamento Clube do Milhão, mediante o cumprimento de objetivos pré-estabelecidos.



A Ipiranga também estabelece programas de relacionamento com os frentistas dos postos, como o Clube Vip, para incentivar a venda de produtos e serviços de maior valor agregado, incluindo cartões de crédito, como o Cartão Ipiranga e o Cartão Ipiranga Carbono Zero, gasolina Premium e lubrificantes. Treinamentos são oferecidos a estes funcionários com foco na apresentação dos produtos e serviços oferecidos e na capacidade de venda.

Em 2009, a Ipiranga criou o Km de Vantagens, programa pioneiro de fidelização no mercado de combustíveis por meio de recompensas e benefícios a clientes e revendedores. A Ipiranga desenvolveu parcerias estratégicas para ampliar o escopo do programa e os benefícios para seus clientes e revendedores, incluindo parcerias nas áreas de entretenimento, turismo, revistas e passagens aéreas, entre outros. No final de 2017, o Km de Vantagens contava com mais de 26 milhões de participantes registrados, tornando-se o maior programa de fidelidade no Brasil. A cada ano, a Ipiranga busca novas iniciativas para adicionar mais valor ao programa, manter os participantes atuais e aumentar o número de novos participantes.

Em 2010, através das lojas am/pm, maior rede de lojas de conveniências do país, a Ipiranga iniciou o lançamento de algumas iniciativas para aumentar a oferta de produtos por meio do lançamento de produtos com marcas próprias, incluindo bebidas energéticas e salgados, e da expansão das padarias am/pm, oferecendo ao revendedor uma fonte adicional de receita, além de fortalecer a marca am/pm. Em 2014, a Ipiranga também lançou uma nova experiência de compra de cerveja através do *Beer Cave*, que é uma câmara refrigerada que armazena mais de 100 marcas de cerveja. A Ipiranga encerrou 2017 com 2.415 lojas am/pm, 863 padarias e 491 *Beer Caves*. Em 2017, a Ipiranga reforçou ainda mais a oferta de produtos em suas lojas am/pm com o lançamento da *Wine Cave*. Em uma adega climatizada, os clientes podem encontrar uma grande variedade de vinhos, de 60 a 80 rótulos diferentes, e na temperatura certa. Em 31 de dezembro de 2017, havia quadro unidades da *Wine Cave* instaladas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Em novembro de 2012, a Ipiranga lançou o ConectCar. Veja "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia" e "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Nossa Estratégia — Reforçar a rede de varejo."

As unidades Jet Oil, rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos, encerraram 2017 com 1.735 franquias, incluindo 247 franquias Jet Oil Motos, a primeira rede de troca de óleo e serviços especializada para motocicletas.

Para fortalecer a oferta de produtos e as operações das lojas de conveniência am/pm, a Ipiranga lançou em 2014 sua própria solução de abastecimento. O am/pm Suprimentos concentra a logística, as vendas e o atendimento ao cliente dos principais produtos das lojas de conveniência em uma única estrutura. Essa iniciativa tem como objetivo otimizar as operações das lojas de conveniência am/pm, aumentar a competitividade dos franqueados e garantir uma gama de produtos de maior qualidade. No fim de 2017, o am/pm Suprimentos operava quatro centros de distribuições nos estados Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná, suprimindo as lojas destes estados com as principais categorias de produtos exceto cigarros e sorvetes.

Em 2015, a Ipiranga apresentou em São Paulo novas configurações de conceitos de lojas am/pm, conforme anteriormente descrito. Os novos modelos am/pm aumentam as opções de receitas complementares para os revendedores.

Em 2016, a Ipiranga desenvolveu e lançou no mercado o Abastece Aí, uma iniciativa que busca maximizar as vantagens da integração de plataformas para oferecer maior conveniência e benefícios aos clientes. Através do aplicativo móvel Abastece Aí, o cliente pode obter descontos e programar previamente uma opção de abastecimento que é reconhecida pelo atendente do posto Ipiranga através de um número gerado automaticamente pelo aplicativo. Através do aplicativo, o cliente também escolhe os prêmios que prefere receber e finaliza o processo de abastecimento utilizando uma senha exclusiva do Km de Vantagens em um método de pagamento seguro.

Essas iniciativas estratégicas de diferenciação da Ipiranga resultam em uma melhor proposta de valor para os clientes e revendedores, gerando benefícios para a cadeia com um todo – o consumidor tem acesso a produtos diferenciados, o revendedor tem maiores receitas e o posto tem um posicionamento diferenciado, contribuindo para evolução dos resultados da empresa.

Em linha com essa estratégia, a Ipiranga criou uma campanha de marketing "*Ipiranga: um lugar completo esperando por você.*" Esse conceito consiste em criar um lugar no qual os consumidores possam encontrar uma variada gama de produtos e serviços que eles necessitem. Esse conceito é estimulado pelas comunicações da Ipiranga, especialmente em comerciais de televisão, que incluem a frase característica "*Pergunta lá no posto Ipiranga*", comumente utilizada por muitos brasileiros em outras situações que não nos postos.

Desde 2013, a Ipiranga tornou-se signatária do Pacto Global da ONU, uma iniciativa apoiada pela Organização das Nações Unidas e composta por companhias, instituições e a sociedade. A iniciativa visa mobilizar a comunidade internacional de empresas a adotar padrões internacionais de práticas na área de recursos humanos, relações trabalhistas, meio ambiente e anticorrupção destinadas

a promover o crescimento sustentável e a cidadania. A Ipiranga publicará anualmente a *Communication of Progress* — COP — mostrando os projetos e ações desenvolvidas durante o ano para cumprir as determinações do Pacto Global da ONU.

**Fornecimento de combustíveis.** Atualmente, a Ipiranga e outros distribuidores compram a maior parte dos combustíveis derivados de petróleo da Petrobras através de um contrato formal de fornecimento que estabelece o volume e termos do fornecimento. O contrato com a Petrobras é renovado anualmente e o volume contratado é baseado no volume comprado no ano anterior. Os procedimentos para pedido e compra de combustíveis da Petrobras geralmente são comuns a todos os distribuidores, incluindo a Ipiranga. Não houve interrupções significativas no fornecimento de combustíveis pela Petrobras aos distribuidores, com exceção de uma interrupção em 1995 devido a uma greve de 15 dias dos funcionários da Petrobras.

O mercado de etanol no Brasil compreende 365 usinas, produzindo açúcar e etanol a partir da cana-de-açúcar. A produção de etanol ocorre aproximadamente durante 8 meses por ano. Uma parte da produção é armazenada nas usinas para atender a demanda durante o período de entressafra. As usinas produzem dois tipos de etanol: (i) etanol anidro, que é obrigatoriamente misturado na gasolina e (ii) etanol hidratado, usado basicamente nos veículos bicompostíveis.

O etanol no Brasil é substancialmente derivado da cana-de-açúcar, que pode ser utilizada na produção de açúcar ou etanol. Desde julho de 2017, quatro usinas de etanol à base de milho estão operando na região Centro-Oeste do Brasil. A proporção de cana-de-açúcar utilizada na produção de etanol é determinada a partir da relação entre os preços do etanol no mercado interno e do açúcar nos mercados internacionais, sendo esta decisão crucial para a rentabilidade da usina. Apesar da produção de etanol estar sujeita a mudanças climáticas, o risco de interrupção no fornecimento é restrito ao fim da safra.

**Armazenagem de combustíveis.** A Ipiranga armazena seus combustíveis em grandes tanques em suas bases de armazenagem localizadas nas regiões em que ela opera. As bases primárias recebem combustíveis diretamente da Petrobras através de dutos e das usinas através de transporte ferroviário e rodoviário e as bases secundárias são abastecidas por ferrovias e caminhões. Veja "Item 4.D. Informações sobre a Companhia — Unidades Industriais e Equipamentos." Em 2017, a capacidade de armazenagem da Ipiranga era de 806.734 metros cúbicos. Com base nas vendas médias de 2017, a Ipiranga tem capacidade para armazenar o equivalente a 11 dias de suprimento. Consequentemente, qualquer interrupção na produção de combustíveis derivados de petróleo em um período mais longo poderá resultar em desabastecimento, como o que ocorreu durante a greve da Petrobras em 1995.

**Concorrência.** Os principais concorrentes da Ipiranga em 2017 eram:

- Petrobras Distribuidora S.A. ("BR"), subsidiária da Petrobras, que opera no setor brasileiro de distribuição de combustíveis desde 1971. A BR é líder do mercado brasileiro e opera em todo o país. Em dezembro de 2017, a BR concluiu sua oferta pública inicial ("IPO") e suas ações passaram a ser negociadas na B3.
- Raízen Combustíveis S.A., *joint venture* entre a Cosan S.A. ("Cosan") e a Shell International Petroleum Company Limited ("Shell"), uma subsidiária da Royal Dutch Shell. A Cosan, através de suas subsidiárias, é a maior produtora de açúcar e etanol no Brasil, tendo entrado no mercado de distribuição em 2008, quando adquiriu o negócio de distribuição de combustíveis da Esso no Brasil. Em junho de 2011, a Cosan estabeleceu a Raízen, uma *joint venture* em conjunto com a Shell, através da combinação de alguns de seus respectivos ativos, incluindo seus respectivos negócios de distribuição.
- Alesat, distribuidora nacional de combustíveis, foi criada em 2006, como resultado da fusão da Ale com a Satélite e está presente em 21 estados. Em dezembro de 2008, a Alesat adquiriu o negócio de distribuição de combustíveis da Repsol YPF no Brasil. Em agosto de 2017, a companhia decidiu se desassociar da Plural.

A tabela abaixo indica a participação de mercado da Ipiranga e de seus concorrentes com base nos volumes de gasolina, etanol e diesel, de acordo com a ANP:

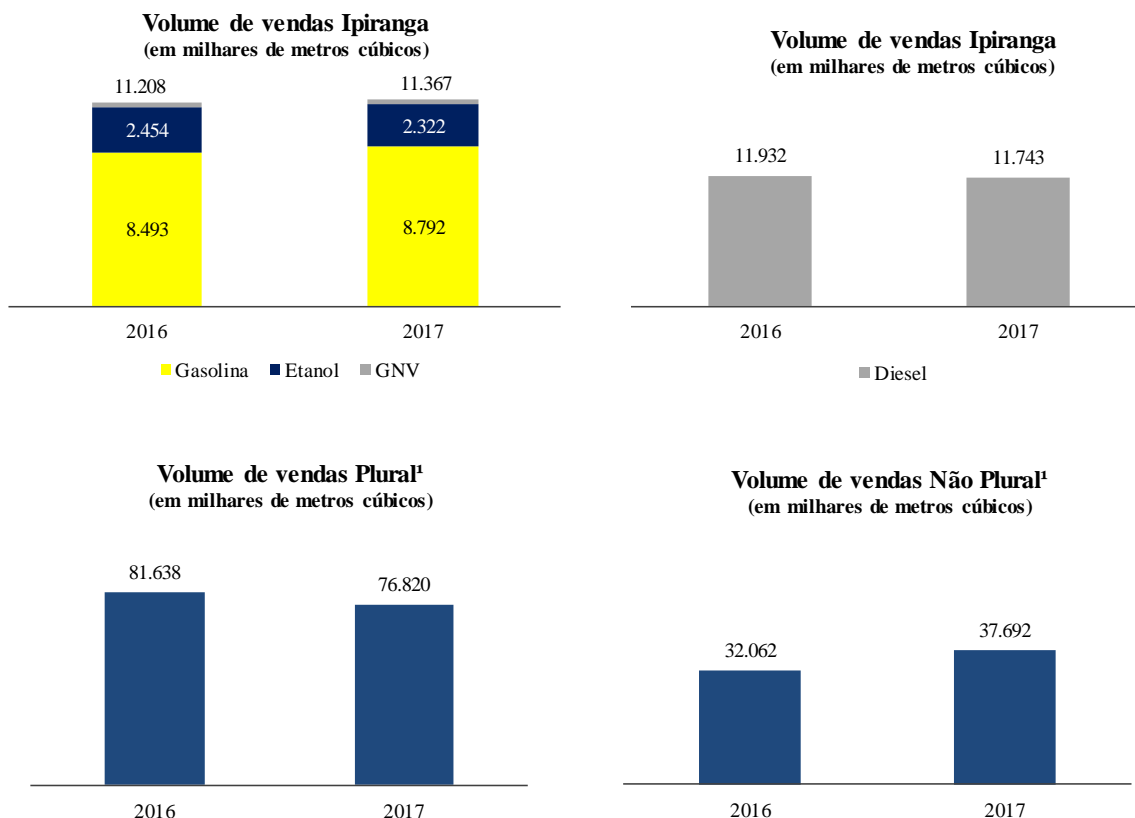
Distribuidora <sup>(1)</sup>	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Petrobras .....	26,8%	28,2%	31,3%
Ipiranga .....	20,3%	20,4%	21,6%
Raízen .....	20,6%	19,9%	19,3%
Alesat <sup>(2)</sup> .....	—	3,8%	3,7%
Outros .....	32,3%	27,6%	24,1%
<b>Total em metros cúbicos .....</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

<sup>(1)</sup> Inclui volume vendido de gasolina, etanol e diesel.

<sup>(2)</sup> Nenhum dado está disponível em 2017, pois a Alesat se dissociou com Plural.

O mercado varejista de gasolina, diesel e etanol no Brasil é altamente competitivo, com produtos similares e margens do setor relativamente baixas. Portanto, nossa estratégia é nos diferenciar no mercado através da oferta de serviços de maior valor agregado e maior conveniência ao cliente, em adição ao nosso portfólio de produtos, focando em nos tornar a opção favorita do consumidor. Para mais informações sobre a estratégia da Ipiranga, veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Nossa Estratégia — Reforçar a rede de varejo".

Os gráficos abaixo mostram o volume de vendas do mercado brasileiro e da Ipiranga para os períodos indicados:



<sup>(1)</sup> Diesel, gasolina, etanol (Fonte: ANP e Plural) e GNV para veículos (Fonte: Abegás). As informações fornecidas por ANP e Plural estão sujeitas a ajustes retroativos e, portanto, podem divergir de informações aqui apresentadas.

**Qualidade.** Desde 1998, o Terminal da Ipiranga em Londrina, PR, recebeu o primeiro certificado ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) para um terminal de distribuição de combustíveis na América Latina. No mesmo ano, a fábrica de lubrificantes do Rio de Janeiro obteve o certificado ISO 9001 (Sistema de Gestão de Qualidade). Um ano depois, o terminal de Betim da Ipiranga obteve os certificados ISO 9001 e ISO 14001 e, em 2008, o certificado OHSAS 18001 (Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional). Esses certificados são reafirmados a cada três anos. Além disso, desde 2002, a Ipiranga adota o seu próprio sistema de gestão ambiental através de um programa denominado SIGA, que aplica o que acreditamos como sendo os mais elevados padrões internacionais para as suas políticas e práticas. Inicialmente focada apenas em iniciativas ambientais, em 2009 o programa tem ampliado seu escopo para incluir áreas como segurança, saúde, qualidade e responsabilidade social, a fim de alinhar as operações de seus terminais para uma visão mais ampla de sustentabilidade, tornando-se o SIGA+ (Sistema Ipiranga de Gestão Aplicado à Segurança, Saúde, Meio Ambiente, Qualidade e Responsabilidade Social). O programa incluiu auditorias em 2010 para verificar os resultados da sua implementação e para identificar áreas de melhoria. Desde então, o SIGA+ cresceu de 23 unidades operacionais auditadas em 2010 para 56 em 2017, incluindo alguns escritórios e todos os terminais de armazenagem próprios e terminais operados em conjunto.

## Indústria Química e Petroquímica

### *Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis*

A indústria petroquímica transforma petróleo ou gás natural em produtos industriais e bens de consumo amplamente utilizados. A indústria petroquímica brasileira é, de modo geral, dividida em três fases, caracterizadas por estágios diferentes de transformação das matérias-primas petroquímicas. As empresas que atuam em cada um dos diferentes estágios são conhecidas como empresas de primeira, segunda e terceira geração.

**Empresas de primeira geração.** As empresas brasileiras de primeira geração, denominadas craqueadoras, quebram ou craqueiam a nafta (produto do processo de refino do petróleo), sua principal matéria-prima, transformando-a em produtos petroquímicos básicos. No Brasil, as craqueadoras adquirem a nafta da Petrobras e através de importação. Atualmente a Petrobras é a maior produtora brasileira de nafta. Os produtos produzidos pelas craqueadoras incluem oleofinas, principalmente eteno, propeno e butadieno, e também aromáticos, como benzeno, tolueno e xileno. A Braskem possui três plantas craqueadoras de nafta, localizadas em Camaçari, em Triunfo e em Mauá. As plantas craqueadoras brasileiras, vendem seus produtos às empresas de segunda geração. Esses produtos, em forma gasosa ou liquefeita, são geralmente transportados por meio de tubulações às empresas de segunda geração para posterior processamento. Esse setor passou por um processo de reestruturação, com o surgimento da Braskem como principal empresa e a Petrobras como acionista minoritário relevante.

**Empresas de segunda geração.** Essas empresas processam os produtos petroquímicos básicos produzidos pelas craqueadoras para obter produtos petroquímicos intermediários, tais como:

- polietileno, óxido de eteno, poliestireno e cloreto de polivilina (PVC), derivados do eteno;
- polipropileno, oxi-álcool e acrilonitrila, derivados do propeno;
- borracha de estireno butadieno (SBR) e polibutadieno, derivados do butadieno;
- caprolactama, derivado do benzeno; e
- ácido tereftálico purificado (PTA), derivado do xileno.

Os produtos petroquímicos intermediários são obtidos em forma sólida (como pelotas de plástico ou pó) ou em forma líquida, sendo transportados por rodovia, ferrovia ou via marítima às empresas de terceira geração.

**Empresas de terceira geração.** As empresas de terceira geração, denominadas transformadoras, adquirem produtos petroquímicos intermediários das empresas de segunda geração e os transformam em produtos finais, tais como:

- poliéster — produzido a partir do PTA e etilenoglicóis (etilenoglicóis são derivados do óxido de eteno);
- plásticos - derivados de polietileno, polipropileno e PVC;
- elastômeros - derivados do butadieno;
- fibras acrílicas - derivadas de acrilonitrila; e
- náilon - derivado de caprolactama.

As empresas de terceira geração produzem uma variedade de bens de consumo e produtos industriais, incluindo materiais para recipientes e embalagens, como bolsas, filmes e garrafas, tecidos, detergentes, tintas, autopeças, brinquedos e eletrônicos.

**Polos petroquímicos.** A produção de petroquímicos de primeira e segunda geração no Brasil concentra-se ao redor de três polos: o polo petroquímico do Nordeste, o polo petroquímico de São Paulo e o polo petroquímico do sul. Cada polo tem uma única craqueadora e várias empresas de segunda geração.

O polo petroquímico do Nordeste, localizado no município de Camaçari (estado da Bahia), iniciou suas operações em 1978. A Braskem tem capacidade de produção de eteno igual a 1,28 milhão de toneladas ao ano.

O polo petroquímico de São Paulo, localizado nos municípios de Santo André e Mauá no estado de São Paulo, foi criado em 1972, sendo o polo mais antigo do Brasil. A Braskem tem capacidade de produção de eteno igual a 700 mil toneladas ao ano.

O polo petroquímico do Sul, localizado no município de Triunfo, no estado do Rio Grande do Sul, localiza-se ao redor da craqueadora Braskem. A planta de Triunfo da Braskem tem capacidade de produção de eteno de 1,25 milhão de toneladas ao ano. A Oxiten não compra eteno da Braskem em Triunfo, mas adquire o C4, matéria-prima para a produção de metil etil cetona (MEK).

Em dezembro de 2005, a Rio Polímeros S.A. ("RioPol"), uma subsidiária da Braskem situada no estado do Rio de Janeiro, iniciou a operação de sua planta de produção de eteno a partir do gás natural. A RioPol tem capacidade de produção de eteno igual a 520 mil toneladas ao ano. Sua produção de eteno é totalmente direcionada para a sua própria produção de polietileno.

***O papel da Petrobras.*** A nafta é a matéria-prima usada no Brasil para a produção de produtos petroquímicos básicos, tais como eteno e propeno. Atualmente, a Petrobras é a mais importante fornecedora de nafta no Brasil, apesar do término de seu monopólio constitucional em agosto de 2000. Veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito do Petróleo (GLP) — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis" para uma discussão sobre o término do monopólio da Petrobras.

***Padrões ambientais, de saúde pública e de segurança do trabalho.*** As empresas petroquímicas estão sujeitas às leis e aos regulamentos brasileiros federais, estaduais e municipais, que disciplinam a proteção ao meio ambiente. Os principais órgãos regulatórios, na esfera federal, são o CONAMA e o Ministério do Trabalho.

Em relação à legislação brasileira que trata da proteção do meio ambiente, as empresas petroquímicas são obrigadas a obter licenças para suas instalações industriais junto aos órgãos ambientais competentes, que podem, adicionalmente, prescrever condutas específicas como condição para a regular execução de suas atividades. A fim de obter e manter licenças válidas, as indústrias petroquímicas devem comprovar que a operação, a manutenção e a reforma de seus estabelecimentos estão de acordo com os padrões ambientais e de segurança, e, ato contínuo, não são capazes de provocar a degradação ambiental.

Os regulamentos ambientais aplicam-se, em particular, à emissão, ejeção e emanção de produtos e subprodutos de sua atividade industrial, sob a forma sólida, líquida ou gasosa. As normas técnicas expedidas pelo CONAMA e pelas competentes autoridades estaduais também prescrevem medidas de caráter preventivo, relacionadas com a adequação da empresa petroquímica às exigências de controle de poluição ambiental e tratamento de resíduos. Adicionalmente, o transporte e armazenamento dos produtos e suprimentos estão sujeitos a padrões específicos voltados para a prevenção de descargas, vazamentos e outros acidentes.

Historicamente, os regulamentos ambientais têm imposto padrões cada vez mais rigorosos, multas cada vez mais altas e maior assunção de responsabilidades pelas empresas petroquímicas, além de implicar em custos operacionais e investimentos cada vez maiores. Além disso, sanções de natureza civil, administrativa e penal, incluindo multas e revogação de licenças, poderão ser aplicadas aos infratores das normas ambientais. De acordo com a lei ambiental brasileira, as companhias têm responsabilidade civil objetiva e solidária por danos originados na esfera ambiental.

As empresas petroquímicas também estão sujeitas às leis e aos regulamentos federais, estaduais e locais que estabelecem normas de segurança e saúde no trabalho. Em matéria de saúde pública e segurança do trabalho, as empresas petroquímicas são obrigadas a elaborar, anualmente, relatórios sobre ocorrências relativas à área de saúde pública e segurança do trabalho, para entrega às secretarias do Ministério do Trabalho em cada um dos estados em que mantêm atividades. Adicionalmente, as empresas petroquímicas estão sujeitas à legislação e fiscalização governamental federal, estadual e municipal geralmente aplicáveis às empresas que realizam operações no Brasil, incluindo leis trabalhistas, previdenciárias, de proteção ao consumidor, de valores mobiliários e antitruste.

Devido ao uso de produtos controlados, as companhias petroquímicas também estão sujeitas a regulamentação e vigilância das Forças Armadas e das Forças Policiais e Cíveis. De acordo com as leis e regulamentos aplicáveis, elas deverão obter das autoridades governamentais as permissões, licenças e certificados para utilizar substâncias controladas em suas atividades. O decreto nº 3.665, datado de 20 de novembro de 2000, regulamenta o controle das Forças Armadas Brasileiras sobre substâncias explosivas e/ou substâncias que poderiam ser utilizadas para preparar explosivos, e estabelece que aqueles que produzem, armazenam ou vendem tais substâncias devem obter um certificado de registro, que deve ser renovado periodicamente. A Lei nº 10.357, datada de 27 de dezembro de 2001, determina que aqueles que produzem, armazenam, manuseiam, utilizam e distribuem substâncias químicas que podem ser empregadas na fabricação de substâncias narcóticas ou psicotrópicas estão sujeitos a controle do Departamento da Polícia Federal e deverão obter os certificados necessários, que devem ser renovados periodicamente. As sanções que podem ser aplicadas em caso de descumprimento dos regulamentos aplicáveis referentes a substâncias controladas incluem advertências, multas, multas pré-interdição, apreensão de produtos, suspensão, cancelamento ou perda dos certificados ou licenças correspondentes.

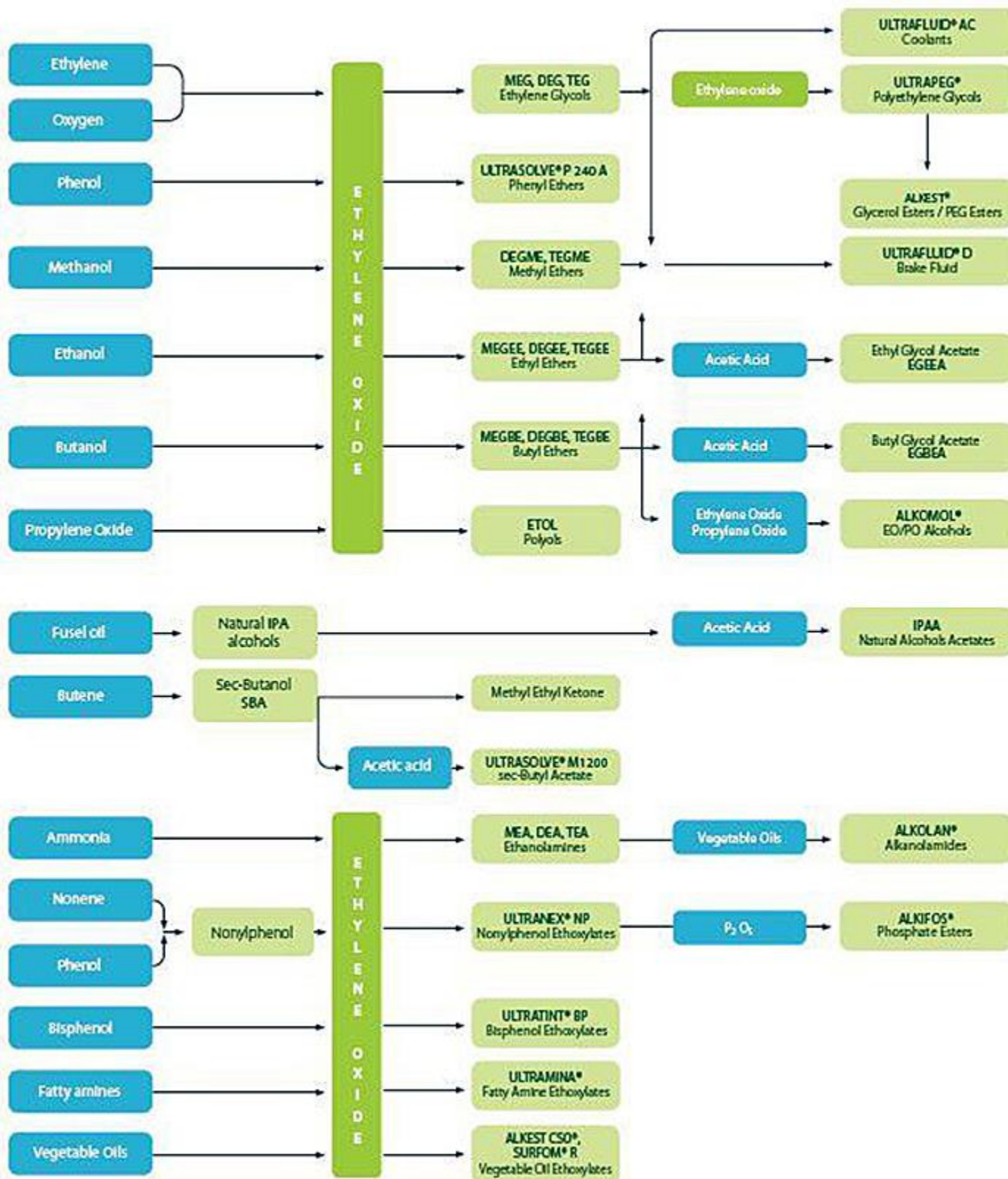
## ***Oxiten***

Conduzimos nossas atividades no setor químico por intermédio de nossa subsidiária integral e principal produtora de especialidades químicas, a Oxiten, empresa de segunda geração. A Oxiten é a única produtora de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos e MEK no Brasil, bem como a única produtora de álcool graxo na América Latina. Exceto por uma planta na Venezuela, a Oxiten é a única produtora de óxido de eteno na América do Sul. Seus produtos são empregados em muitos setores industriais, como cosméticos, detergentes, defensivos agrícolas, poliéster, embalagens, tintas e vernizes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Oxiten vendeu 790 mil toneladas de produtos químicos e petroquímicos.

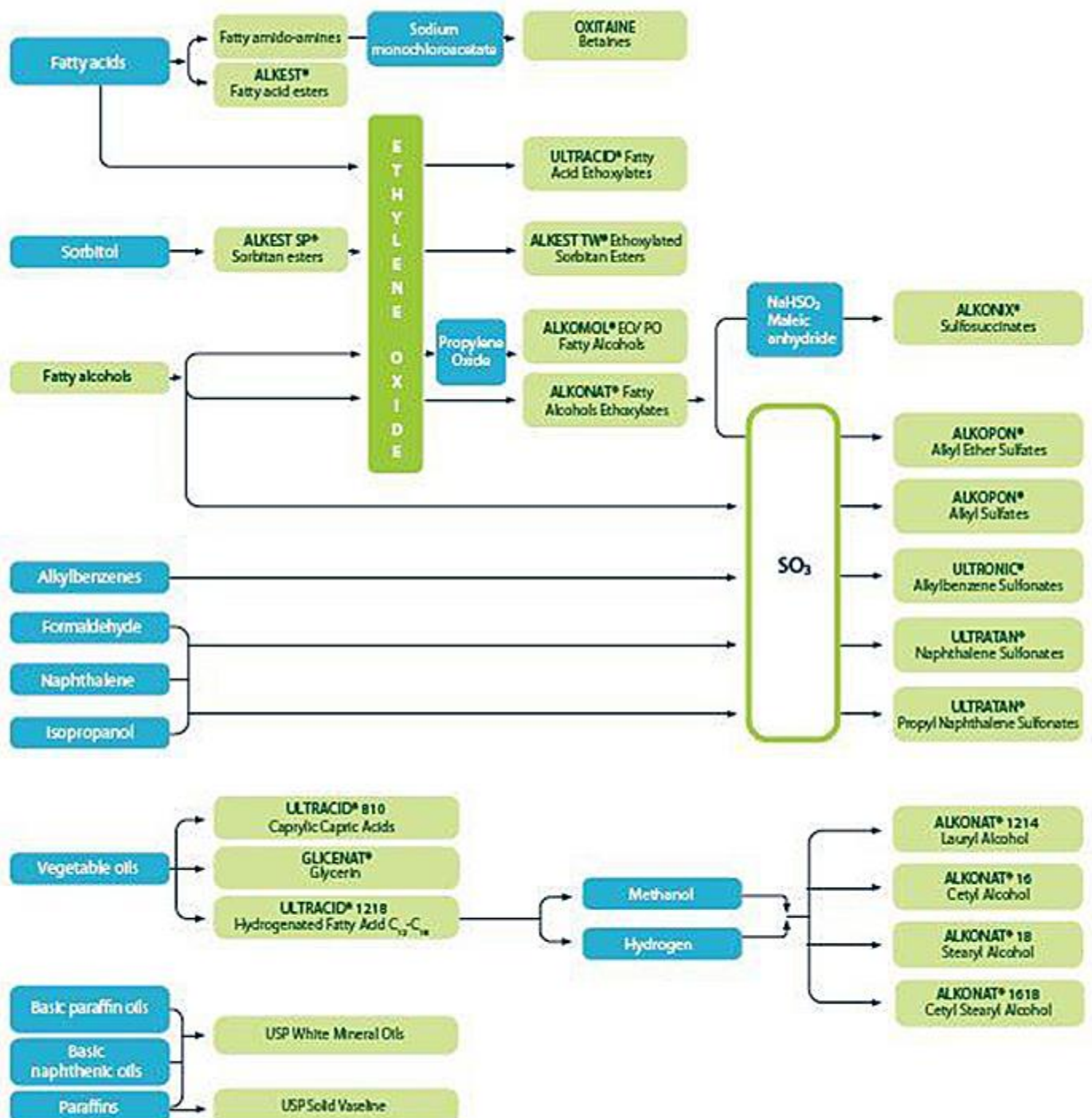
O foco estratégico da Oxitenó é fornecer uma ampla cobertura ao mercado de óxido de eteno e derivados, mantendo posição de liderança nesses mercados e reforçando seu posicionamento de mercado no Brasil. Pretendemos manter a capacidade de produção da Oxitenó acima da demanda do Brasil. A estratégia da Oxitenó reside na expansão de sua capacidade de produção de especialidades químicas e de seu alcance geográfico.

**Produtos e mercados.** Parte dos produtos da Oxitenó pode ser classificada como *commodity* química ou como especialidade química, dependendo de sua aplicação final. No entanto, para uma melhor compreensão, os produtos da Oxitenó são divididos em dois grupos principais: (i) *commodities* químicas, que são produtos de maior volume, com especificações padronizadas; e (ii) especialidades químicas, que tendem a ser produtos vendidos em menor volume, sendo desenvolvidos para atender a propósitos específicos de cada cliente. As principais *commodities* químicas da Oxitenó são o óxido de eteno e etilenoglicóis. As especialidades químicas incluem uma grande variedade de produtos que são utilizados como tensoativos, amaciantes, dispersantes, emulsionantes e fluidos hidráulicos.

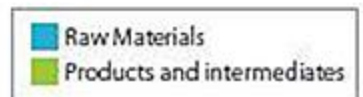
O quadro a seguir descreve as principais matérias-primas utilizadas pela Oxitenó, bem como os principais produtos intermediários e finais por ela produzidos:







\* required trademark  
Oxigeno ® registered trademark





**Especialidades químicas.** O quadro a seguir mostra as principais especialidades químicas produzidas pela Oxiten, bem como seus mercados e usos principais.

<b>Principais Mercados</b>	<b>Especialidades Químicas</b>	<b>Usos</b>
Detergentes .....	Ácidos alquil benzeno sulfônicos, alquil sulfatos, sulfato de alquil éter, alquil fenóis etoxilados, álcoois graxos etoxilados, polietilenoglicóis, alcanolamidas, betaínas, sulfocinatos e copolímeros de óxido de eteno e óxido de propeno.	Usados em detergentes, as especialidades químicas são adicionadas para melhorar o poder de limpeza e espuma e reduzir a irritabilidade dérmica.
Cosméticos .....	Sulfato de alquil, sulfato de alquil éter, betaínas, álcool graxo etoxilado, polietilenoglicóis, alcanolamidas, ésteres graxos de sorbitana e ésteres de sorbitana etoxilados.	Aplicados nos cosméticos como emolientes (hidratantes), detergentes para formação de espuma e remoção de resíduos, redução de irritabilidade ocular em xampus, etc.
Defensivos agrícolas químicos.....	Aminas graxas etoxiladas, alquil fenóis etoxilados, sulfato de alquil éter, misturas, naftaleno sulfatado, óleos vegetais etoxilados e copolímeros de óxido de eteno e óxido de propeno.	Entram na composição de defensivos agrícolas, tais como herbicidas, aumentando sua eficiência, melhorando a penetração no solo e a aderência dos produtos à superfície das plantas, etc.
Alimentos .....	Esteres graxos de sorbitana, ésteres etoxilados de sorbitana, emulsificantes, estabilizantes e dispersantes.	Principalmente utilizados como aditivos para pães e bolos, melhorando sua textura e consistência, emulsificantes responsáveis pela cremosidade do sorvete.
Têxtil .....	Alquilfenóis etoxilados, álcool graxo etoxilado, óleos vegetais etoxilados, aminas graxas etoxiladas, agentes anti-estáticos, lubrificantes, amaciantes, emulsificantes, anti-espumantes, anti-encolhimento, umectantes, detergentes anti-espumante.	Atuam como auxiliares do processamento têxtil, melhorando a performance da fiação e tecelagem. Permitem homogeneidade na mistura de fibras, tingimento e alveijamento e amaciam o tecido final.
Fluidos hidráulicos .....	Éteres glicólicos, etilenoglicóis e inibidores de corrosão.	Utilizados diretamente como fluidos funcionais nos automóveis. Os líquidos para freios garantem o desempenho do sistema de freio e a segurança na frenagem. Os líquidos de arrefecimento auxiliam na refrigeração do motor, mantendo a temperatura adequada de funcionamento.
Petróleo .....	Aditivos, preventores de emulsão, solvente mútuo, redutor de tensão superficial, antiincrustante, glicóis, etanolaminas e dispersante.	Insumos químicos aplicados em todas as fases de produção de petróleo e gás como perfuração, cimentação, completação, estimulação, produção e refino, cada qual com suas especificidades.
Tintas e vernizes .....	Acetatos, álcoois, éteres glicóis, glicóis, cetonas, sulfato de alquil éter, alquil fenóis etoxilados, álcoois graxos etoxilados, copolímeros de óxido de eteno	Solventes e tensoativos são utilizados na produção de tintas e vernizes. Solventes servem para múltiplas funções em tintas e vernizes: solubilização da resina ou

## Principais Mercados

## Especialidades Químicas

e óxido de propeno.

## Usos

polímero que forma a fase de contínua da tinta, para redução da pigmentação e da viscosidade para facilitar a aplicação da tinta.

Os tensoativos são usados em polimerização e emulsão, e também como aditivo: espessantes, anti-espuma, aditivos utilizados para controlar as propriedades reológicas e outros.

**Commodities químicas.** Apresentamos, a seguir, as principais *commodities* químicas produzidas pela Oxiteno, bem como seus principais usos e mercados:

**Óxido de eteno.** Gás incolor, altamente inflamável à pressão e temperatura ambientes, é produzido em processo contínuo por oxidação parcial catalítica em fase gasosa do eteno com o oxigênio, a alta temperatura e pressão. Em 2017, a Oxiteno utilizou 99% de sua produção de óxido de eteno na produção de derivados, vendendo os 1% restantes a outras indústrias químicas.

**Etilenoglicóis.** O principal etilenoglicol produzido pela Oxiteno é o MEG. A Oxiteno produz também dietilenoglicol e trietilenoglicol. O MEG é um líquido claro, não inflamável e não volátil à pressão e temperatura ambientes. Os etilenoglicóis são produzidos em processo contínuo a partir de uma solução de óxido de eteno. É vendido, principalmente, às indústrias químicas para a fabricação de fibras de poliéster e PET, sendo a parcela remanescente vendida para a produção de anticongelantes, fluidos de freios, solventes e outros produtos químicos.

**Vendas no mercado interno.** A indústria petroquímica brasileira busca priorizar sua demanda no mercado doméstico, no qual há maior valor agregado, porém geralmente destina parcela de suas vendas ao mercado externo. Apesar da Oxiteno vender parcela significativa de sua produção de commodities e especialidades químicas no Brasil, a capacidade de produção excede a demanda do mercado doméstico. Por esta razão, a Oxiteno exporta a parcela remanescente de sua produção a mais de 50 países na Ásia, África, América, Europa e Oceania. A Oxiteno mantém sua capacidade de produção acima da demanda local por razões estratégicas. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, as receitas de vendas e serviços líquidas da Oxiteno no mercado externo corresponderam a 29%, 29% e 33% da receita líquida total da Oxiteno, respectivamente. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, o volume de vendas ao mercado externo foi de 29%, 28% e 28%, respectivamente, do volume da Oxiteno.

A tabela a seguir apresenta as vendas da Oxiteno no mercado interno por segmento, nos anos indicados:

Segmento de mercado	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(em milhares de toneladas)		
Poliéster .....	139,3	117,7	103,4
Cosméticos e detergentes .....	109,8	111,6	123,0
Agroquímicos.....	99,9	97,9	91,2
Distribuidores.....	55,6	51,6	53,5
Tintas e vernizes .....	46,6	44,6	45,2
EO / DOT (fluidos de freios) .....	37,4	32,8	33,0
Produtos de performance <sup>(1)</sup> .....	26,9	27,2	26,1
Glicóis .....	22,3	19,7	19,6
Petróleo e Gás .....	26,1	20,3	20,1
Outros <sup>(2)</sup> .....	6,6	6,1	6,7
<b>Total do mercado interno .....</b>	<b>570,5</b>	<b>529,4</b>	<b>521,8</b>

<sup>(1)</sup> Inclui alimentos, construção civil, têxtil, couro e papel.

<sup>(2)</sup> Inclui óleos minerais e polímeros.

Grande parte dos preços das *commodities* da Oxiteno no mercado interno são referenciados aos preços internacionais, em dólares, apesar de os preços serem denominados em Reais. Para as especialidades químicas, as vendas são efetuadas, principalmente, por meio de negociações e, em alguns casos, por meio de contratos. As especialidades químicas são produtos elaborados para atender

necessidades específicas de seus consumidores e são menos sujeitos à pronta substituição por importados. Sendo assim, possuem maior valor agregado e a política de preços para tais produtos da Oxiteno é mais flexível.

**Vendas no mercado externo.** As exportações realizadas pela Oxiteno destinam-se, principalmente, a clientes localizados no Mercosul, extremo oriente, Europa e NAFTA. Na Europa, a Oxiteno exporta seus produtos principalmente para Holanda, Alemanha, Itália, Bélgica e Espanha. No extremo oriente, a Oxiteno exporta seus produtos, principalmente, para a China, Taiwan, Japão e Coreia do Sul.

A tabela a seguir apresenta as vendas da Oxiteno no mercado externo, nos anos indicados:

Volume de vendas no mercado externo	Exercício findo em 31 de dezembro de					
	2017		2016		2015	
	(em milhares de toneladas métricas e % do total)					
<b>A partir da Oxiteno Brasil</b>						
Mercosul (exceto Brasil).....	48,0	22%	43,6	21%	40,7	20%
NAFTA.....	24,9	11%	12,4	6%	11,2	5%
Ásia.....	20,2	9%	19,1	9%	16,8	8%
Europa.....	15,9	7%	17,2	8%	12,2	6%
Outros.....	17,8	8%	19,9	10%	17,0	8%
<b>Subtotal.....</b>	<b>126,9</b>	<b>58%</b>	<b>112,2</b>	<b>54%</b>	<b>97,8</b>	<b>48%</b>
<b>A partir da Oxiteno México</b>						
México.....	41,6	19%	38,3	18%	41,2	20%
EUA.....	15,9	7%	13,7	7%	10,5	7%
Outros.....	5,4	2%	6,7	3%	7,8	4%
<b>Subtotal.....</b>	<b>62,9</b>	<b>29%</b>	<b>58,7</b>	<b>28%</b>	<b>64,0</b>	<b>31%</b>
<b>A partir da Oxiteno Andina</b>						
Venezuela.....	1,5	1%	2,1	1%	6,0	3%
Outros.....	3,2	1%	4,2	2%	4,5	2%
<b>Subtotal.....</b>	<b>4,7</b>	<b>2%</b>	<b>6,3</b>	<b>3%</b>	<b>10,4</b>	<b>5%</b>
<b>A partir da Oxiteno Uruguai</b>						
Brasil.....	17,9	8%	16,8	8%	19,6	10%
Uruguai.....	11,9	5%	11,4	5%	9,6	5%
EUA.....	0,7	0%	0,7	0%	0,7	0%
Outros.....	20,2	9%	20,4	10%	15,2	7%
<b>Subtotal.....</b>	<b>50,7</b>	<b>23%</b>	<b>49,3</b>	<b>24%</b>	<b>45,1</b>	<b>22%</b>
<b>A partir da Oxiteno EUA</b>						
EUA.....	23,0	10%	13,2	6%	7,4	4%
<b>Subtotal.....</b>	<b>25,7</b>	<b>12%</b>	<b>16,0</b>	<b>8%</b>	<b>9,5</b>	<b>5%</b>
<b>Total<sup>(1)</sup>.....</b>	<b>219,7</b>	<b>100%</b>	<b>208,7</b>	<b>100%</b>	<b>203,3</b>	<b>100%</b>

<sup>(1)</sup> Não inclui volume de vendas intercia.

A Oxiteno exporta uma grande variedade de produtos como glicóis, MEK, alquifenóis etoxilados, acetatos do éter glicólico, éter glicólico, etanolaminas e demais produtos etoxilados.

Desde 2003, a Oxiteno concentrou-se sua expansão na América e em aumentar as suas vendas de especialidades químicas, criando uma relação mais próxima com os seus clientes. Como um primeiro passo, em dezembro de 2003, adquiriu a Canamex — empresa mexicana de especialidades químicas (renomeada para Oxiteno México). Em abril de 2007, a Oxiteno adquiriu os ativos operacionais da Unión Química S.A. de C.V. em San Juan del Río, no México. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o volume de vendas da Oxiteno Mexico foi de 44.977 toneladas, representando uma redução de 4% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

Em setembro de 2007, a Oxiteno adquiriu 100% das ações da Arch Andina em Santa Rita, Venezuela (renomeada para Oxiteno Andina). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o volume de vendas da Oxiteno Andina totalizou 2.930 toneladas, representando uma redução de 32% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

Em abril de 2012, a Oxitenos adquiriu uma planta de especialidades químicas em Pasadena, Texas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o volume das vendas da planta totalizou 23.641 toneladas, representando um aumento de 73% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

Em novembro de 2012, a Oxitenos adquiriu 100% das ações da American Chemical (renomeada para Oxitenos Uruguay), uma sociedade uruguaia de especialidades químicas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o volume de vendas da American Chemical totalizou 47.121 toneladas, representando um aumento de 3% em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

Como parte de nossa estratégia de crescimento fora do Brasil, abrimos escritórios comerciais na Argentina em 2006, na Bélgica em 2008, na Colômbia em 2011 e na China em 2012.

Em novembro de 2015, a Oxitenos anunciou a aprovação de investimentos para a construção de uma planta de etoxilação nos Estados Unidos. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Investimentos."

Na maioria dos casos, os preços de venda da Oxitenos para suas commodities químicas no mercado externo baseiam-se em preços contratuais internacionais. Os preços internacionais do mercado à vista são fixados com base em informações públicas sobre os preços pelos quais o produto vem sendo vendido pelos agentes do setor. Em geral, as margens operacionais da Oxitenos sobre os produtos fabricados no Brasil e vendidos no mercado externo são mais baixas que as margens no mercado brasileiro. No entanto, a Oxitenos considera muito importante manter sua presença no mercado externo e tem focado em aumentar sua presença em outros mercados de especialidades químicas através da abertura de escritórios comerciais. A empresa pretende direcionar suas vendas para o mercado interno à medida que a demanda local de seus produtos aumente, sem deixar de exportar e manter sua presença no mercado externo.

**Clientes.** Os clientes mais importantes para as commodities químicas da Oxitenos são indústrias químicas, produtores de tintas e vernizes e fabricantes de poliéster. Já os clientes de especialidades químicas compõem-se de uma variedade de empresas industriais e comerciais, incluindo distribuidoras de fluidos de freio, produtoras de defensivos agrícolas e fabricantes de aditivos para alimentos, bem como fabricantes de detergentes e cosméticos. A Oxitenos acredita que, ao distribuir suas especialidades químicas a uma vasta gama de mercados, está apta a se proteger, até certo ponto, dos efeitos da redução da atividade econômica em algum mercado em particular.

Em 2017, os principais clientes da Oxitenos no mercado interno incluíram Monsanto, que adquire principalmente etanolaminas, Syngenta e as Indústrias Gessy Lever Ltda. (Unilever), que adquirem principalmente tensoativos e MEGlobal, que compra principalmente glicóis. No mercado internacional, a Oxitenos vende tanto para clientes industriais, incluindo Unilever, Procter & Gamble e Syngenta, como para *trading companies* e outros distribuidores autônomos. Em 2017, os dez maiores clientes da Oxitenos foram responsáveis por 36% da receita líquida. Nenhum cliente individualmente representou mais do que 7% da receita líquida da Oxitenos.

**Concorrência.** A Oxitenos concorre principalmente com produtos importados no mercado brasileiro. A partir de 1990, a empresa passou a enfrentar concorrência mais intensa de produtos importados advindos de indústrias petroquímicas internacionais e multinacionais. Visto que os produtos importados são em sua maioria commodities químicas, a concorrência baseia-se principalmente em preço. Importadores incorrem em custos adicionais na venda de seus produtos no mercado brasileiro, em função de impostos de importação que geralmente variam entre 12% e 14%, além dos fretes. Porém, fatores como a qualidade do produto, o tempo de entrega, a confiabilidade do fornecimento e, ainda, a assistência e o suporte técnico, também são fatores importantes. Sendo uma produtora local, a Oxitenos acredita ter vantagem competitiva sobre as importações em razão do tempo de entrega e da confiabilidade no fornecimento.

Em relação às especialidades químicas, o preço constitui fator menos relevante do que para as commodities químicas, dado que são mais importantes a conformidade com as especificações, o desempenho do produto e a confiabilidade do serviço. O acesso à tecnologia, a assistência técnica e a pesquisa e o desenvolvimento são fatores relevantes com relação à conformidade com as especificações e desempenho do produto, especialmente em relação ao desenvolvimento de novos produtos que satisfaçam as necessidades dos clientes. A estratégia da Oxitenos reside em assegurar acesso à tecnologia por meio de sua própria atividade de pesquisa e desenvolvimento, licenciamento e joint ventures, na medida em que oportunidades apropriadas se concretizem.

Os principais competidores da Oxitenos são a Shell Chemical, Dow Chemical, Clariant, BASF S.A., Solvay e Stepan.

**Pesquisa e desenvolvimento.** A Oxitenos desenvolve uma extensa atividade de pesquisa e desenvolvimento principalmente relacionada à aplicação de especialidades químicas e à melhoria do processo de produção. Em 31 de dezembro de 2017, 159 empregados da Oxitenos estavam dedicados a pesquisa, desenvolvimento e atividades de engenharia. Os gastos da Oxitenos com pesquisa e desenvolvimento foram de R\$ 53 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 41 milhões em 2017, 2016 e 2015, respectivamente. Em

2004, a Oxitenos criou o "Conselho de Ciéncia e Tecnologia", com participação de seis dos maiores especialistas mundiais em tensoativos. Com a experiéncia prévia na indústria de tensoativos ou no ambiente acad mico, com atuação nos EUA, Europa e América Latina, estes especialistas acompanham as tendências e oportunidades nesta área de negócios. O conselho, atualmente composto por cinco especialistas, desde 2004 se reúne em São Paulo no mês de setembro, quando analisa criticamente o portfólio de projetos de pesquisa e desenvolvimento da empresa, bem como a metodologia de gestão utilizada. Valiosas recomendações permitem aumentar a eficácia do trabalho de pesquisa e desenvolvimento da Oxitenos, bem como ampliar o alcance de suas alian as com instituições do exterior. Além disso, a Oxitenos criou conselhos científicos específicos com especialistas de seus principais segmentos.

Os investimentos da Oxitenos em pesquisa e desenvolvimento resultaram na introdução de 86 novos produtos nos últimos três anos. A Oxitenos continuará a investir em pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver novas aplicações que satisfa am as necessidades de seus clientes.

**Matérias-primas.** A principal matéria-prima da Oxitenos é o eteno. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o eteno foi responsável por 32% do custo de produção variável e 27% do custo total das vendas e servi os da Oxitenos. Dentre as demais matérias-primas, as principais são o óleo de palmiste, C4,  lcool butílico, amina graxa e fenol. O fornecimento de eteno constitui uma barreira para a entrada de novos produtores de óxido de eteno no Brasil, na medida em que a atual capacidade de produção de eteno pelas craqueadoras brasileiras está comprometida com as empresas de segunda geração existentes, incluindo a Oxitenos, e a instalação de uma nova craqueadora no Brasil exige investimentos significativos. Adicionalmente, o transporte e armazenagem do eteno são complexos e caros, uma vez que o eteno deve estar acondicionado a -100 C (-200 F), sua importação e exportação   desfavorecida. Consequentemente, craqueadoras de nafta, como a Braskem, dependem das empresas de segunda geração localizadas nos respectivos polos, como a Oxitenos, para venda do eteno.

**Fornecimento de Eteno.** O eteno é utilizado na produção de óxido de eteno nas plantas de Cama ari e de Mauá. A Braskem supre toda a demanda de eteno das nossas unidades localizadas em Cama ari e Mauá através de dutos, o que minimiza os custos de entrega e contribui para garantir a confiabilidade do fornecimento. Veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Indústria Química e Petroquímica — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis."

A Oxitenos possui um contrato de fornecimento com a Braskem que estabelece um consumo anual mínimo de eteno, calculado trimestralmente, e as condições para o fornecimento de eteno até 2021 na unidade de Cama ari. O volume contratual mínimo atual é de 205 mil toneladas e o máximo de 220 mil toneladas de eteno por ano. Caso o compromisso mínimo de compra não seja atingido, a Oxitenos deverá pagar uma multa de 40% do pre o corrente de eteno pela quantidade não adquirida. O compromisso mínimo de compra está sujeito a redução proporcional, no caso de paradas programadas das plantas dos fornecedores e/ou da Oxitenos.

Além disso, a Oxitenos possui um contrato de fornecimento com a Braskem, válido até 2023 na unidade de Mauá. O contrato estabelece e regula as condições de fornecimento de eteno para a Oxitenos baseado no mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Caso o compromisso mínimo de compra não seja atingido, a Oxitenos deverá pagar uma multa de 30% do pre o corrente de eteno pela quantidade não adquirida. O compromisso mínimo de compra está sujeito a redução proporcional, no caso de paradas das plantas dos fornecedores e/ou da Oxitenos.

A Oxitenos não mant m armazenamento de eteno, sendo que quaisquer interrupções no fornecimento por parte das craqueadoras teriam impacto imediato em sua produção.

As empresas petroquímicas de primeira geração realizam paradas programadas para manutenção. A Oxitenos se antecipa a essas paradas através da composição de estoques. A Oxitenos também aproveita essas paradas programadas para manutenção de suas plantas e eventuais trocas de catalisadores ou expansão de sua capacidade de produção.

**Pre o do Eteno.** O pre o do eteno fornecido pela Braskem   Oxitenos, para a produção de produtos a serem comercializados no Brasil, é referenciado aos pre os de eteno no mercado *North-Western Europe* (NWE) desde agosto de 2006 para nossa planta em Cama ari e desde agosto de 2008 para nossa planta em Mauá.

A tabela a seguir apresenta os pre os médios de eteno referenciados aos pre os de contrato *North-Western Europe* (NWE):

	NWE	
	(US\$/ton)	Equivalente para (R\$/ton) <sup>(1)</sup>
<b>2017</b>		
Primeiro trimestre .....	1.086	3.593
Segundo trimestre .....	1.139	3.769
Terceiro trimestre .....	1.149	3.801
Quarto trimestre .....	1.212	4.010
Preço máximo no ano .....	1.249	4.130
Preço mínimo no ano .....	1.049	3.470
Média no ano .....	1.147	3.793
<b>2016</b>		
Primeiro trimestre .....	926	3.064
Segundo trimestre .....	1.024	3.387
Terceiro trimestre .....	1.039	3.436
Quarto trimestre .....	1.025	3.391
Preço máximo no ano .....	1.051	3.477
Preço mínimo no ano .....	903	2.986
Média no ano .....	1.004	3.320
<b>2015</b>		
Primeiro trimestre .....	972	3.214
Segundo trimestre .....	1.155	3.820
Terceiro trimestre .....	1.128	3.731
Quarto trimestre .....	996	3.295
Preço máximo no ano .....	1.240	4.100
Preço mínimo no ano .....	946	3.130
Média no ano .....	1.063	3.515

<sup>(1)</sup> Os valores em dólares norte-americanos foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio de US \$ 1,00 = R \$ 3,308, que é a taxa comercial informada pelo Banco Central nessa data. Esta informação é apresentada apenas para a conveniência do leitor.

Dado que a nafta é a principal matéria-prima para a produção do eteno no Brasil, flutuações no preço da nafta influenciam diretamente o preço do eteno. Uma vez que o preço do petróleo é o principal fator determinante do preço da nafta, o preço da nafta, e consequentemente do eteno, está sujeito também a flutuações provocadas pelas variações no preço internacional do petróleo. Os aumentos no preço do eteno podem impactar a competitividade da Oxitenno no mercado petroquímico. Veja "Item 3.D. Informações-Chave — Fatores de Risco — Riscos Relativos à Ultrapar e seus segmentos de atuação".

Em abril de 2013, o Governo Brasileiro anunciou a redução do PIS e COFINS incidentes sobre certas matérias-primas para a indústria petroquímica (primeira e segunda geração), incluindo eteno. O PIS e COFINS pagos sobre aquisição de matérias-primas, incluindo eteno, foi reduzida de 9,25% para 1%. A taxa de imposto mais baixa tornou-se efetiva a partir de maio de 2013 e foi válida até dezembro de 2015. De acordo com a legislação atual, a incidência de PIS e COFINS para aquisição do eteno irá aumentar gradualmente de 5% em 2017 para 5,6% em 2018.

*Outras matérias-primas.* Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, outras matérias-primas, sobretudo óleo de palmiste, C4, álcool butílico, ácido acético, noneno, fenol, amina graxa primária, etanol, oxigênio, de-parafina, amônia, entre outras foram responsáveis por, aproximadamente, 47% dos custos variáveis da Oxitenno e 40% dos custos totais de vendas e serviços da Oxitenno.

Com exceção do fenol, que é adquirido, principalmente, da Rhodia Poliamida Especialidades Ltda., e do C4, adquirido da Braskem em Triunfo, a Oxitenno obtém as demais matérias-primas de diversas fontes.

*Utilidades.* A energia elétrica, o vapor e o gás natural constituem as principais utilidades necessárias à produção da Oxitenno. Parte da eletricidade e do vapor utilizados é gerada internamente, e parte adquirida de empresas de eletricidade e fornecedores de vapor em regiões em que a Oxitenno está localizada. O gás natural é adquirido de companhias locais. Em 2017, a energia elétrica representou 2% dos custos variáveis da Oxitenno.

*Incentivo fiscal.* A legislação brasileira oferece uma redução de 75% de imposto de renda para negócios localizados na região nordeste do Brasil, que depende da aprovação prévia e formal da SUDENE. A Oxitenno tem direito a esse benefício fiscal nas plantas da Oxitenno Nordeste e EMCA até 2026 e Oleoquímica até 2021.

Em 2017, A Oxiteno Nordeste estendeu com sucesso o benefício da SUDENE por um período adicional de 10 anos, até 2026, e a EMCA também obteve o benefício fiscal ampliado em 2017, com base na modernização da instalação, por um período de 10 anos. O valor total do benefício fiscal de imposto de renda da SUDENE para a Oxiteno para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$ 36,7 milhões e R\$ 57,4 milhões, respectivamente. Para mais informações, vide Nota 9(c) às nossas demonstrações financeiras consolidadas de 2017.

**Manutenção e controle de qualidade.** A Oxiteno realiza programa de manutenção preventiva em todas as suas plantas, utilizando análise estatística para auxiliá-la na previsão de problemas na cadeia de produção. As paradas relativas ao programa de manutenção, geralmente, coincidem com as paradas para a troca de catalisador do reator de óxido de eteno. No caso das unidades de óxido de eteno e de etilenoglicol das plantas de Mauá e Camaçari, que têm processos de produção contínua, a manutenção é preferencialmente para períodos em que a respectiva craqueadora, que fornece eteno para a planta, esteja programada para manutenção. Cada craqueadora realiza parada para manutenção por cerca de 20 dias, com periodicidade de aproximadamente 36 a 48 meses. O mesmo acontece com a unidade de Triunfo, que recebe o C4 da Braskem. No caso das demais unidades de produção dessas plantas e também na planta de Tremembé, a manutenção é realizada durante paradas de produção previamente agendadas, cuja frequência e tempo variam conforme a natureza do produto. A Oxiteno utiliza seus próprios empregados para manutenção especializada, utilizando também terceiros contratados para manutenção de rotina. Além disso, a Oxiteno possui um grupo de empregados responsável pelo controle de qualidade, que opera ininterruptamente.

**Questões ambientais, de saúde e segurança.** A Oxiteno mantém um processo contínuo para o monitoramento e atendimento dos requisitos da legislação federal, estadual e municipal das localidades em que desenvolve suas atividades. De acordo com a legislação pertinente, a Oxiteno tem responsabilidade objetiva e solidária por perdas e danos de caráter ambiental. Veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Indústria Química e Petroquímica — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis."

Cada planta da Oxiteno é licenciada pela autoridade ambiental competente. As licenças concedidas são válidas por um determinado período de tempo e devem ser renovadas. Os demais termos das licenças variam de acordo com a legislação aplicável e com as inspeções periódicas realizadas pelas autoridades ambientais.

Os resíduos e efluentes gerados pelas unidades industriais da Oxiteno são tratados de acordo com a legislação vigente. Os efluentes líquidos são escoados e tratados em estações de tratamento próprias ou pertencentes aos complexos petroquímicos nos quais a Oxiteno mantém suas atividades. A Oxiteno busca reprocessar resíduos sólidos em fornos de cimento. Nas situações em que o reprocessamento não é recomendado, utilizam-se principalmente métodos de incineração.

Os índices referentes aos tópicos de saúde e segurança são comparáveis aos padrões internacionais, sendo considerados prioritários aos negócios da Oxiteno e no planejamento dos próximos anos.

Além dos requisitos legais, a Oxiteno atende, voluntariamente, a padrões diversificados de qualidade ambiental, dentre os quais o Programa Atuação Responsável, mantido pela ABIQUIM, que estabelece padrões internacionais de proteção ao meio ambiente e à saúde do trabalho, bem como práticas de segurança para fabricantes de produtos químicos.

A Oxiteno desenvolveu um importante projeto para ampliar o uso de matérias-primas renováveis, a unidade oleoquímica, que produz álcoois graxos e subprodutos a partir do óleo de palmiste, extraído da semente do fruto da palma. Com a entrada em operação da unidade oleoquímica, a participação de matérias-primas renováveis no total de matérias-primas utilizadas atingiu 25% em 2017. Visando fortalecer sua liderança regional e suas práticas de sustentabilidade, a Oxiteno afiliou-se em 2010 à mesa-redonda da produção sustentável de óleo de palma (*Roundtable on Sustainable Palm Oil*), uma organização que visa regulamentar o plantio de palma, com o objetivo de reforçar a sua liderança regional e de suas práticas de sustentabilidade.

## **Serviços de armazenagem para graneis líquidos**

### ***Ultracargo***

A Ultracargo é a maior provedora de armazenagem para graneis líquidos do Brasil. Seu maior diferencial é a localização estratégica das suas instalações, localizadas próximas aos principais terminais portuários e entroncamentos ferroviários no Brasil. A Ultracargo armazena e movimenta graneis líquidos, principalmente químicos, combustíveis e óleo vegetal. A empresa também realiza carga e descarga de navios, operação de dutovias, programação logística e engenharia de instalação. Os dez maiores clientes da Ultracargo responderam por 66% de suas receitas em 2017, sendo que os três maiores – Braskem, Petrobras e Ipiranga (uma parte relacionada) responderam por 17%, 15% e 7%, respectivamente, das receitas da Ultracargo. A localização estratégica dos seus ativos, próxima aos principais terminais portuários, entroncamentos ferroviários e rodovias, é uma das principais vantagens competitivas da companhia e um fator chave na rentabilidade dos serviços integrados. Em 31 de dezembro de 2017, a Ultracargo tinha uma capacidade de armazenagem de 696 mil metros cúbicos. O histórico da Ultracargo é marcado pelo pioneirismo em soluções de logística no mercado brasileiro. Os últimos dados disponíveis mostram que a Ultracargo foi responsável por 67% da capacidade de tancagem de

líquidos do porto de Aratu, na Bahia, que serve o maior complexo petroquímico da América do Sul. A companhia também está presente no porto de Santos, no estado de São Paulo, responsável por 28% de todo o comércio exterior brasileiro em 2017. O terminal de Santos, inaugurado em meados de 2005, se tornou a maior instalação da Ultracargo após a aquisição da União Terminais em 2008. Em dezembro de 2009, com a aquisição de Puma, a Ultracargo adicionou 83,4 mil metros cúbicos à sua atual capacidade. Em maio de 2012, a Ultracargo adquiriu um terminal de armazenagem para grânéis líquidos no porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, que ampliou em 55 mil metros cúbicos a capacidade atual da Ultracargo. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

**Armazenagem.** A Ultracargo armazena principalmente grânéis líquidos, especialmente químicos, combustíveis e óleos vegetais. A Ultracargo fornece instalações de armazenagem à Braskem e à maior parte das indústrias petroquímicas de segunda geração do polo petroquímico do Nordeste, inclusive à Oxiten. Operações entre a Ultracargo e a Oxiten são realizadas em bases estritamente comerciais. No final de 2003, a Ultracargo mantinha quatro unidades de armazenamento – em Aratu, no estado da Bahia, em Paulínia e Santos, no estado de São Paulo, e em Suape, no estado de Pernambuco. No final de 2004, a Ultracargo completou a construção do terminal intermodal em Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Com a aquisição da União Terminais em 2008, a Ultracargo passou a operar também em Paranaguá, no Paraná, e no Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Desde agosto de 2012, a Ultracargo opera em Itaqui, no estado do Maranhão. Em 2012, a Ultracargo vendeu à Ipiranga um terminal de armazenagem para grânéis líquidos para combustível em Montes Claros, no Estado de Minas Gerais. A Ultracargo operou este terminal até março de 2013. Em agosto de 2015, o terminal da Ultracargo em Paulínia foi permanentemente fechado e, em junho de 2017, foi vendido a terceiros.

A Ultracargo finalizou a construção de outro Terminal Intermodal em Santos em meados de 2005. Esse terminal é a segunda instalação portuária da Ultracargo que integra os modais de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo, o primeiro sendo o de Aratu. O terminal ocupa uma área de aproximadamente 64 mil metros quadrados e aloja 38 mil metros cúbicos de tancagem para produtos químicos, 40 mil metros cúbicos para etanol e 38 mil metros cúbicos para óleo vegetal. Em 2007, a Ultracargo expandiu sua capacidade de armazenagem com a adição de 10 mil metros cúbicos ao terminal de Aratu.

Em 2008, a Ultracargo adicionou 184 mil metros cúbicos à sua capacidade de armazenagem de grânéis líquidos através: (i) da aquisição da União Terminais, que adicionou 170 mil metros cúbicos e (ii) da expansão de seu terminal de Aratu, que adicionou 14 mil metros cúbicos. Em 2009, a Ultracargo adicionou 95 mil metros cúbicos à sua capacidade de armazenagem para grânéis líquidos através: (i) da aquisição da União Terminais, que adicionou 83 mil metros cúbicos e (ii) da expansão de seu terminal de Aratu, que adicionou 12 mil metros cúbicos.

Em 2010, a Ultracargo adicionou 16 mil metros cúbicos a sua capacidade de armazenagem no terminal de Santos. Adicionalmente, em julho de 2010, a Ultracargo concluiu a venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário da Ultracargo, com a transferência das quotas da AGT e da Petrolog para a Aqces. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia." Em 2011, a Ultracargo adicionou 26 mil metros cúbicos a sua capacidade de armazenagem no terminal de Suape. Em 2012, a Ultracargo adicionou 55 mil metros cúbicos para a sua capacidade de armazenagem de grânéis líquidos, através da aquisição de um terminal em Itaqui. Em 2013, a Ultracargo concluiu uma expansão no terminal de Santos, acrescentando 46 mil metros cúbicos (42 mil metros cúbicos em 2012 e 4 mil metros cúbicos em 2013), e no terminal de Aratu, acrescentando 26 mil metros cúbicos (4 mil metros cúbicos em 2012 e 22 mil metros cúbicos em 2013).

**Incentivo fiscal.** A legislação brasileira oferece uma redução de 75% de imposto de renda para negócios localizados na região nordeste do Brasil, que depende da aprovação prévia e formal da SUDENE. A Tequimar tem direito a esse benefício fiscal em seu terminal de Aratu, Suape e Itaqui, válido até 2022, 2020 e 2025, respectivamente. O valor total do benefício fiscal de imposto de renda da SUDENE para a Ultracargo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi de R\$ 8,8 milhões e R\$ 13,0 milhões, respectivamente. Para mais informações, vide Nota 9 (c) às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

**Qualidade.** Em 2007, o terminal da Ultracargo em Aratu obteve a certificação ISO 14001, e desde então passou por diversos processos de recertificação, mais recentemente em 2017. O processo envolveu o Sistema de Gestão da Qualidade da Ultracargo unificado para todo o país. O terminal de Paulínia obteve a certificação ISO 14001 em 2004, e passou por processos de recertificação, mais recentemente em 2012. Em 2002, o terminal de Santos obteve o certificado ISO 14001 e OHSAS 18001 em 2003. Em 2011, o terminal de Suape obteve a certificação ISO 14001. Em 2012, os terminais de Suape e Aratu obtiveram o certificado OHSAS 18001. Em 2014 e 2016, o terminal de Aratu foi reconhecido por seu desempenho em Saúde, Segurança e Meio Ambiente pelo Comitê de Desenvolvimento Industrial de Camaçari (Cofic). Em 2015, o terminal de Itaqui obteve as certificações ISO 14001 e OHSAS 18001.

## **Varejo Farmacêutico**

### **Visão geral da indústria**

O negócio de varejo farmacêutico no Brasil é responsável pela compra, distribuição e revenda de medicamentos aos consumidores finais através de drogarias. Também é prática comum nesta indústria a venda de produtos de beleza e cuidados pessoais,



bem como certos produtos de conveniência em farmácias. Seus principais fornecedores são fabricantes de produtos farmacêuticos e de beleza e produtores de cuidados pessoais.

O negócio de varejo farmacêutico possui alto grau de regulação. No Brasil, a regulação do setor é executada pelo Governo Federal, o Estadual e o Municipal. O Governo Federal sanciona leis e regulações para aplicação geral, as quais são aplicadas e complementadas por ações Estaduais e Municipais. Na esfera federal, o setor farmacêutico e da saúde são regulamentados e fiscalizados pelo Ministério da Saúde, através da ANVISA, agência pública criada por Lei Federal nº 9.782/99, e regulados pelo decreto nº 3.029/99.

Além disso, de acordo com a Lei nº 10.742/03 e o decreto nº 4.766/03, a regulamentação de normas e critérios para estabelecer e ajustar os preços de medicamentos no Brasil é determinada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), que estabelece um preço máximo para venda das empresas farmacêuticas a seus distribuidores, e para as vendas finais aos consumidores. Esse preço máximo limitado baseia-se no mecanismo que abrange essencialmente (i) uma taxa de inflação mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; (ii) fator de produtividade, que é um percentual calculado com base na futura rentabilidade de produtividade pela indústria farmacêutica, e (iii) fator de ajustes de preços, que é um percentual calculado com base nos custos de insumos aplicáveis entre os preços do setor de mercado e os preços intrasetoriais. Os medicamentos são reajustados em abril de cada ano. Entretanto, alguns produtos farmacêuticos, tais como medicamentos fitoterápicos e homeopáticos atualmente não estão submetidos à regulação de preços da CMED. No Brasil, a área frontal ocupada por farmácias geralmente é inferior a 300 metros quadrados.

As vendas das farmácias brasileiras, de acordo com dados da *IMS Health*, superaram R\$ 108 bilhões em 2017, um crescimento de 13% em comparação a 2016. Nós acreditamos que o setor tem potencial para continuar seu crescimento, principalmente devido ao envelhecimento da população, ao maior acesso a medicamentos, em especial decorrente da crescente participação de genéricos; à crescente demanda por produtos de higiene e beleza nas farmácias, e ao aumento da renda dos consumidores no longo prazo. Em adição, a consolidação do setor, impulsionada pela crescente formalização e consequentes investimentos, encontra-se em estágio inicial, com as cinco maiores redes do país representando somente 28% do mercado de medicamentos em 2017, de acordo com a ABRAFARMA. De acordo com a *IMS Health*, havia, aproximadamente, 77 mil farmácias no Brasil em 2017.

Os principais tipos de produtos farmacêuticos vendidos no Brasil estão listados abaixo:

*Remédios de marca* – produtos inovadores, registrados na agência federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no país cuja eficácia, segurança e qualidade foram cientificamente comprovadas pelo órgão federal competente mediante o registro.

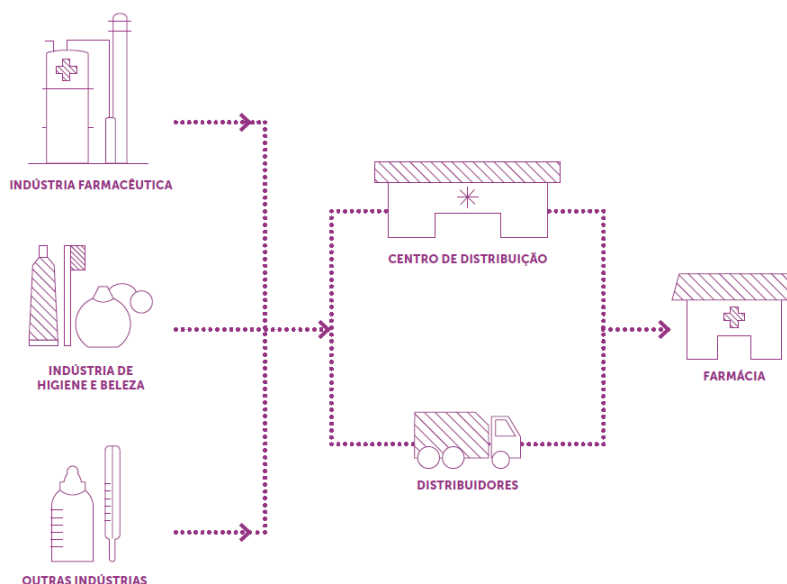
*Medicamento genérico* – contêm o mesmo princípio ativo, na mesma concentração e forma de dosagem, sendo administrados pela mesma via e com a mesma indicação terapêutica do medicamento de referência no país, indicando a mesma segurança do medicamento de referência no país, e que pode ser trocado por este.

*Medicamento similar* – contêm o mesmo princípio ativo, têm a mesma concentração, forma farmacêutica, modo de administração, dosagem e instruções terapêuticas, e equivalem a um medicamento registrado junto à agência federal responsável pela vigilância sanitária, diferindo apenas com relação às características de dimensão e forma do produto, período de validade, embalagem, rótulo, excipientes e veículo.

*OTC – Over the Counter* (OTC) consiste em medicamentos que não precisam de prescrição médica para ser vendidos.

De acordo com a ABRAFARMA, a venda de medicamentos é responsável por 68% do total das vendas dos seus membros no negócio de varejo farmacêutico no Brasil em 2017, e outros produtos além de medicamentos são responsáveis pelos 32% restantes das vendas. As vendas dos medicamentos de venda livre (OTC) durante o inverno são normalmente mais altas do que nas estações mais quentes, ao passo que as vendas de produtos de cuidados pessoais durante o verão geralmente são mais altas do que nas outras estações.

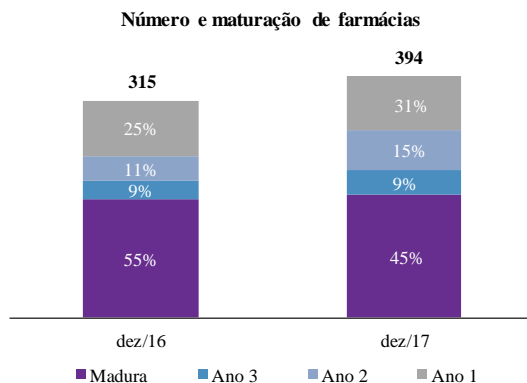
O diagrama a seguir indica o processo logístico no Brasil do varejo farmacêutico:



### Extrafarma

Beneficiando-se de mais de 50 anos de atividade no setor de distribuição e varejo de produtos farmacêuticos, a Extrafarma é uma das líderes no setor farmacêutico em sua região de atuação. A Extrafarma possui operações em áreas que apresentam um crescimento nas vendas superior à média nacional, o que acreditamos representar um potencial para o crescimento futuro.

Em 31 de dezembro de 2017, a Extrafarma operava 394 lojas em doze estados do Brasil (113 no Pará, 13 no Amapá, 7 no Tocantins, 93 no Ceará, 58 no Maranhão, 33 em Pernambuco, 20 no Rio Grande do Norte, 13 na Paraíba, 10 no Piauí, 9 na Bahia, 1 em Sergipe e 24 em São Paulo). A Extrafarma opera dois centros de distribuição em Belém, no estado do Pará, e em Aquiraz, no estado do Ceará, que são responsáveis pelo fornecimento de todas as nossas lojas.



A Extrafarma opera tanto no setor de varejo quanto de atacado de produtos farmacêuticos. Em 2017, a receita bruta da Extrafarma atingiu mais de R\$ 2,0 bilhão, dos quais 92% foram provenientes do segmento de varejo e 8% do segmento de distribuição/atacado.

A principal estratégia da Extrafarma se concentra no setor de varejo, que é responsável pela maior parte de sua receita. Nesse setor, o mix de produtos da Extrafarma consiste dos principais produtos farmacêuticos (medicamentos de marca; genéricos; similares; e de venda livre) além de produtos de cuidados pessoais e produtos de conveniência. Em 2017, da receita da Extrafarma no setor de varejo, os medicamentos de marca representaram 39%, os medicamentos genéricos/similares representaram 15%, os medicamentos de venda livre representaram 10%, os produtos de cuidados pessoais representaram 21% e os produtos de conveniência representaram 15%.

No setor atacado, a Extrafarma atua como distribuidora tanto de produtos farmacêuticos quanto de produtos de cuidados pessoais. É adquirido os produtos dos fabricantes e é vendido a outras redes de farmácias e revendedores independentes, que são atendidos por uma frota de caminhões próprios e arrendados da Extrafarma. Em 31 de dezembro de 2017, o prazo médio de pagamento das vendas da Extrafarma a revendedores independentes foi de 47 dias.

Em janeiro de 2016, a Extrafarma remodelou seu programa de fidelidade e o renomeou para Clube Extrafarma. O programa oferece descontos imediatos nas compras, e além de acumular 1 ponto para cada R\$ 1,00 gasto. Os pontos recebidos pelos clientes da Extrafarma podem ser trocados durante o período de seis meses por descontos em produtos das lojas, créditos para celulares pré-pago, pontos do Km de Vantagens e Multiplus Fidelidade. Em 31 de dezembro de 2017, o Clube Extrafarma tinha 6,5 milhões de clientes registrados.

O plano da Ultrapar é fortalecer e acelerar a expansão da Extrafarma através (i) do aumento na capacidade de investimento, (ii) do acesso aos espaços de varejo com opcionalidade nos postos Ipiranga e revendedores da Ultragas, com mais de 12 mil potenciais pontos de varejo; e (iii) do fortalecimento da gestão da Extrafarma por meio da implantação de governança corporativa, incentivos e alinhamento de interesses reconhecidos da Ultrapar. Esses mecanismos também contribuíram para uma integração eficiente das operações na Ultrapar e para o desenvolvimento de modelos de negócios que são atraentes para os consumidores da Extrafarma, da Ipiranga e da Ultragas, aumentando assim o potencial de diferenciação em cada um desses negócios.

**Concorrência.** O processo de consolidação do setor de varejo farmacêutico encontra-se em fase inicial.

As redes de farmácias associadas à ABRAFARMA representaram uma estimativa de 42% das receitas totais no setor em 2017. Havia mais de 20 redes de farmácias associadas à ABRAFARMA em 2017. De acordo com a ABRAFARMA, os principais protagonistas no Brasil são a Raia Drogasil, DPSP, Pague Menos, Brasil Pharma, Araujo e Panvel.

Veja "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Transação da Extrafarma."

## **Refino de Petróleo**

A RPR consiste de uma refinaria na cidade de Rio Grande, no estado do Rio Grande do Sul, na região Sul do Brasil. A capacidade nominal de refino é de 17 mil barris diários e seus principais produtos incluem: gasolina, diesel, nafta, óleos combustíveis, GLP, querosene, asfalto e solvente. Em 2017, a produção média da refinaria foi de 14.500 barris diários, que representou 85% da capacidade nominal de refino e menos de 1% da capacidade brasileira de refino, de acordo com dados da ANP. Atualmente, a Ultrapar detém aproximadamente um terço do capital da RPR. Veja "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia." Os resultados da RPR são contabilizados nos resultados da Ultrapar através do método de equivalência patrimonial, como investimento proveniente de joint venture. Os resultados gerados pela refinaria não são significativos para a Ultrapar. Em 2017, o EBITDA das operações da RPR consolidado no EBITDA da Ultrapar totalizou R\$ 36,2 milhões, correspondendo a menos do que 1% do EBITDA consolidado da Ultrapar no ano.

Em agosto de 2014 houve uma redução brusca dos preços do petróleo bruto no mercado internacional, atingindo em dezembro de 2015 seu menor valor desde dezembro de 2008 (US\$ 36 por barril). Independentemente da redução no preço do petróleo, os preços dos combustíveis a base de petróleo no Brasil aumentaram durante o mesmo período, contribuindo para a melhoria das margens da RPR. Em outubro de 2016, uma nova dinâmica de preços de gasolina e diesel foi anunciada com o objetivo de, entre outros aspectos, flutuar os preços de acordo com as referências internacionais. Portanto, os preços da gasolina e do diesel passaram a ser diretamente influenciados pelos preços internacionais e pela taxa de câmbio real/dólar. Em julho de 2017, a nova dinâmica de preços foi atualizada para fazer ajustes de preço diários com base em referências internacionais e na taxa de câmbio real/dólar. No quarto trimestre de 2017, as margens operacionais das atividades de refino foram negativamente impactadas pelo aumento nos preços do petróleo bruto internacional, reflexo da redução da produção de petróleo pelos países da OPEP. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

## **Seguro**

Mantemos apólices de seguro que cobrem todas as nossas bases de operação, as quais consideramos apropriadas para cobrir uma série de riscos a que acreditamos estar expostos, incluindo, mas não limitado a, seguros patrimoniais com cobertura para danos e/ou prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos. Os valores máximos indenizáveis, com base na máxima probabilidade de perda possível em um determinado local, em 31 de dezembro de 2017, estão demonstrados abaixo:

	<b>Valor máximo indenizável <sup>(*)</sup></b>
Oxitenio .....	US\$ 1.142
Ipiranga .....	R\$ 924
Ultracargo .....	R\$ 740
Ultragaz .....	R\$ 150
Extrafarma .....	R\$ 160

<sup>(\*)</sup> Em milhões. De acordo com os termos e condições das nossas políticas.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende a todas as subsidiárias da companhia, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

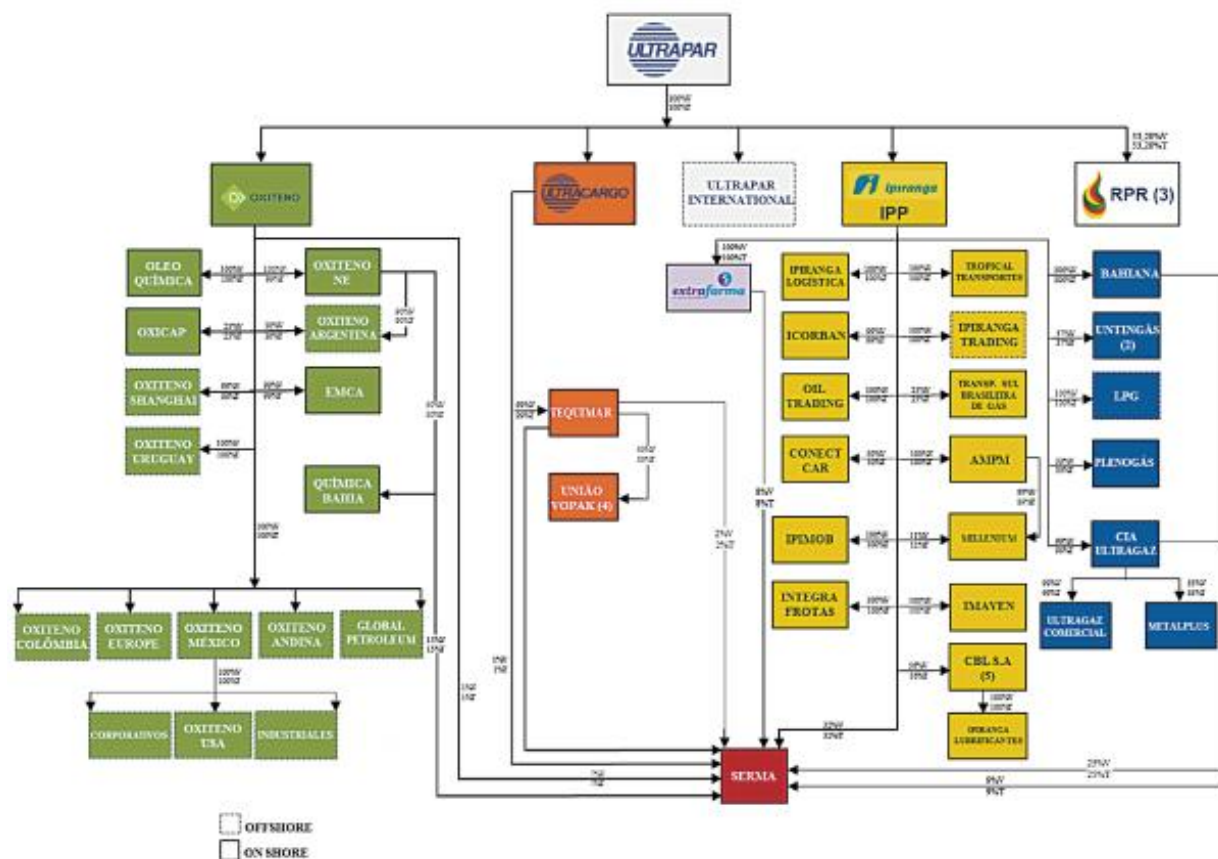
Mantemos apólices de responsabilidade civil para diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do Conselho de Administração, diretores executivos e membros do Conselho Fiscal da Ultrapar e de suas controladas (seguradas) no valor total de US\$ 80 milhões em 31 de dezembro de 2017. Tal apólice cobre quaisquer responsabilidades seguradas resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato ou omissão ou qualquer reclamação contra tais pessoas apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência grave ou má conduta intencional.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida em grupo, acidentes pessoais, saúde e transportes nacionais e internacionais, entre outros.

Acreditamos que estes seguros cubram, de forma material, os riscos aos quais estamos expostos e estejam em linha com os padrões da indústria. Porém, a ocorrência de danos que não estejam cobertos por nossas apólices ou que excedam a sua cobertura pode resultar em custos adicionais não esperados significativos.

## C. Estrutura Organizacional

O organograma a seguir mostra nossa atual estrutura organizacional<sup>(1)</sup> para nossas principais subsidiárias em 31 de dezembro de 2017:



(1) Os percentuais representam a participação aproximada no capital votante e no capital total, respectivamente (capital votante/ capital total).

(2) Participações minoritárias na Utingás são principalmente detidas pela Liquigás Distribuidora S.A. e SHV Gas (31% e 8% do capital total, respectivamente).

(3) Outras acionistas da RPR são Petrobras e Braskem, cada uma com 1/3 das ações ordinárias.

(4) União Vopak – uma companhia controlada em conjunto por Tequimar e Vopak Brasil S.A.

(5) CBLSA – uma associação entre Ipiranga e Chevron

Conduzimos nosso negócio de distribuição de GLP por intermédio da Ultragaz, composta por Cia. Ultragaz, Bahiana e Utingás. A Cia. Ultragaz atua na distribuição de GLP, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. A Bahiana atua na distribuição de GLP, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. A Utingás é uma empresa de armazenamento de GLP, com bases nos estados de São Paulo e Paraná.

Conduzimos nossas atividades de distribuição de combustíveis através da Ipiranga, representada por nossa subsidiária integral IPP, exceto pelas subsidiárias da IPP que operam o negócio de distribuição de GLP, como descrito acima e da Extrafarma, como descrito abaixo. A Ipiranga atua na distribuição e comercialização de derivados de petróleo, etanol e GNV em todo o Brasil. A IPP, através de suas subsidiárias, também possui a marca am/pm no Brasil, e a Tropical, que presta serviços de transporte para a Ipiranga e outros distribuidores.

Conduzimos atividades no segmento químico e petroquímico por intermédio da nossa subsidiária integral Oxitenos. A Oxitenos atua no setor químico e petroquímico diretamente e através de suas subsidiárias Oxitenos Nordeste, Oleoquímica, EMCA, Oxitenos Mexico e Oxitenos Andina. A Oxitenos opera diretamente plantas situadas no estado de São Paulo. A Oxitenos Nordeste opera plantas localizadas em Camaçari (BA) e em Triunfo (RS). A Oleoquímica e a EMCA também operam na planta de Camaçari. A Oxitenos Mexico opera três plantas no México e uma planta nos Estados Unidos através da Oxitenos USA LLC. A Oxitenos Andina opera uma planta localizada na Venezuela. A Oleoquímica é a subsidiária através da qual construímos a planta de álcoois graxos em Camaçari. A Oxitenos Uruguai, adquirida em novembro de 2012, opera uma planta localizada no Uruguai.

Nossos serviços de armazenagem para granéis são prestados pela nossa subsidiária integral, Ultracargo através de sua subsidiária, Tequimar. O Tequimar possui instalações de armazenagem em seis importantes terminais marítimos, dois dos quais estão localizados nas proximidades dos principais complexos petroquímicos do Brasil, Camaçari e São Paulo.

Em 31 de janeiro de 2014, que fechou a transação com a Extrafarma, nos termos do qual a Extrafarma se tornou nossa subsidiária integral. A Extrafarma atua no setor de varejo e atacado de farmácias nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia Transação da Extrafarma. "

Em 04 de agosto de 2016, a Companhia, através de sua subsidiária IPP, celebrou um contrato de associação com a Chevron para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes, combinando as operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Como parte deste acordo, a Ipiranga Lubrificantes S.A. ("IpiLubs") foi estabelecida como uma subsidiária da IPP para separar as operações de lubrificantes da Ipiranga do restante do negócio e em 1º de agosto de 2017, esse processo de segregação foi concluído. Em 1º de dezembro de 2017, a associação foi consumada, através do aporte da IpiLubs na Chevron Brasil Lubrificantes S.A. ("CBLSA") e consequente obtenção de controle pelo ingresso da IPP como acionista da CBLSA. A Ipiranga e a Chevron detêm, respectivamente, 56% e 44% desta joint venture.

Em setembro de 2016, a subsidiária Ultrapar International S.A. foi criada e posteriormente emitiu notas representativas de dívida no mercado externo (*Notes*) no valor de US\$ 750 milhões.

Exceto pela Oxitenox Mexico, Oxitenox Andina, Oxitenox USA e Oxitenox Uruguay, todas nossas subsidiárias relevantes são incorporadas sob as leis brasileiras.

Para maiores informações, veja "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

## D. Unidades Industriais e Equipamentos

### Ultragas

A rede de distribuição de GLP da Ultragas compreende 18 bases de engarrafamento. O GLP é transportado das instalações da Petrobras para as bases de engarrafamento por meio de gasodutos ou caminhões-tanque. As bases que recebem GLP por meio de gasodutos são conhecidas como primárias, enquanto as que recebem por meio de caminhões são conhecidas como secundárias. A Ultragas também opera bases de armazenamento de GLP, conhecidas como bases satélites, para abastecimento de nossos caminhões de granel. A Ultragas mantém instalações para armazenamento de vasilhames de GLP e bases satélites de distribuição de GLP a granel em locais estratégicos, a fim de manter o fornecimento próximo aos seus clientes e, consequentemente, reduzir os custos com transporte. O GLP é armazenado nas bases de engarrafamento em grandes tanques de armazenamento de GLP cuja capacidade por tanque é normalmente de 60 toneladas. No caso de GLP a granel, o GLP é bombeado dos tanques de armazenamento diretamente para os caminhões-tanque. No caso de vasilhames, o GLP é bombeado dos tanques de armazenamento para os carrosséis de engarrafamento, que abastecem os vasilhames de GLP.

A tabela que segue abaixo contém a capacidade total de armazenamento e engarrafamento da Ultragas em 2017, bem como o percentual de utilização média da capacidade de engarrafamento em 2017, tanto em bases satélites como em bases de armazenamento primárias e secundárias.

Base	Tipo	Capacidade total de armazenamento (em tons)	Capacidade de enchimento (em tons por mês)	Taxa média de utilização em 2017
Aracajú.....	Secundária	240	4.388	81%
Araçatuba.....	Satélite	180		
Aracruz.....	Secundária	120	4.388	31%
Araraquara.....	Satélite	60		
Araucária.....	Primária	240	8.776	81%
Barra de São Francisco.....	Secundária	360	2.498	19%
Barueri.....	Secundária	1.500	5.363	79%
Bauru.....	Satélite	60		
Betim.....	Secundária	480	8.776 <sup>(1)</sup>	55%
Blumenau.....	Satélite	60		
Canoas.....	Secundária	600	7.679	53%
Capuava.....	Primária	720	13.164	49%
Cascavel.....	Satélite	120		
Caucaia.....	Secundária	420	8.776 <sup>(1)</sup>	73%
Caxias do Sul.....	Satélite	60		
Chapecó.....	Satélite	60		

Base	Tipo	Capacidade total de armazenamento (em tons)	Capacidade de enchimento (em tons por mês)	Taxa média de utilização em 2017
Florianópolis .....	Satélite	60		
Goiânia .....	Secundária	360	5.363	71%
Imbiruçu .....	Satélite	372		
João Pessoa .....	Satélite	60		
Joinville .....	Satélite	60		
Juazeiro .....	Secundária	180	4.388	41%
Londrina .....	Satélite	60		
Mataripe .....	Primária	1.025	20.341 <sup>(1)</sup>	71%
Mauá .....	Satélite	720		
Paulínia .....	Primária	2.260	8.776	87%
Pirajá — Salvador .....	Satélite	60		
Ponta Grossa .....	Satélite	60		
Pouso Alegre .....	Satélite	60		
Ribeirão Preto .....	Secundária	180	4.388	83%
Rio de Janeiro .....	Primária	720	5.363 <sup>(1)</sup>	99%
Santos .....	Primária	2.400	3.500	52%
São José do Rio Preto .....	Satélite	60		
São José dos Campos .....	Primária	960	5.363	66%
Sorocaba .....	Satélite	120		
Suape .....	Primária	480	5.363	132%
<b>Total .....</b>		<b>15.537</b>	<b>126.653</b>	<b>69%</b>

<sup>(1)</sup> Essas bases operaram acima de um turno de oito horas por dia.

Observação: Bases com mais de 100% de utilização média de engarrafamento operaram com horas extras, em adição ao período normal de operação.

Adicionalmente, além do prédio de sua sede social em São Paulo, a Ultragaz mantém escritórios regionais, localizados em cada área na qual atua.

## Ipiranga

A distribuição de combustíveis é feita através de uma extensa rede de bases primárias e secundárias. Bases primárias geralmente são localizadas próximas às refinarias e são usadas como terminais de armazenagem para produtos que serão transportados até as bases secundárias ou diretas para os grandes clientes e TRRs. Distribuidores detêm seus terminais (próprios), alugam espaço em terminais de terceiros (acordo com terceiros — TPA) ou participam de *pools* (operados em conjunto — JO), que atendem a dois ou mais distribuidores. A tabela que segue abaixo contém a capacidade total de armazenamento e estrutura (propriedade) para cada terminal primário e secundário da Ipiranga em 2017.

Base	Tipo	Estrutura do terminal de armazenamento	Capacidade de armazenagem (m³)
Açailândia	Secundário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	4.449
Araucária	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	850
Araucária	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	53.898
Bagé	Secundário	Própria	4.721
Barcarena	Primário	Própria	8.202
Barueri	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	6.100
Bauru	Secundário	Própria	3.288
Belém	Primário	Própria	13.835
Belém	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	5.700
Betim	Primário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	13.462
Betim	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	7.258
Biguaçu	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	2.517
Brasília	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	6.931
Cabedelo	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	7.294
Campo Grande	Secundário	Própria	4.820
Campos	Secundário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	3.728
Canoas	Primário	Própria	39.272
Canoas	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	600
Cascavel	Secundário	Própria	4.048
Caxias	Primário	Própria	36.284
Caxias	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	9.640
Cruz Alta	Secundário	Própria	4.325
Cubatão	Primário	Própria	9.588
Cubatão	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	2.463
Cuiabá	Secundário	Própria	1.819
Fortaleza	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	4.560
Goiânia	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	2.185
Goiânia	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	8.179
Governador Valadares	Secundário	Própria	4.745
Guamaré	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	2.790
Guaramirim	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	1.216
Guarapuava	Secundário	Própria	5.625
Guarulhos	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	3.080
Imbiruçu	Primário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	5.241
Itabuna	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	145
Itacoatiara	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	250
Itaituba	Secundário	Própria	1.350
Itajaí	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	681
Itajaí	Primário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	10.539
Jequié	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	4.710
Juazeiro	Secundário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	1.821
Lages	Secundário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	1.310
Londrina	Secundário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	6.233
Luis Eduardo Magalhães	Secundário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	306
Macapá	Primário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	4.307
Maceió	Primário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	6.895
Manaus	Primário	Própria	6.664
Manaus	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	700
Marabá	Secundário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	1.183
Maringá	Secundário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	1.843
Montes Claros	Secundário	Própria	904
Munguba	Secundário	Própria	12.377
Ourinhos	Secundário	Própria	10.011
Paranaguá	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	90.000



Base	Tipo	Estrutura do terminal de armazenamento	Capacidade de armazenagem (m³)
Passo Fundo	Primário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	8.983
Paulínia	Primário	Própria	7.994
Paulínia	Primário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	30.690
Porto Nacional	Secundário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	2.790
Porto Velho	Secundário	Própria	8.318
Pres. Prudente	Secundário	Própria	2.732
Ribeirão Preto	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	12.810
Rio Grande	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	3.466
Rondonópolis	Secundário	Própria	7.609
Santa Maria	Secundário	Própria	5.322
Santarém	Secundário	Própria	3.221
Santos	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	80.000
Sarandi	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	5.610
São Caetano	Primário	Própria	21.605
São Francisco do Conde	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	4.846
São José do Rio Preto	Secundário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	1.838
São José do Rio Preto	Secundário	Própria	6.491
São José do Rio Preto	Secundário	Própria	1.194
São José dos Campos	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	8.621
São José dos Campos	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	820
São Luis	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	33.570
São Luis	Primário	<i>Pool</i> operado pela Ipiranga <sup>(2)</sup>	15.152
Suape	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	30.450
Suape	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	13.630
Teresina	Secundário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	4.395
Uberaba	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	740
Uberlândia	Primário	<i>Pool</i> operado por terceiros <sup>(2)</sup>	11.005
Vila Velha	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	9.170
Vilhena	Secundário	Própria	884
Vitória	Primário	Acordo com terceiros <sup>(1)</sup>	7.836
			<b>806.734</b>

<sup>(1)</sup> Acordo com terceiros.

<sup>(2)</sup> *Pool* operado em conjunto com outros distribuidores.

## Oxíteno

A Oxíteno possui seis plantas no Brasil: plantas em Camaçari, no polo petroquímico do Nordeste, em Mauá, no polo petroquímico de São Paulo, em Triunfo, no polo petroquímico do Sul, e em Tremembé e Suzano, no estado de São Paulo.

O quadro a seguir indica a capacidade de produção atual de óxido de eteno das plantas da Oxíteno no Brasil em 31 de dezembro de 2017:

Unidades	Capacidade (toneladas ao ano)
Camaçari .....	350.000
Mauá .....	90.000
Tremembé .....	—
Triunfo .....	—
Suzano .....	—
<b>Total .....</b>	<b>440.000</b>

O óxido de eteno é um produto intermediário utilizado principalmente na produção de derivados de óxido de eteno — o óxido de eteno respondeu por apenas 1% do volume total de vendas da Oxíteno no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Portanto, a

capacidade total de produção de uma planta não deve ser determinada através da soma de todas as capacidades de óxido de eteno e seus derivados.

Como a capacidade dos derivados de óxido de eteno excede a capacidade de produção de óxido de eteno, a Oxitenos não pode produzir o montante máximo de cada derivado em cada ano e, desta forma, a produção atual de derivados de óxido de eteno é menor do que sua capacidade de produção mostrada nas tabelas abaixo.

Entretanto, a capacidade de produção de derivados de óxido de eteno acima da capacidade de produção do próprio óxido de eteno proporciona à empresa certo grau de flexibilidade operacional, que a capacita, até certo ponto, a amenizar os efeitos da redução da demanda de certos produtos em decorrência de eventuais períodos de desaquecimento no ciclo comercial do setor petroquímico.

**Plantas de Camaçari.** A primeira planta de Camaçari, localizada no polo petroquímico do Nordeste, foi construída pela Oxitenos e iniciou sua atividade em 1978. As plantas de Camaçari produzem óxido de eteno e seus derivados, como etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos e outros derivados etoxilados.

Em 2007, com a aquisição do Grupo Ipiranga pela Ultrapar, a Oxitenos passou a operar uma unidade de produção de óleo mineral, a EMCA.

Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Investimentos."

O quadro a seguir indica a atual capacidade de produção da planta de Camaçari para cada um de seus principais produtos:

Unidades	Capacidade (toneladas por ano)
Óxido de eteno .....	350.000
Etilenoglicóis .....	285.000
Etanolaminas .....	110.000
Éteres glicólicos .....	25.000
Derivados etoxilados .....	270.000
Óleos brancos minerais .....	60.000
Álcoois graxos .....	77.000
Ácidos graxos .....	7.000
Glicerina .....	11.000

Em 2017, a planta de Camaçari operou a 61% de sua capacidade de produção. A planta realizou paradas programadas para manutenção.

**Planta de Mauá.** A planta, localizada no polo petroquímico de São Paulo, foi a primeira construída pela Oxitenos, tendo iniciado sua produção em 1974. Possui unidades de processamento de óxido de eteno, etilenoglicóis, éteres glicólicos, acetatos de éteres glicólicos, álcoois naturais e derivados etoxilados. Além das unidades de produção, a planta possui instalações de entamboramento, armazenamento e manutenção, abrigando também o principal laboratório de pesquisa e desenvolvimento da Oxitenos. O quadro a seguir indica a capacidade de produção da planta de Mauá para cada um de seus principais produtos:

Unidades	Capacidade (toneladas por ano)
Óxido de eteno .....	90.000
Etilenoglicóis .....	40.000
Éteres glicólicos .....	40.000
Acetatos .....	72.000
C4+C5 álcoois .....	13.500
Derivados etoxilados .....	106.000
Alcalização .....	17.000
Esterificação .....	4.000
Fluidos hidráulicos .....	30.000

Em 2017, a planta de Mauá operou a 41% de sua capacidade de produção.

**Planta de Tremembé.** A planta de Tremembé, localizada no bairro dos Guedes, na cidade de Tremembé, estado de São Paulo, possui três unidades de produção principais, uma de sulfonação/sulfatação e duas unidades de produção de fins múltiplos. A planta de Tremembé entrou em operação em 1970, tendo sido subsequentemente adquirida por nós em 1985.

O quadro a seguir demonstra a capacidade das principais unidades de produção da planta de Tremembé:

Unidades	Capacidade
	(toneladas por ano)
Esterificação.....	10.000
Especialidades.....	15.000
Sulfonados e sulfatados.....	16.000 <sup>(1)</sup>
Betaína .....	10.000
Fluidos hidráulicos.....	3.200
Naftaleno sulfonado.....	9.000
Blends agroquímicos.....	15.000

<sup>(1)</sup> Capacidade ajustada para 100% ativo.

Em 2017, a planta de Tremembé operou a 36% de sua capacidade de produção.

**Planta de Suzano.** Em 2007, a Oxitenos passou a operar uma planta de sulfatação e sulfonação em Suzano, com capacidade de produção de 13,5 mil toneladas ao ano. Em 2012, a Oxitenos acrescentou 11,5 mil toneladas ao ano a sua capacidade. Consequentemente, a capacidade de produção na planta de Suzano aumentou para 26,5 mil toneladas ao ano.

Unidades	Capacidade
	(toneladas por ano)
Sulfonation/Sulfation .....	13.500
Esterification.....	11.500
Betaines.....	1.500

Em 2017, a planta de Suzano operou a 50% de sua capacidade de produção.

**Planta de Triunfo.** A planta de Triunfo localiza-se no polo petroquímico do Sul. Foi construída pela Oxitenos, tendo entrado em operação em outubro de 1989. Possui duas unidades de processamento, uma para a produção de álcool sec-bútilico, empregado na produção de MEK, e uma para a produção de MEK.

O quadro a seguir demonstra a capacidade das principais unidades de produção da planta de Triunfo:

Unidades	Capacidade
	(toneladas ao ano)
Solventes oxigenados.....	42.000

Em 2017, a planta de Triunfo operou a 63% de sua capacidade de produção.

Com a aquisição da Oxitenos Mexico (antiga Canamex) em dezembro de 2003 e da Unión Química em 2007, a Oxitenos adquiriu três plantas de especialidades químicas no México. Em 31 de dezembro de 2017, a planta de Coatzacoalcos tinha uma capacidade de produção de 86 mil toneladas por ano de etoxilados e 8 mil toneladas de alquilfenóis, a planta de Guadalajara tinha uma capacidade de produção de 32 mil toneladas por ano de especialidades químicas e a planta de San Juan del Río tinha uma capacidade de produção de 8 mil toneladas por ano de especialidades químicas. Em dezembro de 2017, as plantas de Guadalajara, de Coatzacoalcos e de San Juan del Río operavam a uma taxa média de 46%, 36% e 91%, respectivamente, de sua capacidade de produção.

Com a aquisição da Oxitenos Andina em setembro de 2007, a Oxitenos adquiriu uma planta de especialidades químicas na Venezuela. Em 31 de dezembro de 2017, a planta de Santa Rita possuía uma capacidade de produção de 70 mil toneladas de etoxilados por ano e operou a 12% de sua capacidade de produção em 2017.

A Oxitenos adquiriu uma planta de especialidades químicas em Pasadena, Texas em abril de 2012. Em 31 de dezembro de 2017, a planta de Pasadena teve uma capacidade de produção de 32 mil toneladas por ano de especialidades químicas e blends agroquímicos. Em 2017, a planta de Pasadena a uma taxa média de 18% de sua capacidade de produção.

Com a aquisição da Oxitenno Uruguay em novembro de 2012, a Oxitenno adquiriu uma planta de especialidades químicas em Montevideo, Uruguai. Em 31 de dezembro de 2017, a planta de Montevideo possuía uma capacidade de produção de 63 mil toneladas por ano de especialidades químicas, operando com 45% de sua capacidade de produção.

A tabela seguinte apresenta informações sobre a capacidade de produção da Oxitenno no exterior:

Unidades	Capacidade (em toneladas por ano)
Derivados de etoxilados — Planta de Coatzacoalcos .....	86.000
Alcalização — Planta de Coatzacoalcos .....	7.860
Derivados de etoxilados — Planta de Guadalajara .....	19.000
Esterificação — Planta de Guadalajara .....	13.000
Sulfonados e sulfatados — Planta de San Juan del Río .....	8.400
Derivados de alcoxilados — Planta de Santa Rita .....	70.000
Especialidades/blends agroquímicos — Planta de Pasadena .....	32.000
Sulfonados e sulfatados — Planta de Montevideo .....	45.000
Sulfato de Ácido Graxo (FAS) — Planta de Montevideo .....	10.000
Betaína/Amidas — Planta de Montevideo .....	6.000
Óleos engraxantes — Planta de Montevideo .....	2.000

### Ultracargo

As tabelas seguintes apresentam informações sobre os principais produtos armazenados pela Ultracargo, bem como sobre a capacidade de armazenamento de suas unidades, em 31 de dezembro de 2017, além do percentual de utilização média das unidades da Ultracargo em 2017.

Instalações	Capacidade (em metros cúbicos)	Utilização média % <sup>(2)</sup>	Produtos
Aratu (Bahia) .....			Químicos, óleos vegetais, corrosivos e combustíveis
	218.190	109%	
Suape (Pernambuco) .....	157.910	144%	Químicos, etanol, corrosivos e combustíveis
Itaqui (Maranhão) .....	55.280	138%	Combustíveis
Santos (São Paulo) <sup>(1)</sup> .....			Químicos, lubrificantes, combustíveis, corrosivos e etanol
	219.300	78%	
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro) .....	17.247	106%	Corrosivos e lubrificantes
Paranaguá (Paraná) .....	28.262	67%	Corrosivos e óleos vegetais
<b>Total</b> .....	<b>696.189</b>	<b>109%</b>	

<sup>(1)</sup> 152 mil metros cúbicos de capacidade efetiva em nossas instalações em Santos foram interrompidos pelo incêndio em abril de 2015. Em junho de 2017, a Ultracargo retomou as operações de 67,5 mil metros cúbicos. Favor veja "Item 4.A. Informações sobre a Empresa — Desenvolvimento da Companhia — Ultracargo — Incêndio em Santos."

<sup>(2)</sup> Baseado em um faturamento estimado de produtos para cada terminal.

### Extrafarma

Em 31 de dezembro de 2017, a Extrafarma operava 394 farmácias e 2 centros de distribuição nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

As tabelas a seguir apresentam a composição por região de farmácias da Extrafarma e a capacidade de cada centro de distribuição da Extrafarma em 31 de dezembro de 2017:

Localidade	# de lojas
<b>Norte</b> .....	<b>133</b>
Pará .....	113
Amapá .....	13
Tocantins .....	7
<b>Nordeste</b> .....	<b>237</b>
Ceará .....	93
Maranhão .....	58
Pernambuco .....	33

<b>Localidade</b>	<b># de lojas</b>
Rio Grande do Norte .....	20
Paraíba.....	13
Piauí.....	10
Bahia .....	9
Sergipe.....	1
<b>Sudeste .....</b>	<b>24</b>
São Paulo.....	24
<b>Total .....</b>	<b>394</b>

<b>Centro de distribuição</b>	<b>Área (em metros quadrados)</b>	<b>Altura (em metros)</b>
Benevides (Pará).....	9.777	13,0
Aquiraz (Ceará).....	7.500	12,3
<b>Total .....</b>	<b>17.277</b>	

### Garantias reais

Em 31 de dezembro de 2017, a Ultrapar não tem endividamento consolidado garantido por ativo imobilizado.

### ITEM 4A. COMENTÁRIOS NÃO RESOLVIDOS

Nenhuma.

### ITEM 5. ANÁLISE FINANCEIRA E OPERACIONAL E PERSPECTIVAS

#### A. Resultado das operações

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as notas explicativas a elas relativas, e outras informações financeiras contidas em outras partes do presente documento e em conjunto com as informações financeiras incluídas no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Selecionados".

Nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas incluídas no presente foram preparadas de acordo com as *IFRSs* e incluem nossos balanços patrimoniais consolidados referentes a 31 de dezembro de 2017 e 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relacionadas para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, incluindo suas notas explicativas.

As informações financeiras apresentadas neste relatório anual devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas.

#### Visão Geral

A Ultrapar é um grupo brasileiro com 80 anos de história, com posição de liderança nos mercados em que atua. Nossos cinco principais negócios são:

- distribuição de GLP, conduzido pela Ultragaz;
- distribuição de combustíveis, conduzido pela Ipiranga;
- produção de químicos, conduzido pela Oxitenio;
- serviços de armazenagem para grãos líquidos, conduzido pela Ultracargo; e
- negócio de varejo farmacêutico, conduzido pela Extrafarma.

A Ultragaz distribui GLP para os segmentos residencial, comercial e industrial. A Ipiranga distribui gasolina, etanol, diesel, GNV, óleos combustíveis, querosene e lubrificantes através de uma rede de 8.005 postos de serviço e diretamente para grandes consumidores. A Oxitenio produz óxido de eteno e seus principais derivados, e também é uma importante produtora de especialidades químicas, particularmente tensoativos. A Oxitenio produz aproximadamente 1.100 produtos, utilizados como matérias-primas de diversos bens industrializados, como cosméticos, detergentes, defensivos agrícolas químicos, embalagens, tecidos, tintas e vernizes. A

Ultracargo é a maior provedora de armazenagem para grânéis líquidos no Brasil, com seis terminais e capacidade de armazenagem de 696 mil metros cúbicos.

Em 30 de setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Extrafarma, uma das dez maiores redes de drogarias do Brasil. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da incorporação de ações pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma e, consequentemente, a Extrafarma se tornou uma subsidiária integral da Ultrapar a partir de 1º de fevereiro de 2014. Assim, os resultados das operações da Extrafarma não afetaram os resultados de nossas operações em 2013. Os resultados da Extrafarma foram consolidados nos resultados da Ultrapar a partir de 1º de fevereiro de 2014. Em 31 de dezembro de 2017, a Extrafarma operou 394 farmácias em doze estados brasileiros. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Transação da Extrafarma."

## **Conjuntura Econômica Brasileira**

Como a maioria de nossas atividades operacionais é desenvolvida no Brasil, somos significativamente afetados pelas condições econômicas e sociais do País, incluindo, dentre outras, o crescimento do PIB, disponibilidade de crédito, renda disponível, a taxa de inflação doméstica e variações cambiais.

**Produto interno bruto.** Em 2013, o ambiente macroeconômico permaneceu desafiador no Brasil, com uma situação um pouco melhor no mercado internacional, influenciado pela recuperação das economias dos EUA e Europa. A fim de reduzir as taxas crescentes de inflação observadas ao longo do ano, o Governo Brasileiro elevou a taxa básica de juros da economia (SELIC), a partir de 7,25% ao final de 2012, para 10,0% ao final de 2013. O PIB do Brasil cresceu 3,0% em 2013. Em 2014, a inflação permaneceu em níveis altos, chegando a 6,4% no final do ano, e o Governo Brasileiro elevou novamente a taxa básica de juros da economia de 10,0% ao final de 2013, para 11,75% ao final de 2014. O PIB do Brasil cresceu 0,5% em 2014. Em 2015, o PIB apresentou uma queda de 3,8% influenciado por um ambiente interno desafiador com a combinação de retração da economia, índices elevados de desemprego, pressão inflacionária e taxa básica de juros da economia mais elevada (de 11,75% ao final de 2014 para 14,25% ao final de 2015). Em 2016, o PIB do Brasil apresentou uma queda de 3,6%, refletindo a piora da crise tanto política como econômica, com uma combinação de atividade econômica fraca e uma deterioração da renda e das taxas de desemprego, restringindo assim os níveis de consumo e criando um ambiente de negócios desafiador. Contudo, as taxas de inflação foram caindo gradualmente desde o segundo semestre de 2016, abrindo espaço para uma redução da taxa básica de juros (de 14,25% no fim de 2015 para 13,75% no fim de 2016). Em 2017, o PIB cresceu 1,0%, sustentado pela queda da inflação e da taxa de juros (de 13,75% ao final de 2016 para 7,00% ao final de 2017). Nossas atividades são afetadas significativamente pelo crescimento do PIB brasileiro, em especial as vendas de GLP a consumidores comerciais e industriais, as vendas de diesel, as vendas ao mercado interno da Oxiteno e as operações de logística da Ultracargo.

**Inflação e variações cambiais.** Nossas atividades operacionais são, em sua maior parte, denominadas em Reais e tendem a acompanhar o aumento da inflação brasileira. No entanto, alguns de nossos custos das vendas e dos serviços prestados está atrelada ao dólar e, por esta razão, não é materialmente afetada pela taxa de inflação brasileira. Adicionalmente, parte de nosso endividamento denominado em Reais está indexado a algum índice financeiro que considera os efeitos da inflação. Em 2013, o Real se depreciou 15% frente ao dólar no período, influenciado pelo desempenho da economia brasileira, pela recuperação da economia dos Estados Unidos e pela instabilidade econômica no mercado internacional. Em 2014, o fraco desempenho da economia brasileira e a recuperação da economia norte-americana contribuíram para uma depreciação de 13% do Real frente ao dólar. Em 2014, as taxas dos índices IGP-M e IPCA foram de 3,7% e 6,4% respectivamente. Em 2015, as taxas dos índices IGP-M e IPCA foram de 10,5% e 10,7%, respectivamente, impactadas pelo ajuste de preços administrados, tais como combustíveis e energia elétrica, e o Real se desvalorizou 47% frente ao dólar influenciado pelo rebaixamento da nota de crédito soberano do Brasil e a expectativa de um aumento da taxa de juros pelo *Federal Reserve System*. Em 2016, as taxas dos índices IGP-M e IPCA foram de 7,2% e 6,3%, respectivamente. Em 2016, o Real apreciou 17% frente ao dólar. Em 2017, o Real depreciou 2% frente ao dólar e o IPCA foi de 2,9%. A taxa do índice IGP-M foi de -0,5%, a mais baixa desde 2009. De 31 de dezembro de 2017 a 31 de março de 2018, o Real apresentou valorização de 0,5% frente ao dólar. Nosso principal risco cambial está relacionado a certos custos e despesas denominados em dólares. Embora uma parte substancial do nosso endividamento seja denominada em dólares, estamos atualmente protegidos contra desvalorização cambial através do uso de diversos instrumentos do mercado de derivativos e do balanceamento entre ativos e passivos financeiros na mesma moeda. Adicionalmente, uma parte significativa de nossas matérias-primas também é relacionada ou indexada ao dólar. Apesar dos preços praticados pelo segmento químico acompanharem os preços praticados nos mercados internacionais, e, portanto, estarem atrelados ao dólar, grande parte de nossa receita é denominada em Reais. Como resultado, estamos expostos a riscos cambiais que podem afetar negativamente nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados das nossas operações, bem como nossa capacidade de pagar as dívidas.

A tabela a seguir mostra a inflação medida pelo IGP-M, bem como a desvalorização (valorização) do Real perante o dólar, nos períodos indicados.

Indexador	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
IGP-M .....	(0,5%)	7,2%	10,5%
IPCA .....	2,9%	6,3%	10,7%
Desvalorização (valorização) do Real perante o dólar .....	1,5%	(16,5%)	47,0%

Administramos o risco relativo ao perfil de pagamentos de nosso endividamento denominado em dólares mantendo aplicações em títulos indexados ao dólar e utilizando contratos de swap de moeda estrangeira, segundo os quais pagamos juros variáveis em Reais baseados na taxa do CDI, e recebemos juros fixos em dólar. Em 31 de dezembro de 2017, nosso endividamento em moeda estrangeira era de R\$ 4.589,3 milhões (US\$ 1.387,3 milhões), incluindo dívidas, importações a pagar decorrentes de importações e líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros. Nessa mesma data, possuíamos R\$ 3.158,9 milhões (US\$ 954,9 milhões) de ativos denominados em moeda estrangeira, incluindo investimentos indexados ao dólar, contratos de *hedge* cambial e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2017, a Ultrapar possuía uma exposição líquida vendida em moeda estrangeira de R\$ 1.430,4 milhões (US\$ 432,4 milhões), composta por uma posição líquida vendida em dólares de R\$ 404,9 milhões (US\$ 122,4 milhões), uma posição líquida comprada em dólares de R\$ 1.136,5 milhões (US\$ 343,6 milhões), uma posição líquida vendida em outras moedas de R\$ 2,1 milhões (US\$ 0,6 milhões) e uma posição líquida comprada em outras moedas, principalmente o Peso mexicano, de R\$ 113,2 milhões (US\$ 34,2 milhões), devido à atuação da empresa neste país. Os valores em dólar neste parágrafo foram calculados com base na taxa de câmbio entre real/dólar em 31 de dezembro de 2017. Veja "Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado — Risco de Moedas" e Notas 14 e 31 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

### Políticas Contábeis Relevantes e Estimativas

A apresentação de nossa situação financeira e operacional requer de nossa administração o julgamento quanto aos efeitos decorrentes das incertezas inerentes ao valor de nossos bens e obrigações, que podem impactar os seus valores reportados, bem como nossas receitas e despesas. Os resultados auferidos podem diferir daqueles estimados sob diferentes variáveis, premissas e condições, embora nossa administração acredite que suas estimativas sejam razoáveis. Os parágrafos a seguir são uma revisão das estimativas contábeis que nossa administração considera mais importantes para o entendimento de nossa condição financeira, resultado das operações e do fluxo de caixa. Uma política ou estimativa contábil é considerada crítica se ela atende aos seguintes critérios:

- A estimativa contábil requer da administração premissas sobre assuntos que eram muito incertos na época em que tais estimativas foram realizadas; e
- Estimativas diferentes que a administração possa ter utilizado para a estimativa contábil no atual período, ou mudanças na estimativa contábil que poderão vir a ocorrer de período a período, e que teriam impacto material em nossa condição financeira, resultado das operações ou fluxo de caixa.

Identificamos as seguintes políticas contábeis como críticas:

**Provisão para devedores duvidosos.** Mantemos provisão para devedores duvidosos em razão de perdas decorrentes da incapacidade de nossos clientes de realizarem pagamentos. A provisão para devedores duvidosos é registrada em um valor considerado suficiente para cobrir quaisquer perdas prováveis na realização de nossas contas a receber e está incluída nas despesas com vendas. Nenhum ajuste é realizado na receita líquida de vendas e serviços. Para estabelecer a provisão para devedores duvidosos, nossa administração avalia constantemente o montante e as características das contas a receber. À medida que ocorrem atrasos significativos e que as possibilidades de recuperação dos respectivos montantes se tornam remotas, é realizada provisão correspondente.

Nós não constituímos provisão caso os créditos em atraso estejam garantidos e apresentem razoáveis perspectivas de recebimento. Constituiremos provisões em exercícios futuros caso as condições financeiras de nossos clientes deteriorem-se, resultando em sua incapacidade de realizar pagamentos. Contudo, como não conseguimos prever com certeza a estabilidade financeira de nossos clientes, não podemos assegurar que nossas provisões permanecerão adequadas. As perdas de crédito efetivas poderão ser maiores que as provisões registradas, o que pode ter um impacto em nossas despesas com vendas. Veja Notas 5 e 31 de nossas demonstrações financeiras consolidadas para detalhes sobre provisões para devedores duvidosos.

**Provisões para perdas de estoque.** Reconhecemos provisões para perdas de estoque, caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da companhia e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade; ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio das equipes industrial e de operações. Para maiores detalhes das provisões para perdas de estoque da Ultrapar. Uma redução significativa no valor líquido realizável inferior aos custos de estoque sobre produtos com um nível mais elevado de produtos obsoletos, de baixa rotatividade ou vencidos pode impactar nossos custos de produtos vendidos e nossas margens operacionais e brutas. Veja Nota 6 de nossas demonstrações financeiras consolidadas para informações adicionais sobre provisões para perdas de estoque.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos.** Reconhecemos créditos e débitos fiscais diferidos sem vencimento, oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas, adições temporárias, reavaliação de ativo imobilizado e principalmente dos efeitos do regime tributário de transição. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que se torne provável que o lucro tributável futuro esteja disponível, contra os quais possam ser utilizados os ativos fiscais diferidos. Periodicamente revisamos nossos ativos fiscais diferidos por meio de recuperabilidade considerando o histórico de lucro tributável, lucro tributável futuro projetado e tempo estimado para reversão de diferenças temporárias existentes. Caso nós, ou uma de nossas subsidiárias, operemos com prejuízo, ou sejamos incapazes de gerar lucros tributáveis futuros, ou se houver alguma mudança significativa nas alíquotas de imposto efetivas ou do período em que tais diferenças se tornem tributáveis ou dedutíveis, nós reduzimos a totalidade ou uma parcela significativa de nossos ativos fiscais diferidos, resultando no aumento de nossa alíquota de tributo efetiva e assim reduzindo nosso lucro líquido. É necessário um alto grau de julgamento de nossa administração para determinar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos. A principal incerteza está relacionada à futura tributação de nossas subsidiárias que geraram tal ativo. Uma mudança em nossas projeções de rentabilidade poderia incorrer na necessidade de reduzir os ativos fiscais diferidos, resultando em um impacto negativo em nossos resultados futuros. Veja Nota 9 de nossas demonstrações financeiras consolidadas para informações adicionais sobre tributos.

**Investimentos.** Uma subsidiária é uma investida em que o investidor tem direito a retornos variáveis sobre o investimento e tem a capacidade de interferir em suas atividades financeiras e operacionais. Geralmente, a participação patrimonial em uma subsidiária é superior a 50%. Veja Nota Explicativa 3.b de nossas demonstrações financeiras consolidadas para informações adicionais sobre nossos investimentos em subsidiárias. Investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados de acordo com o método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas. Uma coligada é um investimento, no qual um investidor tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar das decisões financeiras e operacionais da investida, mas não exerce controle. Uma joint venture é um investimento em que o acionista tem direito a ativos líquidos em nome de um controle conjunto. Controle conjunto é o acordo que estabelece que as decisões sobre atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Veja Nota Explicativa 11 de nossas demonstrações financeiras consolidadas para informações adicionais sobre nossos investimentos.

**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** Somos parte de disputas nas esferas judicial e administrativa incorridas no curso normal de nossos negócios como descrito no "Item 8.A. Informações Financeiras - Demonstrações Consolidadas e Demais Informações Financeiras — Processos Judiciais" e na Nota 20 de nossas demonstrações financeiras consolidadas. Acreditamos que o registro de tais provisões em nossas demonstrações financeiras é adequado. Temos por prática provisionar os valores referentes a ações judiciais cuja probabilidade de que uma obrigação exista seja considerada mais provável que não, na opinião de nossos administradores, baseados em informações disponíveis à companhia, incluindo o parecer de nossos assessores jurídicos externos e internos. Os resultados futuros das operações podem ser afetados por mudanças em nossas premissas, pela eficácia de nossas estratégias de negociação dessas ações, por acontecimentos futuros relativos a essas ações ou por mudanças na forma de abordá-las, tal como mudança na estratégia de negociação dessas ações.

**Imobilizado.** É registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos sobre imobilizado em andamento, bem como custos com manutenção resultantes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (veja Nota Explicativa 19 de nossas demonstrações financeiras consolidadas). A depreciação é calculada utilizando o método linear pelos períodos indicados na Nota 12 às nossas demonstrações financeiras consolidadas, levando-se em conta as vidas úteis dos ativos, que são revisados anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil do bem. As mudanças nas vidas úteis do bem podem impactar nossa depreciação e nosso resultado.

**Intangível.** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela companhia e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide Nota Explicativa 13 de nossas demonstrações financeiras consolidadas):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1º de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa ("UGC") para fins de teste de recuperabilidade;
- Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na Nota Explicativa 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.



A companhia não tem contabilizado ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Nós e nossas subsidiárias possuímos ágio e marcas adquiridos em combinações de negócios, que são classificados como ativos intangíveis com uma vida útil indefinida (veja Nota Explicativa 13 itens i e vi de nossas demonstrações financeiras consolidadas).

As mudanças nas vidas úteis dos intangíveis com vidas úteis definidas podem impactar nossas despesas com vendas e resultados.

**Redução ao valor recuperável de ativos.** A Companhia e suas subsidiárias revisam trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Companhia e suas subsidiárias estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso, a companhia considera, nas projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio por expectativa de rentabilidade futura. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Realizamos anualmente os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura demonstrados na tabela de Nota 13 de nossas demonstrações financeiras consolidadas. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da companhia, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então se considera a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e pelo prazo de três anos para maturidade de novas lojas.

Em 31 de dezembro de 2017, as taxas de desconto e de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções variaram de 9,6% a 12,7% e de 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Para a subsidiária Oxiten Andina, devido ao cenário macroeconômico da Venezuela, a taxa de desconto usada foi de 803,8%.

Nosso teste de recuperação dos saldos de ágios e os ativos líquidos da Companhia e suas subsidiárias não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para 31 de dezembro de 2017. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou redução ao valor recuperável no montante de R\$ 2,1 milhões, sendo R\$ 1,7 milhões de ágio e R\$ 0,4 milhões de outros ativos intangíveis, para a controlada Oxiten Andina. O principal motivo para a perda identificada é a situação política e econômica da Venezuela em 2016. Nosso teste de recuperação dos saldos de ágios e os ativos líquidos da Companhia e suas subsidiárias não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para 31 de dezembro de 2015. Para mais detalhes, veja Nota Explicativa 13(i) das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As mudanças nas premissas significativas e condições econômicas podem impactar o valor em uso dos ativos e pode resultar em perdas por redução ao valor recuperável e impactar nossos resultados.

**Provisões para baixa de ativos – retirada de tanques.** Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente até que o tanque relacionado seja retirado. Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor. Para maiores informações sobre provisão para obrigações de retirada de tanque da Ipiranga, veja Nota 19 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

**Taxa de câmbio utilizada na conversão das demonstrações financeiras da Oxiteo Andina.** Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Companhia utiliza o *Tipo de Cambio Complementario Flotante de Mercado Suplemental*, ou DICOM, na conversão das suas demonstrações financeiras. Em 19 de maio de 2017, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 38 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos: a) DIPRO – *Tipo de Cambio Protegido*: o Bolívar (“VEF”) é negociado à taxa de 9,975 VEF/US\$ para compra e 10,00 VEF/US\$ para venda, e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) e para matérias-primas e insumos associados à produção destes setores, sendo canalizadas através do CENCOEX – *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*; b) DICOM: o Bolívar foi negociado à taxa de 3.345,00 VEF/US\$ para venda e 3.336,64 VEF/US\$ para compra no último leilão de 2017, e é aplicável a todas as operações de liquidação de divisas não previstas expressamente no convênio cambiário, sendo processados através dos mercados alternativos de divisas. As mudanças nas taxas de câmbio, o mercado de moedas na situação política e econômica da Venezuela podem impactar nossos resultados. Para maiores informações vide Nota 2.r das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

**Determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização.** Os bônus são valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide Notas 22 e 31 das nossas demonstrações financeiras. As mudanças nas premissas significativas usadas para mensurar ao valor justo, incluindo os preços das ações da Ultrapar, podem impactar nossos resultados.

**Ativos financeiros.** Nossos instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou incorridos principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo. Os rendimentos auferidos, a variação cambial e as alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos;
- Disponíveis para venda; ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em outros resultados abrangentes na conta de “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada; e
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles em relação aos quais a Companhia pode não recuperar substancialmente a totalidade de seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado. Os saldos são demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Nós e nossas subsidiárias utilizam instrumentos financeiros derivativos para finalidades de proteção (*hedge*), aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilização de cobertura – *hedge* de valor justo: instrumentos financeiros derivativos utilizados para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez considerado eficaz o *hedge* de valor justo, o item coberto é também avaliado por seu valor justo. Os lucros e prejuízos dos instrumentos de *hedge* e dos itens cobertos são reconhecidos no item lucros e prejuízos. A contabilização do *hedge* deve ser interrompida quando o *hedge* se torna ineficiente.
- Contabilização de cobertura (*hedge*) – cobertura de fluxo de caixa: instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger a exposição às variações do fluxo de caixa atribuíveis a um risco associado a um ativo, passivo ou transação altamente provável que possa afetar as demonstrações do resultado. A parte do ganho ou perda no instrumento de *hedge*, que é determinada como eficaz com relação aos efeitos de câmbio, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados como "Ajustes de avaliação", enquanto que a parte ineficaz é reconhecida no resultado. Os ganhos e perdas no instrumento de *hedge* com relação à parte eficaz desse *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados serão reconhecidos no resultado no período no qual o item protegido é reconhecido no resultado ou como custo inicial de ativos não financeiros na mesma rubrica das demonstrações do resultado em que o item protegido é reconhecido. A contabilização de *hedge* será descontinuada quando (i) a Companhia cancelar a relação de cobertura; (ii) o instrumento de *hedge* vencer; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualificar mais para contabilização de *hedge*. Quando a contabilização de *hedge* for descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para lucros e perdas no período no qual o item protegido é reconhecido no resultado. Se a transação protegida for cancelada ou sua ocorrência for improvável, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido serão reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilização de cobertura (*hedge*) – *hedge* de investimentos líquidos em operação no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Companhia. A parte do ganho ou perda no instrumento de *hedge*, que é determinada como eficaz com relação ao efeito cambial, é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados como ajustes acumulados de conversão, enquanto que a parte ineficaz e os custos operacionais são reconhecidos no resultado. O ganho ou perda no instrumento de *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Os bônus de subscrição – indenização foram mensurados com base no preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data das demonstrações financeiras são ajustados pelo dividend yield da Companhia, uma vez que o exercício somente é possível a partir de 2020, não têm direito a dividendos até então. A quantidade de ações dos bônus de subscrição – indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, referente ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Veja Nota 22 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.
- O cálculo do valor justo das notas no mercado externo (vide Nota Explicativa 14.b de nossas demonstrações financeiras consolidadas) baseia-se no preço observado desses títulos em mercado ativo.

O valor justo de outras aplicações financeiras e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para relatório de marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data de referência deste relatório. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Companhia pode utilizar cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As mudanças nas premissas significativas usadas para mensurar o valor justo de ativos e passivos financeiros podem impactar nossos resultados.

Para maiores detalhes sobre os instrumentos financeiros da sociedade, veja as Notas 4, 14 e 31 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

**Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros ao custo amortizado." Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição, e passivos financeiros designados como itens protegidos em uma relação de cobertura de valor justo no momento de seu reconhecimento inicial (ver Nota 2.c – *Hedge* de Valor Justo das nossas demonstrações financeiras consolidadas). Os passivos financeiros ao custo amortizado são registrados pelo valor da transação inicial mais os respectivos encargos, líquidos de amortização e custos de transação. Os encargos são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa de juros efetiva.

Os custos da transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias para a contratação de empréstimos ou para a emissão de obrigações, bem como prêmios e descontos no momento da emissão de debêntures e outras dívidas, são alocados ao instrumento e amortizados no resultado durante seu prazo através do método da taxa de juros efetiva (ver Nota 14.j das nossas demonstrações financeiras consolidadas). As mudanças nas premissas significativas usadas para mensurar o valor justo de ativos e passivos financeiros podem impactar nossos resultados.

**Benefícios pós-emprego.** A Ultrapar e suas subsidiárias reconheceram provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada à gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e plano de assistência médica, odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis. Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida pela administração, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a IAS 19 (Revisada em 2011).

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas

	2017	2016
	% por ano	% por ano
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial .....	9,51	11,46
Taxa média de crescimento salarial projetada.....	8,38	8,90
Taxa de inflação (longo prazo) .....	4,50	5,00
Taxa de crescimento dos serviços médicos.....	8,68	9,20

Hipóteses demográficas

- Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80
- Tábua de Mortalidade dos demais benefícios – AT 2000 Basic desagradada em 10%
- Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983
- Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

Para mais informações sobre nossos benefícios pós-emprego, veja Nota 18.b) das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As mudanças nas premissas atuariais significativas podem impactar nossos resultados.

**Adoção dos pronunciamentos emitidos pela IASB.** A Ultrapar e suas subsidiárias divulgam as informações relevantes, conhecidas ou razoavelmente estimadas dos possíveis impactos na adoção dos IFRS 9 e 15 que estão disponíveis nas demonstrações financeiras, e estão sujeitas a alterações até que o primeiro conjunto completo de demonstrações financeiras com a adoção inicial seja divulgado em 2018. Para maiores detalhes, veja a Nota 2.y das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

#### Padrões e critérios aplicados na preparação das informações

As informações financeiras consolidadas a seguir foram elaboradas de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, que foram elaboradas de acordo com as IFRSs. As informações financeiras da Ultrapar correspondem às informações consolidadas da Companhia. As informações financeiras da Ultragaz, Ipiranga, Oxitenio, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas de maneira individualizada e não refletem a eliminação de transações realizadas entre as sociedades, consequentemente, a soma de informações financeiras individuais de subsidiárias da Ultrapar podem não corresponder às informações financeiras consolidadas da Ultrapar. Veja "Apresentação das Informações Financeiras."

#### **Resultados da operação**

A discussão a seguir sobre os resultados de nossas operações é baseada em informações extraídas de nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, elaboradas em conformidade com as IFRSs, incluídas neste relatório.

#### ***Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.***

A tabela a seguir apresenta um resumo dos resultados de nossas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	% da receita líquida de vendas e serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	% da receita líquida de vendas e serviços	Variação 2017- 2016
			(R\$ milhões)		
Receita líquida das vendas e serviços .....	80.007,4	100%	77.353,0	100%	3%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados .....	(72.735,8)	-91%	(70.342,7)	-91%	3%
<b>Lucro bruto .....</b>	<b>7.271,6</b>	<b>9%</b>	<b>7.010,2</b>	<b>9%</b>	<b>4%</b>
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais .....	(4.461,8)	-6%	(4.097,4)	-5%	9%
Outros resultados operacionais, líquidos.....	59,4	0%	199,0	0%	-70%
Resultado na venda de bens .....	(2,2)	0%	(6,1)	0%	-63%
<b>Lucro operacional .....</b>	<b>2.866,9</b>	<b>4%</b>	<b>3.105,7</b>	<b>4%</b>	<b>-8%</b>
Resultados financeiros .....	(474,3)	-1%	(842,6)	-1%	-44%
Imposto de renda e contribuição social .....	(839,4)	-1%	(700,0)	-1%	20%
Equivalência patrimonial .....	20,7	0%	7,5	0%	176%
<b>Lucro líquido .....</b>	<b>1.573,9</b>	<b>2%</b>	<b>1.570,6</b>	<b>2%</b>	<b>0%</b>
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar .....	1.574,3	2%	1.561,6	2%	1%
Acionistas não controladores de controladas .....	(0,4)	0%	9,0	0%	-105%

A tabela a seguir apresenta o EBITDA e a depreciação e amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	% da receita líquida de vendas e serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	% da receita líquida de vendas e serviços	Variação 2017- 2016
			(R\$ milhões)		
<b>EBITDA <sup>(1)</sup> .....</b>	<b>4.063,5</b>	<b>5%</b>	<b>4.216,7</b>	<b>5%</b>	<b>-4%</b>
Depreciação e amortização .....	1.176,0	1%	1.103,5	1%	7%

<sup>(1)</sup> Veja a nota de rodapé 4 no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados" para uma definição completa de EBITDA e informações sobre sua reconciliação em nossas demonstrações financeiras

**Receita líquida de vendas e serviços.** A receita líquida por vendas e serviços da Ultrapar aumentou em 3%, de \$ 77.353,0 milhões em 2016 para R\$ 80.007,4 milhões em 2017. A receita líquida das vendas e serviços da Ultrapar incluem, de modo geral, receitas de vendas de combustível e gás pela Ipiranga e Ultragaz, respectivamente, vendas de produtos farmacêuticos pela Extrafarma, vendas de especialidades químicas pela Oxiteno e serviços de armazenagem para grânéis líquidos oferecidos pela Ultracargo, deduzidos dos impostos sobre as vendas como ICMS, PIS e COFINS e dos descontos e devoluções das vendas.

A tabela a seguir apresenta a variação na receita líquida de vendas e serviços em cada um dos nossos negócios:

	2016	2017	Variação 2017-2016
	(R\$ milhões)		
Ipiranga .....	66.407,3	67.730,9	2%
Oxiteno .....	3.700,7	3.957,6	7%
Ultragaz.....	5.365,5	6.069,3	13%
Ultracargo .....	355,4	438,4	23%
Extrafarma .....	1.578,2	1.869,5	18%

A receita líquida de vendas da Ipiranga aumentou em 2%, de R\$ 66.407,3 milhões em 2016 para R\$ 67.730,9 milhões em 2017, principalmente devido (i) ao aumento nos custos do diesel e da gasolina, que passaram a ser ajustados com maior periodicidade, visando seguir preços de referência internacionais em 2017 (veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — O papel do Governo Brasileiro"), (ii) do aumento dos tributos (PIS/Cofins) sobre combustíveis em junho de 2017 (veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — O papel do Governo Brasileiro"), (iii) da maior participação da gasolina na composição de vendas em 2017, que passou de 36,1% em 2016 para 37,5% em 2017, e (iv) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. O volume de vendas da Ipiranga se manteve praticamente estável em comparação com o total vendido em 2016, passando de 23.507 mil metros cúbicos em 2016 para 23.458 mil metros cúbicos em 2017. O volume de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) vendido pela Ipiranga apresentou crescimento de 1%, influenciado pelo crescimento da frota (+1%). Acompanhando o desempenho da economia e, apesar do crescimento no segundo semestre de 2017, o volume do diesel encerrou o ano com redução de 2%.

A receita líquida da Oxiteno apresentou crescimento de 7%, de R\$ 3.700,7 milhões em 2016 para R\$ 3.957,6 milhões em 2017, principalmente em função do maior volume de vendas. Por outro lado, a cotação média do Real, 9% mais valorizada (de R\$3,49/US\$1,00 em 2016 para R\$3,19/US\$1,00 em 2017), atenuou, em parte, esses efeitos, devido ao fato de que as vendas da Oxiteno são altamente influenciadas pela taxa de câmbio, com a depreciação efetivamente crescente da receita líquida da Oxiteno em Reais. Em 2017 a Oxiteno registrou crescimento de 7% no volume vendido, de 738 mil toneladas em 2016 para 790 mil toneladas em 2017, principalmente devido às expansões de 16% e 5% nos volumes de commodities e especialidades químicas, respectivamente, devido ao volume vendido em pré marketing para os Estados Unidos por conta da nova planta de Pasadena, além do crescimento no mercado interno superior ao observado na retomada da atividade econômica brasileira.

A receita líquida da Ultragaz cresceu 13% em 2017, de R\$ 5.365,5 milhões em 2016 para R\$ 6.069,3 milhões em 2017, principalmente em função (i) dos aumentos do custo do GLP envasado e granel nas refinarias, que passaram a ser reajustados de acordo com preços de referência internacionais em 2017 (veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — O papel do Governo Brasileiro"), e (ii) da estratégia de diferenciação e inovação. A queda na participação do granel na composição de vendas atenuou, parcialmente, o crescimento observado na receita. O volume total vendido da Ultragaz apresentou redução de 1%, de 1.760 mil toneladas em 2016 para 1.746 mil toneladas em 2017. Apesar da estabilidade no segmento envasado, fruto dos investimentos para adição de novas revendas, o segmento granel apresentou redução de 3%, explicada, principalmente, pela perda de alguns clientes para o gás natural e pela redução programada na demanda de um cliente industrial.

A receita líquida cresceu 23% em 2017, de R\$ 355,4 milhões em 2016 para R\$ 438,4 milhões em 2017, devido ao aumento na armazenagem média com maior movimentação de combustíveis, à maior produtividade da Ultracargo e à retomada das atividades, em junho de 2017, de 67,5 mil dos 151,5 mil metros cúbicos de capacidade que estavam paralisados desde o incidente em Santos em abril de 2015. A armazenagem média total da Ultracargo apresentou aumento de 8%, em decorrência, sobretudo, da maior movimentação de combustíveis nos terminais de Santos, Suape e Itaquí, refletindo a retomada parcial, em 2017, das atividades em Santos e o crescimento da demanda por movimentação de combustíveis nos portos brasileiros.

A receita líquida de vendas da Extrafarma aumentou em 18%, de R\$ 1.578,2 milhões em 2016 para R\$ 1.869,5 milhões em 2017, devido a um crescimento nas vendas de varejo, fruto do maior número médio de lojas e ao *same store sales* 10% maior. O crescimento foi parcialmente compensado pela queda de 17% no faturamento de telefonia e pela redução da receita no segmento de atacado. A Extrafarma abriu 100 novas lojas e fechou 21 em 2017, registrando expansão de 25% da rede e adição líquida de 79 lojas.

**Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.** O custo dos produtos vendidos e serviços prestados pela Ultrapar aumentou em 2%, de R\$ 70.342,7 milhões em 2016 para R\$ 72.735,8 milhões em 2017. Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar estão relacionados à aquisição de mercadorias para revenda, que incluem diesel, gasolina e etanol para a Ipiranga, GLP para a Ultragaz e produtos farmacêuticos para a Extrafarma, e matérias-primas, principalmente o eteno para a Oxiten, e à depreciação e amortização.

A tabela a seguir apresenta a variação no custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados em cada um dos nossos segmentos:

	2016	2017	Variação 2017-2016
	(R\$ milhões)		
Ipiranga .....	61.877,4	63.003,0	2%
Oxiten .....	2.781,7	3.199,5	15%
Ultragaz.....	4.467,2	5.095,6	14%
Ultracargo .....	199,0	218,5	10%
Extrafarma .....	1.071,9	1.277,6	19%

O custo dos produtos vendidos da Ipiranga aumentou 2%, de R\$ 61.877,4 milhões em 2016 para R\$ 63.003,0 milhões em 2017, devido principalmente em função das movimentações nos custos do diesel e da gasolina, que passaram a ser ajustados com maior periodicidade, visando seguir preços de referência internacionais em 2017 e do aumento dos tributos (PIS/Cofins) sobre a gasolina, o etanol e o diesel a partir de junho de 2017.

O custo dos produtos vendidos da Oxiten aumentou 15% em comparação com 2016, de R\$ 2.781,7 milhões em 2016 para R\$ 3.199,5 milhões em 2017, devido principalmente (i) ao maior volume de vendas, (ii) aos custos relacionados à parada prolongada da planta Oleoquímica por problemas técnicos na repartida da planta, e (iii) a maiores custos pré-operacionais (principalmente custo com pessoal, manutenção e impostos sobre a propriedade) na nova planta de Pasadena, efeitos que foram atenuados pelo Real 9% mais valorizado.

O custo dos produtos vendidos da Ultragaz aumentou em 14%, de R\$ 4.467,2 milhões em 2016 para R\$ 5.095,6 milhões em 2017, principalmente devido aumentos do custo do GLP envasado e granel nas refinarias, que passaram a ser reajustados de acordo com preços de referência internacionais em 2017.

O custo dos serviços vendidos da Ultracargo aumentou 10%, de R\$ 199,0 milhões em 2016 para R\$ 218,5 milhões em 2017, devido ao aumento nos custos com pessoal e com materiais, que acompanharam o maior volume armazenado.

O custo dos produtos vendidos pela Extrafarma aumentou 19%, de R\$ 1.071,9 milhões em 2016 para R\$ 1.277,6 milhões em 2017, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED) em 3%.

**Lucro bruto.** Pelos motivos descritos acima, o lucro bruto da Ultrapar cresceu 4%, passando de R\$ 7.010,2 milhões em 2016 para R\$ 7.271,6 milhões em 2017, em função do aumento do lucro bruto na Ipiranga, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma. O lucro bruto da Ipiranga cresceu 4%, passando de R\$ 4.529,9 milhões em 2016 para R\$ 4.727,9 milhões em 2017. O lucro bruto da Oxiten diminuiu 18%, passando de R\$ 919,0 milhões em 2016 para R\$ 758,1 milhões em 2017. O lucro bruto da Ultragaz cresceu 8%, passando de R\$ 898,3 milhões em 2016 para R\$ 973,8 milhões em 2017. O lucro bruto da Ultracargo cresceu 41%, passando de R\$ 156,4 milhões em 2016 para R\$ 219,9 milhões em 2017. O lucro bruto da Extrafarma cresceu 17%, passando de R\$ 506,3 milhões em 2016 para R\$ 591,9 milhões em 2017.

**Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais.** As despesas de vendas, gerais e administrativas ("SG&A") da Ultrapar incluem, de modo geral, despesas com pessoal, entregas, fretes, marketing, depreciações e amortizações. As despesas SG&A da Ultrapar aumentaram em 9%, de R\$ 4.097,4 milhões em 2016 para R\$ 4.461,8 milhões em 2017.

A tabela a seguir apresenta a variação nas despesas gerais, administrativas e de vendas em cada um dos nossos segmentos:

	2016	2017	Variação 2017-2016
	(R\$ milhões)		
Ipiranga .....	2.257,6	2.431,3	8%
Oxiten .....	616,4	668,0	8%
Ultragaz.....	615,5	630,6	2%
Ultracargo .....	99,7	112,8	13%
Extrafarma .....	511,1	622,7	22%

As despesas SG&A da Ipiranga aumentaram em 8% em 2017, de R\$ 2.257,6 milhões em 2016 para R\$ 2.431,3 milhões em 2017, devido (i) ao aumento do frete unitário, (ii) a maiores despesas com projetos e iniciativas estratégicas, principalmente relacionadas à associação com a Chevron em lubrificantes e (iii) custos relacionados à ampliação da rede de postos e franquias.

As despesas SG&A da Oxitenno aumentaram 8% em 2017, de R\$ 616,4 milhões em 2016 para R\$ 668,0 milhões em 2017, principalmente em função das maiores despesas com fretes, em decorrência do maior volume vendido, e de despesas pré-operacionais operacionais (principalmente despesas com pessoal, *marketing* e estudos e projetos) em preparação para o início de operação da nova planta de Pasadena.

As despesas SG&A da Ultragaz aumentaram 2% em 2017, de R\$ 615,5 milhões em 2016 para R\$ 630,6 milhões em 2017, devido aos efeitos do índice de inflação de 2,9% (medido pelo IPCA) sobre as despesas, parcialmente compensado por iniciativas para redução de despesas.

As despesas SG&A da Ultracargo aumentaram 13% em 2017, de R\$ 99,7 milhões em 2016 para R\$ 112,8 milhões em 2017, aumento liderado por (i) despesas com pessoal dado o maior quadro físico, reajustes anuais e maior remuneração variável, em linha com a progressão dos resultados operacionais, e (ii) maiores gastos com consultorias e assessoria jurídica.

As despesas SG&A da Extrafarma aumentaram 22% em 2017, de R\$ 511,1 milhões em 2016 para R\$ 622,7 milhões em 2017, principalmente devido em decorrência do número médio de lojas 23% maior e R\$ 6 milhões em despesas com a transferência do centro de distribuição de Belém para Benevides, e despesas com demissões no primeiro trimestre de 2017, parcialmente compensadas por iniciativas de ganho de produtividade.

**Outros resultados operacionais, líquidos.** Outros resultados operacionais, líquidos apresentaram redução de uma receita líquida de R\$ 199,0 milhões registrada em 2016 para uma receita, líquida de despesas, em outros resultados operacionais de R\$ 59,4 milhões em 2017, principalmente em função (i) dos efeitos residuais do incêndio ocorrido em abril de 2015 em terminal no Porto de Santos, com impacto positivo de R\$ 68 milhões em 2016, principalmente relativos à recuperação de seguros, e negativo de R\$ 39 milhões em 2017, resultado de despesas relacionadas ao incidente; e (ii) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática celebrado pela Ultragaz junto ao CADE em novembro de 2017, o que gerou uma despesa de R\$ 84 milhões.

**Resultado na venda de bens.** O resultado da venda de bens da Ultrapar compreende essencialmente a venda de imóveis na Ipiranga em ambos os anos, e aumentou passando despesa líquida de R\$ 6,1 milhões em 2016 para uma despesa líquida de R\$ 2,2 milhões em 2017, ou um aumento de 63%.

**Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e participação no resultado de associadas e joint ventures.** Pelos motivos descritos acima, o lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e participação no resultado de associadas e *joint ventures* da Ultrapar diminuiu 8%, passando de R\$ 3.105,7 milhões em 2016 para R\$ 2.866,9 milhões em 2017, como resultado do menor lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e participação no resultado de associadas e *joint ventures* na Oxitenno, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma. O lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e participação no resultado de associadas e *joint ventures* da Ipiranga cresceu 1%, passando de R\$ 2.383,6 milhões em 2016 para R\$ 2.418,5 milhões em 2017. O lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e participação no resultado de associadas e *joint ventures* da Oxitenno diminuiu 54%, passando de R\$ 308,2 milhões em 2016 para R\$ 140,3 milhões em 2017. O lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e participação no resultado de associadas e *joint ventures* da Ultragaz diminuiu 7%, passando de R\$ 288,4 milhões em 2016 para R\$ 269,1 milhões em 2017. O lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e participação no resultado de associadas e *joint ventures* da Ultracargo diminuiu 41%, de R\$ 127,9 milhões em 2016 para R\$ 74,9 milhões em 2017. O lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e participação no resultado de associadas e *joint ventures* da Extrafarma diminuiu 561%, de prejuízo operacional de R\$ 5,6 milhões em 2016 para prejuízo operacional de R\$ 36,9 milhões em 2017.

**Despesas financeiras líquidas.** As despesas financeiras líquidas incluem despesas e receitas de juros sobre aplicações financeiras e financiamentos e variações cambiais. As despesas financeiras líquidas da Ultrapar diminuíram 44%, de R\$ 842,6 milhões em 2016 para R\$ 474,3 milhões em 2017, principalmente devido (i) ao CDI mais baixo no período (9,9% em 2017 em relação a 14,0% em 2016) e (ii) às flutuações cambiais da moeda no período, parcialmente compensadas por um aumento da dívida líquida (de R\$ 5.715,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 7.220,7 milhões em 31 de dezembro de 2017). A dívida líquida da Ultrapar era de 1,78x o EBITDA em 31 de dezembro de 2017, em relação a 1,36x o EBITDA em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta da Ultrapar era de R\$ 13.590,6 milhões e a dívida líquida era de R\$ 7.220,7 milhões, em comparação à dívida bruta de R\$ 11.417,1 milhões e a dívida líquida era de R\$ 5.715,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Veja a Nota 8 no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Consolidados Seleccionados" para uma discussão mais detalhada sobre a dívida líquida e sua reconciliação para informações em nossas demonstrações financeiras, bem como as Notas 4, 14 e 31 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.



**Imposto de renda e contribuição social.** As despesas com imposto de renda e contribuição social da Ultrapar, líquidas de benefícios por isenção fiscal, aumentaram em 20%, passando de R\$ 700,0 milhões em 2016 para R\$ 839,4 milhões em 2017.

**Lucro líquido do exercício.** O lucro líquido da Ultrapar de 2017 atingiu R\$ 1.573,9 milhões, com estabilidade em comparação com R\$ 1.570,6 milhões em 2016, devido as menores despesas financeiras no período, parcialmente compensadas pela diminuição do lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras e participação no resultado de associadas e *joint ventures* entre os períodos e maiores despesas com amortização e depreciação, como resultado de investimentos realizados durante o período, conforme descrito acima.

**EBITDA.** O EBITDA da Ultrapar diminuiu 4%, passando de R\$ 4.216,7 milhões em 2016 para R\$ 4.063,5 milhões em 2017, em função da redução do EBITDA da Oxiten, Ultracargo e Extrafarma.

A reconciliação do EBITDA a partir do lucro líquido é apresentada abaixo:

R\$ milhões	2017	2016	2015
<b>Lucro líquido para o exercício</b>	<b>1.573,9</b>	<b>1.570,6</b>	<b>1.513,0</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social .....	839,4	700,0	734,3
(+) Despesas financeiras líquidas .....	474,3	842,6	703,3
(+) Depreciação e amortização .....	1.176,0	1.103,5	1.002,6
<b>EBITDA <sup>(1)</sup> .....</b>	<b>4.063,5</b>	<b>4.216,7</b>	<b>3.953,3</b>

<sup>(1)</sup> Veja a nota de rodapé 4 no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Selecionados" para uma definição mais completa de EBITDA e sua reconciliação a informações em nossas demonstrações financeiras."

A tabela a seguir apresenta a variação no EBITDA em cada um dos nossos segmentos:

	2016	2017	Variação 2017-2016
	(R\$ milhões)		
Ipiranga <sup>(1)</sup> .....	3.080,5	3.136,5	2%
Oxiten .....	458,9	294,8	-36%
Ultraz .....	446,6	453,2	1%
Ultracargo .....	171,2	124,1	-28%
Extrafarma .....	37,1	24,0	-35%

<sup>(1)</sup> EBITDA não inclui perdas relacionadas à ConectCar no valor R\$ 21,0 milhões e R\$ 24,4 milhões em 2017 e 2016, respectivamente.

A Ipiranga apresentou um EBITDA de R\$ 3.136,5 milhões em 2017, um aumento de 2% em comparação a 2016, em linha com o crescimento da receita, principalmente devido (i) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto e (ii) à melhor composição de vendas, com maior participação de gasolina no *mix* de produtos (de 36,1% em 2016 para 37,5% em 2017).

A Oxiten apresentou um EBITDA de R\$ 294,8 milhões, uma redução de 36% em comparação a 2016, principalmente A queda se deve principalmente em função (i) da apreciação de R\$ 0,30/US\$ na cotação média do Real em 2017, (ii) da maior volatilidade de preços em certas matérias-primas, (iii) da parada prolongada da planta Oleoquímica e (iv) de custos e despesas pré-operacionais relacionadas à nova planta em Pasadena.

O EBITDA da Ultraz totalizou R\$ 453,2 milhões, um crescimento de 1% em relação a 2016, fruto (i) de iniciativas para redução de custos e despesas; (ii) de iniciativas comerciais para captura de novos clientes e vendas, e (iii) da estratégia de diferenciação e inovação. Excluindo o efeito com a contingência de R\$ 84 milhões em 2017 mencionada acima, o EBITDA da Ultraz teria crescido 20%.

O EBITDA da Ultracargo totalizou R\$ 124,1 milhões em 2017, uma redução de 28% em comparação com 2016, devido a recuperações de seguro em 2016 que não tiveram efeito em 2017, parcialmente compensada por uma maior movimentação. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Ultracargo — Incêndio em Santos."

A Extrafarma apresentou um EBITDA de R\$ 24,0 milhões, uma redução de 35% em comparação a 2016, em função do maior número de lojas ainda em maturação, que passou de 45% da rede em 2016 para 55% em 2017, de R\$ 11 milhões em despesas com a transferência do CD para Benevides. A queda foi atenuada por iniciativas estratégicas e comerciais visando a redução de custos e aumento da eficiência.

Para uma reconciliação do EBITDA da Ultrapar e do EBITDA da Ipiranga, Oxiteno, Ultragaz e Extrafarma com as informações nas nossas demonstrações financeiras, veja nota de rodapé 4 no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados."

**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.**

A tabela a seguir apresenta um resumo dos resultados de nossas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	% da receita líquida de vendas e serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	% da receita líquida de vendas e serviços ices	Variação 2016- 2015
			(R\$ milhões)		
Receita líquida das vendas e serviços .....	77.353,0	100%	75.655,3	100%	2%
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados .....	(70.342,7)	-91%	(68.933,7)	-91%	2%
<b>Lucro bruto</b> .....	<b>7.010,2</b>	<b>9%</b>	<b>6.721,6</b>	<b>9%</b>	<b>4%</b>
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais .....	(4.097,4)	-5%	(3.837,9)	-5%	7%
Outros resultados operacionais, líquidos .....	199,0	0%	50,6	0%	293%
Resultado na venda de bens .....	(6,1)	0%	27,3	0%	-122%
<b>Lucro operacional</b> .....	<b>3.105,7</b>	<b>4%</b>	<b>2.961,5</b>	<b>4%</b>	<b>5%</b>
Resultados financeiros .....	(842,6)	-1%	(703,3)	-1%	20%
Imposto de renda e contribuição social .....	(700,0)	-1%	(734,3)	-1%	-5%
Equivalência patrimonial .....	7,5	0%	(10,9)	0%	-169%
<b>Lucro líquido</b> .....	<b>1.570,6</b>	<b>2%</b>	<b>1.513,0</b>	<b>2%</b>	<b>4%</b>
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar .....	1.561,6	2%	1.503,5	2%	4%
Acionistas não controladores de controladas .....	9,0	0%	9,5	0%	-5%

A tabela a seguir apresenta o EBITDA e a depreciação e amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	% da receita líquida de vendas e serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	% da receita líquida de vendas e serviços	Variação 2016- 2015
			(R\$ milhões)		
<b>EBITDA</b> <sup>(1)</sup> .....	<b>4.216,7</b>	<b>5%</b>	<b>3.953,3</b>	<b>5%</b>	<b>7%</b>
Depreciação e amortização .....	1.103,5	1%	1.002,6	1%	10%

<sup>(1)</sup> Veja a nota de rodapé 4 no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados" para uma definição completa de EBITDA e informações sobre sua reconciliação em nossas demonstrações financeiras

**Receita líquida de vendas e serviços.** A receita líquida por vendas e serviços da Ultrapar aumentou em 2%, de R\$ 75.655,3 milhões em 2015 para R\$ 77.353,0 milhões em 2016. A receita líquida das vendas e serviços da Ultrapar incluem, de modo geral, receitas de vendas de combustível e gás pela Ipiranga e Ultragaz, respectivamente, vendas de produtos farmacêuticos pela Extrafarma, vendas de especialidades químicas pela Oxiteno e serviços de armazenagem para grânéis líquidos oferecidos pela Ultracargo, deduzidos dos impostos sobre as vendas como ICMS, PIS e COFINS e dos descontos e devoluções das vendas.

A tabela a seguir apresenta a variação na receita líquida de vendas e serviços em cada um dos nossos negócios:

	2015	2016	Varição 2016-2015
	(R\$ milhões)		
Ipiranga .....	65.349,8	66.407,3	2%
Oxitenio .....	4.082,5	3.700,7	-9%
Ultragaz.....	4.621,2	5.365,5	16%
Ultracargo .....	315,5	355,4	13%
Extrafarma .....	1.336,3	1.578,2	18%

A receita líquida de vendas da Ipiranga aumentou em 2%, de R\$ 65.349,8 milhões em 2015 para R\$ 66.407,3 milhões em 2016, principalmente devido (i) ao aumento nos preços nas refinarias do diesel e da gasolina de 4,0% e 6,0%, respectivamente, cobrados pela Petrobras em outubro de 2015, com reflexo no preço do etanol, (ii) à maior participação da gasolina na composição de vendas geral em 2016, de 33% em 2015 para 36% em 2016, e (iii) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade dos clientes, apesar do menor volume de vendas. O volume de vendas da Ipiranga em 2016 diminuiu em 9%, passando de 25.725 mil metros cúbicos em 2015 para 23.507 mil metros cúbicos em 2016. Em 2016, o volume de vendas de gasolina, etanol e gás natural veicular (ciclo Otto) apresentou uma redução de 9%, apesar do crescimento real de 2% da frota de veículos leves, reflexo da conjuntura econômica, piora dos níveis de emprego e deterioração na relação entre preço de combustível e renda da população. Em 2016, o volume total de diesel também caiu 9%, acompanhando o fraco desempenho da economia.

A receita líquida das vendas da Oxitenio diminuiu em 9%, de R\$ 4.082,5 milhões em 2015 para R\$ 3.700,7 milhões em 2016, substancialmente em função do preço médio 15% menores em dólares, como consequência dos menores preços internacionais das *commodities* e de uma maior participação desses produtos no mix de vendas. A redução da receita líquida da Oxitenio foi parcialmente compensada por um aumento de 5% na taxa de câmbio média (de R\$ 3,33/US\$ 1,00 em 2015 para R\$ 3,49/US\$ 1,00 em 2016), devido ao fato de que as vendas da Oxitenio são altamente influenciadas pela taxa de câmbio, com a depreciação efetivamente crescente da receita líquida da Oxitenio em Reais e um aumento de 2% no volume de vendas. O volume de vendas da Oxitenio foi 2% maior em 2016, passando de 725 mil toneladas em 2015 para 738 mil toneladas em 2016, como resultado de um crescimento de 17% nas *commodities*, como uma estratégia de aumentar a eficiência no uso da capacidade e diluição de custos das plantas, para compensar a queda de 1% no volume de vendas de especialidades químicas, um reflexo da fraca atividade econômica no Brasil.

A receita líquida das vendas da Ultragaz aumentou em 16%, de R\$ 4.621,2 milhões em 2015 para R\$ 5.365,5 milhões em 2016, principalmente devido (i) ao aumento nos custos de GLP para uso no segmento envasado e granel pela Petrobras de 15,0% e 11,0%, respectivamente, em setembro de 2015, 4,0% no segmento granel em dezembro de 2015 e 12,0% no segmento granel em dezembro de 2016, (ii) ao maior volume de vendas conforme detalhado abaixo, (iii) à adoção de estratégias de diferenciação e inovação, e (iv) à maior participação do segmento granel na composição do mix de vendas total, de 31% em 2015 para 32% em 2016. O volume de vendas da Ultragaz aumentou em 4%, passando de 1.697 mil toneladas em 2015 para 1.760 mil toneladas em 2016, com um crescimento de 3% no segmento GLP envasado, resultado de iniciativas comerciais para adição de novas revendas, e um crescimento de 6% no segmento granel, devido a investimentos na captação de novos clientes, apesar dos efeitos da desaceleração da economia.

A receita líquida de serviços da Ultracargo aumentou em 13%, de R\$ 315,5 milhões em 2015 para R\$ 355,4 milhões em 2016, principalmente devido ao aumento da armazenagem média e tarifas médias superiores nos terminais. A armazenagem média apresentou um aumento de 3% em 2016, principalmente devido à maior movimentação de combustíveis nos terminais de Suape e Aratu, parcialmente compensada pela interrupção parcial das atividades no terminal da Ultracargo em Santos em 2015 devido ao incêndio ocorrido em abril daquele ano.

A receita líquida de vendas da Extrafarma aumentou em 18%, de R\$ 1.336,3 milhões em 2015 para R\$ 1.578,2 milhões em 2016, devido a um crescimento nas vendas de varejo excluindo as vendas de celulares, reflexo do maior número médio de lojas. O *same store sales* excluindo as vendas de celulares (vendas em lojas que estão em operação há mais de 12 meses) aumentou 20% em 2016, parcialmente compensado pelo fraco desempenho da economia, que resultou em uma queda de 30% nas vendas de telefonia em 2016. A Extrafarma encerrou o ano com um crescimento de 24% (correspondendo a uma adição de 61 lojas) em relação a 2015, comparado a um crescimento de 8% da ABRAFARMA.

**Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados.** O custo dos produtos vendidos e serviços prestados pela Ultrapar aumentou em 2%, de R\$ 68.933,7 milhões em 2015 para R\$ 70.342,7 milhões em 2016. Os principais custos dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar estão relacionados à aquisição de mercadorias para revenda, que incluem diesel, gasolina e etanol para a Ipiranga, GLP para a Ultragaz e produtos farmacêuticos para a Extrafarma, e matérias-primas, principalmente o eteno para a Oxitenio, e à depreciação e amortização.

A tabela a seguir apresenta a variação no custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados em cada um dos nossos segmentos:

	2015	2016	Variação 2016-2015
	(R\$ milhões)		
Ipiranga .....	61.236,8	61.877,4	1%
Oxitenio .....	2.809,8	2.781,7	-1%
Ultragaz.....	3.884,6	4.467,2	15%
Ultracargo .....	151,9	199,0	31%
Extrafarma .....	900,9	1.071,9	19%

O custo dos produtos vendidos da Ipiranga aumentou 1%, de R\$ 61.236,8 milhões em 2015 para R\$ 61.877,4 milhões em 2016, devido aos aumentos nos custos do diesel e da gasolina de 4,0% e 6,0%, respectivamente, pela Petrobras em outubro de 2015 e consequentemente maiores custos do etanol, parcialmente compensado pelo menor volume de vendas e importação de combustíveis.

O custo dos produtos vendidos da Oxitenio diminuiu 1% em comparação com 2015, de R\$ 2.809,8 milhões em 2015 para R\$ 2.781,7 milhões em 2016, devido aos menores custos com pessoal, compensado por (i) maior volume de vendas, (ii) uma desvalorização de 5% do real, o que aumentou os custos da Oxitenio em dólares ou vinculados ao dólar dos EUA, particularmente custos variáveis associados às matérias-primas, como o eteno, e (iii) maiores preços de certas matérias-primas, preços internacionais do óleo de palmiste cresceram em 45% ano contra ano.

O custo dos produtos vendidos da Ultragaz aumentou em 15%, de R\$ 3.884,6 milhões em 2015 para R\$ 4.467,2 milhões em 2016, principalmente devido (i) ao aumento nos custos de GLP para uso no segmento envasado e granel pela Petrobras de 15,0% e 11,0%, respectivamente, em setembro de 2015, 4,0% no segmento granel em dezembro de 2015 e 12,0% no segmento granel em dezembro de 2016, (ii) ao maior volume de vendas, e (iii) ao aumento no custo unitário com fretes, devido ao aumento nas retiradas de produtos em rotas mais distantes.

O custo dos serviços vendidos da Ultracargo aumentou 31%, de R\$ 151,9 milhões em 2015 para R\$ 199,0 milhões em 2016, devido ao aumento nos custos com pessoal, manutenção, seguro e despesas de aluguel nos terminais da Ultracargo.

O custo dos produtos vendidos pela Extrafarma aumentou 19%, de R\$ 900,9 milhões em 2015 para R\$ 1.071,9 milhões em 2016, devido ao aumento no volume de vendas e ao reajuste anual de preços nos medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) de 12%.

**Lucro bruto.** Pelos motivos descritos acima, o lucro bruto da Ultrapar cresceu 4%, passando de R\$ 6.721,6 milhões em 2015 para R\$ 7.010,2 milhões em 2016, em função do aumento do lucro bruto na Ipiranga, Ultragaz e Extrafarma. O lucro bruto da Ipiranga cresceu 10%, passando de R\$ 4.113,0 milhões em 2015 para R\$ 4.529,9 milhões em 2016. O lucro bruto da Oxitenio diminuiu 28%, passando de R\$ 1.272,7 milhões em 2015 para R\$ 919,0 milhões em 2016. O lucro bruto da Ultragaz cresceu 22%, passando de R\$ 736,7 milhões em 2015 para R\$ 898,3 milhões em 2016. O lucro bruto da Ultracargo diminuiu 4%, passando de R\$ 163,6 milhões em 2015 para R\$ 156,4 milhões em 2016. O lucro bruto da Extrafarma cresceu 16%, passando de R\$ 435,3 milhões em 2015 para R\$ 506,3 milhões em 2016.

**Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais.** As despesas de vendas, gerais e administrativas (“SG&A”) da Ultrapar incluem, de modo geral, despesas com pessoal, entregas, fretes, marketing, depreciações e amortizações. As despesas SG&A da Ultrapar aumentaram em 7%, de R\$ 3.837,9 milhões em 2015 para R\$ 4.097,4 milhões em 2016.

A tabela a seguir apresenta a variação nas despesas gerais, administrativas e de vendas em cada um dos nossos segmentos:

	2015	2016	Variação 2016-2015
	(R\$ milhões)		
Ipiranga .....	2.087,2	2.257,6	8%
Oxitenio .....	690,8	616,4	-11%
Ultragaz.....	525,4	615,5	17%
Ultracargo .....	100,6	99,7	-1%
Extrafarma .....	427,5	511,1	20%

As despesas SG&A da Ipiranga aumentaram em 8% em 2016, de R\$ 2.087,2 milhões em 2015 para R\$ 2.257,6 milhões em 2016, devido (i) a maiores despesas com estudos e projetos de expansão e inovação, (ii) à expansão da rede de postos e franquias e

(iii) aos efeitos de uma inflação de 6,3% (medida pelo IPCA) em 2016, parcialmente compensados pela redução de despesas com frete sobre o menor volume de vendas da Ipiranga.

As despesas SG&A da Oxiteno diminuíram 11% em 2016, de R\$ 690,8 milhões em 2015 para R\$ 616,4 milhões em 2016, principalmente devido à redução nas despesas com pessoal, em função de uma remuneração variável mais baixa, compensadas pela depreciação da taxa de câmbio média sobre as despesas das unidades internacionais e logística, e pelo maior volume de vendas.

As despesas SG&A da Ultragaz aumentaram 17% em 2016, de R\$ 525,4 milhões em 2015 para R\$ 615,5 milhões em 2016, devido a (i) maiores despesas com estudos e projetos de expansão e inovação, (ii) maiores despesas com sistemas e suporte para iniciativas comerciais, e (iii) maiores gastos com publicidade e marketing, destacando os principais aspectos da atual estratégia focada nos serviços e conveniência aos consumidores.

As despesas SG&A da Ultracargo diminuíram 1% em 2016, de R\$ 100,6 milhões em 2015 para R\$ 99,7 milhões em 2016, principalmente devido às menores despesas com seguro e aluguel, parcialmente compensadas por maiores despesas com pessoal.

As despesas SG&A da Extrafarma aumentaram 20% em 2016, de R\$ 427,5 milhões em 2015 para R\$ 511,1 milhões em 2016. O aumento reflete um aumento de 18% no número médio de lojas, os efeitos de uma inflação de 6,3% (medida pelo IPCA) sobre as despesas com pessoal e gastos com o lançamento da nova marca, parcialmente compensados por ações implementadas para elevação do padrão de gestão de varejo farmacêutico.

**Outros resultados operacionais, líquidos.** Os outros resultados operacionais líquidos são compostos principalmente pelas tarifas de propaganda dos fornecedores da Ipiranga. Os outros resultados operacionais líquidos da Ultrapar tiveram um aumento de R\$ 50,6 milhões em 2015 para R\$ 199,0 milhões em 2016, devido (i) aos efeitos do incêndio ocorrido em abril de 2015 no terminal de Santos da Ultracargo com um impacto positivo de R\$ 68 milhões em 2016, relacionados principalmente a recuperações de seguros, em comparação com uma despesa de R\$ 92 milhões em 2015, e (ii) ao recebimento de receitas devido à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência na Ipiranga, parcialmente compensado pelo reconhecimento em 2015 de receita não recorrente de R\$ 30 milhões referentes ao ajuste em capital de giro e endividamento líquido em função da aquisição da Extrafarma e de um processo referente ao uso de marca registrada decidido em favor da Ultrapar.

**Resultado na venda de bens.** O resultado da venda de bens da Ultrapar compreende essencialmente a venda de imóveis na Ipiranga em ambos os anos, e diminuiu passando de receita líquida de R\$ 27,3 milhões em 2015 para uma despesa líquida de R\$ 6,1 milhões em 2016, ou uma redução de 122%.

**Lucro operacional.** Pelos motivos descritos acima, o lucro operacional da Ultrapar cresceu 5%, passando de R\$ 2.961,5 milhões em 2015 para R\$ 3.105,7 milhões em 2016, como resultado do maior lucro operacional na Ipiranga, Ultragaz e Ultracargo. O lucro operacional da Ipiranga cresceu 11%, passando de R\$ 2.154,6 milhões em 2015 para R\$ 2.383,6 milhões em 2016. O lucro operacional da Oxiteno diminuiu 47%, passando de R\$ 579,5 milhões em 2015 para R\$ 308,2 milhões em 2016. O lucro operacional da Ultragaz aumentou 35%, passando de R\$ 213,9 milhões em 2015 para R\$ 288,4 milhões em 2016. O lucro operacional da Ultracargo cresceu 897%, de prejuízo operacional de R\$ 16,1 milhões em 2015 para lucro operacional de R\$ 127,9 milhões em 2016. O lucro operacional da Extrafarma diminuiu 212%, de lucro operacional de R\$ 5,0 milhões em 2015 para prejuízo operacional de R\$ 5,6 milhões em 2016.

**Despesas financeiras líquidas.** As despesas financeiras líquidas incluem despesas e receitas de juros sobre aplicações financeiras e financiamentos e variações cambiais. As despesas financeiras líquidas da Ultrapar cresceram 20%, de R\$ 703,3 milhões em 2015 para R\$ 842,6 milhões em 2016, principalmente devido (i) ao CDI mais elevadas no período (14,0% em 2016 em relação a 13,2% em 2015), (ii) ao maior endividamento líquido passando de R\$ 4.928,4 milhões em 2015 para R\$ 5.715,3 milhões em 2016, em linha com o crescimento da empresa, e (iii) às flutuações cambiais da moeda no período. A dívida líquida da Ultrapar era de 1,36x o EBITDA em 31 de dezembro de 2016, em relação a 1,25x em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta da Ultrapar era de R\$ 11.417,1 milhões e a dívida líquida era de R\$ 5.715,3 milhões, em comparação à dívida bruta de R\$ 8.901,6 milhões e à dívida líquida de R\$ 4.928,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Veja a Nota 8 no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Consolidados Seleccionados" para uma discussão mais detalhada sobre a dívida líquida e sua reconciliação para informações em nossas demonstrações financeiras, bem como as Notas 4, 14 e 31 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

**Imposto de renda e contribuição social.** As despesas com imposto de renda e contribuição social da Ultrapar, líquidas de benefícios por isenção fiscal, diminuíram em 5%, passando de R\$ 734,3 milhões em 2015 para R\$ 700,0 milhões em 2016.

**Lucro líquido do exercício.** O lucro líquido da Ultrapar de 2016 atingiu R\$ 1.570,6 milhões, um aumento de 4% em relação a 2015, devido ao crescimento do lucro operacional entre os períodos, parcialmente compensado por maiores despesas financeiras e com amortização e depreciação, como resultado de investimentos realizados durante o período, conforme descrito acima.

**EBITDA.** O EBITDA da Ultrapar cresceu 7%, passando de R\$ 3.953,3 milhões em 2015 para R\$ 4.216,7 milhões em 2016, em função do crescimento do EBITDA da Ipiranga, Ultragaz, Ultracargo e Extrafarma.

A tabela a seguir apresenta a variação no EBITDA em cada um dos nossos segmentos:

	2015	2016	Variação 2016-2015
	(R\$ milhões)		
Ipiranga <sup>(1)</sup> .....	2.768,8	3.080,5	11%
Oxitenio .....	739,8	458,9	-38%
Ultragaz.....	357,0	446,6	25%
Ultracargo .....	26,3	171,2	551%
Extrafarma .....	28,7	37,1	29%

<sup>(1)</sup> EBITDA não inclui perdas relacionadas à ConectCar no valor R\$ 24,4 milhões e R\$ 23,2 milhões em 2016 e 2015, respectivamente.

A Ipiranga apresentou um EBITDA de R\$ 3.080,5 milhões em 2016, um aumento de 11% em comparação a 2015, apesar do menor volume de vendas, principalmente devido (i) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência, (ii) ao melhor mix de vendas e (iii) à redução no custo médio dos combustíveis, possibilitado pelas importações.

A Oxitenio apresentou um EBITDA de R\$ 458,9 milhões, uma redução de 38% em comparação a 2015, principalmente devido (i) à variação cambial e de certas matérias-primas, ambos indo em direções opostas na comparação entre 2016 e 2015, e (ii) à maior participação das *commodities* no mix de produtos, parcialmente compensadas por um maior volume de vendas e uma desvalorização de 5% do real (R\$ 0,16/US\$).

O EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 446,6 milhões, um crescimento de 25% em relação a 2015, em função de iniciativas comerciais para a captação de novos clientes e revendedores e da estratégia de diferenciação e inovação.

O EBITDA da Ultracargo totalizou R\$ 171,2 milhões em 2016, um aumento de 551%, devido a recuperações de seguro e uma maior movimentação. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Ultracargo — Incêndio em Santos."

A Extrafarma apresentou um EBITDA de R\$ 37,1 milhões, um aumento de 29% em comparação a 2015, devido ao crescimento das vendas e às ações implementadas para elevação do padrão de gestão de varejo farmacêutico, parcialmente compensados pelo maior número de lojas ainda em maturação.

Para uma reconciliação do EBITDA da Ultrapar e do EBITDA da Ipiranga, Oxitenio, Ultragaz e Extrafarma com as informações nas nossas demonstrações financeiras, veja nota de rodapé 4 no "Item 3.A. Informações-Chave — Dados Financeiros Seleccionados."

## B. Liquidez e Recursos de Capital

Nossas principais fontes de liquidez derivam do (i) caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, (ii) caixa gerado a partir de operações e (iii) financiamentos. Acreditamos que essas fontes são adequadas para atender aos nossos atuais usos de fundos para um período de 12 meses, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Examinamos, periodicamente, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideramos diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de "joint ventures", ou empresas coligadas, e financiamos esses investimentos com o caixa gerado pelas nossas operações, financiamento de dívida com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

**Fontes e usos de recursos.** O fluxo de caixa líquido a partir de nossas operações foi de R\$2.279,4 milhões, R\$ 2.513,7 milhões e R\$ 3.201,7 milhões em 2017, 2016 e 2015, respectivamente. Em 2017, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi R\$ 234,3 milhões menor do que o de 2016, principalmente devido a uma redução no EBITDA na comparação anual e ao maior investimento de capital de giro, dada a volatilidade observada nos preços de aquisição de GLP e combustíveis (veja "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de Combustíveis — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — O papel do Governo Brasileiro" e "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Distribuição de

Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) — Visão Geral do Setor e das Normas Aplicáveis — O papel do Governo Brasileiro"). Em 2016, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi R\$ 688,0 milhões menor do que o de 2015, apesar do crescimento de EBITDA de 7% e menor investimento em capital de giro na comparação com 2015. Em função da aplicação do método indireto do fluxo de caixa, os ajustes dos juros sobre o passivo financeiro e variações cambiais no fluxo de caixa líquido a partir de nossas operações em 2016 foi R\$ 818,8 milhões menor que em 2015. Em 2015, o fluxo de caixa líquido a partir de nossas operações foi R\$ 551,0 milhões maior em relação a 2014, principalmente em função do crescimento de nossas operações, parcialmente compensado pelo maior investimento em capital de giro, que passou de um desinvestimento de R\$ 99,0 milhões para investimento de R\$ 455,0 milhões em 2015.

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi de R\$ 1.912,1 milhões, R\$ 1.848,8 milhões e R\$ 801,8 milhões em 2017, 2016 e 2015, respectivamente. Em 2017, a Ultrapar deu sequência a uma estratégia de investimentos voltada à continuidade de crescimento de escala e competitividade, servindo cada vez melhor um número crescente de clientes. Em 2017, 2016 e 2015, foram investidos R\$ 2.016,9 milhões, R\$ 1.637,9 milhões e R\$ 1.334,2 milhões em adições ao imobilizado e intangível, líquido de alienações. Adicionalmente, foram realizados aportes de capital na ConectCar de R\$ 16,0 milhões, R\$ 47,3 milhões e R\$ 41,1 milhões em 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Os fluxos de caixa líquidos pelas atividades de financiamentos totalizaram uma geração de caixa de R\$ 340,3 milhões e R\$ 928,4 milhões em 2017 e 2016, respectivamente, e utilização de caixa de R\$ 2.520,7 milhões em 2015. Em 2017, O fluxo de caixa das atividades de financiamentos foi R\$ 588,0 milhões menor comparado com o de 2016, principalmente devido a maior amortização de financiamentos, parcialmente compensada por um aumento de R\$ 833,8 milhões na captação de novos empréstimos. Em 2016, o fluxo de caixa das atividades de financiamentos foi R\$ 3.449,1 milhões maior comparado a 2015, principalmente em função da menor amortização de financiamentos e do aumento de R\$ 1.292,3 milhões na captação de novos empréstimos e debêntures, que reforçaram a posição de caixa e alongaram o perfil da dívida da Companhia. Em 2015, o fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos apresentou um aumento de R\$ 1.981,4 milhões em relação a 2014, principalmente como resultado de utilização maior de recursos para amortização dos financiamentos e pagamentos de juros, bem como a aquisição de ações de própria emissão (programa de recompra de ações).

Com isso, o saldo de caixa e equivalentes totalizou R\$5.002,0 milhões, R\$ 4.274,2 milhões e R\$ 2.702,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, respectivamente.

Acreditamos possuir capital de giro suficiente para atender as nossas necessidades atuais para um período de 12 meses. Tínhamos R\$ 6.285,5 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo em 31 de dezembro de 2017. O endividamento financeiro bruto a vencer de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, incluindo os pagamentos com juros estimados sobre empréstimos, totalizou R\$ 3.809,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Veja "— Divulgação Tabular das Obrigações Contratuais." Adicionalmente, estimamos investimentos de R\$ 2.676,5 milhões em 2018.

Deveremos desembolsar, aproximadamente, R\$ 20,4 bilhões para cumprir com nossas obrigações contratuais ao longo dos próximos 5 anos, conforme a Tabela de Obrigações Contratuais, bem como para financiar nossos investimentos orçados para 2018. Esperamos atender essas necessidades de caixa por meio da combinação de caixa gerado a partir de nossas atividades operacionais e financeiras, que incluem a contratação de novas dívidas e o refinanciamento de nosso endividamento, no momento oportuno.

A Companhia utiliza instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em operações no exterior. Os instrumentos de *hedge* são utilizados com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial nos resultados e fluxo de caixa da Companhia em Reais, dentro dos limites de exposição em conformidade com sua Política. Para informações adicionais sobre financiamentos e tesouraria, veja "Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado."

## **Endividamento**

Em 31 de dezembro de 2017, nossa posição consolidada de empréstimo de curto e longo prazo era a seguinte:

Endividamento	Moeda	Taxa de juros <sup>(1)</sup>	Valor do principal e juros contabilizados até 31 de dezembro	
			2017	2016
			(em Reais milhões)	
<b>Empréstimo denominados em moeda estrangeira:</b>				
Notas no mercado externo .....	US\$	5,3%	2.454,1	2.412,1
Financiamento externo .....	US\$	LIBOR <sup>(2)</sup> + 1,0%	788,8	942,5
Instituições Financeiras .....	US\$	LIBOR <sup>(2)</sup> + 2,5%	330,8	195,0
Financiamento externo .....	US\$	LIBOR <sup>(2)</sup> + 1,9%	298,9	332,6
Financiamento externo .....	US\$	2,2%	259,0	486,5
Instituições Financeiras .....	US\$	2,8%	106,7	109,9
Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio .....	US\$	2,4%	44,5	111,1
Instituições Financeiras .....	MX\$ <sup>(3)</sup>	8,5%	27,0	24,6
Adiantamento de Cambiais Entregues .....	US\$	2,2%	26,1	32,6
BNDES .....	US\$	6,4%	4,5	7,1
Instituições Financeiras .....	MX\$ <sup>(3)</sup>	TIIE <sup>(3)</sup> + 1,5%	3,4	9,6
Instituições Financeiras .....	Bs\$ <sup>(8)</sup>	24,0%	0,6	0,4
<b>Empréstimos denominados em Reais:</b>				
Debentures – 1ª, 2ª, 4ª and 6ª emissão pública de PPI .....	R\$	105,8% of CDI	2.836,7	1.914,5
Banco do Brasil pós-fixado .....	R\$	107,3% of CDI	2.794,3	2.956,5
Debêntures – CRA .....	R\$	95,0% of CDI	1.380,9	—
Debêntures – 5ª emissão .....	R\$	108,3% of CDI	817,7	832,4
Debêntures – CRA .....	R\$	IPCA <sup>(7)</sup> + 4,6%	554,4	—
BNDES .....	R\$	TJLP <sup>(4)</sup> + 2,4%	206,4	307,6
Nota de crédito à exportação pós-fixada .....	R\$	101,5% of CDI	157,7	158,8
BNDES .....	R\$	SELIC <sup>(6)</sup> + 2,3%	69,4	71,4
BNDES EXIM .....	R\$	TJLP <sup>(4)</sup> + 3,5%	62,8	62,1
Arrendamento mercantil financeiro .....	R\$	IGP-M <sup>(5)</sup> + 5,6%	48,5	48,6
FINEP – Pesquisa e Financiamento de Projetos .....	R\$	4,0%	35,6	48,7
FINEP – Pesquisa e Financiamento de Projetos .....	R\$	TJLP <sup>(4)</sup> + 1,0%	32,7	34,6
BNDES EXIM .....	R\$	SELIC <sup>(6)</sup> + 3,9%	30,9	28,1
Banco do Nordeste do Brasil <sup>(9)</sup> .....	R\$	8,5%	28,1	47,1
BNDES .....	R\$	5,6%	26,3	40,3
FINAME – Financiamento para Máquinas e Equipamentos .....	R\$	TJLP <sup>(4)</sup> + 5,7%	0,1	0,1
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado .....	R\$		—	0,1
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado .....	R\$		—	0,0
<b>Total de empréstimo .....</b>			<b>13.426,8</b>	<b>11.214,8</b>
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros .....			163,7	202,4
<b>Total .....</b>			<b>13.590,6</b>	<b>11.417,1</b>

<sup>(1)</sup> Taxa de juros em 31 de dezembro de 2017.

<sup>(2)</sup> LIBOR = *London Interbank Offered Rate*.

<sup>(3)</sup> MX\$ = peso mexicano e a TIIE = taxa mexicana de juros interbancária de equilíbrio.

<sup>(4)</sup> A TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) é o custo básico de financiamento do BNDES e é fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Em 31 de dezembro de 2017, a TJLP estava fixada em 7,0% ao ano.

<sup>(5)</sup> IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

<sup>(6)</sup> SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

<sup>(7)</sup> IPCA = Índice de Preços ao Consumidor.

<sup>(8)</sup> Bs\$ = Bolívar.

<sup>(9)</sup> Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.

Nossa dívida consolidada em 31 de dezembro de 2017 apresentavam os seguintes vencimentos:



Vencimento	Valor (em milhões de Reais)
1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.....	3.503,7
1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.....	1.826,9
1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.....	894,6
1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.....	1.302,5
1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.....	3.016,4
2023 em diante.....	3.046,5
<b>Total .....</b>	<b>13.590,6</b>

Conforme previsto na IAS 39, os custos de transação e prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras estão incluídos como parte de nossos passivos financeiros. Veja Nota 14(j) das nossas demonstrações para mais informações.

A Ultrapar contratou instrumentos de *hedge* contra variações de taxas de juros e de câmbio de moedas estrangeiras para parte de sua dívida. Veja o "Item 11. Divulgações Quantitativas e Qualitativas sobre Risco de Mercado" e a Nota 31 às nossas demonstrações financeiras consolidadas para maiores informações."

Os financiamentos possuíam garantias reais no valor de R\$ 66,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 56,6 milhões em 31 de dezembro de 2016) e garantias e notas promissórias no valor de R\$ 9.858,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 7.069,5 milhões em 31 de dezembro de 2016) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima pela subsidiária Ipiranga no valor de R\$ 81,0 milhões (R\$ 59,3 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Algumas subsidiárias emitiram garantias para instituições financeiras em relação aos valores devidos por alguns de seus clientes para tais instituições (financiamento do fornecedor). Se uma controlada for obrigada a efetuar qualquer pagamento sob essa garantia, essa controlada pode recuperar o montante pago diretamente de seus clientes por meio do recolhimento comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essa garantia é de R\$ 8,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, com vencimentos inferiores a 212 dias. Em 31 de dezembro de 2017, a Ultrapar não tinha perdas em relação a essa garantia. O valor justo das garantias reconhecidas no passivo circulante como outras obrigações a pagar era de R\$ 0,2 milhão em 31 de dezembro de 2017, sendo reconhecido como resultado quando os clientes liquidam suas obrigações com as instituições financeiras.

#### **Notas no mercado externo**

Em outubro de 2016, a subsidiária Ultrapar International emitiu US\$ 750 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Ultrapar e pela IPP.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Ultrapar e suas subsidiárias, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Companhia e das subsidiárias Ultrapar International e IPP; e
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Companhia e suas subsidiárias mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Companhia e suas subsidiárias são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

#### **Empréstimo estrangeiro**

- (1) A subsidiária IPP possui empréstimos no exterior no valor de US\$ 320 milhões. A IPP também contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos empréstimos estrangeiros para, na média, 102,9% do CDI (veja a Nota 31 às nossas demonstrações financeiras consolidadas). A controlada IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Esses empréstimos no exterior são garantidos pela Ultrapar.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	Valor	Custo
	em milhões de dólares	% do CDI
Julho de 2018.....	60,0	103,0
Setembro de 2018 .....	80,0	101,5
Novembro de 2018.....	80,0	101,4
Junho de 2022 .....	100,0	105,0
<b>Total / custo médio .....</b>	<b>320,0</b>	<b>102,9</b>

- (2) A controlada LPG International possui financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

Durante esses contratos, a Ultrapar manterá os seguintes índices financeiros, calculados com base em suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – EBITDA consolidados, menor ou igual a 3,5; e
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre EBITDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Companhia mantém atualmente os níveis de covenants requeridos por esses empréstimos. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são comuns para transações dessa natureza e não limitaram a capacidade delas de conduzir seus negócios até a presente data.

- (3) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR +1,85% ao ano, pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Companhia e pela controlada IPP. A controlada liquidou antecipadamente o financiamento em dezembro de 2017.
- (4) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR +2,00% ao ano, pago trimestralmente. A Companhia, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxitenor Nordeste.

## Debêntures

Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944,1 milhões, em duas séries únicas de R\$ 730,4 milhões e R\$ 213,7 milhões debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1º de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Principal: .....	R\$ 730.384.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$ 1.000,00
Vencimento final: .....	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal: .....	Parcela única no vencimento final
Remuneração: .....	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração: .....	Semestralmente
Principal: .....	R\$ 213.693.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$ 1.000,00
Vencimento final: .....	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal: .....	Parcela única no vencimento final
Remuneração: .....	IPCA + 4,33%
Pagamento da remuneração: .....	Anualmente

A IPP contratou instrumentos de proteção, trocando os encargos financeiros das debêntures de IPCA + 4,33% para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Principal: .....	R\$ 1.500.000.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$ 1.000,00
Vencimento final: .....	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal: .....	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração: .....	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração: .....	Anualmente

Em abril de 2017, a controlada IPP realizou sua quinta emissão de debêntures, em duas séries únicas de 600.139 e 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e de espécie quirografária. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Principal: .....	R\$ 660.139.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$ 1.000,00
Vencimento final: .....	18 abril de 2022
Pagamento do valor nominal: .....	Parcela única no vencimento final
Remuneração: .....	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração: .....	Semestralmente
Principal: .....	R\$ 352.361.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$ 1.000,00

Vencimento final: .....	15 abril de 2024
Pagamento do valor nominal: .....	Parcela única no vencimento final
Remuneração: .....	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração: .....	Anual

A IPP contratou instrumentos de proteção, trocando os encargos financeiros das debêntures de IPCA + 4,68% para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com garantia adicional concedida pela Ultrapar, cujas principais características são:

Principal: .....	R\$ 500.000.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final: .....	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal: .....	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração: .....	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração: .....	Semestralmente

Os recursos captados pela emissão serão empregados na aquisição de etanol pela controlada IPP. A controlada tem à obrigação de comprovar a alocação dos recursos em até 12 meses da subscrição.

Em março de 2015, a Ultrapar efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Principal: .....	R\$ 800.000.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$ 10.000,00
Vencimento final: .....	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal: .....	Parcela única no vencimento final
Remuneração: .....	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração: .....	Semestralmente

Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados à gestão de liquidez da IPP, de forma a reforçar o seu caixa e alongar o perfil da dívida, proporcionando uma maior flexibilidade financeira.

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com garantia adicional concedida pela Ultrapar, cujas principais características são:

Principal: .....	R\$ 800.000.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$ 10.000,00
Vencimento final: .....	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal: .....	Parcela única no vencimento final
Remuneração: .....	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração: .....	Semestralmente

Os recursos obtidos com essa emissão foram utilizados para administrar a liquidez da IPP com o intuito de fortalecer sua liquidez e ampliar seu perfil de dívida, proporcionando uma maior flexibilidade financeira.

Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com garantia adicional concedida pela Ultrapar, cujas principais características são:

Principal: .....	R\$ 600.000.000,00
Valor nominal unitário: .....	R\$ 10.000,00
Vencimento final: .....	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal: .....	Parcela única no vencimento final
Remuneração: .....	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração: .....	Semestralmente
Repactuação: .....	Não aplicável

Os recursos obtidos com essa emissão foram utilizados para administrar a liquidez da IPP com o intuito de fortalecer seu caixa e ampliar seu perfil de dívida, proporcionando uma maior flexibilidade financeira.

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

### ***BNDES***

As controladas da Ultrapar possuem financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES) para alguns de seus investimentos e projetos e esses financiamentos são garantidos pela Ultrapar. Em 31 de dezembro de 2017, as linhas de crédito com o BNDES totalizavam R\$ 1,6 bilhão, dos quais R\$ 0,3 bilhão já havia sido liberado. Veja "Item 10.C. Informações Adicionais — Contratos Relevantes — BNDES."

Durante a vigência desses acordos, a Ultrapar deve manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, conforme determinado no balanço anual auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou maior que 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou maior que 1,3.

Estamos em conformidade com os níveis de *covenants* requeridos por esses empréstimos. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são comuns para transações dessa natureza e não limitaram a capacidade delas de conduzir seus negócios até a presente data.

### ***Instituições Financeiras***

As controladas Oxitenos Mexico, Oxitenos USA, Oxitenos Uruguai e Oxitenos Andina possuem empréstimos para financiar investimentos e capital de giro.

Em fevereiro de 2016, a controlada Oxitenos USA contratou financiamento no montante de US\$ 40 milhões, com vencimento em fevereiro de 2021 e encargo financeiro de LIBOR + 3,0% ao ano, pago trimestralmente. Os recursos serão utilizados na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas. O financiamento é garantido pela Ultrapar e pela controlada Oxitenos Nordeste.

Em setembro de 2016, a controlada Oxitenos USA renegociou empréstimo no valor de US\$ 20 milhões, alterando seu vencimento de outubro de 2017 para setembro de 2020 com encargo financeiro de LIBOR + 3,0% ao ano, pago trimestralmente. O financiamento é garantido pela Ultrapar e pela Oxitenos S.A.

Em outubro de 2017, a controlada Oxitenos USA contratou financiamento no montante de US\$ 40 milhões, com vencimento em outubro de 2022 e encargo financeiro de LIBOR + 1,73% a.a., pago trimestralmente. Os recursos estão sendo utilizados na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas. O financiamento é garantido pela Companhia.

### ***Banco do Brasil***

Em 31 de dezembro de 2017, a controlada IPP fazia parte de sete empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil S.A., com saldo agregado total de R\$ 2.794,3 milhões, destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária, incluindo a produção de etanol. Com exceção de um desses contratos de empréstimo, cada um deles foi renegociado para permitir a segregação de seus principais montantes em subcréditos, com diferentes valores, taxas de juros e datas de vencimento.

Em fevereiro de 2016, a controlada IPP renegociou os empréstimos junto ao Banco do Brasil no valor principal de R\$ 166,7 milhões e alongou seus respectivos vencimentos de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019, com taxa de juros flutuante de 114,0% do

CDI. Além disso, em junho de 2016, o IPP renegociou empréstimos adicionais com o Banco do Brasil no valor principal de R\$ 100,0 milhões e R\$ 909,5 milhões com uma taxa de juros pós-fixada de 110,9% do CDI, além de (i) estender os respectivos vencimentos de maio de 2016 e de janeiro de 2017 a maio de 2020, maio de 2021 e maio de 2022, respectivamente.

A tabela abaixo indica os valores consolidados devidos pela controlada IPP ao Banco do Brasil nas datas de vencimento dos subcréditos pactuados nos contratos de financiamento conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2017):

<b>Vencimento</b>	<b>Balanco em 2017</b>
	<b>(em milhões de Reais)</b>
Janeiro de 2018 .....	172,8
Abril de 2018 .....	100,6
Fevereiro de 2019 .....	168,4
Maio de 2019 .....	1.339,0
Maio de 2020 .....	337,8
Maio de 2021 .....	337,8
Maio de 2022 .....	337,8
	<b>2.794,3</b>

### ***Nota de crédito exportação***

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de nota de crédito à exportação no montante de R\$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente.

Em março de 2016, a controlada Oxiteno Nordeste liquidou na data do vencimento, contrato de nota de crédito à exportação no montante de R\$ 17,5 milhões, com encargo financeiro de 8% ao ano, liquidando também seu respectivo instrumento de proteção.

Em agosto de 2016, a controlada Oxiteno Nordeste liquidou, na data do vencimento, contrato de nota de crédito à exportação no montante de R\$ 10,0 milhões, com encargo financeiro de 8% ao ano, liquidando também seu respectivo instrumento de proteção.

### **Investimentos**

#### ***Aquisição de participações acionárias***

Os investimentos em participação societária consistem em investimentos na aquisição de subsidiárias e no aumento de capital em *joint ventures* e associadas.

A tabela a seguir mostra nossos investimentos em participações societárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
	<b>(em milhões de Reais)</b>		
Ipiranga <sup>(1)</sup> .....	16,0	47,3	41,1
Oxiteno .....	—	—	—
Ultrazul .....	—	—	—
Ultracargo .....	—	—	—
Extrafarma .....	—	—	—
Outros .....	—	—	—
<b>Total de investimentos em participação societária.....</b>	<b>16,0</b>	<b>47,3</b>	<b>41,1</b>

<sup>(1)</sup> Aporte de capital na ConectCar.

### ***Investimentos***

A tabela a seguir mostra nossas adições ao imobilizado, equipamentos e ativos intangíveis, de maneira consolidada para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, e não inclui aquisições de participações acionárias:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
	(em milhões de Reais)		
Ipiranga .....	1059.9	892.3	853.9
Oxitenio .....	463.1	288.4	131.4
Ultragaz.....	214.9	225.5	219.9
Ultracargo .....	86.4	78.9	23.9
Extrafarma .....	170.5	142.8	80.8
Outros <sup>(1)</sup> .....	22.6	9.9	24.2
<b>Total – adições ao imobilizado, plantas, equipamentos e ativos intangíveis .....</b>	<b>2,017.3</b>	<b>1,637.9</b>	<b>1,334.2</b>

<sup>(1)</sup> Inclui principalmente gastos de capital relacionados à tecnologia da informação corporativa.

Em 2017, o total das adições ao imobilizado, equipamentos e ativos intangíveis da Ultrapar totalizou R\$ 2.017 milhões. Na Ipiranga, foram investidos R\$ 1.336 milhões, sendo praticamente 50% na expansão de sua rede (através do embandeiramento de postos bandeira branca e abertura de novos postos) e de franquias am/pm e Jet Oil, e os demais 50% em bases logísticas e renovação e manutenção da rede (principalmente bonificações para nossos revendedores) e manutenções, que aumentam a vida útil do bem. Do total dos investimentos realizados pela Ipiranga, R\$ 1.060 milhões referem-se a imobilizações e adições ao intangível, enquanto R\$ 277 milhões são referentes a liberações de financiamentos a clientes, líquidos de repagamentos (financiamentos a clientes são fornecidos geralmente para renovação e modernização em suas instalações, compra de produtos e no desenvolvimento de combustíveis e lubrificantes no mercado de distribuição). Na Oxitenio, o total dos investimentos em 2017 foi de R\$ 463 milhões, principalmente direcionado na construção da nova planta nos Estados Unidos e na manutenção de suas unidades produtivas, que aumentam a vida útil do bem. A Ultragaz, investiu R\$ 215 milhões, direcionados principalmente para o segmento granel, reposição e aquisição de vasilhames e manutenção das bases de engarrafamento, que aumentam a vida útil do bem. Em 2017, a Ultracargo investiu R\$ 86 milhões, principalmente à modernização dos sistemas de segurança dos terminais e à adequação e manutenção da infraestrutura existente, que aumentam a vida útil do bem. A Extrafarma investiu R\$ 170 milhões, principalmente na construção de novas lojas, sistema de informações e renovação das lojas existentes.

O plano de investimentos da Ultrapar para 2018 totaliza R\$ 2.676 milhões, demonstrando a continuidade de boas oportunidades para crescimento orgânico e ganhos de produtividade, assim como a modernização das operações existentes. O valor abaixo não contempla eventuais aquisições. Na Ipiranga, o limite aprovado é de R\$ 1.545 milhões, sendo aproximadamente 50% para incrementar o ritmo de expansão da sua rede de revendedores, através da adição de postos e franquias am/pm e Jet Oil à sua rede, além de novos clientes no segmento empresarial, e os outros 50% na ampliação da sua infraestrutura logística para suportar seu crescimento e aumentar produtividade, e na manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos com clientes e sistemas de informação para apoiar suas operações. O investimento aprovado para Oxitenio será direcionado principalmente à modernização e manutenção de suas unidades visando maior produtividade, a sistemas de informação, e inclui US\$ 34 milhões destinados à finalização da nova unidade de etoxilação em Pasadena, Texas (EUA), que planejamos concluir no primeiro semestre de 2018. A nova unidade terá capacidade para produção de 120 mil toneladas ao ano. Na Ultragaz, os investimentos contemplam R\$ 284 milhões, sendo R\$ 190 milhões em manutenção e modernização das operações, tecnologia com foco em novos sistemas para apoiar o crescimento e a qualidade suas operações e R\$ 94 milhões alocados na expansão da rede de revendedores e de clientes granel. A Ultracargo deverá investir R\$ 115 milhões nas expansões dos terminais de Itaquí e Suape, com conclusões previstas para 2019 e 2020 respectivamente, e na melhoria contínua da segurança e da infraestrutura dos terminais, um total de R\$ 247 milhões. Na Extrafarma, planejamos investir R\$ 232 milhões, principalmente na abertura de lojas e infraestrutura logística associada, concentradas nas regiões norte e nordeste e no estado de São Paulo, e em tecnologia da informação.

O plano contempla também a continuidade da modernização do parque tecnológico em todos os negócios para permitir servir cada vez melhor nossos clientes, aumentar eficiência logística, desenvolver novas formas de venda e ampliar relacionamento com nossos revendedores e parceiros.

## C. Pesquisa e Desenvolvimento; Marcas e Patentes

### *Pesquisa e Desenvolvimento*

A Oxitenio desenvolve uma extensa atividade de pesquisa e desenvolvimento principalmente relacionada à aplicação de especialidades químicas e à melhoria do processo de produção. Em 31 de dezembro de 2017, 159 empregados da Oxitenio estavam dedicados a pesquisa, desenvolvimento e atividades de engenharia. Os gastos da Oxitenio com pesquisa e desenvolvimento foram de R\$ 53 milhões, R\$ 50 milhões e R\$ 41 milhões em 2018, 2016 e 2015, respectivamente. Em 2004, a Oxitenio criou o "Conselho de Ciência e Tecnologia", com participação de seis dos maiores especialistas mundiais em tensoativos. Com a experiência prévia na indústria de tensoativos ou no ambiente acadêmico, com atuação nos EUA, Europa e América Latina, estes especialistas acompanham as tendências e oportunidades nesta área de negócios. O conselho, atualmente composto por cinco especialistas, desde 2004 se reúne

em São Paulo no mês de setembro, quando analisa criticamente o portfólio de projetos de pesquisa e desenvolvimento da empresa, bem como a metodologia de gestão utilizada. Valiosas recomendações permitem aumentar a eficácia do trabalho de pesquisa e desenvolvimento da Oxiten, bem como ampliar o alcance de suas alianças com instituições do exterior. Além disso, a Oxiten criou conselhos científicos específicos com especialistas de seus principais segmentos.

Os investimentos da Oxiten em pesquisa e desenvolvimento resultaram na introdução de 86 novos produtos nos últimos três anos. A Oxiten continuará a investir em pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver novas aplicações que satisfaçam as necessidades de seus clientes.

### **Marcas e Patentes**

A Ipiranga detém os registros de marcas comerciais usadas no negócio de distribuição, tais como Ipiranga, "Km de Vantagens", Jet Oil, Clube VIP Ipiranga, Clube do Milhão Ipiranga, Posto 24 horas, Atlantic, Ipiranga 4x4, Gasolina Original Ipiranga, e diversas outras marcas. O período de validade de 10 anos dos registros dessas marcas comerciais vence entre 2018 e 2028. A Ipiranga adquiriu a marca am/pm no Brasil em novembro de 2012 através de um contrato assinado com a Atlantic Richfield Company.

Adicionalmente, a Ipiranga detém o registro da marca comercial "am/pm Estação" e requereu registros das marcas "Abastece Ai", "am/pm Super Store", ambas estão sob análise do INPI.

As outras subsidiárias da Companhia também detém registros de suas principais marcas comerciais: (i) Ultragas, Ultragas Ultrasystem e Brasilgás, marcas relacionadas a Ultragas, (ii) Extrafarma e Clube Extrafarma, marcas relacionadas a Extrafarma, (iii) Ultracargo e Ultradata, marcas relacionadas a Ultracargo e (iv) Oxiten. O período de validade de 10 anos dos registros dessas marcas comerciais vence entre 2018 e 2028.

### **D. Informações sobre Tendências**

#### ***Distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP)***

Entre 2003 e o fim de 2007, os preços de GLP cobrados de distribuidores de GLP no Brasil permaneceram estáveis, apesar de aumentos nos preços de GLP e petróleo nos mercados internacionais, que foram parcialmente compensados pela valorização do Real frente ao dólar. Entretanto, a partir de 2008, a Petrobras tem aumentado o preço ex-refinaria do GLP para uso comercial e industrial esporadicamente. Em 2017, o preço ex-refinaria do GLP foi ajustado com maior frequência, conforme tabela abaixo:

(% de aumento)	Jan-08	Abr-08	Jul-08	Jan-10	Dez-14	Set-15	Dez-15	Dez-16
<b>GLP para uso comercial e industrial.....</b>	15%	10%	6%	6%	15%	11%	4%	12%

(% de aumento)	Abr-17	Jul-17	Ago-17	Set-17	Nov-17	Dez-17
<b>GLP para uso comercial e industrial.....</b>	-4,0%	-5,2% and 8,0%	7,2%	2,3% and 7,9%	6,5%	5,3%

Já os preços ex-refinaria de GLP para uso residencial se mantiveram inalterados de maio de 2003 a setembro de 2015, quando houve um aumento de 15% pela Petrobras. Nos últimos anos, a Petrobras teve como prática não refletir imediatamente no mercado interno as oscilações nos preços internacionais de petróleo e derivados. Em junho de 2017, a dinâmica dos preços de GLP fornecidos para as distribuidoras foi modificada para refletir a volatilidade dos preços internacionais e a variação cambial, conforme demonstrado abaixo:

(% de aumento)	Mar-17	Jun-17	Jul-17	Ago-17	Set-17	Out-17	Nov-17	Dez-17
<b>GLP para uso comercial e industrial.....</b>	9,8%	6,7%	-4,5%	6,9%	10,7% and 6,9%	12,9%	4,5%	8,9%

Para uso residencial, a dinâmica de preço para a aquisição de GLP foi ajustada nas refinarias em janeiro de 2018 para suavizar a transferência de volatilidade de preços no mercado internacional para o preço doméstico. O período de apuração das cotações internacionais e do câmbio que definem os percentuais de ajuste será a média dos doze meses anteriores e não mais a variação mensal e as movimentações de preços passam a ser trimestrais ao invés de mensais.

Não podemos garantir que essa tendência continue. Uma eventual flutuação nos preços de GLP cobrados dos distribuidores pode ter um impacto sobre os resultados da Ultragas, caso não seja possível manter as margens operacionais ou os volumes vendidos.



As vendas de GLP a granel são correlacionadas com o crescimento da economia. Portanto, uma aceleração ou desaceleração no crescimento do PIB brasileiro pode influenciar nosso volume de vendas, já que este segmento representou 30% do volume vendido pela Ultragas. Já o GLP envasado (botijão) é um bem de primeira necessidade e, conseqüentemente, seu volume apresenta relativamente baixa correlação com o desempenho da economia.

### ***Indústria Química e Petroquímica***

O volume de especialidades químicas no mercado brasileiro está correlacionado ao desempenho econômico. Portanto, uma aceleração ou desaceleração do PIB brasileiro pode influenciar o nosso volume de vendas, visto que as vendas de especialidades químicas da Oxitenno no Brasil representaram 55% do seu total de vendas em 2017. No fim de 2008, a Oxitenno concluiu determinadas expansões de capacidade que, combinadas com o aumento de 70 mil toneladas por ano na unidade de etoxilação de Camaçari em 2010 e de 90 mil toneladas por ano de óxido de eteno também em Camaçari em 2011, permitiram um aumento no volume de vendas, nas exportações e, portanto, na participação de unidades internacionais no volume vendido. Em períodos de crescimento de mercado no Brasil, a Oxitenno busca (i) elevar suas vendas no mercado interno, uma vez que os custos logísticos são geralmente menores que nas vendas direcionadas ao mercado externo, e (ii) aumentar o volume de especialidades vendidas, produtos de maior valor do que as *commodities*. Em 2017, as vendas de especialidades químicas representaram 82% do volume total vendido pela Oxitenno.

Em 2012, a Oxitenno expandiu suas atividades para os Estados Unidos, através da aquisição de uma planta de especialidades químicas em Pasadena, Texas, com uma capacidade de produção de 32 mil toneladas por ano, e para o Uruguai, através da aquisição da American Chemical, uma sociedade de especialidades químicas, com uma capacidade de produção de 81 mil toneladas por ano. Em 2014, a Oxitenno investiu na continuidade da expansão da capacidade produtiva em Coatzacoalcas. Em 2015, a Oxitenno anunciou investimentos para a construção de uma nova unidade de etoxilação em sua fábrica no Texas (EUA), com expectativa de conclusão no primeiro semestre de 2018. Até 31 de dezembro de 2017, o total investimento na nova planta foi de US\$ 118 milhões. A nova unidade terá capacidade para produção de 120 mil toneladas ao ano em seu estágio inicial. Em 2017, a Oxitenno investiu R\$ 463 milhões na manutenção das suas unidades produtivas e na nova planta do Texas.

Quase a totalidade dos preços e custos variáveis dos produtos da Oxitenno está vinculada ao dólar. Portanto, uma significativa apreciação ou depreciação do Real em relação ao dólar poderia impactar a margem de contribuição da Oxitenno no futuro. A depreciação do Real contra o dólar foi de 47% em 2015. Em 2016, o Real apresentou valorização de 17% em relação ao dólar. Em 2017, o Real apresentou desvalorização de 2% em relação ao dólar. De 31 de dezembro de 2017 a 31 de março de 2018, o Real apresentou valorização de 0,5% frente ao dólar. Não podemos prever qual será a tendência da taxa de câmbio no futuro.

A principal matéria-prima da Oxitenno é o eteno, que é produzido a partir da nafta no Brasil. Geralmente, os preços da nafta no Brasil flutuam com os preços do petróleo. Em 2015, o preço do petróleo fechou cotado a US\$ 36/barril, queda de 36% em relação a 2014. Em 2016, o preço do petróleo fechou cotado a US\$ 55/barril, aumento de 55% em relação a 2015. Em 2017, o preço do petróleo fechou cotado a US\$ 67/barril, aumento de 21% em relação a 2016. De 31 de dezembro de 2017 até 28 de fevereiro de 2018, o preço do petróleo apresentou redução de 4%. Não podemos prever se os preços de petróleo e eteno manterão esta tendência. Não podemos prever se os preços de petróleo e eteno manterão esta tendência. Uma variação acentuada nos preços do eteno teria impacto sobre os resultados da Oxitenno caso não seja possível manter as margens operacionais. A segunda matéria-prima mais importante para a Oxitenno é o óleo de palmiste, cujos preços internacionais aumentaram de US\$ 903/tonelada em dezembro de 2015 para US\$ 1.747/tonelada em dezembro de 2016. Em 2017, o óleo de palmiste fechou a US\$ 1.367/tonelada, redução de 22% em relação a 2016.

O aumento da demanda por produtos químicos e petroquímicos no Brasil ao longo dos últimos anos e a contínua integração dos mercados regionais e mundiais contribuíram para a inserção da indústria petroquímica brasileira no mercado internacional. Conseqüentemente, eventos que afetam a indústria petroquímica mundialmente podem influenciar o resultado das operações da Oxitenno. O desempenho da indústria química mundial foi fortemente impactado pela crise financeira em 2009, que causou retração na demanda por produtos químicos em diversos países. Em função do crescimento do mercado brasileiro de químicos, a Oxitenno enfrenta maior competição por parte de certos produtores estrangeiros desde 2009, incluindo de produtores de óxido de eteno e derivados com acesso a matéria-prima derivada do gás natural.

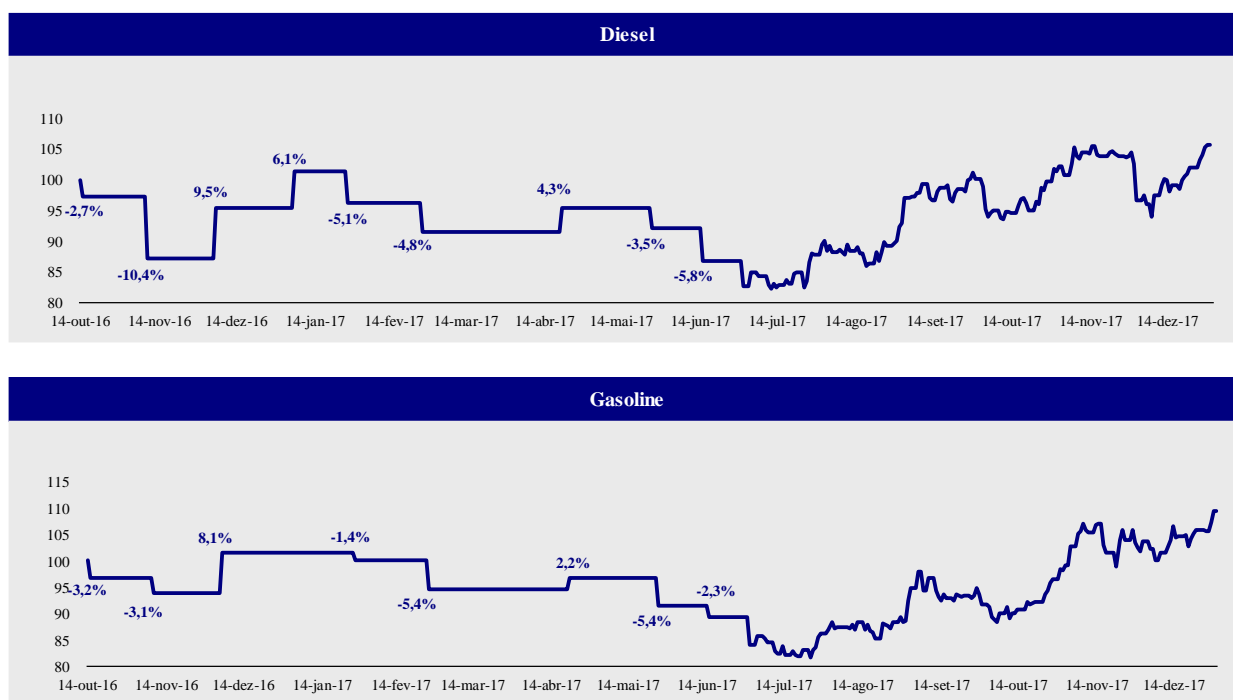
## Distribuição de combustíveis

No passado recente, a venda combinada de gasolina, etanol e gás natural veicular (ciclo Otto) no Brasil tem sido correlacionada principalmente ao crescimento da frota de veículos leves. De acordo com a ANFAVEA, em 2017, a frota de veículos leves continuou crescendo, com cerca de 2,2 milhões de novos veículos licenciados no Brasil e crescimento de 1,3% da frota média em relação a 2016, chegando a uma frota de mais de 42 milhões de veículos leves. Adicionalmente, a atual penetração de veículos leves do Brasil ainda é baixa quando comparada a outros países com estágios de desenvolvimento similares ao do Brasil. De acordo com dados de 2015 divulgados pela ANFAVEA, última informação disponível, a penetração de veículos no Brasil é de aproximadamente 21% em relação à população total, enquanto na Argentina é 31% e no México de 29%.

O ciclo Otto apresentou um crescimento de 1% em 2017, após uma redução em 2016, refletindo principalmente o aumento dos novos registros de veículos durante o período.

Já as vendas de diesel, que em 2017 representaram 50% do volume vendido pela Ipiranga, são historicamente correlacionadas com o desempenho da economia, particularmente o desempenho dos setores agrícolas e de bens de consumo. Em 2017, o mercado brasileiro de diesel, segundo os dados da ANP, apresentou um crescimento de 1% em comparação a 2016, influenciado pelo desempenho da economia. Um crescimento no consumo de combustíveis poderia ter um efeito positivo no futuro no volume vendido da Companhia e nos seus resultados.

Nos últimos anos, a Petrobras teve como prática não refletir imediatamente no mercado interno as oscilações nos preços internacionais de petróleo e derivados. Entre janeiro de 2012 e setembro de 2016, ocorreram aumentos nos preços, em média, a cada oito meses. Em outubro de 2016, uma nova dinâmica de preços de gasolina e diesel foi estabelecida com o objetivo de, entre outros aspectos, flutuar os preços de acordo com as referências internacionais por meio de revisão mensal dos mesmos. Portanto, os preços da gasolina e do diesel passaram a ser diretamente influenciados pelos preços internacionais e pela taxa de câmbio real/dólar. Os preços começaram a flutuar diariamente a partir de junho de 2017. O gráfico abaixo mostra a variação nos preços de aquisição, pelas distribuidoras, nas refinarias:



## Varejo Farmacêutico

O varejo farmacêutico no Brasil é um mercado de relevância e tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos. Segundo a ABRAFARMA, as receitas de suas empresas consorciadas cresceram 9% em 2017 em comparação a 2016. Acreditamos que o setor tem potencial para continuar crescendo, principalmente devido aos fatores abaixo:

- (i) envelhecimento da população brasileira – a população brasileira acima de 60 anos, responsável pela maior parte do consumo de medicamentos, é estimada em 24 milhões de pessoas e deverá alcançar 42 milhões de pessoas em 2030, um crescimento médio de 4% ao ano, segundo dados do IBGE;
- (ii) maior acesso a medicamentos, especialmente devido à crescente presença de medicamentos genéricos, mais baratos do que os medicamentos de marcas de referência; e

(iii) o crescimento nas vendas de produtos de beleza e de cuidados pessoais através da rede de farmácias.

## E. Obrigações Financeiras Não Consolidadas no Balanço

Não possuímos nenhuma obrigação financeira não consolidada no balanço.

## F. Divulgação Tabular das Obrigações Contratuais

A tabela a seguir apresenta um resumo de nossas obrigações contratuais, em 31 de dezembro de 2017:

Obrigações contratuais	Pagamento devido ao período				
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
	(em milhões de Reais)				
Financiamentos .....	13.426,8	3.349,5	2.721,5	4.314,1	3.041,8
Juros estimados sobre financiamentos <sup>(1)(2)</sup> .....	3.144,5	460,5	792,8	653,9	1.237,2
Instrumentos de proteção ( <i>hedge</i> ) cambial e de juros <sup>(3)</sup> .....	422,2	145,2	136,6	113,4	27,0
Recursos estimados para financiamento de plano de pensão — Ultraprev <sup>(4)</sup> .....	669,5	24,2	51,7	56,5	537,1
Obrigações de compra — matéria-prima <sup>(5)</sup> .....	1.724,9	399,3	798,6	463,2	63,8
Obrigações de compra — utilidades <sup>(6)</sup> .....	28,4	21,4	7,1	—	—
Obrigações tarifárias mínimas — Ultracargo <sup>(7)</sup> .....	91,5	11,0	21,9	21,9	36,7
Arrendamentos operacionais <sup>(8)</sup> .....	876,4	145,3	207,4	207,4	316,3
<b>Total de obrigações contratuais .....</b>	<b>20.384,3</b>	<b>4.556,3</b>	<b>4.737,7</b>	<b>5.830,3</b>	<b>5.259,9</b>

<sup>(1)</sup> Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período, principalmente (i) CDI de 6,76% em 2018, 8,08% de 2019 a 2020, 9,63% de 2021 a 2022 e 10,70% de 2023 a 2033, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,37 em 2018, R\$ 3,53 em 2019, R\$ 3,77 em 2020, R\$ 4,05 em 2021, R\$ 4,35 em 2022, R\$ 4,66 em 2023, R\$ 4,99 em 2024, R\$ 5,35 em 2025, R\$ 5,73 em 2026 e R\$ 6,13 em 2027 (iii) TJLP de 6,75%, (iv) IGP-M de 4,38% em 2018, 4,13% em 2019 e 4,00% de 2020 a 2033, e (v) IPCA de 3,9% (Fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras). Veja "Item 5.B. Análise Financeira e Operacional e Perspectivas — Liquidez e Recursos de Capital — Endividamento" e a Nota 14 das nossas demonstrações financeiras consolidadas para informações sobre vencimentos e taxas de juros. Veja as Notas 14 e 31 de nossas demonstrações financeiras consolidadas para maiores informações sobre vencimentos e valor a mercado de nossos contratos de *swap*.

<sup>(2)</sup> Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo. Não inclui nenhuma informação sobre nossos instrumentos derivativos, para os quais o valor justo é apresentado no Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas Sobre Risco de Mercado. Veja o "Item 11. Informações Quantitativas e Qualitativas Sobre Risco de Mercado" para maiores informações sobre nossos instrumentos derivativos.

<sup>(3)</sup> Os instrumentos de *hedge* de moedas e taxas de juros foram estimados com base em contratos futuros projetados em dólares, na curva de futuros do contrato DI x Pre e Pre x contratos de IPCA divulgada pela B3 em 28 de dezembro de 2017, e na curva de futuros da LIBOR (ICE – Intercontinental Exchange) em 30 de dezembro de 2016. Na tabela acima, somente os instrumentos de *hedge* com resultado negativo na ocasião da compensação foram considerados.

<sup>(4)</sup> A estimativa de pagamento foi calculada baseada (i) em uma premissa de inflação de 4,5%, (ii) idade média dos participantes em 31 de dezembro de 2017 (37 anos) e (iii) contribuição da Companhia em dezembro de 2017.

<sup>(5)</sup> A controlada Oxiten Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2017 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

<sup>(6)</sup> A obrigação de compra refere-se a contratos de longo prazo sob os quais a Oxiten é obrigada a comprar uma quantidade mínima de energia anualmente.

<sup>(7)</sup> O Tequimar possui contratos com a CODEBA — Companhia de Docas do Estado da Bahia e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga de (i) 397 mil toneladas por ano até 2031, e 900 mil toneladas por ano até 2022, em Aratu; e (ii) 250 mil toneladas por ano, até 2027, e 400 mil toneladas por ano, até 2029, em Suape. Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2017, essas tarifas eram de R\$ 6,99 por tonelada para Aratu e R\$ 2,90 por tonelada para Suape.

<sup>(8)</sup> As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz possuem contratos de arrendamento mercantil operacional. A Ipiranga possui contratos relacionados a terreno e construção de postos, a Extrafarma a farmácias e a Ultragaz a revendas e veículos de sua frota. Adicionalmente, as controladas Cia. Ultragaz, Ultracargo e Oxiten mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Veja Nota 32.c das nossas demonstrações financeiras consolidadas sobre arrendamento mercantil operacional.

## ITEM 6. CONSELHEIROS, ALTA ADMINISTRAÇÃO E EMPREGADOS

### A. Conselheiros e Alta Administração

O quadro a seguir indica os nomes e os cargos ocupados pelos nossos conselheiros e diretores em 6 de abril de 2018:

Nome	Cargo	Tempo na Companhia	Idade
<b>Conselho de Administração</b>			
Paulo Guilherme Aguiar Cunha.....	Presidente do Conselho	51	78
Pedro Wongtschowski .....	Vice-Presidente do Conselho	40	71
Alexandre Gonçalves Silva.....	Conselheiro	2	73
Carlos Tadeu da Costa Fraga .....	Conselheiro	2	60
Jorge Marques de Toledo Camargo .....	Conselheiro	2	63
José Maurício Pereira Coelho .....	Conselheiro	2	51
Lucio de Castro Andrade Filho .....	Conselheiro	41	73
Nildemar Secches .....	Conselheiro	15	69
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho .....	Conselheiro	15	76
<b>Diretoria</b>			
Frederico Pinheiro Fleury Curado <sup>(1)</sup> .....	Diretor Presidente (CEO)	0	56
André Pires de Oliveira Dias <sup>(2)</sup> .....	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Ultrapar	2	50
João Benjamin Parolin .....	Diretor Superintendente, Oxiteno	32	59
Leocadio de Almeida Antunes Filho .....	Diretor Superintendente, Ipiranga	9	67
André Covre.....	Diretor Superintendente, Extrafarma	14	47
Pedro Jorge Filho .....	Diretor Superintendente, Ultragaz	40	63
Ricardo Isaac Catran .....	Diretor Presidente, Ultracargo	38	63

<sup>(1)</sup> Frederico Pinheiro Fleury Curado assumiu o cargo de Diretor Presidente em outubro de 2017. Veja "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

<sup>(2)</sup> André Pires de Oliveira Dias assumiu o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores em julho de 2015. Veja "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

A seguir estão sumarizadas informações referentes a experiência profissional, áreas de experiência e atuação externa dos membros atuais do nosso Conselho de Administração e da nossa diretoria executiva.

### **Conselho de Administração**

**Paulo Guilherme Aguiar Cunha.** O Sr. Cunha é presidente do Conselho de Administração da Ultrapar desde 1998, e foi diretor presidente da Ultrapar até janeiro de 2007. O Sr. Cunha é membro do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. desde 1997. Ingressou na Ultrapar em 1967, sendo nomeado diretor vice-presidente em 1973 e Diretor Presidente em 1981. Atuou também como membro do CMN – Conselho Monetário Nacional, membro do Conselho de Administração da BNDESPAR Participações S.A., uma subsidiária do BNDES, presidente da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, membro do conselho consultivo da ABIQUIM e presidente do IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo. O Sr. Cunha é membro do Conselho Superior de Economia e do Conselho Consultivo da Indústria da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e ex-presidente do IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, onde atualmente é membro do Conselho de Administração. Atua também no conselho consultivo do Insper – (antigo IBMEC) e no Conselho de Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. De 2008 a 2014, o Sr. Cunha foi membro do Conselho Superior de Estratégia da FIESP e do Conselho Orientador do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Formou-se em engenharia industrial mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1962. Foi professor de engenharia na Universidade Católica e na Universidade Federal do Rio de Janeiro de 1963 a 1966.

**Pedro Wongtschowski.** O Sr. Wongtschowski atua como diretor da Ultrapar desde 1985, tornando-se presidente e CEO de janeiro de 2007 a dezembro de 2012, e atualmente atua no Conselho de Administração. Ele é Presidente do Conselho do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, Presidente do Conselho da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras e Presidente do Conselho da EMPRAPII (Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial). Desde 2015, ele é presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. O Sr. Wongtschowski é membro do Conselho de Administração da Embraer S/A., da Companhia Nitroquímica Brasileira, da CTC (Centro de Tecnologia Canavieira) e de outras empresas privadas e organizações sem fins lucrativos. Autor e coautor de livros relacionados à indústria química. O Sr. Wongtschowski é Engenheiro Químico, com Mestrado e Doutorado pela Universidade de São Paulo – Escola Politécnica.

**Lucio de Castro Andrade Filho.** O Sr. Andrade Filho é o vice-presidente do Conselho de Administração desde 1998. Ingressou na companhia em 1977 e desde então ocupou diversos cargos em algumas de nossas subsidiárias nos segmentos de GLP, logística, engenharia e indústria química, e também ocupou o cargo de vice-presidente da Ultrapar de 1982 a 2006. Foi diretor presidente da GLP – Qualidade Compartilhada, uma associação da indústria de GLP, e membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Petróleo – IBP. Ele foi também membro da *Associação Arte Despertar*, de 2005 a 2009. O Sr. Andrade Filho formou-se em engenharia civil e em administração pela Universidade Mackenzie de São Paulo, em 1968 e 1972, respectivamente.

**Jorge Marques de Toledo Camargo.** O Sr. Camargo juntou-se a nós como membro do Conselho de Administração em abril de 2015. É membro do Conselho de Administração da Prumo Logística S.A. desde 2014. Camargo também é membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis desde 2010, e em 2015, tornou-se presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis. Ele é também consultor sênior da McKinsey & Comp., Inc. desde 2012, e membro do Conselho de Administração da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. desde 2011. Foi membro do Conselho de Administração da Deepflex do Brasil Ltda. de 2010 a 2013 e consultor sênior da Statoil Brasil. Possui mais de 35 anos de experiência na indústria do petróleo. Formou-se em Geologia pela Universidade de Brasília e obteve mestrado em Geofísica pela *University of Texas*.

**Nildemar Secches.** O Sr. Secches é membro de nosso Conselho de Administração desde abril de 2002. O Sr. Secches é membro do Conselho de Administração da WEG S.A. e da Suzano Papel e Celulose. Ele foi membro do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A de 2012 a 2017. De 2007 a 2013, foi presidente do Conselho de Administração da Brasil Foods S.A. e CEO da Empresas Perdigão S.A. de 1995 a 2008. De 1972 a 1990, o Sr. Secches trabalhou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no qual foi diretor de 1987 a 1990. De 1990 a 1994, foi diretor geral (CEO) do Grupo Iochpe-Maxion Holding Industrial, onde atualmente é membro do Conselho de Administração. O Sr. Secches ocupou também anteriormente os cargos de presidente da ABEF – Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango e vice-presidente da ABIPECS – Associação Brasileira das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Carne Suína. O Sr. Secches formou-se em engenharia mecânica pela Universidade de São Paulo, unidade de São Carlos, concluiu mestrado em finanças pela PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e concluiu doutorado em economia pela Universidade de Campinas, no estado de São Paulo.

**José Maurício Pereira Coelho.** O Sr. Coelho se juntou à Ultrapar em abril de 2015 como membro da Diretoria. Ele é atualmente o presidente e CEO do BB Seguridade Participações S.A. Ele foi vice-presidente de Gestão Financeira e Relações com Investidores do Banco do Brasil S.A. de 2015 a 2017 (janeiro) e membro do Conselho de Administração do Grupo Neoenergia de 2009 a 2014. Sr. Coelho foi também membro do Conselho de Administração do BB Securities LLC, New York, BB Securities Limited, London e BB Securities Asia Pte. Ltda., Singapore, de 2009 a 2015. Também é membro do Conselho de Administração da Cielo S.A. desde 2012. Formou-se em Contabilidade pela Faculdade Unigranrio, Rio de Janeiro, em 1990. Possui MBA em Finanças e Mercado de Capitais, com especialização em Governança Corporativa, pela FGV/RJ.

**Olavo Egidio Monteiro de Carvalho.** O Sr. Monteiro de Carvalho é membro do Conselho de Administração desde 2002. Ocupa os cargos de presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A. e o de membro do Conselho de Administração da Klabin S.A.. É também membro do Conselho Municipal do Desenvolvimento – COMUDES, sócio da Geociclo Biotecnologia S.A., membro do Conselho de Administração da Agência Rio-Negócios, agência de promoções e investimentos criada para promover o desenvolvimento econômico e comercial do Rio de Janeiro e foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro até 2009. Formou-se em Engenharia Mecânica pela Technische Hochschule, em Munique.

**Alexandre Gonçalves Silva.** O Sr. Silva se juntou à Ultrapar em abril de 2015 como membro do Conselho de Administração. O Sr. Silva é membro do Conselho de Administração da Embraer S.A. desde 2011, e em 2012, tornou-se o presidente do Conselho de Administração da Embraer S.A. Também é membro do Conselho de Administração da Fibria Celulose S.A. desde 2009, da Companhia Nitro Química Brasileira desde 2012 e da Votorantim Cimentos desde 2016. O Sr. Silva foi membro do Conselho de Administração da Tecsis – Tecnologia e Sistemas Avançados de 2013 a 2016. Ele também foi CEO da General Electric no Brasil de 2001 a 2007. Formou-se em engenharia industrial mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do – Rio de Janeiro, em 1967.

**Carlos Tadeu da Costa Fraga.** O Sr. Fraga se juntou à Ultrapar em abril de 2015 como membro do Conselho de Administração. Ele é membro do Conselho de Administração da Açu Petróleo desde 2017, da MRO Logistics S.A. desde 2016, do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis desde 2016 e da GranBio Investimentos S.A. desde 2015. O Sr. Fraga foi membro do Conselho do Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro de 2006 a 2012. Também foi membro do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo de 2008 a 2012, e o Gerente Executivo de Exploração e Produção do Pré-Sal da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. de 2012 a 2015 (fevereiro). Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1980.

#### **Diretoria Executiva**

**Frederico Pinheiro Fleury Curado.** Sr. Frederico P. F. Curado é Diretor Presidente da Ultrapar desde outubro de 2017. Foi Diretor Presidente da Embraer de 2007 a 2016, onde ocupou anteriormente os cargos de vice-presidente executivo para o Mercado da Aviação Comercial, de 1998 a 2007, e Vice-Presidente Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, de 1995 a 1998. O Sr. Curado é membro do Conselho de Administração da Transocean Ltd. (desde 2013) e também da ABB Ltd. (desde 2016). O Sr. Curado também é Vice-Presidente da Câmara do Comércio Internacional (desde 2013). Sr. Curado atuou como Conselheiro da Iochpe-Maxion S.A. (de 2015 a 2017) e, como Presidente do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (de 2011 a 2016). O Sr. Curado é bacharel em Engenharia Mecânica e Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) no Brasil em 1983 e possui MBA pela Universidade de São Paulo (USP) em 1997.

**André Pires de Oliveira Dias.** O Sr. Pires ingressou na Ultrapar em julho de 2015 como Diretor Superintendente de Planejamento e Relações com Investidores. Sr. Pires possui mais de 25 anos de experiência em finanças e mercado de capitais. Iniciou sua carreira em 1988 e ocupou vários cargos no Brasil e nos Estados Unidos no Banco Geral do Comércio, Montgomery Asset Management, Banco BBA Creditanstalt e BNP Paribas. Ele ingressou na Gerdau S.A. em 2004, onde trabalhou como gestor de fundos no escritório da família Gerdau e como CFO na Gerdau Ameristeel nos Estados Unidos. Em 2013, o Sr. Pires foi nomeado Vice-Presidente Executivo do Comitê Executivo da Gerdau e CFO, posição que ocupou até 2015. Sr. Pires formou-se em Administração com ênfase em Finanças na Fundação Getúlio Vargas. Além disso, concluiu the *Advanced Management Program* na Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos.

**André Covre.** O Sr. Covre ingressou na Ultrapar em 2003 como Diretor Superintendente de Planejamento e Relações com Investidores e trabalhou nesta posição até março de 2007, quando assumiu a posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia até junho de 2015. A partir desta data, o Sr. Covre é Diretor de Operações na Extrafarma, o negócio farmacêutico da Ultrapar. O Sr. Covre possui 25 anos de experiência em diversas funções de gestão, incluindo o campo de desenvolvimento estratégico e corporativo, crescimento e *turnaround ventures*, governança corporativa, fusões e aquisições e mercados de capital. De 2008 a 2010, o Sr. Covre foi eleito presidente, e de 2010 a 2013 foi vice-presidente da *Latin American Corporate Governance Roundtables Companies Circle*, grupo de governança corporativa na América Latina, apoiado pela Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), *International Finance Corporation* (IFC) e *Global Corporate Governance Forum* (GCGF). O Sr. Covre iniciou sua carreira na Unisys Corp. nos Estados Unidos, foi tesoureiro da Pepsi Cola Engarrafadora no Brasil e diretor do ABN AMRO Capital em Amsterdã, um fundo de *private equity* e venture capital. O Sr. Covre possui MBA pela INSEAD, na França, e formou-se em administração pública pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

**João Benjamin Parolin.** O Sr. Parolin ingressou na Companhia em 1986, trabalhando no departamento comercial da Oxitenó antes de assumir o cargo de Diretor de Operações da Oxitenó em 2007. O Sr. Parolin atuou anteriormente como gerente de marketing de 1989 a 1992 e gerente de vendas 1992 a 2000. De 2000 a 2006, ele ocupou o cargo de diretor de vendas na Oxitenó. Antes de ingressar na companhia, o Sr. Parolin trabalhou na área comercial da Dow Química S.A. O Sr. Parolin formou-se em engenharia química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 1980, e possui pós-graduação em administração mercadológica pela Fundação Getúlio Vargas e MBA pela Fundação Instituto de Administração – Universidade de São Paulo. Como complemento à sua formação acadêmica, cursou o programa STC – *Skills, Tools and Competences* pela Fundação Dom Cabral / *JL Kellogg Graduate School of Management* (Northwestern University) em 2000 e o *Advanced Management Program* pela *Wharton University* em 2005.

**Leocadio de Almeida Antunes Filho.** O Sr. Antunes é diretor da Ultrapar desde maio de 2008. Ocupou uma série de posições na Ipiranga desde 1987 quando entrou como diretor comercial na Fertilisul S.A. e como diretor na Ipiranga Serranas Fertilizantes S.A. De 1993 a 2008 atuou como diretor da CBPI e DPPI. Atualmente o Sr. Antunes é Diretor de Operações da Ipiranga e também membro do Conselho da Plural. O Sr. Antunes também é membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP e membro da *Association for Convenience and Fuel Retailing* – NACS. Formou-se em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui pós-graduação e mestrado em economia agrícola na Universidade de Reading (Reino Unido) e Universidade de Londres, respectivamente. Além disso, concluiu o *Advanced Executive Program*, da *J.L. Kellogg Graduate School of Management* na *Northwestern University*, Estados Unidos.

**Pedro Jorge Filho.** O Sr. Jorge é diretor da Ultrapar desde abril de 2005. Ingressou na Ultrapar em 1977 e atuou em diversas posições na Companhia, inclusive atuando como diretor executivo da Utingás e Diretor de Engenharia e Marketing da Ultraz. O Sr. Jorge também foi responsável pelas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Em 2003, o Sr. Jorge assumiu a diretoria geral de operações da Ultraz. Atualmente é diretor no Sindigás e na AIGLP (*Asociación Iberoamericana de Gás Licuado de Petróleo*) e presidente da *World LPG Association* – Paris. O Sr. Jorge também é Diretor Presidente da GLP – Qualidade Compartilhada, uma associação da indústria de GLP. Formou-se em engenharia industrial química na Universidade Mackenzie. Cursou o Programa de Gestão Avançada (1998) pelo INSEAD, em Fontainebleau, na França, e o "*HRs – Contribution to Continuous Improvement*" do Instituto IESE (1999) da Universidade de Navarra em Barcelona, Espanha.

**Ricardo Isaac Catran.** O Sr. Catran é diretor da Ultrapar desde maio de 2010. Ingressou na Ultrapar em 1980 e desde então ocupou uma série de posições, incluindo a de diretor comercial da Transultra e da Tequimar na região nordeste. Em 2008, o Sr. Catran assumiu a diretoria geral de operações da Ultracargo. Formou-se em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui pós-graduação em engenharia de transportes pelo COPPE UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – Universidade Federal do Rio de Janeiro).

## **B. Remuneração**

Os objetivos da nossa política e das práticas de remuneração são (i) alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos, (ii) convergência das metas individuais à estratégia da Companhia e (iii) reconhecimento da contribuição e retenção dos profissionais, com base em referências de mercado. Seguindo estes princípios, adotamos um plano de remuneração diferenciado e competitivo, incluindo a utilização de métricas de criação de valor para estabelecer metas de remuneração variável, benefícios diferenciados aos executivos e um programa de outorga de ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, reconhecemos em nossas demonstrações financeiras o valor de R\$ 50,3 milhões para remuneração global de todos os nossos conselheiros e diretores, como segue na tabela abaixo:

	Conselho de administração	Diretoria executiva	Total
	(em milhares de Reais, exceto número de membros)		
<b>Número de membros.....</b>	<b>9,00</b>	<b>7,00</b>	
<b>Remuneração fixa anual.....</b>	<b>6.552,0</b>	<b>21.814,7</b>	<b>28.366,7</b>
Salário / pró-labore .....	4.916,0	11.449,7	16.365,7
Benefícios diretos e indiretos.....	1.636,0	10.365,0	12.001,0
<b>Remuneração variável.....</b>	<b>—</b>	<b>10.651,4</b>	<b>10.651,4</b>
Remuneração variável de curto prazo .....	—	17.110,0	17.110,0
Remuneração variável de longo prazo .....	—	(6.458,6)	(6.458,6)
<b>Benefício pós-emprego.....</b>	<b>—</b>	<b>1.096,0</b>	<b>1.096,0</b>
<b>Benefícios resultantes da interrupção do exercício da posição .....</b>	<b>—</b>	<b>8.793,9</b>	<b>8.793,9</b>
<b>Remuneração baseada em ações .....</b>	<b>—</b>	<b>1.398,5</b>	<b>1.398,5</b>
<b>Valor total da remuneração .....</b>	<b>6.552,0</b>	<b>43.754,5</b>	<b>50.306,5</b>

O quadro a seguir mostra a maior, menor e remuneração individual média reconhecida em nossas demonstrações financeiras para os nossos conselheiros e diretores em 2017:

Órgão	Número de membros	Maior remuneração individual	Menor remuneração individual	Remuneração individual média
	(em milhares de Reais, exceto número de membros)			
Conselho de Administração .....	9,00	1.667,5	492,5	728,0
Diretoria Executiva .....	7,00	9.355,0	3.851,0	6.171,4

Os principais componentes do nosso plano de remuneração da administração são:

- Remuneração fixa (salário e benefícios diretos e indiretos): montante mensal pago com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a contribuição individual e a experiência de cada profissional.
- Remuneração variável de curto prazo: montante anual pago com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Companhia. Este montante é atrelado (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA®, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros.
- Remuneração variável de longo prazo: o objetivo desta parcela da remuneração é o alinhamento de interesses de longo prazo entre executivos e acionistas e a retenção dos executivos. O último programa foi estabelecido em fevereiro de 2014 e previa que o Diretor-Presidente poderia receber remuneração variável adicional em função do desempenho das ações da Companhia entre 2013 e 2017. Este programa foi encerrado em 2017. Atualmente não temos vigente remuneração nesta modalidade.

Adicionalmente, uma porção da remuneração total é representada pela amortização de ações entregues em usufruto aos diretores executivos conforme o Plano de Outorga de Ações (definido abaixo). Veja "Item 6.D. Conselheiros, Alta Administração e Empregados – Empregados."

Em 27 de abril de 2001, a assembleia geral ordinária de acionistas aprovou um plano de remuneração baseado em ações para os membros da administração e empregados em posição de comando da Companhia. Em 26 de novembro de 2003, a assembleia geral extraordinária de acionistas aprovou certas alterações no plano previsto em 2001 ("Novo Plano de Outorga de Ações"), instituindo o usufruto de ações a alguns administradores da companhia, ficando retida a propriedade das ações pelas nossas controladoras. De acordo com o Novo Plano de Outorga de Ações, alguns membros de nossa administração passaram a ser beneficiados com usufruto sobre ações que mantínhamos em tesouraria. O Novo Plano de Outorga de Ações prevê a transferência da propriedade dessas ações concedidas em usufruto de cinco a dez anos após a concessão inicial, condicionada à não interrupção do vínculo do participante no período. O número total e a espécie das ações a serem utilizadas no plano estarão sempre sujeitos à disponibilidade de tais ações em tesouraria. Caberá ao Conselho de Administração da Ultrapar selecionar os administradores a serem beneficiados e propor a quantidade de ações em cada caso, para aprovação pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2017, o valor concedido a executivos da Companhia, incluindo encargos tributários, totalizava R\$ 105,5 milhões. Tal valor é amortizado pelo período aquisitivo do Novo Plano de Outorga de Ações, entre cinco e sete anos a contar da data de outorga, sendo a amortização relativa a 2017 de R\$

11,8 milhões registrada como despesa geral e administrativa. O valor justo das ações outorgadas foi determinado na data de outorga, com base no valor de mercado das ações na B3.

Em 19 de abril de 2017, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, novo plano de incentivo baseado em ações ("Plano") que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua propriedade, com períodos de 3 a 6 anos, a diretores ou empregados da Companhia ou de suas controladas ("Participantes").

Nos termos do novo plano, poderão ser criados no mínimo dois programas. O primeiro deles prevê a outorga de usufruto dos direitos patrimoniais sobre a totalidade de ações, com transferência da nua propriedade em até 6 (seis) anos, condicionada à não interrupção do vínculo entre o participante e a Companhia ou suas controladas. O outro prevê, dentre outras condições: (a) instituição de usufruto dos direitos patrimoniais sobre 50% (cinquenta por cento) das ações objeto deste programa em favor dos participantes; (b) meta de desempenho da Companhia à qual será vinculada a transferência da propriedade de 50% (cinquenta por cento) das ações objeto deste programa, ações estas que não serão objeto de usufruto; e (c) período de *vesting* de 5 (cinco) anos em 3 (três) tranches. As metas financeiras mencionadas são previamente definidas pelo Conselho de Administração e, para a outorga realizada em 2017, foram estabelecidas metas de retorno sobre o capital investido (ROIC).

O número total de ações ordinárias a serem utilizadas para o Plano está limitado a 1% do nosso capital social total na data de aprovação do Plano, correspondendo a 5.564.051 ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou nosso primeiro programa de ações restritas e o primeiro programa de ações restritas e performance, segundo o qual os participantes indicados pelo Conselho de Administração receberam ações não investidas no valor de R\$ 18,5 milhões. Em 2017, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 0,8 milhões em relação ao Plano.

O quadro a seguir apresenta um resumo histórico das informações sobre as ações outorgadas aos diretores estatutários até 31 de dezembro de 2017:

<b>Órgão</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>											
<b>Número total de membros</b>	7											
<b>Número de membros remunerados</b>	1	2	4	1	3	2	1	1	1	1	1	2
<b>Data de outorga<sup>1</sup></b>	14/12/05	09/11/06	08/10/08	16/12/09	10/11/10	07/11/12	03/02/14	05/03/14	10/12/14	13/03/17	08/11/17	08/11/17
<b>Quantidade de ações outorgadas<sup>2</sup></b>	20.000	133.600	496.000	40.000	140.000	70.000	150.000	38.400	100.000	100.000	120.000	7.126 <sup>3</sup>
<b>Prazo para transferência da propriedade das ações outorgadas</b>	nov/15	out/16	1/3 em set/13	1/3 em nov/14	1/3 em out/15	1/3 em out/17	1/3 em jan/18	1/3 em mar/19	1/3 em dez/19	1/3 em nov/22	out/23	1/3 em nov/20
			1/3 em set/14	1/3 em nov/15	1/3 em out/16	1/3 em out/18	1/3 em jan/19	1/3 em mar/20	1/3 em dez/20	1/3 em nov/23		1/3 em nov/21
			1/3 em set/15	1/3 em nov/16	1/3 em out/17	1/3 em out/19	1/3 em jan-2020	1/3 em mar/21	1/3 em dez/21	1/3 em nov/24		1/3 em nov/22
<b>Preço atribuído nas outorgas das ações (R\$/ação)</b>	8,21	11,62	9,99	20,75	26,78	42,90	50,64	52,15	50,64	67,99	77,14	77,14

(1) Inclui ações outorgadas entre 2004 e 2008 a determinados executivos que nas datas das respectivas outorgas ainda não eram diretores estatutários.

(2) O número de ações e o preço atribuído nas outorgas foram ajustados retroativamente para refletir o desdobramento de ações na proporção de 1:4 aprovado em assembleia geral extraordinária de 10 de fevereiro de 2011.

(3) Igual número de ações poderá ser transferido à Diretoria Executiva como ações de performance, sendo a transferência condicionada ao atingimento de metas financeiras pela Companhia ao longo do período de vesting. Tais ações não estão sujeitas à outorga de usufruto.

Os membros do nosso Conselho de Administração não são elegíveis para o programa aprovado.

Para mais informações sobre nosso Plano de Outorga de Ações e nosso Plano, veja Nota 8(c) de nossas demonstrações financeiras.



## **C. Práticas do Conselho**

Somos administrados por nosso Conselho de Administração e por nossa diretoria executiva. Em 31 de dezembro de 2017, nosso Conselho de Administração eleito pela assembleia geral ordinária de 19 de abril de 2017 consistia de 9 membros, todos eles sendo membros não executivos e sendo 6 membros independentes, conforme as regras de listagem do Novo Mercado. Dois membros do conselho fizeram parte da diretoria da Ultrapar até dezembro de 2006, e um membro foi diretor executivo até dezembro de 2012. Em 19 de abril de 2017, os membros do nosso Conselho de Administração foram reeleitos por um período de 2 anos. Nosso Conselho de Administração deve se reunir a cada três meses e também, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por quaisquer dois conselheiros. Durante o ano de 2017, foram realizadas 13 reuniões do Conselho de Administração. As reuniões do Conselho de Administração exigem que a maioria dos conselheiros deve estar presente, dentre os quais deverão estar o presidente ou o vice-presidente do Conselho, antes que se inicie a reunião. O voto da maioria dos membros presentes é necessário para a aprovação de uma resolução do Conselho de Administração. Em caso de empate, o presidente, ou, na ausência do presidente, o vice-presidente, dará o voto de desempate. Em caso de urgência, o presidente do nosso Conselho de Administração pode convocar uma reunião especial do Conselho de Administração com um período de aviso mais curto do que o habitual, no entanto, dois terços dos membros do conselho estejam presentes, a fim de convocar tal reunião especial. Entre outras responsabilidades, o Conselho de Administração é responsável (i) pelas nossas diretrizes gerais, (ii) pela eleição e destituição da nossa diretoria, fiscalização da gestão e definição da remuneração desta, (iii) pela deliberação sobre emissão de novas ações, dentro dos limites de nosso capital social, (iv) pela autorização da distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, (v) pela aprovação de transações com valor acima de 3% do nosso patrimônio líquido, (vi) pela aprovação de nossa dissolução ou incorporação ou fusão e (vii) pela indicação de auditores independentes registrados, dentre outras responsabilidades. De acordo com a legislação brasileira, cada membro do Conselho de Administração deve ser eleito pelos acionistas em assembleia geral ordinária.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos por um período de dois anos, podendo ser reeleitos.

Nosso estatuto exige que pelo menos 30% dos membros do nosso Conselho de Administração sejam membros independentes, que excede os 20% exigidos pelo Novo Mercado. Além disso, nosso estatuto estabelece que a eleição dos membros do Conselho de Administração deve ser feita através da nomeação de uma lista de candidatos, a menos que a votação cumulativa seja solicitada. Apenas as seguintes chapas de candidatos serão elegíveis (i) os nomeados pelo Conselho de Administração; ou (ii) os nomeados por qualquer acionista ou grupo de acionistas. Veja "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Nova estrutura de governança corporativa" e "Anexo 1.1. — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

Na eleição de membros para o Conselho de Administração, os acionistas terão direito de solicitar, conforme exigido por lei e nosso estatuto, a adoção de um processo de voto cumulativo, desde que o façam no prazo de, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência da assembleia de acionistas. A percentagem mínima de capital necessária para solicitar o processo de voto cumulativo é de 5% das ações. No caso de a eleição ter sido realizada por voto cumulativo, a destituição de qualquer membro do Conselho de Administração pela assembleia de acionistas implica na destituição dos outros membros, dando origem a uma nova eleição. Veja o "Anexo 1.1 — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

### **Diretoria Executiva**

Em 31 de dezembro de 2017, nossa Diretoria Executiva era composta de um mínimo de quatro e um máximo de oito membros, incluindo o Diretor Presidente.

Os membros da Diretoria Executiva são nomeados para um mandato de dois anos e podem ser reeleitos. Para informações sobre as datas em que os membros da diretoria assumiram seus respectivos cargos, veja "Item 6.A. Conselheiros, Alta Administração e Empregados — Conselheiros e Alta Administração."

### **Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria**

Nos termos da Lei das S.A., somos obrigados a manter um Conselho Fiscal, cujo funcionamento pode ser permanente ou temporário. De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas do Brasil, um Conselho Fiscal temporário é instalado mediante solicitação dos acionistas que detenham 10% das ações com direito a voto. Entretanto, de acordo com a Instrução CVM 324/00, no caso da Ultrapar, os detentores de 2% do capital com direito de voto têm direito a solicitar a instalação do Conselho Fiscal. Os membros eleitos do Conselho Fiscal ocuparão o cargo somente até a assembleia de acionistas seguinte, quando poderão ser reeleitos pelos nossos acionistas.

Conforme estabelecido em nosso estatuto aprovado em 28 de junho de 2011, nosso Conselho Fiscal, composta por 3 membros, atua em caráter não permanente e seus atuais membros permanecerão no cargo até a assembleia geral de acionistas que será realizada em 2018. Nossa proposta de administração, apresentada em nossa assembleia geral ordinária a ser realizada em 11 de abril de 2018, inclui os seguintes indivíduos para servir como membros de nosso Conselho Fiscal: Sr. Flavio Cesar Maia Luz, Sr. Geraldo Toffanello e Sr. William Bezerra Cavalcanti Filho. Se eleito, esses membros terão mandato de abril de 2018 a abril de 2019. Além disso, nosso estatuto prevê um comitê de auditoria como um órgão auxiliar ao Conselho de Administração. No caso do Conselho Fiscal ser

instalado de acordo com a Lei das S.A., o Conselho Fiscal funcionará como um Comitê de Auditoria durante o seu mandato, exercendo todos os direitos e em conformidade com os requisitos estabelecidos no nosso estatuto, inclusive no que diz respeito aos seus membros. O Comitê de Auditoria não atuará em anos fiscais em que um Conselho Fiscal esteja instalado. Veja o "Anexo 1.1 — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017." Atualmente temos um Conselho Fiscal instalado.

Atualmente, nosso Conselho Fiscal exerce as atribuições de comitê de auditoria de acordo com os requisitos da lei Sarbanes-Oxley. Segundo a regra 10A-3(c)(3) do Exchange Act, empresas não americanas emissoras de ADRs, incluindo nós, são isentas dos requisitos em relação a comitês de auditoria da Seção 303A do Manual das Companhias Listadas da NYSE, caso elas estabeleçam, de acordo com a legislação local, outro órgão que exerça as funções de comitê de auditoria.

O Conselho Fiscal é um órgão independente da nossa administração e dos nossos auditores independentes prestadores de serviços de auditoria externa. De acordo com a Lei das S.A., o Conselho Fiscal deve reunir-se pelo menos quatro vezes por ano. Desde sua instalação, em julho de 2005, o Conselho Fiscal vem se encontrando regularmente, sendo que houve treze reuniões em 2017. Nosso Conselho Fiscal é responsável por revisar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros trimestrais e anuais de acordo com os princípios contábeis, controles internos e requisitos da auditoria aplicáveis e de acordo com a Lei das S.A.; o cumprimento das normas da CVM e das exigências para listagem na B3; o cumprimento das normas da SEC e das exigências para listagem na NYSE. Compete também ao Conselho Fiscal (1) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, destituição e remuneração dos auditores independentes registrados; (2) discutir as demonstrações financeiras intermediárias e anuais com a administração e os auditores independentes registrados; (3) assumir a supervisão funcional e avaliar o desempenho da auditoria interna; (4) discutir com a administração e os auditores independentes registrados a efetividade dos controles internos da Companhia. Com o apoio de nosso Conselho Fiscal a companhia implementou melhorias nos procedimentos para recepção, retenção e tratamento de eventuais denúncias relacionadas a controles internos e auditoria, incluindo a submissão de denúncias confidenciais e anônimas de funcionários em relação a procedimentos contábeis e de auditoria questionáveis. Nosso Conselho Fiscal pode contratar consultores externos ou advogados especializados, de forma a permitir o adequado exercício de suas funções, sendo que tais despesas são de obrigação da Companhia. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos por nossos acionistas nas assembleias gerais ordinárias por um mandato de um ano e podem ser reeleitos. O mandato dos membros do nosso Conselho Fiscal expira na próxima assembleia geral ordinária que será realizada em 2018. Pela Lei das S.A., membros do Conselho de Administração, diretores, funcionários da companhia ou seus respectivos cônjuges ou parentes não são elegíveis para o Conselho Fiscal. Para ser membro do Conselho Fiscal, o indivíduo deve residir no Brasil, além de ser diplomado em curso de nível universitário, ou que tenha exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

Em 28 de junho de 2011, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a alteração no número de membros do Conselho Fiscal de cinco para três. Veja "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia — Nova estrutura de governança corporativa" e "Anexo 1.1. — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

Sem prejuízo do disposto acima, as novas regras do Novo Mercado determinam que, no máximo até a assembleia geral ordinária de 2021, todas as empresas listadas neste segmento devem ter um comitê de auditoria, estatutário ou não estatutário, para assessorar o Conselho de Administração e responsável por (i) emitir um parecer sobre a contratação ou desligamento dos auditores independentes externos; (ii) avaliar os relatórios financeiros trimestrais, as demonstrações financeiras intermediárias e as demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar e monitorar as políticas internas da companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, e recomendar correções ou melhorias; (vi) dispor dos meios para receber e lidar com informações relacionadas ao descumprimento de leis e regulamentos aplicáveis à companhia, e de suas regras e códigos internos, incluindo provisão para procedimentos específicos para proteger os delatores e assegurar a confidencialidade dessas informações.

Ainda de acordo com as novas regras do Novo Mercado, este comitê deverá ter (i) pelo menos três membros, sendo que pelo menos um deverá ser membro independente do Conselho de Administração e um deve ter experiência reconhecida em contabilidade societária, de acordo com as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em relação ao registro e à prática de atividades de auditoria independente no mercado de valores mobiliários; (ii) autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho para cobrir seus custos e despesas operacionais; e (iii) seu próprio estatuto social, aprovado pelo Conselho de Administração, com descrição detalhada de suas funções e procedimentos operacionais, e um presidente cujas atividades devem ser definidas neste estatuto social.

Conforme mencionado acima, as empresas listadas no Novo Mercado têm até a assembleia geral ordinária de 2021 para cumprir todos esses requisitos. Veja "Item 16.G. — Governança Corporativa."

Em 19 de abril de 2017, foi aprovada em assembleia geral ordinária a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, estabelecida em R\$ 17.110 por mês para cada membro efetivo, exceto o presidente do Conselho Fiscal, cuja remuneração é de R\$ 18.500 por mês.

Em 31 de dezembro de 2017, nosso Conselho Fiscal consistia em 3 membros e seus respectivos suplentes, como apresentado na tabela abaixo:

Nome	Primeiro ano em que foi eleito
Flavio César Maia Luz.....	2005
Márcio Augustus Ribeiro (suplente) .....	2007
Geraldo Toffanello.....	2017
Pedro Ozires Predeus (suplente) .....	2005
Nilson Martiniano Moreira .....	2016
Paulo Cesar Pascotini (suplente).....	2014

Em 19 de abril de 2017, na assembleia geral de acionistas, Flavio César Maia Luz (presidente), Geraldo Toffanello e Nilson Martiniano Moreira foram eleitos, assim como Márcio Augustus Ribeiro, Pedro Ozires Predeus e Paulo Cesar Pascotini foram eleitos suplentes do Sr. Luz, do Sr. Toffanello e do Sr. Moreira, respectivamente. Mr. Toffanello foi eleito para substituir o Sr. Probst e os demais membros foram reeleitos. Seguem abaixo informações relacionadas à experiência profissional e áreas de atuação dos atuais membros do Conselho Fiscal.

**Flavio César Maia Luz.** O Sr. Luz é presidente do Conselho Fiscal desde 2005. É sócio-diretor da Doing Business Consultoria Empresarial Ltda., uma boutique de negócios e finanças corporativas. O Sr. Luz é também membro do Conselho Fiscal da CTEEP S.A. e da Itaúsa S.A. e membro do Conselho de Administração da Ser Educacional S.A. e da Marcopolo S/A. O Sr. Luz foi vice-presidente financeiro da Cofra Latin America Ltda – Grupo C&A de 2001 a 2010 e foi Presidente Executivo do Banco Ibi – C&A Group em 2009. De 1999 a 2001, o Sr. Luz foi diretor executivo e vice-presidente do Conselho de Administração da Eletropaulo, e membro do Conselho de Administração da Light S/A. De 1976 a 1988, o Sr. Luz trabalhou na Duratex, onde exerceu o cargo de vice-presidente executivo de 1993 a 1998. O Sr. Luz formou-se em engenharia civil na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e pós graduou-se em administração de empresas na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Adicionalmente, cursou programas de educação continuada em finanças, marketing e fusões e aquisições nas instituições *Harvard Business School*, *Stanford University* e *Wharton Business School*, respectivamente.

**Geraldo Toffanello.** O Sr. Toffanello é membro de nosso Conselho Fiscal desde 19 de abril de 2017. O Sr. Toffanello é membro do Conselho Fiscal da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A. De 1998 a 2012, atuou como diretor contábil da Gerdau S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos e membro do Conselho de Administração da Puras FO de 2013 a 2015. O Sr. Toffanello atuou como membro do comitê de normas de contabilidade e auditoria da ABRASCA – Associação Brasileira de Companhias Abertas, de 1995 a 2012 e membro do conselho de IFRS. Também é fundador de Luzes do Mundo Ltda. O Sr. Toffanello obteve graduação em contabilidade da Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas e pós-graduação em contabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**Nilson Martiniano Moreira.** O Sr. Moreira se juntou à Ultrapar em abril de 2016 como membro do Conselho Fiscal. Atua como Diretor do Banco do Brasil S.A. desde 2006. Também é membro do Conselho Fiscal da Alelo – Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S/A. desde 2014. Sr. Moreira também foi membro do Conselho Fiscal da Neoenergia de 2010 a 2014, membro do Conselho Fiscal da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços de 2013 a 2016 e membro do Conselho de Administração da BB Tecnologia e Serviços em 2014. Formou-se em Economia na PUC – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e possui MBA pelo IBMEC – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

## Governança Corporativa

Nós somos incorporados sob as leis brasileiras e estamos sujeitos à Lei das S.A. Não há, sob a legislação brasileira, regulamentação relacionada à governança corporativa, em relação a assuntos como (i) independência de nosso Conselho de Administração; (ii) reuniões da diretoria; (iii) obrigatoriedade de estabelecimento e composição de certos comitês do Conselho ou (iv) adoção e divulgação de práticas de governança corporativa ou códigos de ética e conduta. Como uma empresa emissora que não é dos Estados Unidos, nós não precisamos adotar certas exigências da NYSE relacionadas à governança corporativa. Contudo, sempre trabalhamos com o objetivo de que as melhores práticas e recomendações relacionadas à governança corporativa sejam empregadas em nossa administração e operação. Em 31 de dezembro de 2017, adotamos práticas de governança corporativa, tais como a exigência de que pelo menos 30% dos membros do Conselho de Administração seja independente, a implementação de um código de ética para Ultra S.A., alta administração e todos os funcionários, além da implementação dos comitês de pessoas e organização e de auditoria. De acordo com nosso estatuto, o Conselho Fiscal atuará em caráter não permanente e será instalado quando solicitado por nossos acionistas, conforme estabelecido na Lei das S.A. O comitê de auditoria não atuará em anos fiscais em que um Conselho Fiscal esteja instalado. Atualmente, temos um Conselho Fiscal instalado, que exerce todas as atribuições previstas no estatuto em relação ao comitê de auditoria. Veja "Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria" e "Descrição do Comitê de Auditoria."

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos especiais de listagem, conhecidos como Nível 1 e Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado, com o objetivo de desenvolver um mercado secundário para as ações emitidas por empresas brasileiras na B3, levando tais empresas a seguir boas práticas de governança corporativa. Os níveis para listagem foram desenvolvidos de forma que as companhias listadas passem a adotar voluntariamente práticas de governança corporativa e procedimentos de divulgação de informação adicionais em relação àqueles previstos na legislação brasileira. As regras, de uma forma geral, aumentam os direitos dos acionistas e melhoram a divulgação de informações ao Mercado.

Em outubro de 2005, assinamos um acordo com a B3 e cumprimos com os requisitos para a listagem no Nível 1, nível de entrada das Práticas Diferenciais de Governança Corporativa da B3.

Em 28 de junho de 2011, foi aprovada em assembleia geral ordinária e em assembleia especial de preferencialistas a conversão de cada ação preferencial em uma ação ordinária, a migração da Ultrapar para o segmento Novo Mercado da B3 e alterações no nosso estatuto. Veja o "Anexo 2.11. — Regras do Novo Mercado."

Nosso estatuto contém disposições que excedem os requisitos de listagem do Novo Mercado. Por exemplo, de acordo com as regras do Novo Mercado, a percentagem mínima de membros independentes no Conselho de Administração é de 20%, enquanto o mínimo estabelecido em nosso estatuto é de 30%. Nosso estatuto também (i) estabelece a realização obrigatória de oferta pública de aquisição de ações destinada a 100% dos acionistas, no caso de um acionista, ou grupo de acionistas atuando em conjunto, adquirir ou tornar-se titular de 20% das ações da Companhia, excluindo as ações em tesouraria, e (ii) estabelece a criação de comitês de auditoria e pessoas e organização, como órgãos auxiliares do Conselho de Administração. Nosso estatuto não estabelece qualquer limitação de direito de voto, tratamento especial de acionistas atuais, realização obrigatória de OPA por preço superior ao de aquisição de ações ou qualquer outra modalidade de *poison pill*, assegurando, portanto, a eficiência da aprovação por maioria dos acionistas de qualquer matéria a ser deliberada. Veja "Item 4.A. História e Desenvolvimento da Companhia — Nova estrutura de governança corporativa" e "Anexo 1.1. — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

Além disso, destacamos que o novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado foi aprovado pela CVM em setembro de 2017 e entrou em vigor em 02 de janeiro de 2018.

Algumas alterações do Regulamento de Listagem do Novo Mercado podem ser adotadas até a data da assembleia geral ordinária de 2021, dentre elas: (i) obrigatoriedade de definir um Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário); (ii) estruturar e divulgar um processo de avaliação do Conselho de Administração, seus comitês e diretores; (iii) elaborar e divulgar um Código de Conduta, assim como uma Política de Remuneração, uma Política de Nomeação para o Conselho de Administração, seus Comitês e Diretores, uma Política de Gerenciamento de Riscos; uma Política de Transações com Partes Relacionadas e uma Política de Negociação de Valores Mobiliários, todas com requisitos mínimos.

Por outro lado, outros requisitos estabelecidos no novo Regulamento do Novo Mercado já entrarão em vigor no dia 02 de janeiro de 2018, dentre elas:

- (i) divulgação da renúncia ou destituição de qualquer membro do Conselho de Administração ou diretor estatutário por meio de comunicado ao mercado ou de fato relevante que deve ser divulgado no máximo até o seguinte dia útil da data na qual a Companhia foi notificada da renúncia ou na qual a demissão foi aprovada;
- (ii) arquivamento junto à B3, no máximo até dez dias após o encerramento de cada mês de um relatório mensal com base nas informações fornecidas pelo acionista controlador com detalhes da participação direta ou indireta de suas ações pelo acionista controlador e pessoas relacionadas, de forma individual e consolidada, incluindo as posições em derivativos e quaisquer outros títulos e valores mobiliários referenciados em ações emitidas pela Companhia, inclusive derivativos liquidados em espécie;
- (iii) divulgação dos avisos de fatos relevantes, informações sobre dividendos e outras distribuições em inglês com a divulgação correspondente em português;
- (iv) realização de uma apresentação pública sobre as informações divulgadas em seus resultados ou demonstrações financeiras trimestrais em até cinco dias úteis após a divulgação;
- (v) regras relacionadas ao parecer do Conselho de Administração sobre ofertas públicas cujos avisos foram publicados após 02 de janeiro de 2018;
- (vi) regras relacionadas à transferência do controle da Companhia, saída do Novo Mercado e reorganização societária em relação aos eventos divulgados após 02 de janeiro de 2018.

## **Descrição do Comitê de Auditoria**

Nosso estatuto estabelece o comitê de auditoria como um órgão auxiliar ao Conselho de Administração. O comitê de auditoria deve ser composto por três membros, dos quais pelo menos dois sejam membros externos e independentes, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano, com direito à reeleição para sucessivos mandatos. Os membros externos e

independentes do comitê de auditoria não devem ser membros do Conselho de Administração da empresa ou de suas controladas e devem dispor de conhecimentos ou experiência em auditoria, controles, contabilidade, tributação ou regras aplicáveis às companhias abertas, na medida em que se referem a uma preparação adequada das demonstrações contábeis. O comitê de auditoria deve (a) propor ao Conselho de Administração a nomeação dos auditores independentes registrados, bem como sua substituição; (b) analisar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, além de fornecer as recomendações que considere necessárias para o Conselho de Administração; (c) analisar as informações financeiras trimestrais e as demonstrações financeiras periódicas preparadas pela Companhia; (d) avaliar a eficácia e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive em relação às disposições contidas na Lei Sarbanes-Oxley, submetendo as recomendações que considere necessárias para o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos; (e) dar o seu parecer, a pedido do Conselho de Administração, com relação às propostas dos órgãos de gestão a serem submetidas às assembleias gerais, relativas a alterações do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, fusão, incorporação ou cisão; e (f) dar o seu parecer sobre as matérias que lhe forem submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre as matérias que determina ser relevante. Conforme determinado em nosso estatuto, no caso do Conselho Fiscal ser instalado, conforme estabelecido na Lei das S.A., o Conselho Fiscal deve funcionar como comitê de auditoria, exercendo todas as funções previstas no nosso estatuto. O comitê de auditoria não atuará em anos fiscais em que um Conselho Fiscal esteja instalado. Conforme estabelecido pelo nosso estatuto, nosso Conselho Fiscal atuará em caráter não permanente e seus membros atuais permanecerão em seus cargos até a assembleia geral ordinária que será realizada em 2018. Nossa proposta de administração, apresentada em nossa assembleia geral ordinária a ser realizada em 11 de abril de 2018, inclui os seguintes indivíduos para servir como membros de nosso Conselho Fiscal: Sr. Flavio Cesar Maia Luz, Sr. Geraldo Toffanello e Sr. William Bezerra Cavalcanti Filho. Se eleito, esses membros terão mandato de abril de 2018 a abril de 2019. Veja "Item 4.A. História e Desenvolvimento da Companhia — Nova estrutura de governança corporativa" e "Anexo 1.1. — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2019."

Sem prejuízo do disposto acima, as novas regras do Novo Mercado determinam que, no máximo até a assembleia geral ordinária de 2021, todas as empresas listadas neste segmento devem ter um comitê de auditoria, estatutário ou não estatutário, para assessorar o Conselho de Administração e responsável por (i) emitir um parecer sobre a contratação ou desligamento dos auditores independentes externos; (ii) avaliar os relatórios financeiros trimestrais, as demonstrações financeiras intermediárias e as demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar e monitorar as políticas internas da companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, e recomendar correções ou melhorias; (vi) dispor dos meios para receber e lidar com informações relacionadas ao descumprimento de leis e regulamentos aplicáveis à companhia, e de suas regras e códigos internos, incluindo provisão para procedimentos específicos para proteger os delatores e assegurar a confidencialidade dessas informações.

Ainda de acordo com as novas regras do Novo Mercado, este comitê deverá ter (i) pelo menos três membros, sendo que pelo menos um deverá ser membro independente do Conselho de Administração e um deve ter experiência reconhecida em contabilidade societária, de acordo com as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em relação ao registro e à prática de atividades de auditoria independente no mercado de valores mobiliários; (ii) autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho para cobrir seus custos e despesas operacionais; e (iii) seu próprio estatuto social, aprovado pelo Conselho de Administração, com descrição detalhada de suas funções e procedimentos operacionais, e um presidente cujas atividades devem ser definidas neste estatuto social.

Conforme mencionado acima, as empresas listadas no Novo Mercado têm até a assembleia geral ordinária de 2021 para cumprir todos esses requisitos.

### **Descrição do Comitê de Pessoas e Organização**

Nosso estatuto estabelece o comitê de pessoas e organização como um órgão auxiliar ao Conselho de Administração. O comitê de pessoas e organização deve (a) nos termos da proposta recebida do Diretor Presidente, propor ao Conselho de Administração e revisar periodicamente os parâmetros e diretrizes de uma remuneração e enquadramento dos benefícios para conselheiros, diretores executivos e diretores da Companhia e suas controladas, e membros dos comitês e outros órgãos de governo que assistem o Conselho de Administração; (b) propor ao Conselho de Administração, nos termos da proposta recebida do Diretor Presidente, a remuneração global dos conselheiros e diretores executivos da Companhia, que devem ser submetida à assembleia geral ordinária; (c) garantir que a Companhia se prepare adequadamente para a sucessão de seus conselheiros, diretores executivos e outros funcionários-chave, em especial a do Diretor Presidente e dos principais diretores executivos; e (d) realizar a diligência e supervisionar as medidas tomadas para assegurar que a Companhia adote um modelo de competência e liderança, atração, retenção e motivação de acordo com seus planos estratégicos. Conforme aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas celebrada em 19 de abril de 2017, a denominação desse comitê foi modificada de comitê de remuneração para comitê de pessoas e organização. Além disso, a composição desse comitê foi modificada de três membros do Conselho de Administração, dois dos quais serão conselheiros independentes, para até quatro membros, dois dos quais serão conselheiros independentes, e os outros poderão ser conselheiros ou não. Veja "Item 4.A. História e Desenvolvimento da Companhia — Nova estrutura de governança corporativa" e "Anexo 1.1. — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

O comitê de pessoas e organização foi instalado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de novembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2017, o Sr. Alexandre Gonçalves Silva, Sr. Nildemar Secches, Sr. Lucio de Castro Andrade Filho e Sr. Pedro Wongschowski foram membros do comitê de pessoas e organização nomeados em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2017 para um mandato que será prorrogado até o término do mandato do Conselho de Administração eleito em reunião realizada em 19 de abril de 2017. Veja "Anexo 1.1. — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

## Contrato de Conclusão

Não aplicável.

## D. Empregados

Em 31 de dezembro de 2017, nós tínhamos 16.448 empregados. O quadro a seguir mostra o número de nossos empregados nos anos indicados:

	Em 31 de dezembro de		
	Número de colaboradores		
	2017	2016	2015
Ultragaz.....	3.633	3.610	3.603
Ipiranga .....	3.051	2.903	2.864
Oxitenio .....	1.901	1.903	1.806
Ultracargo .....	715	645	596
Extrafarma .....	6.698	5.670	5.269
Outros <sup>(1)</sup> .....	450	442	459
Ultrapar .....	16.448	15.173	14.597

<sup>(1)</sup> Inclui funcionários do centro corporativo.

Todos os empregados da Ultrapar estão cobertos por acordo coletivo firmado com os sindicatos que representam os diversos segmentos da indústria: Ultragaz no segmento de comércio de minérios e transporte; Ipiranga no segmento de distribuição de combustíveis; Oxitenio no segmento de químicos; Ultracargo no segmento de armazenagem e Extrafarma no segmento de varejo farmacêutico. Todos os acordos coletivos firmados com o sindicato de cada segmento contemplam cláusulas de caráter social, financeiro, relações sindicais e trabalhistas.

Em fevereiro de 2001 foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida a seus empregados patrocinado pela Ultrapar e suas subsidiárias. Participantes têm contribuído para este plano, administrado pela Ultraprev – Associação de Previdência Complementar, desde agosto de 2001. Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da aplicação de um percentual de seu salário, anualmente definido pelo participante. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste, limitado a 11% do salário de referência do funcionário, calculado de acordo com os regulamentos do plano. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber mensalmente (i) um percentual que varia entre 0,5% e 1,0%, sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev, ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Companhia e suas sociedades controladas não assumem responsabilidade quanto aos níveis de valores e prazos de recebimento de aposentadoria aos participantes. O total de empregados vinculados ao plano em 31 de dezembro de 2017 atingiu 8.677 participantes ativos.

## E. Participação Acionária

De acordo com o nosso estatuto, nossas ações ordinárias são nossa única classe de ações autorizada e em circulação. Elas garantem a todos os acionistas o direito de voto em qualquer matéria. Veja "Item 6.B. Conselheiros, Alta Administração e Empregados - Práticas do Conselho - Governança Corporativa."

Em 10 de fevereiro de 2011, foi aprovado em assembleia geral extraordinária o desdobramento de ações de emissão da Ultrapar, de forma que cada ação passou a ser representada por 4 ações, sem qualquer alteração do montante financeiro e da participação do acionista no capital da Companhia. Após o desdobramento de ações, nossa quantidade de ações preferenciais e ordinárias aumentou para 197.719.588 e 346.664.408, respectivamente.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2011, a assembleia geral extraordinária e a assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais aprovaram a conversão de cada ação preferencial da Ultrapar em uma ação ordinária com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2016, após a Transação da Extrafarma e as ações emitidas aos antigos acionistas da Extrafarma em conexão com ela, o capital social da Ultrapar era composto por 556.405.096 ações ordinárias com direito de voto.

O quadro a seguir mostra o número de ações ordinárias e a participação direta ou indireta detidas por nossos conselheiros e diretores no capital total em 31 de dezembro de 2017, incluindo participação na Ultra S.A. e não reflete mudanças em nosso capital social posteriores a esta data:

	Total	
	Ações	%
<b>Conselho de administração</b>		
Paulo Guilherme Aguiar Cunha <sup>(1)</sup> .....	15.730.616	2,8%
Lucio de Castro Andrade Filho <sup>(1)</sup> .....	5.568.164	1,0%
Pedro Wongschowski <sup>(1)</sup> .....	2.368.987	0,4%
Alexandre Gonçalves Silva .....	—	0,0%
Carlos Tadeu da Costa Fraga .....	—	0,0%
Jorge Marques de Toledo Camargo .....	—	0,0%
José Maurício Pereira Coelho .....	—	0,0%
Nildemar Secches <sup>(2)</sup> .....	168.068	0,0%
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho .....	4	0,0%
<b>Diretores Estatutários</b>		
Frederico Pinheiro Fleury Curado <sup>(3)</sup> .....	123.394	0,0%
André Pires de Oliveira Dias <sup>(3)</sup> .....	103.732	0,0%
André Covre <sup>(3)</sup> .....	401.600	0,1%
João Benjamin Parolin <sup>(3)</sup> .....	232.000	0,0%
Leocadio de Almeida Antunes Filho <sup>(3)</sup> .....	300.000	0,1%
Pedro Jorge Filho <sup>(3)</sup> .....	339.900	0,1%
Ricardo Isaac Catran <sup>(3)</sup> .....	149.650	0,0%
<b>Conselho de administração e diretoria executiva .....</b>	<b>25.486.115</b>	<b>4,6%</b>
<b>Total .....</b>	<b>556.405.096</b>	

<sup>(1)</sup> Membros do nosso Conselho de Administração e diretoria que detêm participação indireta através da sua participação na Ultra S.A. Veja "Item 7.A. Principais Acionistas e Operações com Partes Relacionadas - Principais Acionistas."

<sup>(2)</sup> Conselheiro possui ações por meio de um fundo exclusivo.

<sup>(3)</sup> Executivos que receberam ações através do Plano de Outorga de Ações.

## ITEM 7. PRINCIPAIS ACIONISTAS E OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### A. Principais Acionistas

O quadro a seguir traz informações sobre a atual propriedade das ações da Ultrapar em 31 de dezembro de 2017:

	Total	
	Ações	%
<b>Acionistas</b>		
Ultra S.A. Participações .....	119.760.601	22%
Standard Life Aberdeen PLC <sup>(1)</sup> .....	47.271.300	8%
Parth do Brasil Participações <sup>(2)</sup> .....	42.833.956	8%
BlackRock, Inc. ....	27.906.793	5%
Outros .....	318.632.446	57%
<b>Total .....</b>	<b>556.405.096</b>	<b>100%</b>

<sup>(1)</sup> Fundo de investimento sediado no Reino Unido (conforme notificação de participação de acionista relevante informado pelo respectivo fundo).

<sup>(2)</sup> Parth do Brasil Participações Ltda. é controlada pela família Daisy Igel. Em novembro de 2015, foi renomeado de Parth Investments Company para Parth do Brasil Participações Ltda.

### Propriedade e Estrutura do Capital da Ultra S.A. Participações

Em 31 de dezembro de 2017, a Ultra S.A. detinha 22% do capital votante da Ultrapar. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Ultra S.A. era composto da seguinte forma:

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
<b>Acionistas</b>						
Ana Maria Levy Villela Igel .....	9,764,689	17%	12,395,100	52%	22,159,789	27%
Fabio Igel .....	7,518,770	13%	1,768,275	7%	9,287,045	11%
Marcia Igel Joppert .....	6,521,602	11%	1,031,494	4%	7,533,096	9%
Joyce Igel de Castro Andrade .....	5,916,246	10%	1,262,989	5%	7,179,235	9%
Rogério Igel .....	3,314,187	6%	130,519	1%	3,444,706	4%
Christy Participações Ltda .....	4,049,199	7%	4,990,444	21%	9,039,643	11%
Outros .....	4,140,702	7%	2,364,065	10%	6,504,767	8%
<b>Total de Acionistas.....</b>	<b>41,225,395</b>	<b>72%</b>	<b>23,942,886</b>	<b>100%</b>	<b>65,168,281</b>	<b>80%</b>

	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
<b>Diretores e membros do conselho de administração</b>						
Paulo Guilherme Aguiar de Cunha .....	10.654.109	19%	—	0%	10.654.109	13%
Lucio de Castro Andrade Filho .....	3.775.470	7%	—	0%	3.775.470	5%
Pedro Wongschowski .....	1.606.301	3%	—	0%	1.606.301	2%
<b>Total de diretores e membros do conselho de administração .....</b>	<b>16.035.880</b>	<b>28%</b>	<b>—</b>	<b>0%</b>	<b>16.035.880</b>	<b>20%</b>
<b>Total .....</b>	<b>57.261.275</b>	<b>100%</b>	<b>23.942.886</b>	<b>100%</b>	<b>81.204.161</b>	<b>100%</b>

Todas as ações da Ultra S.A. são detidas no Brasil e há 20 indivíduos detentores dessas ações.

### Acordo de Acionistas da Ultra S.A.

Em 24 de fevereiro de 2014, os acionistas de Ultra S.A. assinaram um novo acordo de acionistas que passou a vigorar na mesma data e substituiu o acordo de acionistas de Ultra de S.A. de 2011. Os principais termos do acordo de acionistas da Ultra S.A. versam substancialmente sobre (i) o processo de decisão do voto da Ultra S.A. nas assembleias gerais da Ultrapar; e (ii) os procedimentos para a realização de permuta, por parte de qualquer acionista membro do acordo de acionistas, de ações de Ultra S.A. por ações da Ultrapar. Os termos e as condições do novo acordo de acionistas são substancialmente os mesmos que os do acordo de acionistas anterior, datado de 2011, exceto, principalmente, a substituição das reuniões prévias dos acordantes por assembleias gerais de Ultra S.A. para determinar o voto da Ultra S.A. em certas matérias das assembleias gerais de Ultrapar. O Acordo de Acionistas 2014 será válido por um prazo de cinco anos e é renovável por uma resolução unânime. Esse acordo pode ser encerrado antes do prazo por uma resolução de 80% das ações com direito a voto da Ultra S.A. Além disso, em consonância com o Acordo de Acionistas de 2011, as seguintes disposições permanecem:

- qualquer entidade que venha a adquirir ações de Ultra S.A. deve concordar em aderir aos termos do Acordo de Acionistas de 2014;
- a exigência de aprovação prévia em assembleia geral de acionistas para um terceiro se tornar um acionista Ultra S.A.; e
- a obrigação das partes do Acordo de Acionistas de 2014 em votar favoravelmente nas assembleias extraordinárias de Ultra S.A. convocada para discutir e aprovar as ações necessárias para a permuta de ações de qualquer parte da Ultra S.A. por nossas ações, em razão de troca necessária para obter o mesmo percentual de nosso capital social que aquele que detinha através da Ultra S.A.

Veja "Anexo 2.13 – Acordo de Acionistas de Ultra S.A. de 2014, datado de 25 de fevereiro de 2014."



## **B. Operações com Sociedades Relacionadas**

A Ultrapar é responsável por avais e fianças prestados a nossas subsidiárias no valor de R\$ 9.588,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Tal informação sobre operações com sociedades relacionadas está sendo fornecida com o propósito de atender às regras aplicáveis ao Formulário 20-F e não significa que essas operações sejam consideradas operações com sociedades relacionadas pela *IFRS*.

O estatuto social da Utingás prevê que cada um de seus acionistas utilize parcela da capacidade total de armazenamento da empresa, proporcional à sua respectiva participação acionária. A Ultragas tem, por conseguinte, o direito de utilizar 4,2 mil toneladas da capacidade de armazenamento de GLP das instalações da Utingás, que reflete sua participação de 57% na Utingás. Os pagamentos efetuados pela Ultragas à Utingás em 2017 relativos à utilização da capacidade de armazenamento totalizaram R\$ 9,3 milhões.

As transações com partes relacionadas para fins de demonstrações financeiras são transações entre as subsidiárias da Ultrapar com *joint ventures* e empresas coligadas, que não são eliminadas na consolidação das demonstrações contábeis. As principais transações com partes relacionadas referem-se à RPR e à ConectCar. Veja Nota 8.a) das demonstrações financeiras consolidadas para uma descrição mais detalhada de operações com sociedades relacionadas em 31 de dezembro de 2017.

## **C. Participações de Peritos e Advogados**

Não aplicável.

## **ITEM 8. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

### **A. Demonstrações Consolidadas e demais Informações Financeiras**

Para demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas ver o “Item 18. Demonstrações Financeiras”.

### **Distribuição de Dividendos**

#### ***Política de distribuição de dividendos***

Nos termos da Lei das S.A., os acionistas têm, em geral, direito de receber uma distribuição obrigatória por ano na forma de dividendos, ou como juros sobre capital próprio. Nosso estatuto social prevê uma distribuição obrigatória igual a 50% do lucro líquido (como definido baixo).

De acordo com a Lei das S.A., o lucro líquido de uma companhia consiste do resultado do exercício social, após deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido do ano em referência, bem como quaisquer valores destinados ao pagamento de participação de empregados e administradores nos lucros da companhia deste ano.

De acordo com a Lei das S.A., os valores disponíveis para distribuição de dividendos são os valores correspondentes ao lucro líquido, que pode ser afetado pelo que segue:

- valores alocados à reserva legal;
- valores alocados às reservas estatutárias, se houver;
- valores alocados à reserva de contingências, se necessário;
- valores alocados à reserva de lucros a realizar;
- valores alocados à reserva de retenção de lucros;
- valores alocados à reserva de isenção de imposto de renda;
- reversões de reservas registradas em anos anteriores, nos termos dos Princípios Contábeis Brasileiros; e
- reversões dos valores alocados à reserva de lucros a realizar, quando realizados e não absorvidos por prejuízos.

**Reserva legal.** Somos obrigados a manter uma reserva legal, à qual devemos destinar, anualmente, 5% de nosso lucro líquido até que o limite de 20% de nosso capital subscrito. Não somos obrigados a alocar qualquer valor à reserva legal em qualquer exercício social em que esta reserva, quando somada a outras reservas de capital, exceder 30% de nosso capital social. Os prejuízos acumulados, se houverem, poderão ser descontados da reserva legal. Adicionalmente, a reserva legal somente poderá ser utilizada para aumentar nosso capital.

**Reserva estatutária.** A Lei das S.A. dispõe que qualquer companhia pode criar uma reserva estatutária, a qual deverá ser descrita no estatuto social da companhia. O estatuto social que autorizar a alocação de uma porcentagem do lucro líquido da companhia a essa reserva estatutária deve também indicar o propósito, critério de alocação e o valor máximo da reserva. Como previsto em nosso estatuto, podemos alocar até 45% do nosso lucro líquido a uma reserva de investimentos, até o limite de 100% de nosso capital social.

**Reserva de contingências.** Pelos termos da legislação brasileira, nossos acionistas podem decidir que, com base em proposta apresentada pelo Conselho de Administração, parte do lucro líquido do exercício será destinada à formação de reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável e cujo valor possa ser estimado. Desta forma, os valores disponíveis para distribuição de dividendos podem ser posteriormente aumentados por uma reversão desta reserva realizada no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a respectiva perda. Não há percentual específico do lucro líquido alocável a este tipo de reserva.

**Reserva de lucros a realizar.** De acordo com a Lei das S.A., a parcela do dividendo mínimo obrigatório que ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício poderá ser alocada à reserva de lucros a realizar, mediante deliberação tomada em assembleia geral de acionistas. A parcela realizada do lucro líquido do exercício corresponde ao valor que exceder a soma dos seguintes valores: (1) o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e (2) o lucro, ganho ou rendimento decorrentes de operações cujo vencimento ocorra após o término do exercício social seguinte. Na medida em que os valores alocados à reserva de lucros a realizar são realizados em exercícios sociais subsequentes, estes valores deverão ser adicionados à distribuição de dividendos relativa ao exercício da realização.

**Reserva de isenção de imposto de renda.** Nos termos da Lei das S.A., a parte do lucro líquido derivada de doações ou incentivos governamentais direcionados a investimentos pode ser excluída do montante passível de distribuição.

**Reserva de retenção de lucros.** Nos termos da Lei das S.A., uma porção do lucro líquido do exercício da companhia pode ser retida pela Assembleia Geral de Acionistas, conforme previsão contida em orçamento de capital preparado pelo Conselho de Administração e por ela previamente aprovado, para expansão das instalações da companhia e outros projetos de investimentos em ativo imobilizado. Após a conclusão dos projetos de investimento pertinentes, a companhia poderá reter a reserva até que seus acionistas aprovem a transferência da reserva, em todo ou em parte, para seu capital ou para a reserva de lucros acumulados. Segundo a Lei das S.A., se um projeto para o qual foi alocada parte da reserva de capital tiver prazo superior a um ano, o orçamento relativo a este projeto deve ser submetido à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas em cada exercício social, até a conclusão do projeto.

A Lei das S.A. estabelece que todas as destinações estatutárias do lucro líquido, incluindo a reserva de lucros a realizar e a reserva para projetos de investimento, estão sujeitas à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas e podem ser utilizadas para o aumento do capital social ou para a distribuição de dividendos em anos subsequentes. A reserva legal também está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas e podem ser transferidas para o capital ou usadas na absorção de prejuízos. Estas reservas, no entanto, não podem ser usadas para a distribuição de dividendos em exercícios subsequentes.

O saldo das contas de reserva de lucros, exceto as reservas para contingências e a reserva de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Caso isto aconteça, uma Assembleia Geral de Acionistas deve decidir se tal excesso deve ser aplicado no pagamento de capital subscrito, porém não integralizado, na subscrição e integralização de novas ações ou na distribuição de dividendos.

O lucro líquido não destinado às reservas mencionadas acima deve ser distribuído sob a forma de dividendos.

As sociedades anônimas são autorizadas a destinar a uma reserva a totalidade dos lucros provenientes do resultado de equivalência patrimonial de suas controladas que não sejam distribuídos na forma de dividendos em dinheiro. Quando tal resultado for distribuído à sociedade na forma de dividendos em dinheiro, ela fica obrigada a reverter a reserva. Veja "Item 3.D. Informações-Chave - Fatores de Risco - Riscos relativos às ações e *American Depositary Shares* – ADSs." Além da distribuição obrigatória, o Conselho de Administração poderá recomendar aos acionistas o pagamento de distribuições intermediárias com utilização de outros recursos legalmente disponíveis para tais propósitos. Qualquer pagamento de distribuição intermediária poderá ser compensado com o montante da distribuição obrigatória do exercício social em questão.

Como alternativa ao pagamento de dividendos, as companhias brasileiras podem distribuir aos acionistas juros sobre o capital próprio e tratar estes pagamentos como despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. O pagamento de juros sobre o capital próprio pode ser efetuado de acordo com critério estabelecido pelo nosso Conselho de Administração, sujeito à aprovação de nossa Assembleia Geral de Acionistas. O pagamento de juros sobre o capital próprio pode ser distribuído como parte da mínima distribuição mandatória de dividendos, sem exceder os limites abaixo. Estes juros estão limitados à variação diária da TJLP pro rata, e não podem exceder o maior entre os seguintes valores:

- 50% de nosso lucro líquido (após a dedução de provisões para contribuição social incidente sobre o lucro líquido, mas sem levar em conta a provisão para imposto de renda e juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento for efetuado; ou
- 50% de nossos lucros acumulados e reservas de lucro no início do exercício fiscal em relação ao qual o pagamento for efetuado.

A Lei das S.A. permite a suspensão da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação da Assembleia Geral Ordinária, com base na proposta do Conselho de Administração, que é revisada pelo Conselho Fiscal, caso entenda-se que esta distribuição é incompatível com a nossa situação financeira. Decidindo-se pela suspensão, nossos administradores deverão informar à CVM as razões que motivaram referida suspensão, em até cinco dias contados da respectiva Assembleia Geral de Acionistas. Os valores não distribuídos devido à suspensão deverão ser alocados em uma reserva especial e, se não compensados com prejuízos subsequentes, deverão ser distribuídos a título de dividendos tão logo a situação financeira da companhia assim o permita.

Declaramos e pagamos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, na forma da Lei das S.A. e de nosso estatuto social. Nosso Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, calculado com base em nossas demonstrações financeiras anuais ou semestrais ou, ainda, em demonstrações financeiras relativas a períodos mais curtos. O montante de quaisquer distribuições dependerá de diversos fatores, tais como nosso resultado operacional, situação financeira, necessidade de recursos, perspectivas macroeconômicas, alterações regulatórias e outros fatores que nosso Conselho de Administração e nossos acionistas entenderem relevantes.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R\$ 3,1 bilhões em 31 de dezembro de 2017.

Em relação aos exercícios de 2017 e de 2016, declaramos dividendos no montante de R\$ 951 milhões e R\$ 907 milhões, respectivamente, representando 60% e 58% do lucro líquido para cada um dos anos indicados, respectivamente.

Geralmente pagamos dividendos duas vezes por ano – os dividendos antecipados são pagos após a apresentação das demonstrações financeiras do segundo trimestre e o restante é pago após a apresentação das demonstrações financeiras anuais.

O gráfico abaixo mostra o histórico de nossa distribuição de dividendos por lote de mil ações, nos últimos cinco anos:

### Histórico de dividendos

Ano declarado	Ações ordinárias	
	(em Reais por ação)	(em US\$ por ação) <sup>(1)</sup>
2013 .....	1,37	0,58
2014 .....	1,42	0,53
2015 .....	1,60	0,44
2016 .....	1,67	0,52
2017 .....	1,75	0,55

<sup>(1)</sup> Os valores em Reais foram convertidos para dólar pela taxa de câmbio das respectivas datas de pagamento.

Os detentores das ações farão jus somente ao recebimento de dividendos que vierem a ser declarados a partir da data de sua aquisição/subscrição das ações.

**Distribuição de dividendos.** Nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, nossos acionistas deverão se reunir em uma assembleia geral ordinária para deliberar, dentre outros, sobre a destinação do lucro líquido que tivermos apurado no exercício e sobre a distribuição de dividendos aos nossos acionistas. Adicionalmente, dividendos intermediários podem ser declarados pelo Conselho de Administração. De acordo com a Lei das S.A., os dividendos devem ser distribuídos em até 60 dias contados de sua declaração ou, em outra data que vier a ser determinada por nossos acionistas, que, em qualquer caso, deverá ser no exercício social de sua declaração. De acordo com nosso estatuto social, dividendos não reclamados em três anos serão revertidos em nosso favor.

Os acionistas não residentes no Brasil devem obter um registro junto ao Banco Central para que possam remeter ao exterior os recursos provenientes da distribuição de dividendos, da venda de ações ou de qualquer outro direito relativo às ações. As ações, que fazem lastro aos ADSs são custodiadas pelo Itaú Corretora de Valores S.A., que é o banco custodiante, em nome do banco depositário. Para efeitos de registro, o banco depositário é tido como proprietário destas ações e, portanto, o registro junto ao Banco Central está em seu nome.

Os pagamentos de dividendos e outros proventos serão feitos em moeda brasileira ao banco custodiante em nome do banco depositário. O custodiante converterá estes proventos em dólar e entregará os mesmos ao depositário, para distribuição aos detentores de ADS. Veja “Descrição dos ADSs” contido no Formulário F-1 de 12 de abril de 2005. No caso do custodiante não conseguir converter imediatamente os dividendos recebidos em moeda brasileira para dólar, o montante pago em dólar aos detentores de ADS pode ser afetado pelas desvalorizações do Real que poderão ocorrer antes que tais dividendos sejam convertidos e remetidos. Veja “Item 3.A. Informações-Chave - Dados Financeiros Seleccionados - Taxas de Câmbio” e “Item 3.D. Informações-Chave - Fatores de Risco - Riscos Relativos ao Brasil”. Dividendos referentes a ações, pagos a acionistas não residentes no Brasil, incluindo detentores de ADSs, estão isentos de tributação, à exceção de dividendos declarados antes de 31 dezembro de 1995. Distribuições de juros sobre capital próprio estão sujeitas a tributação de 15%, ou 25% no caso do acionista domiciliado em paraíso fiscal. Veja o “Item 10.E. Informações Adicionais - Tributação - Considerações fiscais no Brasil.”

### **Processos judiciais**

**Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** Somos réus em processos judiciais e procedimentos administrativos referentes a questões tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas, e a grande maioria decorrem do curso normal de nossos negócios. Dependendo do resultado de tais processos administrativos e ações judiciais, penalidades restritivas de direitos podem ser aplicadas contra a Companhia ou suas subsidiárias. Os processos são garantidos por conta de depósitos, e sempre que aplicável, mantemos depósitos em juízo. As provisões para essas perdas referentes a essas ações baseiam-se na opinião dos nossos assessores jurídicos externos.

A tabela a seguir resume nossas provisões, por natureza (em milhões):

Provisões	2016	Adições	Baixas	Correção Monetária	Balanco de abertura CBLSA	2017
Imposto de renda e contribuição social .....	473,5	—	(2,2)	25,3	19,2	515,8
PIS e COFINS .....	141,1	—	(109,5)	3,3	—	34,9
ICMS .....	17,1	1,9	(7,8)	0,5	100,1	111,8
Previdenciárias .....	—	—	—	—	78,1	78,1
Cíveis, ambientais e regulatórias .....	69,4	22,0	(3,3)	0,3	0,9	89,3
Processos trabalhistas .....	65,2	24,0	(11,9)	1,1	4,0	82,4
Outros .....	13,6	0,6	(1,4)	0,6	0,1	13,5
<b>Total .....</b>	<b>779,8</b>	<b>48,5</b>	<b>(136,0)</b>	<b>31,2</b>	<b>202,4</b>	<b>925,8</b>
Corrente .....	52,7					64,6
Não-correntes .....	727,1					861,2

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2017	2016
Tributários .....	659,1	643,4
Processos trabalhistas .....	71,1	70,4
Cíveis e outros .....	92,5	65,0
<b>Total – ativo circulante .....</b>	<b>822,7</b>	<b>778,8</b>

**Provisões tributárias e previdenciárias.** Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 483,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 457,9 milhões em 31 de dezembro de 2016). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e a Sociedade recorreu desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento encontra-se pendente.

As subsidiárias Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., EMCA, IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS.

Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais, em 31 de março de 2017, a Oxitenor Nordeste e a IPP reverteram a provisão que havia sido constituída no montante de R\$ 109,5 milhões em 2017.

A Companhia ressalta, no entanto, ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, até que ocorra o efetivo trânsito em julgado da decisão, as causas poderão ser reavaliadas, o que poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões no futuro.

*Provisões cíveis, ambientais e regulatórias.* A Ultrapar e certas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza cível que versam, principalmente, sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-fornecedores, bem como sobre questões ambientais, para as quais mantêm provisão de R\$ 89,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 69,4 milhões, em 31 de dezembro de 2016) para tais ações judiciais e processos administrativos.

*Provisões trabalhistas.* A Companhia e suas subsidiárias mantêm provisões de R\$ 82,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 65,2 milhões em 31 de dezembro de 2016) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

*Passivos contingentes.* A Companhia e suas subsidiárias são rés em processos tributários, cíveis, ambientais, regulatórios e trabalhistas, cuja previsão de perda é avaliada como "possível" (chances de perda de até 50%) por seus departamentos jurídicos baseado na opinião de seus assessores legais externos. Com base nessa avaliação, essas ações não possuem provisões nos relatórios financeiros. O valor total envolvido nesses processos é de R\$ 2,58 bilhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2,25 bilhões em 31 de dezembro de 2016).

*Passivos contingentes tributários e previdenciários.* A Companhia e suas subsidiárias possuem passivos contingentes tributários e previdenciários no valor de R\$ 1,71 bilhão em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1,52 bilhão em 31 de dezembro de 2016), conforme informado abaixo.

Nossa subsidiária IPP e suas subsidiárias discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante dessa contingência é de R\$ 166,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 169,9 milhões em 31 de dezembro de 2016).

Nossa subsidiária Ipiranga e suas subsidiárias possuem processos judiciais referentes a ICMS. O valor total envolvido em 31 de dezembro de 2017 nesses processos era de R\$ 618,8 milhões (R\$ 626,4 milhões em 31 de dezembro de 2016). Esses processos resultam principalmente (i) em créditos considerados indevidos no valor de R\$ 307,3 milhões (R\$ 283,4 milhões em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$ 121,9 milhões (R\$ 113,9 milhões em 31 de dezembro de 2016) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; (ii) de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 114,0 milhões (R\$ 108,8 milhões em 31 de dezembro de 2016); e (iii) de diferenças de estoque no valor de R\$ 149,2 milhões (R\$ 147,0 milhões em 31 de dezembro de 2016) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

Nós e nossas subsidiárias somos parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 645,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 450,1 milhões em 31 de dezembro de 2016).

No primeiro trimestre de 2017, a controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 187,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

*Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórios.* A Companhia e suas subsidiárias possuem passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórios no valor total de R\$ 593,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 480,1 milhões em 31 de dezembro de 2016), conforme informado abaixo.

Nossa controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001. CADE condenou a Ultragaz e impôs uma multa de R\$ 32,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 31,3 milhões em dezembro de 2016). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz também tornou-se parte em dois processos administrativos estabelecido pelo CADE com base em alegações de práticas anti-competitivas.

O primeiro processo envolve nossa controlada Bahiana. Ambas empresas assinaram um Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), aprovado pelo CADE em 22 de novembro de 2017, no qual concordaram em pagar uma multa de R\$ 96,0 milhões, em 8 (oito) parcelas iguais na data que corresponder a 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação da aprovação do CADE. Essas parcelas serão ajustadas semestralmente pela SELIC. Além disso, três funcionários e um ex-funcionário da Ultragaz também assinaram o TCC e concordaram em pagar R\$ 1,1 milhão em multas.

O segundo processo está relacionado às práticas anticompetitivas no Distrito Federal e região e envolve apenas a Cia. Ultragaz. A Cia. Ultragaz assinou um TCC com relação a este processo, que foi aprovado pelo CADE em 6 de setembro de 2017. De acordo com o TCC, a Cia. Ultragaz concordou em pagar uma multa de R\$ 2,2 milhões, em uma única parcela na data que corresponder a 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da publicação da aprovação do CADE. Dois ex-funcionários da Ultragaz também assinaram o TCC e concordaram em pagar R\$ 50 mil cada em multas.

Como resultado dos TCCs descritos acima, o processo contra a Cia. Ultragaz, Bahiana e os funcionários serão suspensos até a decisão final do Tribunal do CADE.

Nossa controlada IPP possui dois processos administrativos apresentados pelo CADE, relacionados às alegações de práticas anticompetitivas na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina e na região de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2017, nenhuma decisão havia sido proferida em relação a esses dois processos administrativos e nenhuma multa foi imposta à controlada. Em relação ao processo administrativo da região metropolitana de Belo Horizonte, as áreas administrativas do CADE recomendaram a condenação de 35 revendedores e seus respectivos proprietários, o sindicato de revendedoras de Minas Gerais e 4 distribuidoras, dentre as quais está a IPP. Essas recomendações não são vinculativas. Ambos os casos foram enviados para o Tribunal do CADE. Em ambos os casos, com base na opinião dos assessores jurídicos externos que classificaram a probabilidade de perda como “remota”, a Administração não reconheceu uma provisão para tais contingências em 31 de dezembro de 2017. Se for concluído que a IPP se envolveu em atividades ou comportamentos anticompetitivos, penalidades e/ou sanções criminais podem ser aplicadas em relação a determinados executivos ou funcionários ou à Companhia, tais como a perda da licença operacional, e podemos sofrer danos à nossa reputação. Além disso, de acordo com a Lei 12.529/11 (“Lei da Concorrência”), a penalidade por infrações de ordem econômica pode variar de 0,1% a 20% do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtidos no último exercício fiscal antes do início do processo administrativo, no segmento de atividade empresarial em que a infração ocorreu, que nunca será inferior à vantagem obtida, quando for possível estimá-la.

Alguns acionistas da RPR, DPPI e CBPI ajuizaram 2 processos nos estados de São Paulo e Rio Janeiro, questionando a Incorporação de Ações em função da aquisição da Ipiranga, para impedir que as assembleias para aprovação da Incorporação de Ações ocorressem. Decisões proferidas por tribunais judiciais e autoridades administrativas entenderam que não havia fundamento legal no pleito. Baseado em tais decisões judiciais e administrativas, a Incorporação de Ações foi aprovada pelas assembleias gerais das companhias em 18 de dezembro de 2007. O processo ajuizado no Rio de Janeiro foi extinto por perda de interesse, em função da alienação da participação de tal acionista na Ultrapar. Com relação à ação judicial ajuizada no Estado de São Paulo, os ex-acionistas da Ipiranga que ajuizaram a ação recorreram da sentença proferida, sendo que o Tribunal de Justiça negou provimento à apelação e manteve a decisão do juízo de primeira instância. No entanto, esses antigos acionistas instauraram um recurso especial contra a decisão, que também não foi acatada pelo tribunal de justiça. Contra tal decisão específica pela não acatamento, eles apresentaram um agravo de instrumento para forçar o caso a alcançar o Supremo Tribunal Federal, no qual o mérito do recurso especial também foi negado. Os ex-acionistas apresentaram embargos à execução, que também foram rejeitados pelo Supremo Tribunal de Justiça. Contra ambas as decisões, que respectivamente rejeitaram o recurso especial e os embargos à execução, interpuseram um recurso extraordinário, no qual tanto a admissão e a sentença de mérito serão julgadas. Em 2011, um novo processo judicial no Estado do Rio de Janeiro foi apresentado por alguns desses ex-acionistas, questionando aspectos da Bolsa de Valores. No entanto, o Supremo Tribunal de Justiça proferiu decisão sobre um conflito de jurisdições e ordenou a remessa desse novo processo judicial para o Estado de São Paulo, onde será julgado. Não há provisão nas demonstrações financeiras da companhia para estes processos.

Em 29 de novembro de 2016, foi emitido um parecer técnico do Centro de Apoio Operacional à Execução (CAEX), órgão técnico vinculado ao Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE), apresentando uma estimativa da indenização por dano material pelo suposto impacto ambiental causado pelo incêndio em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. Este parecer técnico não é vinculativo, não tem caráter condenatório ou sancionatório, e ainda será avaliado pelas autoridades e partes. A Companhia discorda com a metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando um acordo com o MPE e o MPF. No entanto, estima-se que os valores a serem eventualmente pagos de acordo com o relatório final do MPE possam ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia, além dos valores já reconhecidos. Além disso, a Tequimar foi denunciada criminalmente com base na recomendação do MPF em relação ao mesmo assunto. A Tequimar aguarda a intimação formal do tribunal sobre tal denúncia para tomar as medidas necessárias para sua defesa. Para obter mais informações, vide a Nota Explicativa 33 de nossas demonstrações financeiras.

*Passivos contingentes trabalhistas.* A Companhia e suas subsidiárias possuem passivos contingentes trabalhistas no valor total de R\$ 273,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 252,9 milhões em 31 de dezembro de 2016), conforme informado abaixo.

Em 1990, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os funcionários da Oxiteno Nordeste e EMCA, empresas localizadas no Polo Petroquímico de Camaçari, ajuizou ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa um reajuste salarial, em detrimento às políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza jurídica pelo Sindicato Patronal (SINPEQ) em face do Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.

*Operação de lubrificante entre IPP e Chevron.* No processo da associação transação da operação de lubrificantes entre Chevron e a controlada IPP, ficou acordado que cada acionista da associação constituída fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação sua constituição. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no valor de R\$ 3,5 milhões estão refletidas na consolidação dessas demonstrações financeiras, bem como os passivos contingentes identificados na data de aquisição, cuja provisão no montante de R\$ 198,9 milhões foi reconhecida na combinação de negócio em 1º de dezembro de 2017. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada CBLSA em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

### **Processo antitruste**

*Aquisição da Alesat Combustíveis S.A.* A aquisição de 100% da Ale e dos ativos que integram sua operação pela Ipiranga foi devidamente submetida às autoridades antitruste em 19 de setembro de 2016. Em 1º de fevereiro de 2017, a Superintendência Geral emitiu um parecer não vinculante impugnando à transação. Em 02 de agosto de 2017, o CADE rejeitou a transação referente à aquisição da Ale e dos ativos que abrangem suas operações apesar de todos os esforços feitos pela requerente. O contrato foi automaticamente resolvido, sem qualquer penalidade das partes.

*Associação entre a Ipiranga e a Chevron no negócio de lubrificantes no Brasil.* A associação entre a Ipiranga e a Chevron para criar uma companhia no negócio de lubrificantes no Brasil foi devidamente submetida às autoridades antitruste em 13 de dezembro de 2016. Em 09 de fevereiro de 2017, a Superintendência Geral do CADE emitiu um parecer pela aprovação da transação sem qualquer restrição. Em 02 de março de 2017, o CADE emitiu um certificado atestando a aprovação que foi publicado em 10 de fevereiro de 2017.

*Aquisição da Liquegás Distribuidora S.A.* A aquisição de 100% da Liquegás pela Cia Ultragaz S.A. foi submetida às autoridades antitruste em 07 de abril de 2017. Em 28 de fevereiro de 2018, o CADE rejeitou a operação relativa à aquisição da Liquegás, apesar de todos os esforços feitos pela requerente. O contrato foi automaticamente rescindido, aplicando-se à Ultragaz multa paga em 13 de março de 2018, em favor da Petrobras, no valor de R\$ 286 milhões, conforme os termos do contrato original de compra e venda.

*Aquisição do Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda. ("TEAS").* A aquisição de 100% do TEAS, de propriedade da Raízen Energia S.A. e Raízen Araraquara Açúcar e Alcool Ltda. pelo Terminal Químico de Aratu S.A. – TEQUIMAR foi submetida às autoridades antitruste em 31 de janeiro de 2018. Em 09 de fevereiro de 2018, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido em 10 de fevereiro de 2018. Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída.

### **B. Modificações Significativas**

Nenhuma.

## **ITEM 9. A OFERTA E LISTAGEM**

### **A. Características da Oferta e Listagem**

A seguinte tabela traz informações relacionadas às nossas ADSs, como divulgado pela NYSE, e às ações, como divulgado pela BM&FBOVESPA, para os períodos indicados.

	Bolsa de Valores de Nova Iorque			B3		
	Máximo	Mínimo	Volume <sup>(1)</sup>	Máximo	Mínimo	Volume <sup>(1)</sup>
	(em US\$ por ADS)			(em Reais por ação) <sup>(2)</sup>		
<b>Ano findo em</b>						
31 de dezembro de 2013 .....	27,73	21,39	339.862	60,20	45,28	972.171
31 de dezembro de 2014 .....	26,18	17,80	393.511	58,40	48,30	1.270.075
31 de dezembro de 2015 .....	24,50	15,25	554.041	73,85	49,00	1.576.482
31 de dezembro de 2016 .....	24,48	13,14	594.273	79,05	54,35	1.356.563
31 de dezembro de 2017 .....	25,00	20,14	523.628	79,79	63,78	1.285.665
<b>Ano findo em 31 de dezembro de 2016</b>						
Primeiro trimestre .....	19,62	13,14	580.529	71,00	54,35	1.563.085
Segundo trimestre .....	22,01	18,75	532.337	73,71	65,95	1.305.471
Terceiro trimestre .....	24,48	20,62	617.573	79,05	69,05	1.188.995
Quarto trimestre .....	23,23	19,14	646.830	73,40	65,19	1.384.751
<b>Ano findo em 31 de dezembro de 2017</b>						
Primeiro trimestre .....	23,15	20,14	516.404	72,50	63,78	1.238.374
Segundo trimestre .....	24,74	21,30	585.802	79,35	70,07	1.280.059
Terceiro trimestre .....	24,94	21,86	520.579	78,55	69,60	1.379.750
Quarto trimestre .....	25,00	21,39	470.775	79,79	69,90	1.239.097
<b>Mês findo em</b>						
30 de novembro de 2017 .....	24,01	21,39	552.730	77,81	70,05	1.555.863
31 de dezembro de 2017 .....	22,73	21,46	420.391	75,00	69,90	1.156.837
31 de janeiro de 2018 .....	25,92	23,57	431.517	81,54	76,21	1.088.119
28 de fevereiro de 2018 .....	25,63	23,26	545.542	81,85	75,34	1.122.539
31 de março de 2018 .....	22,74	20,78	497.647	75,34	69,25	1.155.619

<sup>(1)</sup> Média diária – número de ações

<sup>(2)</sup> Ações ordinárias, relativas a qualquer período a partir da Conversão, que foi concluída em 17 de agosto de 2011, ou ações preferenciais, relativas a qualquer período antes da Conversão. Veja o "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

Os preços e volumes estão ajustados retroativamente para o desdobramento de ações descrito no "Item 4.A. Informações sobre a Companhia — História e Desenvolvimento da Companhia."

## B. Plano de Distribuição

Não aplicável.

## C. Mercados

Nossas ações encontram-se listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob o símbolo "UGPA3", e as ADSs encontram-se listadas na NYSE sob o símbolo "UGP".

## D. Acionistas Vendedores

Não aplicável.

## E. Diluição

Não aplicável.

## F. Despesas de Emissão

Não aplicável.

# ITEM 10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

## A. Capital Social

Não aplicável.



## **B. Estatuto Social**

Somos registrados na Junta Comercial de São Paulo sob o registro nº 35.300.109.724. De acordo com o artigo terceiro do capítulo primeiro de nosso estatuto social, nosso objeto social é a aplicação do capital no comércio, indústria e agricultura e em companhias prestadoras de serviços, através da subscrição ou aquisição de ações ou cotas em outras companhias.

### ***Geral***

Segue abaixo um resumo de disposições significativas selecionadas de nosso estatuto social e a Lei das S.A., as normas e regulamentos da CVM e do segmento de listagem do Novo Mercado da B3, em relação a determinados assuntos corporativos que prevalecem desde a conclusão da Conversão. Esta descrição não pretende ser completa e está qualificada por referência ao nosso estatuto social, Lei das S.A., normas e regulamentos da CVM e regras do Novo Mercado.

Em relação à Conversão, em assembleia geral extraordinária e em assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais, ambas realizadas em 28 de junho de 2011, nossos acionistas aprovaram (i) a conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, (ii) alterações e consolidação de nosso estatuto social, (iii) a adesão da Companhia às regras do Novo Mercado da B3 e (iv) a confirmação de que as novas disposições relativas aos direitos de todos acionistas da Companhia em caso de alienação do controle da Companhia, nos termos do seu novo estatuto e dos regulamentos do Novo Mercado, são equivalentes às disposições do acordo de acionistas de Ultra S.A. datado de 22 de março de 2000. Tais decisões entraram em vigor na data em que as ações emitidas pela empresa foram admitidas à negociação no Novo Mercado da B3.

Como resultado da Conversão, todas as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias. Portanto, certos direitos concedidos aos acionistas preferenciais pela lei brasileira ou pelos estatutos anteriores não se aplicam mais, como, por exemplo, a prioridade na distribuição do capital no caso de nossa liquidação. Além disso, devido a nossa nova estrutura de capital, os direitos dos demais acionistas não são atualmente aplicáveis, por exemplo, o direito de separar as eleições para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Por outro lado, detentores de ações ordinárias têm direito a voto em qualquer matéria. Veja “Item 14. Modificações Relevantes dos Direitos dos Detentores de Valores Mobiliários e Utilização dos Recursos”.

Dado que nossas ações estão listadas no Novo Mercado, somos obrigados a cumprir com elevados requisitos de governança corporativa. Além disso, não estamos autorizados a emitir ações preferenciais ou quaisquer ações com direito restrito de voto enquanto listados no Novo Mercado, de acordo com as regras do Novo Mercado e nosso estatuto.

As novas regras do Novo Mercado entraram em vigor em 02 de janeiro de 2018. As Empresas listadas neste segmento devem cumprir integralmente os regulamentos até a assembleia geral ordinária de 2021, porém, algumas obrigações devem ser aplicadas no caso, por exemplo, dos procedimentos necessários para a saída voluntária do segmento do Novo Mercado, como descrito abaixo.

### ***Descrição do Capital Social***

Em 31 de dezembro de 2017, nosso capital social, subscrito e integralizado, consistia de 556.405.096 ações ordinárias, todas com iguais direitos de voto e ao patrimônio líquido, sem valor nominal.

### ***Direitos de Voto***

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais, de acordo com a Lei das S.A., nosso estatuto social e os requisitos do Novo Mercado. Para maiores informações a respeito dos direitos de voto das nossas ações ordinárias, veja nosso Formulário 8-A, arquivado na SEC em 15 de agosto de 2011, na seção “*Description of Capital Stock — Shareholders Meetings.*”

### ***Cancelamento de Registro de Companhia Aberta***

Podemos apenas cancelar o registro de companhia aberta se o cancelamento for aprovado pela maioria dos acionistas presentes na assembleia de acionistas, que deverá: (i) lançar uma oferta pública de aquisição de todas as ações da Companhia em circulação, de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, as regras e regulamentos da CVM, o regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia, por nós, nossos acionistas controladores ou grupo de acionistas controladores e (ii) a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos acionistas representando as ações disponíveis para negociação (*free float*) que comparecerem ao leilão da oferta pública (seja para vender suas ações ou para concordar expressamente com o cancelamento do registro), caso no qual nos tornaríamos uma empresa de capital fechado. O preço oferecido para tais ações em circulação deve corresponder pelo menos, ao valor justo dessas ações conforme estabelecido no respectivo laudo de avaliação emitido por uma instituição especializada, com experiência comprovada e contratada pelo ofertante no âmbito da oferta pública.

Os acionistas detentores de pelo menos 10% de nossas ações em circulação podem exigir à nossa administração a convocação de uma assembleia especial para determinar se deve executar uma outra avaliação com o mesmo método de avaliação ou um diferente.

Este pedido deve ser feito dentro do prazo de 15 dias decorridos da divulgação do preço a ser pago pelas ações na oferta pública de aquisição de ações. Se o novo preço de avaliação for igual ou inferior ao preço de avaliação original, os acionistas que fizerem tal pedido, bem como aqueles que votarem a seu favor deverão reembolsar a Companhia por quaisquer custos incorridos na preparação do novo laudo de avaliação. Se o novo preço de avaliação for superior ao preço de avaliação original, o ofertante deverá então decidir se deseja prosseguir com a oferta pública observando o novo preço ou retirar a oferta pública, neste caso a Companhia continuará registrada como companhia aberta.

### ***Saída do Novo Mercado***

De acordo com o novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado – aplicável a partir do dia 02 de janeiro de 2018 – a saída do Novo Mercado pode ocorrer: (i) por decisão dos acionistas controladores ou da companhia; (ii) por violação de qualquer uma das regras do Novo Mercado; ou (iii) por meio do cancelamento do registro de empresa de capital aberto.

No entanto, a saída só ocorrerá após a realização da oferta pública de aquisição de ações em circulação da companhia, que deverá (i) cumprir, conforme aplicável, os regulamentos da CVM, que estabelece a obrigatoriedade de cancelamento do registro de empresa de capital aberto (incluindo a possibilidade de solicitar um segundo laudo de avaliação); e (ii) ser lançada a um preço justo, conforme indicado no laudo de avaliação emitido por uma instituição especializada e com experiência comprovada para fins de oferta pública de aquisição de ações; e (ii) ser aprovada por, no mínimo, um terço (1/3) dos acionistas representantes das ações disponíveis para negociação (*free float*) que participarem do leilão da oferta pública (seja para vender suas ações ou para concordar expressamente com o cancelamento do registro).

A obrigatoriedade de lançar tal oferta pública pode ser renunciada pela maioria dos acionistas representantes das ações disponíveis para negociação (*free float*) da companhia e presentes na assembleia geral convocada para resolver sobre esse assunto. Essa assembleia geral deverá ser realizada em primeira convocação com a presença de acionistas representando dois terços (2/3) do *free float* ou, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas representando o *free float*.

A saída do Novo Mercado não implica necessariamente no cancelamento do nosso registro de companhia aberta na B3.

Se a companhia participar de uma reorganização societária envolvendo a transferência de sua base de acionistas para uma companhia que não seja listada no Novo Mercado, essa empresa (ou empresas) deve solicitar a listagem no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da assembleia geral que aprovar a reorganização, a menos que a maioria dos acionistas representando o free-float da companhia e presentes nessa assembleia geral concordem com a não-listagem da sociedade resultante.

De acordo com o novo regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária deve ser precedida de uma oferta pública a valor de mercado. Para que a saída seja realizada, acionistas que representam mais de 1/3 das ações em circulação precisam aceitar a oferta ou concordar expressamente em cancelar o registro sem vender as ações.

De acordo com o regulamento do Novo Mercado, no caso de uma transferência de nosso controle acionário nos doze (12) meses após a saída do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o adquirente devem se oferecer para adquirir as ações remanescentes sob o mesmo preço e condições oferecidos aos acionistas controladores alienantes, devidamente atualizadas, ou pagar a diferença, se houver, entre o preço da oferta pública aceito pelos ex-acionistas, devidamente atualizado, e o preço obtido pelo acionista controlador na venda de suas ações.

### ***Alienação de Controle***

Em caso de alienação de controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, o adquirente é obrigado a efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, de forma a assegurar tratamento igualitário a todos os acionistas (direito de *tag along*). Tal direito é fornecido aos acionistas da Ultrapar desde 22 de março de 2000, de acordo com o acordo de acionistas de Ultra S.A., assinado na mesma data, e que, desde então, foi substituído pelo nosso estatuto. A oferta de ações está sujeita às leis e regulamentos aplicáveis, ao nosso estatuto e às regras do Novo Mercado.

Também se exige uma oferta pública de aquisição quando há uma cessão onerosa de direitos de subscrição de ações ou direitos de outros valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia. Nesse caso, o acionista adquirente deve (i) completar uma oferta pública das ações remanescentes nos mesmos termos e condições oferecidos ao acionista alienante e (ii) conforme nosso estatuto social, ressarcir as contrapartes de quem adquiriu nossas ações na bolsa de valores no período de seis meses que antecede a transação, o que resultou em uma mudança no controle. O valor de reembolso corresponde à diferença positiva entre o preço pago ao acionista vendedor na transação que resultou em uma mudança de controle e o preço ajustado pago nas operações realizadas na B3 durante este período de seis meses, devidamente atualizado pela taxa SELIC até a data do pagamento.

O adquirente de nosso controle societário, se aplicável, deve tomar todas as medidas necessárias para reconstituir o *free float* mínimo estabelecido pelo Regulamento do Novo Mercado em até 18 meses a partir do primeiro dia do não cumprimento de tal exigência, que devem corresponder a (i) 25% do nosso capital social; ou (ii) 15% de nosso capital social, se o volume médio diário negociado de nossas ações for igual ou superior a R\$ 25,0 milhões, considerando as negociações realizadas nos doze meses anteriores.

### ***Aquisição de Participação Relevante***

Qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em atuação conjunta com outra pessoa, venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da companhia representativas de 20% ou mais do seu capital social, estará obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas pelo maior valor por ação pago pelo adquirente de participação relevante nos seis meses anteriores, devidamente atualizado pela Taxa SELIC. Essas pessoas não serão obrigadas a realizar uma oferta pública no caso em que, oportuna e cumulativamente, elas vendam em bolsa de valores o número de nossas ações que exceda tais limites, no prazo de 30 dias a partir da data da notificação que eles fornecem para a Companhia de sua intenção de realizar essas vendas. Além disso, a exigência de realizar uma oferta pública de ações não será aplicada em caso de qualquer acionista ou grupo de acionistas titulares deter mais de 50% do nosso capital social no momento da aquisição da participação relevante.

### ***Oferta Pública de Aquisição de Ações***

Uma oferta pública de aquisição de ações pode ser feita por mais de uma das finalidades previstas no nosso estatuto, nas regras do Novo Mercado, na Lei das S.A. ou nos requisitos da CVM, desde que os procedimentos utilizados na realização da oferta pública de aquisição de ações sejam compatíveis com todos os requisitos de cada oferta pública distinta, os realizadores da oferta pública de aquisição de ações não sofram quaisquer danos e a autorização da CVM seja obtida, quando exigida por lei aplicável.

## **C. Contratos Relevantes**

### ***Novo Acordo de Acionistas da Ultra S.A. de 2014***

Em 24 de fevereiro de 2014, os acionistas de Ultra S.A. assinaram um novo acordo de acionistas que passou a vigorar na mesma data e substituiu o acordo de acionistas da Ultra S.A. assinado em abril de 2011. Os principais termos do acordo de acionistas da Ultra S.A. versam substancialmente sobre (i) o processo de decisão do voto da Ultra S.A. nas assembleias gerais da Ultrapar; e (ii) os procedimentos para a realização de permuta de ações da Ultra S.A. por ações da Ultrapar. Os termos e as condições do novo acordo de acionistas são substancialmente os mesmos que os do acordo de acionistas anterior, datado de 2011, exceto, principalmente, a substituição das reuniões prévias dos acordantes por assembleias gerais de Ultra S.A. para determinar o voto da Ultra S.A. em certas matérias das assembleias gerais de Ultrapar. O Acordo de Acionistas 2014 será válido por um prazo de cinco anos e é renovável por uma resolução unânime. Esse acordo pode ser encerrado antes do prazo por uma resolução de 80% das ações com direito a voto da Ultra S.A. Veja "Item 7.A. Principais Acionistas e Transações com Partes Relacionadas — Principais Acionistas — Acordo de Acionistas" e "Anexo 2.13 — Acordo de Acionistas de Ultra S.A. de 2014, datado de 24 de fevereiro de 2014."

### ***Acordo de Associação e Outras Avenças – Extrafarma***

Em 30 de setembro de 2013, a Ultrapar, Extrafarma, Paulo Correa Lazera, Katia Correa Lazera, Pedro José Correa Lazera, Roberto Correa Lazera, Tânia Lazera Lima Paes, Tereza Lazera Kemp e Sandra Correa Lazera, cada indivíduo sendo um ex-acionista da Extrafarma, entraram em um Acordo de Associação e Outras Avenças para efetuar a incorporação de ações da Extrafarma pela Ultrapar. Veja "Anexo 4.17 — Resumo da Associação e Outras Avenças, de 30 de setembro de 2013."

### ***Notas no mercado externo***

Em outubro de 2016, a subsidiária Ultrapar International emitiu US\$ 750 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em outubro de 2026, encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente e a 98,097% do valor de face. As notas foram garantidas pela Ultrapar e pela sua subsidiária IPP.

## ***BNDES***

A Ultrapar possui financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para alguns de seus investimentos. Em 31 de dezembro de 2017, as linhas de crédito com o BNDES totalizavam R\$ 1,6 bilhão, dos quais R\$ 0,3 bilhão já havia sido liberado.

Os empréstimos sob as condições desse contrato de crédito possuem, principalmente, taxa de juros anual indexada à TJLP mais uma taxa adicional que varia conforme a subsidiária. O contrato de limite de crédito contém certos covenants e limitações ao uso das quantias disponibilizadas (que são limitadas a determinados ativos fixos e investimentos em capital de giro). Além disso, as subsidiárias podem resgatar a dívida antes da data de vencimento, mas estarão sujeitas ao pagamento de alguns prêmios.

## **Debêntures**

Em dezembro de 2012, a subsidiária IPP fez sua primeira emissão de debêntures públicas totalizando R\$ 600 milhões, com vencimento em novembro de 2017 e remuneração correspondente à variação acumulada de 107,9% do CDI, e amortização em parcela única no vencimento. O resultado dessa emissão foi utilizado para fins corporativos em geral a fim de aumentar a liquidez e alongar o perfil da dívida, propiciando maior flexibilidade financeira. As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

Em janeiro de 2014, a subsidiária IPP fez sua segunda emissão de debêntures públicas totalizando R\$ 800 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e remuneração correspondente à variação acumulada de 107,9% do CDI, e amortização em parcela única no vencimento. Os recursos provenientes desta emissão foram utilizados para alongar o perfil da dívida, proporcionando maior flexibilidade financeira.

Em março de 2015, a Ultrapar efetuou sua quinta emissão de debêntures de R\$ 800 milhões, com vencimento em março de 2018 e remuneração correspondente à variação acumulada de 108,25% do CDI, com amortização em parcela única no vencimento. Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados ao resgate de 800 debêntures da quarta emissão, na data de vencimento final. As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

Em maio de 2016, a subsidiária IPP efetuou sua quarta emissão de debêntures públicas totalizando R\$ 500 milhões, com vencimento em maio de 2021 e remuneração correspondente à variação acumulada de 105,0% do CDI, com amortização anual a partir de maio de 2019. Os recursos captados pela emissão serão empregados na aquisição de etanol pela controlada IPP.

Em abril de 2017, a controlada IPP realizou sua quinta emissão de debêntures de R\$ 1.012,5 milhões, em duas séries únicas de R\$ 600,1 milhões e R\$ 352,4 milhões, com vencimento em abril de 2022 e abril de 2024 e juros de 95,0% do CDI e IPCA + 4,68% ao ano, respectivamente. Ambas com amortização em parcela única no vencimento. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures de R\$ 1,500 milhões, com vencimento em julho de 2022 e juros de 105,0% do CDI, com amortização anual a partir de julho de 2021. Os recursos dessa emissão foram utilizados para alongar o perfil de sua dívida, proporcionando maior flexibilidade financeira.

Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944,1 milhões, em duas séries únicas de R\$ 730,4 milhões e R\$ 213,7 milhões, com vencimento em outubro em 2022 e outubro 2024 e juros de 95,0% do CDI e IPCA + 4,33% ao ano, respectivamente. Ambas com amortização em parcela única no vencimento. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

Para mais informações sobre nossas debêntures, veja "Item 5.B. Análise Financeira e Operacional e Perspectivas — Liquidez e Recursos de Capital — Endividamento."

## **Banco do Brasil**

Nossa subsidiária IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol). Os contratos de empréstimos possuem certas penalidades em caso de não pagamento, limites ao uso dos montantes disponibilizados (vinculados a certos investimentos em produtos agrícolas) e cláusulas de vencimento antecipado. Adicionalmente, esses contratos incluem cláusulas de inadimplência cruzada, exigindo pagamento do principal e dos juros acruados em determinadas situações.

Para maiores informações sobre os instrumentos financeiros da Ultrapar e suas subsidiárias, veja Nota 31 para nossas demonstrações financeiras consolidadas e veja "Item 5.B. Análise Financeira e Operacional e Perspectivas — Liquidez e Recursos de Capital — Endividamento."

## **Outros contratos relevantes descritos em outras seções desse relatório**

Para informações referentes ao nosso contrato de fornecimento de eteno com a Braskem, ver "Item 4.B. Informações sobre a Companhia — Visão do Negócio — Petroquímico e Químico — Oxiten — Matérias-Primas" e "Item 5.F. Análise Financeira e Operacional e Perspectivas — Divulgação Tabular das Obrigações Contratuais."

## **D. Controles de Câmbio**

Não há restrições quanto à titularidade de nossas ações ordinárias por parte de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil. Contudo, o direito de converter pagamentos de dividendos e os recursos da venda de ações preferenciais em moeda estrangeira e remeter os valores em questão para fora do país encontra-se sujeito a restrições nos termos da legislação referente a investimentos

estrangeiros, que requer, de modo geral, entre outras coisas, registro dos investimentos relevantes no Banco Central do Brasil e/ou na CVM, conforme o caso.

Os investidores estrangeiros devem registrar seus investimentos em nossas ações sob a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, ou sob a Resolução nº 4.373 de 29 de setembro de 2014 (que substitui a Resolução 2.689, de 26 de janeiro de 2000). Tal resolução permite tratamento tributário favorável a investidores estrangeiros que não forem residentes em paraísos fiscais (países em que não incidem imposto de renda ou que praticam alíquota de imposto de renda inferior a 20%), conforme definido pelas leis brasileiras.

A Resolução nº 4.373 estabelece que investidores estrangeiros podem investir nos mercados financeiros e de capitais do Brasil, inclusive através da emissão dos certificados de depósitos de ações brasileiras fora do país.

De acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373, os investimentos de investidores estrangeiros serão realizados no Brasil de acordo com os mesmos instrumentos e modalidades operacionais disponíveis aos investidores residentes ou domiciliados no Brasil. A definição de investidor estrangeiro inclui pessoas físicas, jurídicas, fundos e outras entidades de investimento em grupo, residentes, domiciliados ou com sede no exterior.

De acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373, entre os requisitos aplicáveis ao investimento de um investidor estrangeiro no mercado brasileiro financeiro e de capitais, esse investidor deve:

- nomear pelo menos um representante no Brasil, que deve ser uma instituição financeira ou outra instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil para operar. O representante local nomeado pelo investidor estrangeiro será responsável por realizar e manter atualizado o registro dos investimentos feitos pelo investidor estrangeiro junto ao Banco Central do Brasil, bem como o registro do investidor estrangeiro junto à CVM;
- obter um registro de investidor estrangeiro junto à CVM, através do representante nomeado de acordo com o item (i) acima; e
- estabelecer ou contratar um ou mais custodiantes autorizados pela CVM para realizar atividades de custódia.

As ações e outros investimentos financeiros de investidores estrangeiros sob o Anexo I da Resolução nº 4.373 devem ser registrados ou mantidos em contas depositárias ou sob o agente custodiante devidamente licenciado pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, ou ser registrados em câmaras de compensação ou outras entidades que prestam serviços de registro, compensação e liquidação devidamente licenciadas pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM. No caso de Certificados de Depósitos (DRs), o registro deve ser feito pela entidade custodiante brasileira em nome da instituição depositária estrangeira.

O Anexo II da Resolução nº 4.373 do Conselho Monetário Nacional – CMN regulamenta a emissão dos certificados de depósitos de ações brasileiras fora do país. O programa de ADS foi aprovado pela CVM antes da emissão das ADSs.

Para efeitos do registro obrigatório junto ao Banco Central do Brasil dos investimentos estrangeiros nos mercados financeiros e de capitais do Brasil, a Resolução nº 4.373 expressamente estabelece que operações cambiais simultâneas (ou seja, sem efetiva transferência de recursos) serão requeridas em situações específicas, incluindo (i) conversão de créditos detidos por investidores estrangeiros no Brasil em investimento estrangeiro em empresas brasileiras nos mercados financeiros e de capitais; (ii) transferência de investimentos realizados em certificados de depósitos para investimentos estrangeiros diretos (ou investimento externo direto) ou investimentos nos mercados financeiros e de capitais brasileiros, de acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373; e (iii) transferência de investimentos nos mercados financeiros e de capitais brasileiros, de acordo com o Anexo I da Resolução nº 4.373, para investimentos estrangeiros diretos.

Além disso, a Resolução nº 4.373 não permite que investidores estrangeiros realizem investimentos fora de mercados organizados, exceto conforme expressamente autorizado pela CVM através de regulamentação específica ou de acordo com as exceções prevista na Instrução CVM 560/15. De acordo com a Instrução CVM 560/15, as exceções para investimentos fora de mercados organizados incluem subscrição, bonificação em ações, ofertas iniciais de compra e o exercício da opção de venda devido a ofertas iniciais de compra, entre outros.

Investidores estrangeiros devem manter cadastro na Receita Federal, conforme previsto na Instrução Normativa nº 1.634 da Receita Federal, de 6 de maio de 2016 e na Instrução Normativa nº 1.548 de 15 de fevereiro de 2015. Esse cadastro é realizado por intermédio do representante legal no Brasil.

O direito de converter em moeda estrangeira os dividendos recebidos e os recursos provenientes da venda de seus investimentos e de remeter tais quantias para fora do Brasil está sujeito a restrições da legislação de investimentos estrangeiros que normalmente requer, entre outras coisas, que tal investimento esteja registrado no Banco Central do Brasil e/ou na CVM, conforme o caso. Um investidor estrangeiro detentor de ações pode sofrer atrasos na obtenção de um registro de investidor estrangeiro, que pode atrasar as remessas para fora do Brasil e afetar diretamente o valor, em dólares, recebido pelo investidor estrangeiro.

Nós possuímos um certificado de registro em nome do Bank of New York, o banco depositário. Esse certificado capacita o banco custodiante e o banco depositário a converter dividendos e outras distribuições relacionadas aos ADSs e remeter os proventos para fora do Brasil. Se um detentor de ADS converter seu investimento por investimento direto em ações, tal detentor deverá solicitar o registro de seus investimentos diretamente ao Banco Central. A menos que o detentor das ações tenha registrado seus investimentos no Banco Central, não poderá converter em moeda estrangeira e remeter para fora do Brasil os recursos provenientes da disposição ou de distribuições referentes às ações. Tal detentor normalmente estará sujeito às tributações brasileiras menos favoráveis do que às atribuídas aos detentores de ADSs.

A partir de 2005, o Conselho Monetário Nacional aprovou novas regulamentações que permitem a compra e venda, sujeitas a certos procedimentos e provisões regulamentais específicas, de moeda estrangeira e a transferência internacional de Reais por uma pessoa física ou jurídica, sem a limitação de valores, desde que a transação seja lícita e tenha fundamento econômico (conforme comprovado por documentos apresentados pela pessoa física ou jurídica brasileira à instituição financeira que realiza a compra e venda de moeda estrangeira ou a transferência internacional de Reais).

Sob a lei brasileira, sempre que houver um grande desequilíbrio no balanço de pagamentos brasileiro, ou razões que possam levar a um grande desequilíbrio, o Governo Brasileiro pode impor medidas temporárias de restrição de remessa de capital estrangeiro ao exterior, e de conversão de moeda brasileira em moeda estrangeira. Tais restrições podem impossibilitar ou evitar o banco custodiante ou os detentores de ações de converter seu recurso em moeda estrangeira e remetê-lo ao exterior.

## **E. Tributação**

Esta descrição não tem a pretensão de constituir uma descrição abrangente de todas as considerações tributárias que podem ser relevantes para qualquer investidor em particular, incluindo considerações tributárias decorrentes de regras de aplicação geral a todos os contribuintes ou a determinadas categorias de investidores, ou que se suponha de modo geral serem conhecidas dos investidores.

Este resumo baseia-se em leis tributárias do Brasil e dos Estados Unidos, conforme vigentes na data deste relatório, estando sujeitas a mudanças, possivelmente com efeito retroativo, e a interpretações divergentes. Investidores detentores de nossas ações ou ADSs devem consultar seus próprios consultores tributários no tocante a outras considerações fiscais da titularidade e alienação de ações ou ADSs no Brasil, nos Estados Unidos ou em outros países, incluindo, mais especificamente, o efeito de qualquer legislação tributária estadual ou municipal nos Estados Unidos ou não estadunidense.

As considerações fiscais descritas abaixo não levam em consideração os efeitos de um futuro tratado bilateral de imposto de renda entre o Brasil e os Estados Unidos. Não é possível garantir, contudo, se ou quando um tratado de imposto de renda entrará em vigor, ou como afetará os Detentores dos EUA de nossas ações ou ADSs.

Este resumo não aborda questões fiscais que afetem exclusivamente a Companhia, como a dedutibilidade das despesas.

### ***Consequências Fiscais no Brasil***

**Geral.** A discussão a seguir resume as principais considerações fiscais no Brasil relacionadas a titularidade e alienação de nossas ações ou ADSs por investidor que não esteja domiciliado no Brasil para os fins de tributação naquele país e, no caso de ações, tenha registrado seu investimento nesses títulos no Banco Central como um investimento em moeda estrangeira (em cada caso, um “Detentor não residente”). A discussão a seguir não abrange todas as considerações acerca do regime tributário brasileiro aplicável a um Detentor não residente em particular. Portanto, cada Detentor não residente deve contar com a assessoria de seu próprio consultor com relação às considerações fiscais no Brasil relacionadas a um investimento em nossas ações ou ADSs.

A Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, estabeleceu novas regras em relação a isenção de imposto retido na fonte disponível no pagamento de dividendos e juros sobre o capital. A legislação não tem impacto significativo, conforme previsto pelos consultores tributários no formulário 20-F no ano anterior.

**Tributação de dividendos.** Dividendos, incluindo bônus e dividendos em espécie, pagos por nós ao depositário em relação às ações subjacentes às ADSs ou a um Detentor não residente em relação a ações, são atualmente isentos da incidência de IRRF, desde que sejam pagos com base em lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 1996. Dividendos relativos a lucros gerados antes de 1º de janeiro de 1996, poderão se sujeitar a incidência do IRRF, sendo aplicáveis alíquotas que variam de acordo com a legislação tributária aplicável a cada exercício correspondente.

**Interpretação da Discussão sobre a Definição de “Dependências com Tributação Favorecida.”** Em 04 de junho de 2010, as autoridades fiscais brasileiras publicaram a Instrução Normativa nº 1.037 relacionando (i) os países e dependências com tributação favorecida ou onde a legislação local não permite acesso a informações referentes à composição acionária de pessoas jurídicas quanto à sua titularidade ou quanto à identidade do real beneficiário da renda atribuída a não residentes, ou jurisdições de “paraísos fiscais”, e (ii) os regimes fiscais privilegiados, cuja definição está prevista pela Lei nº 11.727, datada de 23 de junho de 2008. Ainda que

acreditemos que a melhor interpretação da atual legislação tributária possa levar à conclusão de que o conceito de “regime fiscal privilegiado” acima mencionado se aplique exclusivamente para fins de regras brasileiras de preços, subcapitalização e regras de companhia estrangeira controlada, não podemos garantir se a subsequente legislação ou interpretações pelas autoridades fiscais brasileiras referentes à definição de um “regime fiscal privilegiado” previsto pela Lei nº 11.727/08 também se aplicarão a Detentores Não Residentes sobre pagamentos potencialmente realizados por uma fonte brasileira.

Além do mais, em 28 de novembro de 2014, devido à publicação da Portaria nº 488, a definição de uma dependência com tributação favorecida, para os fins descritos acima, foi alterada de dependências onde não existe imposto de renda, ou onde a taxa aplicável do imposto de renda é inferior a 20%, para dependências onde não existe imposto de renda, ou onde a taxa aplicável do imposto de renda é inferior a 17% (se o país estiver alinhado aos padrões internacionais de transparência fiscal definidos pela legislação brasileira).

Recomendamos que os potenciais investidores consultem seus próprios assessores tributários de tempos em tempos para verificar quaisquer consequências fiscais possíveis resultantes da Instrução Normativa nº 1.037/10 e da Lei nº 11.727/08. Se as autoridades fiscais brasileiras determinam que o conceito de “regime fiscal privilegiado” previsto pela Lei nº 11.727/08 também se aplicará a Detentores Não Residentes sobre pagamentos potencialmente efetuados por uma fonte brasileira, o imposto de renda retido aplicável a esses pagamentos poderia ser avaliado a uma taxa de até 25%.

**Pagamentos de juros sobre capital próprio.** A Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite que as sociedades brasileiras efetuem pagamentos a acionistas a título de juros sobre capital próprio.

Tais pagamentos devem ser efetuados em dinheiro e os juros sobre o capital próprio distribuídos aos acionistas configuram despesas dedutíveis da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos pela sociedade pagadora. Esses juros são calculados com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, conforme determinada pelo Banco Central de tempos em tempos, não podendo exceder o maior valor dentre:

- 50% do lucro líquido (após o pagamento da CSLL e antes da provisão para IRPJ e dos montantes atribuíveis aos acionistas como juros sobre o capital próprio) para o ano fiscal; ou
- 50% da soma dos lucros e das reservas de lucros acumulados.

Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio em relação às ações a acionistas (incluindo detentores de ADSs) estão sujeitos ao IRRF à alíquota de 15%, ou de 25% se o Detentor Não Residente for domiciliado em uma jurisdição de “paraíso fiscal” (“Detentor em Paraíso Fiscal”). Esses pagamentos podem ser incluídos, por seu valor líquido, no cálculo dos dividendos obrigatórios.

De acordo com o Decreto Nº 8.426 de 2014, o pagamento de juros sobre o capital também está sujeito à incidência de PIS e COFINS a uma taxa de 9,25%.

Na medida em que os pagamentos de juros sobre o capital próprio possam integrar os dividendos obrigatórios, será necessária a distribuição de um valor adicional para que se assegure que o montante recebido pelos acionistas corresponderá, após o recolhimento do IRRF devido, ao menos ao valor dos dividendos obrigatórios.

No caso de investimento registrado junto ao Banco Central do Brasil, as distribuições de juros sobre o capital próprio para detentores estrangeiros podem ser convertidas em dólares e remetidos ao exterior, observadas as regras de controle cambial.

Não podemos garantir que o nosso Conselho de Administração não determinará que futuras distribuições de lucros possam ser feitas por meio de juros sobre capital próprio, e não por meio de dividendos.

**Tributação de ganhos.** De acordo com a Lei nº 10.833, datada de 29 de dezembro de 2003, os ganhos decorrentes da venda de ativos localizados no Brasil, tal como nossas ações, obtidos por um Detentor Não Residente, estão sujeitos ao imposto de renda no Brasil. Essa regra é aplicável independentemente de a venda ser realizada no Brasil ou no exterior e/ou se a venda foi feita ou não para um indivíduo ou entidade residente ou domiciliado no Brasil.

Como regra geral, ganhos de capital obtidos como resultado de uma transação de venda correspondem à diferença positiva entre o montante obtido com a venda das ações e seu respectivo custo de aquisição.

Ganhos de capital obtidos por Detentores Não Residentes na venda de ações realizadas na bolsa de valores mobiliários brasileira (o que inclui negociações realizadas no mercado de balcão organizado):

- estão isentos de imposto de renda quando obtidos por um Detentor Não Residente que (i) registrou seus investimentos no Brasil perante o Banco Central, conforme as regras do Conselho Monetário Nacional ("Detentor Registrado") e (ii) não seja um Detentor em Paraíso Fiscal; e
- estão sujeitos ao imposto de renda à alíquota de 15% com relação aos ganhos obtidos por um Detentor Não Residente que não seja um Detentor Registrado (incluindo um Detentor Não Residente que se qualifique nos termos da Lei nº 4.131/62) e aos ganhos obtidos por Detentor em Paraíso Fiscal que seja um Detentor Registrado. Nesse caso, o imposto de renda retido na fonte à alíquota de 0,005% deve ser aplicável e pode ser compensado com qualquer imposto de renda devido sobre ganhos de capital.

Qualquer outro ganho obtido com a venda de ações ocorrida fora da bolsa de valores mobiliários brasileira ou em outro mercado organizado:

- está sujeito ao imposto de renda à alíquota de 15%, quando obtido por um Detentor Não Residente que não seja um Detentor em Paraíso Fiscal, independentemente de ser um Detentor Registrado ou não; e
- está sujeito ao imposto de renda à alíquota de 25%, quando obtido por um Detentor em Paraíso Fiscal, independentemente de ser um Detentor Registrado ou não.

Nos casos acima, se os ganhos forem relacionados com transações conduzidas no mercado brasileiro de balcão não organizado com intermediação, o imposto de renda retido na fonte de 0,005% também deve ser aplicável nas receitas brutas e pode ser compensado com qualquer imposto de renda devido sobre ganhos de capital.

Qualquer exercício de direito de preferência com relação às ações não estará sujeito ao imposto de renda no Brasil. Ganhos obtidos por um Detentor Não Residente na venda de direitos de preferência estarão sujeitos ao imposto de renda no Brasil de acordo com as mesmas regras aplicáveis à venda de ações.

Não podemos assegurar que o atual tratamento tributário favorável aos Detentores Registrados continuará a existir no futuro.

Além disso, de acordo com as regras gerais previstas na Lei nº 13.259/2016, quaisquer outros ganhos sobre a venda de ações (da bolsa de valores mobiliários brasileira e qualificados nos termos da Lei nº 4131/62) estão sujeitos a imposto de renda a uma taxa progressiva de 15% a 22,5% ou 25%, se o residente estiver localizado em jurisdição com tributação favorecida ou em paraíso fiscal.

#### *Venda de ADS e ações por Detentores não residentes para outros não residentes no Brasil*

Com base no artigo 26 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a venda de ativos localizados no Brasil por investidores não residentes está sujeita ao imposto de renda brasileiro desde 1º de fevereiro de 2004. Nosso entendimento é o de que os ADSs não configuram ativos localizados no Brasil e, portanto, não devem se sujeitar a incidência do IRRF. Ademais, como a norma regulamentar referida no artigo 26 é genérica e, dado que, no presente momento, nenhuma jurisprudência definitiva relativa a esse assunto tenha sido fornecida por Superiores Tribunais de Justiça no Brasil, não somos aptos a garantir qual será o resultado final dessa discussão.

#### *Ganhos de capital decorrentes da troca de ADSs por ações*

Embora não haja orientação clara, a troca de ADSs por ações não se sujeita a imposto de renda. Detentores Não Residentes podem trocar seus ADSs pelas ações subjacentes, vender as ações em bolsa de valores brasileira e remeter os rendimentos obtidos com a venda para o exterior no prazo de 5 dias úteis a partir da data da transação (conforme indicada no registro eletrônico mantido pelo depositário). Para mais informações, veja "Item 10. Informações adicionais — Tributação — Considerações Fiscais no Brasil — Tributação Sobre Operações com Títulos e Valores Mobiliários (IOF/Títulos)." Nosso entendimento é que a troca de ADSs pelas ações subjacentes e a venda de ações no período acima mencionado por um Detentor Não Residente que seja (i) um Detentor Registrado e (ii) que não seja um Detentor em Paraíso Fiscal, não estará sujeito a incidência de imposto de renda.

Com o recebimento das ações em troca das respectivas ADSs, os Detentores Não Residentes podem também optar por registrar perante o Banco Central o valor em dólares das ações como investimento estrangeiro em portfólio, nos termos das regras do Conselho Monetário Nacional, o que os legitimará a se beneficiarem do tratamento fiscal discutido acima, com relação aos Detentores Registrados.

Alternativamente, o Detentor não residente é também autorizado a registrar junto ao Banco Central o valor em dólares das ações como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei nº 4.131/62, caso em que a venda respectiva estaria sujeita ao tratamento discutido com relação a Detentores Não Residentes que não sejam Detentores Registrados.



## *Ganhos na troca de ações por ADS*

O depósito de ações em troca por ADSs pode se sujeitar ao imposto de renda brasileiro sobre ganhos de capital se o valor previamente registrado junto ao Banco Central como investimento estrangeiro em ações (investimento direto registrado mediante a Lei 4.131/62) ou, no caso de Detentores Registrados, o custo de aquisição das ações, conforme o caso, seja inferior a:

- a cotação média das ações na bolsa de valores brasileira em que o maior número de ações tenha sido vendido no dia do depósito; ou
- se nenhuma ação tiver sido vendida no dia do depósito, a cotação média das ações na bolsa de valores brasileira em que o maior número de ações tiver sido vendido nos últimos 15 pregões.

A diferença entre o montante previamente registrado, ou o preço de aquisição, se for o caso, e a cotação média das ações, calculada como definido acima, será considerado ganho de capital sujeito ao imposto de renda à alíquota de 15%, ou 25% para os Detentores em Paraíso Fiscal.

***Tributação sobre operações de câmbio (IOF/Câmbio).*** O IOF/câmbio incide sobre a conversão de Reais em moeda estrangeira, e na conversão de moeda estrangeira em Reais. No caso de liquidação de transações em moeda estrangeira para entrada de capital no país, feita por investidores estrangeiros, para transações nos mercados financeiros e de capitais, a alíquota aplicável é 0%. O Governo Brasileiro pode aumentar tais alíquotas a qualquer momento, até o limite de 25%. Entretanto, qualquer aumento das alíquotas somente pode incidir em transações futuras.

***Tributação sobre operações com títulos e valores mobiliários: (IOF/Títulos).*** A Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, criou o IOF/Títulos, o qual pode incidir sobre operações envolvendo títulos e valores mobiliários, mesmo se tais operações ocorrerem em bolsas de valores, mercadorias e futuros. O Supremo Tribunal Federal do Brasil decidiu que a transferência de ações será tributada por IOF/Títulos. A atual alíquota do IOF/Títulos com relação às operações envolvendo ações é de 0%. A alíquota do IOF/Títulos com relação às operações envolvendo ações encontra-se atualmente reduzida a 0%. No caso das ADSs, conforme o Decreto nº 8.165 de 23 de dezembro de 2013, que alterou o Decreto nº 6.306 de 14 de dezembro de 2007, a alíquota do IOF / Títulos aplicável a transferência de ações listadas na bolsa de valores brasileira, com a finalidade específica de garantir a emissão de certificados de depósito no mercado externo, é atualmente de 0%. O poder Executivo pode aumentar esta taxa até o limite de 1,5% por dia dos termos dos valores mobiliários, mas tão somente com relação a futuras operações envolvendo ações e ADSs.

***Outros Tributos Brasileiros Relevantes.*** Alguns estados brasileiros impõem imposto sobre transmissões gratuitas decorrentes de doações ou heranças ocorridas no exterior, tendo por beneficiário um indivíduo ou entidade residente ou domiciliada naqueles estados. Não há, no Brasil, qualquer imposto sobre selo, emissão, registro, ou outros impostos e taxas similares devidos pelos detentores de ações ou ADSs.

## ***Considerações sobre Imposto de Renda Federal nos Estados Unidos***

Segue abaixo uma discussão de considerações, em termos de imposto de renda federal dos EUA, relacionadas à titularidade e à alienação de nossas ações ou ADSs. Essa discussão, contudo, não pretende esgotar o tema dos aspectos tributários que podem ser relevantes para os Detentores dos EUA de nossas ações ou ADSs. Essa discussão aplica-se unicamente aos Detentores dos EUA que detenham nossas ações ou ADSs como ativos de capital (geralmente para fins de investimento), para fins de imposto de renda federal nos EUA, não dizendo respeito a todas as considerações sobre imposto de renda federal nos Estados Unidos que possam ser relevantes a um determinado detentor em virtude de circunstâncias específicas, ou a detentores sujeitos a regras especiais, tais como distribuidoras/corretoras e operadores de valores mobiliários e câmbio, instituições financeiras, seguradoras, entidades isentas de tributação, fundos de investimentos imobiliários, empresas de investimento regulamentadas, pessoas que possuem, ou tenham possuído, direta, indireta ou presumidamente, 10% ou mais de nossas ações com direito a voto para efeitos de imposto de renda federal nos EUA, pessoas que detêm nossas ações ou ADSs como parte de uma operação de "*hedging*", "*wash sale*", "*straddle*", conversão ou outra operação integrada para efeitos de imposto de renda federal nos EUA, pessoas que realizam uma "venda presumida" com respeito a nossas ações ou ADSs para efeitos de imposto de renda federal nos EUA, pessoas que possuem moeda funcional que não seja o dólar para fins de imposto de renda federal dos EUA, determinados ex-cidadãos ou ex-residentes de longo prazo dos Estados Unidos, pessoas que tenham adquirido nossas ações ou ADSs através de *stock option* a funcionários ou através de qualquer outra remuneração.

Adicionalmente, esta discussão não contempla os impostos sobre herança e doações nos Estados Unidos, a contribuição ao *Medicare* ou considerações sobre imposto mínimo alternativo relacionadas à aquisição, propriedade e alienação de nossas ações ou ADSs. Recomenda-se que Detentores dos EUA consultem seus assessores tributários com relação às considerações tributárias federais, estaduais e locais nos Estados Unidos, bem como em outros países, relacionadas à aquisição, propriedade e alienação de ações ou ADSs.

Essa discussão baseia-se no Código da Receita Federal (*Internal Revenue Code*), com alterações, pronunciamentos administrativos, decisões judiciais e regulamentos definitivos, temporários e propostos do Tesouro dos Estados Unidos, atualmente em

vigor. Tais normas estão sujeitas a alteração (possivelmente em uma base retroativa) ou interpretações divergentes, podendo afetar as considerações sobre imposto de renda federal nos Estados Unidos aqui descritas. Não há garantia de que a IRS ou um tribunal não adotará posição contrária com relação a quaisquer considerações de imposto de renda federal nos EUA descritas abaixo. Além disso, essa discussão supõe que cada obrigação prevista ou contemplada no Contrato Depósito e em qualquer outro documento relacionado será cumprida de acordo com seus termos.

Nessa discussão, "Detentor dos EUA" é o detentor beneficiário final de nossas ações ou ADSs que, para fins de imposto de renda federal dos EUA, é: (i) um cidadão ou indivíduo que seja residente nos Estados Unidos; (ii) uma companhia ou outra entidade tributável como companhia, constituída ou organizada de acordo com as leis dos Estados Unidos ou qualquer uma de suas subdivisões políticas; (iii) um espólio cuja renda esteja sujeita à tributação de renda federal nos Estados Unidos, independentemente de sua origem; ou (iv) um trust, (1) se tal entidade tiver optado validamente por ser tratada como pessoa norte-americana para fins de imposto de renda federal nos EUA, ou (2) se um tribunal nos Estados Unidos for capaz de exercer a supervisão primária sobre a sua administração e uma ou mais pessoas norte-americanas tiverem a autoridade para controlar todas as decisões substanciais de tal *trust*.

Se uma sociedade, ou qualquer outra entidade tratada como sociedade para fins de imposto de renda federal dos EUA, detiver ações ou ADSs, o tratamento de imposto de renda federal dos EUA para seus sócios geralmente dependerá do status do sócio e das atividades da sociedade. Sociedades detentoras de nossas ações ou ADSs e sócios em tais sociedades devem consultar seus assessores tributários quanto às consequências no imposto de renda federal dos EUA derivadas da propriedade ou alienação de nossas ações ou ADSs.

### ***Propriedade de ADSs em geral.***

Em geral, os Detentores dos EUA de ADSs serão tratados, para fins de imposto de renda federal dos EUA, como proprietários das ações subjacentes às ADSs. Dessa forma, nenhum ganho ou prejuízo será reconhecido se um Detentor dos EUA trocar ADS pelas ações subjacentes representadas por estes ADSs ou se trocar ações subjacentes representadas por estes ADSs por ADSs.

### ***Tributação de distribuições***

Respeitadas as observações discutidas na seção "— Companhia de investimento estrangeiro passivo", o montante bruto de qualquer distribuição feita a um Detentor dos EUA por nossas ações ou ADSs, antes de redução por qualquer imposto brasileiro, incluindo impostos retidos na fonte atribuíveis aos juros sobre o capital próprio, será tributado como renda ordinária de dividendos, no dia em que os dividendos forem efetivamente recebidos por um Detentor dos EUA, na medida em que sejam pagos a partir dos ganhos e lucros (*earnings and profits*) correntes ou acumulados da Ultrapar, como apurado para fins de imposto de renda federal dos EUA. Uma distribuição que ultrapasse nossos lucros correntes e acumulados será tratada como retorno de capital não tributável, na proporção da base ajustada (*adjusted basis*) em nossas ações ou ADSs do Detentor dos EUA e como ganho de capital (*capital gains*) caso exceda a base do Detentor dos EUA. Nós não mantemos registros de ganhos e lucros nos moldes dos princípios do imposto de renda federal dos EUA. Portanto, Detentores dos EUA devem esperar que as distribuições feitas por nós geralmente sejam tratadas como dividendos aos Detentores dos EUA para fins de imposto de renda federal dos EUA.

Um Detentor dos EUA não corporativo estará sujeito a imposto pela menor alíquota sobre ganho de capital aplicável a "rendimentos qualificados de dividendos" (*qualified dividend income*), desde que determinadas condições sejam satisfeitas, incluindo que (1) nossas ações ou ADSs, conforme aplicável, sejam imediatamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, (2) não sermos uma PFIC nem tratados dessa forma com relação a um Detentor dos EUA (conforme discutido abaixo) para o ano fiscal em que o dividendo foi pago e o ano fiscal anterior, e (3) determinadas exigências do prazo de permanência dos recursos serem cumpridas. Embora nenhuma garantia possa ser dada, acreditamos que nossas ADSs são imediatamente negociáveis na Bolsa de Valores de Nova York, que é um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos. Contudo, não há garantia de que nossas ADSs serão consideradas imediatamente negociáveis em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos em anos posteriores. Por não esperarmos que nossas ações serão listadas em um mercado de valores mobiliários estabelecido nos Estados Unidos, não esperamos que os dividendos que pagamos sobre nossas ações atenderão às condições exigidas para alíquota fiscal reduzida.

Os dividendos pagos em Reais a Detentores dos EUA serão incluídos na base de cálculo do imposto de renda dos EUA em quantia equivalente em dólar, com base na taxa de câmbio vigente na data em que foram recebidos, efetiva ou presumidamente, ainda que o montante não tenha sido convertido em dólar naquele momento. Se os dividendos recebidos em Reais forem convertidos em dólar na data em que tenham sido efetivos ou presumidamente recebidos, o Detentor dos EUA geralmente não terá que reconhecer ganho ou perda em moeda estrangeira com relação ao dividendo. Caso o pagamento não seja convertido na data do recebimento, o Detentor dos EUA terá uma base tributável em Reais igual ao montante em dólar, que será usado para mensurar ganho ou perda de mudanças subsequentes na taxa de câmbio. Qualquer ganho ou perda que um Detentor dos EUA reconheça em uma subsequente conversão de Reais em dólares (ou em outra forma de alienação) será geralmente considerado ganho ou perda comum, de fonte localizada nos EUA, para fins de créditos fiscais estrangeiros nos EUA.

Os dividendos das nossas ações ou ADSs recebidos por um Detentor dos EUA serão, em geral, tratados como originadas de fonte estrangeira e geralmente constituem renda de categoria passiva para fins de créditos fiscais estrangeiros nos EUA. Sujeito a algumas condições e limitações das leis de imposto de renda federal dos EUA sobre créditos ou deduções para impostos não americanos e certas exceções para posições de curto prazo e acobertadas por *hedge*, o imposto brasileiro retido sobre os dividendos seria tratado como imposto de renda estrangeiro passível de gerar créditos de imposto de renda federal dos EUA para um Detentor dos EUA (ou poderá ser deduzido no cômputo da renda tributável caso este tenha optado, naquele ano, por deduzir todos os impostos de renda estrangeiros). As regras com relação a créditos fiscais estrangeiros são complexas e os Detentores dos EUA devem consultar seus assessores tributários no tocante à disponibilidade e à utilização de crédito de imposto estrangeiro, conforme suas circunstâncias específicas.

#### ***Tributação de venda, troca ou outra alienação de ações ou ADSs.***

Respeitadas as observações discutidas abaixo sob a seção "— Companhia de investimento estrangeiro passivo", um Detentor dos EUA reconhecerá ganho ou perda na venda, troca ou alienação de ações ou ADSs no montante igual à diferença entre o montante realizado (incluindo o montante bruto do provento antes da redução por qualquer imposto brasileiro) na referida venda, troca ou alienação e a base fiscal ajustada das ações ou ADSs do Detentor dos EUA. Observada a discussão abaixo sobre "— Companhia de investimento estrangeiro passivo", perda ou ganho na alienação de uma ação ou ADS será perda ou ganho de capital e será perda ou ganho de capital de longo prazo se o Detentor dos EUA ficar com a ação ou ADS por período superior a um ano. O ganho ou perda reconhecido por um Detentor dos EUA, caso existente, será, em geral, tratado como ganho ou perda de fonte nos EUA, para fins de créditos fiscais estrangeiros nos EUA, conforme o caso. Um Detentor dos EUA individual pode estar sujeito a taxas preferências de tributação sobre ganhos de capital no longo prazo; entretanto, a dedutibilidade de perdas capitais é sujeita a limitações do Código.

A base fiscal inicial de nossas ações ou ADSs para um Detentor dos EUA será o valor em dólar do preço de compra determinado na data da mesma. Se as nossas ações ou ADSs forem tratadas como negociáveis em um "mercado de valores mobiliários", um Detentor dos EUA em regime de caixa (ou, se eleito, um Detentor dos EUA em regime de competência) determinará o valor em dólar do custo de tais ações ou ADSs, a partir da conversão do montante pago pela taxa de câmbio na data da liquidação da compra. A conversão dos dólares para Reais e o uso imediato daquela moeda na compra de ações ou ADSs geralmente não resulta em ganho ou perda tributável para um Detentor dos EUA.

Um Detentor dos EUA que receba Reais em uma venda, troca ou alienação das nossas ações ou ADSs receberá um montante em dólar equivalente ao valor em Reais na data da venda, troca ou alienação. Se as nossas ações ou ADSs forem tratadas como negociáveis em um "mercado de valores mobiliários", um Detentor dos EUA em regime de caixa (ou, se eleito, um Detentor dos EUA em regime de competência) determinará o valor em dólar do montante realizado, a partir da conversão do montante recebido pela taxa de câmbio na data da liquidação da venda. Um Detentor dos EUA terá uma base fiscal no montante em Reais recebido igual ao montante em dólar. Qualquer ganho ou perda que um Detentor dos EUA reconheça em uma subsequente conversão de Reais em dólares (ou outra alienação) será, em geral, ganho ou perda ordinário nos EUA, para fins de créditos fiscais estrangeiros nos EUA.

Caso incida o imposto brasileiro na venda, troca ou alienação das nossas ações ou ADSs, os Detentores dos EUA podem não obter créditos por impostos brasileiros pagos para compensar suas obrigações de impostos de renda federal dos EUA, conforme as limitações de créditos fiscais estrangeiros nos EUA do Código, uma vez que a fonte de tal ganho, em geral, será renda nos EUA exceto se esse imposto puder ser utilizado (sujeito a limites aplicáveis) como crédito contra impostos devidos sobre outros rendimentos tratados como provenientes de fontes estrangeiras. Alternativamente, o Detentor dos EUA pode obter dedução do imposto brasileiro se este detentor não tiver obtido um crédito por qualquer outro imposto de renda estrangeiro durante o ano fiscal. As regras com relação a créditos fiscais estrangeiros são complexas e os Detentores dos EUA devem consultar seus assessores tributários no tocante à disponibilidade e à utilização de crédito de imposto estrangeiro, conforme suas circunstâncias específicas.

#### ***Companhias de investimento estrangeiro passivo***

Em geral, caso sejamos considerados como PFIC, em algum ano durante o qual os Detentores dos EUA possuam nossas ações ou ADSs, eles podem estar sujeitos a certas consequências adversas de imposto de renda federal americano. Uma empresa constituída fora dos EUA será classificada como PFIC para fins de imposto de renda federal dos EUA em qualquer ano fiscal se, após aplicar as regras de desconsideração da entidade relevante ("*look through rules*"), (i) no mínimo 75% da receita bruta corresponder à receita passiva, como dividendos, juros, aluguéis, "*royalties*" e certos ganhos; ou (ii) no mínimo 50% do valor médio trimestral dos ativos brutos corresponder a ativos que geram ou que são detidos para fins de geração de renda passiva.

Devemos fazer todo o ano o cálculo para a determinação da condição de PFIC. Baseado na forma como atualmente operamos nossos negócios, na composição projetada de nossas receitas e valorização de nossos ativos, e atual interpretação das regras de PFIC, não acreditamos que tenhamos sido uma PFIC em 2017. Contudo, como o cálculo para a determinação da condição de PFIC de uma empresa é baseado na aplicação das complexas regras do imposto de renda americano, efetuado ano a ano, o qual está sujeito a alterações e diferentes interpretações, e depende do resultado do lucro da empresa, de seus ativos e do valor de mercado de seus ativos aferido de tempos em tempos, e este não é feito após o fim de um ano fiscal, não podemos garantir que não seremos tratados como PFIC no ano fiscal corrente ou em qualquer ano fiscal subsequente.

Se a companhia for considerada uma PFIC em qualquer ano fiscal, no qual um Detentor dos EUA possua nossas ações ou ADSs, o Detentor dos EUA de nossas ações ou ADS pode estar sujeito a taxas de juros e outros tratamentos geralmente adversos com relação a impostos sobre qualquer ganho na venda, troca ou alienação tributável, e certas distribuições excessivas relacionadas às nossas ações ou ADS. Qualquer distribuição recebida em um ano fiscal acima de 125% da média das distribuições anuais recebidas no menor período entre (i) os três anos fiscais anteriores ou (ii) o período de propriedade das ações ou ADS pelo Detentor dos EUA será tratada como distribuição excessiva. Sob tais regras fiscais especiais: A) qualquer distribuição excessiva ou o ganho será alocado proporcionalmente para cada dia do período de propriedade das ações ou ADSs do Detentor dos EUA, B) o montante atribuído ao ano fiscal de alienação e de qualquer ano fiscal anterior ao primeiro ano fiscal no qual nós sejamos considerados uma PFIC, será tratado como rendimento ordinário e C) o montante alocado a cada ano fiscal que sejamos considerados uma PFIC estará sujeito a impostos com a maior alíquota aplicável a rendimentos ordinários em vigor para este contribuinte, para cada ano fiscal prévio, e os encargos geralmente aplicáveis a deficiências de pagamento de impostos incidirão sobre o imposto resultante atribuível a cada um desses anos.

Se nós formos considerado uma PFIC em qualquer ano fiscal, no qual um Detentor dos EUA possua nossas ações ou ADSs e qualquer de nossas subsidiárias fora dos EUA também for uma PFIC, esse Detentor dos EUA será tratado como detendo uma quantidade proporcional (por valor) das ações da PFIC de grupo inferior e estará sujeito às regras descritas acima sobre determinadas distribuições por essa PFIC de grupo inferior e uma venda de ações dessa PFIC de grupo inferior ainda que esse Detentor dos EUA não receba de modo geral os proventos dessas distribuições ou vendas. Os Detentores dos EUA devem consultar seus assessores tributários com relação à aplicação das regras de PFIC a qualquer de nossas subsidiárias.

Se uma empresa que é uma PFIC fornece determinadas informações aos Detentores dos EUA, um Detentor dos EUA pode então evitar determinadas consequências fiscais adversas descritas acima ao fazer a opção de "fundo de opções qualificado" (*qualified electing fund*) a ser tributado atualmente sobre sua parcela proporcional do rendimento ordinário da PFIC e os ganhos de capital líquidos. Contudo, uma opção de um fundo de opções qualificado não será disponibilizada aos Detentores dos EUA, porque não temos a intenção de fornecer as informações necessárias que permitam os Detentores dos EUA realizarem tal opção para qualquer ano fiscal em que sejamos uma PFIC.

Alternativamente, um Detentor dos EUA de "ações negociáveis" (*marketable stock*) em uma PFIC pode fazer uma opção por marcação a mercado ("*mark-to-market*") com relação a essas ações. Ações negociáveis são ações negociadas que não sejam em quantidades "de minimis" em pelo menos 15 dias durante cada trimestre civil ("negociadas regularmente") em uma bolsa de valores qualificada (como a Bolsa de Valores de Nova York) ou outro mercado, conforme definido nos regulamentos aplicáveis do Tesouro dos Estados Unidos. Acreditamos que nossas ações e ADSs qualificam-se como sendo regularmente negociadas em uma bolsa qualificada, mas não há garantias nesse sentido. Se um Detentor dos EUA fizer essa opção, esse detentor geralmente (i) incluirá como ganho para cada ano fiscal o excedente, se houver, do valor justo de mercado de nossas ações ou ADSs detidas ao final do ano fiscal sobre a base tributária ajustada dessas ações ou ADS e (ii) deduzirá como uma perda o excedente, se houver, da base tributária ajustada de nossas ações ou ADSs sobre o valor justo de mercado dessas ações ou ADSs detidas ao final do ano fiscal, mas somente na medida do valor previamente incluído no ganho como resultado da opção por marcação a mercado ("*mark-to-market*"). A base tributária ajustada do Detentor dos EUA em nossas ações ou ADSs será ajustada para refletir qualquer ganho ou perda resultante da opção por marcação a mercado. Se um Detentor dos EUA fizer uma opção por marcação a mercado ("*mark-to-market*") em relação a uma empresa classificada como PFIC e essa empresa deixar de ser classificada como PFIC, esse detentor não será obrigado a levar em consideração o ganho ou perda descrito acima durante qualquer período em que essa empresa não esteja classificada como PFIC.

Devido a uma opção por marcação a mercado ("*mark-to-market*") não poder ser feita para quaisquer PFICs de grupo inferior que possamos possuir, um Detentor dos EUA pode continuar a ficar sujeito às regras da PFIC com relação à participação indireta desse detentor em quaisquer investimentos detidos por nós que sejam considerados como participação patrimonial em uma PFIC para fins de imposto de renda federal dos EUA.

Recomenda-se que os Detentores dos EUA consultem seus assessores tributários a respeito das consequências caso fôssemos tratados como PFIC para fins de imposto de renda federal dos EUA, incluindo a possibilidade de fazer a opção por marcação a mercado (*mark-to-market*).

### ***Crédito fiscal estrangeiro para impostos brasileiros***

Qualquer IOF/Câmbio incidente no Brasil (conforme discutido acima em "Considerações sobre Impostos no Brasil") não será tratado como imposto estrangeiro creditável para fins de imposto de renda federal dos EUA. Detentores dos EUA devem consultar seus assessores tributários quanto às consequências fiscais desses impostos no Brasil.

### ***Certas informações exigidas***

Alguns Detentores dos EUA são obrigados a comunicar ao IRS informações relativas a juros sobre nossas ações ou ADSs, sujeitos a exceções (incluindo uma exceção para ações ou ADSs mantidas por certas instituições financeiras), anexando um Formulário IRS 8938 completo, Demonstração de Ativos Financeiros Estrangeiros Específicos, com sua taxa de retorno para cada ano

em que tenha mantido juros sobre ações ou ADSs. Os Detentores dos EUA devem consultar seus próprios assessores tributários sobre o efeito, se for o caso, dessa exigência de divulgação de informações sobre sua aquisição, propriedade e alienação das nossas ações ou ADSs. Se um Detentor dos EUA detém nossas ações ou ADSs em qualquer ano em que sejamos considerados uma PFIC com relação a esse Detentor dos EUA, o Detentor dos EUA será obrigado a apresentar o Formulário 8621 da IRS. Os Detentores dos EUA devem consultar seus assessores tributários com relação à aplicação das regras de reporte de informações dos EUA aplicáveis para suas situações específicas.

A DISCUSSÃO PRECEDENTE SOBRE CONSIDERAÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA FEDERAL DOS EUA DESTINA-SE APENAS A INFORMAÇÕES GERAIS E NÃO CONSTITUEM ASSESSORIA TRIBUTÁRIA. RECOMENDA-SE QUE DETENTORES DOS EUA CONSULTEM SEUS ASSESSORES TRIBUTÁRIOS COM RELAÇÃO ÀS CONSEQUÊNCIAS TRIBUTÁRIAS FEDERAIS, ESTADUAIS E LOCAIS NOS ESTADOS UNIDOS, BEM COMO EM OUTROS PAÍSES, RELACIONADAS A UM INVESTIMENTO EM NOSSAS AÇÕES OU ADSs.

#### **F. Dividendos e Agentes Pagadores**

Não aplicável.

#### **G. Declaração de Peritos**

Não aplicável.

#### **H. Documentos Públicos**

As declarações contidas neste Formulário 20-F sobre o teor de qualquer contrato ou outro documento mencionado não são necessariamente completas, estando cada uma delas qualificada sob todos os aspectos por referência ao texto integral do contrato ou outro documento em questão arquivado como anexo do presente instrumento. Uma cópia do Formulário 20-F, bem como dos anexos e apêndices arquivados com o presente instrumento poderá ser examinada gratuitamente nas instalações de consulta pelo público mantidas pela SEC na 100 F Street, N.E., Washington, D.C. 20549. Tais relatórios ou outras informações podem ser vistos nos escritórios da NYSE, 11 Wall Street, New York, NY 10005, nos quais os ADS são negociados. Adicionalmente, a SEC mantém um site <http://www.sec.gov> que contém os relatórios arquivados eletronicamente.

Estamos sujeitos às exigências de informações e relatórios periódicos do "*Securities Act*" de 1934 e de conformidade com este, arquivaremos relatórios periódicos e outras informações na SEC. Entretanto, na qualidade de emitente privado estrangeiro, estamos isentos das regras do "*Exchange Act*" relacionadas ao fornecimento e teor de termos de procuração e a relatórios e responsabilidade referentes a lucros por transações de ida e volta.

Forneceremos ao *The Bank of New York*, nosso banco depositário, cópias de todos os relatórios que formos obrigados a arquivar na SEC nos termos do "*Exchange Act*", inclusive nossos relatórios anuais em inglês, contendo breve descrição de nossas operações e demonstrações financeiras consolidadas anuais auditadas que serão elaboradas em conformidade com os princípios contábeis previstos nas *IFRSs*. Ademais, seremos obrigados, nos termos do Contrato de Depósito, a fornecer ao depositário cópias de traduções para o inglês, na medida exigida segundo as normas da SEC, de todos os avisos de assembleias gerais de Detentores de ações preferenciais e demais relatórios e comunicações colocados de modo geral à disposição de Detentores de ações ordinárias. Em certas circunstâncias, o depositário providenciará o envio, às nossas expensas, desses avisos, demais relatórios e comunicações a todos os Detentores de ADS.

Nós também arquivamos as demonstrações financeiras e outros documentos periódicos junto à CVM, localizada à rua Sete de Setembro, 111, Rio de Janeiro, Brasil, CEP: 20159-901. Adicionalmente, a CVM possui um endereço eletrônico que contém informações em português arquivadas eletronicamente junto à CVM, que podem ser acessadas pela internet através do site <http://www.cvm.gov.br>.

#### **I. Informações sobre Controladas**

Não aplicável.

### **ITEM 11. INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS SOBRE RISCO DE MERCADO**

Os principais fatores de risco a que a Ultrapar está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Ultrapar. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência da qualidade de crédito dos clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Ultrapar utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Companhia possui uma política conservadora de gestão de recursos, instrumentos financeiros e riscos aprovada pelo seu Conselho de Administração ("Política"). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o desenvolvimento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A implementação da gestão dos recursos, instrumentos e riscos é feita pela área financeira, através da tesouraria, com acompanhamento dos departamentos fiscal e contábil;
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da diretoria executiva da companhia ("Comitê"). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento;
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Ultrapar;
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira; e
- A auditoria interna audita o cumprimento dos requisitos da Política.

### Risco de moedas

A maior parte das operações da Ultrapar se localiza no Brasil, e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Ultrapar e sua exposição às mudanças nas taxas de câmbio. A Companhia considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Companhia utiliza instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em operações no exterior. Portanto, o *hedge* é utilizado com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial nos resultados e fluxos de caixa da Companhia em Reais, dentro dos limites de exposição em conformidade com sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

### Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em milhões de Reais	2017	2016
<b>Ativos em moeda estrangeira</b>		
Caixa e equivalentes de caixa e investimentos financeiros em moeda estrangeira (exceto instrumentos de <i>hedge</i> ).....	236,4	423,9
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda.....	214,9	323,4
Investimentos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar).....	930,0	600,9
	<b>1.381,3</b>	<b>1.348,2</b>
<b>Passivos em moeda estrangeira</b>		
Financiamentos em moeda estrangeira.....	(4.416,2)	(4.736,3)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas dos adiantamentos a fornecedores estrangeiros.....	(173,1)	(57,1)
	<b>(4.589,3)</b>	<b>(4.793,4)</b>
Instrumentos de proteção cambial.....	1.777,6	2.206,4
Posição líquida ativa (passiva) — Total.....	(1.430,4)	(1.238,8)
Posição líquida ativa (passiva) — Efeito no resultado.....	(26,1)	24,8
Posição líquida ativa (passiva) — Efeito no patrimônio líquido.....	(1.404,3)	(1.263,6)

### Análise de sensibilidade de ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo mostra o efeito de variações cambiais sobre diferentes cenários, com base na posição de R\$ 430,4 milhões passiva em moeda estrangeira:

Em milhões de Reais		Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Risco	10%	25%	50%
(1) Efeito no resultado .....	Depreciação do Real	(2,6)	(6,5)	(13,0)
(2) Efeito no patrimônio líquido .....		(140,4)	(351,1)	(702,2)
<b>(1) + (2).....</b>	<b>Efeito Líquido</b>	<b>(143,0)</b>	<b>(357,6)</b>	<b>(715,2)</b>
(3) Efeito no resultado .....	Depreciação do Real	2,6	6,5	13,0
(4) Efeito no patrimônio líquido .....		140,4	351,1	702,2
<b>(3) + (4).....</b>	<b>Efeito Líquido</b>	<b>143,0</b>	<b>357,6</b>	<b>715,2</b>

O efeito do patrimônio líquido refere-se a ajustes de conversão acumulados de variações na taxa de câmbio sobre o patrimônio líquido das subsidiárias no exterior (veja Notas 2.r e 23.f – Ajustes Acumulados de Conversão das nossas demonstrações financeiras consolidadas), cobertura de investimento líquido em entidades estrangeiras, cobertura de fluxo de caixa de compromisso firme e transação altamente provável (veja Nota 2.c e Contabilização de proteção (*Hedge Accounting*) das nossas demonstrações financeiras consolidadas).

### Análise de sensibilidade de instrumentos derivativos de moeda

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio real/dólar para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2017, para determinar os cenários prováveis. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,83 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização ou desvalorização adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto de *hedge* está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 29 de dezembro de 2017, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 29 de dezembro de 2017 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
		(Em milhões de Reais)		
<b>Swaps cambiais ativos em dólar</b>				
(1) <i>Swaps</i> dólar norte-americano / Real .....	Valorização do dólar	198,1	690,4	1,182,7
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar .....		(198,1)	(690,4)	(1,182,7)
<b>(1)+(2).....</b>	<b>Efeito Líquido</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Swaps cambiais passivos em dólar</b>				
(3) <i>Swaps</i> Real / dólar norte-americano .....	Desvalorização do dólar	(0,1)	7,5	15,1
(4) Margem bruta da Oxitenio.....		0,1	(7,5)	(15,1)
<b>(3)+(4).....</b>	<b>Efeito Líquido</b>	—	—	—

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 28 de dezembro de 2017 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais estimamos os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

		Risco	Cenário I (Provável) (Em milhões de Reais)	Cenário II	Cenário III
<b>Rendimentos dos Swaps (em Reais) – Debêntures – CRA</b>					
(1) Swaps pré-fixado—CDI .....	Redução na taxa pré-fixada		13,7	95,3	192,2
(2) Dívida pré-fixado .....			(13,7)	(95,3)	(192,2)
(1)+(2).....	<b>Efeito Líquido</b>		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

### Risco de juros

A Ultrapar adota políticas prudentes de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Ultrapar são principalmente mantidas em operações vinculadas ao CDI. As nossas captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil S.A., BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures, notas no mercado externo e outras captações em moeda estrangeira. A Ultrapar não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Veja as Notas 4, 14 e 31 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela abaixo fornece informações em 31 de dezembro de 2017 sobre nossas obrigações em moedas estrangeiras e em Reais que são sujeitas a taxas de juro fixas e variáveis. A tabela resume as informações sobre os instrumentos e transações que são sensíveis a moedas estrangeiras e taxas de juros:

	Taxa de juros média	Principal por ano de vencimento <sup>(1)</sup>							
Dívida		Valor justo	Valor contábil	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante
				(em milhões de Reais)					
R\$ empréstimos .....	5,9%	88,2	90,0	37,8	25,6	15,7	11,0	0,0	—
Empréstimos indexados ao CDI .....	104,6% do CDI	7.983,8	7.987,3	2.105,7	1.668,1	495,1	1.245,5	2.472,8	—
Empréstimos indexados pela TJLP .....	2,5%	301,6	301,9	155,3	82,0	37,1	13,6	10,0	3,9
Empréstimos em US\$ .....	4,8%	2.924,9	2.895,0	397,5	(3,4)	(5,6)	(6,1)	59,9	2.452,7
Empréstimos indexados pela LIBOR.....	1,5%	1.416,9	1.418,5	557,2	32,3	330,4	32,8	465,7	—
Empréstimos indexados ao IGP-M .....	5,6%	48,5	48,5	2,7	2,7	2,8	3,0	3,2	34,2
Empréstimos indexados ao SELIC.....	2,8%	100,4	100,3	52,0	21,4	20,7	4,3	1,7	0,1
Empréstimos indexados ao MX\$.....	8,5%	27,0	27,0	27,0	—	—	—	—	—
Empréstimos indexados ao MX\$ + TIIE .....	1,5%	3,4	3,4	3,4	—	—	—	—	—
Empréstimos indexados ao Bs .....	24,0%	0,6	0,6	0,6	—	—	—	—	—
Empréstimos indexados ao IPCA .....	4,6%	554,4	554,4	10,3	(1,7)	(1,7)	(1,7)	(1,7)	550,9
Subtotal .....		13.449,7	13.426,8	3.349,5	1.826,9	894,6	1.302,5	3.011,6	3.041,8
Perdas (ganhos) não realizadas em operações de hedge .....		163,7	163,7	154,2	—	—	—	4,8	4,8
<b>Total .....</b>		<b>13.613,5</b>	<b>13.590,6</b>	<b>3.503,7</b>	<b>1.826,9</b>	<b>894,6</b>	<b>1.302,5</b>	<b>3.016,4</b>	<b>3.046,5</b>

<sup>(1)</sup> Os números incluem os juros acumulados até 31 de dezembro de 2017.



## ***Riscos de crédito***

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Ultrapar a riscos de crédito de contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades, aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

**Risco de crédito de clientes** – Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito e riscos de créditos dos clientes, e também são mitigados pela diversificação de vendas. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para devedores duvidosos em suas contas a receber mantida para Ipiranga, Ultragaz, Extrafarma, Oxiteno e Ultracargo totalizava R\$ 238,7 milhões, R\$ 39,0 milhões, R\$ 4,9 milhões, R\$ 10,8 milhões e R\$ 2,2 milhões, respectivamente. Além disso, em 31 de dezembro de 2017, nenhum cliente individual ou grupo representava mais de 10% da receita total.

**Risco de crédito de instituições financeiras** – Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência. A Companhia executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantém disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contrapartes.

**Risco de crédito de governos** – A Política da Companhia permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos públicos do Brasil. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contrapartes.

## ***Risco de liquidez***

As principais fontes de liquidez da Ultrapar derivam (i) do saldo de caixa e equivalentes e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Ultrapar acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Ultrapar examina, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Considera diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de "joint ventures", através ou empresas coligadas, e financia esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Companhia acredita possuir capital de giro suficiente para satisfazer suas necessidades atuais. O endividamento financeiro bruto a vencer nos próximos doze meses totaliza R\$ 3.809,9 milhões, incluindo juros estimados sobre empréstimos. Além disso, o plano de investimentos para 2018 totaliza R\$ 2.676,5 milhões. Em 2017, a Companhia possuía R\$ 6,285.5 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, veja Notas 4 e 14 das nossas demonstrações financeiras consolidadas).

Para maiores informações sobre passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017, veja Nota 31 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

## ***Gestão de capital***

A Companhia administra sua estrutura de capital com base em indicadores e valores de referência. Os principais indicadores de desempenho quanto à administração da estrutura de capital são as razões entre o custo médio ponderado do capital e a dívida líquida/EBITDA, a cobertura dos juros e o endividamento/capital próprio. O endividamento líquido é formado pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (vide Nota 4 das nossas demonstrações financeiras consolidadas) e empréstimos, incluindo debêntures (vide Nota 14 das nossas demonstrações financeiras consolidadas). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital dependendo das condições econômicas e financeiras, de modo a otimizar sua recuperação financeira e a administração do capital. A Companhia busca melhorar seus resultados sobre o capital aplicado através da adoção de uma gestão de capital de giro eficiente e de um programa de investimento seletivo.

## ***Seleção e utilização de instrumentos financeiros***

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção, são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo, e é realizada uma revisão de qualquer documentação aplicável aos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade pode utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Companhia utiliza a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Como mencionado na seção "Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança", o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Adicionalmente, a auditoria interna verifica o cumprimento dos requisitos da Política.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Companhia:

Instrumentos de proteção	Vencimento	Valor de referência (nacional) <sup>(1)</sup>		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
		2017	2016	2017	2016	2017	
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<b>a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR) .....		US\$300,0	US\$350,0	984,3	1.149,7	984,3	—
Ativos em dólares norte-americanos (Pré) .....	Jan/2018 a Out/2026	US\$956,6	US\$1.062,4	823,1	1.084,6	823,1	—
Passivo em taxa de juros CDI .....		US\$(1.256,6)	US\$(1.412,4)	(1.877,4)	(2.181,6)	—	1.877,4
Resultado acumulado ..		—	—	(70,0)	52,7	1.807,4	1.877,4
<b>b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM</b>							
Ativo em taxa de juros CDI .....	Jan/2018 a Abr/2018	US\$9,1	US\$8,5	29,9	28,3	29,9	—
Passivo em dólares norte-americanos (Pré) .....		US\$(9,1)	US\$(8,5)	(29,8)	(27,9)	—	29,8
Resultado acumulado ..		—	—	0,1	0,4	29,9	29,8
<b>c – Swaps de juros em Reais</b>							
Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA ..	Out/2024	R\$566,1	—	583,3	—	583,3	—
Passivo em taxa de juros CDI .....		R\$(566,1)	—	(586,6)	—	—	586,6
Resultado acumulado ..		—	—	(3,3)	—	583,3	586,6
<b>Resultado acumulado total bruto.....</b>				<b>(73,2)</b>	<b>53,1</b>	<b>2.420,6</b>	<b>2.493,8</b>
Imposto de renda .....				(4,7)	(36,9)	(4,7)	—
<b>Resultado acumulado total líquido .....</b>				<b>(77,9)</b>	<b>16,2</b>	<b>2.415,9</b>	<b>2.493,8</b>
Resultado acumulado positivo (vide Nota Explicativa 4).....				85,8	218,5		

Instrumentos de proteção	Vencimento	Valor de referência (nacional) <sup>(1)</sup>		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
		2017	2016	2017	2016	2017	
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
Resultado acumulado negativo (vide Nota Explicativa 14).....				(163,7)	(202,3)		

<sup>(1)</sup> Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima citadas foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 2017, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de cobertura:

a – *Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira* - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial em dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-as em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexada ao CDI, e (ii) trocar uma aplicação financeira atrelada ao CDI e dada como garantia a um empréstimo em dólares norte-americanos por uma aplicação financeira atrelada ao dólar norte-americano. As tabelas abaixo resumem nossa posição líquida dessa categoria de *swap*, em 31 de dezembro de 2017:

Swap	Vencimento	
	2018	2019 em diante
Valor nominal dos <i>swaps</i> (em milhões de Reais) <sup>(1)</sup> .....	673,4	2,490,9
Valor nominal dos <i>swaps</i> (em milhões de dólares) .....	203,6	753,0
Taxa média de recebimento .....	US\$ + 1,01%	US\$ + 5,58%
Taxa média de pagamento .....	79,10% do CDI	72,70% do CDI

<sup>(1)</sup> Valor nominal convertido pela cotação média de venda do dólar (PTAX), divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2017.

Swap	Vencimento	
	2018	2019 em diante
Valor nominal dos <i>swaps</i> (em milhões de Reais) <sup>(1)</sup> .....	463,1	529,3
Valor nominal dos <i>swaps</i> (em milhões de dólares) .....	140,0	160,0
Taxa média de recebimento .....	US\$ + LIBOR + 1,10%	US\$ + LIBOR + 1,46%
Taxa média de pagamento .....	101,98% do CDI	105,33% do CDI

<sup>(1)</sup> Valor nominal convertido pela cotação média de venda do dólar (PTAX), divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2017.

b – *Proteção à exposição cambial operacional* - O objetivo desses contratos é igualar a taxa de câmbio do faturamento das subsidiárias Oleoquímica, Oxiten S.A. e Oxiten Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas durante seus ciclos operacionais. A tabela abaixo resume nossa posição líquida dessa categoria de *swap*, em 31 de dezembro de 2017:

Swap	Vencimento em 2018
Valor nominal dos <i>swaps</i> (em milhões de Reais) <sup>(1)</sup> .....	30,2
Valor nominal dos <i>swaps</i> (em milhões de dólares) .....	9,1
Taxa média de recebimento .....	57,36% do CDI
Taxa média de pagamento .....	US\$

<sup>(1)</sup> Valor nominal convertido pela cotação média de venda do dólar (PTAX), divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2017.

c – *Proteção à taxa de juros fixa + IPCA em empréstimo nacional* – O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros de debênture emitida em Reais de fixa + IPCA para flutuante. A tabela abaixo resume nossa posição líquida dessa categoria de *swap*, em 31 de dezembro de 2017:

Swap	Vencimento em 2019 em diante
Valor nocional dos <i>swaps</i> (em milhões de Reais) <sup>(1)</sup> .....	566,1
Valor nocional dos <i>swaps</i> (em milhões de dólares) .....	171,1
Taxa média de recebimento .....	4,55% p.a. + IPCA
Taxa média de pagamento .....	95,18% do CDI

<sup>(1)</sup> Valor nocional convertido pela cotação média de venda do dólar (PTAX), divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2017.

### **Contabilização de proteção (*Hedge accounting*)**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e não derivativos para fins de cobertura (*hedging*) e teste, ao longo de todo a duração do *hedge*, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como as mudanças de valor justo.

#### *Hedge* de valor justo

A Companhia e suas subsidiárias designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros utilizados para compensar variações decorrentes de mudança de taxas de juros e câmbio, com base no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e em dólares norte-americanos.

Em 2017, o valor nocional dos instrumentos de proteção cambial designados como *hedge* de valor justo totalizava US\$ 320,0 milhões. Em 2017, foram reconhecidos na demonstração do resultado uma perda de R\$ 143,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, um ganho de R\$ 16,5 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma perda de R\$ 4,1 milhões referente à despesa financeira da dívida, fazendo o custo médio efetivo dessa transação passar para 102,7% do CDI (veja Nota 14.c.1 das nossas demonstrações financeiras consolidadas).

Em 2017, os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo totalizavam R\$ 566,1 milhões. Em 2017, foram reconhecidos na demonstração do resultado uma despesa de R\$ 3,3 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 19,1 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 18,5 milhões referente ao resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 95,2% do CDI.

#### *Hedge* de fluxo de caixa

A Companhia e suas controladas designam como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos "compromissos firmes" e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das "transações futuras altamente prováveis", para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 115,0 milhões, e uma perda de R\$ 45,4 milhões sendo reconhecida no resultado. Em 2017, um ganho não realizada em "Outros resultados abrangentes" foi de R\$ 5,3 milhões, líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Em 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões. Em 2017, a perda não realizada em "Outros resultados abrangentes" foi de R\$ 30,5 milhões, líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos.

#### *Hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Companhia e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 2017, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 113,0 milhões. Em 2017, a perda em "Outros resultados abrangentes" foi de R\$ 6,2 milhões, líquida de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

## ITEM 12. DESCRIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS QUE NÃO AÇÕES

### A. Títulos de dívidas

Não aplicável.

### B. Garantias e Direitos

Não aplicável.

### C. Outros Títulos

Não aplicável.

### D. American Depositary Shares

Nos Estados Unidos, nossas ações ordinárias são negociadas na forma de ADSs. Cada um de nossos ADSs representa uma ação ordinária da Ultrapar, emitida pelo *The Bank of New York Mellon*, como depositário, conforme o Contrato de Depósito de 22 de julho de 1999, alterado e reformulado em 5 de maio de 2005, em 26 de janeiro de 2011 e em 15 de agosto de 2011. A principal sede executiva do banco depositário está localizada em One Wall Street, Nova York, Nova York, NY 10286.

#### *Taxas e despesas*

A tabela a seguir resume as taxas e despesas pagas pelos detentores de ADSs:

<b>Detentores de ações preferenciais ou de ADRs devem pagar:</b>	<b>Para</b>
\$ 5,00 (ou menos) por cada 100 ADSs (ou lote de 100 ADSs)	(i) Emissão de ADSs, incluindo emissões resultantes de uma distribuição de ações preferenciais ou de direitos ou outra propriedade (ii) Cancelamento de ADSs para fins de retirada, incluindo no caso de rescisão do Contrato de Depósito
\$0,05 (ou menos) por ADSs	Qualquer distribuição de caixa
Taxa equivalente à taxa que seria paga caso os títulos distribuídos fossem ações preferenciais e estas houvessem sido depositadas para emissão de ADSs	Distribuição de títulos a detentores de títulos depositados que são distribuídos pelo depositário a detentores de ADSs
Taxas de registro ou transferência	Transferência e registro de ações preferenciais em nosso cadastro de ações preferenciais para/do nome do depositário ou seu agente quando o detentor deposita ou retira ações preferenciais
Despesas do depositário	(i) Transmissões por cabo, telex e fax (ii) Conversão de moeda estrangeira em dólares americanos
Impostos e outros encargos governamentais que o depositário ou custodiante tenha que pagar sobre qualquer ADS ou ação preferencial subjacente a um ADS, como por exemplo, impostos sobre transferência de ações, impostos de selo ou impostos retidos na fonte	Conforme necessários
Quaisquer encargos incorridos pelo depositário ou seus agentes para administrar os títulos depositados	Conforme necessários

#### *Pagamento de tributos*

O depositário pode deduzir o valor de quaisquer impostos devidos por quaisquer pagamentos realizados aos investidores que possuem ADSs. Ele pode também vender títulos depositados, em venda pública ou privada, para pagar quaisquer impostos devidos. O detentor de ADSs permanecerá responsável caso os rendimentos obtidos com a venda não sejam suficientes para pagar os impostos. Se o depositário vender os títulos depositados, ele reduzirá o número de ADSs, se necessário, para refletir a venda e pagar ao detentor os rendimentos obtidos com a venda, ou enviar ao investidor detentor de ADSs quaisquer bens remanescentes após o pagamento dos impostos.

## **Reembolso de taxas**

O *Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário, concordou em nos reembolsar pelas despesas por nós incorridas em relação ao estabelecimento e à manutenção do programa de ADS. O depositário concordou em nos reembolsar por nossas taxas anuais de listagem em bolsa de valores. O depositário também concordou em pagar os custos de manutenção usuais para os ADRs, que consistem em despesas com postagem e envelopes para envio de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques relativos a dividendos, arquivamento eletrônico de informações sobre imposto federal dos Estados Unidos, postagem de formulários fiscais exigidos, papéis para correspondência, selos, fax e ligações telefônicas.

## **Reembolso de taxas incorridas em 2017**

De 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2017, a Ultrapar recebeu do depositário US\$ 159.081, líquido das retenções na fonte, para taxas anuais de listagem em bolsa de valores, pelos custos de manutenção usuais para as ADSs (que consistem em despesas com postagem e envelopes para envio de relatórios financeiros anuais e intermediários, impressão e distribuição de cheques relativos a dividendos, arquivamento eletrônico de informações sobre imposto federal dos Estados Unidos, postagem de formulários fiscais exigidos, papéis para correspondência, selos, fax e ligações telefônicas), quaisquer indicadores de desempenho aplicáveis referentes ao programa de ADR, taxas de subscrição e despesas legais.

## **TÍTULO II**

### **ITEM 13. INADIMPLÊNCIA, DIVIDENDOS EM ATRASO E MORA**

Nenhuma.

### **ITEM 14. MODIFICAÇÕES RELEVANTES DOS DIREITOS DOS DETENTORES DE VALORES MOBILIÁRIOS E UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS**

Não aplicável.

### **ITEM 15. CONTROLES E PROCEDIMENTOS**

#### ***(a) Controles e Procedimentos***

Em 31 de dezembro de 2017, sob a supervisão e com a participação da nossa administração, incluindo o diretor financeiro e o diretor presidente, realizamos uma avaliação da qualidade dos nossos controles e procedimentos de divulgação de informações, do período em que constam as informações contidas neste relatório 20-F. Com base nessa avaliação, nosso diretor financeiro e nosso diretor presidente concluíram que (a) os controles e procedimentos de divulgação das nossas informações em 31 de dezembro de 2017 eram significativamente efetivos para o registro, o processamento, o resumo e a divulgação das informações necessárias para inclusão nos relatórios que a companhia arquiva ou submete, sob o *Securities Exchange Act* of 1934, dentro dos prazos exigidos e (b) os controles e procedimentos de divulgação das nossas informações em 31 de dezembro de 2017 também eram efetivos para assegurar que informações exigidas para divulgação nos relatórios que a companhia arquiva ou submete, sob o *Securities Exchange Act*, são acumuladas e comunicadas à administração da companhia, incluindo o diretor presidente e o diretor financeiro, permitindo decisões convenientes a respeito das divulgações exigidas.

#### ***(b) Relatório Anual da Administração de Controles Internos sobre Divulgação de Informações Financeiras***

A Administração da Ultrapar Participações S.A. (a “Companhia”) é responsável por estabelecer e manter um controle interno adequado sobre a divulgação de informações financeiras conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do *Securities Exchange Act* de 1934.

O controle interno da Companhia sobre a divulgação de informações financeiras é um processo desenhado pelo, ou sob a supervisão de nosso Diretor Presidente, ou CEO, e Diretor Financeiro, ou CFO, e efetuado pelo nosso Conselho de Administração, Administração e outro pessoal, para fornecer uma garantia razoável referente à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração de demonstrações financeiras para finalidades externas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos da Companhia sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras incluem aquelas políticas e procedimentos que (1) se referem à manutenção dos registros que, com detalhe razoável, refletem com exatidão e satisfatoriamente as transações e vendas dos ativos da Companhia; (2) forneçam segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que recebimentos e gastos da companhia vêm sendo feitos somente com autorizações da administração e diretores da Companhia; e (3) forneçam segurança razoável relativa à prevenção ou à detecção tempestiva da aquisição, uso ou venda não autorizada dos ativos da Companhia que possam ter um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

Devido a limitações inerentes de controle interno sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras, incluindo a possibilidade de conluio ou consideração inadequada da Administração, divulgações distorcidas significativas devido a erro ou fraude, podem não ser impedidas ou detectadas em tempo hábil. Portanto, mesmo esses sistemas determinados a serem eficazes podem fornecer somente uma garantia razoável com relação à elaboração e apresentação de demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a eficácia do controle interno da Companhia sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, com base nos critérios estabelecidos no Controle Interno - Estrutura Integrada (2013) emitido pelo Comitê das Organizações Patrocinadas (COSO) da Comissão Treadway. Com base nessa avaliação e critérios, a Administração concluiu que os controles internos da Companhia sobre o processo de preparação das demonstrações financeiras estão vigentes em 31 de dezembro de 2017.

Em 1º de dezembro de 2017, a Companhia concluiu o processo de associação da CBLSA. Devido ao momento desse processo, excluímos a CBLSA de nossa avaliação da eficácia do controle interno sobre o processo de prestação das informações financeiras. As demonstrações financeiras da CBLSA representam aproximadamente 3,4% e 1,7% dos ativos líquidos e totais, respectivamente, 1,0% da receita líquida de vendas e serviços e -1,5% do lucro líquido das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A firma de contadores públicos registrada da Companhia para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2017, a KPMG Auditores Independentes, auditou os controles internos da Companhia sobre o processo de prestação das informações financeiras de 31 de dezembro de 2017, e seu relatório, datado de 06 de abril de 2018 e incluído no presente instrumento, expressou uma opinião sem ressalvas.

***(c) Relatório dos Auditores Independentes sobre Controles Internos para a Preparação de Relatórios Financeiros***

O relatório emitido pelos nossos auditores independentes registrados sobre controles internos para a preparação de relatórios financeiros emitido pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG").

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES REGISTRADOS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Ultrapar participações S.A.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e controles internos sobre os relatórios financeiros**

Examinamos o balanço patrimonial consolidado da Ultrapar Participações S.A (Companhia) em 31 de dezembro de 2017, a respectiva demonstração do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações no patrimônio líquido e do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e as notas explicativas. Examinamos os controles internos sobre os relatórios financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework (2013) emitido pelo "Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, e os resultados de suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Também em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, os controles internos efetivos sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2017, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework (2013) emitido pelo "Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission".

A Companhia adquiriu a Chevron Brasil Lubrificantes SA durante o exercício de 2017, e a administração excluiu a adquirida de sua avaliação da eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017. Os controles internos sobre relatórios financeiros da Chevron Brasil Lubrificantes S.A estão associados a um ativo total de R\$ 793.910 e a uma receita total de R\$ 830.515 incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Nossa auditoria dos controles interno sobre relatórios financeiros da Companhia também excluiu uma avaliação dos controles internos sobre relatórios financeiros da Chevron Brasil Lubrificantes S.A.

## **Base para opinião**

A administração da Companhia é responsável pelas demonstrações financeiras consolidadas, por manter os controles internos efetivos sobre os relatórios financeiros e pela avaliação da eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros, incluídas no relatório anual da Administração sobre controles internos dos relatórios financeiros conforme Item 15 do Relatório Anual da Companhia no Formulário 20-F. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e uma opinião sobre os controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia com base em nossas auditorias. Somos uma firma de contabilidade pública registrada no “Public Company Accounting Oversight Board” (United States) (PCAOB) e somos requeridos a ser independentes em relação à Companhia de acordo com as leis federais de valores mobiliários dos EUA e as regras e regulamentos aplicáveis a SEC - Securities and Exchange Commission e ao PCAOB.

Nos conduzimos nossas auditorias de acordo com as normas do PCAOB. Essas normas requerem que planejemos e executemos as auditorias para obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas não apresentam distorção relevante, independentemente se causada por erro ou fraude, e se a efetividade dos controles internos sobre relatórios financeiros foi mantida em todos os aspectos relevantes.

Nossas auditorias das demonstrações financeiras consolidadas incluiu a realização de procedimentos para avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por erro ou fraude, e pela execução de procedimentos que respondem a esses riscos. Tais procedimentos incluíram o exame, em base de teste, das evidências relativas aos valores e divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossas auditorias também incluíram a avaliação dos princípios contábeis utilizados e estimativas significativas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas como um todo. Nossa auditoria de controles internos sobre relatórios financeiros incluiu a obtenção de um entendimento do controle interno sobre relatórios financeiros, avaliando o risco de uma fraqueza material, e testando e avaliando o desenho e a eficácia operacional dos controles internos com base no risco avaliado. Nossa auditoria também incluíram a execução de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossas auditorias fornecem uma base razoável para nossas opiniões.

## **Definição e limitações dos Controles Internos sobre Relatórios Financeiros**

O controle interno de uma Companhia sobre relatórios financeiros é um processo desenvolvido para fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. O controle interno de uma Companhia sobre relatórios financeiros inclui as políticas e procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem de forma precisa e justa as transações e disposições dos ativos da Companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e gastos da companhia estão sendo efetuados somente com autorizações da administração e diretores da companhia; e (3) forneçam segurança razoável em relação à prevenção ou detecção de aquisição, uso ou alienação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

Devido as suas limitações inerentes, os controles internos sobre relatórios financeiros podem não prevenir ou detectar distorções. Além disso, projeções de qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possam se deteriorar.

*(versão original em inglês assinado por)*

KPMG Auditores Independentes

Atuamos como auditores da Companhia desde 2017.

São Paulo, 06 de abril de 2018.

O relatório foi traduzido para o português para a conveniência dos leitores no Brasil.



#### ***(d) Alterações nos Controles Internos sobre Relatórios Financeiros***

Não houve alterações nos nossos controles internos sobre relatórios financeiros para o ano findo em 31 de dezembro de 2016 que tenham materialmente afetado, ou que possam afetar, nossos controles internos sobre relatórios financeiros.

### **ITEM 16. RESERVADO**

#### **ITEM 16A. ESPECIALISTA EM FINANÇAS DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Nosso Conselho Fiscal possui as atribuições de comitê de auditoria de acordo com os requisitos da lei Sarbanes-Oxley. Segundo a regra 10A-3(c)(3) do Exchange Act, empresas não americanas emissoras de ADRs, como a Ultrapar, são isentas dos requisitos em relação a comitês de auditoria da Seção 303A do Manual das Companhias Listadas da NYSE, caso elas estabeleçam, de acordo com a legislação local, outro órgão que exerça as funções de comitê de auditoria. Veja "Item 6.C. Conselheiros, Alta Administração e Empregados — Práticas do Conselho."

A Ultrapar determinou que não vai indicar um especialista em finanças do comitê de auditoria, uma vez que a lei brasileira não exige que um membro do Conselho Fiscal tenha as mesmas características de um especialista em finanças. Contudo, a Companhia acredita que seus membros do Conselho Fiscal tenham ampla experiência comercial e ampla liderança executiva, tendo ocupado diversos cargos de controladoria, gestão e supervisão financeira, tesouraria e governança corporativa. Por exemplo, um dos membros do Conselho Fiscal da Companhia serviu como membro do conselho do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e do *IFRS*. Adicionalmente, outros membros do Conselho Fiscal da Companhia já trabalharam como diretor financeiro de grandes empresas brasileiras e como membros da diretoria executiva em uma grande instituição financeira brasileira.

Nosso estatuto prevê que um comitê de auditoria seja indicado pelo Conselho de Administração, que será instalado apenas quando o Conselho Fiscal não estiver instalado. Veja "Item 6.C. Conselheiros, Alta Administração e Empregados — Práticas do Conselho — Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria." Atualmente, temos um Conselho Fiscal instalado, que exerce todas as atribuições previstas no estatuto social do comitê de auditoria.

Sem prejuízo do disposto acima, as novas regras do Novo Mercado determinam que, no máximo até a assembleia geral ordinária de 2021, todas as empresas listadas neste segmento devem ter um comitê de auditoria, estatutário ou não estatutário, para assessorar o Conselho de Administração e responsável por (i) emitir um parecer sobre a contratação ou desligamento dos auditores independentes externos; (ii) avaliar os relatórios financeiros trimestrais, as demonstrações financeiras intermediárias e as demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar e monitorar as políticas internas da companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas, e recomendar correções ou melhorias; (vi) dispor dos meios para receber e lidar com informações relacionadas ao descumprimento de leis e regulamentos aplicáveis à companhia, e de suas regras e códigos internos, incluindo provisão para procedimentos específicos para proteger os delatores e assegurar a confidencialidade dessas informações.

Ainda de acordo com as novas regras do Novo Mercado, este comitê deverá ter (i) pelo menos três membros, sendo que pelo menos um deverá ser membro independente do Conselho de Administração e um deve ter experiência reconhecida em contabilidade societária, de acordo com as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em relação ao registro e à prática de atividades de auditoria independente no mercado de valores mobiliários; (ii) autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho para cobrir seus custos e despesas operacionais; e (iii) seu próprio Estatuto Social, aprovado pelo Conselho de Administração, com descrição detalhada de suas funções e procedimentos operacionais, e um presidente cujas atividades devem ser definidas neste estatuto social.

Conforme mencionado acima, as empresas listadas no Novo Mercado têm até a assembleia geral ordinária de 2021 para cumprir todos esses requisitos.

#### **ITEM 16B. CÓDIGO DE ÉTICA**

Nós adotamos em 2004 um código de ética que se aplica (i) ao Conselho de Administração; (ii) à toda a diretoria executiva (incluindo o presidente e o diretor financeiro); (iii) ao Conselho Fiscal da Ultrapar; (iv) ao Conselho de Administração e à diretoria executiva de suas subsidiárias; e (v) aos demais órgãos da companhia com funções técnicas ou consultivas que sejam diretamente subordinados ao Conselho de Administração, à diretoria executiva ou ao Conselho Fiscal da Ultrapar. Nosso código de ética foi alterado em 17 de junho de 2009 para (i) melhorar alguns itens do código através da inclusão de exemplos de comportamentos aceitáveis e inaceitáveis, com esclarecimentos a fim de evitar interpretações errôneas desses itens e (ii) melhorar o acesso ao canal adicional para denunciar comportamentos em desacordo com o código. Em 31 de julho de 2013 alteramos nosso Código de Ética, a fim de aumentar o número de membros permanentes do Comitê de Conduta, de três para quatro membros. Em 17 de setembro de 2014, revisamos nosso Código de Ética. Em 13 de dezembro de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou um novo Código de Ética, em vigor a partir de 1º de março de 2018. Para acessar o Código de Ética alterado, veja nosso 6-K fornecido à SEC em 1º de

março de 2018. O objetivo desse código é (i) reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios éticos; (ii) formalizar e institucionalizar uma referência para a conduta profissional dos empregados da companhia, incluindo a administração ética de conflitos de interesse reais ou aparentes, tornando-se um padrão para o relacionamento interno e externo da companhia com os seus públicos de interesse, quais sejam; acionistas, clientes, empregados, sindicatos, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, concorrentes, sociedade, governo e as comunidades em que; e (iii) garantir que as preocupações diárias com a eficiência, competitividade e lucratividade incluam o comportamento ético.

Além disso, em 2014, aprovamos a Política Anticorrupção e de Relações com Órgãos do Poder Público, aplicável a acionistas, funcionários da Companhia, terceiros e parceiros comerciais que representam ou atuam em nome da Companhia. Em 13 de dezembro de 2017, nosso Conselho de Administração aprovou uma nova Política Anticorrupção e de Relações com Órgãos do Poder Público, em vigor a partir de 1º de março de 2018. Essa política consolida as diretrizes de prevenção de corrupção a serem adotadas no relacionamento com autoridades públicas, de modo a proteger a integridade e a transparência de nossos negócios.

Em 21 de setembro de 2016, nosso Conselho de Administração aprovou a Política Antitruste aplicável aos funcionários da Companhia, terceiros e parceiros de negócios. Essa política estabelece as diretrizes complementares ao nosso Código de Ética para práticas anticompetitivas.

Na mesma data, a Companhia aprovou a Política sobre Conflito de Interesses aplicável a funcionários da Companhia, terceiros e parceiros comerciais que representam ou atuam em nome da Companhia. Essa política estabelece um padrão de comportamento e conduta profissional dos funcionários, incluindo a administração ética de conflitos de interesse reais ou aparentes.

É possível obter uma cópia do nosso Código de Ética e de nossa Política Anticorrupção e de Relações com Órgãos do Poder Público, sem custos, em nosso website ([www.ultra.com.br](http://www.ultra.com.br)), ou através da solicitação de uma cópia à área de Relações com Investidores (e-mail: [invest@ultra.com.br](mailto:invest@ultra.com.br)).

Além disso, destacamos que as companhias listadas no Novo Mercado terão até a assembléia anual ordinária de acionistas a ser realizada em 2021 para preparar e divulgar um código de conduta aprovado pelo Conselho de Administração e aplicável a todos os funcionários e diretores.

#### ITEM 16C. REMUNERAÇÃO E SERVIÇOS DA PRINCIPAL EMPRESA DE AUDITORIA

A conduta perante seus auditores independentes registrados no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa substancia-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente registrado. Nosso Conselho de Administração aprova nossas demonstrações financeiras, o desempenho de nossos auditores independentes registrados em relação a serviços de auditoria e serviços relacionados à auditoria de taxas associadas, com apoio de nosso Conselho Fiscal, que possui atribuições de comitê de auditoria, de acordo com os requisitos da Lei Sarbanes-Oxley. Veja o "Item 6.C. Conselheiros, Alta Administração e Empregados — Práticas do Conselho — Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria" para mais informações sobre as responsabilidades do Conselho Fiscal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a KPMG Auditores Independentes atuou como nosso auditor independente, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes atuou como nosso auditor independente.

A tabela a seguir descreve o valor total cobrado a nós pela KPMG Auditores Independentes pelos serviços realizados em 2017 e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços realizados em 2016 e a respectiva remuneração por esses serviços.

	2017	2016
	(em milhares de Reais)	
Serviços de auditoria.....	5.780,0	5.745,9
Serviços relacionados à auditoria.....	120,0	623,9
Serviços de impostos.....	—	145,1
Demais serviços .....	—	—
Total.....	5.900,0	6.514,9

"Serviços de auditoria" são taxas agregadas cobradas pelas nossas empresas de auditoria independente para a auditoria de nossas demonstrações financeiras consolidadas e anuais, revisão de informações financeiras trimestrais e atestados de serviços que são fornecidos com os documentos estatutários e regulatórios.

"Serviços relacionados à auditoria 2016" são os honorários referentes a uma carta de conforto fornecida pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes associada a emissão de US\$ 750 milhões em notas no mercado internacional pela subsidiária Ultrapar International S.A. em outubro de 2016. Veja "Item 5.B. Análise Financeira e Operacional e Perspectivas — Liquidez e Recursos de Capital — Endividamento."

"Serviços relacionados à auditoria 2017" são os honorários referentes ao relatório da Ipiranga Lubrificantes fornecido pela KPMG Auditores Independentes em conexão com a associação da Ipiranga e da Chevron. Veja "Item 4.A. História e Desenvolvimento da Companhia."

"Serviços de impostos" são honorários cobrados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relacionados com os serviços de conformidade fiscal.

### **Políticas e Procedimentos de Pré-Aprovação**

De acordo com as regras internas de nosso Conselho Fiscal, os serviços prestados por nossos auditores independentes devem ser pré-aprovados pelo Conselho Fiscal. Todos os serviços que superarem o limite de R\$ 250 mil devem ser aprovados por nosso Conselho Fiscal, desde que sejam serviços permitidos conforme indicado nas regras internas do Conselho Fiscal. Além disso, os serviços permitidos até o limite de R\$ 250 mil são pré-aprovados e devem ser informados ao Conselho Fiscal na reunião seguinte.

### **ITEM 16D. ISENÇÃO DAS NORMAS DE REGISTRO PARA COMITÊS DE AUDITORIA**

Nosso Conselho Fiscal possui as atribuições de comitê de auditoria de acordo com os requisitos da lei Sarbanes-Oxley. Segundo a regra 10A-3(c)(3) do Exchange Act, empresas não americanas emissoras de ADRs, como a Ultrapar, são isentas dos requisitos em relação a comitês de auditoria da Seção 303A do Manual das Companhias Listadas da NYSE, caso elas estabeleçam, de acordo com a legislação local, outro órgão que exerça as funções de comitê de auditoria. Veja o "Item 6.C. Conselheiros, Alta Administração e Empregados — Práticas do Conselho — Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria."

O Conselho Fiscal atualmente instalado atende os seguintes requisitos das isenções contidas na regra 10A-3(c)(3):

- o Conselho Fiscal é estabelecido conforme a Lei das S.A. e nosso estatuto social;
- de acordo com os requisitos da Lei das S.A., nosso Conselho Fiscal é um órgão separado do Conselho de Administração;
- o Conselho Fiscal não era eleito pela nossa administração e nenhum de nossos executivos é membro do Conselho Fiscal da Ultrapar;
- todos os membros do Conselho Fiscal atendem aos requisitos de independência em relação à Ultrapar, nossa administração e nossos auditores públicos independentes, conforme previsto na Lei das S.A. e/ou exigências das companhias listadas;
- o Conselho Fiscal faz recomendações para nosso Conselho de Administração relacionados à indicação, retenção e supervisão do trabalho dos auditores públicos independentes responsáveis por preparar ou emitir relatórios de auditoria para a Ultrapar;
- o Conselho Fiscal adota procedimentos para o tratamento de denúncias de acordo com a regra 10A-3(b)(3) do *Exchange Act*;
- o Conselho Fiscal é autorizado a contratar consultores e serviços de assessoria independentes, conforme apropriado; e
- a Ultrapar possui reservas, conforme determinado pelo Conselho Fiscal, para o pagamento (i) da remuneração aos auditores públicos independentes responsáveis pela emissão de relatórios de auditoria; (ii) da remuneração aos consultores e serviços de assessoria independentes contratados pelo Conselho Fiscal; e (iii) despesas administrativas gerais para o funcionamento do Conselho Fiscal.

O apoio da Ultrapar sobre a regra 10A-3(c)(3) não irá, em nossa opinião, afetar materialmente a habilidade do Conselho Fiscal em exercer de forma independente e satisfazer outros requisitos da regra 10A-3.

### **ITEM 16E. COMPRA DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS PELO EMITENTE E COMPRADOR AFILIADO**

Nós não adquirimos ações emitidas pela Companhia em 2016.

### **ITEM 16F. MUDANÇA NA AUDITORIA INDEPENDENTE DA COMPANHIA**

Não aplicável.

## ITEM 16G. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conforme as regras da NYSE, emissores estrangeiros privados estão sujeitos a um conjunto mais limitado de exigências de governança corporativa que os emissores domiciliados nos Estados Unidos. Na qualidade de emissor estrangeiro privado, devemos observar quatro regras principais de governança corporativa da NYSE: (i) devemos satisfazer as exigências do “*Exchange Act Rule 10A-3*” relacionadas ao comitê de auditoria; (ii) nosso diretor presidente deve prontamente notificar à NYSE quando qualquer diretor tomar conhecimento de qualquer evento material que esteja em desacordo com as regras aplicáveis da NYSE; (iii) devemos fornecer à NYSE uma declaração escrita anual e periódica; e (iv) devemos fornecer uma breve descrição de qualquer diferença significativa entre nossas práticas de governança corporativa e aquelas praticadas pelas companhias domiciliadas nos Estados Unidos em conformidade com os padrões da NYSE.

As diferenças significativas entre nossas práticas de governança corporativa e os padrões de governança corporativa da NYSE são:

### Independência dos Conselheiros

As regras da NYSE exigem que a maior parte do Conselho de Administração seja formado por conselheiros independentes. Conforme a Lei das S.A., não somos obrigados a ter uma maioria de conselheiros independentes.

A Lei das S.A. exige que nossos conselheiros sejam eleitos por nossos acionistas em uma assembleia geral. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, pelo menos 20% dos membros do Conselho de Administração e, a partir da assembleia geral Ordinária de 2021, pelo menos dois membros, devem cumprir os requisitos de independência estabelecidos neste regulamento. Além disso, de acordo com nosso estatuto social, pelo menos 30% dos membros do Conselho de Administração devem ser independentes.

O novo regulamento para o segmento do Novo Mercado, em vigor a partir do dia 02 de janeiro de 2018, estabelece que as empresas listadas neste segmento vão ter até a data de realização da assembleia geral ordinária de 2021 para adotar as novas exigências e assegurar a independência dos membros do Conselho de Administração da companhia, com base na relação destes com a Empresa, o controlador direto ou indireto da Empresa (se aplicável), os conselheiros e diretores; e controladas, coligadas e joint ventures.

De acordo com essas novas exigências, que devem ser adotadas até abril de 2021, um conselheiro não será considerado independente caso (i) seja controlador direto ou indireto da companhia; (ii) tenha direito a voto nas assembleias do Conselho de Administração vinculadas ao acordo de acionistas sobre assuntos relacionados à companhia; (iii) seja cônjuge, companheiro ou parente direto ou de primeiro/segundo grau do acionista controlador ou de qualquer diretor ou acionista controlador da companhia; (iv) tenha sido funcionário ou diretor ou do acionista controlador da companhia nos últimos três anos.

Além disso, o novo Regulamento do Novo Mercado estabelecem que, ao decidir se os membros do Conselho de Administração são independentes, algumas situações devem ser analisadas para verificar se acarretam perda de independência devido às características, magnitude e extensão da relação, conforme detalhado abaixo: (i) "são parentes de primeiro/segundo grau do acionista controlador ou de qualquer diretor ou acionista controlador da companhia?"; (ii) "foram funcionários ou diretores das controladas, coligadas ou *joint ventures* da companhia nos últimos três anos?"; (iii) "têm relação comercial com a companhia, o acionista controlador ou alguma controlada, coligada ou *joint venture* da companhia?"; (iv) "têm participação acionária em uma empresa ou entidade que tenha relação comercial com a companhia ou com o acionista controlador da companhia e na qual têm poder de decisão sobre as atividades da firma ou entidade?"; (v) "recebem qualquer tipo de remuneração da companhia, do acionista controlador ou de uma controlada, coligada ou *joint venture* da empresa que não seja uma remuneração vinculada à sua posição como membro do Conselho de Administração ou dos comitês da companhia, do acionista controlador ou das controladas, coligadas e *joint ventures* da companhia, exceto lucro de ações da companhia e benefícios de plano de previdência complementar?".

Após a adoção dessas novas exigências, a assembleia geral terá então o direito de decidir se uma pessoa nomeada como membro do Conselho de Administração é independente e pode basear sua decisão (i) em uma declaração submetida ao Conselho de Administração na qual o nomeado atesta e justifica que cumpre os requisitos de independência; ou (ii) no parecer do Conselho de Administração em relação à proposta da administração para a assembleia geral que eleger os conselheiros e diretores, detalhando se o candidato cumpre ou não o critério de independência.

Em 31 de dezembro de 2017, nosso Conselho de Administração era composto por nove membros, sendo seis não executivos e independentes e três são acionistas da Ultra S.A. Dois destes três membros não independentes do conselho fizeram parte da diretoria da Ultrapar até dezembro de 2006, e um deles foi diretor executivo da Ultrapar até dezembro de 2012. Em 19 de abril de 2017, os membros do Conselho de Administração foram reeleitos por um período de 2 anos. Veja "Item 6.C. Conselheiros, Alta Administração e Empregados — Práticas do Conselho" e "Anexo 1.1 — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

Nenhum membro do Conselho possui alguma relação material com a Companhia, seja diretamente ou como sócio ou administrador de alguma organização que possua relacionamento com a Ultrapar, exceto pelo interesse como acionista da Ultrapar, quando aplicável, conforme mencionado acima. A Lei das S.A., as regras do Novo Mercado e a CVM estabelecem regras relacionadas à qualificação dos membros do Conselho da Administração e executivos, incluindo sua remuneração, deveres e responsabilidades. Acreditamos que essas regras fornecem garantia adequada de que nossos conselheiros são independentes de acordo com os testes de independência estabelecidos pela NYSE.

### **Sessões Executivas**

As regras da NYSE exigem que os conselheiros não executivos se reúnam em sessões executivas regularmente programadas sem a presença de executivos. Tal disposição não se aplica à Ultrapar porque nenhum de nossos conselheiros é atualmente executivo da Companhia.

### **Comitês**

As regras da NYSE exigem que as companhias listadas domiciliadas nos Estados Unidos tenham um comitê de nomeação/governança e um comitê de remuneração composto inteiramente por conselheiros independentes e regido por uma declaração escrita que estabelece a finalidade e as responsabilidades do comitê. Conforme a Lei das S.A., não somos obrigados a possuir um comitê de nomeação, um comitê de governança corporativa ou comitê de remuneração. Não obstante, nosso estatuto social prevê um comitê de remuneração e outro de auditoria como órgãos auxiliares do Conselho de Administração. Conforme aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de abril de 2017, a denominação do "comitê de remuneração" foi modificada para "comitê de pessoas e organização." Além disso, a composição desse comitê foi modificada de três membros – do Conselho de Administração, dois dos quais devem ser conselheiros independentes – para até quatro membros – dos quais dois serão conselheiros independentes, e os demais poderão ou não ser conselheiros. Veja "Item 4.A. História e Desenvolvimento da Companhia — Nova estrutura de governança corporativa", "Item 6.C. Conselheiros, Alta Administração e Empregados — Práticas do Conselho" e "Anexo 1.1 — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

Alexandre Gonçalves Silva, Nildemar Secches, Lucio de Castro Andrade Filho e Pedro Wongtschowski, que também são membros do Conselho de Administração eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas celebrada em abril de 2017 (sendo ambos Alexandre Gonçalves Silva e Nildemar Secches conselheiros independentes), são membros de nosso comitê de pessoas e organização. Seu atual mandato em tal comitê coincide com seu mandato no Conselho de Administração (até a assembleia geral ordinária de acionistas realizada em abril de 2019).

### **Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria**

Companhias listadas domiciliadas nos Estados Unidos devem ter um comitê de auditoria com um mínimo de três conselheiros independentes que tenham conhecimentos financeiros e que satisfaçam as exigências de independência da regra 10A–3 do *Securities Exchange Act* de 1934 ("*Exchange Act*"), com um regulamento escrito que estabeleça a finalidade e as responsabilidades do comitê.

No entanto, como a Lei das S.A. exige a criação de um órgão cujos deveres são similares àqueles estabelecidos pelo *Exchange Act* (o Conselho Fiscal), nós podemos nos isentar das exigências da regra 10A–3, se satisfizermos as condições da regra 10A–3(c)(3) do *Exchange Act*.

Neste caso, nosso Conselho Fiscal atualmente instalado atende às exigências da regra 10A–3(c)(3) do *Exchange Act*. Nosso Conselho Fiscal é composto de três membros e seus respectivos membros suplentes, e é um órgão independente da nossa administração. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos por nossos acionistas nas assembleias gerais ordinárias por um mandato de um ano e podem ser reeleitos. Pela Lei das S.A., membros do Conselho de Administração, diretores, funcionários da Companhia ou seus respectivos cônjuges ou parentes não são elegíveis para o Conselho Fiscal.

Nosso Conselho Fiscal possui caráter não permanente. Adicionalmente, nosso estatuto prevê um comitê de auditoria como órgão auxiliar do Conselho de Administração. Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado nos termos da Lei das S.A., o Conselho Fiscal deverá exercer todas as competências que são atribuídas ao comitê de auditoria pelo estatuto social da companhia, observando-se, em relação aos seus membros, todos os requisitos e impedimentos previstos na Lei das S.A. O comitê de auditoria não atuará em anos fiscais em que um Conselho Fiscal esteja instalado. Veja "Item 4.A. História e Desenvolvimento da Companhia — Nova estrutura de governança corporativa" e "Anexo 1.1. — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

Além disso, de acordo com o novo Regulamento de Listagem do Novo Mercado, as empresas listadas neste segmento deverão ter até a data da assembleia geral ordinária de 2021 para ter um Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário) responsável por (i) emitir um parecer opinião sobre a contratação ou desligamento de auditores externos independentes; (ii) avaliar os relatórios financeiros trimestrais, as demonstrações financeiras intermediárias e as demonstrações financeiras anuais da companhia; (iii) supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar e monitorar as políticas internas da companhia, incluindo a política de transações com partes

relacionadas, e recomendar correções ou melhorias; e (vi) dispor dos meios para receber e lidar com informações sobre o descumprimento de leis e regulamentos aplicáveis à companhia, e das regras e códigos internos desta, incluindo medidas com procedimentos específicos para proteger os delatores e assegurar a confidencialidade de tais informações.

Para maiores informações veja "Item 6.C. Conselheiros, Alta Administração e Empregados — Práticas do Conselho — Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria" e "Anexo 1.1 — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

### **Aprovação dos Acionistas de Planos de Ações**

As regras da NYSE exigem que planos de ações para empresas listadas domiciliadas nos Estados Unidos sejam sujeitos à aprovação dos acionistas, com exceções limitadas. Em novembro de 2003, nossos acionistas aprovaram o Novo Plano de Outorga de Ações. De acordo com o Novo Plano de Outorga de Ações, o Conselho de Administração determina os participantes elegíveis e o número de ações a qual cada participante terá direito. Veja "Item 6.B. Conselheiros, Alta Administração e Empregados — Remuneração." Na assembleia geral ordinária de acionistas celebrada em 19 de abril de 2017, nossos acionistas aprovaram um novo plano de incentivo baseado em ações para nossos funcionários e executivos.

### **Práticas de Governança Corporativa**

As regras da NYSE exigem que empresas listadas domiciliadas nos Estados Unidos adotem e divulguem práticas de governança corporativa. Nós adotamos práticas de governança corporativa definidas pelo nosso Conselho de Administração ou exigidas pela Lei das S.A., CVM ou B3, as quais acreditamos ser consistentes com as melhores práticas, como o direito de *tag along* de 100% para todas as classes de acionistas, o estabelecimento e a divulgação do Código de Ética e a Política de Divulgação de Fato Relevante, que trata da divulgação pública de toda informação relevante e a negociação de ações emitidas pela Ultrapar de acordo com a Instrução Nº 358 da CVM e da adoção da Política Anticorrupção e de Relações com Órgãos do Poder Público.

Desde 28 de junho de 2011, somos listados no segmento Novo Mercado da B3. De acordo com as regras do Novo Mercado, a percentagem mínima de membros independentes no Conselho de Administração é de 20%, e a partir da assembleia geral ordinária a ser realizada em 2021, também pelo menos dois de seus membros, enquanto o mínimo estabelecido em nosso estatuto é de 30%.

Nosso estatuto também (i) estabelece a realização obrigatória de oferta pública de aquisição de ações destinada a 100% dos acionistas, no caso de um acionista, ou grupo de acionistas atuando em conjunto, adquirir ou tornar-se titular de 20% das ações da Companhia, excluídas as ações em tesouraria, e (ii) estabelece a criação de comitês de auditoria e pessoas e organização, como órgãos auxiliares do Conselho de Administração. Nosso estatuto não estabelece qualquer limitação de direito de voto, tratamento especial de acionistas atuais, realização obrigatória de OPA por preço superior ao de aquisição de ações ou qualquer outra modalidade de *poison pill*, assegurando, portanto, a eficiência da aprovação por maioria dos acionistas de qualquer matéria a ser deliberada. Veja "Item 4.A. História e Desenvolvimento da Companhia — Nova estrutura de governança corporativa" e "Anexo 1.1. — Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017."

Além disso, conforme mencionado acima, as novas regras do Novo Mercado foram aprovadas pela CVM em setembro de 2017. Abaixo foram listadas algumas alterações do Regulamento de Listagem do Novo Mercado: (i) obrigatoriedade de criar um Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário); (ii) estruturar e divulgar um processo de avaliação do Conselho de Administração, seus comitês e diretores; (iii) elaborar e divulgar um Código de Conduta, assim como uma Política de Remuneração, uma Política de Nomeação para o Conselho de Administração, seus Comitês e Diretores, uma Política de Gerenciamento de Riscos; uma Política de Transações com Partes Relacionadas e uma Política de Negociação de Valores Mobiliários, todas com requisitos mínimos. As empresas listadas neste segmento têm até a assembleia geral ordinária de 2021 para cumprir todas essas obrigações.

### **Código de Conduta Profissional e Ética**

As regras da NYSE exigem que empresas listadas domiciliadas nos Estados Unidos adotem e divulguem um código de conduta e ética para conselheiros, executivos e empregados. Em 2004, nós adotamos um código de ética, e foi alterado em 17 de setembro de 2009. Para acessar o código de ética alterado e completo, veja nosso 6-K fornecido à SEC em 1º de março de 2018. Os principais objetivos desse código são (i) reduzir a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios éticos; (ii) formalizar e institucionalizar uma referência para a conduta profissional dos empregados da companhia, incluindo a administração ética de conflitos de interesse reais ou aparentes, tornando-se um padrão para o relacionamento interno e externo da companhia com os seus públicos de interesse, quais sejam: Veja o "Item 16.B. — Código de Ética."

## **ITEM 16H. DIVULGAÇÃO SOBRE SEGURANÇA DE MINAS**

Não aplicável.

### TÍTULO III

#### ITEM 17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em vez de responder a este Item, respondemos ao Item 18.

#### ITEM 18. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exibimos as seguintes demonstrações financeiras, com o relatório dos auditores independentes, como anexo deste Formulário 20-F:

Parecer dos Auditores Independentes registrados .....	F-3
Balanco patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 .....	F-6
Demonstrações consolidadas do resultado para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 .....	F-8
Demonstrações consolidadas do resultado para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 .....	F-9
Demonstrações consolidadas de mutações do patrimônio líquido para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 .....	F-10
Demonstrações consolidadas de fluxo de caixa - Método indireto para os anos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 .....	F-13
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas .....	F-15

#### ITEM 19. ANEXOS

Os seguintes documentos se encontram em anexo como parte deste Formulário 20-F:

- 1.1 Estatuto Social da Ultrapar, datado de 19 de abril de 2017 (incorporado por referência no Anexo 1.1 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 28 de abril de 2017).
- 2.1 Acordo de Acionistas datado de 22 de março de 2000 (incorporado por referência no Anexo 2.1 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 7 de junho de 2007).
- 2.2 Aditivo datado de 31 de março de 2006 à *Indenture* de 20 de dezembro de 2005 (incorporado por referência no Anexo 2.3 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 5 de maio de 2006).
- 2.3 Acordo de Acionistas do Grupo Ipiranga firmado entre Ultrapar, Petrobras e Braskem datado de 18 de abril de 2007 – Tradução em Inglês (incorporado por referência ao Anexo 2.7 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 7 de junho de 2007).
- 2.4 Acordo de Acionistas da RPR firmado entre Ultrapar, Petrobras e Braskem, datado de 18 de abril de 2007 – Tradução em Inglês (incorporado por referência ao Anexo 2.8 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 7 de junho de 2007).
- 2.5 Terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis, sem garantia ou preferência, em série única entre Ultrapar Participações S.A. e Pentágono S/A DTVM, datado de 20 de maio de 2009 – Sumário (incorporado por referência no Anexo 2.8 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de junho de 2010).
- 2.6 Primeiro Aditivo à terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis, sem garantia ou preferência, em série única entre Ultrapar Participações S.A. e Pentágono S/A DTVM, datado de 3 de junho de 2009 – Sumário (incorporado por referência no Anexo 2.9 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de junho de 2010).
- 2.7 Segundo Aditivo à terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis, sem garantia ou preferência, em série única entre Ultrapar Participações S.A. e Pentágono S/A DTVM, datado de 4 de dezembro de 2009 – Sumário (incorporado por referência no Anexo 2.11 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de junho de 2010).
- 2.8 Quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis, sem garantia ou preferência, em série única entre Ultrapar Participações S.A. e Pentágono S/A DTVM, datado de 2 de março de 2012 (incorporado por referência no Anexo 2.13 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de abril de 2012).
- 2.9 Regras do Novo Mercado.
- 2.10 Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis, Quirografárias e Não Preferenciais em série Única entre Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. e Banco Bradesco BBI S.A. como lead manager e Banco Bradesco S.A. como co-manager, datada de 7 de novembro de 2012 – Sumário (incorporado por referência no Anexo 2.13 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de abril de 2013).

- 2.11 Acordo de Acionistas da Ultra S.A. 2014 datado de 24 de fevereiro de 2014 (incorporado por referência ao Item 2 do relatório no Formulário 6-K da Ultrapar Participações S.A. em 25 de fevereiro de 2014).
- 2.12 Quinta emissão de debêntures simples, não conversíveis, sem garantia ou preferência, em série única entre Ultrapar Participações S.A. e Pentágono S/A DTVM, datado de 3 de março de 2015 (incorporado por referência ao Formulário 6-K da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 13 de março de 2015).
- 4.1 Contrato de Compra e Venda relacionado à aquisição do total do capital da Shell Gás (GLP) Brasil S.A. (incorporado por referência no Anexo 10.2 do Formulário F-1 da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 2 de fevereiro de 2005).
- 4.2 Acordo entre a Ultragaz e os revendedores exclusivos (incorporado por referência como Anexo 10.4 do Formulário F-1 da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 2 de fevereiro de 2005, conforme alterado).
- 4.3 Contrato de *take or pay* entre o Tequimar e a CODEBA (incorporado por referência como Anexo 10.5 do Formulário F-1 da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 2 de fevereiro de 2005).
- 4.4 Acordo de Investimentos firmado pela Ultrapar, Petrobras e Braskem em 18 de março de 2007, alterado pelo Aditivo ao Acordo de Investimentos firmado pela Ultrapar, Petrobras e Braskem em 18 de abril de 2007 – Tradução em Inglês (incorporado por referência no Anexo 4.4. do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 7 de junho de 2007).
- 4.5 Contrato de Compra e Venda firmado por e entre Ultrapar, Petrobras e Braskem e os Principais Acionistas da RPR, DPPI e CBPI em 18 de março de 2007 – Tradução em Inglês (incorporado por referência no Anexo 4.5. do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 7 de junho de 2007).
- 4.6 Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia (Ativos Braskem/Petrobras) firmado pela Ultrapar, Petrobras e Braskem em 18 de abril de 2007 – Tradução em Inglês (incorporado por referência no Anexo 4.6. do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 7 de junho de 2007).
- 4.7 Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia (Ativos Petrobras) firmado pela Ultrapar, Petrobras e Braskem em 18 de abril de 2007 – Tradução em Inglês (incorporado por referência no Anexo 4.7. do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 7 de junho de 2007).
- 4.8 Acordo de fornecimento de eteno entre a Braskem S.A. e a Oxitenos Nordeste S.A. Indústria e Comércio, datado de 13 de junho de 2008 – Sumário (incorporado por referência no Anexo 4.8 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de junho de 2010).
- 4.9 Quarto Aditivo do Acordo de Fornecimento de Eteno entre a Braskem S.A. e a Oxitenos Nordeste S.A. Indústria e Comércio, datado de 01 de janeiro de 2013 – Sumário (incorporado por referência no Anexo 4.9 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de abril de 2013).
- 4.10 Contrato de Compra e Venda entre a subsidiária da Ultrapar, Terminal Químico de Aratu S.A., e Unipar, datado de 6 de junho de 2008, incluindo aditivo datado de 22 de setembro de 2008 – Sumário (incorporado por referência no Anexo 4.8. do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 29 de junho de 2009).
- 4.11 Contrato de fornecimento de eteno entre Petroquímica União S.A. e Oxitenos S.A. Indústria e Comércio, datado de 1º de agosto de 2008 (incorporado por referência no Anexo 4.10 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de junho de 2010).
- 4.12 Contrato de Compra e Venda entre Chevron, CBL, Galena e SBP, datado de 14 de agosto de 2008 (incorporado por referência no Anexo 4.9 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 29 de junho de 2009).
- 4.13 Acordo de Linha de Crédito Rotativo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Companhia Ultragaz S/A, Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda., Oxitenos Nordeste S/A Indústria e Comércio, Tequimar - Terminal Químico de Aratu S/A, Tropical Transportes Ipiranga Ltda. e Ultrapar Participações S.A., datada de 16 de dezembro de 2008 (incorporado por referência no Anexo 4.12 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de junho de 2010).
- 4.14 Primeiro aditivo ao Contrato de Compra e Venda entre Chevron, CBL, Galena e SBP, datado de 30 de março de 2009 (incorporado por referência no Anexo 4.10 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 29 de junho de 2009).
- 4.15 Contratos de Linhas de Crédito entre o Banco do Brasil S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., cada um datado de 16 de junho de 2010 – Tradução em Inglês (incorporado por referência no Anexo 4.14 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de junho de 2010).



- 4.16 Aditivo aos Contratos de Linhas de Crédito entre o Banco do Brasil S.A. e a Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., cada um datado de 7 de fevereiro de 2013 – Tradução em Inglês (incorporado por referência no Anexo 4.16 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de abril de 2013).
- 4.17 Acordo de Associação e Outras Avenças para efetuar a incorporação de ações da Extrafarma pela Ultrapar, datado de 30 de setembro de 2013 – Tradução em Inglês (incorporado por referência no Anexo 4.17 do Formulário 20-F da Ultrapar Participações S.A. arquivado em 30 de abril de 2014).
- 4.18 Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações emitido pela Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Ultrapar Participações S.A. (incorporado por referência ao relatório no Formulário 6-K fornecido pela Ultrapar Participações S.A. em 27 de dezembro de 2013, conforme alterado).
- 6.1 Demonstração relativa ao cálculo do lucro por ação (incorporado por referência à Nota 29 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste Relatório).
- 8.1 Lista de subsidiárias da Ultrapar (incorporado por referência à Nota 3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas incluídas neste Relatório).
- 11.1 Código de Ética, alterado em 1º de março de 2018 (incorporado por referência ao relatório no Formulário 6-K da Ultrapar Participações S.A., arquivado em 1º de março de 2018).
- 12.1 Certificação do Diretor Presidente conforme a Cláusula 302 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
- 12.2 Certificação do Diretor Financeiro conforme a Cláusula 302 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
- 13 Certificação do Diretor Presidente (CEO) e do Diretor Financeiro (CFO) em conformidade com 18 U.S.C. Seção 1350, adotada de acordo com a Cláusula 906 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002.
- 15.1 Documentação relativa à nossa reestruturação societária de 2002 (incorporado por referência aos relatórios no Formulário 6-K em 15 de outubro de 2002, 1º de novembro de 2002 e 6 de dezembro de 2002).

Algumas notas promissórias e outros instrumentos e acordos relativos ao endividamento de longo prazo de nossa Companhia foram excluídos desses anexos, que constam deste Relatório ou foram incorporados por referência ao mesmo. Nenhuma delas com valores que excedam 10% do total dos ativos da Companhia. Veja "Item 5.B. Análise Financeira e Operacional e Perspectivas — Liquidez e Recursos de Capital — Endividamento." Comprometemo-nos a fornecer à SEC cópias de qualquer nota promissória ou outros instrumentos ou acordos que a mesma venha a requerer.

## ASSINATURAS

Nos termos dos requisitos do Artigo 12 do *Securities Exchange Act* de 1934, o requerente certifica que atende a todos os requisitos para arquivamento do Formulário 20-F e fez com que o presente fosse devidamente firmado por seu diretor infra-assinado, para tanto devidamente autorizado.

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:	<u>/S/ / FREDERICO PINHEIRO FLEURY CURADO</u>
Nome:	<b>Frederico Pinheiro Fleury Curado</b>
Cargo:	Diretor Presidente (CEO)

Data: 06 de abril de 2018

Por:	<u>/S/ ANDRÉ PIRES DE OLIVEIRA DIAS</u>
Nome:	<b>André Pires de Oliveira Dias</b>
Cargo:	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

# ***Ultrapar Participações S.A.***

*Demonstrações Financeiras  
Consolidadas (FPAGES)  
Referentes a 31 de Dezembro de  
2017 e Relatório dos Auditores  
Independentes  
sobre as Demonstrações  
Financeiras*

KPMG Auditores Independentes

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Demonstrações financeiras Consolidadas

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

### Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	1 – 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8-9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11 – 108



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

## Parecer dos Auditores Independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Ultrapar participações S.A.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e controles internos sobre os relatórios financeiros**

Examinamos o balanço patrimonial consolidado da Ultrapar Participações S.A (Companhia) em 31 de dezembro de 2017, a respectiva demonstração do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações no patrimônio líquido e do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e as notas explicativas. Examinamos os controles internos sobre os relatórios financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework (2013) emitido pelo "Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, e os resultados de suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Também em nossa opinião, a Companhia manteve, em todos os aspectos relevantes, os controles internos efetivos sobre os relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2017, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control - Integrated Framework (2013) emitido pelo "Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission".

A Companhia adquiriu a Chevron Brasil Lubrificantes SA durante o exercício de 2017, e a administração excluiu a adquirida de sua avaliação da eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017. Os controles internos sobre relatórios financeiros da Chevron Brasil Lubrificantes S.A estão associados a um ativo total de R\$ 793.910 e a uma receita total de R\$ 830.515 incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Nossa auditoria dos controles interno sobre relatórios financeiros da Companhia também excluiu uma avaliação dos controles internos sobre relatórios financeiros da Chevron Brasil Lubrificantes S.A.



## **Base para opinião**

A administração da Companhia é responsável pelas demonstrações financeiras consolidadas, por manter os controles internos efetivos sobre os relatórios financeiros e pela avaliação da eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros, incluídas no relatório anual da Administração sobre controles internos dos relatórios financeiros conforme Item 15 do Relatório Anual da Companhia no Formulário 20-F. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e uma opinião sobre os controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia com base em nossas auditorias. Somos uma firma de contabilidade pública registrada no “Public Company Accounting Oversight Board” (United States) (PCAOB) e somos requeridos a ser independentes em relação à Companhia de acordo com as leis federais de valores mobiliários dos EUA e as regras e regulamentos aplicáveis a SEC - Securities and Exchange Commission e ao PCAOB.

Nos conduzimos nossas auditorias de acordo com as normas do PCAOB. Essas normas requerem que planejemos e executemos as auditorias para obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas não apresentam distorção relevante, independentemente se causada por erro ou fraude, e se a efetividade dos controles internos sobre relatórios financeiros foi mantida em todos os aspectos relevantes.

Nossas auditorias das demonstrações financeiras consolidadas incluiu a realização de procedimentos para avaliar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por erro ou fraude, e pela execução de procedimentos que respondem a esses riscos. Tais procedimentos incluíram o exame, em base de teste, das evidências relativas aos valores e divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. Nossas auditorias também incluíram a avaliação dos princípios contábeis utilizados e estimativas significativas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas como um todo. Nossa auditoria de controles internos sobre relatórios financeiros incluiu a obtenção de um entendimento do controle interno sobre relatórios financeiros, avaliando o risco de uma fraqueza material, e testando e avaliando o desenho e a eficácia operacional dos controles internos com base no risco avaliado. Nossa auditoria também incluíram a execução de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossas auditorias fornecem uma base razoável para nossas opiniões.

## **Definição e limitações dos Controles Internos sobre Relatórios Financeiros**

O controle interno de uma Companhia sobre relatórios financeiros é um processo desenvolvido para fornecer garantia razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à preparação de demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. O controle interno de uma Companhia sobre relatórios financeiros inclui as políticas e procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que, em detalhes razoáveis, refletem de forma precisa e justa as transações e disposições dos ativos da Companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e gastos da companhia estão sendo efetuados somente com autorizações da administração e diretores da companhia; e (3) forneçam segurança razoável em relação à prevenção ou detecção de aquisição, uso ou alienação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito material nas demonstrações financeiras.



Devido as suas limitações inerentes, os controles internos sobre relatórios financeiros podem não prevenir ou detectar distorções. Além disso, projeções de qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possam se deteriorar.

*(versão original em inglês assinado por)*  
KPMG Auditores Independentes

Atuamos como auditores da Companhia desde 2017.

São Paulo, 06 de abril de 2018.

(Tradução Livre para o Português do Original Emitido Anteriormente em Inglês)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Ultrapar Participações S.A.  
São Paulo - SP - Brasil

Examinamos o balanço patrimonial consolidado da Ultrapar Participações S.A. e controladas ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os dois exercícios findos em 31 de dezembro de 2016. Essas demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Sociedade. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossas auditorias.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas do "Public Company Accounting Oversight Board - PCAOB" (Estados Unidos). Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria compreende o exame, com base em testes, das evidências que suportam os valores e as divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Uma auditoria também compreende a avaliação das práticas contábeis utilizadas e das estimativas significativas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que nossas auditorias são apropriadas para fundamentar a nossa opinião.

Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ultrapar Participações S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os dois exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As demonstrações financeiras foram traduzidas para o português para a conveniência dos leitores no Brasil.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
São Paulo, Brasil

28 de abril de 2017

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2018 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.



Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo	Nota explicativa	2017	2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.002.004	4.274.158	Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	14	1.819.766	1.821.398
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4	1.283.498	1.412.587	Debêntures	14.g	1.681.199	651.591
Contas a receber e financiamentos a clientes, líquidas	5	4.337.118	3.502.322	Arrendamento mercantil financeiro	14.i	2.710	2.615
Estoques, líquidos	6	3.491.879	2.761.207	Fornecedores	15	2.155.498	1.709.653
Impostos a recuperar, líquidos	7	881.584	541.772	Salários e encargos sociais	16	388.118	362.718
Dividendos a receber		11.137	8.616	Obrigações tributárias	17	225.829	171.033
Demais contas a receber		44.025	20.573	Dividendos propostos a pagar	23.h	338.845	320.883
Contas a receber - indenização seguradora	33	-	366.678	Imposto de renda e contribuição social a pagar		86.836	139.981
Despesas antecipadas, líquidas	10	150.046	123.883	Benefícios pós-emprego	18.b	30.059	24.940
				Provisão para retirada de tanques	19	4.799	4.563
				Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	64.550	52.694
				Contas a pagar - indenização à clientes e terceiros	33	72.216	99.863
				Demais contas a pagar		125.150	102.714
				Receita diferida	21	18.413	22.300
Total do ativo circulante		15.201.291	13.011.796	Total do passivo circulante		7.013.988	5.486.946
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4	84.426	15.104	Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	14	6.113.545	6.800.135
Contas a receber e financiamentos a clientes, líquidas	5	329.991	227.085	Debêntures	14.g	3.927.569	2.095.290
Sociedades relacionadas	8.a	490	490	Arrendamento mercantil financeiro	14.i	45.805	46.101
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	545.611	417.344	Sociedades relacionadas	8.a	4.185	4.272
Impostos a recuperar, líquidos	7	313.242	182.617	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	38.524	7.645
Depósitos judiciais	20.a	822.660	778.770	Benefícios pós-emprego	18.b	207.464	119.811
Ativo de indenização - combinação de negócios	20.c	202.352	-	Provisão para retirada de tanques	19	59.975	73.001
Demais contas a receber		7.918	2.678	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a; 20.c	861.246	727.088
Despesas antecipadas, líquidas	10	346.886	222.518	Receita diferida	21	12.896	12.510
				Bônus de subscrição - indenização	22	171.459	153.429
				Demais contas a pagar		162.834	74.884
Total do ativo realizável a longo prazo		2.653.576	1.846.606	Total do passivo não circulante		11.605.502	10.114.166
<b>Investimentos em:</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Empreendimentos controlados em conjunto	11.a	122.061	116.142	Capital social	23.a; 23.f	5.171.752	3.838.686
Coligadas	11.b	25.341	22.731	Instrumento patrimonial outorgado	23.b	536	-
Outros		2.792	2.814	Reserva de capital	23.d	549.778	552.038
Imobilizado, líquido	12	6.607.788	5.787.982	Ações em tesouraria	23.c	(482.260)	(483.879)
Intangível, líquido	13	3.727.473	3.371.599	Reserva de reavaliação de controladas	23.e	4.930	5.339
				Reservas de lucros	23.f	3.760.079	4.466.392
				Ajustes de avaliação patrimonial	2.c; 2.o; 23.g	159.643	(23.987)
				Ajustes acumulados de conversão	2.c; 2.r; 23.g	53.061	7.519
				Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	23.h	163.742	165.515
				Patrimônio líquido atribuível a:			
				Acionistas da Ultrapar		9.381.261	8.527.623
				Acionistas não controladores de controladas		339.571	30.935
Total do ativo não circulante		13.139.031	11.147.874	Total do patrimônio líquido		9.720.832	8.558.558
Total do ativo		28.340.322	24.159.670	Total do passivo e do patrimônio líquido		28.340.322	24.159.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Demonstrações de resultados

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2017	2016	2015
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	24	80.007.422	77.352.955	75.655.274
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	25	<u>(72.735.781)</u>	<u>(70.342.723)</u>	<u>(68.933.702)</u>
<b>Lucro bruto</b>		7.271.641	7.010.232	6.721.572
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Com vendas e comerciais	25	(2.885.311)	(2.651.501)	(2.516.561)
Gerais e administrativas	25	(1.576.528)	(1.445.859)	(1.321.341)
Resultado na venda de bens	26	(2.242)	(6.134)	27.276
Outros resultados operacionais, líquidos	27	<u>59.360</u>	<u>198.972</u>	<u>50.584</u>
<b>Lucro operacional</b>		2.866.920	3.105.710	2.961.530
Receitas financeiras	28	585.101	513.243	426.429
Despesas financeiras	28	<u>(1.059.397)</u>	<u>(1.355.819)</u>	<u>(1.129.767)</u>
Resultado financeiro líquido		(474.296)	(842.576)	(703.338)
Equivalência patrimonial	11	<u>20.673</u>	<u>7.476</u>	<u>(10.884)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>2.413.297</u>	<u>2.270.610</u>	<u>2.247.308</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Corrente	9.b; 9.c	(922.458)	(800.497)	(719.523)
Diferido	9.b	<u>83.029</u>	<u>100.505</u>	<u>(14.813)</u>
		(839.429)	(699.992)	(734.336)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>1.573.868</u>	<u>1.570.618</u>	<u>1.512.972</u>
Lucro atribuível a:				
Acionistas da Ultrapar		1.574.306	1.561.585	1.503.466
Acionistas não controladores de controladas		(438)	9.033	9.506
<b>Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do exercício) - R\$</b>				
Básico	29	2,9056	2,8844	2,7649
Diluído	29	2,8847	2,8626	2,7433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Demonstrações dos resultados abrangentes

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Nota explicativa</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		1.574.306	1.561.585	1.503.466
Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		(438)	9.033	9.506
Lucro líquido do exercício		<u>1.573.868</u>	<u>1.570.618</u>	<u>1.512.972</u>
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.c; 23.g	(4.016)	(33.653)	11.042
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.c; 23.g	3.535	(1.014)	(3.309)
Ajustes acumulados de conversão de controladas, líquidos dos efeitos do <i>hedge</i> de investimentos e de imposto de renda e contribuição social	2.c; 2.r; 23.g	45.542	(59.406)	23.733
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:				
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o; 23.g	(23.856)	(8.647)	4.071
Ganhos (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego de empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o; 23.g	544	374	-
Resultado abrangente do exercício		<u><u>1.595.617</u></u>	<u><u>1.468.272</u></u>	<u><u>1.548.509</u></u>
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar		1.601.290	1.459.239	1.539.003
Resultado abrangente do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		(5.673)	9.033	9.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Ultrapar Participações S.A. e Controladas

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
						Legal	Estatutária para investimentos	Retenção de lucros					Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	
<b>Saldos em 2014</b>		<b>3.838.686</b>	<b>547.462</b>	<b>(103.018)</b>	<b>5.848</b>	<b>397.177</b>	<b>1.439.461</b>	<b>1.333.066</b>	<b>7.149</b>	<b>43.192</b>	<b>-</b>	<b>188.976</b>	<b>7.697.999</b>	<b>28.596</b>	<b>7.726.595</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.503.466	-	1.503.466	9.506	1.512.972
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros	2.c; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	7.733	-	-	-	7.733	-	7.733
Ganhos atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	4.071	-	-	-	4.071	-	4.071
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do <i>hedge</i> de investimentos	2.c; 2.r; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	23.733	-	-	23.733	-	23.733
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	11.804	23.733	1.503.466	-	1.539.003	9.506	1.548.509
Aquisição de ações de própria emissão para manutenção em tesouraria	23.c	-	(855)	(387.863)	-	-	-	-	-	-	-	-	(388.718)	-	(388.718)
Realização da reserva de reavaliação	23.e	-	-	-	(258)	-	-	-	-	-	258	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	23.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120)	-	(120)	-	(120)
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	138	-	-	-	(138)	-	-	-	-
Dividendos de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.757)	(2.757)
Aquisição de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	(9)
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.248)	(6.248)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	23.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.976)	(188.976)	-	(188.976)
Destinação do resultado líquido:															
Reserva legal	23.f; 23.h	-	-	-	-	75.173	-	-	-	-	(75.173)	-	-	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,80 por ação da Controladora)	23.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(436.842)	-	(436.842)	-	(436.842)
Dividendos propostos (R\$ 0,80 por ação da Controladora)	23.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(434.467)	157.162	(277.305)	-	(277.305)
Retenção de resultados	23.f; 23.h	-	-	-	-	-	556.984	-	-	-	(556.984)	-	-	-	-
<b>Saldos em 2015</b>		<b>3.838.686</b>	<b>546.607</b>	<b>(490.881)</b>	<b>5.590</b>	<b>472.350</b>	<b>1.996.583</b>	<b>1.333.066</b>	<b>18.953</b>	<b>66.925</b>	<b>-</b>	<b>157.162</b>	<b>7.945.041</b>	<b>29.088</b>	<b>7.974.129</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.561.585	-	1.561.585	9.033	1.570.618
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.c; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	(34.667)	-	-	-	(34.667)	-	(34.667)
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	(8.273)	-	-	-	(8.273)	-	(8.273)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do <i>hedge</i> de investimentos	2.c; 2.r; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.406)	-	-	(59.406)	-	(59.406)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(42.940)	(59.406)	1.561.585	-	1.459.239	9.033	1.468.272
Venda de ações em tesouraria	8.c; 23.c	-	5.431	7.002	-	-	-	-	-	-	-	-	12.433	-	12.433
Realização da reserva de reavaliação	23.e	-	-	-	(251)	-	-	-	-	-	251	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	23.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(42)	-	(42)	-	(42)
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.868	-	9.868	-	9.868
Transferência para reserva estatutária		-	-	-	-	-	10.077	-	-	-	(10.077)	-	-	-	-
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.186)	(7.186)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	23.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(157.162)	(157.162)	-	(157.162)
Destinação do resultado líquido:															
Reserva legal	23.f; 23.h	-	-	-	-	78.078	-	-	-	-	(78.078)	-	-	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,80 por ação da Controladora)	23.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(434.619)	-	(434.619)	-	(434.619)
Dividendos propostos (R\$ 0,87 por ação da Controladora)	23.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(472.650)	165.515	(307.135)	-	(307.135)
Retenção de resultados	23.f; 23.h	-	-	-	-	-	576.238	-	-	-	(576.238)	-	-	-	-
<b>Saldos em 2016</b>		<b>3.838.686</b>	<b>552.038</b>	<b>(483.879)</b>	<b>5.339</b>	<b>550.428</b>	<b>2.582.898</b>	<b>1.333.066</b>	<b>(23.987)</b>	<b>7.519</b>	<b>-</b>	<b>165.515</b>	<b>8.527.623</b>	<b>30.935</b>	<b>8.558.558</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas  
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
							Legal	Estatutária para investimentos	Retenção de lucros					Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	
Saldos em 2016		3.838.686	-	552.038	(483.879)	5.339	550.428	2.582.898	1.333.066	(23.987)	7.519	-	165.515	8.527.623	30.935	8.558.558
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.574.306	-	1.574.306	(438)	1.573.868
Outros resultados abrangentes:																
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.c; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	(481)	-	-	-	(481)	-	(481)
Perdas atuariais de benefícios pós-emprego, líquido de imposto de renda e contribuição social	2.o; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.077)	-	-	-	(18.077)	(5.235)	(23.312)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos	2.c; 2.r; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45.542	-	-	45.542	-	45.542
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(18.558)	45.542	1.574.306	-	1.601.290	(5.673)	1.595.617
Transações com acionistas:																
Aumento de capital com reservas	23.f	1.333.066	-	-	-	-	-	-	(1.333.066)	-	-	-	-	-	-	-
Instrumento patrimonial outorgado	23.b	-	536	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	536	-	536
Venda de ações em tesouraria	8.c; 23.c	-	-	3.114	3.685	-	-	-	-	-	-	-	-	6.799	-	6.799
Compra de ações em tesouraria	8.c; 23.c	-	-	(5.374)	(2.066)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.440)	-	(7.440)
Realização da reserva de reavaliação	23.e	-	-	-	-	(409)	-	-	-	-	-	409	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	23.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(96)	-	(96)	-	(96)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.029	-	3.029	-	3.029
Transferência para reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	3.342	-	-	-	(3.342)	-	-	-	-
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.730)	(8.730)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	23.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(165.515)	(165.515)	-	(165.515)
Adição de acionistas não controladores em função de combinação de negócios	3.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	182.603	182.603
Mudança de participação de acionistas não controladores - CBLSA	3.c; 23.g	-	-	-	-	-	-	-	-	202.188	-	-	-	202.188	140.436	342.624
Destinação do resultado líquido:																
Reserva legal	23.f; 23.h	-	-	-	-	-	78.716	-	-	-	-	(78.716)	-	-	-	-
Dividendos intermediários (R\$ 0,85 por ação da Controladora)	23.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(461.868)	-	(461.868)	-	(461.868)
Dividendos propostos (R\$ 0,90 por ação da Controladora)	23.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(489.027)	163.742	(325.285)	-	(325.285)
Retenção de resultados	23.f; 23.h	-	-	-	-	-	-	544.695	-	-	-	(544.695)	-	-	-	-
Saldos em 2017		5.171.752	536	549.778	(482.260)	4.930	629.144	3.130.935	-	159.643	53.061	-	163.742	9.381.261	339.571	9.720.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2017	2016	2015
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>		1.573.868	1.570.618	1.512.972
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais</b>				
Equivalência patrimonial	11	(20.673)	(7.476)	10.884
Depreciações e amortizações	12; 13	1.175.951	1.103.538	1.002.647
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	12; 13	13.134	12.581	12.146
Despesas com retirada de tanques	19	(15.432)	(2.785)	(3.949)
Juros, variações monetárias e cambiais		854.671	763.793	1.582.579
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	(83.029)	(100.505)	14.813
Resultado na venda de bens	26	2.242	6.134	(27.276)
Demais provisões e ajustes		(868)	(6.515)	13.313
		<u>3.499.864</u>	<u>3.339.383</u>	<u>4.118.129</u>
<b>(Aumento) diminuição no ativo circulante</b>				
Contas a receber de clientes	5	(665.145)	(326.695)	(615.381)
Estoques	6	(605.757)	(262.993)	(615.390)
Impostos a recuperar	7	(334.217)	87.006	(60.141)
Dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto		29.411	7.925	3.417
Seguro e demais contas a receber		358.682	(309.725)	13.555
Despesas antecipadas	10	(23.016)	(39.980)	(14.209)
<b>Aumento (diminuição) no passivo circulante</b>				
Fornecedores	15	412.393	249.121	181.030
Salários e encargos sociais	16	7.149	(41.595)	109.734
Obrigações tributárias	17	34.707	2.229	29.969
Imposto de renda e contribuição social		783.663	567.286	504.495
Benefícios pós-emprego	18.b	5.119	11.193	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	11.857	7.372	(18.847)
Seguro e demais contas a pagar		(33.955)	56.811	29.235
Receita diferida	21	(3.887)	(2.120)	970
<b>(Aumento) diminuição no ativo não circulante</b>				
Contas a receber de clientes	5	(102.905)	(74.846)	(8.433)
Impostos a recuperar	7	(130.200)	(47.168)	(60.045)
Depósitos judiciais		(39.795)	(37.935)	(44.000)
Demais contas a receber		(4.356)	13.829	(10.675)
Despesas antecipadas	10	(116.735)	(65.847)	(15.437)
<b>Aumento (diminuição) no passivo não circulante</b>				
Benefícios pós-emprego	18.b	13.209	(40)	10.868
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20.a	(68.193)	42.428	61.388
Demais contas a pagar		87.950	(19.255)	20.130
Receita diferida	21	385	1.474	3.327
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(836.808)</u>	<u>(644.188)</u>	<u>(422.010)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>2.279.420</u>	<u>2.513.670</u>	<u>3.201.679</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras, liquidas de resgates		60.859	(163.625)	573.446
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	3.c	59.863	-	-
Aquisição de imobilizado	12	(1.262.558)	(1.015.199)	(803.503)
Aquisição de intangível	13	(801.971)	(651.171)	(609.600)
Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	11.a	(16.000)	(47.281)	(41.080)
Receita com a venda de bens	26	47.670	28.500	78.941
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<u>(1.912.137)</u>	<u>(1.848.776)</u>	<u>(801.796)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Financiamentos e debêntures				
Captação	14	4.510.694	3.676.874	2.384.589
Amortização	14	(2.462.200)	(812.520)	(2.824.543)
Juros pagos	14	(769.740)	(1.057.580)	(855.190)
Contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	14.i	(5.191)	(5.016)	(5.174)
Dividendos pagos		(940.250)	(873.270)	(831.654)
Aquisição de participação de acionistas não-controladores de controladas		-	-	(9)
Aquisição de ações de própria emissão para manutenção em tesouraria		-	-	(388.718)
Sociedades relacionadas	8.a	7.036	(100)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos</b>		<u>340.349</u>	<u>928.388</u>	<u>(2.520.699)</u>
<b>Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira</b>		<u>20.214</u>	<u>(22.017)</u>	<u>(3.660)</u>
<b>Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>727.846</u>	<u>1.571.265</u>	<u>(124.476)</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	4	4.274.158	2.702.893	2.827.369
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	4	5.002.004	4.274.158	2.702.893

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **1 Contexto operacional**

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos, por meio da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 30.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras e consolidadas.

#### **a. Apuração do resultado**

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável.

A receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. A receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. A receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. A receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. A receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

### **c. Ativos financeiros**

Conforme o *International Accounting Standards* (“IAS”) 32, IAS 39 e IFRS 7, os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Sociedade cancela a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide nota explicativa nº 31.

### **d. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas perdas estimadas, sendo seu montante considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber (vide notas explicativas nº 5 e 31 – Risco de crédito de clientes).

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***e. Estoques***

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

### ***f. Investimentos***

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas (vide nota explicativa nº 11).

Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle.

Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

### ***g. Imobilizado***

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento (vide nota explicativa nº 12), bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.m e 19), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### ***h. Arrendamento mercantil***

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo às controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 12 e 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide nota explicativa nº 14.i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 32.c).

### ***i. Intangível***

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela Sociedade para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 13.i).
- Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide nota explicativa nº 13.v).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 13 itens i e vi).

### **j. Demais ativos**

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente (vide nota explicativa nº 2.u).

### **k. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição e a passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função da fluência do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 14.j).

### **l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes, considerando a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***m. Provisão para retirada de tanques***

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

### ***n. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas***

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 20).

### ***o. Benefícios pós-emprego***

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 18.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

### ***p. Demais passivos***

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### ***q. Transações em moeda estrangeira***

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### ***r. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior***

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Real) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada exercício e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados e apresentado no patrimônio líquido referente ao ajuste acumulado de conversão em 2017 totalizou R\$ 53.061 de ganho cambial (R\$ 7.519 de ganho cambial em 2016), vide nota explicativa nº 23.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<b><u>Controlada</u></b>	<b><u>Moeda funcional</u></b>	<b><u>País</u></b>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxiten Andina, C.A. (ii)	Bolívar	Venezuela

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29, as características do ambiente econômico da Venezuela indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em 19 de maio de 2017, o Banco Central da Venezuela emitiu o Convênio Cambial nº 38 que alterou o mercado cambiário venezuelano, regulamentando os tipos de câmbio legalmente reconhecidos:

a) *DIPRO - Tipo de Cambio Protegido*: o Bolívar (“VEF”) é negociado à taxa de 9,975 VEF/US\$ para compra e 10,00 VEF/US\$ para venda, e é aplicável as operações de importação de bens de primeira necessidade (medicamentos e alimentos) e para matérias-primas e insumos associados à produção destes setores, sendo canalizadas através do CENCOEX - *Centro Nacional de Comercio Exterior en Venezuela*; e

b) *DICOM - Tipo de Cambio Complementario Flotante de Mercado*: o Bolívar foi negociado à taxa de 3.345,00 VEF/US\$ para venda e 3.336,64 VEF/US\$ para compra no último leilão de 2017, e é aplicável a todas as operações de liquidação de divisas não previstas expressamente no convênio cambiário, sendo processados através dos mercados alternativos de divisas.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade utiliza a taxa de câmbio DICOM na conversão.

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2017 totalizou R\$ 7.368 (ganho de R\$ 3.425 em 2016 e ganho de R\$ 6.243 em 2015).

### **s. *Uso de estimativas, premissas e julgamentos***

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, entre outros, estimativas, premissas e julgamentos referentes, principalmente, à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.k, 4, 14 e 31), determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 31), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferido (notas explicativas nº 2.l e 9), determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.r e 3), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.f e 11.a), determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.f e 11.b), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.r), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.g e 12), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.i e 13), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.m e 19), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.n e 20), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.o e 18.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 22 e 31). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

### **t. *Redução ao valor recuperável de ativos***

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Para avaliar o valor em uso a Sociedade e suas controladas consideram projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Sociedade e suas controladas não registraram redução ao valor recuperável no exercício corrente (vide nota explicativa nº 13.i) e em 31 de dezembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável no montante de R\$ 2.114, sendo R\$ 1.695 de ágio e R\$ 419 de outros ativos intangíveis, para a controlada Oxiteno Andina.

### ***u. Ajuste a valor presente***

A Sociedade e suas controladas analisaram os elementos integrantes do ativo e do passivo não circulante, e circulante quando relevante. Não foram identificadas a aplicabilidade do ajuste a valor presente que tenham efeitos relevantes.

### ***v. Combinação de negócios***

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### w. *Demonstrações dos fluxos de caixa*

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa consolidadas, nos termos do IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos rendimentos.

### x. *Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo IASB*

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017:

#### Vigente em

- Divulgação do IAS 7 (*Disclosure Initiative - Amendments to IAS 7*): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento (vide nota explicativa nº 14.a). 2017
- Reconhecimento de Imposto de Renda Diferido Ativo IAS 12 (*Recognition of Deferred Tax Assets for Unrealised Losses - Amendments to IAS 12*): esclarecimentos feitos pelo IASB sobre reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas. 2017

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações às IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2017:

#### Vigente em

- Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de *impairment* para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de *hedge*. 2018
- Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrente de um contrato com um cliente. 2018
- Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. 2019

A Sociedade e suas controladas não adotaram antecipadamente estes IFRS nas suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A Sociedade e suas controladas divulgam a seguir as informações relevantes, conhecidas ou razoavelmente estimadas dos possíveis impactos na adoção dos IFRS 9 e 15 que estavam disponíveis na preparação dessas demonstrações financeiras, e estão sujeitas a alterações até que o primeiro conjunto completo de demonstrações financeiras com a adoção inicial seja divulgado em 2018.

### (1) adoção do IFRS 9 – Instrumentos financeiros:

#### a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros:

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluiu preliminarmente que a classificação a ser adotada para a maioria das aplicações financeiras será a mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fundos de investimentos serão classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos serão classificadas como custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas não esperam impactos materiais decorrentes destas alterações.

#### b) Perdas de crédito esperadas

A Sociedade e suas controladas avaliaram as perdas de crédito esperadas para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a vida útil do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes.

A Sociedade e suas controladas avaliaram o impacto desta alteração e o valor previamente apurado indica uma adição de provisão para perdas de crédito esperadas de liquidação duvidosa de R\$ 173.314, tendo o efeito de R\$ 121.563 reconhecido no balanço de abertura na conta de lucros acumulados. Sobre os montantes acima será reconhecido efeito de IRPJ e CSLL diferidos.

#### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos decorrentes desta alteração e estão avaliando a adoção do IFRS 9 ou a permanência da aplicação do IAS 39.

A Sociedade e suas controladas estão avaliando os expedientes práticos da adoção inicial do IFRS 9 para a conclusão se será feita a adoção retrospectiva ou prospectiva dos impactos.

### (2) adoção do IFRS 15 – Reconhecimento de receita de contrato com cliente:

A Sociedade e suas controladas avaliaram todas as etapas para o reconhecimento de suas receitas de contratos com cliente e com base no seu diagnóstico não identificou impactos materiais de mensuração decorrentes da adoção desta norma.

Em relação a apresentação na demonstração de resultados, a Sociedade e suas controladas avaliaram que algumas despesas, atualmente alocadas na rubrica com vendas e comerciais, após a adoção do IFRS 15, serão apresentadas como redutoras de receita, substancialmente em relação à despesa com amortização de direitos de exclusividade com postos de serviços Ipiranga. Em 2017 a amortização reconhecida como despesa com vendas e comerciais foi de R\$ 463.049.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas estão avaliando os expedientes práticos da adoção inicial do IFRS 15 para a conclusão se será feita a adoção retrospectiva ou prospectiva dos impactos.

O quadro a seguir sumariza os impactos estimados na adoção dos IFRS 9 e 15:

**Em 31 de dezembro de 2017**

<b>Balanco patrimonial</b>	<b>Conforme divulgado</b>	<b>Adoção IFRS 9 (1)</b>	<b>Adoção IFRS 15 (2)</b>	<b>Após adoção IFRS 9 e 15</b>
Ativo circulante	15.201.291	(173.314)	-	15.027.977
Ativo não circulante	13.139.031	-	-	13.139.031
<b>Total do ativo</b>	<b>28.340.322</b>	<b>(173.314)</b>	<b>-</b>	<b>28.167.008</b>
Passivo circulante	7.013.988	-	-	7.013.988
Passivo não circulante	11.605.502	(58.927)	-	11.546.575
Patrimônio líquido	9.720.832	(114.387)	-	9.606.445
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>28.340.322</b>	<b>(173.314)</b>	<b>-</b>	<b>28.167.008</b>
<b>Demonstração de resultado</b>				
Receita de vendas	80.007.422	-	(463.049)	79.544.373
Custo dos produtos vendidos	(72.735.781)	-	-	(72.735.781)
Despesas de vendas	(2.885.311)	(51.751)	463.049	(2.474.013)
Despesas gerais e administrativas	(1.576.528)	-	-	(1.576.528)
Resultado financeiro	(474.296)	-	-	(474.296)
Imposto de renda e contribuição social	(839.429)	17.595	-	(821.834)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.573.868</b>	<b>(34.156)</b>	<b>-</b>	<b>1.539.712</b>
Lucro por ação - básico	2,9056	(0,0630)	-	2,8426
Lucro por ação - diluído	2,8847	(0,0626)	-	2,8221

Em relação ao arrendamento mercantil – IFRS 16, a Sociedade e suas controladas estão quantificando os potenciais efeitos desse pronunciamento e espera-se impacto relevante no reconhecimento do direito de uso e dívida referente a contratos de arrendamento mercantil relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda devido ao número de contratos de arrendamento mercantil operacional das controladas. A Sociedade está avaliando as opções de transição que serão aplicadas acerca da adoção do novo padrão. Para informações adicionais relativas aos contratos de arrendamento vide nota explicativa nº 32.c.

### **y. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras**

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Sociedade em 06 de abril de 2018.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **3 Princípios de consolidação, participações societárias e aquisições não efetivadas**

#### **a) Princípios de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os princípios básicos de consolidação previstos no IFRS 10, sendo eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b) Participações societárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

			% participação no capital social			
			2017		2016	
			Controle		Controle	
	Localidade	Segmento	Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	56	-	-
Ipiranga Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Integra Frotas Ltda. <sup>(1)</sup>	Brasil	Ipiranga	-	100	-	-
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda. <sup>(2)</sup>	Brasil	Ultragaz	-	100	-	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Barrington S.L. <sup>(3)</sup>	Espanha	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Oxiten Overseas Corp. <sup>(4)</sup>	Britânicas	Oxiten	-	-	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

- (1) A Integra Frotas Ltda. tem por objeto principal a gestão de frotas e de abastecimentos de combustíveis.
- (2) A Ultragaz Comercial Ltda. poderá concentrar algumas atividades atualmente exercidas pelas sócias quotistas.
- (3) Visando a simplificação societária, em novembro de 2017, a Barrington S.L. foi liquidada.
- (4) Visando a simplificação societária, em abril de 2017, a Oxiten Oversee Corp. foi incorporada pela Global Petroleum Products Trading Corporation (“GPPTC”).

### **c) Conclusão da associação com Chevron Brasil Lubrificantes S.A.**

Em 4 de agosto de 2016, a Sociedade, por meio da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), firmou acordo de associação com a Chevron Brasil Lubrificantes Ltda. (“Chevron”) para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes. Nos termos deste acordo, a associação será formada pelas operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Ipiranga e Chevron deterão 56% e 44%, respectivamente, do capital da nova empresa. Em 9 de fevereiro de 2017, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela Superintendência Geral (“SG”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). A decisão da SG foi publicada no Diário Oficial da União em 10 de fevereiro de 2017. Em 2 de março de 2017, o CADE emitiu certificado aprovando a decisão publicada em 10 de fevereiro de 2017. Em 1º de agosto de 2017, a IPP segregou o negócio de lubrificantes para a controlada Ipiranga Lubrificantes S.A. (“IpiLubs”) e os contratos operacionais foram celebrados. Em 1º de dezembro de 2017, a associação foi consumada, através do aporte da IpiLubs na Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (“CBLSA”) e consequente obtenção de controle pelo ingresso da IPP como acionista da CBLSA.

A Sociedade está em processo de apuração do valor justo dos ativos e passivos adquiridos e, consequentemente, o ágio. A alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) é preliminar, pois a Sociedade está em processo de obtenção de informações adicionais referentes a certos ativos intangíveis e, portanto, os valores provisórios desses ativos podem aumentar, o que levará a uma redução no ágio. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores provisórios para alocação do preço de compra e apurou o ágio provisório no montante de R\$ 123.673. O ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura está fundamentado pela sinergia entre as operações de lubrificantes da CBLSA e a IpiLubs.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume os saldos provisórios dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, sujeitos a ajuste para alocação do preço de compra e apuração do ágio:

<b><u>Ativo circulante</u></b>		<b><u>Passivo circulante</u></b>	
Caixa e equivalentes de caixa	73.316	Fornecedores	33.453
Contas a receber	157.016	Salários e encargos sociais	18.251
Estoques	112.998	Obrigações tributárias	20.089
Impostos a recuperar	5.595	Demais contas a pagar	28.743
Demais contas a receber	15.497		<u>100.536</u>
	<u>364.422</u>		
<b><u>Ativo não circulante</u></b>		<b><u>Passivo não circulante</u></b>	
Sociedades relacionadas	7.077	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	202.352
Ativo de indenização	202.352	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.300
Depósitos judiciais	4.095	Benefícios pós-emprego	44.478
Demais contas a receber	5.257		<u>250.130</u>
Imobilizado	172.526		
Intangível	9.944		
	<u>401.251</u>		
Total dos ativos adquiridos	<u>765.673</u>	Total dos passivos assumidos	<u>350.666</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	123.673	Participação de acionistas não controladores	182.603
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>889.346</u>	Valor provisório da aquisição	356.077

Está demonstrado a seguir o cálculo do ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura:

Valor provisório da aquisição	356.077
Total dos ativos adquiridos	765.673
(-) Total dos passivos assumidos	(350.666)
(-) Participação de acionistas não controladores	<u>(182.603)</u>
Ágio provisório por expectativa de rentabilidade futura	<u>123.673</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados e intangíveis adquiridos, vide as notas explicativas nº 12 e 13, respectivamente, e sobre a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e ativo de indenização, vide nota explicativa nº 20.c.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A seguir apresenta-se a informação consolidada da Sociedade em 2017, como se a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação *pro forma* é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

	<u>2017</u>
Receita líquida de vendas e serviços	80.785.084
Lucro operacional	2.834.636
Lucro líquido do exercício	1.555.077
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 29)	2,8709
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 29)	2,8503

### **d) Aquisição não efetivada**

Em 12 de junho de 2016, a Sociedade por meio da controlada IPP assinou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% da Alesat Combustíveis S.A. (“ALE”) e dos ativos que integram a sua operação. O valor da transação totalizava R\$ 2.168 milhões, que seria reduzido pelo valor da dívida líquida da ALE em 31 de dezembro de 2015, sujeito a ajustes de capital de giro e endividamento líquido na data do fechamento da transação. Em 3 de agosto de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Ultrapar aprovou a transação. A consumação da operação estava sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. Em 2 de agosto de 2017, o Tribunal do CADE apreciou a transação e, a despeito de todos os esforços feitos pelas requerentes durante toda a tramitação do ato de concentração e nas negociações havidas com o Tribunal, decidiu por sua reprovação. O referido contrato restou automaticamente resolvido, sem qualquer penalidade de parte a parte.

Em 17 de novembro de 2016, a Sociedade por meio da controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Liquegás Distribuidora S.A. (“Liquegás”). O valor da transação totaliza R\$ 2.665 milhões e será corrigido pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), entre as datas de assinatura e de fechamento da operação. O valor ainda estará sujeito a ajustes em razão das variações de capital de giro e da posição da dívida líquida da Liquegás entre 31 de dezembro de 2015 e a data de fechamento da transação. Em 23 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Ultrapar aprovou a transação. A consumação da operação estava sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE apreciou a transação e, a despeito de todos os esforços feitos pelas requerentes durante toda a tramitação da análise do processo e as negociações realizadas com o Tribunal, decidiram rejeitar a transação com a maioria dos votos. Devido ao não cumprimento de uma das condições precedentes à consumação da transação, a Cia. Ultragaz pagou uma multa de R\$ 286.160 em benefício da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”) em 9 de março de 2018.



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições de primeira linha vinculados ao CDI, operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta exclusivamente por títulos públicos federais do governo brasileiro; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições de primeira linha e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 31 conforme suas características e intenção da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizaram R\$ 6.369.928 em 2017 (R\$ 5.701.849 em 2016) e estão distribuídos conforme abaixo:

#### • Caixa e equivalentes de caixa

São considerados caixa e equivalentes de caixa: (i) os saldos das contas de caixa e bancos, e (ii) aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2017	2016
Caixa e bancos		
Em moeda nacional	73.128	47.177
Em moeda estrangeira	74.798	66.141
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa		
Em moeda nacional		
Títulos de renda fixa	4.821.605	3.837.807
Em moeda estrangeira		
Títulos de renda fixa	32.473	323.033
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.002.004	4.274.158

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	2017	2016
Aplicações financeiras		
Em moeda nacional		
Títulos e fundos de renda fixa	1.153.040	1.174.458
Em moeda estrangeira		
Títulos e fundos de renda fixa	129.131	34.775
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	<u>85.753</u>	<u>218.458</u>
Total de aplicações financeiras	<u>1.367.924</u>	<u>1.427.691</u>
Circulante	1.283.498	1.412.587
Não circulante	84.426	15.104

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 31).

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 5 Contas a receber e financiamentos a clientes

A composição das contas a receber e financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	2017	2016
Clientes nacionais	4.057.752	3.315.783
Financiamentos a clientes – Ipiranga (i)	675.236	466.277
Clientes estrangeiros	229.701	180.679
( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(295.580)</u>	<u>(233.332)</u>
	<u>4.667.109</u>	<u>3.729.407</u>
Circulante	4.337.118	3.502.322
Não circulante	329.991	227.085

(i) Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes.

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de provisões para créditos de liquidação duvidosa, é assim demonstrada:

		Vencidos					
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
2017	4.962.689	4.102.549	200.939	46.491	48.197	87.812	476.701
2016	3.962.739	3.326.934	167.790	44.152	23.738	60.150	339.975

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.444
Adições	44.380
Baixas	<u>(22.008)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	200.816
Adições	48.402
Baixas	<u>(15.886)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	233.332
Saldo inicial CBLSA (vide nota explicativa nº 3.c)	6.733
Adições	66.427
Baixas	<u>(10.912)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>295.580</u>

Para maiores informações sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 31 – Risco de crédito de clientes.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 6 Estoques

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	2017			2016		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.622.054	(3.074)	1.618.980	1.317.042	(2.851)	1.314.191
Produtos acabados	485.407	(18.495)	466.912	425.335	(19.801)	405.534
Produtos em elaboração	1.637	-	1.637	2.011	-	2.011
Matérias-primas	492.029	(1.835)	490.194	246.974	(1.147)	245.827
Gás liquefeito de petróleo - GLP	102.031	(5.761)	96.270	71.466	(5.761)	65.705
Materiais de consumo e outros itens para revenda	160.024	(5.380)	154.644	138.610	(7.619)	130.991
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	415.956	(2.447)	413.509	352.187	(9.985)	342.202
Compra para entrega futura <sup>(1)</sup>	222.808	-	222.808	228.871	-	228.871
Imóveis para revenda	27.032	(107)	26.925	25.982	(107)	25.875
	<u>3.528.978</u>	<u>(37.099)</u>	<u>3.491.879</u>	<u>2.808.478</u>	<u>(47.271)</u>	<u>2.761.207</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	46.325
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	2.003
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(14.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	33.992
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	12.393
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	886
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.271
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(6.713)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(3.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>37.099</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	2017	2016
Ajuste ao valor de realização	19.817	26.530
Obsolescência e outras perdas	<u>17.282</u>	<u>20.741</u>
Total	<u>37.099</u>	<u>47.271</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 7 Impostos a recuperar

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Programa de Integração Social - PIS e do IRPJ e da CSLL.

	2017	2016
ICMS	580.630	459.255
Provisão para perdas de ICMS <sup>(1)</sup>	(72.076)	(68.683)
PIS e COFINS	348.333	109.552
IRPJ e CSLL	295.172	195.276
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas Oxiteno México, Oxiteno Andina, Oxiteno Uruguay e Ultrapar International	27.180	22.121
Outros	15.587	6.868
Total	<u>1.194.826</u>	<u>724.389</u>
Circulante	881.584	541.772
Não circulante	313.242	182.617

<sup>(1)</sup> A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	67.657
Baixas por recebimento, adições e reversões, líquidas	<u>(2.766)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	64.891
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	<u>3.792</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	68.683
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	<u>3.393</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>72.076</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 8 Partes relacionadas

#### a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber <sup>(1)</sup>	A pagar <sup>(1)</sup>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.489
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	1.067	31
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	22.199
Outros	490	1.239	-	-
Total em 2017	490	4.185	1.067	23.719

	Mútuos		Operações comerciais	
	Ativo	Passivo	A receber <sup>(1)</sup>	A pagar <sup>(1)</sup>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	-	1.534
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946	-	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	7.259	5.820
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	-	18.186
Outros	490	1.326	-	-
Total em 2016	490	4.272	7.259	25.540

<sup>(1)</sup> Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes” e “fornecedores”, respectivamente.

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	18.108
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	1.004.030
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	7.239	859
Total em 2017	7.245	1.022.997

	Operações comerciais	
	Vendas e serviços prestados	Compras
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	18.079
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	958.007
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	13.329	1.424
Total em 2016	13.335	977.510

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<b>Vendas e serviços prestados</b>	<b>Compras</b>
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	6	12.353
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	615.014
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	18.205	-
Total em 2015	<u>18.211</u>	<u>627.367</u>

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. Na avaliação da administração da Sociedade e suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 14.k). Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

### b. Pessoal-chave da administração

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Em adição, o diretor-presidente em exercício até 2 de outubro de 2017 era beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo, que tinha como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo, que foi rescindido com a sucessão do diretor-presidente anunciada pela Sociedade em junho de 2017. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c) e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 18.b).

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016	2015
Remuneração de curto prazo	45.477	40.306	37.759
Remuneração em ações	1.399	5.427	6.126
Benefício pós-emprego	1.096	3.336	2.936
Benefício de rescisão do cargo	8.794	-	-
Remuneração de longo prazo	(6.459)	2.473	2.302
Total	50.307	51.542	49.123

### c. Plano de ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 27 de abril de 2001, foi aprovado plano de benefícios dos administradores da Sociedade e de suas controladas. Em AGE, realizada em 26 de novembro de 2003, foram aprovadas certas alterações ao plano original de 2001 (“Plano de Ações”). Conforme as regras do Plano de Ações, certos membros da administração da Sociedade e suas controladas recebem em usufruto os direitos de voto e econômico de ações, sendo que a propriedade dessas ações fica retida pelas controladas da Sociedade. O Plano de Ações prevê a transferência da nua-propriedade das ações após decorridos entre cinco e sete anos da concessão inicial condicionada à não-interrupção do vínculo entre o administrador beneficiado e a Sociedade e/ou suas controladas. O número total de ações a ser utilizado para o Plano de Ações está sujeito à disponibilidade das ações em tesouraria. Cabe à diretoria da Ultrapar selecionar os membros da administração elegíveis ao plano e propor o número de ações em cada caso, para deliberação do Conselho de Administração. Os valores das concessões foram determinados na data de outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	100.000	2022 a 2024	67,99	9.378	(1.327)	8.051
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(5.339)	11.808
9 de dezembro de 2014	570.000	2019 a 2021	50,64	39.814	(20.849)	18.965
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(3.906)	2.093
7 de novembro de 2012	199.998	2017 a 2019	42,90	18.309	(15.937)	2.372
14 de dezembro de 2011	40.000	2016 a 2018	31,85	5.272	(5.042)	230
10 de novembro de 2010	-	2015 a 2017	26,78	9.602	(9.602)	-
	1.183.398			105.521	(62.002)	43.519

Em 2017, a amortização de R\$ 11.752 (R\$ 18.372 em 2016 e R\$ 16.935 em 2015) foi registrada como despesa geral e administrativa.



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.727.264
Ações outorgadas em 4 de março de 2016	190.000
Ações transferidas aos administradores	(417.192)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.500.072
Ações outorgadas em 4 de março de 2017	100.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(143.333)
Ações transferidas aos administradores	(273.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.183.398

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em AGOE realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas sob o seu controle direto ou indireto.

Poderão ser indicados para participar deste novo plano os administradores (quer sejam estatutários ou designados, exceto membros do Conselho de Administração da Sociedade) ou empregados em posições de comando da Sociedade ou de controladas sob o seu controle direto ou indireto (“Participantes”), observadas as disposições de cada programa. O Conselho de Administração ou o Comitê de Pessoas e Organização, designado para assessorá-lo na administração do Plano (“Comitê”), conforme o caso, indicará, por meio dos programas de incentivo em ações (“Programa”), aqueles que farão jus ao usufruto sobre as ações de emissão da Sociedade e à concessão de ações de emissão da Sociedade. Poderão ser entregues aos Participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 5.564.051 ações ordinárias.

O Conselho de Administração aprovou a criação do 1º Programa de ações restritas e do 1º Programa de ações restritas e de performance, conforme abaixo:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	120.000	2023	76,38	12.642	(527)	12.115
Restritas e Performance	8 de novembro de 2017	46.270	2020 a 2022	76,38	5.901	(257)	5.644
		166.270			18.543	(784)	17.759

Em 2017 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 784 em relação ao Plano.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 9 Imposto de renda e contribuição social

#### a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	2017	2016
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisões para perda de ativos	47.592	46.254
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	145.767	163.096
Provisão para benefícios pós-emprego	81.199	54.185
Provisão para diferenças caixa vs. competência	40.755	18.452
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	14.234	17.823
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	74.972	68.064
Provisão para retirada de tanques	19.111	23.419
Demais provisões	146.002	136.463
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	201.471	78.682
Total	771.103	606.438
Compensações de saldos passivos	(225.492)	(189.094)
Saldos líquidos apresentados no ativo	545.611	417.344
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Reavaliação de imobilizado	2.109	2.640
Arrendamento mercantil	3.361	3.899
Provisão para diferenças caixa vs. competência	44.440	59.264
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	131.811	74.895
Combinação de negócios – mais valia de ativos	45.414	46.202
Diferenças temporárias de controladas no exterior	955	2.290
Demais provisões	35.926	7.549
Total	264.016	196.739
Compensações de saldos ativos	(225.492)	(189.094)
Saldos líquidos apresentados no passivo	38.524	7.645

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	2017	2016	2015
Saldo inicial	409.699	292.989	309.726
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	83.029	100.505	(14.813)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	13.389	18.938	(2.250)
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio	(610)	-	-
Outros	1.580	(2.733)	326
Saldo final	<u>507.087</u>	<u>409.699</u>	<u>292.989</u>

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

Até 1 ano	207.210
De 1 a 2 anos	79.790
De 2 a 3 anos	139.314
De 3 a 5 anos	94.397
De 5 a 7 anos	194.627
De 7 a 10 anos	<u>55.765</u>
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u>771.103</u>

O estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis da Extrafarma, para a realização de ativos fiscais diferidos, foi examinado pelo Conselho Fiscal em 20 de fevereiro de 2018 e aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade em 21 de fevereiro de 2018, levando-se em consideração a implementação das ações propostas pela administração da controlada, dentre elas, a reestruturação operacional e a expansão de lojas.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	2017	2016	2015
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	2.392.624	2.263.134	2.258.192
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(813.492)	(769.466)	(767.785)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:			
Despesas indedutíveis (i)	(105.017)	(57.961)	(70.540)
Receitas não tributáveis (ii)	19.084	7.561	3.753
Ajuste do lucro presumido (iii)	10.844	14.218	12.926
Juros sobre capital próprio (iv)	(550)	(364)	-
Demais ajustes	1.104	7.108	4.874
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(888.027)	(798.904)	(816.772)
Incentivos fiscais – SUDENE	48.598	98.912	82.436
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(839.429)	(699.992)	(734.336)
Corrente	(922.458)	(800.497)	(719.523)
Diferido	83.029	100.505	(14.813)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	35,0	30,9	32,5

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas; e
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Incentivos fiscais - SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”):

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju <sup>(1)</sup>	75	2017
	Base de Suape	75	2018
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaquí	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari <sup>(2)</sup>	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari <sup>(3)</sup>	75	2026

<sup>(1)</sup> Será protocolado na SUDENE, no 1º semestre de 2018, pleito para a prorrogação do incentivo por mais 10 anos.

<sup>(2)</sup> Em 10 abril de 2017 foi protocolado na SUDENE, pleito requerendo o reconhecimento do incentivo por mais 10 anos, em razão de modernizações efetuadas na planta. Em virtude de modernizações efetuadas na planta, a SUDENE aprovou a redução de IRPJ de 75% até 2026, por meio do laudo expedido em 13 de julho de 2017. Em 21 de agosto de 2017, o Laudo Constitutivo do benefício foi encaminhado à Secretaria da Receita Federal (“SRF”) para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da SRF, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2017, retroativo a janeiro de 2017, no montante de R\$ 34.547.

<sup>(3)</sup> Em 12 de junho de 2017, a controlada Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) protocolou pleito na SUDENE solicitando o incentivo de redução do IRPJ em 75% para sua planta em Camaçari - Bahia, em virtude de modernizações efetuadas na planta. A SUDENE aprovou a redução de IRPJ em 75% até 2026, por meio do laudo expedido em 29 de agosto de 2017. Em 21 de setembro de 2017, o Laudo Constitutivo do benefício foi encaminhado à SRF para fins de homologação no prazo de 120 dias. Devido ao decurso do prazo para manifestação da SRF, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2017, retroativo a janeiro de 2017, no montante de R\$ 1.842.

Em 3 de julho de 2017, a controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”), protocolou pleito na SUDENE solicitando a redução do IRPJ em 75%, em virtude de implantação de unidade produtiva em Juazeiro - Bahia. Por meio de Laudo Constitutivo expedido em 7 de novembro de 2017, a SUDENE aprovou o incentivo até 2026. Referido laudo foi encaminhado à SRF em 27 de novembro de 2017, para fins de homologação no prazo de 120 dias.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar**

Em 2017, certas controladas da Sociedade possuem prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 598.183 (R\$ 236.956 em 2016) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 576.949 (R\$ 216.036 em 2016), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição. Sobre tais valores foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 201.471 em 2017 (R\$ 78.682 em 2016).

### **10 Despesas antecipadas**

	2017	2016
Aluguéis <sup>(1)</sup>	329.421	196.944
Propaganda e publicidade	67.321	37.833
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	37.591	44.719
Prêmios de seguros	39.629	46.896
Manutenção de <i>software</i>	8.237	12.478
Demais despesas antecipadas	14.733	7.531
	<u>496.932</u>	<u>346.401</u>
Circulante	150.046	123.883
Não circulante	346.886	222.518

<sup>(1)</sup> Refere-se substancialmente a adiantamento de aluguéis dos postos de serviços da controlada IPP, que são posteriormente sublocados e operados pelos revendedores.

### **11 Investimentos**

#### **a. Empreendimentos controlados em conjunto**

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de grãos líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, constituída em novembro de 2012, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamento nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal, e no segmento de pagamento eletrônico de combustíveis em todo território nacional.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 2017.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

<b>Movimentação dos investimentos</b>				
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.960	24.076	25.472	54.508
Aporte de capital	-	-	37.080	37.080
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	4.000	4.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.535	-	1.535
Equivalência patrimonial	699	8.248	(23.234)	(14.287)
Dividendos recebidos	<u>(1.114)</u>	<u>(2.345)</u>	<u>-</u>	<u>(3.459)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.545	31.514	43.318	79.377
Aporte de capital	-	-	47.281	47.281
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(2.935)	-	(2.935)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(12.915)	-	(12.915)
Equivalência patrimonial	<u>(27)</u>	<u>29.745</u>	<u>(24.384)</u>	<u>5.334</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.518	45.409	66.215	116.142
Aporte de capital	-	-	16.000	16.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	4.079	-	4.079
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(30.959)	-	(30.959)
Equivalência patrimonial	<u>1.578</u>	<u>36.210</u>	<u>(20.989)</u>	<u>16.799</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>6.096</u>	<u>54.739</u>	<u>61.226</u>	<u>122.061</u>

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

<b>2017</b>			
	<b>União Vopak</b>	<b>RPR</b>	<b>ConectCar</b>
Ativo circulante	7.110	389.022	90.242
Ativo não circulante	6.627	128.417	132.785
Passivo circulante	1.210	297.762	100.564
Passivo não circulante	336	54.821	12
Patrimônio líquido	12.191	164.856	122.451
Receita líquida	15.260	5.067.950	33.935
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(10.852)	(4.876.389)	(100.444)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.252)	(82.498)	24.530
Lucro (prejuízo) líquido	3.156	109.063	(41.979)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	169.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2016		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	4.228	286.916	93.634
Ativo não circulante	6.383	116.931	116.243
Passivo circulante	700	198.619	77.448
Passivo não circulante	876	68.467	-
Patrimônio líquido	9.035	136.761	132.429
Receita líquida	12.030	1.490.516	30.058
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(12.430)	(1.361.551)	(105.800)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	346	(39.379)	26.974
Lucro (prejuízo) líquido	(54)	89.586	(48.768)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	145.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

	2015		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	3.360	234.094	59.599
Ativo não circulante	7.300	114.123	85.195
Passivo circulante	1.570	176.134	62.158
Passivo não circulante	-	77.172	-
Patrimônio líquido	9.090	94.911	82.636
Receita líquida	12.026	974.807	18.410
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(10.198)	(926.392)	(89.431)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(430)	(20.768)	24.553
Lucro (prejuízo) líquido	1.398	27.647	(46.468)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	94.579.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

### **b. Sociedades coligadas**

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiten S.A. - Indústria e Comércio ("Oxiten S.A.") participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. ("Oxicap"), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio ("Oxiten Nordeste") participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiten S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2017, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 2017.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

### Movimentação dos investimentos

	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.212	3.090	3.676	165	-	13.143
Aumento de capital	-	10.368 <sup>(1)</sup>	-	-	-	10.368
Dividendos recebidos	(1.924)	(3.453)	-	-	-	(5.377)
Equivalência patrimonial	<u>1.455</u>	<u>1.995</u>	<u>8</u>	<u>(55)</u>	<u>-</u>	<u>3.403</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.743	12.000	3.684	110	-	21.537
Dividendos	(948)	-	-	-	-	(948)
Equivalência patrimonial	<u>1.206</u>	<u>981</u>	<u>(6)</u>	<u>(39)</u>	<u>-</u>	<u>2.142</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.001	12.981	3.678	71	-	22.731
Dividendos	(865)	-	-	-	(399)	(1.264)
Equivalência patrimonial	<u>1.212</u>	<u>1.477</u>	<u>(60)</u>	<u>269</u>	<u>976</u>	<u>3.874</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>6.348</u>	<u>14.458</u>	<u>3.618</u>	<u>340</u>	<u>577</u>	<u>25.341</u>

<sup>(1)</sup> Em 2015 os acionistas da Oxicap realizaram aumento de capital, tendo a Oxiten S.A. reduzido sua participação de 25% para 15%, aproximadamente.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

### 2017

	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	11.218	45.061	67	175	505
Ativo não circulante	16.464	74.621	10.278	1.695	2.821
Passivo circulante	1.960	12.338	-	422	93
Passivo não circulante	332	7.920	3.110	427	1.500
Patrimônio líquido	25.390	99.424	7.235	1.021	1.733
Receita líquida	10.522	52.709	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.649)	(40.769)	(90)	673	628
Resultado financeiro e imposto de renda	-	(2.144)	(31)	179	15
Lucro (prejuízo) líquido	4.873	9.796	(121)	852	643
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

### 2016

	<b>Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.</b>	<b>Oxicap Indústria de Gases Ltda.</b>	<b>Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.</b>	<b>Metalúrgica Plus S.A.</b>	<b>Plenogás Distribuidora de Gás S.A.</b>
Ativo circulante	7.524	28.358	220	169	1.178
Ativo não circulante	17.570	70.034	10.246	1.682	2.821
Passivo circulante	759	7.125	1	21	53
Passivo não circulante	332	5.226	3.109	1.616	1.667
Patrimônio líquido	24.003	86.041	7.356	214	2.279
Receita líquida	9.955	52.751	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.194)	(39.539)	(60)	(189)	574
Resultado financeiro e imposto de renda	63	(6.837)	49	(19)	68
Lucro (prejuízo) líquido	4.824	6.375	(11)	(208)	642
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2015				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	5.175	13.390	73	759	691
Ativo não circulante	18.773	79.203	10.403	1.681	2.830
Passivo circulante	644	8.682	-	403	101
Passivo não circulante	332	4.371	3.109	1.708	1.777
Patrimônio líquido	22.972	79.540	7.367	329	1.643
Receita líquida	10.628	42.799	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(4.703)	(14.050)	(34)	(172)	1.792
Resultado financeiro e imposto de renda	(7)	(9.973)	49	8	14
Lucro (prejuízo) líquido	5.918	18.776	15	(164)	1.806
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 12 Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2016	Adições	Depreciações	Transfe-rências	Baixas	Variação cambial	Saldo inicial CBLSA	Saldo em 31/12/2017
<b>Custo:</b>									
Terrenos	-	520.575	4.319	-	16.039	(969)	4.574	34.636	579.174
Edificações	30	1.440.204	10.677	-	95.630	(12.409)	32.998	72.767	1.639.867
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	796.521	13.819	-	116.698	(14.494)	11	-	912.555
Máquinas e equipamentos	12	4.225.056	130.154	-	105.060	(16.069)	277.730	-	4.721.931
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis									
claros/lubrificantes	13	2.429.079	131.134	-	78.568	(29.935)	-	112.229	2.721.075
Tanques e vasilhames para GLP	11	619.511	59.598	-	(1.149)	(34.263)	-	-	643.697
Veículos	7	271.133	28.428	-	6.948	(21.055)	1.841	-	287.295
Móveis e utensílios	9	204.550	35.078	-	10.775	(834)	10.756	6.169	266.494
Obras em andamento	-	523.285	766.775	-	(386.198)	(4)	10.192	14.950	929.000
Adiantamentos a fornecedores	-	96.423	61.536	-	(48.722)	-	2.930	-	112.167
Importações em andamento	-	58	1.182	-	(450)	-	(4)	-	786
Equipamentos de informática	5	288.705	42.638	-	3.095	(1.081)	170	19.495	353.022
		<u>11.415.100</u>	<u>1.285.338</u>	<u>-</u>	<u>(3.706)</u>	<u>(131.113)</u>	<u>341.198</u>	<u>260.246</u>	<u>13.167.063</u>
<b>Depreciação acumulada:</b>									
Edificações		(632.908)	-	(46.795)	130	5.535	(28.365)	(22.005)	(724.408)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(412.449)	-	(71.660)	(166)	8.624	-	-	(475.651)
Máquinas e equipamentos		(2.474.504)	-	(258.068)	(139)	10.174	(257.629)	-	(2.980.166)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis									
claros/lubrificantes		(1.383.069)	-	(144.884)	(29)	26.907	-	(44.731)	(1.545.806)
Tanques e vasilhames para GLP		(276.414)	-	(45.838)	130	16.157	-	-	(305.965)
Veículos		(101.082)	-	(21.740)	80	12.365	(1.823)	-	(112.200)
Móveis e utensílios		(120.747)	-	(15.128)	(9)	594	(9.275)	(4.010)	(148.575)
Equipamentos de informática		(220.421)	-	(24.481)	148	991	(121)	(16.975)	(260.859)
		<u>(5.621.594)</u>	<u>-</u>	<u>(628.594)</u>	<u>145</u>	<u>81.347</u>	<u>(297.213)</u>	<u>(87.721)</u>	<u>(6.553.630)</u>
<b>Provisão para perdas:</b>									
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	(104)	-	-	197	-	-	(104)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(560)	(10)	-	-	14	(8)	-	(564)
Máquinas e equipamentos		(4.347)	(397)	-	-	45	(25)	-	(4.724)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis									
claros/lubrificantes		(336)	-	-	-	167	-	-	(169)
Móveis e utensílios		(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
		<u>(5.524)</u>	<u>(511)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>423</u>	<u>(33)</u>	<u>-</u>	<u>(5.645)</u>
<b>Custo líquido</b>		<u>5.787.982</u>	<u>1.284.827</u>	<u>(628.594)</u>	<u>(3.561)</u>	<u>(49.343)</u>	<u>43.952</u>	<u>172.525</u>	<u>6.607.788</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2015	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2016
Custo:								
Terrenos	-	524.159	157	-	218	(202)	(3.757)	520.575
Edificações	30	1.382.603	11.597	-	68.989	(281)	(22.704)	1.440.204
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9	701.183	11.109	-	87.312	(3.078)	(5)	796.521
Máquinas e equipamentos	13	3.991.839	117.157	-	164.883	(10.209)	(38.614)	4.225.056
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes	14	2.282.462	113.162	-	56.213	(22.758)	-	2.429.079
Tanques e vasilhames para GLP	11	541.351	107.582	-	1.435	(30.857)	-	619.511
Veículos	7	258.776	25.882	-	5.559	(18.575)	(509)	271.133
Móveis e utensílios	10	170.695	27.319	-	8.955	(1.315)	(1.104)	204.550
Obras em andamento	-	437.533	487.651	-	(384.335)	(535)	(17.029)	523.285
Adiantamentos a fornecedores	-	12.125	102.465	-	(13.781)	-	(4.386)	96.423
Importações em andamento	-	1.201	8.007	-	(8.895)	-	(255)	58
Equipamentos de informática	5	260.685	27.574	-	3.448	(1.561)	(1.441)	288.705
		<u>10.564.612</u>	<u>1.039.662</u>	<u>-</u>	<u>(9.999)</u>	<u>(89.371)</u>	<u>(89.804)</u>	<u>11.415.100</u>
Depreciação acumulada:								
Edificações		(591.831)	-	(43.778)	13	151	2.537	(632.908)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(359.117)	-	(55.913)	339	2.235	7	(412.449)
Máquinas e equipamentos		(2.241.244)	-	(242.419)	3.099	9.536	(3.476)	(2.474.504)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes		(1.270.797)	-	(130.613)	-	18.341	-	(1.383.069)
Tanques e vasilhames para GLP		(249.234)	-	(40.941)	-	13.761	-	(276.414)
Veículos		(92.457)	-	(19.991)	-	11.234	132	(101.082)
Móveis e utensílios		(110.259)	-	(11.146)	5	868	(215)	(120.747)
Equipamentos de informática		(203.793)	-	(19.225)	(3)	1.488	1.112	(220.421)
		<u>(5.118.732)</u>	<u>-</u>	<u>(564.026)</u>	<u>3.453</u>	<u>57.614</u>	<u>97</u>	<u>(5.621.594)</u>
Provisão para perdas:								
Adiantamento a fornecedores		(83)	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(659)	(4)	-	-	-	103	(560)
Máquinas e equipamentos		(4.739)	(281)	-	-	325	348	(4.347)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes		(1.306)	-	-	-	970	-	(336)
Móveis e utensílios		(1)	-	-	-	-	-	(1)
		<u>(6.985)</u>	<u>(285)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.295</u>	<u>451</u>	<u>(5.524)</u>
Custo líquido		<u>5.438.895</u>	<u>1.039.377</u>	<u>(564.026)</u>	<u>(6.546)</u>	<u>(30.462)</u>	<u>(89.256)</u>	<u>5.787.982</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2014	Adições	Depreciações	Transfe- rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2015
<b>Custo:</b>								
Terrenos	-	476.107	45.843	-	3.077	(4.947)	4.079	524.159
Edificações	31	1.275.728	14.521	-	86.725	(4.060)	9.689	1.382.603
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11	631.342	17.825	-	55.615	(3.599)	-	701.183
Máquinas e equipamentos	13	3.909.475	99.038	-	108.286	(12.300)	(112.660)	3.991.839
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes	14	2.096.563	121.746	-	81.386	(17.233)	-	2.282.462
Tanques e vasilhames para GLP	12	494.691	83.608	-	2.777	(39.725)	-	541.351
Veículos	7	244.467	21.883	-	11.358	(18.341)	(591)	258.776
Móveis e utensílios	9	156.115	14.198	-	4.888	(440)	(4.066)	170.695
Obras em andamento	-	372.974	373.774	-	(337.967)	(2.550)	31.302	437.533
Adiantamentos a fornecedores	-	19.527	10.685	-	(18.095)	-	8	12.125
Importações em andamento	-	59	1.959	-	(817)	-	-	1.201
Equipamentos de informática	5	239.930	24.255	-	1.124	(4.810)	186	260.685
		<u>9.916.978</u>	<u>829.335</u>	<u>-</u>	<u>(1.643)</u>	<u>(108.005)</u>	<u>(72.053)</u>	<u>10.564.612</u>
<b>Depreciação acumulada:</b>								
Edificações		(565.308)	-	(40.766)	15	1.919	12.309	(591.831)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(313.647)	-	(48.132)	1	2.661	-	(359.117)
Máquinas e equipamentos		(2.158.390)	-	(234.792)	(240)	9.005	143.173	(2.241.244)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes		(1.164.074)	-	(116.010)	-	9.287	-	(1.270.797)
Tanques e vasilhames para GLP		(231.001)	-	(34.392)	(136)	16.295	-	(249.234)
Veículos		(90.004)	-	(15.769)	369	12.126	821	(92.457)
Móveis e utensílios		(105.483)	-	(10.050)	-	323	4.951	(110.259)
Equipamentos de informática		(189.859)	-	(16.872)	(7)	3.667	(722)	(203.793)
		<u>(4.817.766)</u>	<u>-</u>	<u>(516.783)</u>	<u>2</u>	<u>55.283</u>	<u>160.532</u>	<u>(5.118.732)</u>
<b>Provisão para perdas:</b>								
Adiantamento a fornecedores		-	(83)	-	-	-	-	(83)
Terrenos		(197)	-	-	-	-	-	(197)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(462)	-	-	-	2	(199)	(659)
Máquinas e equipamentos		(5.895)	(1.137)	-	-	2.964	(671)	(4.739)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis								
claros/lubrificantes		-	(1.342)	-	-	36	-	(1.306)
Equipamentos de informática		(683)	-	-	-	683	-	-
Móveis e utensílios		(4)	(1)	-	-	4	-	(1)
		<u>(7.241)</u>	<u>(2.563)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.689</u>	<u>(870)</u>	<u>(6.985)</u>
<b>Custo líquido</b>		<u>5.091.971</u>	<u>826.772</u>	<u>(516.783)</u>	<u>(1.641)</u>	<u>(49.033)</u>	<u>87.609</u>	<u>5.438.895</u>

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construção e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas, bases e aquisição de imóveis operacionais.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 13 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada conforme a seguir:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2016	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências	Baixas	Variação cambial	Saldo inicial CBLSA	Saldo em 31/12/2017
Custo:									
Ágio (i)	-	1.454.484	-	-	-	-	-	123.673	1.578.157
Software (ii)	5	641.691	207.703	-	2.447	(1.193)	2.431	-	853.079
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	43.258	13.837	-	(68)	(1.958)	-	-	55.069
Fundo de comércio (v)	6	3.651.316	580.011	-	-	-	-	42.052	4.273.379
Marcas (vi)	-	112.936	-	-	-	-	607	-	113.543
Outros (vii)	4	39.172	420	-	-	-	922	-	40.514
		<u>5.975.474</u>	<u>801.971</u>	<u>-</u>	<u>2.379</u>	<u>(3.151)</u>	<u>3.960</u>	<u>165.725</u>	<u>6.946.358</u>
Amortização acumulada:									
Software		(396.702)	-	(59.579)	(5)	1.191	(1.704)	-	(456.799)
Tecnologia		(32.469)	-	(72)	-	-	-	-	(32.541)
Direitos de propriedade comercial		(19.568)	-	(3.689)	8	1.957	-	-	(21.292)
Fundo de comércio		(2.131.826)	-	(500.488)	(12.635)	-	-	(32.108)	(2.677.057)
Outros		(23.310)	-	(7.883)	-	-	(3)	-	(31.196)
		<u>(2.603.875)</u>	<u>-</u>	<u>(571.711)</u>	<u>(12.632)</u>	<u>3.148</u>	<u>(1.707)</u>	<u>(32.108)</u>	<u>(3.218.885)</u>
Custo líquido		<u>3.371.599</u>	<u>801.971</u>	<u>(571.711)</u>	<u>(10.253)</u>	<u>(3)</u>	<u>2.253</u>	<u>133.617</u>	<u>3.727.473</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2015	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2016
Custo:								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	(1.695)	-	1.454.484
Software (ii)	5	539.522	99.734	-	7.601	(7)	(5.159)	641.691
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	36.588	7.303	-	-	(633)	-	43.258
Fundo de comércio (v)	5	3.278.487	543.527	-	(170.698)	-	-	3.651.316
Marcas (vi)	-	120.944	-	-	-	-	(8.008)	112.936
Outros (vii)	4	46.951	607	-	(5.960)	(980)	(1.446)	39.172
		<u>5.511.288</u>	<u>651.171</u>	<u>-</u>	<u>(169.057)</u>	<u>(3.315)</u>	<u>(14.613)</u>	<u>5.975.474</u>
Amortização acumulada:								
Software		(350.760)	-	(49.380)	(2)	7	3.433	(396.702)
Tecnologia		(31.256)	-	(1.213)	-	-	-	(32.469)
Direitos de propriedade comercial		(16.979)	-	(3.148)	-	559	-	(19.568)
Fundo de comércio		(1.802.989)	-	(493.348)	164.511	-	-	(2.131.826)
Outros		(15.369)	-	(7.835)	(83)	-	(23)	(23.310)
		<u>(2.217.353)</u>	<u>-</u>	<u>(554.924)</u>	<u>164.426</u>	<u>566</u>	<u>3.410</u>	<u>(2.603.875)</u>
Custo líquido		<u>3.293.935</u>	<u>651.171</u>	<u>(554.924)</u>	<u>(4.631)</u>	<u>(2.749)</u>	<u>(11.203)</u>	<u>3.371.599</u>

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2014	Adições	Amortiza- ções	Transfe- rências	Baixas	Variação cambial	Saldo em 31/12/2015
Custo:								
Ágio (i)	-	1.456.179	-	-	-	-	-	1.456.179
Software (ii)	5	451.936	82.612	-	453	(59)	4.580	539.522
Tecnologia (iii)	5	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (iv)	10	31.881	4.994	-	-	(287)	-	36.588
Fundo de comércio (v)	5	2.762.985	515.502	-	-	-	-	3.278.487
Marcas (vi)	-	105.458	-	-	2	-	15.484	120.944
Outros (vii)	4	38.606	6.492	-	(79)	-	1.932	46.951
		<u>4.879.662</u>	<u>609.600</u>	<u>-</u>	<u>376</u>	<u>(346)</u>	<u>21.996</u>	<u>5.511.288</u>
Amortização acumulada:								
Software		(303.780)	-	(44.346)	-	59	(2.693)	(350.760)
Tecnologia		(29.471)	-	(1.785)	-	-	-	(31.256)
Direitos de propriedade comercial		(14.545)	-	(2.643)	-	209	-	(16.979)
Fundo de comércio		(1.366.128)	-	(433.869)	(2.992)	-	-	(1.802.989)
Outros		(7.625)	-	(7.821)	96	-	(19)	(15.369)
		<u>(1.721.549)</u>	<u>-</u>	<u>(490.464)</u>	<u>(2.896)</u>	<u>268</u>	<u>(2.712)</u>	<u>(2.217.353)</u>
Custo líquido		<u>3.158.113</u>	<u>609.600</u>	<u>(490.464)</u>	<u>(2.520)</u>	<u>(78)</u>	<u>19.284</u>	<u>3.293.935</u>



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i) O saldo do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e apresentam os seguintes saldos:

	Segmento	2017	2016
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
CBLSA	Ipiranga	123.673	-
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Oxiten Uruguay	Oxiten	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
Outros	Oxiten	583	583
		<u>1.578.157</u>	<u>1.454.484</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de 10 anos devido ao seu plano de expansão e pelo prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2017 variaram de 9,6% a 12,7% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada. Para a controlada Oxiten Andina, devido ao cenário macroeconômico na Venezuela, a taxa de desconto utilizada foi 803,8%.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados a previsão de inflação geral ou índice de preço previstos nos contratos.

Abertura de novos pontos comerciais (investimentos): para 2018 foi considerado o orçamento elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos períodos subsequentes foram considerados os planos de expansão de cada unidade de negócio, que leva em consideração também, o histórico de fechamento de estabelecimentos.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

**ii)** *Software* inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

**iii)** As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

**iv)** Direitos de propriedade comercial incluem os descritos a seguir:

- A controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”) possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é reconhecido no resultado.

**v)** Fundo de comércio refere-se principalmente aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores. Os desembolsos de direitos de exclusividade são registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como despesa de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato e são revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

**vi)** Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘*am/pm*’ no Brasil e da marca Extrafarma.

**vii)** Outros intangíveis referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	29.344	14.593	11.522
Despesas com vendas e comerciais	484.609	492.973	436.253
Despesas gerais e administrativas	<u>57.758</u>	<u>47.358</u>	<u>42.689</u>
	<u><u>571.711</u></u>	<u><u>554.924</u></u>	<u><u>490.464</u></u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 14 Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro

#### a. Composição

Descrição	2017	2016	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2017 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	2.454.142	2.412.112	US\$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	788.794	942.456	US\$ + LIBOR (i)	+1,0	2018 a 2022
Financiamento externo (c.1) (*)	298.927	332.650	US\$ + LIBOR (i)	+1,9	2018
Financiamento externo (c.2, c.3 e c.4)	259.015	486.451	US\$	+2,2	2018
Instituições financeiras (e)	330.755	195.021	US\$ + LIBOR (i)	+2,5	2019 a 2022
Instituições financeiras (e)	106.745	109.859	US\$	+2,8	2018 a 2022
Instituições financeiras (e)	27.048	24.586	MX\$ (ii)	+8,5	2018
Adiantamento de Cambiais Entregues	26.080	32.582	US\$	+2,2	< 54 dias
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	44.515	111.066	US\$	+2,4	< 92 dias
BNDES (d)	4.460	7.137	US\$	+6,4	2018 a 2020
Instituições financeiras (e)	3.382	9.569	MX\$+TIE (ii)	+1,5	2018
Instituições financeiras (e)	593	435	Bs\$ (vii)	+24,0	2018
Total moeda estrangeira	<u>4.344.456</u>	<u>4.663.924</u>			
Moeda nacional:					
Debêntures – Ipiranga (g.1, g.2, g.4 e g.6)	2.836.741	1.914.498	CDI	105,8	2018 a 2022
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.794.272	2.956.547	CDI	107,3	2018 a 2021
Debêntures – 5ª emissão (g.3)	817.654	832.383	CDI	108,3	2018
Debêntures – CRA (g.5)	1.380.852	-	CDI	95,0	2022
Debêntures – CRA (g.5) (*)	554.402	-	IPCA	+4,6	2024
BNDES (d)	206.423	307.593	TJLP (iii)	+2,4	2018 a 2023
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	157.749	158.753	CDI	101,5	2018
BNDES (d)	69.422	71.430	SELIC (vi)	+2,3	2018 a 2023
BNDES EXIM	62.754	62.084	TJLP (iii)	+3,5	2018
Arrendamento mercantil financeiro (i)	48.515	48.566	IGP-M (v)	+5,6	2018 a 2031
FINEP	35.611	48.667	R\$	+4,0	2018 a 2022
FINEP	32.682	34.613	TJLP (iii)	+1,0	2018 a 2023
Banco do Nordeste do Brasil	28.136	47.120	R\$	+8,5	2018 a 2021
BNDES EXIM	30.850	28.056	SELIC (vi)	+3,9	2018
BNDES (d)	26.270	40.309	R\$	+5,5	2018 a 2022
FINAME	56	80	TJLP (iii)	+5,7	2018 a 2022
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado (i)	-	41			
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado (i)	-	109			
Total moeda nacional	<u>9.082.389</u>	<u>6.550.849</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>13.426.845</u>	<u>11.214.773</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)					
	<u>163.749</u>	<u>202.357</u>			
Total	<u>13.590.594</u>	<u>11.417.130</u>			
Circulante	3.503.675	2.475.604			
Não circulante	10.086.919	8.941.526			

(\*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 31 – Contabilidade de proteção).

(\*\*) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 31).

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (ii) MX\$ = peso mexicano; TIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (iii) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro 2017, a TJLP estava fixada em 7,0% a.a.
- (iv) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (v) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (vi) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (vii) Bs\$ = Bolívar.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.214.773
Captações com efeito caixa	4.510.694
Apropriação de juros	925.421
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(2.467.391)
Pagamento de juros	(769.740)
Variação monetária	37.937
Variação de valor justo	(24.849)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>13.426.845</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2017	2016
De 1 a 2 anos	1.826.907	3.203.383
De 2 a 3 anos	894.640	1.699.009
De 3 a 4 anos	1.302.450	693.993
De 4 a 5 anos	3.016.406	554.162
Mais de 5 anos	<u>3.046.516</u>	<u>2.790.979</u>
	<u>10.086.919</u>	<u>8.941.526</u>

Conforme IAS 39, os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.j).

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 31).

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **b. Notas no mercado externo**

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 31 – Contabilidade de *hedge*: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior).

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

### **c. Financiamentos externos**

- 1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 320 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,9% do CDI (vide nota explicativa nº 31). A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	Custo em % do CDI
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18	80,0	101,4
jun/22	100,0	105,0
Total / custo médio	320,0	102,9

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 2) A controlada LPG International Inc. possui financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada IPP.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

- 3) A controlada GPPTC possuía financiamento externo no montante de US\$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo era garantido pela Sociedade e pela controlada IPP. A controlada liquidou antecipadamente o financiamento em dezembro de 2017.
- 4) A controlada GPPTC possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

### **d. BNDES**

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### ***e. Instituições financeiras***

As controladas Oxitenos México S.A. de C.V., Oxitenos USA LLC (“Oxitenos USA”), Oxitenos Uruguay e Oxitenos Andina possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

A controlada Oxitenos USA possui financiamento no montante de US\$ 40 milhões, com vencimento em fevereiro de 2021 e encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. Os recursos estão sendo utilizados na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxitenos Nordeste.

A controlada Oxitenos USA possui empréstimo no montante de US\$ 20 milhões, com vencimento em setembro de 2020 com encargo financeiro de LIBOR + 3,0% a.a., pago trimestralmente. O financiamento é garantido pela Sociedade e pela Oxitenos S.A.

Em outubro de 2017, a controlada Oxitenos USA contratou financiamento no montante de US\$ 40 milhões, com vencimento em outubro de 2022 e encargo financeiro de LIBOR + 1,73% a.a., pago trimestralmente. Os recursos estão sendo utilizados na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas. O financiamento é garantido pela Sociedade.

### ***f. Banco do Brasil***

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2017):

<b>Vencimento</b>	
jan/2018	172.798
abr/2018	100.571
fev/2019	168.392
mai/2019	1.338.979
mai/2020	337.844
mai/2021	337.844
mai/2022	337.844
	<hr/>
Total	<u>2.794.272</u>



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **g. Debêntures**

- 1) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

- 2) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 3) Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

- 4) Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 5) Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries únicas de 660.139 e 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,7%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Ipiranga contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

- 6) Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- 7) Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries únicas de 730.384 e 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e não garantidas, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1º de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,33%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações no IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2017).

<b>Vencimento</b>	
mar/2018	817.654
dez/2018	801.026
mai/2021	499.012
abr/2022	656.009
jul/2022	1.536.704
out/2022	724.841
abr/2024	350.873
out/2024	203.530
Total	<u>5.589.649</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### ***h. Nota de crédito à exportação***

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de nota de crédito à exportação no montante de R\$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente.

### ***i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro***

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

A controlada Extrafarma mantinha contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionados a *software*, com prazo de 48 meses, que se encerraram em 2017.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
	<b>Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP</b>	<b>Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	15.732	17.078	223	17.301
Financiamento (valor presente)	<u>48.515</u>	<u>48.566</u>	<u>150</u>	<u>48.716</u>
Circulante	2.710	2.465	150	2.615
Não circulante	45.805	46.101	-	46.101

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	<b>2017</b>		<b>2016</b>	
	<b>Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP</b>	<b>Bases de engarrafamento e vasilhames de GLP</b>	<b>Software</b>	<b>Total</b>
Até 1 ano	5.113	4.876	156	5.032
De 1 a 2 anos	5.113	4.876	-	4.876
De 2 a 3 anos	5.113	4.876	-	4.876
De 3 a 4 anos	5.113	4.876	-	4.876
De 4 a 5 anos	5.113	4.876	-	4.876
Mais de 5 anos	<u>42.611</u>	<u>45.516</u>	<u>-</u>	<u>45.516</u>
Total	<u>68.176</u>	<u>69.896</u>	<u>156</u>	<u>70.052</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	<b>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>Custos incorridos</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2017</b>
Notas no mercado externo (14.b)	0,0	16.612	-	(1.314)	15.298
Banco do Brasil (14.f)	0,2	12.182	-	(4.117)	8.065
Debêntures 14. (g)	0,2	6.835	42.388	(4.514)	44.709
Financiamentos externos (14.c)	0,2	2.211	563	(1.561)	1.213
Outros	0,2	1.952	1.418	(569)	2.801
<b>Total</b>		<b>39.792</b>	<b>44.369</b>	<b>(12.075)</b>	<b>72.086</b>

	<b>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</b>	<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>Custos incorridos</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Saldo em 31/12/2016</b>
Banco do Brasil (14.f)	0,2	11.883	3.529	(3.230)	12.182
Financiamentos externos 14. (c)	0,2	4.649	-	(2.438)	2.211
Debêntures (14.g)	0,1	1.801	6.407	(1.373)	6.835
Notas no mercado externo (14.b)	0,0	-	16.821	(209)	16.612
Outros	0,2	545	2.079	(672)	1.952
<b>Total</b>		<b>18.878</b>	<b>28.836</b>	<b>(7.922)</b>	<b>39.792</b>

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>De 2 a 3 anos</b>	<b>De 3 a 4 anos</b>	<b>De 4 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Notas no mercado externo (14.b)	1.388	1.464	1.546	1.632	1.723	7.545	15.298
Banco do Brasil (14.f)	4.628	2.317	599	385	136	-	8.065
Debêntures (14.g)	9.151	9.069	9.110	8.971	5.798	2.610	44.709
Financiamento externo (14.c)	931	171	111	-	-	-	1.213
Outros	642	831	710	354	264	-	2.801
<b>Total</b>	<b>16.740</b>	<b>13.852</b>	<b>12.076</b>	<b>11.342</b>	<b>7.921</b>	<b>10.155</b>	<b>72.086</b>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 66.337 em 2017 (R\$ 56.570 em 2016) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 9.587.971 em 2017 (R\$ 7.069.482 em 2016).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 237.537 em 2017 (R\$ 215.988 em 2016) e garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP no montante de R\$ 81.046 em 2017 (R\$ 59.316 em 2016).

Algumas controladas da Oxitenos emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 8.224 em 2017 (R\$ 30.764 em 2016), com vencimentos de até 212 dias. Até 31 de dezembro de 2017, as controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido em demais contas a pagar no passivo circulante é de R\$ 205 em 2017 (R\$ 743 em 2016), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

## 15 Fornecedores

	2017	2016
Fornecedores nacionais	1.973.668	1.620.388
Fornecedores estrangeiros	181.830	89.265
	<u>2.155.498</u>	<u>1.709.653</u>

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

## 16 Salários e encargos sociais

	2017	2016
Provisões sobre folha de pagamento	179.120	162.216
Participação nos lucros, bônus e prêmios	125.006	140.504
Encargos sociais	64.524	49.812
Outros	19.468	10.186
	<u>388.118</u>	<u>362.718</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 17 Obrigações tributárias

	2017	2016
ICMS	131.125	105.160
PIS e COFINS	27.065	25.287
PERT (*)	19.584	-
IVA das controladas Oxitenos México, Oxitenos USA, Oxitenos Andina e Oxitenos Uruguay	17.992	16.148
ISS	11.211	8.074
Outros	18.852	16.364
	<u>225.829</u>	<u>171.033</u>

(\*) Refere-se a débitos fiscais federais da controlada IPP que foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária.

### 18 Benefícios a empregados e plano de previdência privada

#### a. *ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar*

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar ("Ultraprev"). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2017, as controladas contribuíram com R\$ 24.819 (R\$ 23.261 em 2016 e R\$ 22.216 em 2015) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 2017 atingiu 8.322 participantes ativos e 245 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 27 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2017, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 R2011.

	2017	2016
Plano de Assistência Médica e Odontológica <sup>(1)</sup>	99.767	32.826
Multa FGTS	81.831	64.654
Gratificação	40.254	32.815
Seguro de vida <sup>(1)</sup>	15.671	14.456
Total	237.523	144.751
Circulante	30.059	24.940
Não circulante	207.464	119.811

<sup>(1)</sup> somente aplicável à Ipiranga e em 2017 também à CBLSA.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	2017	2016
Saldo inicial	144.751	126.595
Custo dos serviços correntes	7.664	3.636
Custo dos juros	15.754	14.538
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	36.120	11.818
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(11.368)	(10.971)
Saldo inicial CBLSA (vide nota explicativa nº 3.c)	44.478	-
Variação cambial de benefício pós-emprego de controladas no exterior	124	(865)
Saldo final	237.523	144.751

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

	2017	2016	2015
Plano de Assistência Médica e Odontológica	164	3.065	3.291
Multa FGTS	14.828	9.068	10.445
Gratificação	6.883	4.455	4.352
Seguro de vida	1.543	1.586	1.683
Total	23.418	18.174	19.771



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As principais premissas atuariais utilizadas são:

<b>Hipóteses econômicas</b>	<b>2017</b> <b>% a.a.</b>	<b>2016</b> <b>%a.a.</b>
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	9,51	11,46
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	8,38	8,90
Taxa de inflação (longo prazo)	4,50	5,00
Taxa de crescimento dos serviços médicos	8,68	9,20

### **Hipóteses demográficas**

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 *Basic* desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

### Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2017 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

<b>Premissa</b>	<b>Mudança na premissa</b>	<b>Diminuição no passivo</b>	<b>Mudança na premissa</b>	<b>Aumento no passivo</b>
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	10.237	diminuição 1,0 p.p.	11.690
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	2.807	aumento 1,0 p.p.	3.103
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	3.837	aumento 1,0 p.p.	4.413

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

### Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 19 Provisão para retirada de tanques

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da Ipiranga localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.m).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	2017	2016	2015
Saldo inicial	77.564	74.716	70.802
Adições (novos tanques)	537	483	625
Gastos com tanques retirados	(15.432)	(2.785)	(3.949)
Despesa com atualização	2.105	5.150	7.238
Saldo final	64.774	77.564	74.716
Circulante	4.799	4.563	5.232
Não circulante	59.975	73.001	69.484

### 20 Provisões e contingências

#### a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Atualizações	Saldo inicial CBLSA	Saldo em 31/12/2017
IRPJ e CSLL (a.1.1)	473.490	-	(2.163)	25.285	19.217	515.829
PIS e COFINS (a.1.2)	141.112	-	(109.463)	3.278	-	34.927
ICMS	17.099	1.864	(7.795)	533	100.083	111.784
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	69.350	22.026	(3.269)	330	859	89.296
Trabalhistas (a.3.1)	65.162	23.973	(11.899)	1.145	4.044	82.425
IPI	-	-	-	-	78.067	78.067
Outras	13.569	634	(1.401)	584	82	13.468
Total	779.782	48.497	(135.990)	31.155	202.352	925.796
Circulante	52.694					64.550
Não circulante	727.088					861.246

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Tributários	659.062	643.423
Trabalhistas	71.074	70.392
Cíveis e outros	92.524	64.955
	<hr/>	<hr/>
Total – ativo não circulante	822.660	778.770
	<hr/>	<hr/>

### a.1) Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1) Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 483.485 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 457.868 em 31 de dezembro de 2016). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.1.2) As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., EMCA, IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais, em 31 de março de 2017, a Oxiteno Nordeste e a IPP reverteram a provisão que havia sido constituída no montante de R\$ 109.463.

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, até que ocorra o efetivo trânsito em julgado da decisão, as causas poderão ser reavaliadas, o que poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões no futuro.

### a.2) Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1) A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 89.296 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 69.350 em 31 de dezembro de 2016).

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **a.3) Provisões trabalhistas**

a.3.1) A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 82.425 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 65.162 em 31 de dezembro de 2016) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

### **b. Passivos contingentes (possíveis)**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda de 50% ou menos) pelos departamentos jurídicos da Sociedade baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.576.583 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 2.252.637 em 31 de dezembro de 2016).

#### **b.1) Passivos contingentes tributários e previdenciários**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.709.435 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.519.658 em 31 de dezembro de 2016), dos quais se destacam:

b.1.1) A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI") apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 166.003 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 169.889 em 31 de dezembro de 2016).

b.1.2) A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 618.774 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 626.393 em 31 de dezembro de 2016). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 307.255 (R\$ 283.367 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$ 121.891 (R\$ 113.889 em 31 de dezembro de 2016) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 113.999 (R\$ 108.786 em 31 de dezembro de 2016); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 149.171 (R\$ 147.031 em 31 de dezembro de 2016) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3) A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 645.868 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 450.120 em 31 de dezembro de 2016) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1) No primeiro trimestre de 2017, a controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 187.027 em 31 de dezembro de 2017, que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **b.2) Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias**

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 593.437 totalizando 2.783 processos em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 480.065 totalizando 2.329 processos em 31 de dezembro de 2016), dos quais se destacam:

b.2.1) A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 32.315 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 31.281 em 31 de dezembro de 2016). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2) Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no valor de R\$ 95.987, a ser paga em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no valor total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou Termo de Compromisso de Cessação (TCC) com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no valor de R\$ 2.154, a ser paga em uma única parcela, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Dois ex-funcionários celebraram TCC no valor de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.

b.2.3) A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville/SC e na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. Em 31 de dezembro de 2017, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 31 de dezembro de 2017.

b.2.4) Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira desfavorável para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente, em adição aos valores já reconhecidos. Adicionalmente, no âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que aguarda citação da demanda para tomar todas as medidas cabíveis à sua defesa. Para maiores informações vide nota explicativa nº 33.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### b.3) Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 273.711 totalizando 1.899 processos em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 252.914 totalizando 1.484 processos em 31 de dezembro de 2016), dos quais destaca-se:

b.3.1) O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxitenor Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxitenor Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxitenor Nordeste e a EMCA.

### c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no valor de R\$ 3.452 estão refletidas na consolidação dessas demonstrações financeiras, bem como os passivos contingentes identificados na data de aquisição, cuja provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida na combinação de negócio em 1 de dezembro de 2017. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada CBLSA em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

## 21 Receita diferida

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	2017	2016
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i>	19.537	18.620
Programa de fidelidade Km de Vantagens	9.134	13.062
Programa de fidelidade Clube Extrafarma	2.638	3.128
	<hr/>	<hr/>
	31.309	34.810
	<hr/>	<hr/>
Circulante	18.413	22.300
Não circulante	12.896	12.510

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Programas de fidelidade**

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens ([www.kmdevantagens.com.br](http://www.kmdevantagens.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet ([www.postoipiranganaweb.com.br](http://www.postoipiranganaweb.com.br)) são descontados da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma ([www.clubeextrafarma.com.br](http://www.clubeextrafarma.com.br)) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são descontados da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dos pontos. A receita diferida é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado. A receita diferida de pontos não resgatados também é reconhecida no resultado quando os pontos expiram.

### **Taxa inicial de franquia**

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2017 eram representadas por 2.414 lojas (2.165 lojas em 31 de dezembro de 2016). O *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 31 de dezembro de 2017 eram representadas por 1.735 lojas (1.594 lojas em 31 de dezembro de 2016). A taxa inicial de franquia recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados.

## **22 Bônus de subscrição – indenização**

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição – indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2017, os bônus de subscrição – indenização eram representados por 2.415.848 ações e totalizavam R\$ 171.459 (2.394.825 ações e totalizavam R\$ 153.429 em 31 de dezembro de 2016). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2017 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição – indenização é de até 3.035.499 (3.059.579 ações em 31 de dezembro de 2016). Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas em 17 de fevereiro de 2016.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **23 Patrimônio líquido**

#### **a. Capital social**

A Sociedade é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 sob o código UGPA3 e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) através de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 75,00.

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2017 estavam em circulação no exterior 28.935.260 ações ordinárias na forma de ADRs (28.944.097 ações em 31 de dezembro de 2016).

#### **b. Instrumento patrimonial outorgado**

Em 19 de abril de 2017 foi aprovado novo plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

#### **c. Ações em tesouraria**

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento.

Em 31 de dezembro de 2017, 13.041.356 ações ordinárias (13.131.356 ações em 31 de dezembro de 2016) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,98 (R\$ 36,85 em 31 de dezembro de 2016).

#### **d. Reserva de capital**

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c).

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 dos custos na emissão dessas ações.



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***e. Reserva de reavaliação***

A reserva de reavaliação reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

### ***f. Reservas de lucros***

#### Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade apropria 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou absorção de perdas, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

#### Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, a AGOE de 19 de abril de 2017 deliberou sobre o excedente da reserva de lucros em relação ao capital social, capitalizando o montante de R\$ 1.333.066 referente à reserva de retenção de lucros.

#### Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido à reserva estatutária para investimentos, até o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.130.935 em 31 de dezembro de 2017.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### ***g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira***

#### Ajustes de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são contabilizados no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.

A Sociedade reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente a diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

#### Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com (i) moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade, (ii) administração própria e (iii) notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 31 – *Hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior), é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Ajustes de avaliação patrimonial				Total	Ajustes acumulados de conversão
	Valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras disponíveis para venda	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores		
Em 31 de dezembro de 2014	-	51	7.098	-	7.149	43.192
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	-	23.733
Variação de valor justo	6.261	1.472	-	-	7.733	-
Ganhos atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	6.321	-	6.321	-
IR e CS sobre ganhos atuariais	-	-	(2.250)	-	(2.250)	-
Em 31 de dezembro de 2015	6.261	1.523	11.169	-	18.953	66.925
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	-	(59.406)
Variação de valor justo	(46.470)	(1.523)	-	-	(47.993)	-
IRPJ e CSLL sobre valor justo	13.326	-	-	-	13.326	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(12.435)	-	(12.435)	-
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	4.162	-	4.162	-
Em 31 de dezembro de 2016	(26.883)	-	2.896	-	(23.987)	7.519
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	-	-	-	-	-	45.542
Variação de valor justo dos instrumentos de <i>hedge</i>	(2.550)	-	-	-	(2.550)	-
Diferença entre o valor justo da contraprestação recebida ou paga e a variação na participação dos não controladores	-	-	-	202.188	202.188	-
IRPJ e CSLL sobre valor justo	2.069	-	-	-	2.069	-
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(27.658)	-	(27.658)	-
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	9.581	-	9.581	-
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	202.188	159.643	53.061

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### ***h. Dividendos e destinação do resultado do exercício***

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 472.650 (R\$ 0,87 – oitenta e sete centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2017, e pagos a partir de 10 de março de 2017, tendo sido ratificados em AGOE de 19 de abril de 2017. Em 9 de agosto de 2017, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2017, no montante de R\$ 461.868 (R\$ 0,85 – oitenta e cinco centavos de Real por ação), pagos a partir de 25 de agosto de 2017. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 489.027 (R\$ 0,90 – noventa centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, e serão pagos a partir de 12 de março de 2018.

A proposta de dividendos e de destinação do resultado do exercício reconhecida nas demonstrações financeiras da Sociedade, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, é assim demonstrada:

	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	<u>1.574.306</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	787.153
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,85 por ação	<u>(461.868)</u>
Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	325.285
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	<u>163.742</u>
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,90 por ação	489.027
Reserva legal	78.716
Reserva estatutária para investimentos	544.695

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 24 Receita de vendas e de serviços prestados

	2017	2016	2015
Receita de vendas bruta	82.134.879	79.361.004	77.463.652
Receita de serviços prestados bruta	728.590	621.823	568.556
Impostos sobre vendas	(1.936.077)	(1.929.288)	(2.011.860)
Devoluções e abatimentos	(927.557)	(703.305)	(360.777)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 21)	7.587	2.721	(4.297)
	<u>80.007.422</u>	<u>77.352.955</u>	<u>75.655.274</u>
Receita líquida de vendas e serviços			

### 25 Despesas por natureza

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	2017	2016	2015
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	71.521.652	69.173.511	67.763.793
Gastos com pessoal	2.231.556	2.042.985	1.950.776
Frete e armazenagens	1.117.467	1.077.552	1.134.388
Depreciação e amortização	1.175.951	1.103.538	1.002.647
Propaganda e marketing	192.441	200.011	177.336
Serviços prestados por terceiros	351.227	318.746	255.750
Aluguel de imóveis e equipamentos	196.970	164.740	143.677
Outras despesas	410.356	359.000	343.237
Total	<u>77.197.620</u>	<u>74.440.083</u>	<u>72.771.604</u>
Classificado como:			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	72.735.781	70.342.723	68.933.702
Despesas com vendas e comerciais	2.885.311	2.651.501	2.516.561
Despesas gerais e administrativas	1.576.528	1.445.859	1.321.341
Total	<u>77.197.620</u>	<u>74.440.083</u>	<u>72.771.604</u>

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 55.836 em 2017 (R\$ 50.129 em 2016 e R\$ 41.368 em 2015).

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 26 Resultado na venda de bens

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 2.242 em 2017 (perda de R\$ 6.134 em 2016 e ganho de R\$ 27.276 em 2015) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

### 27 Outros resultados operacionais, líquidos

	2017	2016	2015
Parceria comercial <sup>(1)</sup>	52.731	59.761	50.763
Merchandising <sup>(2)</sup>	53.870	38.851	29.158
Programa de fidelidade <sup>(3)</sup>	26.419	19.411	22.455
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos <sup>(4)</sup>	(39.080)	76.443	(92.192)
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 20.a.1.2)	49.152	-	-
TCC – Cia. Ultragaz e Bahiana <sup>(5)</sup>	(85.819)	-	-
Indenização uso indevido de marca Ultratecno	-	-	16.000
Ajuste de capital de giro e dívida líquida – aquisição Extrafarma <sup>(6)</sup>	-	-	13.784
Outros	2.087	4.506	10.616
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>59.360</u>	<u>198.972</u>	<u>50.584</u>

<sup>(1)</sup> Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

<sup>(2)</sup> Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

<sup>(3)</sup> Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

<sup>(4)</sup> Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide nota explicativa nº 33.

<sup>(5)</sup> Para maiores informações sobre o Termo de Compromisso de Cessação das controladas Cia. Ultragaz e Bahiana vide notas explicativas nº 20.b.2.2 e 28.

<sup>(6)</sup> Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma, vide nota explicativa nº 3.a. das demonstrações financeiras arquivadas em 17 de fevereiro de 2016.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 28 Resultado financeiro

	2017	2016	2015
Receitas financeiras:			
Juros sobre aplicações financeiras	475.460	404.080	341.739
Juros de clientes	105.773	103.976	81.374
Outras receitas	3.868	5.187	3.316
	<u>585.101</u>	<u>513.243</u>	<u>426.429</u>
Despesas financeiras:			
Juros sobre financiamentos	(672.102)	(777.424)	(666.791)
Juros sobre debêntures	(385.009)	(374.125)	(308.290)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	(4.991)	(7.839)	(4.023)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(91.614)	(74.761)	(46.966)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	72.869	(69.854)	(71.384)
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 20.a.1.2)	43.411	-	-
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 22)	(20.360)	(42.615)	(21.154)
Atualização TCC – Bahiana (vide notas explicativas nº 20.b.2.2 e 27)	(13.509)	-	-
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	11.908	(9.201)	(11.159)
	<u>(1.059.397)</u>	<u>(1.355.819)</u>	<u>(1.129.767)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(474.296)</u>	<u>(842.576)</u>	<u>(703.338)</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 29 Lucro por ação

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 22, respectivamente.

<b>Lucro básico por ação</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido da Sociedade	1.574.306	1.561.585	1.503.466
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	541.813	541.391	543.775
Lucro básico por ação - R\$	2,9056	2,8844	<u>2,7649</u>
 <b>Lucro diluído por ação</b>	 <b>2017</b>	 <b>2016</b>	 <b>2015</b>
Lucro líquido da Sociedade	1.574.306	1.561.585	1.503.466
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo usufruto de ações	545.740	545.509	548.054
Lucro diluído por ação - R\$	2,8847	2,8626	2,7433
 <b>Média ponderada das ações (em milhares)</b>	 <b>2017</b>	 <b>2016</b>	 <b>2015</b>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	541.813	541.391	543.775
Efeito da diluição			
Bônus de subscrição	2.395	2.267	2.161
Usufruto de ações	1.532	1.851	2.118
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>545.740</u>	<u>545.509</u>	<u>548.054</u>



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### 30 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para graneis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nos Estados do Amapá, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	2017	2016	2015
Receita líquida de vendas e serviços:			
Ultragaz	6.069.340	5.365.524	4.621.242
Ipiranga	67.730.856	66.407.305	65.349.812
Oxiten	3.957.584	3.700.703	4.082.479
Ultracargo	438.360	355.412	315.510
Extrafarma	1.869.466	1.578.210	1.336.255
	<u>80.065.606</u>	<u>77.407.154</u>	<u>75.705.298</u>
Outros <sup>(1)</sup>	50.752	45.504	45.244
Vendas entre segmentos	<u>(108.936)</u>	<u>(99.703)</u>	<u>(95.268)</u>
Total	<u>80.007.422</u>	<u>77.352.955</u>	<u>75.655.274</u>
Vendas entre segmentos:			
Ultragaz	2.217	2.942	3.027
Ipiranga	964	-	-
Oxiten	919	2.519	2.576
Ultracargo	54.174	48.941	44.395
Extrafarma	-	-	-
	<u>58.274</u>	<u>54.402</u>	<u>49.998</u>
Outros <sup>(1)</sup>	<u>50.662</u>	<u>45.301</u>	<u>45.270</u>
Total	<u>108.936</u>	<u>99.703</u>	<u>95.268</u>
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:			
Ultragaz	6.067.123	5.362.582	4.618.215
Ipiranga	67.729.892	66.407.305	65.349.786
Oxiten	3.956.665	3.698.184	4.079.903
Ultracargo	384.186	306.471	271.115
Extrafarma	1.869.466	1.578.210	1.336.255
	<u>80.007.332</u>	<u>77.352.752</u>	<u>75.655.274</u>
Outros <sup>(1)</sup>	<u>90</u>	<u>203</u>	<u>-</u>
Total	<u>80.007.422</u>	<u>77.352.955</u>	<u>75.655.274</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2017	2016	2015
Lucro (prejuízo) operacional:			
Ultragaz	269.125	288.449	213.895
Ipiranga	2.415.534	2.383.585	2.154.606
Oxiten	140.262	308.177	579.541
Ultracargo	74.880	127.904	(16.058)
Extrafarma	(36.854)	(5.577)	4.985
	<u>2.862.947</u>	<u>3.102.538</u>	<u>2.936.969</u>
Outros <sup>(1)</sup>	3.973	3.172	24.561
Total	<u>2.866.920</u>	<u>3.105.710</u>	<u>2.961.530</u>
Equivalência patrimonial:			
Ultragaz	1.245	(39)	(55)
Ipiranga	(19.777)	(23.778)	(21.779)
Oxiten	1.417	975	2.003
Ultracargo	1.578	(27)	699
	<u>(15.537)</u>	<u>(22.269)</u>	<u>(19.132)</u>
Outros <sup>(1)</sup>	36.210	29.745	8.248
Total	<u>20.673</u>	<u>7.476</u>	<u>(10.884)</u>
Resultado financeiro	<u>(474.296)</u>	<u>(842.576)</u>	<u>(703.338)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.413.297</u>	<u>2.270.610</u>	<u>2.247.308</u>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):			
Ultragaz	244.187	248.627	251.463
Ipiranga	1.077.318	911.927	921.634
Oxiten	466.967	291.294	136.314
Ultracargo	105.028	81.166	24.463
Extrafarma	171.183	140.454	80.813
	<u>2.064.683</u>	<u>1.673.468</u>	<u>1.414.687</u>
Outros <sup>(1)</sup>	22.626	17.365	24.248
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 12 e 13)	<u>2.087.309</u>	<u>1.690.833</u>	<u>1.438.935</u>
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 19)	(537)	(483)	(625)
Juros capitalizados	<u>(22.243)</u>	<u>(23.980)</u>	<u>(25.207)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>2.064.529</u>	<u>1.666.370</u>	<u>1.413.103</u>
Depreciação e amortização no resultado:			
Ultragaz	182.833	158.193	143.207
Ipiranga	716.831	695.664	612.727
Oxiten	153.110	149.716	158.261
Ultracargo	47.669	43.356	41.668
Extrafarma	60.856	42.666	23.744
	<u>1.161.299</u>	<u>1.089.595</u>	<u>979.607</u>
Outros <sup>(1)</sup>	14.652	13.943	23.040
Total	<u>1.175.951</u>	<u>1.103.538</u>	<u>1.002.647</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	2017	2016
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.438.113	2.308.686
Ipiranga	15.410.667	11.663.289
Oxiteno	6.562.360	6.354.788
Ultracargo	1.394.087	1.535.815
Extrafarma	1.950.000	1.719.524
	<u>27.755.227</u>	<u>23.582.102</u>
Outros <sup>(1)</sup>	585.095	577.568
Total	<u>28.340.322</u>	<u>24.159.670</u>

<sup>(1)</sup> A linha “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos (“Serma”) e Imaven Imóveis Ltda.

### **Informações relativas à área geográfica**

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Estados Unidos (*)	511.912	264.478
México	109.034	103.051
Uruguai	65.876	67.251
Venezuela	22.480	5.989
	<u>709.302</u>	<u>440.769</u>

(\*) O aumento refere-se à construção da nova planta em Pasadena, Texas.

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016	2015
Receita líquida das vendas:			
Brasil	78.763.771	76.283.061	74.337.803
México	190.205	183.124	215.141
Uruguai	33.873	33.782	37.938
Venezuela	54.788	25.393	158.020
Outros países da América Latina	427.875	448.814	392.748
Estados Unidos e Canadá	292.709	158.280	166.277
Extremo Oriente	72.469	57.662	190.160
Europa	119.097	97.261	101.931
Outros	52.635	65.578	55.256
Total	<u>80.007.422</u>	<u>77.352.955</u>	<u>75.655.274</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### 31 Riscos e instrumentos financeiros

#### **Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança**

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Risco de moedas**

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

### **Ativos e passivos em moeda estrangeira**

em milhões de Reais	2017	2016
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	236,4	423,9
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	214,9	323,4
Investimentos líquidos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	930,0	600,9
	<u>1.381,3</u>	<u>1.348,2</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(4.416,2)	(4.736,3)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(173,1)	(57,1)
	<u>(4.589,3)</u>	<u>(4.793,4)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>1.777,6</u>	<u>2.206,4</u>
Posição líquida ativa (passiva) – total	<u>(1.430,4)</u>	<u>(1.238,8)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	(26,1)	24,8
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no patrimônio líquido	(1.404,3)	(1.263,6)

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira**

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição líquida passiva de R\$ 1.430,4 milhões em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(2,6)	(6,5)	(13,0)
(2) Efeito no patrimônio líquido		(140,4)	(351,1)	(702,2)
(1) + (2)		Efeito	(143,0)	(357,6)
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	2,6	6,5	13,0
(4) Efeito no patrimônio líquido		140,4	351,1	702,2
(3) + (4)		Efeito	143,0	357,6

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.r e 23.g – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

### **Risco de juros**

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas:

em milhões de Reais	Nota explicativa	2017	2016
<b>CDI</b>			
Equivalentes de caixa	4	4.821,6	3.837,8
Aplicações financeiras	4	1.153,0	1.174,5
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	29,9	28,3
Financiamentos e debêntures	14	(7.987,3)	(5.862,3)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	31	(1.877,4)	(2.181,6)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada - CDI	31	(586,6)	-
Posição líquida passiva em CDI		<u>(4.446,8)</u>	<u>(3.003,3)</u>
<b>TJLP</b>			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	<u>(301,9)</u>	<u>(404,4)</u>
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(301,9)</u>	<u>(404,4)</u>
<b>LIBOR</b>			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	31	984,3	1.149,7
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	<u>(1.418,5)</u>	<u>(1.470,1)</u>
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(434,2)</u>	<u>(320,4)</u>
<b>TIIE</b>			
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	<u>(3,4)</u>	<u>(9,6)</u>
Posição líquida passiva em TIIE		<u>(3,4)</u>	<u>(9,6)</u>
<b>SELIC</b>			
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	<u>(100,3)</u>	<u>(99,5)</u>
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(100,3)</u>	<u>(99,5)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(5.286,6)</u>	<u>(3.837,2)</u>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 2017, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários.

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC) até 31 de dezembro de 2017. Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base:

Em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> 10%	<u>Cenário II</u> 25%	<u>Cenário III</u> 50%
<b><u>Exposição a juros flutuantes</u></b>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	47,3	118,1	236,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,2	0,5	1,0
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(67,2)	(168,0)	(336,0)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(38,6)	(94,2)	(186,7)
Despesa incremental		<u>(58,3)</u>	<u>(143,6)</u>	<u>(285,4)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(2,3)	(5,6)	(11,3)
Despesa incremental		<u>(2,3)</u>	<u>(5,6)</u>	<u>(11,3)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,4	3,4	6,8
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1,7)	(4,4)	(8,7)
Despesa incremental		<u>(0,3)</u>	<u>(1,0)</u>	<u>(1,9)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	(0,0)	(0,1)	(0,2)
Despesa incremental		<u>(0,0)</u>	<u>(0,1)</u>	<u>(0,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(1,0)	(2,5)	(4,9)
Despesa incremental		<u>(1,0)</u>	<u>(2,5)</u>	<u>(4,9)</u>



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Risco de crédito**

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

**Risco de crédito de instituições financeiras** - Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

**Risco de crédito de governos** - A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

**Risco de crédito de clientes** - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

A Sociedade manteve as seguintes provisões para perdas nas contas a receber:

	2017	2016
Ipiranga	238.697	182.252
Ultragaz	39.034	33.804
Oxiten	10.755	10.856
Extrafarma	4.922	3.449
Ultracargo	2.172	2.971
	<hr/>	<hr/>
Total	295.580	233.332

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 3.809,9 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 14). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2018 totaliza R\$ 2.676 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.285,5 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 2017 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos em 2017 no balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	em milhões de Reais	
				Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos <sup>(1) (2)</sup>	16.571,3	3.809,9	3.514,4	4.968,0	4.279,0
Instrumentos de proteção <sup>(3)</sup>	422,2	145,2	136,6	113,4	27,0
Fornecedores	2.155,5	2.155,5	-	-	-

<sup>(1)</sup> Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 6,76% em 2018, 8,08% de 2019 a 2020, 9,63% de 2021 a 2022, 10,70% de 2023 a 2033 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,37 em 2018, R\$ 3,53 em 2019, R\$ 3,77 em 2020, R\$ 4,05 em 2021, R\$ 4,35 em 2022, R\$ 4,66 em 2023, R\$ 4,99 em 2024, R\$ 5,35 em 2025, R\$ 5,73 em 2026 e R\$ 6,13 em 2027 (iii) TJLP de 6,75% e (iv) IGP-M de 4,38% em 2018, 4,13% em 2019 e 4,0% de 2020 a 2033 (v) IPCA de 3,9% (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

<sup>(2)</sup> Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

<sup>(3)</sup> Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2017, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 29 de dezembro de 2017. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **Gestão de capital**

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 14). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

### **Seleção e utilização de instrumentos financeiros**

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção “Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança” desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nacional)<sup>1</sup></u>		<u>Valor justo</u>		<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>
		<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<b><u>Instrumentos de proteção</u></b>							
<b>a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jan/2018 a out/2026	US\$ 300,0	US\$ 350,0	984,3	1.149,7	984,3	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ 956,6	US\$ 1.062,4	823,1	1.084,6	823,1	-
Passivo em taxa de juros CDI		<u>US\$ (1.256,6)</u>	<u>US\$ (1.412,4)</u>	<u>(1.877,4)</u>	<u>(2.181,6)</u>	<u>-</u>	<u>1.877,4</u>
Resultado acumulado		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(70,0)</u></u>	<u><u>52,7</u></u>	<u><u>1.807,4</u></u>	<u><u>1.877,4</u></u>
<b>b – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM</b>							
Ativo em taxa de juros CDI	jan/2018 a abr/2018	US\$ 9,1	US\$ 8,5	29,9	28,3	29,9	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)		<u>US\$ (9,1)</u>	<u>US\$ (8,5)</u>	<u>(29,8)</u>	<u>(27,9)</u>	<u>-</u>	<u>29,8</u>
Resultado acumulado		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>0,1</u></u>	<u><u>0,4</u></u>	<u><u>29,9</u></u>	<u><u>29,8</u></u>
<b>c – Swaps de juros em Reais</b>							
Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA	out/2024	R\$ 566,1	-	583,3	-	583,3	-
Passivo em taxa de juros CDI		<u>R\$ (566,1)</u>	<u>-</u>	<u>(586,6)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>586,6</u>
Resultado acumulado		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(3,3)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>583,3</u></u>	<u><u>586,6</u></u>
<b>Resultado acumulado total bruto</b>				(73,2)	53,1	2.420,6	2.493,8
Imposto de renda				<u>(4,7)</u>	<u>(36,9)</u>	<u>(4,7)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado acumulado total líquido</b>				<u><u>(77,9)</u></u>	<u><u>16,2</u></u>	<u><u>2.415,9</u></u>	<u><u>2.493,8</u></u>
<b>Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)</b>				85,8	218,5		
<b>Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 14)</b>				(163,7)	(202,3)		

<sup>1</sup> Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 2017, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 1.256,6 milhões de principal com posição passiva, na média a 81,5% do CDI, sendo US\$ 223,6 milhões, com posição ativa a US\$ + 1,17% a.a., US\$ 300,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,29% a.a. e US\$ 733,0 milhões em *swap* de juros com posição ativa a US\$ + 5,65% a.a. Deste total, US\$ 320,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 14.c e “Contabilidade de *hedge*” abaixo) e US\$ 115,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes (vide “Contabilidade de *hedge*” abaixo).

b - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiten S.A. e Oxiten Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2017, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 9,1 milhões e tinham na média uma posição ativa a 57,4% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

c - Proteção à taxa de juros fixa + IPCA em empréstimo nacional – O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros de debênture emitida em Reais de fixa + IPCA para flutuante. Em 31 de dezembro de 2017 este contrato de *swap* totalizava R\$ 566,1 milhões de valor *nominal*, correspondente ao valor de principal da dívida objeto e tinha uma posição ativa em 4,55% a.a. + IPCA e passiva a 95,2% do CDI.

### **Contabilidade de proteção (*hedge accounting*)**

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

#### **Hedge de valor justo**

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo totalizavam US\$ 320,0 milhões de valor *nominal*, sendo reconhecida no resultado em 2017, uma despesa de R\$ 143,4 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 16,5 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 4,1 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 102,7% do CDI (vide nota explicativa nº 14.c.1).

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo totalizavam R\$ 566,1 milhões de valor *nocional*, sendo reconhecida no resultado em 2017 uma despesa de R\$ 3,3 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma receita de R\$ 19,1 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R\$ 18,5 milhões referente ao resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 95,2% do CDI.

### Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa totalizavam US\$ 115,0 milhões, sendo reconhecida no resultado em 2017 uma despesa de R\$ 45,4 milhões, restando um ganho não realizado em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 5,3 milhões em 2017 (perda de R\$ 13,8 milhões em 2016), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de dezembro de 2017, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões, sendo reconhecido uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 30,5 milhões em 2017 (perda de R\$ 12,1 milhões em 2016), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

### Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 113,0 milhões, sendo reconhecido uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 6,2 milhões em 2017 (perda de R\$ 2,8 milhões em 2016), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### **Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção**

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	<b>R\$ milhões</b>	
	<b>2017</b>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(72,1)	5,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	3,2	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	15,9	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(104,2)	(36,7)
Total	(157,2)	(31,4)

	<b>R\$ milhões</b>	
	<b>2016</b>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(177,0)	(13,8)
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	9,2	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(0,5)	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(28,5)	(14,9)
Total	(196,8)	(28,7)

	<b>R\$ milhões</b>	
	<b>2015</b>	
	<b>Resultado</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(143,1)	6,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(2,2)	(31,3)
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	1,1	-
Total	(144,2)	(25,0)

(i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);

(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;

(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e

(iv) considera o resultado das notas no mercado externo.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

			2017		2016		
			Nota explica- tiva	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Categoria							
Ativos financeiros:							
Caixa e equivalentes de caixa							
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	147.926	147.926	113.318	113.318	
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.821.605	4.821.605	3.837.807	3.837.807	
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	32.473	32.473	323.033	323.033	
Aplicações financeiras							
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	68.742	68.742	113.640	113.640	
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.076.849	1.076.849	1.053.369	1.053.369	
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	7.449	7.449	
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	129.131	129.131	34.775	34.775	
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	85.753	85.753	218.458	218.458	
Total			6.369.928	6.369.928	5.701.849	5.701.849	
Passivos financeiros:							
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.047.809	1.047.809	1.428.907	1.428.907	
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.740.872	6.761.907	6.990.269	6.881.085	
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	5.035.247	5.037.072	2.746.881	2.746.915	
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	554.402	554.402	-	-	
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	14	48.515	48.515	48.716	48.716	
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	163.749	163.749	202.357	202.357	
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	171.459	171.459	153.429	153.429	
Total			13.762.053	13.784.913	11.570.559	11.461.409	



# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Sociedade entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu período é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 22).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 14.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado, (iii) aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda, que são mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4), (iv) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 14); (v) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 14.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (vi) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 22). As aplicações financeiras classificadas como mantidas até o vencimento estão mensuradas pelo custo amortizado. Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como empréstimos e recebíveis. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- (b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas:

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>2017</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	147.926	147.926	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	4.821.605	4.821.605	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	32.473	32.473	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	68.742	68.742	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	129.131	40.556	88.575	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	85.753	-	85.753	-
<b>Total</b>			<b>6.369.928</b>	<b>6.195.600</b>	<b>174.328</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.047.809	-	1.047.809	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.761.907	2.523.643	4.238.264	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	5.037.072	-	5.037.072	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	554.402	-	554.402	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	48.515	-	48.515	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	163.749	-	163.749	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	171.459	-	171.459	-
<b>Total</b>			<b>13.784.913</b>	<b>2.523.643</b>	<b>11.261.270</b>	<b>-</b>

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	<b>Categoria</b>	<b>Nota explicativa</b>	<b>2016</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>
<b>Ativos financeiros:</b>						
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>						
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	4	113.318	113.318	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	3.837.807	3.837.807	-	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	323.033	323.033	-	-
<b>Aplicações financeiras</b>						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	4	113.640	113.640	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	1.053.369	1.053.369	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	4	7.449	7.449	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	4	34.775	32.167	2.608	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4	218.458	-	218.458	-
<b>Total</b>			<b>5.701.849</b>	<b>5.480.783</b>	<b>221.066</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros:</b>						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	1.428.907	-	1.428.907	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	14	6.881.085	2.338.920	4.542.165	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	14	2.746.915	-	2.746.915	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	14	48.716	-	48.716	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	14	202.357	-	202.357	-
Bônus de subscrição – indenização <sup>(1)</sup>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	22	153.429	-	153.429	-
<b>Total</b>			<b>11.461.409</b>	<b>2.338.920</b>	<b>9.122.489</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### Análise de sensibilidade

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2017. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,83 no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 29 de dezembro de 2017, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 29 de dezembro de 2017 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
<b>Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos</b>				
	Apreciação			
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	do dólar	198.138	690.432	1.182.726
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		(198.130)	(690.415)	(1.182.700)
<b>(1)+(2)</b>	Efeito líquido	<u>8</u>	<u>17</u>	<u>26</u>
<b>Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos</b>				
	Depreciação			
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	do dólar	(97)	7.486	15.069
(4) Margem bruta da Oxíteno		97	(7.486)	(15.069)
<b>(3)+(4)</b>	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 28 de dezembro de 2017 para os vencimentos de cada swap e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>(Provável)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<b>Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA</b>				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da	13.691	95.292	192.204
(2) Dívida a taxa fixa	taxa pré-fixada	(13.691)	(95.292)	(192.204)
(1) + (2)	Efeito líquido	-	-	-

### 32 Compromissos

#### a. Contratos

A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

<b>Porto</b>	<b>Movimentação mínima em toneladas por ano</b>	<b>Vencimento</b>
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2017, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2017 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Oxiten S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiten tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

### **b. Cobertura de seguros em controladas**

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco da perda possível de determinados locais, são assim demonstrados:

	<b>Valor máximo indenizável (*)</b>
Oxiten	US\$ 1.142
Ipiranga	R\$ 924
Ultracargo	R\$ 740
Ultragaz	R\$ 150
Extrafarma	R\$ 160

(\*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretores executivos da Ultrapar e de suas controladas (“Segurados”) no valor total de US\$ 80 milhões, que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

### c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiten S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
2017	38.321	62.832	-	101.153

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
2017	a pagar	167.733	530.744	444.582	1.143.059
	a receber	(60.705)	(178.696)	(128.307)	(367.708)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 2017, foi R\$ 160.465 (R\$ 101.330 em 2016 e R\$ 100.522 em 2015).

# Ultrapar Participações S.A. e Controladas

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

### **33 Ultracargo - incêndio em Santos**

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que aguarda citação da demanda para tomar todas as medidas cabíveis à sua defesa.

A etapa de descomissionamento da área afetada foi finalizada e dos 150 mil m<sup>3</sup> que estavam paralisados, foram obtidas, em junho de 2017, as licenças necessárias para a volta da operação equivalente a 67,5 mil m<sup>3</sup>. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

Em 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidos em seguros a receber o montante de R\$ 366.678 e reconhecidas indenizações a cliente e terceiros no montante de R\$ 99.863. No primeiro trimestre de 2017, a Ultracargo recebeu integralmente das seguradoras o valor das indenizações. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros é de R\$ 72.216. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes a ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 88.075 e R\$ 25.852 (R\$ 96.408 e R\$ 16.637 em 31 de dezembro de 2016), respectivamente.

### **34 Eventos subsequentes**

#### **Aquisição sob aprovação**

Em 30 de janeiro de 2018, a Sociedade por meio da controlada Tequimar, assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Alcool de Santos Ltda. ("TEAS"), de propriedade da Raízen Energia S.A. e Raízen Araraquara Açúcar e Alcool Ltda., que já vem sendo operado pela controlada Tequimar no Porto de Santos. O valor da aquisição foi R\$ 103 milhões. A consumação da operação está sujeita a determinadas condições suspensivas usuais em negócios dessa natureza, principalmente a aprovação do CADE. Em 14 de fevereiro de 2018, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela SG do CADE. As partes devem aguardar um prazo de 15 dias para que a aprovação seja formalmente validada.

#### **Emissão de debentures**

Em fevereiro de 2018, foi aprovada a sexta emissão de debêntures da Ultrapar em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, prazo de 5 anos (pagamento do valor nominal em parcela única no vencimento final) e remuneração de 105,25% do CDI.





# REGULAMENTO DO NOVO MERCADO

## SUMÁRIO

<b>TÍTULO I: INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>CAPÍTULO ÚNICO: OBJETO.....</b>	<b>4</b>
<b>TÍTULO II: NOVO MERCADO .....</b>	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO I: REQUISITOS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NO NOVO MERCADO .....</b>	<b>5</b>
Seção I: Disposições Gerais .....	5
Seção II: Estatuto Social .....	5
Seção III: Capital Social .....	6
Seção IV: Ações em Circulação .....	6
Seção V: Dispersão Acionária.....	9
Seção VI: Pré-Operacionais.....	9
Seção VII: Administração .....	10
Seção VIII: Fiscalização e Controle.....	15
Seção IX: Informações Periódicas e Eventuais.....	18
Seção X: Documentos da Companhia .....	20
Seção XI: Alienação de Controle.....	23
Seção XII: Arbitragem .....	24
<b>CAPÍTULO II: SAÍDA DO NOVO MERCADO .....</b>	<b>25</b>
Seção I: Disposições Gerais .....	25
Seção II: Saída Voluntária.....	25
Seção III: Saída Compulsória.....	27
<b>CAPÍTULO III: REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA.....</b>	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO IV: PROCESSO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES .....</b>	<b>28</b>
Seção I: Hipóteses de Aplicação de Sanções .....	28
Seção II: Responsáveis.....	29

Seção III: Procedimento para Aplicação de Sanções.....	29
Seção IV: Tipos de Sanções .....	31
Seção V: Recurso .....	34
<b>TÍTULO III: DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO I: DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....</b>	<b>35</b>
<b>CAPÍTULO II: ENTRADA EM VIGOR .....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO III: SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS .....</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO IV: MODIFICAÇÕES.....</b>	<b>40</b>
<b>CAPÍTULO V: NORMAS SUPERVENIENTES .....</b>	<b>41</b>
<b>CAPÍTULO VI: OBRIGAÇÕES APÓS A SAÍDA DO NOVO MERCADO .....</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO VII: NÃO RESPONSABILIZAÇÃO .....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO VIII: DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>

## TÍTULO I: INTRODUÇÃO

### CAPÍTULO ÚNICO: OBJETO

**Art. 1º** Este regulamento disciplina as atividades:

- I - da B3, na qualidade de entidade administradora de mercado de bolsa:
  - a) na verificação do atendimento, pelas **companhias**, aos requisitos mínimos para **ingresso**, permanência e **saída** do **Novo Mercado**; e
  - b) na fiscalização das obrigações estabelecidas neste regulamento e na aplicação de eventuais sanções.
- II - das **companhias**, na observância dos requisitos mínimos para **ingresso**, permanência e **saída** do **Novo Mercado**.

**Art. 2º** Complementam este regulamento os ofícios circulares e os demais normativos editados pela B3.

**Art. 3º** Os termos usuais do mercado financeiro e de capitais, os de natureza jurídica, econômica e contábil, e os termos técnicos de qualquer outra natureza empregados neste regulamento têm os significados geralmente aceitos no Brasil.

## TÍTULO II: NOVO MERCADO

### CAPÍTULO I: REQUISITOS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA NO NOVO MERCADO

#### Seção I: Disposições Gerais

**Art. 4º** Para o **ingresso** no **Novo Mercado** e sua permanência no referido segmento, as **companhias** devem observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no regulamento para listagem de emissores e admissão à negociação de valores mobiliários, no manual do emissor, bem como cumprir todas as obrigações constantes deste regulamento.

**Art. 5º** O **ingresso** no **Novo Mercado** é efetivado por meio da celebração de contrato de participação no **Novo Mercado** entre a **companhia** e a B3.

#### Seção II: Estatuto Social

**Art. 6º** A **companhia** deve prever, em seu estatuto social:

- I - cláusula que indique expressamente a sujeição da **companhia** e de seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, às disposições deste regulamento; e
- II - todas as demais disposições estatutárias expressamente mencionadas neste regulamento.

**Art. 7º** É vedada a previsão, em estatuto social, de cláusula que:

- I - limite o número de votos de acionista ou grupo de acionistas em percentuais inferiores a 5% (cinco por cento) do capital social, exceto nos casos de desestatização ou de limites exigidos em lei ou regulamentação aplicáveis à atividade desenvolvida pela **companhia**; e
- II - impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas que votarem favoravelmente à supressão ou à alteração de cláusulas estatutárias.

## Seção III: Capital Social

**Art. 8º** A **companhia** deve ter seu capital social dividido exclusivamente em ações ordinárias.

**Parágrafo único.** A regra constante deste artigo não se aplica aos casos de desestatização, quando se tratar de ações preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, sejam intransferíveis e de propriedade do ente desestatizante ou suas controladas, devendo os referidos direitos terem sido objeto de análise prévia pela B3.

## Seção IV: Ações em Circulação

**Art. 9º** Para fins deste regulamento, **ações em circulação** significam todas as ações emitidas pela **companhia**, excetuadas as ações detidas pelo acionista

controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da **companhia** e aquelas em tesouraria.

**Parágrafo único.** São também excetuadas as ações preferenciais de classe especial que tenham por fim garantir direitos políticos diferenciados, que sejam intransferíveis e de propriedade exclusiva do ente desestatizante e suas controladas.

**Art. 10** A **companhia** deve manter **ações em circulação** em percentual correspondente a, no mínimo:

- I - 25% (vinte e cinco por cento) do capital social; ou
- II - 15% (quinze por cento) do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da **companhia** se mantenha igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses, observado o disposto no Art. 86.

**§1º** Na hipótese de **ingresso** no **Novo Mercado** concomitante à realização de oferta pública de distribuição de ações, a **companhia** pode manter, nos primeiros 18 (dezoito) meses, **ações em circulação** em percentual correspondente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do capital social, apenas caso o volume financeiro das **ações em circulação** da respectiva oferta seja superior a R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), observado o disposto no Art. 86.

**§2º** Ao final do 18º (décimo oitavo) mês, o volume financeiro médio diário de negociação das ações deve atingir o patamar de R\$25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), o qual deve ser consistente por 6 (seis) meses consecutivos.

**Art. 11** A manutenção temporária de **ações em circulação** em percentual inferior ao mínimo previsto neste regulamento é automaticamente autorizada, por período de 18 (dezoito) meses a contar do desenquadramento, nas seguintes hipóteses:

- I - desenquadramento em relação ao volume financeiro médio diário de negociação das ações, com relação às **companhias** autorizadas a manter **ações em circulação** em percentual correspondente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do capital social;
- II - subscrição total ou parcial de aumento de capital pelo acionista controlador da **companhia**, que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou de prioridade, ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva oferta pública de distribuição;
- III - realização de **OPA**:
  - a) a preço justo; ou
  - b) por alienação de **controle**.

**§1º** No caso de **OPA** voluntária que não se enquadre no previsto no inciso III deste artigo, a **companhia** deve atender ao disposto no *caput* do Art. 10.

**§2º** Ao final do 18º (décimo oitavo) mês, o percentual de **ações em circulação** deverá corresponder a:

- I - 25% (vinte e cinco por cento) do capital social; ou
- II - 15% (quinze por cento) do capital social, caso o volume financeiro médio diário de negociação das ações atinja o patamar de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos 12 (doze) meses anteriores.

**§3º** Para os fins do §2º, inciso II, o patamar de R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) deve ser consistente por 6 (seis) meses consecutivos.



## Seção V: Dispersão Acionária

**Art. 12** Nas ofertas públicas de distribuição de ações, a **companhia** deve envidar melhores esforços para atingir dispersão acionária, contemplando um dos procedimentos a seguir, que deverão constar do respectivo prospecto:

- I - garantia de acesso a todos os investidores interessados; ou
- II - distribuição a pessoas físicas ou investidores não institucionais de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de ações a ser ofertado.

**Parágrafo único.** O disposto no *caput* não se aplica às ofertas públicas de distribuição de ações com esforços restritos.

## Seção VI: Pré-Operacionais

**Art. 13** As ofertas públicas de distribuição de ações de emissão de companhias pré-operacionais serão direcionadas apenas a investidores qualificados, conforme definidos em regulamentação específica editada pela CVM.

**Parágrafo único.** Respeitadas as vedações previstas nas normas emitidas pela CVM que tratam de oferta pública de distribuição registrada ou dispensada de registro, a negociação entre investidores não considerados qualificados poderá ocorrer quando a **companhia** apresentar receita operacional, com base em sua demonstração financeira anual, individual ou consolidada, elaborada de acordo com as normas da CVM e auditada por auditor independente registrado na CVM.

## Seção VII: Administração

### Subseção I – Composição e Mandato

**Art. 14** A **companhia** deve prever, em seu estatuto social, mandato unificado de, no máximo, 2 (dois) anos, permitida a reeleição, para os membros de seu conselho de administração.

**Art. 15** A **companhia** deve prever, em seu estatuto social, que seu conselho de administração seja composto por, no mínimo, 2 (dois) conselheiros independentes – ou 20% (vinte por cento), o que for maior.

**Parágrafo único.** Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no *caput*, o resultado gerar um número fracionário, a **companhia** deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

### Subseção II – Conselheiro Independente

**Art. 16** O enquadramento do **conselheiro independente** deve considerar sua relação:

- I - com a **companhia**, seu acionista controlador direto ou indireto e seus administradores; e
- II - com as sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum.

**§1º** Para os fins da verificação do enquadramento do **conselheiro independente**, não é considerado **conselheiro independente** aquele que:

- I - é acionista controlador direto ou indireto da **companhia**;

- II - tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à **companhia**;
- III - é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da **companhia** ou de administrador do acionista controlador; e
- IV - foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da **companhia** ou do seu acionista controlador.

**§2º** Para os fins da verificação do enquadramento do **conselheiro independente**, as situações descritas abaixo devem ser analisadas de modo a verificar se implicam perda de independência do **conselheiro independente** em razão das características, magnitude e extensão do relacionamento:

- I - é afim até segundo grau do acionista controlador, de administrador da **companhia** ou de administrador do acionista controlador;
- II - foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor de sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- III - tem relações comerciais com a **companhia**, o seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum;
- IV - ocupa cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a **companhia** ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade;
- V - recebe outra remuneração da **companhia**, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da **companhia**, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob

controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da **companhia** e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

**§3º** Nas **companhias** com **acionista controlador**, os conselheiros eleitos mediante votação em separado serão considerados independentes.

**Art. 17** A caracterização do indicado ao conselho de administração como **conselheiro independente** será deliberada pela assembleia geral, que poderá basear sua decisão:

- I - na declaração, encaminhada pelo indicado a **conselheiro independente** ao conselho de administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos neste regulamento, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no §2º do Art. 16; e
- II - na manifestação do conselho de administração da **companhia**, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

**Parágrafo único.** O procedimento previsto neste artigo não se aplica às indicações de candidatos a membros do conselho de administração:

- I - que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e
- II - mediante votação em separado nas **companhias** com **acionista controlador**.

## Subseção III – Avaliação da Administração

**Art. 18** A **companhia** deve estruturar e divulgar um processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria.

**§1º** O processo de avaliação deve ser divulgado no formulário de referência da **companhia**, incluindo informações sobre:

- I - a abrangência da avaliação: individual, por órgão, ou ambas;
- II - os procedimentos adotados para a realização da avaliação, incluindo a participação de outros órgãos da **companhia** ou de consultoria externa, se for o caso; e
- III - a metodologia adotada, indicando, conforme aplicável, sua alteração em relação aos anos anteriores.

**§2º** A avaliação deve ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato da administração.

## Subseção IV – Remuneração

**Art. 19** A **companhia** deve divulgar, no formulário de referência, em forma de tabela, por órgão, o valor da maior, da menor e o valor médio da remuneração anual, fixa e variável, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, relativamente ao último exercício social.

## Subseção V – Acumulação de Cargos

**Art. 20** A **companhia** deve prever, em seu estatuto social, que os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da **companhia** não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

**Parágrafo único.** A regra constante deste artigo não se aplica na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a **companhia** deve:

- I - divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência;
- II - divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e
- III - cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

## Subseção VI – Manifestação em OPA

**Art. 21** O conselho de administração da **companhia** deve elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer **OPA** que tenha por objeto as ações de emissão da **companhia**, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da referida **OPA**, no qual se manifestará, ao menos:

- I - sobre a conveniência e a oportunidade da **OPA** quanto ao interesse da **companhia** e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações;
- II - quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à **companhia**; e

- III - a respeito de alternativas à aceitação da **OPA** disponíveis no mercado.

**Parágrafo único.** O parecer do conselho de administração deve abranger a opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da **OPA**, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre a referida aceitação.

## Seção VIII: Fiscalização e Controle

**Art. 22** A **companhia** deve instalar comitê de auditoria, estatutário ou não estatutário, que deve:

- I - ser órgão de assessoramento vinculado ao conselho de administração da **companhia**, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo conselho de administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento;
- II - possuir regimento interno próprio, aprovado pelo conselho de administração, que preveja detalhadamente suas funções, bem como seus procedimentos operacionais;
- III - possuir coordenador, cujas atividades devem estar definidas no regimento interno;
- IV - ser responsável por:
  - a) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
  - b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

- c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da **companhia**;
- d) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia;
- e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e
- f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

**V -** ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo que:

- a) ao menos 1 (um) deles deve ser conselheiro independente da **companhia**, conforme definição constante deste regulamento;
- b) ao menos 1 (um) deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; e
- c) o mesmo membro do comitê de auditoria poderá acumular as duas características previstas nas alíneas a) e b) acima.

**§1º** A **companhia** deve divulgar, anualmente, relatório resumido do comitê de auditoria contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo comitê ao conselho de administração da **companhia**.



**§2º** O comitê de auditoria não estatutário deve informar suas atividades trimestralmente ao conselho de administração da **companhia**, sendo que a ata da reunião do conselho de administração deverá ser divulgada, indicando o mencionado reporte.

**§3º** É vedada a participação, como membros do comitê de auditoria da **companhia**, estatutário ou não estatutário, de seus diretores, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

**Art. 23** A **companhia** deve dispor de área de auditoria interna própria:

- I - cujas atividades sejam reportadas ao conselho de administração diretamente ou por meio do comitê de auditoria;
- II - que possua atribuições aprovadas pelo conselho de administração;
- III - que tenha estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo conselho de administração ou pelo comitê de auditoria ao menos uma vez ao ano; e
- IV - que seja responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da **companhia**.

**Parágrafo único.** Alternativamente à constituição de área própria de auditoria interna, a **companhia** poderá contratar auditor independente registrado na CVM, responsável por essa função.

**Art. 24** A **companhia** deve implantar funções de compliance, controles internos e riscos corporativos, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais.

**Parágrafo único.** Para os fins deste dispositivo, consideram-se atividades não operacionais, entre outras, as desenvolvidas pelas áreas jurídica, de controladoria, de auditoria interna e de relações com investidores.

## Seção IX: Informações Periódicas e Eventuais

**Art. 25** A **companhia** deve elaborar e divulgar os regimentos do conselho de administração, de seus comitês de assessoramento e do conselho fiscal, quando houver.

**Parágrafo único.** O regimento do conselho de administração da **companhia** deve prever que o órgão incluirá, na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, sua manifestação contemplando:

- I - A aderência de cada candidato ao cargo de membro do conselho de administração à política de indicação; e
- II - as razões, à luz do disposto neste regulamento e na declaração mencionada no Art. 17, pelas quais se verifica o enquadramento de cada candidato como **conselheiro independente**.

**Art. 26** A **companhia** deve divulgar, observado o disposto na regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, a renúncia ou a destituição de membros do conselho de administração e diretores estatutários até o dia útil seguinte em que a **companhia** for comunicada da renúncia ou em que for aprovada a destituição.

**Art. 27** A **companhia** deve divulgar, em inglês, simultaneamente à respectiva divulgação em português:

- I - fatos relevantes;
- II - informações sobre proventos, por meio de avisos aos acionistas ou comunicados ao mercado; e
- III - comunicação de seus resultados (*press release* de resultados).

**Parágrafo único.** Caso a divulgação de fato relevante decorra de informação que escape ao controle da **companhia** ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de sua emissão, a divulgação em inglês poderá ocorrer até o dia útil seguinte à divulgação em português.

**Art. 28** A **companhia** deve realizar, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação de resultados trimestrais ou das demonstrações financeiras, apresentação pública sobre as informações divulgadas.

**Parágrafo único.** A apresentação pública deve ser realizada presencialmente ou por meio de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio que permita a participação a distância dos interessados.

**Art. 29** A **companhia** deve divulgar, até o dia 10 de dezembro de cada ano, calendário anual referente ao ano civil seguinte contendo, no mínimo, as datas dos eventos listados abaixo:

- I - divulgação das demonstrações financeiras anuais completas e das demonstrações financeiras padronizadas (DFP);
- II - divulgação das informações trimestrais (ITR);
- III - realização da assembleia geral ordinária (AGO); e
- IV - divulgação do formulário de referência.

**Parágrafo único.** Caso a **companhia** pretenda alterar a data dos eventos destacados no *caput*, a **companhia** deve atualizar o calendário anual previamente à realização dos referidos eventos.

**Art. 30** A **companhia**, com base em informações prestadas pelo acionista controlador, deve comunicar mensalmente à B3, no prazo de até 10 (dez) dias após o término de cada mês, de forma individual e consolidada, a titularidade direta ou indireta, detida pelo acionista controlador e pessoas a ele vinculadas, de valores mobiliários de sua emissão. A comunicação deverá abranger também as posições em **derivativos** ou em quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de emissão da **companhia**, incluindo **derivativos** objeto de liquidação financeira.

**§1º** A comunicação deve abranger:

- I - a quantidade e o tipo dos valores mobiliários;
- II - as negociações efetuadas no período, se houver, e o respectivo preço, quando aplicável; e
- III - o saldo da posição detida antes e depois da negociação.

**§2º** A B3 deve dar ampla divulgação às informações prestadas, nos termos desse artigo, de forma consolidada.

## Seção X: Documentos da Companhia

**Art. 31** A **companhia** deve elaborar e divulgar código de conduta aprovado pelo conselho de administração e aplicável a todos os empregados e administradores que contemple, no mínimo:

- I - os princípios e os valores da **companhia**;
- II - as regras objetivas relacionadas à necessidade de compliance e conhecimento sobre a legislação e a regulamentação em vigor, em especial, às normas de proteção à informação sigilosa da **companhia**, combate à corrupção, além das políticas da **companhia**;

- III - os deveres em relação à sociedade civil, como responsabilidade socioambiental, respeito aos direitos humanos, e às relações de trabalho;
- IV - o canal que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código, de políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à **companhia**;
- V - a identificação do órgão ou da área responsável pela apuração de denúncias, bem como a garantia de que a elas será conferido anonimato;
- VI - os mecanismos de proteção que impeçam retaliação à pessoa que relate ocorrência potencialmente violadora do disposto no código, em políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à **companhia**;
- VII - as sanções aplicáveis;
- VIII - a previsão de treinamentos periódicos aos empregados sobre a necessidade de cumprimento do disposto no código; e
- IX - as instâncias internas responsáveis pela aplicação do código.

**Parágrafo único.** O código de conduta pode abranger terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviço.

**Art. 32** A **companhia** deve elaborar e divulgar as seguintes políticas, ou documentos formais equivalentes, aprovadas pelo conselho de administração:

- I - política de remuneração;
- II - política de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária;
- III - política de gerenciamento de riscos;
- IV - política de transações com partes relacionadas; e

**V -** política de negociação de valores mobiliários.

**Art. 33** A política de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária deve contemplar, no mínimo:

- I -** os critérios para a composição do conselho de administração, de seus comitês de assessoramento e da diretoria estatutária, como por exemplo, complementaridade de experiências, formação acadêmica, disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade; e
- II -** o processo de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária.

**Art. 34** A política de gerenciamento de riscos deve contemplar, no mínimo, os processos e, em cada caso, os responsáveis pela identificação, pela avaliação e pelo monitoramento de riscos relacionados à **companhia** ou seu setor de atuação, tais como riscos estratégicos, operacionais, regulatório, financeiro, político, tecnológico e ambiental.

**Art. 35** A política de transações com partes relacionadas deve contemplar, no mínimo:

- I -** os critérios que devem ser observados para a realização de transações com partes relacionadas;
- II -** os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses e, conseqüentemente, determinar o impedimento de voto com relação a acionistas ou administradores da **companhia**;
- III -** os procedimentos e os responsáveis pela identificação das partes relacionadas e pela classificação de operações como transações com partes relacionadas; e

**IV -** a indicação das instâncias de aprovação das transações com partes relacionadas, a depender do valor envolvido ou de outros critérios de relevância.

**Art. 36** A política de negociação de valores mobiliários deve contemplar, no mínimo:

**I -** a necessidade de ser observada pela própria **companhia**, pelo acionista controlador, pelos administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária ou por quaisquer empregados e terceiros contratados pela **companhia** que tenham acesso permanente ou eventual a informações relevantes;

**II -** os períodos de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da **companhia** e, se houver, com **derivativos** neles referenciados;

**III -** os procedimentos e as medidas adotados pela **companhia** para evitar infrações às normas que tratam da negociação com valores mobiliários de sua emissão;

**IV -** o conjunto de parâmetros aplicáveis aos planos individuais de investimento; e

**V -** as regras aplicáveis aos casos de empréstimos de ações da **companhia**.

## Seção XI: Alienação de Controle

**Art. 37** A **companhia** deve prever em seu estatuto social que a alienação direta ou indireta de controle da **companhia** deve ser contratada sob a condição

de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar **OPA** tendo por objeto as ações de emissão da **companhia** de titularidade dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**§1º** Para os fins desta seção, entende-se por **controle** e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da **companhia**, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

**§2º** A obrigação prevista no *caput* se aplica à alienação de **controle** por meio de uma única operação ou por operações sucessivas.

**§3º** A **OPA** deve observar as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e neste regulamento.

**Art. 38** Em caso de alienação indireta de **controle**, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à **companhia** para os efeitos de definição do preço da **OPA**, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

## Seção XII: Arbitragem

**Art. 39** O estatuto social deve contemplar cláusula compromissória dispondo que a **companhia**, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no estatuto social da **companhia**, nas normas editadas pelo CMN, pelo BCB e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além



daquelas constantes deste regulamento, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no **Novo Mercado**.

**Art. 40** A posse dos administradores e dos membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária acima referida.

## CAPÍTULO II: SAÍDA DO NOVO MERCADO

### Seção I: Disposições Gerais

**Art. 41** A **saída** do **Novo Mercado** pode ocorrer, nos termos das Seções II e III, em decorrência:

- I - da decisão do acionista controlador ou da **companhia**;
- II - do descumprimento de obrigações deste regulamento; e
- III - do cancelamento de registro de companhia aberta da **companhia** ou da conversão de categoria do registro na CVM, hipótese na qual deve ser observado o disposto na legislação e na regulamentação em vigor.

### Seção II: Saída Voluntária

**Art. 42** A saída voluntária do **Novo Mercado** somente será deferida pela B3, caso seja precedida de **OPA** que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

**Art. 43** A **OPA** mencionada no Art. 42 deve observar os seguintes requisitos:

- I - o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da **companhia**, na forma estabelecida na legislação societária; e
- II - acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação, ou percentual maior definido no estatuto social, deverão aceitar a **OPA** ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

**§1º** Para os fins deste artigo, consideram-se ações em circulação apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do **Novo Mercado** ou se habilitem para o leilão de **OPA**, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta para cancelamento de registro.

**§2º** Atingido o quórum previsto no *caput*:

- I - os aceitantes da **OPA** não podem ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável a ofertas públicas de aquisição de ações; e
- II - o ofertante ficará obrigado a adquirir as **ações em circulação** remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão de **OPA**, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

**Art. 44** A **saída voluntária** do **Novo Mercado** pode ocorrer independentemente da realização da **OPA** mencionada no Art. 42 na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral.

**§1º** A assembleia geral referida no *caput* deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das **ações em circulação**.

**§2º** Caso o quórum do §1º não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de **ações em circulação**.

**§3º** A deliberação sobre a dispensa de realização da **OPA** deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de **ações em circulação** presentes na assembleia geral.

## Seção III: Saída Compulsória

**Art. 45** A aplicação de sanção de **saída compulsória** do **Novo Mercado** depende da realização de **OPA** com as mesmas características da **OPA** em decorrência de saída voluntária do **Novo Mercado**.

**Parágrafo único.** Na hipótese de não atingimento do percentual para **saída** do **Novo Mercado**, após a realização da **OPA**, as ações de emissão da **companhia** ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no referido segmento, contados da realização do leilão da **OPA**, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

## CAPÍTULO III: REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

**Art. 46** Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da **companhia**, as sociedades resultantes devem pleitear o **ingresso** no **Novo Mercado** em até 120 (cento e vinte) dias da data da assembleia geral que deliberou a referida reorganização.

**Parágrafo único.** Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o **ingresso** no **Novo Mercado**, a maioria dos titulares das **ações em circulação** da **companhia** presentes na assembleia geral deve dar anuência a essa estrutura.

## CAPÍTULO IV: PROCESSO DE APLICAÇÃO DE SANÇÕES

### Seção I: Hipóteses de Aplicação de Sanções

**Art. 47** Cabe à B3 aplicar sanções à **companhia** e aos seus administradores e acionistas da **companhia** nas seguintes hipóteses:

- I - descumprimento dos requisitos e das obrigações estabelecidos neste regulamento; e
- II - descumprimento de determinações da B3 relacionadas às obrigações constantes deste regulamento.

## Seção II: Responsáveis

**Art. 48** Podem ser considerados responsáveis pelo descumprimento os administradores ou os acionistas conforme tenham dado causa à infração de acordo com suas atribuições, competências e obrigações estabelecidas na legislação, na regulamentação em vigor, no estatuto social da **companhia** ou neste regulamento.

**Parágrafo único.** Caso a infração decorra de deliberação ou omissão de órgão colegiado, todos os seus membros devem ser considerados solidariamente responsáveis, exceto se algum deles tiver manifestado expressamente sua discordância sobre a matéria de maneira documentada.

## Seção III: Procedimento para Aplicação de Sanções

**Art. 49** Na hipótese de verificação de descumprimento das obrigações deste regulamento ou de exigências relacionadas a essas obrigações, a B3 deve enviar notificação ao responsável:

- I - especificando o descumprimento;
- II - informando a instauração de processo de aplicação de sanções;
- III - concedendo prazo não inferior a 15 (quinze) dias, contados do envio da notificação, para apresentação de defesa; e
- IV - especificando a forma de apresentação de defesa.

**Art. 50** Após o recebimento da defesa ou o encerramento do prazo para sua apresentação, a B3 realizará análise dos fatos e dos argumentos apresentados,

podendo, a depender da natureza e da complexidade da infração, solicitar esclarecimentos adicionais.

**Art. 51** A decisão sobre a aplicação de sanção, exceto a de **saída compulsória** do **Novo Mercado**, será tomada em reunião técnica da Diretoria de Regulação de Emissores da B3, em que serão discutidos os fatos, os argumentos de defesa e outros elementos aplicáveis ao caso.

**Art. 52** A decisão sobre a aplicação da sanção de **saída compulsória** do **Novo Mercado** será tomada pela B3.

**Art. 53** Para a aplicação das sanções previstas neste regulamento, podem ser considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração e os seus eventuais atenuantes;
- II - os argumentos apresentados pelos envolvidos, quando aplicável;
- III - os danos resultantes para o mercado e para os seus **participantes**;
- IV - a eventual vantagem auferida ou o prejuízo evitado;
- V - o eventual saneamento do descumprimento; e
- VI - a existência de violação anterior nos últimos 2 (dois) anos contados da infração.

**Art. 54** A aplicação de sanção pela B3 será comunicada por meio de ofício, que poderá determinar prazo para saneamento do descumprimento, quando aplicável.

**§1º** A aplicação de sanção pela B3, nos termos deste regulamento, será comunicada ao responsável pela infração, com cópia para a **companhia**.

**§2º** O não atendimento do prazo concedido para saneamento de infração implicará descumprimento de exigência da B3, nos termos do Art. 47 e ensejará outro processo de aplicação de sanção.

## Seção IV: Tipos de Sanções

**Art. 55** Considerando os critérios indicados no Art. 53, a B3 pode aplicar quaisquer das seguintes sanções:

- I - advertência por escrito;
- II - **multa**, cujo valor será definido de acordo com o disposto no Art. 53 e os limites constantes do Art. 56;
- III - censura pública, divulgada no website da B3 e outros meios de difusão de dados;
- IV - suspensão da **companhia** do **Novo Mercado**; e
- V - **saída compulsória** do **Novo Mercado**.

### Subseção I: Multa

**Art. 56** A aplicação de **multa** deve observar os limites abaixo:

- I - de R\$1.000,00 (mil reais) a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), na hipótese de descumprimento das exigências da B3 relacionadas às obrigações constantes deste regulamento e na hipótese de descumprimento das obrigações constantes das Seções II: Estatuto Social, V: Dispersão Acionária, VI: Companhias Pré-Operacionais, IX: Informações Periódicas e Eventuais, X: Documentos da Companhia e XII: Arbitragem, do Capítulo I do Título II deste regulamento;

- II - de R\$5.000,00 (cinco mil reais) a R\$300.000,00 (trezentos mil reais), na hipótese de descumprimento das Seções VII: Administração e VIII: Fiscalização e Controle, do Capítulo I do Título II deste regulamento;
- III - de R\$10.000,00 (dez mil reais) a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), na hipótese de descumprimento das Seções III: Capital Social e IV: Ações em Circulação, do Capítulo I do Título II deste regulamento;
- IV - até 1/3 (um terço) do valor das **ações em circulação**, calculado com base no preço da **OPA**, descontadas as ações de titularidade dos acionistas alienadas no leilão da referida **OPA**, na hipótese de não atingimento do quórum da **OPA** de **saída compulsória**;
- V - até 1/5 (um quinto) do valor das **ações em circulação**, calculado com base no preço médio ponderado dos últimos 12 (doze) meses, ou R\$5 milhões, o que for maior, na hipótese de descumprimento das obrigações constantes da Seção XI: Alienação de Controle, do Capítulo I, e do Capítulo III: Reorganização Societária do Título II deste regulamento.



## Subseção II: Suspensão do Novo Mercado

**Art. 57** A suspensão da **companhia** no **Novo Mercado** enseja:

- I - a divulgação, pela B3, da aplicação da sanção de suspensão da **companhia** como integrante do **Novo Mercado** em seu website e meios de difusão de dados;
- II - a divulgação, pela B3, da cotação dos valores mobiliários de emissão da **companhia** em separado, com a denominação “*em descumprimento das obrigações estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado*” em seu website e meios de difusão de dados;
- III - a retirada das ações de emissão da **companhia** dos índices da B3 cuja metodologia exija a participação da **companhia** em segmentos diferenciados de governança corporativa;
- IV - a retirada, pela B3, de qualquer identificação da **companhia** como integrante do **Novo Mercado** em seu website e meios de difusão de dados; e
- V - a vedação à utilização, pela **companhia**, do selo ou qualquer outro elemento identificativo do **Novo Mercado**.

**§1º** A suspensão do **Novo Mercado** vigorará até o saneamento do descumprimento pela **companhia**, sem prejuízo da aplicação da sanção de **saída compulsória** do **Novo Mercado**.

**§2º** A suspensão do **Novo Mercado** não exime a **companhia**, os seus administradores, acionistas e membros do conselho fiscal do cumprimento das obrigações advindas deste regulamento.

## Subseção III: Saída Compulsória do Novo Mercado

**Art. 58** A sanção de **saída compulsória** da **companhia** no **Novo Mercado** enseja a obrigatoriedade de realização de **OPA**, nos termos deste regulamento, para **saída** do **Novo Mercado**.

**Art. 59** A sanção de **saída compulsória** do **Novo Mercado** somente será aplicada em caso de descumprimento de obrigações previstas neste regulamento por período superior a 9 (nove) meses.

**Art. 60** A comunicação de aplicação da sanção de **saída compulsória** do **Novo Mercado** indicará o prazo máximo para a divulgação do edital da **OPA** de saída.

## Seção V: Recurso

**Art. 61** Após o envio da decisão de aplicação de sanção pelo Diretor de Regulação de Emissores da B3, o responsável poderá interpor, no prazo de 15 (quinze) dias, recurso à B3.

**§1º** Na hipótese de recurso da decisão de aplicação de **multa**, caso a decisão seja mantida, o seu valor será corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou qualquer outro índice criado para substituí-lo até a data do envio da decisão de manutenção da aplicação de **multa**.

**§2º** O recurso da decisão de aplicação de sanção deve ser encaminhado ao Diretor de Regulação de Emissores da B3.

**Art. 62** As decisões tomadas com base em delegação de poderes poderão ser revistas ou mantidas pelo Diretor de Regulação de Emissores.

**Parágrafo único.** Caso o Diretor de Regulação de Emissores decida, em reunião técnica, pela manutenção da sanção, o recurso será encaminhado à B3 para decisão final.

**Art. 63** As decisões da B3 tomadas com base neste regulamento não são passíveis de recurso.

**Art. 64** No caso de não interposição de recurso no prazo estabelecido neste regulamento, a decisão do Diretor de Regulação de Emissores encerra o procedimento de aplicação de sanções, sendo considerada definitiva no âmbito da B3.

**Art. 65** Para os fins do Capítulo IV do Título II deste regulamento, as decisões da B3 serão tomadas por sua Diretoria Executiva.

## TÍTULO III: DISPOSIÇÕES GERAIS

### CAPÍTULO I: DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

**Art. 66** Todas as informações e documentos que devam ser divulgados pela **companhia** em decorrência deste regulamento devem ser encaminhados à B3 por meio do Sistema Empresas.Net e ser disponibilizados em seu website.

**Art. 67** A B3 deve divulgar, em seu website, informações sobre a aplicação deste regulamento, incluindo:

- I - a imposição de sanções em decorrência do descumprimento de obrigações deste regulamento; e
- II - a concessão de tratamento excepcional nos termos deste regulamento.

## CAPÍTULO II: ENTRADA EM VIGOR

**Art. 68** Este regulamento entra em vigor em 02/01/2018.

**Parágrafo único.** As **companhias** que já haviam **ingressado** no **Novo Mercado** na data da entrada em vigor deste regulamento:

- I - devem, até a assembleia geral ordinária que deliberar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2020 adaptar seus estatutos sociais de modo a:
  - a) prever a composição do conselho de administração com, pelo menos, 2 (dois) **conselheiros independentes**;
  - b) excluir referências à definição anterior de **conselheiro independente** ou adaptar o estatuto social à nova definição; e
  - c) adequar os dispositivos sobre alienação de controle, saída do segmento, arbitragem e outros, conforme aplicáveis, às regras constantes deste regulamento.
- II - devem, até a assembleia geral ordinária que deliberar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2020:
  - a) adequar a composição do conselho de administração ao disposto neste regulamento;
  - b) divulgar os regimentos do conselho de administração, de seus comitês de assessoramento e do conselho fiscal, quando houver, nos termos deste regulamento;
  - c) criar o comitê de auditoria e implantar as funções de auditoria interna, compliance, controles internos e riscos, nos termos deste regulamento;

- d) adaptar o código de conduta e a política de negociação de valores mobiliários ao conteúdo mínimo exigido neste regulamento;
- e) elaborar e divulgar as demais políticas mencionadas neste regulamento; e
- f) estruturar e divulgar um processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria.

**III -** devem manter inalteradas, salvo para exclusão, suas disposições estatutárias que:

- a) imponham ônus aos acionistas que votarem favoravelmente à supressão ou à alteração de cláusulas estatutárias; e
- b) limitem o número de votos de acionista em percentuais inferiores a 5% (cinco por cento) do capital social.

**Art. 69** A obrigação do Art. 19 deste regulamento não se aplica às **companhias** que já haviam **ingressado** no **Novo Mercado** na data da entrada em vigor deste regulamento e que já não realizavam a referida divulgação em razão de decisão judicial, ainda que em sede de liminar.

## CAPÍTULO III: SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS

**Art. 70** A Diretoria Executiva da B3 pode, pela maioria de seus membros, mediante requerimento da **companhia**, e de maneira devidamente fundamentada, dispensar, em caráter excepcional, as obrigações previstas neste regulamento.

**Parágrafo único.** A dispensa prevista no *caput* depende de parecer da Diretoria de Regulação de Emissores da B3.

**Art. 71** O requerimento da **companhia** para dispensa, em caráter excepcional, de obrigações deve abordar:

- I - os fatos e os fundamentos, quantitativos e qualitativos, conforme aplicável, que fundamentam o requerimento;
- II - o prazo solicitado para o cumprimento da obrigação, conforme aplicável;
- III - o plano para o atendimento da obrigação no prazo solicitado, conforme aplicável, incluindo, se for o caso, as medidas a serem tomadas pela **companhia** e por seus acionistas controladores;
- IV - o histórico de requerimentos anteriores.

**Parágrafo único.** Caso o requerimento se refira à obrigação de manutenção de **ações em circulação** em percentual inferior ao disposto neste regulamento, deve abordar, ainda:

- I - o histórico de manutenção das **ações em circulação**;
- II - o percentual de **ações em circulação** que a **companhia** pretende manter durante o período requerido.

**Art. 72** O requerimento deve ser analisado pela Diretoria de Regulação de Emissores da B3, que pode exigir esclarecimentos adicionais, inclusive solicitando teleconferências ou reuniões presenciais.

**Art. 73** A Diretoria de Regulação de Emissores deve encaminhar à Diretoria Executiva da B3 seu parecer sobre a dispensa, em caráter excepcional, de obrigações, indicando, quando aplicável, eventuais medidas que poderiam ser adotadas como contrapartida ou mitigação dos efeitos do não cumprimento da obrigação.

**Art. 74** A decisão da Diretoria Executiva da B3 deve levar em consideração os seguintes fatores:

- I - a natureza da obrigação;
- II - o histórico de requerimentos anteriores e de descumprimentos de obrigações deste regulamento e do regulamento de listagem de emissores;
- III - os esforços envidados pela **companhia** e por seus acionistas controladores para o cumprimento da obrigação;
- IV - a tempestividade do requerimento apresentado pela **companhia**;
- V - os eventuais ganhos e prejuízos para os acionistas, o mercado e seus **participantes**;
- VI - as medidas adotadas como contrapartida pela **companhia** e pelos **acionistas controladores**;
- VII - o funcionamento hígido, justo, regular e eficiente dos mercados organizados administrados pela B3; e
- VIII - a imagem e a reputação do **Novo Mercado** e da B3 enquanto entidade administradora de mercados organizados de valores mobiliários.

**Parágrafo único.** Caso o requerimento se refira à obrigação de manutenção de **ações em circulação** em percentual inferior ao disposto neste regulamento, a decisão da Diretoria Executiva da B3 deve levar em consideração, ainda:

- I - a possibilidade de efetivo exercício de direitos pelos acionistas; e
- II - a liquidez e o impacto na cotação das ações.

**Art. 75** Caso a Diretoria Executiva da B3 conceda dispensa, em caráter excepcional, de obrigações, a **companhia** deve divulgar fato relevante contemplando os fundamentos do requerimento, a decisão da Diretoria Executiva, incluindo o prazo concedido para o cumprimento da obrigação, conforme aplicável, e os fundamentos da concessão de tratamento excepcional pela B3.

**§1º** Caso o requerimento se refira à obrigação de manutenção de **ações em circulação** em percentual inferior ao disposto neste regulamento, a divulgação deve incluir, ainda, o percentual mínimo de **ações em circulação** que a **companhia** deve manter durante o período requerido.

**§2º** Não cabe recurso ou pedido de reconsideração de decisão de indeferimento do requerimento de dispensa, em caráter excepcional, de obrigações.

## CAPÍTULO IV: MODIFICAÇÕES

**Art. 76** Qualquer modificação relevante deste regulamento somente pode ser levada a efeito pela B3 após realização de audiência restrita realizada com as **companhias** do **Novo Mercado** e desde que, na referida audiência não haja manifestação contrária, expressa, superior a 1/3 (um terço) dos participantes.



**Art. 77** A convocação da audiência restrita deve ser enviada aos diretores de relações com investidores das **companhias** e estabelecer:

- I - prazo para manifestação, o qual não será inferior a 30 (trinta) dias; e
- II - a forma de envio da manifestação da **companhia** na **audiência restrita**.

**§1º** A ausência de manifestação expressa dentro do prazo estabelecido é considerada como concordância com as modificações propostas pela B3.

**§2º** A manifestação da **companhia** deve ser objeto de apreciação e aprovação pelo conselho de administração, devendo a ata da reunião ser divulgada, com transcrição integral do teor da manifestação.

**Art. 78** Todas as manifestações e o mapa de votação devem ser disponibilizados integralmente no website da B3 no máximo 30 (trinta) dias após o encerramento da audiência restrita.

**Art. 79** A B3 deve informar à **companhia**, com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, a entrada em vigor de qualquer modificação relevante a este regulamento.

## CAPÍTULO V: NORMAS SUPERVENIENTES

**Art. 80** Na hipótese de qualquer disposição deste regulamento ser considerada inválida ou ineficaz em razão de normativo legal ou regulamentar eventualmente editado, deve ser substituída por outra de conteúdo similar e que tenha por objetivo atender às mesmas finalidades.

**Parágrafo único.** A eventual invalidade ou ineficácia de um ou mais itens não afeta as demais disposições deste regulamento.

**Art. 81** Na hipótese de qualquer disposição deste regulamento ser, no todo ou em parte, incorporada por normativo legal ou regulamentar eventualmente editado ou por outro regulamento da B3 aplicável a todas as **companhias** listadas, a B3 pode, a depender da relevância do tema, modificar este regulamento com a finalidade de excluir tal disposição sem a necessidade de cumprimento do rito de modificação previsto neste regulamento.

## CAPÍTULO VI: OBRIGAÇÕES APÓS A SAÍDA DO NOVO MERCADO

**Art. 82** A **saída** do **Novo Mercado** não exime a **companhia**, os administradores, o acionista controlador e os demais acionistas de cumprir as obrigações e atender às exigências e às disposições decorrentes do contrato de participação do **Novo Mercado**, da **cláusula compromissória**, do regulamento de arbitragem, e deste regulamento que tenham origem em fatos anteriores à saída.

**Art. 83** Na hipótese de ocorrer alienação de **controle** da **companhia** nos 12 (doze) meses subsequentes à sua **saída** do **Novo Mercado**, o **alienante** e o **adquirente do controle**, conjunta e solidariamente, devem oferecer aos acionistas que detinham ações de emissão da **companhia** na data da **saída** ou da liquidação da **OPA** para **saída** do **Novo Mercado**:

- I - a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo **alienante**, devidamente atualizado; ou
- II - o pagamento da diferença, se houver, entre o preço da **OPA** aceita pelo antigo acionista, devidamente atualizado, e o preço obtido pelo acionista controlador na alienação de suas próprias ações.

**§1º** Para efeito de aplicação das obrigações previstas no *caput*, devem ser observadas as mesmas regras aplicáveis à alienação de **controle** previstas neste regulamento.

**§2º** A **companhia** e o acionista controlador ficam obrigados a averbar no livro de registro de ações da **companhia**, em relação às ações de propriedade do acionista controlador, ônus que obrigue o adquirente do controle a cumprir as regras previstas neste artigo no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da alienação das ações.

## CAPÍTULO VII: NÃO RESPONSABILIZAÇÃO

**Art. 84** As disposições deste **regulamento** não implicam qualquer responsabilidade para a B3, incluindo, sem limitação, em relação à **companhia**, aos seus acionistas controladores e demais acionistas, aos membros do conselho de administração, diretores, membros do conselho fiscal ou de quaisquer comitês ou órgãos de assessoramento ao conselho de administração, funcionários e prepostos, e tampouco significam que a B3 assumirá a defesa dos interesses daqueles que possam ser eventualmente prejudicados em vista de:

- I - atos abusivos ou ilícitos cometidos pela **companhia**, pelos acionistas, inclusive o acionista controlador, pelos administradores ou membros do conselho fiscal; ou
- II - prestação de informação falsa, errônea ou omissão na prestação de informação pela **companhia**, pelos acionistas, inclusive o acionista controlador, pelos membros do conselho de administração, pela diretoria, pelo conselho fiscal, pelos funcionários e prepostos.

**Art. 85** O **ingresso** no **Novo Mercado** não caracteriza recomendação de investimento na **companhia** por parte da B3 e não implica o julgamento ou a responsabilidade da B3 acerca da qualidade ou veracidade de qualquer informação por ela divulgada, dos riscos inerentes às atividades por ela desenvolvidas, da atuação e da conduta de seus acionistas, membros do conselho de administração, diretores, membros do conselho fiscal ou de

quaisquer comitês ou órgãos de assessoramento ao conselho de administração referidos neste regulamento, funcionários e prepostos, ou de sua situação econômico-financeira.

## CAPÍTULO VIII: DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 86** O volume médio diário de negociação de ações em moeda corrente estabelecido para fins de atendimento do requisito de manutenção de percentual mínimo de **ações em circulação** poderá ser ajustado pela B3, pela média do volume médio diário de negociação em moeda corrente do último quartil dos valores mobiliários integrantes do índice Ibovespa, considerando as últimas 5 (cinco) carteiras teóricas desse índice ou de qualquer outro índice criado para substituí-lo.

**Parágrafo único.** A B3 poderá atualizar o valor mínimo em moeda corrente das **ações em circulação** da oferta pública de distribuição de ações realizada no **ingresso no Novo Mercado** para fins do disposto no parágrafo único do Art. 10 de modo a mantê-lo compatível com o volume médio diário de negociação de ações atualizado nos termos do *caput*.

**Art. 87** O valor máximo em moeda corrente das **multas** estabelecidas neste regulamento será corrigido monetariamente a cada 12 (doze) meses pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou qualquer outro índice criado para substituí-lo.

**§1º** Os recursos advindos de **multas** devem ser revertidos ao patrimônio da B3 e destinados para atividades associadas ao aprimoramento regulatório e institucional do mercado de valores mobiliários, sendo sua aplicação divulgada anualmente pela B3.

**§2º** O não pagamento das **multas** no prazo estipulado, implicará incidência de **multa** de 2% (dois por cento) sobre o principal e juros de 1% (um por cento) ao mês.

**Art. 88** O **ingresso** no **Novo Mercado** e a previsão de cláusula compromissória no estatuto social da **companhia** não impedem a atuação da Comissão de Valores Mobiliários nos limites de sua competência, conforme disposto na Lei 6.385/76.

Ultrapar Participações S.A. e subsidiárias

# **CERTIFICAÇÃO DE ACORDO COM O ARTIGO 302 DO SARBANES-OXLEY ACT DE 2002**

Eu, Frederico Pinheiro Fleury Curado, certifico que:

1. Analisei este relatório anual no Formulário 20-F da ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.;
2. Com base em meus conhecimentos, este relatório não contém quaisquer declarações falsas de fatos relevantes nem omite um fato relevante necessário que as declarações feitas, em vista das circunstâncias sob as quais essas declarações foram feitas, não sejam enganosas com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meus conhecimentos, as demonstrações financeiras, e outras informações financeiras incluídas neste relatório, apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a situação financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da companhia referentes aos períodos apresentados neste relatório;
4. O(s) outro(s) diretor(es) de certificação da companhia(s) e eu somos responsáveis por estabelecer e manter procedimentos e controles de divulgação (conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act) e controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros (conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act) referente à companhia e:
  - a) Desenvolveram esses procedimentos e controles de divulgação, ou fizeram que esses procedimentos e controles de divulgação fossem desenvolvidos sob a supervisão da Companhia, para assegurar que nenhuma informação relevante relacionada à companhia, inclusive suas subsidiárias consolidadas, seja levada ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas companhias, especialmente durante o período em que esse relatório estiver sendo elaborado;
  - b) Desenvolveram esse controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros, ou fizeram com que esse controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros fosse desenvolvido sob a supervisão da Companhia, a fim de oferecer garantia razoável da confiabilidade dos relatórios financeiros e da elaboração das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;
  - c) Avaliaram a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação da companhia e apresentaram neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação quando do encerramento do período coberto por este relatório com base nessa avaliação; e
  - d) Divulgaram neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre a apresentação dos relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto por este relatório anual que tenham afetado de forma relevante, ou que seja provável que afete de maneira relevante o controle interno da companhia sobre a apresentação dos relatórios financeiros; e
5. O(s) outro(s) diretor(es) de certificação da companhia e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente de controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros, aos auditores independentes da companhia e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou pessoas que desempenhem as funções equivalentes):
  - a) Todas as deficiências significativas e os pontos vulneráveis substanciais no desenvolvimento ou operação do controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros, os quais de forma razoável seja provável que afetem negativamente a capacidade da companhia de registrar, processar, resumir e reportar informações financeiras; e
  - b) Qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou outros funcionários que ocupem um cargo importante no controle interno da companhia sobre a apresentação dos relatórios financeiros.

Data: 06 de abril de 2018

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Por: /s/ FREDERICO PINHEIRO FLEURY CURADO  
Nome: Frederico Pinheiro Fleury Curado  
Cargo: Diretor Presidente

Ultrapar Participações S.A. e subsidiárias

## **CERTIFICAÇÃO DE ACORDO COM O ARTIGO 302 DO SARBANES-OXLEY ACT DE 2002**

Eu, André Pires de Oliveira Dias, certifico que:

1. Analisei este relatório anual no Formulário 20-F da ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.;
2. Com base em meus conhecimentos, este relatório não contém quaisquer declarações falsas de fatos relevantes nem omite um fato relevante necessário que as declarações feitas, em vista das circunstâncias sob as quais essas declarações foram feitas, não sejam enganosas com relação ao período coberto por este relatório;
3. Com base em meus conhecimentos, as demonstrações financeiras, e outras informações financeiras incluídas neste relatório, apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a situação financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da companhia referentes aos períodos apresentados neste relatório;
4. O(s) outro(s) diretor(es) de certificação da companhia(s) e eu somos responsáveis por estabelecer e manter procedimentos e controles de divulgação (conforme definido nas Regras 13a-15(e) e 15d-15(e) do Exchange Act) e controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros (conforme definido nas Regras 13a-15(f) e 15d-15(f) do Exchange Act) referente à companhia e:
  - a) Desenvolveram esses procedimentos e controles de divulgação, ou fizeram que esses procedimentos e controles de divulgação fossem desenvolvidos sob a supervisão da Companhia, para assegurar que nenhuma informação relevante relacionada à companhia, inclusive suas subsidiárias consolidadas, seja levada ao nosso conhecimento por outras pessoas dentro dessas companhias, especialmente durante o período em que esse relatório estiver sendo elaborado;
  - b) Desenvolveram esse controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros, ou fizeram com que esse controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros fosse desenvolvido sob a supervisão da Companhia, a fim de oferecer garantia razoável da confiabilidade dos relatórios financeiros e da elaboração das demonstrações financeiras para fins externos de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos;
  - c) Avaliaram a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação da companhia e apresentaram neste relatório nossas conclusões sobre a eficácia dos procedimentos e controles de divulgação quando do encerramento do período coberto por este relatório com base nessa avaliação; e
  - d) Divulgaram neste relatório quaisquer mudanças no controle interno da companhia sobre a apresentação dos relatórios financeiros que ocorreram durante o período coberto por este relatório anual que tenham afetado de forma relevante, ou que seja provável que afete de maneira relevante o controle interno da companhia sobre a apresentação dos relatórios financeiros; e
5. O(s) outro(s) diretor(es) de certificação da companhia e eu divulgamos, com base em nossa avaliação mais recente de controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros, aos auditores independentes da companhia e ao comitê de auditoria do Conselho de Administração da companhia (ou pessoas que desempenhem as funções equivalentes):
  - a) Todas as deficiências significativas e os pontos vulneráveis substanciais no desenvolvimento ou operação do controle interno sobre a apresentação de relatórios financeiros, os quais de forma razoável seja provável que afetem negativamente a capacidade da companhia de registrar, processar, resumir e reportar informações financeiras; e
  - b) Qualquer fraude, relevante ou não, que envolva a administração ou outros funcionários que ocupem um cargo importante no controle interno da companhia sobre a apresentação dos relatórios financeiros.

Data: 06 de abril de 2018



Por: /s/ ANDRÉ PIRES DE OLIVEIRA DIAS  
Nome: André Pires de Oliveira Dias  
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com  
Investidores

Ultrapar Participações S.A. e subsidiárias

**CERTIFICADO DE ACORDO COM O ARTIGO 1350 DO 18 U.S.C., CONFORME ADOTADO SEGUNDO O ARTIGO 906 DO U.S. SARBANES–OXLEY ACT DE 2002**

A certificação estabelecida abaixo está sendo submetido em relação ao Relatório Anual referente ao exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2017 (o “Relatório”) com a finalidade de cumprir com a Regra 13a-14 (b) ou Regra 15d-14 (b) do Securities Exchange Act de 1934 e Seção 1350 do Capítulo 63 do Título 18 do United States Code.

Frederico Pinheiro Fleury Curado, Diretor Presidente, e André Pires de Oliveira Dias, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Ultrapar Participações S.A., certificam que:

1. o Relatório cumpre de maneira integral todas as exigências do Artigo 13(a) ou 15(d) do U.S. Securities Exchange Act de 1934; e

2. as informações contidas no Relatório apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

São Paulo, 06 de abril de 2018

Por: /s/ FREDERICO PINHEIRO FLEURY CURADO

Nome: Frederico Pinheiro Fleury Curado

Cargo: Diretor Presidente

São Paulo, 06 de abril de 2018

Por: /s/ ANDRÉ PIRES DE OLIVEIRA DIAS

Nome: André Pires de Oliveira Dias

Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.